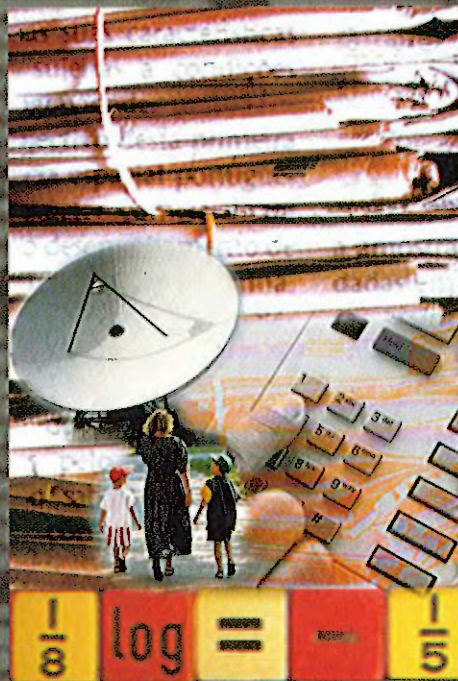


Comunicação e Sociedade 1

Cadernos do Noroeste
Série comunicação



Instituto
de Ciências Sociais

Universidade
do Minho

- Título:** **CADERNOS DO NOROESTE – VOL. 12 (1-2),1999**
- Director:** Manuela Martins (Directora do CCHS)
- Título:** **Série Comunicação**
Comunicação e Sociedade 1
- Coordenador:** Moisés Martins
- Conselho Científico:** Aníbal Alves • Moisés de Lemos Martins • Manuel Vaz Pato • Maria Helena Sousa • Manuel Pinto • Joaquim Fidalgo • Carolina Leite
- Conselho de Redacção:** Alberto Sá • Anabela Carvalho • Carlos Daniel Alves • Felisbela Lopes • José Miguel Braga • Maria Alexandra Lázaro • Maria Gabriela Gama • Maria Helena Gonçalves • Maria Helena Pires • Maria Luísa Magalhães • Maria Rosa Cabecinhas • Maria Zara Coelho • Paulo Xavier Ribeiro • Sandra Cristina Marinho • Sílvia Mota Ribeiro • Teresa Ruão
- Secretariado de Redacção:** Alexandra Lázaro • Felisbela Lopes • Helena Gonçalves • Teresa Ruão
- Apoios:** A edição deste número foi financeiramente apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Edição:** A Série de Comunicação dos *CADERNOS DOS NOROESTE, Comunicação e Sociedade*, é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo/ano) pelo Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, Largo do Paço, P-4719 Braga Codex
- Assinatura anual:** Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha
2000\$00 (individuais) 3000\$00 (instituições)
Outros países:
US\$15 (individuais) US\$25 (instituições)
Preço deste número 1500\$00
- Recensões:** Quando os autores/editores desejarem a publicação de recensões, deverão submeter ao Conselho de Redacção dois exemplares das obras em causa. O Conselho de Redacção, no entanto, não se obriga a publicar recensões de todas as obras que lhe sejam enviadas com esse objectivo
- Capa:** Helena Gonçalves
- Execução gráfica:** BARBOSA & XAVIER, LDA., ARTES GRÁFICAS
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C, 4700-385 Braga
Tels. (053) 263063-618916 • Fax (053) 615350
- Tiragem:** 500 exemplares
- Redacção, Administração e Publicidade:** CADERNOS DO NOROESTE, Centro de Ciências Históricas e Sociais
Universidade do Minho, Largo do Paço, P-4719 Braga Codex
Tels. (053) 604100-676987 • Telex 32135 RTUMIN P • Fax (053) 676966

Depósito legal n.º 17102/87

Solicita-se permuta • Echange wanted • On prie l'échange • sollicitiamo scambio

INTRODUÇÃO

Desprovida de representações credíveis, a grande urgência do presente encontra-se hoje seriamente comprometida. Vivemos um tempo em que as convicções se tornam moles e perdem os seus contornos. Os grandes dramas humanos são por nós mais teatralizados que pensados. Os nossos gestos são mais uma confissão de culpa e de impotência que a expressão de uma atitude solidária. A comunidade humana aproxima-se da ficção: nela cada vez mais se diz o que já se não faz.

Ao iniciarmos Comunicação e Sociedade (uma série de Comunicação nos Cadernos do Noroeste) não queremos reduzir a comunicação a uma «arte de bem comunicar», sem memória, sem compromisso, sem consciência. É nosso intuito favorecer o debate científico e democrático, com um espírito de rigor e de exigência, numa área das ciências sociais e humanas, de constituição relativamente recente, que compreende o estudo dos actos de comunicação socialmente elaborados, as significações neles inscritas, as relações e os fenómenos cognitivos que eles exigem, as representações socialmente partilhadas que lhes estão associadas e os efeitos destas representações nas relações sociais.

Numa sociedade que procura a sua identidade numa entrega cada vez mais obsessiva ao paradigma comunicacional, o itinerário que traçamos é o de responder o melhor que pudermos à inquietação de sabermos o que é que se passa hoje entre nós, nas conversas diárias, nos gestos da convivialidade, na projecção colectiva de espaços, imagens e figuras, nas formas de vestir, ornamentar e modelar os corpos, nas narrativas míticas que os media não se cansam de ampliar, nas interações formais e informais dos contextos organizacionais, na multiplicidade dos entrançados de redes de informação movidas pela electrónica e pela informática, enfim, nas sinalizações das ruas, casas, praças e jardins.

Firmamos entretanto um compromisso com a crítica dialógica nos vários níveis de comunicação em que situamos as nossas preocupações. Tanto no

que respeita à experiência da comunicação corrente, como à prática da comunicação dos profissionais dos media, das organizações e da educação, como ainda à teorização dos investigadores em comunicação, agiremos em favor de uma comunicação essencial, múltipla, irredutível e comunitária, desalojando dos seus nichos a comunicação pontual, funcional, potente e performante. Poremos assim em jogo na palavra os nossos procedimentos sociológicos, linguísticos, semiológicos, psicossociológicos, ou outros, submetendo-os à nossa dúvida e à réplica de todos.

MOISÉS MARTINS

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, ÁREA INTERDISCIPLINAR *

ANÍBAL ALVES **

RESUMO

Partindo da actualidade e relevância das questões de comunicação, procura-se neste artigo, em primeiro lugar, evocar alguns factores fundamentais na constituição da área científica da comunicação, tais como os mass media, a teoria da comunicação, o estudo da comunicação no quadro das ciências sociais e no quadro das ciências humanas e da linguagem. À luz do panorama delineado, propõe-se a concepção interdisciplinar das Ciências da Comunicação.

1. Novidade e relevância do Estudo da «Comunicação»

No final dos anos 80 e início dos 90 surgiu em Portugal um inesperado número de cursos superiores no âmbito da «Comunicação Social» ou «Ciências da Comunicação». No relatório que apresentámos à Conferência de Siena (1995), «L'Avenir des Sciences de la Communication en Europe»¹, referíamos um conjunto identificado de dez licenciaturas e catorze bacharelatos, uma contagem que se revelaria aquém dos efectivos. «O milagre da

* Texto de enquadramento do programa da disciplina de Teorias da Comunicação do curso de Comunicação Social da Universidade do Minho (1996).

** Professor do Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

¹ A. ALVES, «Les Sciences de la Communication au Portugal» in SIGMA, European Universities Networks, *L'Avenir des Sciences de la Communication en Europe*, Sienna, 1995, pp. 180-205.

multiplicação dos cursos de comunicação» suscitou viva reacção. Deve notar-se que a reflexão do autor da feliz expressão citada (ela própria marcada pela ironia), Mário Mesquita, destacou-se do tom geral entre o espanto e o menosprezo, com uma análise exemplar pelo rigor informativo e pela interpretação contextualizada ². Permanece o facto de que a explosão dos cursos de Comunicação foi recebida com atitudes de reserva, de rejeição, ou pelo menos de desconfiada admiração.

Esta admiração não será muito diferente daquela que pessoalmente temos experimentado em interlocutores a quem respondemos à sua pergunta sobre a disciplina ou matéria que ensinamos na Universidade: «Professor de Comunicação», «de Comunicação Social»? Mas, existe um curso universitário sobre isso? Mais de trinta cursos superiores? O espanto não é necessariamente movimento de rejeição. Pode até, pelo contrário, estimular a interrogação, a busca de sentido e a sua descoberta. É nessa perspectiva que desejamos aqui torná-lo.

A relevância da comunicação nos processos vitais das actuais sociedades é facilmente reconhecível e justifica a sua redundante manifestação bem como a admiração que esta suscita. Assim preeminente na vida social, não podia a comunicação deixar de motivar a consideração e interesse dos agentes sociais, e designadamente das instituições de ensino especializado. Aqui se encontra o outro ponto de interrogação e quiçá de suspeita: a comunicação humana é certamente dimensão importante da vida social; mas poderá constituir objecto de saber e de tratamento científico? A dúvida espontânea revela uma atitude frequente e bem conhecida em relação às ciências sociais e humanas. Costuma mesmo identificar-se esta atitude como obstáculo ao conhecimento científico. E assim é na medida em que o conhecimento do senso comum, ou não reconhece sequer o objecto específico em questão, dada a sua «transparência», ou lhe atribui carácter completo, o que dispensa o exame crítico, apanágio da metodologia científica. O humilde e progressivo caminho histórico do conhecimento humano ilustra bem o carácter ilusório dos saberes que se autoatribuíram carácter definitivo. Entre estes se encontram não apenas os que se fecharam no conhecimento comum mas também não poucos que, reclamando-se da ciência, se arrogaram a ilusória evidência e segurança daqueles.

No entanto, a resistência do leigo perante o estatuto científico e académico de questões como a comunicação é susceptível de interpretação menos simplista. Em vez de significar auto-suficiência que dispensaria tratamento científico julgado inadequado, aquela dúvida exprimiria perple-

² M. MESQUITA, «A Educação para o Jornalismo», *Comunicação ao II Congresso dos Jornalistas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Dezembro de 1994.

xidade perante a tentativa de abordar a comunicação humana com metodologia científica e enquadramento académico. A esta luz, a dúvida sobre o estudo científico da comunicação deixa de ser obstáculo para se tornar estímulo crítico a sublinhar a permanente tensão entre o projecto compreensivo de uma disciplina científica como Ciências da Comunicação e o seu complexo objecto fenomenal, manifestação histórica do ser e devir humanos.

É, por outro lado, natural que o estudo instituído da comunicação ainda surpreenda em razão da sua novidade e carácter recente. Não que a comunicação tenha sido alheia ao interesse e estudo das sociedades e civilizações que nos precederam. É notório que elementos e dimensões fundamentais do processo comunicativo mereceram de pensadores antigos e modernos estudos de tal rigor e fecundidade que, ainda hoje, estes guiam a nossa indagação. Lembremos designadamente os problemas da linguagem e do conhecimento abordados nos estudos da língua, da filosofia, do direito, da teologia, da moral e da política. Como referia Umberto Eco em comentário a um artigo de R. Jakobson sobre a semiótica e, portanto, sobre a comunicação, o estudo desta apresenta uma impressionante genealogia: «a science dealing with signes and with processes of communication has an impressive pedigree»³. É no entanto manifesto que a comunicação como área de estudo e campo de acção específicos, é do nosso século. Alguém notou com sentido que a «comunicação» suscitou no século XX o entusiasmo que a «energia» despertou no século XIX.

De modo especial pode associar-se a emergência da comunicação ao clima de reconstrução que animou o período imediato à II Grande Guerra Mundial. Como se, simbolicamente, as sociedades, traumatizadas pela hecatombe da destruição e pelo horror dos holocaustos, almejassem na comunicação um antídoto reparador e capaz de inspirar novo alento civilizacional. É então que surgem as obras de C. Shannon e de N. Wiener⁴ que se tornariam referência de primeira ordem para o estudo da comunicação. Por outro lado, é também nesta altura que é publicado o célebre artigo de Lasswell⁵ «The Structure and Function of Communication in Society», e se tornam conhecidas as pesquisas de P. Lazarsfeld⁶ sobre os

³ U. ECO, «Preface» in CHATMAN, S., ECO, U., KLINKENBERG, J.-M., (Ed.s), *A Semiotic Landscape*, The Hague, Mouton, 1979, p. VI.

⁴ N. WIENER, *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine*, Paris, Librairie Herman, 1948.

⁵ H. LASSWEL, «The Structure and Function of Communication in Society», in *The Communication of Ideas*, BRISON, L., ed., New York, 1948.

⁶ P. LAZARSFELD et al., *The People's Choice*, N. York, Columbia, Univ. Press, 1948.

processos de comunicação e de influência a propósito das campanhas para a eleição presidencial (a de 1940 e a de 1948).

K. Lewin, em 1945, introduzia a sua orientação da pesquisa-acção no Massachusetts Institute of Technology e lançava, em seguida, o projecto dos Laboratórios de «Training Group», extraordinário alfofre de cientistas que animariam a investigação psicológica no campo das comunicações e relações humanas nas duas décadas seguintes.

O interesse suscitado pela comunicação está intimamente relacionado com as várias características do processo social histórico, entre as quais a própria intensidade e visibilidade das novas formas de comunicação. Estas, porém, serão sempre e apenas, na expressão de Marshall McLuhan, «extensões do homem»⁷, para o qual a comunicação é condição da própria sobrevivência. Sem ela, o indivíduo não vive, os organismos não funcionam, as sociedades não subsistem e as civilizações morrem. O processo comunicativo é para a pessoa o que o metabolismo é para o organismo: deles depende a própria subsistência. Não podemos deixar de comunicar. A vida individual e social, particular e pública, dos grupos e das organizações, pode resumir-se assim: dar e receber comunicação.

Dimensão de tamanha relevância, que muito é que tenha merecido o cuidado e a reflexão da pesquisa científica e a consagração do estudo académico?

Sem pretendermos estabelecer uma visão cabal do processo de formação da área científica da comunicação — o qual julgamos não estar de modo algum fechado — podemos identificar facilmente alguns elementos que prepararam a constituição deste novo campo do saber — a ciência da comunicação — que P. Watzlawick, em tempos não muito distantes, considerava «uma ciência na sua infância»⁸. Duas ordens de fenómenos convergiram para a formação de uma área de estudos específica em torno da temática comunicacional: o advento e progressiva implantação dos meios de comunicação social ou «mass media» e a confluência de diferentes correntes de pensamento e de pesquisa científica sobre temas e problemas de comunicação. Não se trata, evidentemente, de realidades estranhas entre si, mas que, bem pelo contrário, se interpenetram e associam intimamente. Coube, no entanto, aos media o inegável papel de catalisadores de novas formas de comunicação que manifestam e caracterizam a sociedade industrial e pós-industrial. Por sua vez, a reflexão política e social, bem como a investigação científica sobre questões de

⁷ M. McLUHAN, *Understanding Media: the Extensions of Man*, N. York, Mac-Grow-Hill, 1964.

⁸ P. WATZLAWICK, *Pragmática da Comunicação Humana*, S. Paulo, Cultrix, 9.^a ed., 1993, p. 13.

comunicação no quadro de diferentes disciplinas contribuíram grandemente para a identificação da nova área de estudos e para a sua instituição académica.

2. Os Meios de Comunicação Social

A expressão «meios de comunicação social» corresponde aos termos ingleses «mass media» ou «meios de massa» e designa os sistemas mecanizados e electrónicos que, explorados por organizações e profissionais especializados, difundem idênticas mensagens para públicos vastos, dispersos e heterogêneos. Distinguem-se entre estes sistemas quatro categorias principais, englobando cada um deles grande variedade de modalidades: a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão. A evolução acelerada e contínua das tecnologias de comunicação e designadamente das telecomunicações e da informática, a par das mudanças das sociedades e instituições, têm levado à criação de novos sistemas de comunicação cada vez mais potentes, móveis e adaptáveis.

O advento dos *media*, a começar pelo mais antigo, a imprensa, suscitou, naturalmente, grande atenção e preocupação às entidades sociais com poder e funções de regulação social. A comunicação generalizada, que as novas técnicas de difusão pareciam garantir, despertou esperanças e temores desmedidos que Umberto Eco tipificou na oposição e título do seu livro *Apocalípticos e Integrados* ⁹. Para os Apocalípticos os novos meios de comunicação são causa e suporte de influência deletéria na educação, na cultura, nos costumes. Ao contrário, os Integrados reconhecem nos *media* grandes virtualidades para o progresso social, viabilizando por exemplo formas rápidas e eficientes de transmissão da informação e da ciência, criando assim condições favoráveis ao desenvolvimento económico e à participação democrática. Neste contexto se vislumbrou também o advento da «aldeia planetária» ou da sociedade da ubiquidade, bem como o terror da vigilância permanente do «Big Brother» ¹⁰.

A investigação científica sobre os *media* e seus efeitos haveria de temperar as expectativas exageradas, colocando em relevo as diferentes dimensões que caracterizam o processo psicossocial da comunicação mediática. Continua válida a conclusão formulada por M. Janowitz e R. Schulze no termo da revisão do vasto conjunto da «Communication Research» a

⁹ U. ECO, *Apocalitici e Integrati*, Milano, Bompiano, 1973.

¹⁰ Sobre este assunto ver: J. CAZENEUVE, *La société de l'ubiquité*, Paris, Denoel, 1972; M. McLUHAN, *Understanding Media*, N. York, Signet Books, 1964; G. ORWEL, *1984 (Nineteen Eighty Four)*, London, Penguin, 1954 (1st ed. 1949).

que procederam, ao sublinhar a natureza *social* do processo de comunicação através dos órgãos de difusão colectiva: «a investigação sobre os meios de massa destruiu mais que um estereótipo sobre o poder da comunicação de massa e sobre a sociedade dita de massa. Tal como outras pesquisas contemporâneas realizadas numa sociedade moderna, ela redescobriu e reafirmou a persistência das formas tradicionais da associação, da influência e do poder»¹¹.

Como no passado, os media suscitam hoje o maior interesse das forças sociais, políticas, económicas e culturais. É que na «sociedade da informação», que tem nos meios de comunicação a sua expressão mais visível, não há questão social que não passe, de algum modo, pela cena mediática. Assim, cada vez menos se pode compreender uma sem compreender a outra. Daí que os media tenham desempenhado papel relevante na construção do novo campo de saber.

A constituição deste campo de reflexão sobre a comunicação, em associação com os media, mas para aquém e para além deles, não ocorreu, evidentemente, nem de modo repentino nem do nada. Processo histórico, social e cultural, integra-se na génese da sociedade a que pertence e, designadamente, na tradição e na inovação de diferentes linhas de pensamento sobre os elementos, as dimensões, e as relações da comunicação humana. Limitemo-nos a destacar entre as mais visíveis algumas das contribuições das diversas ciências para a formação da área científica da comunicação.

3. A Matemática da Comunicação

Ganhou valor simbólico de marco fundador na construção das Ciências da Comunicação a obra de Claude Shannon, *A Teoria Matemática da Comunicação*, publicada em artigo em 1948 e retomada em livro, um ano depois, com a colaboração do matemático Warren Weaver¹². A teoria e o modelo de Shannon — Weaver, com conceitos rigorosamente definidos e alto grau de generalização, tornaram-se referência obrigatória para os estudos de comunicação tendo inspirado inúmeros trabalhos tanto no âmbito das Ciências, particularmente nas Engenharias de sistemas e telecomunicações, como no quadro das Ciências Sociais e Humanas. As noções de *informação*, *ruído*, *redundância*, *fonte*, entre outras, foram rapidamente adoptadas por disciplinas como a Linguística, a Psicologia, a Sociologia.

¹¹ M. JANOWITZ e R. SCHLILZE «Tendances de la recherche dans le domaine des communications de masse», *Communications*, n.º 1, Paris, Seuil, 1981, p. 32.

¹² C. SHANNON and W. WEAVER, *The Mathematical Theory of Communication*, Urbana, University of Illinois Press, 1949.

O programa de Shannon — Weaver pretendeu abarcar o processo global da comunicação no qual distinguiu três níveis de questões a solucionar: a) o nível dos problemas técnicos, onde se trata da exactidão com que os símbolos podem ser transmitidos entre um emissor e um receptor; b) o nível dos problemas semânticos, ou seja, a questão da precisão com que os símbolos transmitidos veiculam o significado desejado; c) o nível dos problemas de eficiência, ou seja, a questão da eficácia com que o significado recebido influencia o comportamento no sentido pretendido.

Programa tão vasto como ambicioso haveria de revelar a maior fecundidade no âmbito do primeiro nível já que a semântica e o comportamento não caberiam no quadro teórico definido nem nas concepções que o inspiraram. Nem por isso é menor o mérito destes pioneiros cujos conceitos fundamentais permitiram uma nova compreensão dos processos humanos de comunicar e de conhecer.

Contemporânea e conexas à teoria da comunicação, desenvolveu-se a Cibernetica, com destaque para a obra de Norbert Wiener¹³ e o contributo do próprio Weaver, o qual, em artigo de 1948, propunha a noção de «complexidade organizada» para conceber modelos de representação de certos fenómenos, não com base nos seus elementos componentes, mas a partir da sua totalidade sistemática. A Cibernetica ou Teoria Geral dos Sistemas, designação esta que se imporia, inspirou importantes abordagens da comunicação humana e legou-nos conceitos originais tais como o de auto-regulação, «feed-back», inter-dependência, que permitiram avançar no conhecimento do comportamento individual e social. A este quadro de referência se pode associar o célebre trabalho sobre a saúde mental realizado por J. Ruesch e G. Bateson: *Communication: the social matrix of Psychiatry*¹⁴. Observe-se, de passagem, que a problemática da psiquiatria e em geral da saúde motivou importantes linhas de desenvolvimento da teoria e prática da comunicação. Refiram-se as numerosas orientações em matéria de psico-terapia, com suas teorias da personalidade, dos processos de mudança e modalidades de interacção.

Uma outra ilustração da orientação sistémica abrangendo a análise global do comportamento comunicativo ao nível do indivíduo, da relação interpessoal, no quadro da organização, e na mediação tecnológica, e ainda outros importantes aspectos, é-nos facultada pela obra de Lee Thayer¹⁵.

¹³ N. WIENER, *Cibernetica e Sociedade*, S. Paulo, Cultrix, 1968, (trad. de *The Human Use of Human Beings*, Boston, Houghton Mifflin, ed. revista de 1954 (1.ª ed. 1950)); *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine*, Librairie Herman, Paris 1948; 2nd ed., N. York, MIT Press, 1961.

¹⁴ J. RUESCH and G. BATESON, *Communication. The social matrix of Psychiatry*, W. W. Norton and Co., 1951.

¹⁵ L. THAYER, *Communication and Communication Systems*, Homeward, Irwin, 1968.

4. Comunicação e Ciências Sociais

Sendo a comunicação, na expressão de Ch. Cooley «, o processo através do qual as relações humanas existem e se desenvolvem»¹⁶, ou seja, através do qual as sociedades e os indivíduos se constituem e reproduzem na história humana, não podia ela deixar de merecer a consideração e, em muitos casos, o tratamento privilegiado por parte das disciplinas das Ciências Sociais e, designadamente, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia Cultural. Foi no quadro destas disciplinas que se formaram os fundadores da área da Comunicação com realce para o movimento da pesquisa em comunicação desenvolvida nos Estados Unidos no período do pós-guerra e décadas de 50 e 60.

A íntima conexão do estudo da comunicação humana com as referidas disciplinas radica, por um lado, na própria natureza social da comunicação e, por outro lado, na relevante dimensão comunicativa de muitos fenómenos de ordem social, cultural e psicológica que aquelas disciplinas abordaram, criando para tanto conceitos e métodos próprios. Recordem-se os trabalhos de Antropologia Cultural, por exemplo, sobre o processo de interpenetração de cultura e personalidade, de que Ralph Linton¹⁷ oferece instrutiva síntese, e a obra de Claude Lévi-Strauss¹⁸ a abrir-nos novas portas para a compreensão do sentido inscrito nos mitos e outras estruturas simbólicas com que as sociedades se representam e regulam. Na afirmação de Edward Sapir, «...every cultural pattern and every simple act of social behavior involves communication in either an explicit or implicit sense»¹⁹. A sociedade pode por isso ser vista como um sistema constituído pela partilha de significados, ou por uma «teia significante», na feliz expressão de D. Crowley²⁰. São em grande número os estudos desenvolvidos em Sociologia nos quais a comunicação se manifesta como dimensão relevante. A obra de George Herbert Mead, *Mind, Self and Society* bem como os ulteriores trabalhos que ela inspirou sobre o interaccionismo simbólico são bom exemplo. Em idêntico sentido integrador se pode evocar a visão de síntese que se deve a Hans Gerth e C. Wright Mills²¹, e mais perto de nós, o relevo da acção comunicacional na «construção social da realidade»²².

¹⁶ CH. COOLEY, *Social Organization: a study of the larger mind*, N. York, Scribner's, 1909, p. 61; cit. por J. STOETZEL, *La Psychologie Sociale*, Paris, Flammarion, 1963, p. 11.

¹⁷ R. LINTON, *The Cultural Background of Personality*, N. York, Appleton, 1945.

¹⁸ C. LEVI-STRAUSS, *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1968.

¹⁹ Cit. por D. MCQUAIL, *Communication*, 2nd ed., London, Longman, 1984, p. 6.

²⁰ D. J. CROWLEY, *Understanding communication, The signifying web*, London, Gordon, 1982.

²¹ H. GERTH and C. WRIGHT MILLS, *Character and Social Structure*, N. York, Harcourt, Brace and Co. 1953.

²² P. BERGER and TH. LUCKMAN, *The Social Construction of Reality*, London, Allen Lane, 1967.

A abordagem da comunicação no âmbito das Ciências Sociais não se confinou aos processos de socialização e enculturação em que efectivamente tem a maior relevância. Igualmente presente nos fenómenos de influência, de liderança e de poder, nos processos de associação, de relacionamento e de interacção, na aprendizagem e na mudança, a comunicação mereceu de sociólogos e psicólogos amplo e profundo tratamento ²³. A obra de K. Lewin e seus discípulos, como linha mais saliente do movimento das Relações Humanas e da Dinâmica de Grupo ilustra bem esse facto. A Psicossociologia, disciplina dedicada ao estudo dos comportamentos em situação de interacção, nos grupos, nas organizações, e em contextos semelhantes, que outra coisa é senão estudo da comunicação? ²⁴ E a psicologia da aprendizagem, da mudança de atitude e de comportamento? E que dizer das teorias e práticas psicoterapêuticas no concernente às estruturas e dinâmismos da personalidade e aos processos de relação/comunicação entre doente/cliente e terapeuta? ²⁵ Neste vasto campo, em que as fronteiras disciplinares se revelam tão incertas, foram formuladas e confirmadas importantes noções e interpretações dos processos da comunicação humana. Razão bastante para que o estudo da comunicação prossiga em íntima associação com a pesquisa e a prática nele desenvolvidas.

5. Comunicação, Ciências da Linguagem e Ciências Humanas

A associação da comunicação e da linguagem nos seres humanos é tal que chegamos a confundi-las. Para o antropólogo e linguista Dell Hymes, por exemplo, a aquisição da linguagem pela aprendizagem da língua permite não só a aquisição da competência gramatical mas também a da própria competência comunicativa. Estudar a comunicação é assim, necessariamente, estudar a linguagem. Ora esta, ao contrário da comunicação enquanto tal, foi objecto de profundo e rigoroso tratamento quer no pensamento antigo grego e latino, quer no da tradição ocidental que mereceu o apelido de «logocêntrica». No entanto, como é sabido, apesar desta riquíssima herança e das reais aquisições duradoiras que ela nos legou, a

²³ Os manuais de psicologia social são eloquentes a este respeito: ver, por exemplo, J. STOETZEL, *La Psychologie Sociale*, Paris, Flammarion, 1963.

²⁴ Cf. por exemplo: K. LEWIN, *Psychologie Dynamique, Les Relations Humaines*, Paris, PUF, 1972; D. CARTWRIGHT and H. ZANDER, *Group Dynamics: Research and Theory*, N. York, Harper and Row, 1968; M. DEUTSCH et R. KRAUSS, *Les Théories en Psychologie Sociale*, Paris, Mouton, 1972.

²⁵ G. ALLPORT, *Existencial Psychology*, N. York, Random House, 1965; J. FADIMEN and R. FRAGER, *Personality and Personal Growth*, N. York, Harper and Row, 1976; C. ROGERS, *On Becoming a Person*, Boston, Houghton-Mifflin, 1961.

linguística como ciência só recentemente se impôs. O seu triunfo está na origem do extraordinário desenvolvimento das ciências da linguagem na segunda parte do nosso século.

A emergência do campo da comunicação, a seguir à II Grande Guerra, não aconteceu sob o signo da linguagem, embora esta encontrasse lugar inevitável no processo de codificação-descodificação das mensagens verbais. A orientação behaviorista que inspirou largamente a pesquisa americana em cujo seio se formou a primeira grande corrente de estudos da comunicação não favorecia a abertura às novas perspectivas da linguística e à sua influência na compreensão dos processos de comunicação humana, que são, por excelência, processos de interacção por meio de mensagens significantes. Entre estas, as mensagens verbais, ocupam lugar ímpar. É certo que a comunicação não coincide com a linguagem. Mas não é duvidoso que a comunicação humana se realiza, do modo mais perfeito e específico, na e pela linguagem.

Temos assim que a compreensão da comunicação passa, em importante medida, pela compreensão da linguagem. Neste sentido, conceitos e teorias elaborados no quadro da Linguística Geral, da Teoria Literária, da Teoria da Literatura, da Semiótica e de áreas interdisciplinares tais como a Sócio-linguística, a Psico-linguística, a Pragmática e as Teoria e Análise do discurso, projectaram sobre os processos comunicativos novas luzes revelando facetas que permitiram o seu melhor entendimento. A actual pesquisa permanece tão florescente que se torna difícil acompanhá-la, não só pela sua quantidade, mas também pela especificidade das teorias orientadoras e dos campos explorados. Não há, no entanto, via alternativa. Dado o carácter primordial da linguagem verbal na acção e interacção significativa própria da comunicação humana, não é possível avançar na compreensão desta sem alcançar entendimento da primeira. Daí que os estudos de comunicação tenham procurado nas ciências da linguagem fundamento e orientação e mantenham com elas a mais estreita conexão. Limitando-nos a dimensões que se nos afiguram mais fecundas, parece-nos importante sublinhar os seguintes.

Os ensinamentos do fundador da linguística moderna Ferdinand de Saussure²⁶ e os do filósofo Charles Sanders Peirce²⁷ lançaram as bases para a progressiva elucidação dos processos de significação através dos diferentes tipos de signo e particularmente da linguagem verbal. A obra dos

²⁶ F. de SAUSSURE, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Ed. Payot, 1971 (1.ª publicação em 1916).

²⁷ Ch. PEIRCE, *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1958.

pioneiros foi continuada e completada por grande número de autores, isolados ou agrupados em «escolas», enquanto novas orientações emergiram num campo que não cessou de crescer nas últimas décadas. Na nossa perspectiva, necessariamente limitada e mesmo enviesada pelos quadros da nossa formação, destacam-se as obras e autores que permitiram avançar na explicitação e compreensão dos processos semióticos, das estruturas fundamentais da linguagem, de suas modalidades e funcionamento na interação verbal e nos textos/discursos, sem descurar a articulação destes com as estruturas sociais. A semiótica como teoria geral da semiose constitui fundamento e quadro permanente da ciência da comunicação, definida designadamente através do pensamento não só dos fundadores já evocados mas também de autores como Charles Morris ²⁷, Louis Hjelmslev ²⁸, Roland Barthes ³⁰, Algirdas Greimas ³¹, Pierre Guiraud ³², Umberto Eco ³³, para referirmos apenas os que nos são mais familiares.

Por outro lado, no campo específico da linguagem, os aspectos de maior interesse sob o ponto de vista comunicacional foram recebendo tratamento cada vez mais aprofundado através de obras como as de Noam Chomski ³⁴, Roman Jakobson ³⁵, André Martinet ³⁶, Georges Mounin ³⁷, Émile Benveniste ³⁸, entre os que mais orientaram o nosso próprio estudo. A perspectiva comunicacional e intersubjectiva, já especialmente presente no último autor citado, receberia impulso decisivo através da pragmática, ou da semântica, de John Austin ³⁹ e John Searle ⁴⁰ que nos chegaram principalmente por intermédio dos trabalhos de Oswald Ducrot ⁴¹. Uma entre

²⁸ Ch. MORRIS, *Writings on the General Theory of Signs*, The Hague, Mouton, 1971 (réune textos anteriores de 1938, 1946, 1964).

²⁹ L. HJELMSLEV, *Prolégomènes à une théorie du langage*, Paris, Minuit, 1966, (trad. du danois, 1943).

³⁰ R. BARTHES, «Elements de Sémiologie», *Communications*, n.º 4, Seuil, 1961; *Mythologies*, Paris, Seuil, 1957.

³¹ A. GREIMAS, *Sémantique Structurale*, Paris, Larousse, 1966; *Du Sens*, Paris, Seuil, 1970; *Sémiotique et Sciences Sociales*, Paris, Seuil, 1976; *Sémiotique, Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette, 1979.

³² P. GUIRAUD, *La Sémiologie*, Paris, PUF, 1971.

³³ U. ECO, *Le forme del contenuto*, Milano Bompiano, 1971; *Trattato di Semiótica Generale*, Milano, Bompiano, 1976.

³⁴ N. CHOMSKI, *Syntactic Structures*, The Hague, Mouton, 1957.

³⁵ R. JAKOBSON, *Essais de Linguistique Générale*, Paris, Minuit, 1963.

³⁶ A. MARTINET, *Eléments de Linguistique Générale*, Paris, Colin, 1968.

³⁷ G. MOUNIN, *La Sémantique*, Paris, Seghers, 1972.

³⁸ E. BENVENISTE, *Problèmes de Linguistique Générale*, Vol. I, Paris, Gallimard, 1966.

³⁹ J. AUSTIN, *How to do things with words*, Oxford, Clarendon Press, 1962.

⁴⁰ J. SEARL, *Speech Acts*, Cambridge, Univ. Press, 1969.

⁴¹ O. DUCROT, *Le Structuralisme en Linguistique*, Paris, Seuil, 1968; *Le Dire et le dit*, Paris, Minuit, 1984; *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Paris, Seuil, 1971.

muitas das recentes e actuais correntes do pensamento científico sobre a língua e sobre a comunicação, a que fica evocada, pese embora a sua marca pessoal, não deixa de indiciar claramente a sua íntima associação.

A relação da comunicação com a linguagem projecta-se na relação da linguagem com o pensamento, implicados no mesmo processo que é a génese da significação. Daí que o estudo da comunicação, como o da linguagem, mantenha íntima conexão com as ciências do espírito ou Ciências Humanas e designadamente com a filosofia e disciplinas específicas afins. Tratando-se na comunicação, como efectivamente se trata, de criar e/ou descobrir sentido, como não haveria de verificar-se a referida conexão? Daí o encontro com as correntes de pensamento que procuram de um modo ou outro os percursos da interpretação e da génese do sentido. Com efeito, a temática comunicacional encontra eco profundo na fenomenologia, na hermenêutica, na filosofia social e política, como é patente, não só nas obras de referência já clássicas como na reflexão actual. O interesse suscitado, por exemplo, pela obra de Habermas sobre a comunicação, é bem revelador. No mesmo sentido, o renascer da retórica e das teorias da argumentação adquirem valor simbólico sobre a manifestação da centralidade da comunicação no pensamento contemporâneo.

6. A interdisciplinaridade das ciências da comunicação

As disciplinas e linhas de reflexão evocadas estabeleceram os fundamentos da área científica da comunicação que nelas continua a procurar os seus quadros teóricos e metodológicos. Outras abordagens poderiam ser referidas, como por exemplo, a tradição dos departamentos das Universidades Americanas dedicados ao estudo e formação nas disciplinas do discurso (*Speech communication*) os quais desempenharam importante papel na criação de departamentos de comunicação ⁴². Uma corrente de reflexão e análise relevante na nova área é a que se refere à comunicação pela imagem, a qual conheceu já notório desenvolvimento com o cinema e haveria de suscitar o maior interesse com a explosão das técnicas audiovisuais de que, por exemplo, a publicidade vem tirando o maior proveito. Outras dimensões do processo comunicativo, a suscitar também análises específicas e originais, foram as relativas à expressão corporal, incluindo,

⁴² A actual «Speech Communication Association», assim designada desde 1968, foi criada em 1914 com o nome de «National Association of Academic Teachers of Public Speaking». Cfr. G. GERBNER/W. SCHRAM, «Study of Communications», *International Encyclopedia of Communications*, Oxford Univ. Press., 1989, Vol. I, p. 360.

movimentos, gestos, posições e relações espaciais e temporais. Neste sentido vão, entre outros, os trabalhos de Erwing Goffman ⁴³, Edward Hall ⁴⁴, Ray Birdwhistel ⁴⁵, que deram justo relevo à significação daquelas dimensões da interação comunicativa.

Como anteriormente já referimos, a partir dos fins da II Grande Guerra, a importância da comunicação e a sua expansão, sob suas múltiplas formas, nos seus diferentes elementos e dimensões, nas suas conexões com toda a esfera da vida social, não cessou de crescer, e crescer a um ritmo cada vez mais acelerado. A complexidade do processo comunicativo e a multiplicidade das suas realizações levaram a abordagens muito diferenciadas, quer sob o ponto de vista teórico e metodológico, quer sob o ponto de vista das práticas. A tal ponto que, em nossos dias, o campo da comunicação, de tão extenso, sincrético e ambíguo, corre riscos de indefinição e descaracterização. Não se trata todavia, de tendência inequívoca e movimento imparável. Bem pelo contrário, a incontestável importância da comunicação para a vida dos humanos e de suas sociedades exige o trabalho metódico rigoroso e continuado em prol da compreensão aprofundada do processo da comunicação humana e do seu consequente aperfeiçoamento.

O campo das Ciências da Comunicação apresenta-se, pois, muito vasto, com limites mal definidos, atravessado por forças contrárias que ora o revigoram ora o enfraquecem. Neste contexto, impõe-se tomar orientação prudente mas com abertura bastante às diferentes abordagens e abrangendo as temáticas e aspectos específicos do comportamento comunicativo. O carácter sincrético daí resultante pode não favorecer, é certo, a coerência teórica, em princípio sempre desejável para uma disciplina. Mas tem o mérito não negligenciável de reconhecer a real pluralidade dos saberes e abordagens sobre a comunicação humana, que, por sua vez, exprimem a complexidade dos processos que a realizam.

É ponto geralmente aceite que não dispomos de uma teoria unitária sobre a comunicação humana. As proclamações em contrário que alguns ousaram não se revelaram fundamentadas. É verdade que o grave risco da falsa interdisciplinaridade espreita a nossa disciplina. Entendemos a interdisciplinaridade como humilde prática científica que procura e aceita ferramentas conceituais de diferentes disciplinas, desde que se mostrem adequadas para tratar questões específicas, abordadas, por isso mesmo,

⁴³ E. GOFFMAN, *The Presentation of Self in Every Day Life*, N. York, Doubleday, 1959; *Frame Analysis*, Mass., Havard, Univ. Press, 1974.

⁴⁴ E. HALL, *The Silent Language*, N. York, Doubleday, 1959.

⁴⁵ R. BIRDWHISTEL, *Kinesics and Context*, Filadelfia, Univ. of Pennsylvania Press, 1970.

num quadro próprio. Essencial é que a importação de conceitos e teorias não traia a sua natureza e validade e que a interdisciplinaridade não redunde no empobrecimento das disciplinas em causa, mas promova, antes, a sua convergência para abordagens mais adequadas à complexidade das questões em análise. Tal é, em todo o caso, a concepção que perfilhamos e que pode permitir o tratamento científico das questões da comunicação humana sem truncar nem a natureza desta nem o valor fundado das disciplinas constituídas.

Pela nossa parte, não desejamos tomar a posição daqueles que, caracterizando a questão comunicacional como moda, ideologia, terra de ninguém, refúgio ou tapa-buracos, chegam a propor o abandono da própria noção de comunicação ⁴⁶. Pretendemos antes apostar na via positiva de prosseguir o exame dos fenómenos do comportamento humano que a linguagem comum foi designando por comunicação. A presença multimoda da comunicação em larguíssima gama de fenómenos da experiência humana, longe de inibir ou desincentivar a sua abordagem científica, haverá antes de a motivar. Extensão tão ampla de conceito a que naturalmente corresponde uma compreensão ou conteúdo de grande generalidade pode precisamente revelar os traços essenciais dos processos de comunicação. De todo o modo, não é duvidoso que o processo de comunicação, através do qual os seres humanos compreendem e se fazem compreender por meio de signos, seja princípio e fundamento de toda a vida pessoal e social. Abordá-lo e compreendê-lo o mais adequadamente possível é tributar-lhe a devida consideração e abrir caminhos para sua mais cabal realização na acção individual e colectiva. Da comunicação, da competência comunicativa dos indivíduos, dos grupos, das sociedades, depende a sua existência e a qualidade desta. Não podemos deixar de comunicar, e, nos nossos modos de comunicar, manifesta-se e constrói-se o nosso modo de ser. É inegável, e a experiência comprova, que o estudo da comunicação humana se revela caminho difícil, pedregoso, acidentado e incerto. Os que hoje nos aventuramos nele, crentes no valor do objecto procurado e decididos a percorrer os trilhos de métodos adequados, não faremos sós a viagem. Outros abriram já sendas e clareiras, construíram pontes, fixaram marcos e direcções que nos permitem traçar o nosso caminho, o qual em procuras desta natureza, sempre haverá de ser próprio.

⁴⁶ E. VERÓN, «Pour en finir avec la communication», *Réseaux*, n.º 46-47, Paris, CNET (1991), p. 122.

DA SEMIÓTICA E SEU OBJECTO

ANTÓNIO FIDALGO *

RESUMO

Contra o entendimento tradicional da semiótica como ciência ou doutrina dos signos, a Escola de Paris, em torno de Greimas, apresenta a semiótica como ciência da significação. Assentando a nova definição na distinção de Hjelmslev entre processo e sistema, analisa-se a teoria hjelmsleviana e mostra-se como esta segue a concepção semiológica de Saussure. Assim, reafirma-se a semiótica como doutrina dos signos e de como esta acepção de semiótica é mais ajustável que a acepção da semiótica como ciência da significação num currículo de estudos de um curso de comunicação.

1. Introdução

Sempre a questão do objecto foi uma das questões centrais de qualquer ciência. Saber de que é que uma ciência trata é tão importante ou mais do que saber quais os seus métodos ou seus objectivos. O mesmo se passa com a semiótica. A indicação do seu objecto é elemento importantíssimo para a sua compreensão enquanto ciência. Tradicionalmente a semiótica era entendida como ciência dos signos, mas hoje aparecem escolas e autores a defenderem a semiótica como ciência da significação em contra-posição a uma semiótica enquanto ciência dos signos. Um desses autores é Moisés Martins que logo na primeira página do seu relatório sobre a disciplina de semiótica, apresentado à Universidade do Minho para provas de agregação, afirma explicitamente: «Não circunscrevemos a semiótica ao regime do signo. Pensamo-la antes na confluência de dois níveis semân-

* Professor na Universidade da Beira Interior. E-mail: fidalgo@ubista.ubi.pt

ticos não sgnicos: o da textualidade/discursividade e o da enunciaço. E enquanto num caso acentuamos o domnio da escrita, o domnio do objecto textual, e suspendemos a relao com o contexto, no outro, colocamos a nfase nas dimenses da prtica discursiva, interaco, intersubjectividade, reflexividade, intencionalidade e comunicao. Quer isso dizer que pensamos a semiotica como a disciplina da significao»¹.

Moiss Martins no nega que tradicionalmente a semiotica era entendida como cincia dos signos², mas considera que na dcada de sessenta houve uma alterao do objecto desta cincia, de algum modo concomitante com a alterao da denominao de semiologia para semiotica: «A disciplina de Semiotica comeou por ser em Saussure, e foi-o ainda com Barthes, uma cincia que se ocupou dos sistemas de signos (semiologia). Nos anos sessenta rompe com a lingstica do signo e afirmou-se como a cincia da significao (semiotica)»³. Embora esta alterao de denominao de semiologia para semiotica se aplique to somente ao universo parisiense, pois que antes de Saussure forjar o termo «semiologia» j o termo «semiotica» era vulgar na filosofia e na lgica como teoria dos signos, o que importa aqui registar qe Moiss Martins considera estar meramente a aceitar um dado adquirido, isto qe, que a semiotica mudou de facto de objecto: «Fazemos, sim, acto da deslocao operada em semiotica ao longo das ltimas dcadas. Esta disciplina deixou, com efeito, de se ocupar dos signos, cuja crise talvez com algum exagero, qe dada por definitiva, para se centrar na significao, e na realizao que esta tem em textos (e em discursos)»⁴.

O meu intuio neste artigo qe duplo: por um lado, compreender o abandono dos signos pela Escola de Paris, isto qe, apurar as razoes para o que qe considerado um dado adquirido, e, por outro, reafirmar os signos como o objecto da semiotica, mostrar que esse qe o entendimento largamente predominante na comunidade cientfica internacional, e justificar esse entendimento. De algum modo retomo os propósitos do artigo de Umberto Eco «Signo» na Enciclpdia Einaudi⁵.

Como meta final do artigo proponho-me mostrar que a noao de semiotica como doutrina dos signos continua a ser hoje uma noao muito rica e, mais importante ainda, que esta acepo de semiotica qe mais ajustvel que a acepo da semiotica como cincia da significao num currculo de estudos de um curso de comunicao.

1 *Semiotica. Programa e Metodologia*, pp. 1 e 2.

2 *Ibidem*, p. 2.

3 *Ibidem*, p.18

4 *Ibidem*, p.20.

5 *Enciclpdia Einaudi*, vol. 31, *Signo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. pp. 11-51.

2. A história e os confins da semiótica

As fronteiras de uma ciência devem muito do seu traçado não à necessidade dedutiva decorrente dos seus princípios, mas ao acaso da história. Que objectos caem ou não no seu âmbito resulta não raras vezes de uma reivindicação atempada. Como ciência recente, a semiótica sentiu a dificuldade de encontrar já ocupadas áreas de investigação que poderiam muito bem ser suas. Isto mesmo o reconhece Roland Posner ao apresentar a semiótica como ciência com um objecto, no artigo com que abre a monumental obra *Semiotics. A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture* ⁶. Escreve ele que o propósito da semiótica teórica de fornecer os conceitos gerais a todos os tipos relevantes de signos e de semioses chocou com os direitos adquiridos de disciplinas tão estabelecidas como a biologia, a psicologia e a medicina, por um lado, e a filologia, a musicologia e a história de arte, por outro ⁷. A alternativa foi, primeiro, abordar áreas ainda não cobertas cientificamente, dando assim origem às semióticas regionais, como a do teatro, a da cinema e a da comunicação não verbal, e, segundo, tratar unitariamente áreas diversas, abordadas isoladamente por outras disciplinas. Fora o desenvolvimento da semiótica mais lesto e hoje seriam os seus confins diferentes.

Definir a semiótica tal como existiu e existe exige conhecer a sua história. Com efeito, qualquer definição nominal ou convencional não evitaria um certo grau de arbitrariedade. A definição etimológica do termo semiótica como disciplina dos signos (σημείον) poderia considerar-se como corroborando a posição de que são os signos e não a significação o objecto da semiótica, no entanto, um olhar mais atento à história do étimo revelaria que não será a etimologia a arbitrar o litígio do objecto semiótico. O termo σημεῖον constituinte de semiótica é tardio no grego e deriva do termo anterior σῆμα ⁸. Ora é deste radical que surgem também outras disciplinas adjacentes, concorrentes ou mesmo pertencentes à semiótica, como semântica e semasiologia. A raiz etimológica dos termos é a mesma, todavia o seu significado varia consoante a história destes.

⁶ Manual organizado por Roland Posner, Klaus Robering, Thomas A. Sebeok, publicado em Berlin e New York pela Walter de Gruyter. A obra é composta por três volumes, no conjunto com cerca de três mil páginas. O primeiro volume veio à luz em 1997, o segundo em 1998. Espera-se que o terceiro surja em 1999. O manual é o décimo terceiro da série *Handbooks of Linguistics and Communication*.

⁷ *Ibidem*, pp. 2.

⁸ Sobre a variedade semântica do termo σῆμα na Grécia pré-clássica ver Ezio Pellizer, «Sign Conceptions in pre-classical Greece» in Posner, org., 1997, pp. 831-836. São oito os significados de σῆμα que Pellizer identifica na Grécia pré-clássica: signo físico, forma desenhada ou modelada, túmulo ou sepulcro, escrita, fenómeno natural, constelação, profecia ou resposta, evidência circunstancial.

O termo semântica, por exemplo, só em 1897, com o *Essai de Sémantique* de Michel Bréal, viu a sua significação definitivamente estabelecida como a ciência do significado.

A própria história do termo 'semiótica', que não da ciência semiótica, não resolverá certamente a disputa em aberto, apesar das achegas importantes que possa dar. É sabido que 'semiótica' começa por ser um termo da medicina grega. Na tradição hipocrática Galeno classifica a σημειοτική como um dos seis ramos da medicina, a par da fisiologia, etiologia, patologia, higiene e terapia. Fazendo parte da diagnose, caberia à semiótica descobrir os sintomas das doenças⁹. No entanto, e apesar de Galeno ser, além de médico, um filósofo com uma obra ampla num campo lógico-linguístico que hoje incluiríamos na semiótica¹⁰, a relação entre os dois campos, a sintomatologia médica e a linguística, não foi feita pelos gregos¹¹. Umberto Eco escreve mesmo que Galeno teria ficado muito surpreendido se soubesse que a sua τέχνη σημειοτική servia para analisar também os elementos da língua¹².

Não é à história do termo, mas à história da ciência por ele designada, que há que buscar directrizes vinculativas sobre o seu objecto específico. Determinar-se-á o objecto da semiótica sabendo qual o objecto de que ela tratou e trata. Sendo muito claro este método de resolução do problema, ele não é fácil. E não é fácil desde logo porque nos encontramos de algum modo numa situação circular, da charada do ovo e da galinha. Para determinar o que cabe e não cabe na história da semiótica, exige saber-se do que ela trata, e para se saber do que a semiótica trata há que recorrer à história da semiótica. Esta dificuldade foi levantada e tratada por Jürgen Trabant¹³ e Umberto Eco¹⁴.

Trabant considera não ser possível uma história «objectiva» da semiótica, mas que haverá sempre diferentes semióticas consoante as diferentes concepções de semiótica dos historiadores. Com base em duas apresentações da história da semiótica¹⁵, Trabant mostra como a semiótica é vista

⁹ Thomas A. Sebeok, «Symptome, systematisch und historisch» in *Zeitschrift für Semiotik* 6/1-2, 1984, pp. 37-52.

¹⁰ Ver Robert Blair Edlow, *Galen on Language and Ambiguity*, Leiden: E.J.Brill, 1977.

¹¹ Ver Pellizer, *ibidem*.

¹² Umberto Eco, «History and historiography of Semiotics» in Posner, org., 1997, pp. 730-746.

¹³ Jürgen Trabant, «Monumentalische, kritische und antiquarische Historie der Semiotik» in *Zeitschrift für Semiotik* 3/1, 1981, pp. 41-48.

¹⁴ Umberto Eco, *ibidem*.

¹⁵ São elas o manual de Elisabeth Walther, *Allgemeine Zeichenlehre. Einführung in die Grundlagen der Semiotik*, Stuttgart, 1974, e Thomas A. Sebeok, *Theorie und Geschichte der Semiotik*, Reinbeck, 1979.

e narrada consoante o respectivo ponto de partida. Adoptando a divisão nietzscheana da história em monumental, crítica e antiquarista, Trabant considera que tanto uma como a outra das apresentações analisadas pertencem ao género monumental, interessadas em justificar e glorificar uma determinada teoria e prática semióticas. Trabant nota a falha de ainda não existir aquela história antiquarista da semiótica, que tudo regista sem diferenciar o valor de cada coisa, nem respeitar proporções, mas que acriticamente junta tudo o que possa de perto ou de longe, de qualquer maneira, ter a ver com a temática semiótica. E declara ser uma necessidade a elaboração dessa história antiquarista da semiótica, até para por ela se aferirem as particularidades e se corrigirem as falhas e as injustiças das histórias de tipo monumental e crítico ¹⁶.

A história antiquarista da semiótica foi entretanto feita. O referido manual de semiótica de Posner contém uma vastíssima quantidade de material histórico que abarca todos os domínios que podem ser considerados como pertencendo ao longo dos tempos, de longe ou de perto, à semiótica ¹⁷. Ora é justamente num artigo introdutório a esta história da semiótica que Umberto Eco analisa o problema da relação do objecto e da história da semiótica. Um historiador que quisesse elaborar uma história da semiótica, entendida esta como uma teoria dos signos, verificaria que muitos autores do passado, apesar de abordarem temáticas que no entender do próprio historiador estariam relacionadas com os signos, ou não mencionam a noção de signo, ou questionam mesmo a própria noção de signo, ou afirmam que o objecto da semiótica é algo diferente dos signos, ou sustentam que os signos são apenas uma sub-espécie de entidades semióticas e que a semiótica incide sobre um campo mais vasto de fenómenos inter-relacionados, ou negam abertamente a existência de um campo unificado de interesses denominado semiótica, ou, por fim, assumem expressamente que as suas investigações nada têm a ver com a semiótica. Ainda segundo Umberto Eco, o problema subjacente a este dilema é o facto de, por um lado, os semióticos modernos ainda não terem chegado a acordo sobre uma lista mínima de conceitos básicos e, por outro, de a noção de signo não ter sido sempre, desde os primórdios do pensamento ocidental, uma categoria semiótica suficientemente compreensiva. A solução consistirá em todo o historiador expor logo de início qual o seu entendimento de semiótica e qual o objecto da sua pesquisa por campos tão

¹⁶ Trabant, *ibidem*, p. 48.

¹⁷ A secção B do *Semiotics. A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture* que inclui nada menos que 68 artigos em mais de 1500 páginas, pp. 668-1198 do 1.º volume e pp. 1199-2339 do 2.º volume.

diferentes da reflexão científica e da cultura humana¹⁸. Mesmo assim, a proposta de Eco é partir da definição de semiótica como doutrina dos signos, por isso seguir as propostas mais difundidas como a de Jakobson¹⁹ e a de Sebeok²⁰.

No entanto, para além de uma história geral da semiótica, isto é de uma semiótica de certo modo *avant la lettre*, que incluiria tudo e todos, há a história da semiótica como disciplina do século XX. Aqui é inquestionável que Charles Sanders Peirce e Ferdinand de Saussure são os fundadores da semiótica tal como se viria a constituir nos nossos dias. A semiótica é, vale dizê-lo, uma ciência recente para uma temática antiga²¹. Dentro da história da semiótica cabe portanto como seu núcleo duro a história da disciplina da semiótica tal como ela se afirmou como disciplina autónoma na contemporaneidade. E aqui não subsistem quaisquer dúvidas de que foi concebida pelos seus fundadores como ciência dos signos.

John Locke é o primeiro na modernidade a postular em 1690 uma ciência chamada *σημειοτική* incumbida de estudar os signos, de que as palavras são a parte mais usual, nomeadamente de considerar a natureza dos signos de que o espírito se serve para entender as coisas ou para comunicar esse conhecimento aos outros²². Ora é sobretudo a função representacional dos signos no conhecimento que chama a atenção dos lógicos do século XIX, como Lambert²³, Bolzano e Husserl²⁴. Eles vêem na semiótica uma ciência propedéutica à lógica virada para o estudo dos signos como instrumentos do pensamento e do conhecimento.

É no seguimento desta linha filosófico-lógica que Peirce desenvolve o seu conceito de semiótica²⁵. Para Peirce a semiótica é uma disciplina

¹⁸ Eco, *ibidem*, p. 733.

¹⁹ Roman Jakobson define semiótica na abertura do primeiro congresso da Associação Internacional de Estudos Semióticos como qualquer tipo de estudo interessado numa *relation de renvoi*, no sentido clássico do *aliquid stat pro aliquo*. Veja-se ainda Roman Jakobson, *On Language*, Cambridge: Harvard University Press, 1990. «Language as one of the sign systems and linguistics as the science of verbal signs, is but a part of semiotics, the general science of signs which was forseen, named and delineated in John Locke's essay...» p. 454.

²⁰ Thomas A. Sebeok, *Contributions to the Doctrine of Signs*, Bloomington: Indiana University Press, 1976.

²¹ Ver António Fidalgo, *Semiótica: A Lógica da Comunicação*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. Ver sobretudo a Introdução, intitulada justamente «Uma ciência recente para uma temática antiga», pp. 3-16.

²² *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, Parte 4, Cap. XXI, § 4.

²³ Christoph Hubig, «Die Zeichentheorie Johann Heinrich Lamberts: Semiotik als philosophische Propädeutik» in *Zeitschrift für Semiotik* 1, 1979, pp. 333-344.

²⁴ Ver Fidalgo, *ibidem*; os capítulos dedicados a Bolzano e a Husserl, pp. 22-43.

²⁵ Klaus Oehler, «An Outline of Peirce's Semiotics» in Martin Krampen, org., *Classics of Semiotics*, New York: Plenum Press, 1987.

lógica. Logo nos primeiros escritos, nomeadamente em «On a New List of Categories»²⁶, estabelece os traços gerais do que seria a sua semiótica. As categorias aristotélicas e kantianas são substituídas simplesmente por três, Qualidade, Relação e Representação, havendo então a distinguir três tipos de representações (termo que viria a ser substituído por signo), similitudes (mais tarde, ícones), índices e símbolos. A tese fundamental de Peirce nos primeiros escritos, «Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man» e «Some Consequences of Four Incapacities», é de que «todo o pensamento está nos signos» e, portanto, de que a semiótica tem uma aplicação universal. Tudo pode ser um signo, bastando para isso que entre num processo de semiose, no processo de que algo está por algo para alguém.

Directamente na pegada de Peirce, Charles Morris apresenta a semiótica como a ciência dos signos com as sub-disciplinas da sintáctica, semântica e pragmática²⁷. O mérito de Morris é o de ter estabelecido esta divisão epistemológica da semiótica, que se tornaria canónica, na base do próprio processo semiótico. O estudo semiótico dos signos pode ser sintáctico, semântico ou pragmático justamente dada a natureza relacional do signo. Todo o signo consiste na relação de um veículo signico que denota algo para alguém. A semiótica «is not concerned with the study of a particular kind of object, but with ordinary objects in so far (and only in so far) as they participate in semiosis»²⁸.

Numa palavra, não restam dúvidas de que, quanto à semiótica de proveniência peirceana, seguramente a corrente semiótica mais importante da actualidade, ela foi e continua a ser entendida como doutrina dos signos. Thomas A. Sebeok e toda a escola de Indiana aí estão para o mostrar através de numerosas obras e congressos científicos.

A negação dos signos como o objecto da semiótica aparece na escola francesa, precisamente com A. J. Greimas, e é portanto na história da semiologia, isto é, da semiótica de proveniência linguística, que deveremos encontrar as razões para uma alteração da acepção tradicional de semiótica.

A ideia que Saussure apresenta da semiologia é tão clara quanto embrionária. À semiologia competiria «o estudo da vida dos signos no seio da

²⁶ *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1935, 1. 545-567.

²⁷ Charles Morris, «Foundations of the Theory of Signs» (1938) in *Writings on the General Theory of Signs*, The Hague: Mouton, 1971, p. 20. A razão de traduzir aqui *sintactics* por sintáctica e não por sintaxe como fiz em *Semiótica, A Lógica da Comunicação* deve-se à necessidade de corresponder à distinção morrisiana entre *syntax* e *sintactics*. Segue-se, assim, a tradução de Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa: Presença, 1991, pp. 94-95.

²⁸ Charles Morris, *Writings on the General Theory of Signs*, The Hague: Mouton, 1971, p. 20.

vida social». Sendo a linguagem um sistema de signos entre outros sistemas de signos de que o homem se serve para comunicar, a linguística seria uma ciência particular de determinados signos, os signos da linguagem, e enquadrar-se-ia na ciência geral da semiologia que se debruçaria sobre todos os signos. A nova ciência, denominada a partir do grego *semeion*, «sinal», «estudaria em que consistem os signos, que leis os regem»²⁹.

A concepção saussureana de semiologia é desenvolvida, na década de sessenta, no sentido de uma semiologia da comunicação, oposta à semiologia da significação de Roland Barthes³⁰, por Buysens³¹ e Prieto³². O que estes dois autores intentam é de facto erigir uma teoria geral dos signos.

Ora é justamente esta semiologia saussureana, enquanto teoria geral dos signos, linguísticos e não linguísticos, que Greimas considera ultrapassada. Explicitamente Greimas e Courtès escrevem que «O projecto semiológico, na medida em que se procurou desenvolvê-lo no quadro restrito da definição saussureana — o estudo dos signos, inscrito na teoria da comunicação, consistindo na aplicação quase mecânica do modelo do signo linguístico — depressa se viu reduzido a bem pouco: à análise de alguns códigos artificiais supletivos, como as análises de Prieto e de Mounin, fazendo da semiologia como que uma disciplina anexa da linguística»³³. Mais exactamente, é o modelo por assim dizer ortodoxo da semiologia saussureana, defendido por Georges Mounin, que Greimas declara ter-se esgotado.

Greimas inscreve-se expressamente³⁴ na tradição de Louis Hjelmslev para sustentar uma concepção de semiótica não como teoria geral dos signos, mas como teoria dos processos universais de significação. Seria, pois, com Hjelmslev que se daria, segundo Greimas e Courtès, a alteração da noção de semiótica e isso bastaria para nos obrigar a olhar atentamente para a doutrina do linguísta dinamarquês. Há porém que redobrar a aten-

²⁹ Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 44.

³⁰ Georges Mounin, *Introduction à la Sémiologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1970, pp. 11-15.

³¹ Eric Buysens, *Semiologia e Comunicação Linguística*, São Paulo: Editora Cultrix, s.d.

³² Luis Prieto, *Mensagens e Sinais*, São Paulo: Editora Cultrix, 1973 (1966).

³³ «Le project sémiologique, dans la mesure où l'on a cherché à le développer dans le cadre restreint de la définition saussurienne...; l'étude des 'signes', inscrite dans la théorie de la communication, consistant dans l'application quasi mécanique du modèle du 'signe linguistique', etc. — s'est vite réduit à fort peu de chose: à analyse de quelques codes artificiels de suppléance (cf. les analyses de Prieto, de Mounin), ce qui a fait apparaître la sémiologie comme une discipline annexe de la linguistique.» A. J. Greimas, J. Courtès, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 336.

³⁴ «En nous inscrivant dans la tradition de L. Helmslev qui a été le premier à proposer une théorie sémiotique cohérente, nous pouvons accepter la définition qu'il donne de la sémiotique», *ibidem*, p. 341.

ção, quando outros autores consideram que, pelo contrário, é Hjelmslev que realiza o projecto de Saussure, da semiologia como uma ciência dos signos, baseada na linguística imanente e estrutural ³⁵.

Nos *Prolegómenos a uma Teoria da Linguagem* de 1943 Hjelmslev conclui ser inevitável o alargamento das considerações linguísticas a outras áreas que não as línguas naturais, e isto porque esse alargamento decorre das preocupações escritas do linguista ³⁶. Essas áreas são as semióticas, dando Hjelmslev um sentido peculiar a este termo. Por semiótica entende ele não uma ciência, mas um sistema hierárquico de relações tal como, por exemplo, uma linguagem natural ³⁷. Uma semiótica é um sistema estruturado de modo análogo à linguagem. A conclusão daqui resultante é a que «obriga o linguista a considerar como seu objecto, não só a linguagem natural do dia a dia, mas também qualquer semiótica, isto é, qualquer estrutura análoga à linguagem» ³⁸. Donde resulta que a linguagem como uma semiótica entre outras «pode ser encarada como um caso especial de um objecto mais geral» ³⁹. Daqui segue-se, segundo Hjelmslev, ser proveitoso e necessário estabelecer um ponto de vista comum às várias disciplinas, do estudo da literatura à matemática, passando pela música e história, «dando cada uma, à sua maneira, o seu contributo à ciência geral da semiótica» ⁴⁰. Hjelmslev concebe, portanto, também uma ciência geral, modelada sem dúvida a partir da linguística, mas onde esta se inseriria ⁴¹.

³⁵ «For in my opinion, and with all respect for Hjelmslev's importance as a linguistic scientist, the truly original aspect of his work is the development of a semiotic rather than a linguistic theory. For he is nothing less than the originator of that Saussurean desideratum, namely a general science of signs (sémiologie) based on immanent and structural linguistics.» Jürgen Trabant, «Louis Hjelmslev: Glossematics as General Semiotics» in Martin Krampen, org., *Classics of Semiotics*, New York: Plenum Press, 1987, pp. 89-108, p. 90.

³⁶ Louis Hjelmslev, *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1961. «We stress that these further perspectives do not come as arbitrary and dispensable appendages, but that, on the contrary, and precisely when we restrict ourselves to the pure consideration of natural language, they spring with necessity from 'natural' language and obtrude themselves with inevitable logical consequence. If the linguistic wishes to make clear to himself the object of his own science he sees himself forced into spheres which according to the traditional view are not his.» pp.101-102.

³⁷ Exactamente a definição formal dada por Hjelmslev de semiótica é a de «a hierarchy, any of whose components admits of a further analysis into classes defined by natural relation, so that any of those classes admits of an analysis into derivatives defined by mutual mutation.» *ibidem*, p. 106.

³⁸ *Ibidem*, p.107.

³⁹ *Ibidem*, p.107.

⁴⁰ *Ibidem*, p.107.

⁴¹ «Each will be able to contribute in its own way to the general science of semiotics by investigating to what extent and in what manner its objects may be submitted to an analysis that is in agreement with the requirements of linguistic theory.» *ibidem*, p.108.

Esta é, a este nível, uma posição claramente saussureana. O próprio Hjelmslev o reconhece ⁴². O que Hjelmslev contesta, isso sim, é o carácter sociológico e psicológico que a semiologia teria, na opinião de Saussure. Com efeito, Saussure enquadra a semiologia dentro da psicologia social e esta por sua vez dentro da psicologia geral. Donde a linguística, como ciência particular da semiologia, seria também uma disciplina socio-psicológica. Contudo, como Hjelmslev muito bem aponta, o que Saussure acaba por realmente fazer com a linguística é algo completamente diferente. A linguística como Saussure efectivamente a desenvolve é uma «ciência da pura forma» e a língua uma «estrutura abstracta de transformações» ⁴³. Não é por acaso que a estrutura semiológica é redescoberta nas estruturas dos jogos, por exemplo na do xadrez. A concepção da linguagem é formal. Ora este é, ainda segundo Hjelmslev, um ponto muito importante na constituição da semiologia numa base «imane»te». E é aqui que uma colaboração íntima entre lógicos e linguistas se pode e deve estabelecer. Hjelmslev cita a obra de Rudolf Carnap, *A Sintaxe Lógica da Linguagem*, 1934, como situando-se na fronteira dessa colaboração. Portanto, a concepção hjelmsleviana da doutrina geral da semiótica é a de uma ciência claramente formal, de natureza linguístico-lógica.

Sendo assim, como é que Greimas enraíza uma semiótica social na doutrina de Hjelmslev? Através da distinção crucial que Hjelmslev faz entre processo e sistema ⁴⁴. Sendo as semióticas hierarquias e havendo dois tipos de hierarquias, processos e sistemas, a ideia greimasiana de semiótica é a de uma hierarquia de processos determinante da hierarquia de sistemas.

Hjelmslev considera que toda a análise linguística tem de ser processual e sistemática. Ora é justamente na base da análise processual do eixo sintagmático da língua que Hjelmslev chega às figuras constituintes dos signos. Os signos não são entidades linguísticas últimas, mas sim construções sígnicas feitas a partir de um número reduzido de figuras ⁴⁵. Conclui-se assim que «as línguas não podem ser descritas como puros sistemas de signos..., mas que pela sua estrutura interna são primeiramente e antes de tudo o mais algo diferente, a saber, sistemas de figuras que se podem

⁴² *Ibidem*, p.107-109.

⁴³ «Saussure sketches something that can only be understood as a science of pure form, a conception of language as an abstract transformation structure, which he elucidates from a consideration of analogous structures.» *ibidem*, p.108.

⁴⁴ *Ibidem*, pp.28-41.

⁴⁵ «Such non-signs as enter into a sign system as parts of signs we shall here call *figurae*; this is a purely operative term, introduced simply for convenience. Thus, a language is so ordered that with the help of a handful of *figurae* and through ever new arrangements of them a legion of signs can be constructed.» *ibidem*, p. 46.

usar para construir signos»⁴⁶. Fica assim desfeita a ideia da linguagem como sistema de signos. Na base desse sistema está uma construção.

A semiótica de Greimas reforça o carácter processual da análise⁴⁷. É neste ponto, portanto, na distinção entre processo e sistema, que claramente se situa a bifurcação na concepção de semiótica, a semiologia sistemática saussureana e a semiótica processual — ou semântica! — de Greimas⁴⁸.

Sem querer entrar numa filologia da obra de Hjelmslev, parece não sofrer dúvidas que a leitura que Greimas faz é unilateral. Para Hjelmslev todo o processo tem um sistema por detrás que o possibilita e o condiciona. Pode haver sistemas sem processos, mas não há processos sem sistemas⁴⁹. Ora a noção que Hjelmslev apresenta da semiótica é, como se viu atrás, a de um alargamento e desenvolvimento do *sistema* linguístico. Apesar do que Greimas e Courtès pretendem fazer crer, a semiótica de Hjelmslev está na linha de desenvolvimento da semiologia de Saussure.

3. A polissemia e a crise do 'signo'

A crise do signo é antes de mais uma crise do signo linguístico. A semiologia que Greimas considera ultrapassada é a semiologia que se baseia na

⁴⁶ *Ibidem*, p. 47.

⁴⁷ Greimas e Courtès reconhecem de certo modo a unilateralidade da sua semiótica, à luz da definição de semiótica dada por Hjelmslev: «Le fait que les recherches actuelles favorisent davantage, sous forme d'analyses de discours et des pratiques sémiotiques, l'axe syntagmatique et les procès sémiotiques, ne modifie en rien cette définition: on peut très bien imaginer qu'une phase ultérieure de la recherche soit consacrée à la systématisation des résultats acquis.» A. J. Greimas, J. Courtès, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 341.

⁴⁸ «Si la sémiologie est pour Saussure l'étude des 'systèmes des signes', c'est que le plan des signes est pour lui le lieu de la manifestation de la forme sémiotique. Pour Hjelmslev, au contraire, le niveau des signes n'a besoin d'être analysé que pour permettre le passage dans un au-delà des signes, dans le domaine des figures (des plans de l'expression et de contenu): le plan de la forme du contenu qui s'offre ainsi à l'analyse devient de ce fait le lieu d'exercice de la sémantique et fonde épistémologiquement son autonomie. La sémiotique d'inspiration hjelmsléviennne ne correspond donc pas à la sémiologie de Saussure: elle n'est plus 'système' (car elle est à la fois système et procès), ni 'systèmes des signes' (car elle traite d'unités plus petites que les signes, et relevant de l'un ou de l'autre plan du langage, mais non des deux à la fois comme dans le cas des signes).» *ibidem*, p. 66. Mas claro não se podia ser.

⁴⁹ «The decisive point is that the existence of a system is a necessary premiss for the existence of a process: the process comes into existence by virtue of a system's being present behind it, a system which governs and determines it in its possible development. A process is unimaginable without a system behind it. On the other hand, a system is not unimaginable without a process; the existence of a system does not presuppose the existence of a process.» Hjelmslev, *ibidem*, p. 39.

noção saussureana de signo linguístico. Porém, para além da noção de signo linguístico outras noções há de signo que de modo algum se reduzem àquela. A questão é pois se a crise do signo tal como é proclamada pela Escola de Paris se estende à noção de signo em geral, *überhaupt*, ou apenas se cinge à noção de signo como uma entidade de duas faces, significante e significado. Há que dar razão a Umberto Eco quando diz que o anúncio da morte do signo raramente é precedido por uma análise do conceito de signo ou por uma investigação histórica da sua semântica ⁵⁰.

O que Aristóteles diz do ente, que se diz de muitas maneiras, também se pode dizer do signo. Começemos então por fixar as noções mais comuns de signo ⁵¹.

Sabemos que a noção de signo em Saussure tem a sua génese num processo comunicativo em que o emissor transmite uma mensagem a um destinatário. O signo toma a função de representação de algo que se pretende comunicar a outro ser. Na base desta transmissão há-de haver um código comum capaz de associar as mesmas representações no emissor e no destinatário. Aqui a relação sgnica é uma relação de equivalência, $p \equiv q$. Esta é a relação sgnica presente nos dicionários e nas enciclopédias, onde *woman* significa *mulher* e «*animal, humano, feminino, adulto*». Esta relação tem um cariz arbitrário.

Esta noção de signo não é todavia a inicial, aquela em que *signum* está por sinal, marca, indício. O rasto de um animal que serve de sinal a um caçador, o fumo como sinal do fogo, a febre como sintoma da doença, não são signos com uma relação de equivalência. A relação sgnica aqui presente é antes a de implicação, $p \supset q$, ou seja, é uma condicional, *se p então q*. Um sinal é algo a partir do qual se podem fazer inferências válidas. Assim da presença do rasto conclui-se que por ali passou um animal, do fumo conclui-se que há fogo. É neste sentido que os estóicos declaram ser o signo uma proposição constituída por uma conexão válida com o seu consequente.

Mas para além destes dois sentidos de signo ainda há outros que convém referir. Signo significa também um símbolo que representa um objecto abstracto ou uma relação, como é o caso dos símbolos da álgebra e da geometria. Enquadram-se aqui as fórmulas e os diagramas. Embora sejam arbitrários, há neles também uma relação de motivação na medida em que alterando-se a expressão altera-se o conteúdo, dada a relação de um-a-um entre expressão e conteúdo. São os chamados signos icónicos ou analógicos. Este é o sentido de signo que os matemáticos e os lógicos do

⁵⁰ Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language*, Bloomington: Indiana University Press, 1984, pp. 14-45.

⁵¹ Sigo aqui de perto a investigação de Umberto Eco, *ibidem*.

Século XIX, nomeadamente Bolzano e Husserl, abordam. Os signos são considerados aqui instrumentos eficazes do pensamento.

Signo significa ainda um desenho. A diferença entre um desenho e um diagrama reside em o diagrama obedecer a regras precisas e codificadas de produção enquanto o desenho é feito espontaneamente e ainda por o diagrama representar objectos abstractos enquanto o desenho representa normalmente um objecto concreto.

Signo significa um desenho estilizado que mais do que representar um objecto concreto representa aquilo por que o objecto ele próprio está, a cruz como sinal do Cristianismo e o crescente como sinal do Islão. São símbolos, porém diferentes das fórmulas e dos diagramas, na medida em que estes são desprovidos e eles repletos de sentido.

Por fim, signo toma o sentido de indicador. A Estrela do Norte é um sinal para o marinheiro, não enquanto representa algo, mas enquanto lhe serve de indicação sobre como proceder. A relação aqui mais do que de substituição é de instrução.

Avançados estes sentidos de signo, convém verificar em que consiste a crise do signo e verificar se a crise do signo linguístico se estende aos outros sentidos de signo.

A crise do signo consiste essencialmente numa desconstrução do signo linguístico, numa recondução deste a unidades de maior ou menor porte. Assim temos a desconstrução do signo em figuras, em proposições e em texto.

A dissolução do signo em figuras, já o vimos, é operada na linguística de Hjelmslev. A análise processual permite dividir o signo, tanto no plano da expressão como no plano do conteúdo, em unidades menores chamadas figuras. No plano da expressão o termo 'gatos', por exemplo, pode, graças ao método da comutação, dividir-se em unidades menores gat[o], onde o 'o' indica o masculino, por oposição ao feminino 'a' (gata). Também no plano do conteúdo podemos estabelecer unidades menores como felino, masculino, animal doméstico, etc. Deste modo, o signo linguístico aparece como o constructo de agregações e desagregações de unidades de menor tamanho. É justamente a possibilidade de analisar a forma do conteúdo que funda, segundo Greimas, a semântica estrutural.

A desconstrução dos signos linguísticos em figuras não se aplica todavia a outros tipos de signos. Há signos em que não há articulações. O fumo que assinala o fogo não pode ser desconstruído e o mesmo vale dos símbolos da aritmética.

Por outro lado, o signo linguístico tem sido reduzido a unidades de maior extensão como a proposição e o texto. Buysens considera que o signo em si não tem dimensão suficiente para fazer um sentido. Esse sentido reside no sema, na proposição correspondente a um estado de coisas. O mesmo signo linguístico aparece em diferentes proposições que exprimem coisas completamente diferentes. O termo 'rua', por exemplo,

tem um sentido completamente diferente consoante é utilizado em 'Vai para a rua' e 'A rua é larga'. O signo buscaria o seu sentido na proposição que integrasse. A sua existência significativa seria meramente virtual.

A dissolução do signo no texto é defendida pelo último Barthes e por Kristeva. O texto é o local do sentido, gerador e produtor de sentido. As palavras (signos) e as frases (proposições) que ocorrem no texto têm o sentido no texto. Este pode tirar-lhes o sentido do dicionário e dar-lhes novos sentidos, pode sempre rever os sistemas significativos e significantes anteriores e dotá-los de novo sentido, ou tirar-lhes o sentido. Com as mesmas palavras se constróem textos diferentes e em que as palavras ganham sentidos diferentes. A expressão «Que pontual me saístes!» para referir que o interlocutor chegou atrasado dá ao termo pontual um sentido oposto ao do sentido habitual do termo.

A desconstrução do signo em unidades de maior extensão, todavia, também não consegue esvaziar completamente a autonomia significativa do termo, isto é, não consegue por completo destruir a sua unidade significativa. Mesmo nos casos em que uma palavra aparece com um sentido diferente, há sempre uma identidade última que a comanda e que lhe permite que efectivamente surja com significados muito diferentes, como no caso da palavra olho: «Vai para o olho da rua» ou «O olho é um órgão da visão», mas que, neste caso, a impede de integrar frases como «O olho comeu favas». As potencialidades semânticas do termo estão presentes no próprio termo. «A capacidade de os textos esvaziarem, destruirerem ou reconstruirem funções-sígnicas pre-existentes depende da presença no seio da função sígnica de um conjunto de instruções orientado para a produção (potencial) de diferentes textos»⁵². Não é uma destruição pura e simples dos signos que ocorre nos textos, mas antes uma violência que estende o sentido destes num processo infinito.

Umberto Eco avança um 'modelo instrucional' para cobrir os sentidos conotativos ou metafóricos de um termo, que por vezes parecem negar o sentido primeiro. O sentido obtém-se através de um conjunto de instruções sobre as possíveis contextualizações do termo. Temos então uma semiótica contextual segundo a qual «o tipo semântico é a descrição dos contextos em que o termo pode esperar-se vir a correr»⁵³.

Os sentidos diferentes, conotativos ou metafóricos, são possíveis porque mesmo no primeiro nível de significação, para além de uma relação de equivalência há já inferência latente⁵⁴.

⁵² *Ibidem*, p. 25.

⁵³ *Ibidem*, p. 35.

⁵⁴ «A linguistic term appears to be based on pure equivalence simply because we do not recognize in it a 'sleeping' inference.» *ibidem*, p. 35

Para concluir esta parte, dir-se-á que não só a crise do signo linguístico não se estende às outras noções de signo, mas que a consideração de outros tipos de signo, nomeadamente as relações que lhe estão subjacentes, obrigam a uma revisão do próprio signo linguístico à luz de uma concepção mais funda e mais abrangente do signo enquanto signo.

4. A natureza relacional do signo

A definição clássica de signo «*aliquid stat pro aliquo*» é feliz na medida em que, colocando duas variáveis nos termos da relação, acentua a própria relação. Algo que está por algo. À primeira vista, a definição é de uma generalidade tão grande que aparentemente a torna de pouca utilidade. «Algo» cobre tudo e pouco diz sobre o que cobre e o mesmo vale para a relação «estar por». A extensão dos termos «algo» e «estar por» é tão vasta quanto reduzida a sua intensão. Contudo, é graças a essa generalidade que a relação sgnica se pode aplicar a qualquer coisa. Também as noções primeiras de outras ciências são gerais e não deixam de ser fundamentais. A noção de «ser» por exemplo, apesar de uma extrema generalidade não deixa de ser de crucial importância para a filosofia.

O que importa averiguar é a relação sgnica, o «estar por» que constitui o signo. Vimos atrás, aquando da abordagem da polissemia do signo, que as relações sgnicas podem ser de inferência, de equivalência, de similitude, icónicas ou isomórficas, entre outras. A relação «estar por» cobre todas elas. Contudo, também pode cobrir outras, havendo então que apurar qual o âmbito, a extensão, da relação sgnica. Esse âmbito, todavia, só poderá ser traçado mediante a natureza ou intensão da relação. Como heurística para analisar a natureza da relação sgnica, adopto o acrescento que Charles Peirce fez à definição clássica de signo: algo que está por algo *para alguém*. Deste modo será possível determinar a relação «estar por» constituinte do signo. O «estar por» é uma relação entre um A e um B que permite a um C dar-se conta de B mediante A. Quer isto então dizer que há uma relação sgnica entre um A e um B sempre que um C ao dar-se conta de um A também se dá conta de um B. Só nesse momento é que esse A passa a *estar por* esse B, o mesmo é dizer, é que A é signo de B.

Inferências é o nome dado às relações em que alguém chega ao conhecimento de algo mediante um terceiro. Diz-se então que esse conhecimento é feito por inferência a partir desse terceiro. Antes de mais, convém dizer que inferência é tomada aqui no seu sentido mais lato e que, portanto, não se confina à chamada implicação filoniana.

Dedução e indução são os dois tipos de inferência mais conhecidos. A concepção da inferência sgnica como sendo do tipo dedutivo assenta na noção de um signo forte em que a relação «estar por» é uma relação

necessária. Para que C deduza B a partir de A é necessário que B decorra necessariamente de A. Em todos os signos necessários a inferência é de tipo dedutivo. Temos assim signos necessários sempre que haja uma bicondicional como no caso «Se for dia, então haverá luz solar». Um outro exemplo é o código Morse em que a cada unidade corresponde uma letra do alfabeto. Falamos neste caso de códigos fortes⁵⁵. Código forte é aquele que estabelece uma relação necessária entre o A e o B pelo qual está para C.

Na matemática e em todas as outras linguagens formais as relações sígnicas são necessárias e, dessa maneira, de tipo dedutivo. A necessidade sígnica é aqui estabelecida por definição dos signos em causa. Por sua vez as linguagens naturais são códigos muito menos fortes que a matemática. A relação sígnica diz-se aqui arbitrária, estabelecida pela convenção de usos e costumes. De qualquer modo, a arbitrariedade do signo linguístico, tal como é explanada em Saussure, não significa de modo algum que a relação entre significante e significado se possa alterar *ad libitum*. Saussure ao realçar a arbitrariedade do signo realça também o seu carácter inamovível. Arbitrariedade significa tão somente que não há motivos para que os termos da relação sígnica sejam esses e não outros. Porém, uma vez estabelecida a relação sígnica por convenção ela tem a força que tem a convenção, ou seja, tem a necessidade que tem a convenção que a instaura.

É de notar que o modelo dedutivo dos sistemas sígnicos como a matemática representa um ideal que exerce uma grande atracção sobre todos os sistemas sígnicos. As tentativas de formalização das linguagens naturais, o esforço por tornar científica a linguagem quotidiana, de a depurar de todas as ambiguidades e de a tornar unívoca podem ser vistas à luz dessa atracção pelo modelo dedutivo da ciência.

Os signos necessários são apenas uma parte, reduzida, do universo dos signos. Mais frequentes no dia a dia são as inferências indutivas. Os sinais de diagnóstico e de prognóstico incluem-se aqui. Há sempre um maior ou menor grau de probabilidade na indução.

Mas além da dedução e da indução temos ainda a abdução como inferência lógica e sígnica. Foi Peirce quem descobriu o quão importante é a abdução no conhecimento humano e de que forma. A natureza categorial do signo, a sua universalidade, depende deste tipo de inferência. Efectivamente, a possibilidade de qualquer coisa ser um signo de qualquer coisa para alguém depende da possibilidade deste alguém elaborar uma hipótese explicativa da primeira coisa. Por abdução entende Peirce a inferência

⁵⁵ Sobre a noção de códigos fortes ver Umberto Eco, *ibidem*, pp. 36-39, e *Theory of Semiotics*, 1979, Cap. 2, pp. 48-150.

em que, face a circunstâncias algo curiosas que poderiam ser explicadas pela suposição do que é um caso de uma regra geral, adoptamos essas suposição»⁵⁶. Toda e qualquer coisa pode ser vista à luz de uma hipótese, ganhando nesse preciso momento um estatuto sógnico.

O leque das inferências abduativas é enormíssimo, cabendo nele formas de abduzir tão diferentes como perceber, presumir, supor, tecer hipóteses, mesmo imaginar⁵⁷. Umberto Eco distingue três tipos de abdução: supercodificada, subcodificada e criativa⁵⁸. A abdução supercodificada ou hipótese é aquela em que a regra é dada quase de imediato. Se numa rua de Portugal ouvir a expressão «rei», entenderei a palavra como significando «monarca», contudo se estiver numa aula de latim e ouvir a mesma palavra-som então assumirei que se trata do genitivo singular do substantivo latino «res». As inferências que se fazem num e noutra local são feitas com base em códigos diferentes, nomeadamente de que nas ruas de Portugal se fala português e de que nas aulas de latim se declinam substantivos latinos. A abdução subcodificada, por seu lado, tem de buscar ela própria o contexto em que se há-de situar, isto é, tem de seleccionar uma regra entre várias possíveis. A palavra «homem» pode significar, consoante os contextos, «animal racional», «pessoa adulta do sexo masculino», «pessoa de carácter». A expressão «É um homem» tem, assim, sentidos diferentes de acordo com o código escolhido para a cobrir. O terceiro tipo de abdução é aquele em que a regra explicativa tem de ser criada *ex novo*, ou seja, em que não há códigos disponíveis em que possa ser integrada a coisa a explicar, mas onde o código é ele próprio elaborado. Eco considera que Copérnico fez uma abdução criativa ao ter a intuição do heliocentrismo. Em vez de inserir o fenómeno em causa num modelo já existente, é o próprio modelo que tem de ser criado para fornecer a explicação necessária.

A semiótica americana é muito clara relativamente à natureza relacional do signo. Todo o signo existe num processo de semiose. Peirce e Morris são extremamente explícitos neste ponto. Para que algo possa funcionar como signo de algo tem de haver um interpretante do signo. O signo como unidade fechada contra o qual se volta a Escola de Paris não existe pura e simplesmente na semiótica de proveniência anglo-saxónica.

Ora é justamente devido ao carácter semiótico ou processual dos signos que a semiótica se pode dividir em sintáctica, semântica e pragmática. Esta divisão não é simplesmente uma divisão de facto, é também uma

⁵⁶ Charles S. Peirce, *Collected Papers*, 2.624.

⁵⁷ Fidalgo, *ibidem*, pp.45-58.

⁵⁸ Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language*, Bloomington: Indiana University Press, 1984, pp. 39-43.

divisão de princípio. Ela assenta na estrutura relacional do signo como bem o demonstra Charles Morris em *Foundations of the Theory of Signs*. Eliminar os signos da semiótica acarreta o ónus de fundamentar a divisão corrente em sintáctica, semântica e pragmática. Essa divisão não deve ser olhada como mais um facto adquirido por quem considera a significação, e não os signos, como objecto da semiótica.

5. Sintáctica e operatividade dos signos

Uma das consequências de considerar a significação, e não os signos, como o objecto da semiótica é a marginalização da sintáctica e da classificação dos signos. Isso é patente na obra de Moisés Martins, marginalização que é percebida e de algum modo justificada por não se querer sucumbir à «ideologia do operativismo»⁵⁹.

A divisão morrisiana da semiótica em sintáctica, semântica e pragmática retoma a divisão medieval do *trivium*, do estudo das *voces*, em gramática, dialéctica (lógica) e retórica. Charles Peirce foi o primeiro a reinterpretar as velhas *artes dicendi* como partes da semiótica. Sistematizando-as em disciplinas que estudariam respectivamente a primeiridade, a segundidade e a tercialidade, Peirce subdividiu a semiótica numa gramática pura ou especulativa, que teria como função «descobrir aquilo que deve ser verdade do *representamen* utilizado por qualquer inteligência científica para que possa receber uma significação», a lógica pura como «a ciência daquilo que é necessariamente verdade dos *representamina* de uma inteligência científica para que possam valer para qualquer objecto, isto é, para que possam ser verdadeiros» e a retórica pura com a função de «descobrir as leis graças às quais em qualquer inteligência científica um signo dá origem a um outro e em particular um pensamento produz outro pensamento»⁶⁰. Charles Morris tenta com a divisão em sintáctica, semântica e pragmática, cobrir as diferentes correntes filosóficas dos anos trinta que

⁵⁹ «Se perspectivássemos a semiótica como a ciência dos sistemas de signos, o que é um entendimento de larga tradição, sem dúvida que teríamos uma ciência muito mais facilmente funcionalizável. Tratar-se-ia, com efeito, de analisar regimes de signos, suportados pelos seus sistemas, os códigos, e de trabalhar, entre outros, os conceitos de linguagem e significação, classificação e estruturação, codificação e decodificação. Sucumbindo, por sua vez, à 'ideologia do operativismo', a linguagem seria informativa, dado o código contemplar todas as suas possibilidades combinatórias e ser possível a estrita decodificação de qualquer mensagem. Mas não é o caso, não circunscrevemos a semiótica ao regime do signo.», Moisés Martins, *ibidem*, p. 2.

⁶⁰ Peirce, CP, 2.229, Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa: Presença, 1991, pp. 94-95.

estudavam, sob perspectivas diferentes, os signos. A sintáctica incorporaria os trabalhos do positivismo lógico, a semântica os estudos dos empiristas e a pragmática as investigações do pragmatismo.

A ideia de sintáctica estabelecida por Morris é a daquela parte da semiótica que estuda «a maneira como os signos de várias classes se combinam de modo a formar signos. Ela abstrai da significação dos signos que estuda e dos respectivos usos e efeitos»⁶¹. Nesta concepção assumem-se três tarefas para a sintáctica: i) estudar os aspectos formais dos signos; ii) estudar as relações dos signos com outros signos, isto é, classes de signos com outras classes de signos; iii) estudar as formas de combinação de signos de modo a formar signos complexos.

Ora estes estudos têm larga tradição. Morris recua mesmo até aos gregos para aí encontrar importantes realizações no âmbito da sintaxe, nomeadamente a apresentação da matemática sob a forma de um sistema dedutivo ou axiomático, e reconhece que foram esses sistemas formais que «tornaram inevitável» o desenvolvimento da sintáctica, merecendo especial destaque as ideias leibnizianas da *ars characteristica*, da ciência a que incumbiria formar os signos de modo a obter, através da mera consideração dos signos, todas as consequências das ideias correspondentes, e da *ars combinatoria*, do cálculo geral para determinar as combinações possíveis dos signos. Além de Leibniz, Morris cita as contribuições de Boole, Frege, Peano, Peirce, Russel, Whitehead e Carnap, no domínio da lógica simbólica. É justamente em atenção a esta longa e rica tradição lógica que Morris considera ser a sintáctica a disciplina semiótica melhor desenvolvida⁶².

De certo modo a sintáctica está para os sistemas sígnicos como a gramática está para uma língua natural⁶³. Não basta conhecer o significado das palavras é também fundamental dominar as regras sintácticas da formação e transformação de signos mais complexos dentro da língua, como as proposições. E tal como saber gramática é um dos saberes básicos de uma língua, conhecer a sintaxe que preside a um sistema sígnico seja ele qual for é um dos princípios fundamentais da utilização desse sistema. De pouco valerá tecer considerações de tipo metalinguístico sobre a matemática ou sobre uma língua natural se não se conhecerem as regras que

⁶¹ Charles Morris, *Writings on the Theory of Signs*, 1971, The Hague: Mouton, pp. 365 ss.

⁶² «Syntactics, as the study of the syntactical relations of signs to one another in abstraction from de relations of signs to objects or to interpreters, is the best developed of all the branches of semiotic». Morris, *ibidem*, p. 28.

⁶³ «Syntactics proper includes only morphology and syntax from the linguistic disciplines, and it is no accident that this is exactly what linguistics have traditionally called 'grammar'. Thus it is justified to regard syntactics as a semiotic generalization of grammar.» Roland Posner, Klaus Robering, «Syntactics», in Posner, org, 1997, pp. 14-83.

presidem à organização e combinatória dos seus elementos. A teoria dos jogos invocada por Hjelmslev para compreender as analogias constantes que Saussure traça entre a língua e o jogo de xadrez estipula uma independência formal das regras em jogo que nada têm a ver com os condicionalismos sociais ou psicológicos que possam rodear a realização efectiva de um jogo.

Destacar ou marginalizar a sintáctica no quadro das disciplinas da semiótica depende do realce dado ou à componente sistemática ou à componente processual da semiótica, assumindo aqui a distinção hjelmsleviana entre sistema e processo. No caso de se dar realce ao sistema, tal como o fazem Saussure e Hjelmslev, para já não falar da semiótica de origem lógico-filosófica, então é de crucial importância a sintáctica. As investigações de Saussure sobre os planos sintagmáticos e paradigmáticos da língua são disso o melhor exemplo. Todo o processo da fala se desenrola dentro do sistema da língua. Ou como Hjelmslev escreve, e volto a citar, pode haver sistemas sem processos, mas não há processos sem sistemas ⁶⁴.

A Escola de Paris ao acentuar, rever e revalorizar o aspecto processual da semiótica, enveredando pela sociologia e antropologia, fá-lo em oposição à linha lógico-sistemática de Saussure e de Hjelmslev ⁶⁵.

6. Que semiótica para os cursos de comunicação?

A semiótica tem hoje um lugar inquestionável, por direito e de facto, nos currículos universitários dos cursos de ciências da comunicação. Mas havendo várias acepções de semiótica, que por vezes divergem de forma profunda, convém reflectir sobre qual a semiótica mais indicada para esses cursos.

Penso que a questão não se coloca sobre o tipo de semiótica, no sentido de inquirir se a semiótica europeia é mais ou menos indicada que a semiótica anglo-saxónica para os estudos de comunicação. Uma e outra têm contributos importantes para os estudos de comunicação e a tendência

⁶⁴ Ver nota de roda-pé 49.

⁶⁵ «Contrairement donc à F. de Saussure et à L. Hjelmslev, pour qui les langues naturelles sont des sémiotiques parmi d'autres, les langues naturelles et le monde naturel nous paraissent comme des vastes réservoirs des signes, comme des lieux de manifestation de nombreuses sémiotiques. D'autre part, le concept de construction doit également être révisé et revalorisé dans cette perspective: dans la mesure où la construction implique l'existence d'un subject constructeur, une place doit être aménagée - à côté des subjects individuels — pour des subjects collectifs (les discours ethno littéraires ou ethnomusicaux, par exemple, sont des discours construits)» A. J. Greimas, J. Courtès, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 340.

é para aproximar as duas correntes. A questão é mais do nível epistemológico, se ciência dos signos, do seu funcionamento e da sua utilização, ou se ciência da significação e então meta-ciência.

Tanto na tradição anglo-saxónica de semiótica como na tradição europeia se distinguem vários níveis epistemológicos de semiótica. Jerzy Pelc distingue na polissemia do termo «semiótica» nada menos que cinco níveis de semiótica ⁶⁶. Desde logo, semiótica pode significar apenas as propriedades sintácticas, semânticas e pragmáticas do signo. É a semiótica_p. A semiótica_c é propriamente a teoria ou disciplina que estuda as referidas propriedades semióticas dos signos, isto é, é a ciência cujo objecto é a semiótica_p. A semiótica_{mc} estuda a semiótica_c de um nível superior, meta-científico. A semiótica teórica (semiótica_t) envolve tanto a semiótica_{mc} como a semiótica_c. A semiótica_m significa o método ou o conjunto dos métodos semióticos e, por fim, por semiótica_a entende-se a semiótica aplicada, que mais não é do que a aplicação da semiótica_m à análise de um fragmento da realidade.

Por sua vez, Greimas e Courtès, na esteira de Hjelsmlev, distinguem também várias disciplinas dentro da semiótica ⁶⁷. Uma distinção importante é a feita entre semiótica geral e teoria semiótica. A primeira abordará a existência e o funcionamento de todos os sistemas semióticos particulares. À teoria semiótica, por sua vez, caberá satisfazer as exigências de cientificidade próprias de qualquer teoria. A teoria semiótica «define-se assim como uma meta-linguagem». Ora a teoria semiótica tem de apresentar-se como aquilo que, segundo Greimas e Courtés, ela antes de mais é: teoria da significação.

A semiótica apresentada por Moisés Martins é claramente a de uma meta-ciência, de uma ciência que interroga as condições de significação ⁶⁸. Moisés Martins não nega, todavia, uma semiótica a que chama «imanentista» e que, na perspectiva de Greimas, seria uma semiótica geral e uma semiótica_c, na classificação de Pelc. Essa semiótica imanentista estudaria «o núcleo de questões que lhe é próprio e as suas metodologias de base» ⁶⁹. Ora esse núcleo de questões e essas metodologias de base constituem o campo próprio da semiótica como teoria dos signos tal como é rejeitada

⁶⁶ «Methodological Nature of Semiotics» in Thomas Sebeok, *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, vol. 2, pp. 901-912.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 339 ss.

⁶⁸ Ver sobretudo o programa de desenvolvimento da apresentação na pg. 19. «Este delineamento permite-nos, por um lado, interrogar o modo como se instaura a inteligibilidade contemporânea do processo de significação em geral, e por outro lado, lançar as bases de uma teoria geral da significação».

⁶⁹ *Ibidem*, p. 21. Cita nomeadamente: «a linguagem e a codificação/decodificação, a textualidade e a discursividade».

logo na primeira página do relatório⁷⁰. De tal maneira é assim que, escolhendo a acepção de semiótica como teoria da significação, Moisés Martins não aborda directamente no seu relatório o principal contributo de Greimas à semiótica geral, a saber, «o quadrado semiótico».

Sem negar a possibilidade, a utilidade e a conveniência de uma semiótica enquanto meta-ciência, deve-se, no entanto, ter em conta que uma meta-ciência é possibilitada pela ciência que trata. Assim como não há meta-linguagens sem linguagens, assim também não há meta-semióticas sem semióticas. É, de um ponto de vista científico crucial, estudar a matemática enquanto ciência. Mas esse estudo de pouca utilidade seria se não houvesse um conhecimento da matemática enquanto ciência directa de números. O mesmo se passa na semiótica.

É por isso que considero que a semiótica ensinada aos cursos de ciências da comunicação deve ser antes de mais uma semiótica geral, uma semiótica que ensine os estudantes a analisar as propriedades sintácticas, semânticas e pragmáticas dos signos. É esse estudo que os capacitará para uma abordagem semiótica da comunicação jornalística, publicitária, etc. Daí também que ache que a semiótica deve ter um cariz operacional, isto é, ensinar os estudantes a lidar com os signos, tal como a gramática de uma língua os ensina a lidar com as palavras, na formação e transformação de signos. A partir daí, mas só a partir daí, então sim pode-se e deve-se proceder a uma reflexão epistemológica da própria semiótica, entrar na semiótica enquanto teoria da semiótica.

⁷⁰ Ver nota de roda-pé 59.

PARA UM IMANENTISMO ABERTO (O REDUCIONISMO SOLIPSISTA)

JOSÉ AUGUSTO MOURÃO *

RESUMO

A revolução galilaica era a «boa explicação». O reducionismo como método único e explicação única dos fenómenos parece ter entrado em crise. A situação actual da ciência implica uma multiplicidade de propostas de explicação. A linguística primeiro, a semiótica depois, cederam durante décadas ao desejo de um imanentismo metodológico, desenvolvendo representações arborescentes, nominalistas, do sentido. A hipótese localista de J. Petitot propõe sair deste solipsismo metodológico, reconhecendo que há entre o mundo real e a estrutura conceptual uma relação interactiva. Discutem-se aqui os limites do reducionismo fechado (solipsista), propondo-se um imanentismo aberto, via fenomenologia e ciências cognitivas.

There is an obvious advantage in being able to explain complex things in terms of simpler ones, or large systems in terms of smaller. Therefore analysis, with its reduction from complexity to simplicity, is traditionally a useful way of doing science. However, its drawbacks become apparent when analysis adopts the position «nothing but». When chemistry is «nothing but the physics of molecules», an organism is «nothing but its constituent chemistry,» and mind «nothing but nerve cells and neurochemicals in action,» then a narrowness of perspective results.

F. DAVID PEAT

On peut parler avec raison de l'arbitraire des descriptions, ne serait-ce que parce qu'on est obligé d'introduire la possibilité des lectures, non pas plurielles, mais de plusieurs lectures d'un discours.

A. J. GREIMAS

* Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa.
E-mail: jam@mail.telepac.pt

O que caracteriza o discurso da sedução, em oposição ao discurso do método, é o ser ele incontornável, irrepitível e recuperável. Nos anos setenta premuniam-nos contra os Incontroláveis. Eles aí estão de volta, que opõem o saber à cultura, essa velha manobra do obscurantismo, desafiando as misérias da poética formal, da semiótica ou do desconstrucionismo, presumíveis responsáveis, entre outros desastres, pela desertificação das «letras» no canto ocidental ou outro. Epígonos dessa operação não faltam. A sedução da curva, dos meios líquidos, do mote «variável», acompanha a obra magnífica de M. Serres, um epistemólogo-poeta que, como nuvem, de desapego em desapego, se vai aproximando de Heraclito, Diógenes ou S. Francisco ¹. Percurso este sem dúvida incontornável, irrepitível e recuperável. Com efeito, esta mesma sedução parece contagiar aqueles que, sem o engenho e o saber do epistemólogo-poeta, se ocupam da «coisa literária», fascinados pelo seu inefável, sob o chapéu da nebulosa místico-esotérica da contemporaneidade que tudo mistura, tudo dissemina, tudo confunde. Como se víssemos a linguagem, e um êxtase branco nos impedisse de a indexar ao seu material significante, à sua aptidão para se referir ao mundo e a co-enunciadores em relação.

Apresentar uma série interminável de autores é seduzir a partir de múltiplos deuses errantes, despolarizados, ceder a uma perspectiva analítica, desviante em relação a um cartesianismo original, renunciando ao princípio de empirismo. Mas é essa a sina do pós-moderno. Confrontamos com o regresso da intuição, esse cálculo, essa apreensão global e imediata de um fenómeno. Com o regresso do sujeito avaliador, perceptivo assistimos também ao regresso da sensibilidade e da sereia estética ². Regresso do cognitivo, não apenas sob as espécies do saber, mas da crença, do modal (patémico), do estético (eficácia simbólica) e do fenomenológico. Afirma-se que entrou em falência todo o modelo científico de previsão/explicação dos textos; que o estruturalismo decaiu quando se tornou generalização de certo tipo de procedimentos. Renunciou-se mesmo, nos estudos literários, a este tipo de perguntas: qual o nível de organização duma estrutura? Quais os critérios de individuação do objecto texto? Deixou-se mesmo de questionar o texto como «um artifício sintáctico-semântico-pragmático cuja interpretação prevista faz parte do seu próprio projecto generativo» ³, artifício que, por ser artifício, obriga a discernir o elementar

¹ François Lyotard sugere a mesma metáfora da nuvem para indicar a «movência» de todo o pensamento e de toda a abordagem dos objectos na sua última obra, *Pérégrinations*, Paris, Galilée, 1990.

² Vd Herman Parret, *A estética da comunicação. Além da Pragmática*, Editora da UNICAMP, Campinas, 1997.

³ Cf. U. Eco, *Leitura do texto literário. Lector in fabula*, Lisboa, Presença, 1983.

da sua composição, o seu tecido e o seu efeito. Chegou o tempo de ajustamentos, reequilíbrios, recentramentos. O fantasma da unidade das ciências, a bandeira da interdisciplinaridade estão aí a assinalar o regresso do recalcado. Mas há perguntas que não podemos evitar: pode a interpretação conhecer limites, ser partilhável, pública? Pode a ciência renunciar ao formalismo da descrição? E não é a paranóia da interpretação a mesma que corrói o ocultismo, a mesma em que o gnóstico é o único a poder restabelecer a pureza do mundo, por um lado, e em que, por outro, o texto se converte em lugar de silêncio ou em continente negro?

O método

Que é o «método»? Vejamos rapidamente o que por ele se tem entendido ao longo da história da ciência. O dicionário fornece-nos uma série de palavras-chave que permitem delimitar o conceito: descobrir, demonstrar, ordem, arranjo, via, escopo em função de um conteúdo a procurar: a verdade. O método é a «dialéctica» intuição/dedução, como um movimento do mais geral para o mais particular, associado a uma *arte*, *via* ou *ratio*, sendo Boécio o primeiro a empregar a palavra *methodus* num sentido filosófico. Em Platão, a palavra *methodos* designa uma pesquisa reflectida, dialéctica: «O método dialéctico (*he dialektike methodos*) é o único que, ao rejeitar sucessivamente as hipóteses, se alça ao princípio mesmo para assegurar solidamente as suas conclusões»⁴. A primeira frase da *Ética a Nicómaco* de Aristóteles esclarece o pensamento do filósofo sobre o método: «Qualquer arte (*tekhnē*) e qualquer disciplina científica (*methodos*) — e o mesmo se diga da acção (*praxis*) e da intenção moral (*proairesis*) tendem para um certo bem» (I, 1)⁵. A palavra tem geralmente em Aristóteles o sentido de «pesquisa» (*Física* III, 1 200 b/3). Por vezes também o sentido de disciplina ou de procedimento (*Meteoros* I, 1 338 a e 339 a). Também H. Bonitz, no seu *Index aristotelicus*, indica como primeiro sentido de *methodos* «*via ac ratio inquirendi*» e como segundo «*disputatio ac disquisitio*», com um sentido próximo de *techne* ou de *episteme*.

No começo do Renascimento, o termo *methodus* é sinónimo de arte, mas tem já um sentido novo: «o método permite igualmente facilitar e acelerar a aquisição e o domínio de uma arte.» Ph. Desan resume este conceito assim: «O método é, pois, uma maneira de pensar, um meio de

⁴ Ver *Republica* 533 c. Cf. L. Meridier, «Le mot *methodos* chez Platon», *Revue des Etudes Grecques* 22, 1909, pp. 234-240.

⁵ Cf. Trad. R.A. Gauthier e J.Y. Jolif, Louvain, 1959.

organizar e de compreender o mundo que nos rodeia, a partir de um percurso que se quer «teórico». A sua finalidade é a «verdade»⁶.

A suspeita

É bem conhecida a «cólera» de Péguy contra o «método científico moderno»⁷, cólera que, ainda assim, anda muito longe da sanha de Torga contra o estruturalismo, em nome da inspiração ou da reivindicação da relação intensa, total, com os «textos»⁸. A «cólera» de Péguy contra o método científico de tipo lansoniano é uma reivindicação da relação com os «textos», antes de mais. Vale a pena lembrar os motivos da sua «cólera»:

«...o método moderno resume-se nisto: dada uma obra ou um texto, como é que o conhecemos? comecemos por não ligar ao texto; livremo-nos de pôr as mãos nele e de nele pormos os olhos.» (Zangwill, *Cahiers de la quinzaine*).

A suspeita erigida em método levou a geração do pós-guerra a ver na ciência exclusivamente um instrumento de dominação. Por seu lado, a sociologia da ciência não deixou de denunciar o papel determinante da luta pelo poder e o peso que têm na investigação os factores institucionais. Thomas S. Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*) e James Watson (*A Dupla Hélice*) muito contribuíram para propagar tal imagem da ciência. Acrescenta-se a estes dois autores o cartógrafo da relação saber-poder da ciência e da sua história que é Paul Feyerabend⁹. É contra os racionalistas e outros adeptos da epistemologia de K. Popper, que Feyerabend escreve estes livros-manifestos. É preciso dizer adeus às falsas explicações e à ideia da eficácia da ciência e sobretudo à sua pretensão de sucesso «universal»¹⁰. Pode reagir-se dizendo que os métodos pertencem à ciência e que são o lugar de teste da verdade. Mas em arte a questão, v.g. a questão da verdade, não se põe, logo os métodos não lhe dizem respeito. A mesma acusação, afinal, provinciana, de alguns escritores contra a Teoria da Literatura,

⁶ Philippe Desan, *Naissance de la méthode*, Paris, Nizet, 1987, p. 9; sobre o espírito crítico «erudito» durante a segunda metade do século XVI, ver Jean Jehasse, *La Renaissance de la Critique. L'essor de l'Humanisme érudit de 1560 à 1614*, Saint-Etienne, Publicações da Universidade de Saint-Etienne, 1976.

⁷ Ver Jean-Michel Rey, *Colère de Péguy*, Paris, Hachette, 1987.

⁸ Cf. Miguel Torga, *Diário XIV*, Coimbra, 1987, p. 149.

⁹ Cf. *Contre la méthode, esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*, Paris, Seuil, 1979 e *Adieu la Raison*, Paris, Seuil, 1989.

¹⁰ Sobre a relação ciência e filosofia, ver os debates R. Thom, A. Abragam, P. Jacob e outros em *A Filosofia das Ciências Hoje*, coor. de J. Hamburger, Lisboa, Fragmentos, 1988.

considerada responsável pela desertificação da criação literária entre nós ¹¹. O mesmo fantasma do *continuum* que transgrida o limite da diferença discursiva — o princípio do «potlach» linguístico. Porém, não há método que não parta de uma cosmologia e de uma prática discursiva própria a dada época. Cada geração tem a sua leitura das obras do passado. Errado seria considerar que esta leitura é superior às precedentes, mas não podemos dar-nos uma alma de contemporâneos de Sófocles ou de Tomé de Jesus ¹². Lemos as obras do passado à maneira da nossa época. Há alterações que defluem da distância que nos separa do objecto; da proximidade da nossa própria história; das grelhas de leitura, que não são neutras. De resto, nem Tomé de Jesus compõe a sua obra sem o prévio conhecimento de outras «artes de rezar». Erasmo redige um método para o estudo da teologia, *Ratio seu methodus comendio perveniendi ad veram theologiam* (1516); não faltam no seu tempo inúmeras «artes de rezar».

Apesar das profissões de fé contra o método ou contra as pretensões totalitárias da teoria (Lyotard e Fish), não se pode ceder à fragmentação, que se tornou o princípio estético e metodológico tanto dos pós-estruturalistas (pense-se em Foucault: 1984: 15), como da Escola de Francforte (Adorno, 1984: 171). É certo que nenhuma disciplina, nem mesmo nenhuma inter-disciplina pode abarcar o exame da significação — este é um dado aceite. Não será necessário sair da lógica compreensiva para renunciar a exprimir a parte pelo todo? As aporias fundadoras de cada ciência estão sempre ligadas a considerações de ordem genérica, do tipo unidade e diversidade, local e global, caos e cosmos, reducionismo e holismo. Será empresa desesperada a que visa o conhecimento do todo a partir da parte? Não haverá uma parte que só seja parte? Uma ciência só existe quando se pode proibir coisas. O acto de conhecimento é solidário de um acto de ignorância — é esse o lado demoníaco do conhecimento, fundamentalmente imperfeito.

Reduccionismo e linguística

A linguística tem por finalidade explícita descrever a língua «nela mesma e por si mesma», desde Saussure, o que significa que ela deve excluir do seu campo teórico as considerações que excedam a estrita observação dos significantes verbais — é esse o princípio que funda aquilo a que se chama «o imanentismo radical». Mas um imanentismo assim corre o

¹¹ Ver «Inquérito: Teoria da Literatura e Ficção» in *Colóquio/Letras*, n.º 64, Novembro de 1981, pp. 5-9.

¹² José Augusto Mourão, *Sujeito, Paixão e Discurso. Trabalhos de Jesus*, Lisboa, Vega 1996.

risco de ser hoje mais paralisante do que produtivo¹³. Kerbrat-Orecchioni propõe um « imanentismo aberto », que consiste em admitir que é legítimo dar um lugar, no interior da teoria linguística, a determinadas considerações julgadas precedentemente « extravagantes » e que respeitam às condições de produção/recepção da mensagem, bem como a natureza particular do enunciador, do enunciatário e da situação de enunciação¹⁴.

A representação do sentido pode fazer-se, segundo J.C. Anscombe, de duas maneiras, em princípio radicalmente opostas. Falo da atitude de *simulação* (dita também formalizante) e da atitude *reducionista*. O método de simulação consiste em explicar um conjunto X de fenómenos construindo um determinado mecanismo M' cujo conjunto X' das produções é julgada análoga a X. Põe-se então a hipótese que, na « natureza », X é o produto dum mecanismo M análogo a M'. Assim no século XVII, a biologia nasceu por um método de redução, a partir da ideia cartesiana do animal-máquina. Donde a voga extraordinária que deviam conhecer os autómatos. Do lado contrário, a concepção de aviões é uma atitude tipicamente de simulação: não se propõe imitar o voo dos pássaros, mas chegar a voar na base das leis da aerodinâmica. Na prática, as duas atitudes não são assim tão distantes. A atitude *reducionista* pode fazer apelo a um conjunto reduzido de fenómenos naturais estudados através de um método de simulação. A atitude *reducionista* tingem-se de simulação. Inversamente, acontece que a atitude de simulação acabe por confundir os mecanismos M e M'. Deslisa-se então para uma atitude *reducionista*. A primeira versão da gramática generativa tentou determinar a época de aparição de determinadas transformações na criança. Em semântica linguística, o método de simulação consiste em forjar uma metalinguagem (geralmente lógica) que permite estudar os fenómenos de sentido não já directamente, mas através de uma estrutura profunda. A teoria da argumentação na língua (Ducrot/Anscombe) assenta tipicamente numa atitude de simulação¹⁵.

Em resumo, há duas hipóteses possíveis:

- (R1) Estudo dos fenómenos de sentido através de um método *reducionista*.
- (R2) estudo dos fenómenos de sentido através de um método de simulação.

¹³ C. Kerbrat-Orecchioni, *L'énonciation*, Paris, A. Colin, 1997, p. 220.

¹⁴ Jean-Pierre Esquenazi, « Éléments pour une sémiotique pragmatique: la situation, comme lieu du sens », *Langage et société*, n.º 80 — Junho 1997, pp. 5-38.

¹⁵ J.-C. Anscombe, « Regards sur la sémantique française contemporaine », *Langages* Mars 1998, 129, pp. 43-44.

O projecto saussurreano, que considera a língua como uma estrutura em si e a estudar em si mesma faz apelo a hipóteses do tipo de (R2). G. Guillaume é também um dos primeiros a utilizar estas hipóteses em semântica, mesmo se evadas de reducionismo, na medida em que a sua psicomecânica é *psycho*. Os linguistas que vêm o funcionamento semântico decorrer directamente do funcionamento neuropsicológico humano inclinam-se para a atitude (R1). É a abordagem específica das ciências cognitivas. (R2) é a atitude mais própria às tentativas de formalização.

Anscombe vê dois tipos de reducionismo:

(R3) Redução da semântica a uma disciplina não-linguística.

(R4) Redução da semântica a uma disciplina linguística outra.

Um exemplo de (R3) consiste em ver os fundamentos da semântica em disciplinas como a teoria da informação, a psicologia, a sociologia, etc. É o que faz Bourdieu em *Ce que parler veut dire* quando critica Austin de tratar a performatividade como um fenómeno linguístico. A existência desta performatividade deve-se «às condições sociais de produção e de reprodução entre as classes do conhecimento e de reconhecimento da língua legítima...» (p. 113). Em relação a (R4): a atitude do esquema tripartido de C. W. Morris que faz derivar a semântica da sintaxe. O sentido dum enunciado é apenas a interpretação da sua estrutura sintáctica. Uma frase ou uma palavra são definidas por um conjunto de transformações parafrásticas sintácticas e morfológicas¹⁶. Entre os defensores de uma semântica autónoma (R2) há uma corrente que trabalha com noções a que habitualmente se chamam *mundos*, *universos* ou *espaços*. A *Teoria dos mundos possíveis*, de D. K. Lewis (1968) parte da ideia de inventar uma lógica modal sem operadores modais, os quais (como Possível e Necessário) colocam problemas difíceis (de extensionalidade).

Formalidade e imanência

Algo estará a mudar na epistemologia das ciências: não é a linguagem (o discurso) que cria o objecto — como pretendia Saussure e toda a tradição imanentista —, mas é a ordem do mundo, o real radical que transforma a linguagem. F. Laruelle escreve: «Não intervimos no real, mas na lin-

¹⁶ Vd D. Leeman, «Le 'sens' et l'information' chez Harris», *Linx*, 1996, n.º especial, Paris X, pp. 209-220.

guagem»¹⁷. Aqueles a quem este autor chama os não-filósofos (os científicos) mudam a ordem dos seus pensamentos em função da ordem do mundo, e não o contrário. Ir do homem à ciência, e não o contrário, sem ceder um milímetro ao criticismo, e em nome da imanência radical do *Um*, o místico; liquidar o idealismo espontâneo que acredita que é a ciência que determina o seu objecto. Estamos bem longe do imanentismo defendido pelos linguistas. Através de uma série de distinções metodológicas (língua/fala, sincronia/diacronia, sintagma/paradigma, etc.), Saussure define a língua como «um sistema de signos que apenas conhece a sua própria ordem»¹⁸. Como qualquer sistema, a língua, que é um sistema fortemente hierarquizado, não se ocupa dos termos em si mesmos, quer seja o som ou o sentido de uma palavra isolada, só das relações entre os termos. A língua assim definida é forma, isto é, malha de relações, e não substância: «na língua não há senão diferenças»¹⁹.

A realidade pode tornar-se uma questão puramente metalinguística se ela é definida em termos de lógica da linguagem. O nominalismo actual alimenta-se da relação em espelho entre os acontecimentos e os discursos que tecem a produção da sociedade, de tal modo que a universalidade do nominalismo anula a violência do acontecimento²⁰. É verdade que a linguagem dos linguistas, por decisão epistemológica, é pura, a sua teoria elabora-se fora do conceito de comunicabilidade ou de referência ao mundo. Que não há referência senão no discurso, é uma tese comum a Ricoeur, a Coquet, a Culioli ou até a Wittgenstein, para quem a significação de uma palavra é o seu emprego dentro da linguagem. Que a semiótica isole o «sentido», da «referência», é uma opção que decorre dos seus próprios pressupostos teóricos. Com efeito, ao lado do postulado da sincronicidade, segundo o qual os sistemas são mais inteligíveis que as mudanças; e o postulado da formalidade, que quer que o sentido dum signo seja um valor diferencial num conjunto de entidades discretas, e que o sentido das sequências sintagmáticas resulte das capacidades combinatórias e algébricas de tais conjuntos, o postulado da imanência diz que todas as relações entre significados são internas aos sistemas semióticos, que são fechados, sem relações com uma realidade exterior não semiótica. Estes pressupostos constituem uma axiomática que instalará o paradigma da diferença e, por arrastamento, o processo da significância que elimina, por decisão epistemológica, a presença das coisas. O objecto da semiótica restringe-se à descrição das formas internas da significação do texto, ou ainda às arti-

¹⁷ François Laruelle, *La philosophie de la non philosophie*, Pierre Mardaga, 1989, p. 47.

¹⁸ Cf. *Cours*, p. 43.

¹⁹ *Ibidem*, p. 166.

²⁰ Jeudy, *Les ruses de la communication*, Paris, Plon, 1989, p. 164.

culações constitutivas do micro-universo semântico. A crença num referente exterior confina com o preconceito pré-científico que, evidentemente, a semiótica recusa.

Quanto à linguística, não é menor a sua recusa de integrar o mundo nas suas análises: «seria um erro confundir referente externo e valor referencial, pois seria negar assim a relativa autonomia do funcionamento das línguas a respeito do mundo»²¹. Trata-se da reivindicação da autonomia do acontecimento linguístico construído/reconstruído em relação ao universo de *estados de coisas*. Podia dizer-se de outro modo: a referência construída pela actividade da linguística diz respeito, não ao «mundo real», mas ao «mundo projectado», isto é, construído pela experiência do falante-ouvinte²². Mas aqui começa a dificuldade com os semânticos, para quem a teoria da referência está no coração do processo da significância. Pensar a linguagem não será pensar a unidade daquilo que Saussure separou, a unidade da língua e da fala?²³ A recusa de abordar o sentido de maneira imanente caracteriza o estruturalismo de Brondal, que se inspira da Escola de Praga. O conceito de objecto, assim como a concepção anti-imanente fundamental e sistemática promanam explicitamente do conceito de intencionalidade que, se em Husserl é lógico e anti-psicológico, em Brondal reveste uma coloração psicologizante. Contemporâneo de Hjelmslev, Brondal partilha uma concepção assaz diferente do primeiro, que não acredita numa «brancura da linguagem», mas acredita que na sua origem está a interjeição. A Brondal ficará ligado um estruturalismo transcendental, sintético e reconstrutor, enquanto a Hjelmslev ficará ligado um estruturalismo imanente, analítico, empírico — dedutivo, separados por uma controvérsia epistemológica e uma ontologia²⁴.

O conceito linguístico de imanência formula-o Hjelmslev a partir de um princípio saussuriano, num contexto estruturalista, como é sabido. Este conceito será transferido em semiótica para as produções do sentido: a construção da significação, que é o objecto da semiótica, lê-se como um processo interno. Não é que o Sujeito seja então ignorado, mas metodologicamente, pelo menos, ele é excluído da análise das produções discursivas. Data dos anos setenta a reacção a esta exclusão. Cl. Calame cita a voz de J. Cl. Coquet: « O «eu» do sujeito (individual) não é o mesmo que o «Eu» do seu discurso »²⁵. Mas de facto a reacção tomou forma nos últimos

²¹ Culioli e Desclès 1981, pp. 19-20; ver Culioli 1985 b, p. 82.

²² Cf. Ray S. Jackendoff, *Semantics and Cognition*, Cambridge, MIT Press, p. 23ss.

²³ Só filosoficamente separamos a alma e o corpo, a «palavra operante» e a «palavra falante» que se incarna no meu corpo.

²⁴ Cf. *Langages*, n.º 86, p. 79 ss. *Vd. La quête du sens*, Paris, PUF, 1997.

²⁵ Ver *Cruzeiro Semiótico*, n.º 5, Julho 1986, p. 9.

anos, vinda de vários horizontes, não apenas semióticos. P. Bourdieu, por exemplo, critica a posição «imanentista» de Chomsky nestes termos: «Ao excluir qualquer relação entre as funções das expressões linguísticas e as suas propriedades estruturais, privilegiando as propriedades formais da gramática em detrimento dos constrangimentos funcionais, a estrutura relativamente ao uso, a coerência interna do discurso..., quer dizer nesta lógica puramente formalista «não gramatical», em detrimento da adaptação à situação, que, quando falta, pode lançar no absurdo os discursos mais coerentes, Chomsky sucumbe à ilusão eterna do gramático que esquece que a língua é feita para ser falada, que não há discurso senão para alguém e numa situação»²⁶.

Imanentismo, solipsismo

O mal que reina na hermenêutica ou nas ciências humanas em geral vem, a meu ver, de uma *koiné* cujo denominador comum é a recusa de um «pensamento do compacto» — aquele que os homens da época metafísica definiram. A desconstrução do sentido é a derrocada da ontologia e da teologia que está ligada àquela. O arbitrário do significante marca a abolição do metafísico e do teológico, do primado do *Logos*, do privilégio da palavra. A teoria do signo em Blanchot, por exemplo, funda-se na ausência. É uma teoria fundamentalmente sujeita à teologia hegeliana da linguagem, com uma série de metáforas em cadeia: a escrita como crime, morte. Tem razão Meschonnic que diz do modelo do signo na sociedade ocidental que ele é teológico-semiótico-político e greco-cristão²⁷. O pensamento derridiano expande-se, no seu conjunto, a partir desta paisagem.

O signo pode definir-se simultaneamente em relação às trocas realizadas entre os sujeitos e a um nível imanente, a título de inscrição topológica. Uma semiótica que tome em conta a intencionalidade do sentido distingue-se em muito de uma outra para a qual o sentido é um dado. Na abordagem formal, nominalista, do sentido, da tradição saussuriana, o sentido é um dado — em que as diferenças entre significantes devem explicar as diferenças entre significados, não havendo nenhuma maneira de ver de que forma se trata o significado. Mesmo se Hjelmslev falou de forma de significado e desenvolveu a ideia de forma do conteúdo que é a única forma transponível através da projecção do significante no significado. A forma do dado é uma estrutura com três actantes: Destinador, Desti-

²⁶ Cf. Pierre Bourdieu, com Luc Boltanski, «Le fétichisme de la langue et l'illusion du communisme linguistique», *Actes de la recherche en sciences sociales* 4, julho 1975, p. 23.

²⁷ Ver H. Meschonnic, *Les états de la poétique*, Paris, PUF, 1985, p. 28.

natário, Objecto. O conceito de forma altera-se completamente quando se trabalha a partir do sentido como intencionalidade. Mas vejamos como se perspectiva o signo, conforme o ponto de mira é a imanência ou a inscrição topológica.

No modelo da imanência vê-se invariavelmente surgir a inscrição dos significantes no espaço externo, enquanto o significado é inseparável do espaço interno. O espaço interno dá-nos a imagem dos estados de coisas, e o espaço externo dá-nos imagens das variações/deformações possíveis deste estado de coisas. A maneira como nós significamos as coisas depende da sua inscrição nas topologias — é isso o signo imanente, que nos permite substituir um significante por um outro, em vista de um significado. O nível de manifestação do signo fornece-nos um cenário de dois sujeitos: há um significante e um significado porque há uma instância de interpretação entre os sujeitos. Se faço algo, há um outro que surge como sujeito cognitivo, a dizer: «o que fazes significa isto ou aquilo». Há, então, a este nível, um efeito de desdobramento, isto é, a interpretação existe, fundada na definição do significado relativamente ao interpretante. Há sentido quando algo circula, de modo que após uma interpretação, esse algo muda de estatuto: a interpretação agiu, transformou, deformou a coisa. Quando um objecto se encontra antes da interpretação, ele é interpretável, significante, num certo sentido; após a interpretação, ele é interpretado e significado. Um exemplo, o da troca das mulheres, no casamento em Africa, que o antropólogo Pradel de la Tour estudou:

- 1) Objecto (prestes) para a interpretação: é uma mulher — um ser humano apresentando um feno-físico mais ou menos inicial.
- 2) Após a interpretação, torna-se num objecto ritual de casamento — objecto fonte de fruição infinita.

Assistimos a uma troca entre os sujeitos, neste caso, certo objecto conduz a outro em sentido inverso, sendo este objecto infinito (como significante). A emissão, a recepção e a interpretação do objecto indicam o regresso de um contra-objecto/interpretável.

As tradições linguísticas modernas recusam trabalhar com dados irredutivelmente externos. O solipsismo metodológico é a sua maneira de afirmar esta recusa. De Saussure a Hjelmslev e Greimas, o princípio da imanência mantém-se como a base da sua axiomática. Como sair do imanentismo? Como sair da poética estrutural, que é de uma grande negatividade, sem primado do sujeito, sem a expressão dum sentido real anterior, linguagem da escrita mais do que da fala, discreta, ausente das coisas?

Como sair do eufeuadamento à linguagem, do ensimesmamento? Se há um discurso particular que podemos chamar «literário», a sua especificidade não pode estar limitada à relação que ele estabelece com as palavras, formas da linguagem ou com os signos em geral, sim na relação que estabelece entre um sujeito e o mundo, por meio de formas e de conteúdos em parte convencionais. Como sair do paradigma da diferença e do específico do medium que é a escrita? Como passar ao discurso em língua natural? Como passar da escrita à oralidade? Escrevendo como se falasse.

Como pode uma ciência que toma a língua por objecto, como pode essa ciência esgotar ou mesmo tratar o valor mediador entre o homem e o mundo? Não é o sujeito vivo, essa pressuposição extra-linguística da enunciação, em relação de face a face dialogal, não é esse sujeito reduzido à sua inscrição no discurso? Como pode a linguagem funcionar como intermediário que leve ao real?

Ficam aqui duas propostas:

- a) fundar na imanência uma relação com a realidade (Husserl, Searle, Brondal e Coquet esperam que a irrupção da matéria se instale no coração do dispositivo linguístico)
- b) introduzir nas teorias da significação uma relação com estruturas irredutivelmente externas (é o que pretende Petitot com a sua teoria duma ontologia qualitativa, ou a inteligência artificial).

O conflito situa-se entre aqueles que sustentam que um fosso separa o real e a sua inscrição na língua — o que falta à linguagem é o real, dizia Benveniste — e aqueles que sustentam que a matéria se exprime morfológicamente e o regresso a um vitalismo substancialista. Ilustremos o problema a partir da querela estabelecida entre as «duas semióticas». A semiótica (primeira geração) é uma teoria conceptual com vocação descritiva. A *Sémantique structurale* participa do ponto de vista estruturalista geral de tipo formalista sobre a estrutura, em que se procura algo num nível de objectividade. Ser «estruturalista» é estabelecer esquemas coerentes a partir de constantes, de articulações localizadas no texto. Ao fazê-lo, imitar os criadores deste texto. Trabalho de «bricolage» (racional, coerente). O seu imperativo metodológico e epistemológico é restringir-se à *forma* e deixar de lado o resto. Foi-se muito longe, ao nível das abordagens descritivas. O estruturalismo continua a ser a maior das teorias das Ciências Humanas do século. Além das Ciências Cognitivas actuais, não há outra grande abordagem racionalista. Jakobson, Hjelmslev, Lévi-Strauss e Greimas são todos eles grandes cientistas que tentaram compreender um certo número de problemas e o problema principal que dá pelo nome

de estrutura (é já a velha questão metafísica da relação entre o todo e as partes) ²⁸.

Paralelamente a esta perspectiva, visa-se alicerçar as estruturas abstractas em outros tipos de estrutura (v.g. as estruturas perceptivas) para dar conta da relação entre a estrutura e o mundo. Por outras palavras, alicerçar estas estruturas formais num certo tipo de realidade, começando por tomar em consideração os actos de linguagem. O que regressa agora é a teoria dos actos, uma semântica do ilocutório. A essa consciência correlativa das estruturas chama-se *instância* (da enunciação, do discurso). A subjectividade passa para primeiro plano como instância produtora de estruturas. Pensar o cultural intrínseco das estruturas, eis o projecto. A hipótese de que a semiótica seria uma teoria de códigos sociais em que a subjectividade seria apenas a assumpção progressiva do social que se interiorizaria, como a linguagem. Ora a questão é exactamente o contrário: nas interacções textuais há constantemente instâncias que transformam o nível discursivo e redefinem as condições de categorização da subjectividade. A questão da recategorização dos sujeitos, da sua transformação em subjectividade, é tão importante como a necessidade da ligação entre o esquema linguístico (a norma) e o uso (a fala).

Ficava o problema da semiótica fundamental que transforma o *corpus* teórico e as suas aplicações. Uma vez mais, a autonomia metodológica não é autonomia gnoseológica. Disso se ocupa presentemente a semiótica de segunda geração. Manter estas duas correntes, algebrista e geométrica, que produzem análises pertinentes; problematizar e avaliar têm sido as apostas que respectivamente que J. Petitot e J. Fontanille mantêm de pé.

A hipótese localista de J. Petitot aparece como a mais forte fundação deste deslocamento da primeira para a segunda geração de semióticos. Fazer valer a noção de estruturalismo dinâmico, é esse o programa de investigação em curso. A aposta: apreender os fenómenos da linguagem de uma forma não puramente imanentista, mas voltar às próprias coisas onde o corpo próprio tem algo a jogar ²⁹. Sair do solipsismo metodológico é romper com o ciclo vicioso que aborda os fenómenos de linguagem dentro dum fenómeno de linguagem. Porque a linguagem não é apenas simulacro.

²⁸ Problema da organização, da estruturação dos objectos complexos. As ontologias regionais que cada um criou para um campo da realidade originaram a definição de conceitos que são constitutivos da objectividade desses campos. Há, contudo, um problema com a *formalização*: como passar dos conceitos fundamentais aos verdadeiros modelos que possam ter relação com a experiência. É desse ponto de vista que Thom e Petitot defendem a necessidade de construir bons modelos matemáticos.

²⁹ Vd. José Augusto Mourão, *A semiótica na viragem morfodinâmica* (Lição de Agregação proferida a 20 de Outubro de 1999).

Pode-se falar de presença vs existência semiótica. Pode-se falar de predicados de realidade e de correlato objectivo. Pode-se falar do tempo presente como centro gerador e axial, falando do devir ligado ao tempo presente. Em vez de um espaço estável, uma morfologia instável, deformável; em vez das modalidades definidas pela sua posição taxonómica (etiquetas numa combinatória), a hipótese do «*todo modal*» ou do «*travejamento modal*» do sentido. Introduzir a noção de contínuo, como um processo que age do interior do real e com ele. J. Cl. Coquet, por seu lado, num importante texto de questionamento do que ele chama a semiótica do enunciado, fundada por A. J. Greimas nos anos sessenta, tenta integrar as noções de predicação e de asserção, as instâncias, centros de discursividade, a história transformacional dos actantes, a relação realidade-verdade³⁰. Se não podemos observar completamente um eclipse do sol, como lembra Sócrates no Fédon, podemos observar a sua projecção na água. A projecção não é a coisa, sim o seu *correlato objectivo*. Valendo-se de G. Frege, Coquet conclui: «o objecto de observação, digamos o eclipse (*Bedeutung*), é mais do que a sua «imagem real», a projecção (*Sinn*)»³¹. O acto de linguagem não tem lugar num universo de relações formais. Nem a predicação nem a asserção são aí estudados. Retomando o conceito de predicação, o nosso autor pode tratar do acto de linguagem e do Eu como centro de discursividade — pontos estratégicos do que ele chama semiótica subjectal.

O solipsismo

Mas o que é afinal o solipsismo? O solipsismo é o discurso paradoxal do «como se» de Kant. Exemplo de comportamento paradoxal: o escritor místico descreve a sua saída da ordem da linguagem e a sua contemplação não verbal de Deus, permanecendo dentro dos limites da linguagem. No sonambulismo podemos ter um comportamento como se estivéssemos acordados. O transe, o delírio, são fenómenos do mesmo tipo. O paradoxo provém do facto de haver fusão parcial e contradição entre dois níveis de verdade e de linguagem: o nível G relativo a uma generalidade (tudo o que diz Epiménides é mentira) e o nível P relativo a um elemento particular e singular desta generalidade (a frase particular, através da qual Epiménides diz que tudo-o-que-ele diz- é mentira, é verdadeira). Num enunciado paradoxal, o que se encontra justificado a um nível P encontramos-lo incluído num sistema G de coordenadas epistémicas mais vastas que inclui

³⁰ Cf. J. Cl. Coquet, «L'Être et le passage ou d'une sémiotique à l'autre» in *TLE*, 1988, Presses Universitaires de Vincennes: 91-112.

³¹ *Ibidem*: 105.

o primeiro nível³². O paradoxo vem de que G, ao incluir P, contradiz P. O paradoxo consiste então em querer, dentro dum nível epistémico n, dar conta duma verdade de uma ordem m (incompatível com n) ou de uma ordem n +1 englobante e mais forte que o nível n. O «como se» de Kant consiste em fazer como se eu pudesse sair do nível epistémico em que me encontro (o de uma visão perspectivista sobre o mundo) para me situar no plano epistémico relativo à enunciação de uma verdade objectiva ou global sobre o mundo (isto é, um nível superior ao precedente). Paradoxal é querer, através duma linguagem (n) dar conta do silêncio (m). Um discurso que quer pensar a totalidade, situando-se no interior desta totalidade, torna-se paradoxal. O discurso «como se» é um discurso que, sabendo embora, e confessando-o, que se situa a um nível epistémico n, se edifica como se pudesse situar-se ao nível epistémico n +1, o único apto a resolver as aporias encontradas no nível n, e a fundar o conhecimento de nível n. Será assim o discurso teológico, e não só, como veremos³³.

Na semiótica do mundo natural, visa-se uma exterioridade como referente, mas esta exterioridade define-se em termos daquilo de que ela é referente. Daí o solipsismo. A percepção mima as estruturas reais do mundo. Na relação da linguagem/mundo, os enunciados funcionam à «semelhança» dos estados de coisas. Com que estrutura? Como descrevê-los? De modo não linguístico? A semiótica de segunda geração reconhece a impossibilidade de descrever de maneira não-perceptiva, linguística, semiótica, etc., o que é significativo (pertinente) no mundo exterior pela percepção da linguagem, da semiótica, etc. O solipsismo é metodológico — é mesmo esse o requisito para autonomizar o objecto — mas não deixa de pôr problemas epistemológicos consideráveis. As consequências: todas as descrições são formais; nada se pode dizer sobre os conteúdos; formaliza-se a forma. A mesma semiótica postula que é impossível definir rigorosamente uma ontologia qualitativa à maneira de Aristóteles. O mundo sensível (do sentido comum) desapareceu como conceito ontológico quando se lançou a hipótese de que a Física objectiva (que a ruptura galileana instaura) esgota o conteúdo da realidade externa como autónoma (independente de nós). O que assim se afastava era o fenomenológico (que releva do sujeito: constituição subjectiva) e a teoria da intencionalidade que afirma uma relação constitutiva com o mundo exterior. A tese de J. Petitot, que se inscreve na tradição aristotélica ressurgida (Thom ou o cognitivismo contemporâneo de Tulmy e Jackendorff), intervém aqui, afirmando que há estruturas perti-

³² Cite-se, a este propósito, Jean François Lyotard, *Le différend*, Paris, Minuit, 1983.

³³ Cf. Alain Houziaux, «L'Ébranlement des Fondements de la Science et de la Théologie» in : *RSPT* 73 (1989) 205-232.

nentes, há formas e qualidades (para a linguagem) autónomas (independentes de nós).

Sair do solipsismo?

Como sair do solipsismo metodológico? É verdade que o único conteúdo autónomo do mundo é fiscalista? Não haverá estruturas emergentes, autónomas? Haverá lugar para uma ontologia qualitativa?

Para J. Petitot, o mundo projectado é um correlato objectivo para a linguagem. Este mundo é projectado pela estrutura conceptual. O mundo qualitativo, correlato da linguagem, não é linguístico nem semiótico. O espaço externo de representação não é físico, procede de uma projecção. Os actos mentais representam o exterior a partir do físico subjacente. Reconhece-se então uma interface entre o mundo real e a estrutura conceptual, uma relação interactiva ³⁴.

É necessário ultrapassar um pressuposto constante ainda no pensamento ocidental desde Santo Agostinho: a pressuposição do solipsismo metódico que Husserl foi o último a defender ³⁵. O. Apel propõe um esquema que desenvolve o da relação triádica do signo peirciano, incorporando este a teoria dos actos da linguagem, isto é, acentuando a dupla estrutura performativo-proposicional dos actos locutórios e dos enunciados que os exprimem explicitamente. Na base desta teoria, a nível semântico, estão as funções proposicionais, que comunicam com as funções performativas, a nível pragmático, implicando simultaneamente a presença de um sujeito e de um co-sujeito, nas atitudes comunicativas. O ponto de vista de Apel exprime uma concepção pragmático-integrativa da semiótica, tendo em conta a triadicidade do princípio de relação do signo peirciano. Propondo a transformação pragmático-transcendental da função sujeito do conhecimento, mediatizada semioticamente como função do intérprete do signo, que integre *a priori* a transformação semântica transcendental, Apel pretende ultrapassar o «solipsismo metódico» da filosofia transcendental clássica, que negligencia a distinção das significações semióticas da linguagem como condição da possibilidade da validade intersubjectiva do sentido ³⁶.

³⁴ Ver Jean Petitot, «Le tournant morphologique» in *Actas do Colóquio de Toulouse* 13 e 14 XII 1989 sobre a Expressão: 91- 107; «La lacune du contour», Lisboa, *Análise*, 1 (1), 101-140; ver também R. Jackendoff, *Semantics and Cognition*, MIT Press, Cambridge, 1983; *Consciousness and Computational Mind*, MIT Press, Cambridge, 1983.

³⁵ Cf. Apel, in *Cruzeiro semiótico*, n.º 8, Janeiro de 1988, p. 31.

³⁶ *Ibidem*: 40.

O solipsismo participa do erro que consiste na pretensão de exprimir algo sobre o mundo de um ponto de vista exterior ao mundo no qual nos encontramos. O solipsismo metafísico é vítima ilustre deste erro, dado que o solipsista é alguém que pretende que a linguagem apenas pode remeter para o seu universo pessoal de representações e ideias, mas que é obrigado a sair dos limites da linguagem assim concebida e de a considerar do exterior, para poder afirmar isso. O solipsista metodológico pensa que toda a justificação se faz em termos da experiência de que cada um tem um conhecimento *privado*. Por isso diz: «só eu existo, tudo o resto é produto da imaginação, uma alucinação.» Esta é a forma mais extrema do subjectivismo, afirmar que apenas podemos conhecer a nossa consciência ou que fora dela nada existe. Universo e estado mental identificam-se ³⁷.

Recusa-se o ideal cientista do sentido total, não a sedução duma plenitude imaginária, o charme discreto da parte fractal, viral, o inexprimível da linguagem privada: *Individuum est ineffabile*. Gadamer dizia que o que existe não pode ser compreendido na sua totalidade. O resto é indizível, como Genet escreve: «Resto diz-se sempre da mãe». Segundo Wittgenstein, o que o solipsista quer dizer não pode ser expresso, apenas mostrado. A ilusão angélica consiste em pensar que se pode ter simultaneamente um pé fora e um pé dentro da linguagem — falar da possibilidade de descrição, de que a linguagem estaria por natureza privada. Impossível considerar ao mesmo tempo o espelho e o que ele reflecte, e julgar da «fidelidade» do primeiro, confrontando, qualquer que seja o modo, a imagem com o objecto. O misticismo tradicional funda-se implicitamente na ideia de que falta sempre dizer algo quando a linguagem já disse tudo o que podia. Implicando isto que se possa falar pelo menos uma vez da realidade sem passar pela linguagem, para dizer que a linguagem não permite esgotar a realidade ou que deixa de lado algo essencial. Como é sabido, o elemento essencial do «misticismo» de Wittgenstein é a impossibilidade da metalinguagem: não nos podemos colocar fora dos limites da linguagem e do mundo. É a impossibilidade de uma proposição falar de outra proposição, impossibilidade de formular o que quer que seja sobre a essência da linguagem. A proposição 6.522 indica claramente que, no espírito de Wittgenstein, a expressão: «*das Mystische*» corresponde ao termo mais ou menos convencional que serve de designação global para tudo o que não pode ser expresso, apenas manifestado. Místico evoca uma região não vazia exterior à linguagem ³⁸. O que Wittgenstein nega é que possamos, através da linguagem, romper momentaneamente com a conexão necessária que

³⁷ Veja-e, por exemplo, Lynn Segal, *Le Rêve de la Réalité*, Paris, Seuil, 1990.

³⁸ Cf. Jacques Bouveresse, *Wittgenstein: La Rime et la Raison. Science, Ethique et Esthétique*, Paris, Minuit, 1973.

existe entre os seus elementos e os da realidade para confrontar globalmente os recursos de uma com a outra, o que a linguagem pode dizer com o que há a dizer. O *Tractatus* proíbe-nos definitivamente qualquer tentativa para julgar a linguagem deste ponto de vista (C, p. 196).

Abordagem paradoxal esta, que pretende coadunar a imanência, a materialidade do objecto (textual), suspendendo o discurso e o sujeito, para falar precisamente do sujeito e do discurso. Impossibilidade de descrever de maneira não perceptiva, linguística, semiótica, etc., o que é significativo (pertinente) no mundo exterior, pela percepção da linguagem, da semiótica, etc. Aí está o círculo — o que é pertinente para X é a projecção das estruturas sobre a realidade exterior. Circularidade entre a teoria da referência e do sistema simbólico, afinal esta exterioridade é uma interioridade do sistema. A moral provisória é a de que não há meio de fazer de outro modo: «O solipsismo não é nem uma aberração nem um sofisma, mas a própria estrutura da razão» (E. Levinas).

O arbitrário necessário

A ciência tradicional é prisioneira do paradigma da simplificação (redução e disjunção)³⁹. O paradigma da ciência moderna exclui a reciprocidade de conhecimento que se estabelece quando comunicamos uns com os outros. Boaventura Sousa Santos parte da distinção entre compreender/explicar para tentar, a partir dela, tirar novas conclusões: *Para mim, compreender é a possibilidade de eu estar dentro do outro. Fazer com que a relação sujeito/objecto seja cada vez mais substituída por uma relação eu/tu é tarefa da compreensão*⁴⁰. Trata-se sempre de produzir conhecimento intersubjectivo no quadro de teorias e de métodos explicitados e intersubjectivamente aceites. Sendo a enunciação da ciência mostrativa, o universo referencial dos textos científicos supõe estruturas sémio-linguísticas que definem uma imagem perceptível relativamente, quer a um real fenomenal, quer a sujeitos cognitivos. Ao lado duma abordagem que reduz a linguagem da ciência a uma sintaxe lógica de termos observacionais e de uma outra que a transforma num dicionário de vocabulário técnico, é necessário interessar-se à ancoragem do discurso na experiência fenoménica do sujeito, evitando o reducionismo sociológico.

³⁹ John W. Dawson, «Godel and the Limits of Logic», in *Scientific American*, June 1999, p. 68.

⁴⁰ Cf. *JL*, 25.5.89; ver deste autor, *Um Discurso sobre as Ciências*, Lisboa, Afrontamento, 1987; *Introdução a uma Ciência pós-moderna*, Lisboa, Afrontamento, 1989.

«La recherche scientifique est réductrice ou elle n'est rien», escreve R. Girard ⁴¹. A ciência procede por delimitação do campo (da ciência às ciências), pela definição de princípios, de métodos e de procedimentos, por capacidade de instrumentação (mental e instrumental). A ciência moderna nasce de duas rupturas — por redução — com a Natureza e com o homem. De Copérnico a Laplace e passando por Newton. Kant irá teorizar este esforço: só há ciência do fenómeno e do verificável pela experiência nos limites da razão. O *Noumenon* não é ainda para ele «o inconhecível» evanescente de Spencer, mas o domínio reservado da fé e da ética. A condição de possibilidade da ciência passa pelo princípio de redução que ele postula à partida da sua construção e cuja legitimidade se demonstra pela sua fecundidade, portanto *a posteriori*. O reducionismo permitiu à ciência constituir-se e progredir. Discretizar é dar passos. O quadrado semiótico, por exemplo, é um desses instrumentos de redução à sua relação mínima. É uma combinatória que permite visualizar as polaridades em torno das quais se constitui a estrutura elementar da significação de um texto. Que fiquem restos desta redução, não invalida o poder heurístico do quadrado. Fazer do resto a definição da Literatura, é recusar-se a considerá-la como um todo autónomo, articulado como qualquer outro tipo de discurso, segundo as leis próprias da significância, ou como um objecto de conhecimento.

A resistência ao reducionismo pode formular-se assim: será que tudo se pode descrever em língua matemática? Se o reducionismo se torna a regra comum do pensamento e da crença, não cairemos na desumanização absoluta? Reduzem-se as qualidades sensíveis a simples propriedades do objecto? Não será a ciência «holista», sintética, mais desejável? E o *conhecimento* a que só se chega pelas vias do esoterismo, o irracional, a abdução, a iniciação secreta? ⁴²

O reducionismo é contestável se se tornou, não um método discutível, mas uma pretensão de explicação totalizante e exclusiva da realidade. Mas basta não confundir limitação com redução e reducionismo. A limitação do campo de investigação é uma etapa necessária e sã do exercício científico. Evitar o reducionismo é evitar a ideia de que as unidades que compõem um todo são ontologicamente primeiras em relação a este todo. A análise fisicoquímica (do papel e da tinta) e geométrica da escrita nada ensina dos motivos que fizeram enviar a mensagem (a sua causalidade), do seu conteúdo (a sua semântica) e do que se espera do seu destinatário (a sua

⁴¹ René Girard, *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris, Grasset, 1978, p. 48.

⁴² Ver J. Monod, *Le hasard et la nécessité*, Paris, Seuil, 1970; F. Jacob, *La logique du vivant. Une histoire de l'hérédité*, Paris, Gallimard, 1970; J.P. Changeux, *L'homme neuronal*, Paris, Fayard, 1983.

finalidade). De resto, teremos sempre «o coro das carpideiras do humano acompanhando a verificação das devastações produzidas pela temível lepra das formalizações»⁴³. Claro que não se pode pedir à semiótica o mesmo nível de redução que consegue a física, quanto mais não fosse pelo lado da sua confessada contaminação fenomenológica. O objecto do programa de investigação semiótico não é o mesmo que o do historiador da literatura, por exemplo⁴⁴. As descrições de Popper só parecem válidas para as ciências exactas, capazes de prever experiências que eventualmente falsificarão a «conjectura» proposta.

Afinal, que isso nos agrade ou não, o arbitrário está no princípio de todos os campos, mesmo os mais «puros», como os mundos artístico ou científico: cada um deles tem a sua «lei fundamental», o seu *nomos*⁴⁵. Morin (1983) considera que a atitude científica tradicional obriga a uma leitura apenas determinista, leitura que exclui toda a ideia de autonomia e de individualidade, excluindo no mesmo lance o sujeito e com ele a ideia de recursividade organizacional e a liberdade como propriedade daí emergente. A problemática «intencional» e «tensiva» entrou na semiótica para quebrar o tropeço que constituía o imanentismo fechado, via fenomenologia, e ciências cognitivas. É aí que estamos hoje.

⁴³ Cf. E. Prado Coelho. *op. cit.*, p. 72.

⁴⁴ Ver de M. Grimaud: «Prosopopée de sainte Sophie, patronne des poéticiennes (Vers une science des textes)» in *Poétique*, 43, pp. 372-391; e «Préliminaires pour une Psycholinguistique des discours (Le champ de la Poétique)» in *Langue Française*, 49, Fevereiro 1984, pp. 14 -29.

⁴⁵ P. Bourdieu *op. cit.*, p. 116.

REPRESENTAMEN, OBJECTO, INTERPRETANTE: LIGAÇÕES INTERMINÁVEIS

LUIÇA PEIXOTO DE MAGALHÃES *

RESUMO

Este texto debruça-se sobre a obra de C. S. Peirce, filósofo americano que marcou de forma indelével o pensamento científico do séc. xx. Na ínfima parcela do seu trabalho que seleccionei para apresentar nestes «Cadernos» está presente o raciocínio lógico-semiótico que situa o signo triádico numa espiral vertiginosa por onde o sentido flui ininterruptamente, sem que alguém jamais se possa outorgar sequer a esperança de lhe encontrar o princípio — ou o fim. Nesta mesma espiral nos encontramos — cada um de nós um Signo, vindo de outro e dele seguindo... nos meandros da «semiose ilimitada» que nos faz crescer, comunicando.

Pelo seu carácter de profunda elaboração filosófica e científica, a obra de Charles Sanders Peirce impõe-se a todos quantos se dedicam a explorar os meandros da comunicação humana, principalmente nos aspectos relativos ao desenrolar do processo semiótico. Esta obra debruça-se sobre a rede ilimitada de relações entre a realidade e o processo do conhecimento, processo este que se desdobra pela multiplicação de signos interpretantes. Estes sucedem-se, originando tríades ininterruptas, cada uma na base da seguinte, autênticos veículos onde o sentido é transportado ao longo da relação estabelecida entre cada signo e o seu Objecto.

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.
E-mail: luisamag@ics.uminho.pt

O sentido evolui de signo em signo, complexificando ou simplificando as possibilidades de assimilação por parte de cada utente, sendo que esta assimilação é sugerida por uma lógica helicoidal onde o vértice final de um triângulo é também o vértice inicial do triângulo seguinte. O processo de descoberta segue então um processo lógico evolutivo e ilimitado, originando um encadeamento de significações cujo fio condutor é o grau de iconicidade presente na relação entre o Homem e o Mundo. A iconicidade está presente em todos os contextos da vida, implicada na visão da realidade que apenas é possível pelos olhos de um intérprete. Assim, os principais elementos que favorecem a comunicação humana são elementos icónicos: ou por se tratar de imagens directas do real ou então por se tratar do resultado das fórmulas com que o mesmo real é visionado. Esta é a razão principal para estudar o pensamento de Peirce em relação aos signos icónicos: de facto, eles promovem uma rede relacional que implica simultaneamente indivíduos e objectos, num esforço pragmático de compreensão e aprendizagem sobre o Mundo

O Conhecimento humano integra-se, assim, numa lógica de descoberta com carácter dinâmico, fluido e provisório cuja base se constitui nos signos de carácter icónico porquanto são as Imagens que permitem a organização do pensamento humano, através das relações que promovem entre a Mente Humana e o Mundo. No quotidiano, os contextos comunicativos sucedem-se, tal como as imagens de um caleidoscópio: Emissor e Receptor assumem alternadamente o seu papel no encadeamento lógico e ininterrupto dos signos entre si.

A interpretação dos fenómenos da Realidade é possível através do Conhecimento, mas também da Experiência. Trata-se de uma atitude inicialmente realizada por abstracção, mas complementada tanto pela concretização experimental como pela sua representação. A designação escolhida por Peirce para descrever a globalidade destes fenómenos é peculiar, já que a sua principal característica é ser suficientemente abrangente para incluir, sob o termo «phaneron», «(...) o total colectivo que, de alguma maneira ou em algum sentido é presente à mente humana, sem que se distinga entre o que corresponde a uma coisa, real ou não.»

Com efeito, a preocupação fundamental de Peirce consiste na descoberta dos processos que estão subjacentes ao Conhecimento. Estes processos poderiam ser compreendidos desde que fossem metodologicamente inseridos num raciocínio de tipo lógico — semiótico, partindo da análise de premissas do Real e integrando-as a um nível superior de conhecimento. O estudo sistemático dos «phanerons» levaria Peirce à compreensão do Real, exactamente através das relações lógicas ou semióticas estabelecidas entre os elementos constitutivos do mesmo Real — o ser e a substância.

O objectivo do estudo de Peirce consistiria então na elaboração de uma síntese da forma pela qual o ser humano se relaciona com a Realidade,

considerando as suas diferentes formas interpretativas. Essencialmente uma teoria explicativa dos mecanismos de significação, a semiótica de Peirce, segundo Nicole Everaert-Desmedt (1990), é, de facto, um projecto filosófico. Tal como Aristóteles e Kant, Peirce ensaia uma tipologia de classificação para os «phanerons», a qual deu origem a uma Teoria das Categorias, ou Phaneroscopia. Apesar de assumir a influência de Kant, cuja Crítica da Razão Pura dizia saber «quase de cor», Peirce expõe, no prefácio de *Principles of Philosophy* (CP 1.2), a sua intenção de continuar na esteira de Aristóteles quanto à elaboração de uma filosofia própria, tão abrangente que se tornaria difícil, senão impossível, desenvolvê-la, ou mesmo contradizê-la. O primeiro passo da construção de uma tal ciência seria enunciar conceitos tão simples quanto generalizadores e aplicáveis, de forma a que, tal como os princípios de Aristóteles, estes conceitos fossem praticamente irrefutáveis.

Na sua busca de utilização de termos dotados de simplicidade e clareza, embora com uma grande preocupação de rigor científico, Peirce procura então uma designação abrangente mas não complexa para expor o sistema de categorias segundo o qual se compreendem as três dimensões da realidade, sendo que estas dimensões são relacionais e complementares entre si.

Toda a experiência humana resulta da interacção entre os três modos de ser específicos — Primeiro, Segundo e Terceiro —, que dizem respeito às diferentes formas de relação estabelecidas entre o «ser» e a «substância» e que constituem as categorias phaneroscópicas. A tentativa de compreender como se podem unir estes elementos que constituem a existência humana levou Peirce ao exercício mental de produzir enquadramentos conceptuais para os diferentes níveis e formas de relação, criando assim diferentes categorias integradas em contextos semióticos.

A forma de pensamento de Peirce é portanto triádica e implica a assunção de que tudo se resume aos três modos de ser, aos quais correspondem as designações das três categorias existenciais. Estas categorias pressupõem uma hierarquização e uma relação implícita segundo a qual um Segundo implica sempre um Primeiro e um Terceiro implica um Segundo e logicamente um Primeiro também.

Os três níveis ou modos de ser inventariados por Peirce traduzem-se simplesmente pela designação da forma como se constituem, ou não, em relações entre si. Assim, a sua denominação original é: *Firstness*, *Secondness*, e *Thirdness*.

A *Primariedade* (*Firstness*), é o momento de abstracção onde cada coisa pode ser compreendida unicamente em relação a si mesma. A *Secundariedade* (*Secondness*) é a dimensão do existencial, do concreto, da experiência individual, onde cada coisa é compreendida pela sua relação com o Real. A *Terciariedade* (*Thirdness*) é o nível do pensamento e da representação.

A ideia de Primariedade (Firstness) é expressa pela qualidade em si, exemplificada pelos fenómenos de, e.g., dureza, luz, brilho, prazer, dor, etc. Corresponde, nas palavras de Peirce, às ideias de liberdade, frescura, vida, sensação pura e sentimento (CP 1.302).

A Primariedade está relacionada com a possibilidade de cada fenómeno causar uma impressão determinada, isto é, uma sensação. Contudo, esta qualidade não é, em si, uma ocorrência, ou seja, o esforço mental de imaginar uma sensação de frescura, não implica a existência de um objecto real ao qual esta sensação corresponda. Poderá dizer-se que a «vermelhidão» existe na mente antes de qualquer objecto vermelho. A associação de cor a um objecto não passa de um fenómeno dispensável ao nível da Primariedade. Trata-se de um enquadramento hipotético, baseado na pura abstracção. Cada sensação existe com a sua consequente exigência de um sujeito «sensor», que lhe dá forma e nome. Assim, o Primeiro, ou a ideia de Primariedade, pressupõe um estado qualificável, pois consiste na possibilidade de impressionar causando sensações de tipo «resposta». A Primariedade consiste portanto no «ser» propriamente dito, sem os contornos reais que lhe são conferidos pelo universo da Secundariedade, isto é, da própria existência. Neste sentido, não há possibilidade de comparação ao nível da Primariedade, já que este é o universo da substância, da «coisa», desligada da sua significação.

A Secundariedade é, em si mesma, existencial; consiste na existência física do qualificável, ou então na existência de algo que o pressupõe. Relaciona-se directamente com a categoria anterior porque a inclui, na medida em que o qualificado será sempre um Segundo. A Secundariedade (Secondness) explica-se, para Peirce pelo plano da Relação, numa primeira abordagem (On a New List of Categories, 1867), embora a formulação das categorias tenha sido alterada mais tarde (The Categories in Detail, 1894), levando ao reconhecimento do plano da Reacção ou Conflito (CP 1.322; 324). A Secundariedade consiste na possibilidade real de reconhecer uma qualidade, ou um signo de Primariedade através do conhecimento da sua existência real ou de algum aspecto do real que indique e/ou exija essa mesma existência. A referência a um signo de Secundariedade vem pelo seu valor de implicação, uma vez que comporta a inclusão de um signo de Primariedade com o qual se relaciona. O universo inicial, a pura potencialidade, antecede a relação que é afinal o «entrelaçar» de qualidades.

Assim, por exemplo, qualquer referência a uma qualidade atribuída implica uma relação — uma designação de «automóvel azul» pressupõe uma existência material, singular, adjectivada pela sensação a que corresponde uma cor ou qualidade reconhecida. Da mesma forma, uma dada aplicação de cor vermelha pode assumir certa representação, pelo que pode estar presente em determinado objecto concreto e singular sem no entanto deixar de existir em abstracto como uma hipótese (Tiercelin:1984).

Em relação ao carácter abrangente e universal destas categorias, Joseph Brent apresenta uma explicação que introduz a terceira categoria: a Terciariedade. «Enquanto a qualidade monádica da Primariedade é mera potencialidade sobre o que poderia ser e é sem existência, a qualidade diádica da Secundariedade é o mero facto individual, sem generalização. A Terciariedade comporta a generalização, mediando entre um primeiro e um segundo. É a categoria que transporta o sentido e é o próprio sentido.»(Brent,1993:334)

Entre a abstracção pura da Primariedade e a existência total ou parcial da Secundariedade, o equilíbrio estabelece-se pela inserção de um terceiro, mediador que não resulta de divisões sucessivas mas sim da necessidade lógica de promover um equilíbrio entre a qualidade e o objecto — ou o seu nome (CP 1.337). Entra-se, assim, na lógica da representação, pela existência do elemento mediador, origem da própria significação (CP 1.338).

O problema da representação consiste na unificação de conceitos, partindo da relação entre o ser e a substância, estabelecida através dos signos. A determinada qualidade do ser une-se o verbo e a acção que há-de trazer significação. Este movimento concretiza-se na proposição, que «tem sempre, para além de um termo para exprimir a substância, um outro para exprimir a qualidade dessa mesma substância. A função da concepção do ser é unir a qualidade à substância» (CP 1.551). Daí que o próprio Peirce tenha classificado a Terciariedade como «a categoria do necessário», na qual se justificam a relação, a qualidade e a própria mediação. A qualidade «é então, no seu sentido mais alargado, o primeiro conceito a permitir a passagem do 'ser' para a 'substância'» (CP 1.548), permitindo a interpretação e aplicação de um conceito ao outro na proposição. Corporizar ou integrar a qualidade da cor é equivalente a «ser» essa cor, logo a qualidade existente na cor só faz sentido se e quando aplicada a um sujeito, conferindo-lhe o 'ser' e a sua 'substância', valorizando por isso a proposição.

Segundo Deledalle (1979), a Primariedade é a categoria do ser por si próprio, do sentimento antes do seu objecto ou da mera possibilidade. A Secundariedade faz referência a um Primeiro, mas não a um Terceiro, sendo que a existência do Segundo vem alterar a harmonia, introduzindo a relação ou o conflito, apenas resolvido pela compreensão do Terceiro como mediador. A Terciariedade é então o pensamento de tudo o que é possível. Assim, a primeira categoria invoca um sentimento, ou então uma sensação no seu estado puro, enquanto a segunda se refere à possibilidade de uma acção ou conflito entre a qualidade e a existência. A terceira categoria implica consciência. Estas categorias não podem ser entendidas isoladamente, uma vez que, ao nível do trabalho semiótico, é necessária a implicação da triadicidade que é característica do pensamento de Peirce.

Peirce descreve o Signo como gerador de outros signos, consistindo, de uma forma geral, numa rede de relações em permanente actividade.

É composto por três elementos de base, Representamen, Objecto e Interpretante, que se reproduzem ininterruptamente, compreendendo as relações estabelecidas em rede e originando um processo de semiose contínua. Nas palavras de Peirce, o Signo é «Algo que determina outra coisa (o seu interpretante) para se reportar a um objecto ao qual se refere (o seu objecto) da mesma forma, transformando o interpretante num signo em si mesmo, e assim sucessivamente, ad infinitum.» (CP 2.303)

A noção de signo inclui portanto uma sequência de relações infindáveis e complexas sendo abrangente mas contextualizada. É abrangente, porque comporta os seus próprios elementos de expansão: a noção de Objecto e a noção de Interpretante. É contextualizada porque nenhum signo é limite de si mesmo, promovendo a sua própria assimilação e compreensão por parte do utente, conforme diversos factores contextuais que vão favorecendo o desenvolvimento da cadeia significativa. A ocorrência de cada signo é sempre relativa a um determinado fundamento (Ground) e motiva outros signos, sempre diferentes do signo inicial, mas de natureza equivalente.

O signo não é a realidade, mas a sua representação; difere sempre do seu objecto sem o abandonar completamente, visto que a relação existente entre signo e objecto não é uma relação total. Um signo não pode representar a totalidade do seu objecto: Peirce é muito claro, quando, na sua exposição da ideia de Signo, no texto *Division of Signs* (CP 2.227 ss.), apresenta o Signo como algo que «representa algo para alguém a determinado respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez mais desenvolvido. Esse signo que ele cria chama-lhe o interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, o seu objecto. Representa o seu objecto, não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma certa ideia à qual chamei por vezes o fundamento do representamen.»

Um signo só é compreendido entre dois interlocutores a partir do momento em que é possível encontrar um ponto comum, uma perspectiva sobre a qual o signo possa ser interpretado. Esta perspectiva é o «fundamento» de cada signo, o aspecto específico sobre o qual existem experiências comuns que levam ao reconhecimento do Objecto, não no seu todo, mas em alguma das suas partes com a qual o utente do signo se familiariza. Daí a importância da noção de fundamento associada à de objecto: cada signo apenas pode representar a «parcela» do objecto que consiste no fundamento necessário para que o mesmo signo seja entendido e interpretado.

A representação de algo para alguém ocorre «a determinado respeito ou capacidade», sendo que o signo se torna relevante apenas no ponto de vista que concerne o momento da sua actualização e transmissão. Cada utente reage ao Signo conforme o seu nível de relação com o Fundamento, ou «ideia», que o mesmo signo invoca.

Os três elementos que constituem o Signo aparecem integrados em escalas sucessivas, alternando as relações que estabelecem entre si. Trata-se de um processo que se traduz numa semiose ilimitada, assim caracterizada pelo pressuposto que legitima a multiplicação dos interpretantes. Se um signo mais desenvolvido entrar no processo como primeiro signo «para alguém», imediatamente lhe será dada sequência, uma vez que a sua significação só ficará assegurada a partir do momento em que um novo interpretante lhe é atribuído. O encontro entre cada signo e a sua ocorrência dá-se ao longo das três categorias phaneroscópicas, da Primariedade, Secundariedade e Terciariedade, coincidindo com a tríplice combinação entre as dimensões do Signo e as de cada fenómeno.

Para interpretar a complexidade do processo de semiose ilimitada efectivado pela acção dos signos interessa analisar e compreender cada um dos seus elementos — Representamen, Objecto e Interpretante —, suas características e permanente interrelação. O Representamen é inicialmente descrito por Peirce como independente da noção de signo:

«Uso diferentemente as duas palavras, signo e representamen. Signo para mim, é algo que transporta uma dada noção sobre qualquer aspecto de um objecto, na medida em que estes veículos de pensamento nos são familiares. Partindo desta ideia familiar, faço a melhor análise que é possível fazer-se sobre o que é essencial para um signo, e defino representamen como algo a que essa análise se possa aplicar.»

O signo existe em presença num mundo concreto que funciona pela expressão sucessiva de representações, mas existe também na ausência, pela natureza do Representamen que cada signo implica ou constitui, sendo uma representação de «algo que não é». A ideia de que é possível considerar «o que é essencial para o signo», abstraindo-o de qualquer aplicação, leva a que o signo seja duplamente entendido, como uma possibilidade, mas também em concreto, pela experiência. Daí que Peirce separe, inicialmente, as noções de Representamen e de Signo. O Representamen liga-se então ao carácter abstracto e representacional do signo, enquanto que este existe «em concreto» e pressupõe uma situação real. Neste sentido, o Representamen liga-se à categoria da Primariedade, pelo seu modo de ser original, isto é, por entrar no plano da abstracção, do modo de ser Real e Primeiro, enquanto possível. A existência do Fundamento de cada signo é portanto anterior à sua actualização, constituindo um ponto importante de entendimento para a articulação da cadeia significativa. Para Pierre Thibaud (1986:22), a ideia de Fundamento corresponde à primeira «fonte» de todos os signos, ao elemento comum que permite a continuidade das relações comunicativas, a própria Realidade.

Um dos conceitos mais importantes apresentados na obra de Peirce parece-me ser o conceito de Fundamento Icónico de um signo. Por definição, o Fundamento de um signo é o denominador comum aos utentes

do mesmo signo, cuja função é permitir o trânsito de significações. Esta função parece-me de algum modo incompleta, porquanto não especifica a base formal sobre a qual esse denominador comum se constitui e que julgo ser uma base de carácter icónico. Efectivamente, ao longo do processo de crescimento e desenvolvimento humano, cada indivíduo está sujeito a sucessões ininterruptas de signos da Primariedade absoluta.

Contudo, o conhecimento comum de um dado Fundamento não conduz, por si só, ao entendimento entre os utentes: é ainda necessário que exista uma concepção prévia sobre o que possa ser o Objecto de um signo, ou seja, é necessário um conhecimento do Mundo real sobre o qual se articula o processo semiótico. Teresa Calvet de Magalhães observa, a este propósito, que «O objecto é, para Peirce, o conhecimento que temos sobre uma coisa e que nos permite concebê-la como signo». De uma forma geral, todos os objectos têm características complexas, conforme a perspectiva pela qual são observados, descritos ou compreendidos. Enquanto signo, só alguma parte dessas características diferenciadas é que constitui o Objecto de referência, já que não há na noção de signo, a possibilidade de abranger todas as características do mesmo objecto. A definição do Signo como «algo que representa outra coisa, o seu Objecto» diz claramente que este objecto não é representado na sua totalidade, mas apenas em alguma das suas partes (cf. CP 2.228). Consequentemente, pode ser abordado segundo várias perspectivas, conforme a «ideia» subjacente à enunciação do próprio signo. Peirce especifica que há, geralmente, dois tipos de Objecto, propondo a sua distinção: «Temos de distinguir o Objecto Imediato, que é o objecto tal como o próprio Signo o representa e cujo Ser está portanto dependente da sua Representação no signo, do Objecto Dinâmico, que é a Realidade que, de alguma maneira, conduz à ligação do Signo com a sua Representação.»

O Objecto Dinâmico é então a Realidade, o mundo como contexto do signo, englobando todos os aspectos aos quais o signo situado pode fazer referência. O reconhecimento da sua identidade depende da experiência, do conhecimento próprio que cada indivíduo tem sobre a realidade em que se situa. Desta forma, a ligação entre o Fundamento de um signo e o seu Objecto Dinâmico é constituída em paralelo com a ideia de «correlato», de experiência colateral sobre um dado aspecto da Realidade. O mesmo é dizer que a noção de Fundamento inclui toda a gama de experiências comuns necessárias para a articulação do processo semiótico. No seu texto *Signs and their Objects*, Peirce especifica: «O Signo apenas pode representar o objecto e dele dizer alguma coisa. Não pode dar a conhecer nem mesmo reconhecer este objecto; (...) (O Objecto de um signo) é aquilo cujo conhecimento prévio é pressuposto para que possa comunicar as informações suplementares que Ihe dizem respeito.»

Consequentemente, o Objecto Imediato tem um carácter prático, existente, partindo da realidade enquanto Objecto Dinâmico enquadrado na perspectiva adequada ao momento de comunicação. E o Objecto Imediato que dá forma ao Interpretante correspondente ao seu Representamen, ligando os dois elos da cadeia semiótica. A sequência virá à medida de cada Interpretante, conforme o Objecto Imediato estimulado.

Os signos têm ainda a capacidade de se desenvolverem na mente do utente, originando outros signos, relacionando-se com o conjunto de noções e conhecimentos de cada utente e dando lugar à criação de signos com características equivalentes ou mais desenvolvidas ainda, ultrapassando os limites formais do signo inicial. Cada signo tem a faculdade de poder originar um outro signo mais desenvolvido que Peirce designa por Interpretante. Em relação ao Objecto, o Interpretante surge como um «signo equivalente», logo possui, ele também, a possibilidade de se reproduzir.

O interpretante de um signo é o elemento originador do processo semiótico, quer pelas suas características relativamente ao signo em si, quer pela sua função no estabelecimento da própria relação semiótica. No que respeita ao signo, o Interpretante situa-se num plano equivalente, ou talvez mais desenvolvido, conforme Peirce o apresenta. Constitui-se então como elemento de base para o processo semiótico, capaz de igualar ou mesmo de se sobrepor ao signo inicial em termos de possibilidades interpretativas, já que se trata afinal de um outro signo, diferente do signo que lhe deu origem.

É nesta medida que a cadeia semiótica é imparável assumindo, na Teoria Geral dos Signos, uma dimensão original. Efectivamente, a originalidade da concepção deste terceiro elemento como um signo «equivalente, ou mais desenvolvido» consiste, por um lado, na ideia de que cada signo, referindo-se apenas a alguma parte do objecto, faz supor várias possibilidades de interpretação. Por outro lado, admite-se a existência de um dado contexto comum, isto é, de um Objecto Dinâmico que é pertença de quantos utilizarem um dado signo.

A geração de interpretantes constitui portanto a acção do signo, sem que cada Interpretante se refira a um objecto específico de experiência, mas favorecendo uma multiplicidade de «aspectos e capacidades» a desenvolver ininterruptamente, criando assim um universo dinâmico e activo. O universo dos «vermelhos existentes» pode ser aplicado, por exemplo, quer em cartazes de campanha eleitoral, quer em dísticos com o cruzamento perpendicular de dois traços, como no caso da Cruz Vermelha. No primeiro dos casos, a contextualização da cor permite uma conclusão tipicamente diferente da do segundo caso.

Contudo, ao nível da observação sensorial, a identificação da cor permanece enquanto elemento de Primariedade. É a especificação da ocorrência contextualizada que, em ambos os casos, fornece a hipótese ideal

para que cada signo seja apreendido, situando-o, enquanto existente, ao nível da Secundariedade. Todavia, a interpretação de cada signo proposto, neste caso a partir de um elemento de cor vermelha, vem a sugerir diferentes signos interpretantes.

O Interpretante é, originalmente, um elemento acrescentado à cadeia semiótica, com um papel de mediação clara entre os dois outros elementos. Trata-se de um signo, o que faz dele um elemento de tripla dimensão, relacionando-se em níveis diferentes, com o seu Representamen e Objecto correspondentes e originando diferentes tipos de Interpretante. Assim, o Interpretante Imediato ocorre num processo de «semiose prática» (Deledalle:1990), em acção imediata, onde o Interpretante designa o Objecto Imediato de um Representamen e que se cumpre nesta designação. Trata-se do elemento que permite o «reconhecimento» imediato dos signos através da sua relação com o Representamen, sem que seja exigido conhecimento específico para estabelecer o contacto.

«Face a um signo pictórico, por exemplo, um quadro, o Interpretante Imediato diz-nos: estamos em presença de uma pintura com tal e tal características que devem ser compreendidas seguindo esta ou outra referência». Carontini (1984:31). Neste sentido, Peirce identifica o Interpretante Imediato como a ligação ideal entre o Primeiro e o Segundo elemento do signo, considerando-o «o Interpretante representado ou significado no signo». Contudo, o processo semiótico é contínuo, e a cadeia semiótica funciona pela alternância dos signos entre si, com uma base de comunicação efectiva que é constituída, como o referia Thibaud, pelo Mundo como contexto de cada signo, i. e., considerando o Objecto Dinâmico na sua permanência e complexidade. É o Mundo, ou melhor, o Objecto Dinâmico, que constitui a fonte de informação necessária à interpretação dos signos, produzindo, para Peirce, «o efeito real do signo sobre o espírito».

Em referências mais recentes da sua obra, cerca de 1902-1904, Peirce considera o Interpretante como o «efeito significativo» no qual se articula a dinâmica do processo e a própria acção do signo, classificando este efeito como Interpretante Dinâmico. Esta designação comporta a assunção de uma correspondência funcional, em primeiro lugar, entre Objecto Imediato e Interpretante Imediato, através do Representamen. Em segundo lugar, entre o Objecto Dinâmico e o Interpretante Dinâmico, através do próprio Objecto. Enquanto signo, o Interpretante articula um feixe de relações próprias entre as categorias da Primariedade e da Secundariedade, respectivamente, enquanto Interpretante Imediato e Interpretante Dinâmico.

Na sua dimensão Terceira, cada signo é, naturalmente, um Interpretante, visto que não é de calcular, para cada Interpretante, o seu signo original, o primeiro signo, no sentido de uma hipotética ordem temporal ou cronológica. A referência à Terciariedade vem pela característica essencial do interpretante ao nível da Representação, que é, em contextos reais de

comunicação, fruto do hábito com que a «carga» de sentido lhe é conferida. O Interpretante Final é, então, quase «mecânico», na figura do hábito com que damos sequência a situações de comunicação. A designação de «hábito» é apresentada por Peirce como alternativa à de Interpretante Final, ou Normal: esta noção resolve parcialmente as questões levantadas pelo imparável dinamismo dos signos. Através do hábito, existe a possibilidade de um dado receptor atingir imediatamente um Interpretante Final — também designado por «lógico», na perspectiva do receptor —, resultado da efectivação imediata da significação transmitida pelo emissor.

Segundo Deledalle a apresentação e discussão da noção de Interpretante exige, em primeiro lugar, a descrição do Signo que cada Interpretante representa. Em segundo lugar, exige a categorização ou designação específica do Interpretante, em relação à figura do Intérprete, impondo-se, a este respeito, uma distinção rigorosa, corroborada, e.g., por Corrington (1993:122): «(...) o interpretante é o signo mediador que torna públicas todas as ligações categoriais e semióticas (especificamente sob a forma de argumentos). O intérprete é a pessoa que se apodera do interpretante e o modifica de tal maneira que cria novos interpretantes».

As designações acima descritas relativamente ao conceito de Interpretante, referem-se à perspectiva do intérprete enquanto emissor, actuando em contextos reais de comunicação. Na perspectiva do intérprete receptor, distinguem-se três outras designações. Em primeiro lugar, o Interpretante Emocional ou Afectivo, correspondente ao Interpretante Imediato, representado no próprio signo. Em segundo lugar, o Interpretante Energético, correspondente ao Interpretante Dinâmico, portanto referente ao efeito real de cada signo sobre o espírito. Uma determinada performance — aplicação de um código — pode ser considerada, na classificação de Peirce como um interpretante «energético», dado que a sua actualização resulta de um esforço particular. Este esforço resulta da identificação do elemento que permite essa performance, e.g., no uso de determinados elementos codificados, como as notas de uma pauta musical, ou as letras de um dado alfabeto.

Finalmente, o Interpretante Lógico, também designado por Interpretante Final ou Normal, este configurado na existência real do hábito. Adivinha-se, em Peirce, a concepção de uma teia infinita de relações que se traduziria numa constelação de elementos — concretos uns, abstractos outros —, cercando a nossa natureza de Homo Symbolicus, como que estimulando competências comunicativas e desenvolvendo laços sociais. No centro desta constelação estaria o processo do conhecimento, ele próprio imbuído da natureza triádica dos Signos.

O processo do conhecimento resulta da articulação entre cada phaneron e o seu modo de ser correspondente. A caracterização proposta por Peirce para o termo phaneron sugere uma ambivalência em relação à

realidade, na qual o phaneron pode ou não estar inserido. Efectivamente, o total colectivo que nos é sempre presente inclui, por um lado, o domínio abstracto das potencialidades; por outro lado, o domínio dos actos concretos, localizados, datados. Os modos de ser Primeiro, Segundo ou Terceiro ligam-se, assim, numa matriz combinatória ilimitada, aos elementos constituintes do signo, sendo que cada um destes elementos — Representam, Objecto e Interpretante — possui características que implicitamente os fazem corresponder a um modo de ser específico. Assim, verifica-se a impossibilidade do que poderia ser considerado uma unidade em termos filosófico-semióticos. Não se concebe um modo de ser sem uma atribuição específica a um dado elemento sígnico, como também não se concebe, pela própria natureza da definição de signo, que este possa incluir elementos isolados. Daí a assunção de que, tanto os três modos de ser da Primariedade, Secundariedade e Terciariedade, como os três elementos sígnicos já descritos, Representamen, Objecto e Interpretante, são indissociáveis entre si.

O pensamento de Peirce constitui portanto uma forte referência para a investigação tanto pela profundidade do seu esforço intelectual na prossecução de um importante trabalho científico, como pela validação desse mesmo esforço, conseguida através do seu reflexo em exemplos do quotidiano. É esta atenção dada ao funcionamento aberto da lógica dos signos que faz com que a Semiótica de Charles Peirce seja passível de favorecer o desenvolvimento de novas e fecundas pesquisas, particularmente em áreas relacionadas com a produção, processamento e interpretação dos signos icónicos, como, por exemplo, a Fotografia e o Cinema.

BIBLIOGRAFIA

- BRENT, Joseph, *Charles Sanders Peirce, a Life*, , Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1993;
- CALVET DE MAGALHÃES, Theresa, *Signe ou Symbole*, Travaux de sémantique et hermeneutique, Louvain la Neuve e Madrid, Cabay ed., 1981;
- CARONTINI, Enrico, *L'Action du Signe*, Questions de Communication 7, Louvain la Neuve, Cabay ed., 1984;
- CORRINGTON, Robert S., *An Introduction to C. S. Peirce*, Rowman & Littlefield Pub. Inc., 1993;
- DELEDALLE, Gérard, *Théorie et Pratique du Signe*, Paris, Payot, 1979;
- DELEDALLE, Gérard, *Lire Peirce Aujourd'hui*, Bruxelles, De Boeck Université, 1990;
- DESMEDT, Nicole E., *Le Processus Interprétatif*, Liège, Mardaga ed., 1990;
- PEIRCE, Charles S., *Collected Papers*, vol.I-VI, Charles Hartshorne and Paul Weiss, eds., vol. VII-VIII, Burk ed., Cambridge Massachussets, Harvard University Press, 1931-1958;
- THIBAUD, Pierre, «La Notion Peirceenne d'Interprétant» in *Dialéctica*, vol. 37, N.º91, 1983, pp. 3-33;
- THIBAUD, Pierre, «La Notion Peirceenne d'Object d'un Signe», in *Dialéctica*, vol.40, fasc.I, 1986, pp. 19-43;
- TIERCELIN, Claudine E., «Que Signifie: Voir Rouge? La Sensation et la Couleur Selon Peirce» in *Archives de Philosophie*, 47, 1984, pp.109-429.

O JORNALISMO COMO CAMPO SOCIAL E COMO DOMÍNIO DE FORMAÇÃO

MANUEL PINTO *

RESUMO

A complexidade crescente da vida social, a proliferação das fontes e das formas de aceder, gerir e fazer circular a informação, as transformações no plano económico-social e no plano cultural e ético induzidas pelas inovações tecnológicas tornam necessário repensar o quadro em que ocorre a formação inicial e contínua dos profissionais da comunicação e, em especial, dos jornalistas. Neste texto, recorreu-se ao conceito de campo proposto por Bourdieu para sublinhar os dinamismos do campo jornalístico e as suas interacções com os restantes campos sociais, destacando os desafios, condicionantes, requisitos e orientações que as instituições de ensino superior que fazem formação de jornalistas não poderão deixar de equacionar. Sustenta-se a necessidade de manter uma permanente tensão entre o contacto e a familiarização com o terreno da prática profissional, por um lado, e com o distanciamento crítico que os instrumentos teóricos e metodológicos possibilitam, por outro lado.

Nos últimos anos tem vindo a adquirir crescente expressão um discurso que não se limita a sublinhar a crise do jornalismo, mas que aponta mesmo para o seu fim (Martínez-Albertos, 1997; Ramonet, 1999). Até o muitas vezes citado texto de Gabriel García Márquez, *El Mejor Oficio del Mundo*, acaba por soar, embora com matizes, a um dobre de finados pelo jornalismo ou, pelo menos, por um certo jornalismo.

* Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho E-mail: mpinto@iec.uminho.pt

Ignacio Ramonet sustenta que «o sistema deixou de necessitar de jornalistas, os quais perderam a sua especificidade». «Só quem anda de olhos fechados é que não vê isso», diz ele, de forma peremptória (1999 ¹). Para quê jornalistas se os departamentos e serviços oficiais e officiosos, públicos e privados podem fazer o trabalho daqueles, incorporando o seu 'know how'? Não é que não possam continuar a existir redacções em que os jornalistas trabalham. Simplesmente, o trabalho informativo estrategicamente concebido, meticulosamente preparado e profissionalmente realizado a montante remeteria cada vez mais os jornalistas para um papel que, na melhor das hipóteses, é o de difusores/fornecedores de informação e de legitimadores de mensagens controladas na fonte.

No seu livro *El Ocaso del Periodismo*, Martínez-Albertos considera que 'os jornalistas perderam, de facto, o rumo do seu ofício e cada vez sabem menos qual é o seu papel no grande teatro do mundo', além de que 'as novas sociedades emergentes já não precisam do jornalismo para sobreviver' (1997: p.18).

Ao debruçarmo-nos sobre a pertinência e significados destes discursos, devemos perguntar-nos, em primeiro lugar, de que jornalismo estamos a falar, uma vez que, felizmente, não se pode medir tudo e todos pela mesma bitola ². Por outro lado, convém atender ao posto de observação a partir do qual tais discursos são formulados ³. Muitos lamentos podem decorrer da dificuldade de descortinar, na vertigem informativa, os sinais novos e as permanências; da incerteza que paira sobre o futuro daquele que é tido como o suporte informativo por excelência, o jornal diário impresso; ou da onda mercantilista que se vai infiltrando até nas áreas mais preservadas dos media.

A emergência e alastramento desse novo meio-ambiente que é a Internet, com um vasto cortejo de propriedades técnicas e um não menos vasto quadro de conotações e de símbolos constituem, porventura, outro e poderoso factor crítico. Cada vez em maior escala, a comunicação mediada por computador permite às fontes informativas, designadamente àquelas que se encontram institucionalmente organizadas e apetrechadas, fazer chegar directamente ao grande público as suas informações, sem necessi-

¹ In 'La Fin du Journalisme — Débat avec Ignacio Ramonet'. Entrevista dada a ACRIMED — Action Critique Médias, em 16 de Fevereiro de 1999 (www.samizdat.net/acrimed/bulletin/Ramonet.html).

² Ramonet, por exemplo, formula as suas denúncias e expressa os seus desencantos recorrendo sobretudo ao jornalismo.

³ O professor e jornalista Carlos Chaparro interrogava-se recentemente: «O que acabou de verdade — o jornalismo dos sonhos libertários e justiceiros, em alguns casos sonhos simplesmente poéticos da juventude generosa e imaginativa? Ou terá acabado a maravilhosa utopia em que acreditei?» (in *O Ribatejo*, 22.7.99)

dade da intermediação jornalística: dos seus processos de notificação e dos seus filtros de selecção e hierarquização. A par do encantamento e sedução que decorre da profusão de fontes e da diluição da noção de periodicidade, inerente à produção jornalística tradicional, emerge a antevisão — se não já a verificação — da desinformação, da informação interessada, da navegação sem destino no oceano informativo.

Diante deste cenário de mudanças, considero, por conseguinte, que não estaremos tanto perante o ocaso do jornalismo como, sobretudo, diante de um processo, indubitavelmente crítico e complexo, de procura e de recomposição, o que pressupõe um jogo permanente e conflitos inevitáveis entre modalidades e géneros novos e antigos e uma redefinição das relações deste campo com outros campos da vida social, em busca de novos equilíbrios. A instituição universitária é, ou deve ser, neste quadro, não apenas instância de observação e de análise, mas também agente activo das mudanças em curso, competindo-lhe, antes de mais, accionar os instrumentos analíticos que ajudem a compreender melhor o que se está a desenhar.

Neste artigo ⁴, procuramos, precisamente, reflectir sobre alguns pressupostos e orientações que devem informar a formação em jornalismo, no quadro actual. As observações que exprimi atrás permitem ter a noção de que se trata de uma tarefa difícil, necessariamente balizada por dois aspectos: de um lado, a necessária e permanente atenção ao que se passa no terreno, aos novos fenómenos e processos que dialogam com (e questionam) os conhecimentos e métodos adquiridos; do outro lado, o não menos necessário distanciamento crítico face ao que se passa, o constante investimento na capacidade de ler o que se esconde por detrás das aparências e do espectáculo do mundo. É, certamente, um caminho exigente, que temos procurado percorrer, nos últimos anos.

Para esta reflexão, e dadas as limitações deste texto, limito-me a considerar aqui o jornalismo não tanto como uma profissão, como uma arte ou como um técnica, mas sobretudo como um campo social autónomo e como disciplina e formação académica, cuja razão de ser é precisamente aprofundar as bases teóricas e metodológicas exigidas pela necessidade e desafio de iluminar o lugar, papel e processos do Jornalismo nas sociedades contemporâneas.

De um ponto de vista histórico, o jornalismo é um fenómeno relativamente recente (Mathien, 1995). O seu estudo científico é-o ainda mais. Etimologicamente, o vocábulo 'jornalismo' remete-nos para a prática da

⁴ Este texto, numa versão distinta, integrou um capítulo do relatório por mim apresentado como requisito do concurso para um lugar de professor associado no grupo de Ciências da Comunicação, aberto em 1998 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

difusão quotidiana da informação. De facto, o termo refere-se ao substantivo jornal, originariamente um adjetivo que designa a vida / o ritmo diurno (*diurnalis*<*diurnus*). O jornal é, assim, em rigor, o jornal diário e reporta-se — digamo-lo assim — ao que ocorre de significativo e de interessante no espaço de um dia. Por extensão semântica, acaba por designar toda a actividade de produção e divulgação da informação de actualidade, marcada por um certo período temporal, de maior ou menor extensão ⁵.

Em sentido restrito, o jornalismo pode ser entendido como uma ocupação e como uma actividade e uma técnica de recolha, elaboração e difusão de informação de actualidade através de meios de difusão colectiva, no quadro de organizações/instituições próprias e em contextos sócio-culturais e políticos determinados.

A perspectiva de abordagem do jornalismo que aqui adopto é predominantemente uma perspectiva sociológica. Procura, assim, compreender a especificidade da actividade jornalística e dos jornalistas nas suas interacções com o sistema social global. De modo particular, trata de indagar quer as dimensões e modalidades em que essa actividade se configura como agência activa daquele sistema, quer aquelas em que é um produto instituído e configurado pelo quadro mais amplo em que se inscreve e de que faz parte. Distancio-me, assim, de orientações que procuram analisar e compreender este campo por si próprio, como se se tratasse de um sistema fechado, um território insularizado e desligado das mediações e intercâmbios com o sistema social envolvente. O conceito de campo jornalístico, que Pierre Bourdieu aprofundou em trabalho recente (Bourdieu, 1994), parece constituir, nesta linha, bom enquadramento e ponto de apoio para ancorar o itinerário de reflexão sobre o jornalismo, itinerário que é necessariamente de aproximação, de interrogação, de compreensão.

1. O Jornalismo como campo social autónomo

O conceito de campo tem sido objecto de propostas de diferentes orientações teóricas e revela-se pertinente para analisar a posição do jornalismo no espaço social global. É consensual, entre os sociólogos, o contributo decisivo trazido por Pierre Bourdieu, para o aprofundamento e operacionalização desse conceito. Por campo pode entender-se «um espaço de posições e relações minimamente institucionalizadas ou então em processo

⁵ E temos, assim, um jornalismo semanal, quinzenal, mensal ou trimestral e, no outro extremo, encontramos jornais — televisivos, radiofónicos, telemáticos — que são editados e difundidos várias vezes por dia. Veja-se, sobre a questão da 'periodicidade', Ángel Benito (1995), especialmente pp. 125-135.

de institucionalização», cuja autonomia se define «por relação à autonomia de todos os outros [campos] pertinentes, num modelo de co-determinação, segundo hierarquias complexas, variáveis e cruzadas, entre campos»⁶. Além desta institucionalização e deste modelo de co-determinação, revela-se pertinente a sugestão de Bourdieu de que o campo é um espaço social em que se jogam e conflituam relações de forças de natureza económica, mas também simbólica⁷.

Tem-se associado a génese dos campos sociais à modernidade, num processo que, a partir dos séc. XV-XVI, se caracteriza, na proposta de Adriano Duarte Rodrigues, pela «ruptura» progressiva, mas evidente, relativamente à «ordem totalizante do religioso» que fora, até então, o elemento de aglutinação das diferentes dimensões ou esferas do social. O campo social constitui, ainda segundo aquele autor, «um sujeito de enunciação» que detém a «capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social»⁸.

O campo jornalístico constitui uma esfera com um relativo grau de especificidade e de autonomia no campo mediático⁹, competindo-lhe, além do papel de mediação entre os diferentes campos sociais, o da enunciação-construção da informação de actualidade. Bourdieu entende-o como «lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação»: uma baseada em critérios internos e outra em critérios externos. Por um lado, o reconhecimento *inter pares*, que advém do grau de consonância com um conjunto de valores e de princípios socialmente construídos da profissão, bem como da adesão ou ruptura, implicação ou distanciamento face a eles; por outro o reconhecimento do público (número de espectadores, de leitores, reconhecimento e prestígio, veredicto do mercado)¹⁰.

O quadro generalizado e omnipresente da lógica de mercado terá levado, na óptica de Bourdieu, à contaminação crescente do próprio campo jornalístico. Tal ocorreu especialmente com o impacte da lógica espectacularizante da televisão e porque, embora a produção jornalística se efectue

⁶ Recorro aqui ao trabalho do sociólogo Augusto Santos Silva (1994) *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Afrontamento, p. 67.

⁷ Cf. Pierre Bourdieu (1994) *Sur la Télévision, Suivi de l'Emprise du Journalisme*. Paris: Liber, p. 46

⁸ Cf. Adriano Duarte Rodrigues (1990) *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Presença, p. 142 e 144.

⁹ Num texto de 1996, intitulado 'Journalisme et Éthique', Bourdieu precisa que a autonomia relativa do campo jornalístico é uma «faible autonomie», na medida em que se encontra «fortemente submetida a constrangimentos externos, como é o caso dos que são exercidos, directa ou indirectamente, pelos anunciantes, pelas fontes e também pela política».

¹⁰ Cf. Pierre Bourdieu (1994), op. cit., p. 83.

necessariamente através de pessoas singulares, «os mecanismos de que o campo jornalístico é palco e os efeitos que estes exercem sobre os outros campos são determinados na sua intensidade e na sua orientação pela *estrutura* que o caracteriza»¹¹. Ora, na mesma linha, a lógica específica do campo pauta-se sobretudo pela disputa de audiências — e logo pela ‘catcha’, pela primazia, pela velocidade, pela atenção-esquecimento, por um complexo jogo ora de mimetismo ora de distinção face à concorrência.

Bourdieu faz notar que a importância do campo jornalístico no sistema social advém do «monopólio de facto sobre os instrumentos de produção e de difusão de informação em larga escala», o qual lhe permite definir o acesso ao espaço público e à existência e notoriedade públicas, e sobretudo, «impor ao conjunto da sociedade os seus princípios de visão do mundo, a sua problemática, o seu ponto de vista». Para aquele sociólogo, este campo noticiabilidade — e os profissionais do jornalismo em particular — ao tomar em consideração apenas determinados aspectos da realidade que se articulam com as suas categorias de observação e os seus critérios de noticiabilidade exercem sobre o conjunto da sociedade, sem porventura disso se darem conta, uma «formidável censura» que tem a sua origem no «conjunto de pressupostos e de crenças» partilhadas no seu interior¹².

Resta saber se esta ‘lógica do sistema’ e esta ‘ideologia profissional’ são de tal modo monolíticas e constrangedoras que impeçam a emergência e manifestação de lógicas contraditórias e de visões e procedimentos diferenciados. Este ponto merece ser considerado, para esclarecer em que medida nos movemos num quadro teoricamente determinista de relações entre campos ou, antes, num quadro em que os vários campos se co-determinam, de acordo com «hierarquias complexas, variáveis e cruzadas», como notávamos atrás. Sobre isto, é necessário considerar não apenas as dinâmicas conflituais e mesmo as lutas internas à por vezes assim chamada «classe jornalística» e ao campo jornalístico no seu conjunto, mas também a diversidade de trocas e de influências recíprocas do campo jornalístico com os restantes campos sociais.

Quanto ao primeiro destes pontos (a dinâmica interna do campo jornalístico), um aspecto que tem merecido atenção diz respeito ao modo como se conjuga a cultura profissional dos jornalistas com as lógicas e orientações editoriais e empresariais dos meios informativos. Ora, conforme faz notar Solowski (1993), além da especificação dos padrões e normas de comportamento pelas quais os jornalistas se devem pautar, o «profissionalismo jornalístico» envolve ainda outros mecanismos que funcionam simultaneamente como processo de controlo e como processo de diferenciação,

¹¹ Cf. Pierre Bourdieu, op. cit., p. 87, *italico no original*.

¹² Idem, pp. 52-54.

gerador de potenciais contradições. Um deles é a definição de políticas e de projectos editoriais ao nível de cada organização mediática, não necessariamente contraditórios com os valores e normas da profissão, mas que «localizam» e concretizam tais normas e valores com enfoques e ênfases distintos, tendo por base uma visão do papel da organização no espaço social mais amplo. O outro é o «sistema de recompensa profissional», concretizável quer pela via da ascensão hierárquica (diferenciação de 'status'), quer pela via do regime contratual e remuneratório individual (diferenciação económica), quer ainda pelas duas vias conjuntamente. Ou seja, a par de uma tendência igualizadora e homogeneizadora da «cultura profissional» incentivada pelas organizações profissionais (e eventualmente pelos quadros normativo-legais), verificam-se paralelamente mecanismos que introduzem no campo uma diferenciação ao nível do 'status' económico e simbólico dos actores e modos diferenciados de interpretar / concretizar organizacionalmente os valores e normas da profissão¹³.

O outro aspecto — a vasta gama de trocas políticas, económicas e simbólico-ideológicas, com outros campos sociais — não parece menos relevante, na linha de reflexão que temos vindo a equacionar. De facto, seja pela sua natureza de campo autónomo do espaço social, seja pela sua especificidade de instância mediadora dos restantes campos, o campo jornalístico distingue-se, justamente, por um lado, pela visibilidade social, que o torna objecto de uma constante apreciação, para não dizer escrutínio e vigilância públicos, porquanto expõe em permanência o produto do seu trabalho; por outro lado, porque representa, enuncia e interpreta aspectos e realidades de todos os outros campos, o que faz dele terreno de constantes disputas acerca da sua legitimidade social e simbólica para fazer o que é suposto que faça.

É certo que a referida mediação não se circunscreve nem é essencialmente — como se dá por vezes a entender — mero veículo ou amplificação dos eventos, acontecimentos e problemas, mas sim instância de definição e palco de representação da vida social. Isto ocorre ao lado — e em interacção — com outras instâncias e outros palcos, com os quais disputa (e face aos quais permanentemente define e redefine) a sua legitimidade de campo autónomo. Porém, uma coisa é analisar os eventuais desvios e distorções que o afectam — como pode estar a ocorrer, nas últimas décadas, com as incidências da comercialização e da espectacularização

¹³ Uma mesma lei de imprensa, um mesmo estatuto do jornalista (quando eles existem), um mesmo código deontológico podem servir de referência a jornalistas de órgãos ditos 'de referência' e a tablóides, a um órgão de serviço público e a um órgão comercial, ao meio de informação pertencente a um grande grupo transnacional e a um humilde jornal local.

da informação — e outra bem diferente é o reconhecimento da lógica e papel específico do campo jornalístico no quadro dos demais campos sociais e enquanto instância simultaneamente por eles instituída e deles instituinte.

Assim, e em resumo, considero útil e operativo o recurso ao conceito de campo para tentar equacionar e compreender o lugar e papel do Jornalismo na sociedade. O campo estrutura-se em torno de valores, normas e procedimentos que se definem e redefinem permanentemente na relação com as lógicas, valores e normas de outros campos e do sistema social mais vasto. Entendo essa relação como um compromisso histórica e socialmente construído, de equilíbrio instável. Pela sua natureza, ressentem-se dos ventos dominantes que sopram em cada contexto histórico e constitui, porventura, em certas conjunturas, um factor potenciador ou mesmo gerador desses mesmos ventos. Mas, em lugar de ser um bloco homogéneo e monolítico, é também ele trespassado pelas lutas, contradições e dinâmicas de mudança de qualquer outro campo social .

2. Eixos e pressupostos para a formação em Jornalismo

A relevância social do jornalismo não parece sofrer contestação. Nas sociedades modernas, os sistemas e as relações sociais distinguem-se certamente por uma crescente diferenciação e especialização funcional. Distinguem-se ainda por aquilo que Giddens (1992) designou como descontextualização, entendida como «separação das relações sociais dos contextos locais de interacção e a sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo» (1992, p. 16). Através deste processo, inerente à construção da modernidade, opera-se um certo esvaziamento e estandarização do espaço e do tempo, deixando as actividades sociais de estar amarradas às relações de co-presença.

Os meios de comunicação e informação, quer enquanto dispositivos tecnológicos, quer considerados pelas mensagens que veiculam, em especial a informação de actualidade, permitem criar uma multidimensionalidade dos tempos e dos espaços, favorecendo novas recontextualizações das instituições e relações sociais.

Os mapas cognitivos e as representações que vamos construindo do mundo em que vivemos dependem em grande medida daquilo que o sistema mediático-jornalístico elege e faz aceder à visibilidade social. E este processo adquiriu contornos tais, que se pode dizer que o critério de notabilidade deixou, em boa medida, de constituir uma característica pertencente ou inerente em primeiro grau à substância dos eventos e ocorrências, para passar a depender da atenção e incidência sobre eles projectada pela notificação mediática. Os campos político, económico, cultural e despor-

tivo, nomeadamente, vivem de tal modo um jogo de dependências e complicações com o campo jornalístico, que quase se tornam incompreensíveis fora da área de visibilidade que dessa forma recebem.

Por outro lado, a informação converteu-se num dos mais florescentes sectores da actividade económica, nomeadamente com o desenvolvimento e a convergência das chamadas novas tecnologias da informação e comunicação e com a expansão das redes electrónicas de comunicação e das respectivas formas de acesso.

Um aspecto relevante, neste contexto, é certamente o do leque de desafios colocados pela 'explosão da informação', sob o ponto de vista da quantidade, da diversidade e da velocidade, e pelos impactes decorrentes das inovações constantes, ao nível das formas do seu armazenamento, utilização e distribuição. Esta proliferação, que alguns autores entendem constituir um risco e mesmo uma ameaça ¹⁴, suscita problemas que constituem, em nosso entender, dificuldades indesmentíveis, mas também justificação acrescida do papel do jornalismo.

Ao alargar-se exponencialmente a informação disponível, crescem na mesma medida os problemas da sua validade e fiabilidade (Agostini, 1997), com a particularidade de qualquer pessoa ou instituição poder virtualmente passar a ser fonte difusora de informação. A estes riscos será de acrescentar ainda a carga simbólica e eufórica inerente à imagem das novas tecnologias, que leva ou pode levar a tomar por menos carente de confirmação ou apreciação crítica um dado ou informação delas proveniente ¹⁵.

Aqui se vê, de modo eloquente, que as normas e convenções que caracterizam a 'profissionalidade' do Jornalismo — a localização de um facto no espaço e no tempo, a identificação dos protagonistas dos eventos, a citação das fontes, o recurso a critérios de valorização dos acontecimentos, para já não falar da obediência a um código deontológico a que os profissionais reconhecidos como tal estão obrigados — constituem um fundamental contrato (implícito) com o público, que lhe assegura, pelo menos, pontos de referência que concorrem para a qualidade da informação.

É precisamente neste quadro que importa caracterizar e analisar criticamente as representações comuns acerca do papel do Jornalismo e da

¹⁴ Neil Postman, por exemplo, vai ao ponto de considerar a proliferação de dados e de informações proporcionados pelas novas redes de comunicação como potenciadora de uma espécie de sida cultural, dado encontrar, nas sociedades em que se propaga, sistemas imunitários completamente destruídos (1990).

¹⁵ Referindo-se à sua experiência de cinco anos a observar comportamentos e atitudes numa escola dos EUA, uma bibliotecária observou que «os estudantes — e mesmo alguns professores — acreditam que algo a que tenham acesso através do computador é melhor do que se estiver contido num livro» (<http://inst.augie.edu/~asmith>). Como é lógico, a questão coloca-se não apenas para o público em geral, mas também para os próprios jornalistas.

actividade jornalística. Aparentemente, continua a ser válido o retrato que fez, em tempos, Umberto Eco, relativamente à ideologia reinante no meio profissional, designadamente no contexto italiano: «existe uma fonte da notícia, que é um dado da realidade independente; depois, a informação, que se encontra ao serviço da realidade objectiva, transforma os factos, a que teve acesso através da fonte, em mensagens, distribuindo-as aos destinatários»¹⁶.

Se os factos falassem por si, a tarefa dos jornalistas talvez fosse mais fácil de levar a cabo, mas também seria por certo mais técnica e burocratizada. Mas os factos — que já exprimem e encerram modalidades de percepção daquilo que ocorre à nossa volta — não são por si informação e não podem ser colocados ao dispor dos interessados se não for através da sua enunciação, isto é, através da linguagem, através de códigos e convenções sócio-culturais.

Os profissionais do jornalismo têm necessariamente de, em cada momento, mediante complicados processos de selecção e avaliação, construir relatos e interpretações, a partir de dados e informações que procuram e recolhem de diferentes modos e em diversas fontes. O processo produtivo ocorre frequentemente em condições de pressão — desde logo de espaço e de tempo — que exigem a definição de critérios de classificação e a implementação de rotinas de produção, para fazer face à imprevisibilidade e multiplicidade de áreas das ocorrências da vida social.

A avaliação do interesse e importância dos eventos e a capacidade de indagar o sentido e alcance dos acontecimentos e de sopesar a validade dos factos pressupõem uma formação humanística e sociocultural apurada e exigente.

De entre as qualidades ou virtudes que se torna imperioso cultivar, no exercício da profissão e no processo de formação dos jornalistas, a procura incessante da verdade constitui uma dimensão fundamental, tendo presente que, mais do que os resultados — afinal, estamos sempre diante de aproximações, percepções ou versões da realidade — essa busca deve assentar nos processos¹⁷. Trata-se, evidentemente, de uma matéria que

¹⁶ Eco, Umberto (1979) 'Obbjetività dell'Informazione: il Dibattito Teorico e le Trasformazioni della Società Italiana', in VV. AA. *Informazione: Consenso e Disenso*. Milão: Il Saggiatore. Cit. In Rodrigo Alsina, 1989, p.174.

¹⁷ Num ensaio recente, Bertrand Labasse (1997) defende a necessidade de encontrar modelos que possam ajudar a abordar a complexidade da vida social, o que poderia passar pela exploração de uma 'epistemologia aplicada à informação', que substituísse «esta absurda obrigação moral do resultado — dizer a verdade — [por] uma obrigação moral dos processos». O autor explica, a este propósito, que, tal como ao médico não se exige que cure o doente, mas que o trate devidamente e que do cientista se não espera que não erre, mas que proceda correctamente nas suas *démarches*, assim também ao jornalista se deveria pedir que cuide

difícilmente se ensina, mas que se pode promover, tomando nomeadamente os códigos deontológicos e as disposições jurídicas como referência, e que se torna sobretudo importante cultivar, desde logo ao nível das relações sociais e dos processos que se instauram nas instituições (Alves, 1996). De resto, uma das formas de aprofundar esta busca permanente da verdade passa por alertar para a complexidade das situações com que o jornalista lida permanentemente. Mais do que indagações filosóficas sobre o que vem a ser a verdade, trata-se aqui de partir de casos e de problemas em que a verdade vai sendo procurada, construída, através de processos que envolvem com frequência o defrontar de estratégias e jogos mais ou menos sofisticados de dificultação, de ocultação e de engodo¹⁸. A capacidade de indagação, de relacionamento de factos, de contextualização histórica e sócio-cultural e de interrogação são competências importantes a desenvolver, combinadas com uma boa dose de tenacidade e, certamente, de humildade.

Neste quadro, considero importante que a abordagem crítica ao fenómeno jornalístico tenha em conta e submetta a análise as categorias que predominam na captação da realidade social, ao nível da cultura profissional e das lógicas dominantes no sector. Parece-me de especial significado um aspecto enfatizado por diferentes autores, que consiste na hipervalorização do acontecimento, enquanto «medida» hegemónica de todas as escalas temporais¹⁹. Como observa Wolton e, na sua esteira, Mauro Wolf, esta preponderância do novo, do imediato e do visível, que caracterizam o incessante fluxo informativo que «inunda» o espaço público mediatizado opera ou favorece uma simplificação e uma fragmentação da vida social, as quais conflituam necessariamente com a reconhecida complexidade dos problemas de que a informação jornalística trata. Por definição, a complexidade não é facilmente compreensível; isto é, exige a aturada recolha de elementos, tempo para os relacionar e digerir. Deste ponto de vista, considera Wolf (1997), «estão a desenhar-se assincronias profundas entre o tempo da informação e o tempo do conhecimento, relativamente aos problemas sociais e suas possíveis soluções».

Esta parece ser uma orientação coerente com uma outra dimensão que julgo ser de promover na formação dos estudantes de jornalismo: a actividade jornalística como serviço público. Isto não implica a defesa de posi-

mais dos processos e da respectiva explicitação, desde que fique salvaguardada a sua liberdade de expressão.

¹⁸ A título de exemplo: por altura dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em Julho de 1996, a pessoa que deu conta da existência da bomba no Centennial Park passou, no espaço de poucos dias, de um simples desconhecido, a herói nacional, depois a psicopata e potencial assassino para ser, finalmente tido como inocente.

cionamentos 'iluministas' sobre o papel do jornalismo ou atitudes que entendem o exercício dessa actividade como uma militância. Significa assumir que o jornalismo tem um papel social de grande importância, que proporciona (ou não) os elementos de que os cidadãos necessitam para tomar conhecimento dos assuntos de interesse comum e dos argumentos e modos de ver implicados nesses assuntos, para debater as possíveis soluções, para orientar as suas vidas, etc. Há, como notou Bourdieu (1996), uma relação estreita entre este sentido de serviço público do jornalismo e as «condições de possibilidade de uma virtude civil, de que o jornalismo é um dos lugares de exercício privilegiado»²⁰.

Esta perspectiva coincide parcialmente com algumas preocupações e dimensões da corrente norte-americana do chamado *jornalismo público, cívico* ou *comunitário*²¹. Por outro lado, não parece conflitar nem com uma certa diversidade de projectos editoriais que podem existir em cada sociedade nem com a natureza pública ou privada dos meios de informação. De resto, o debate que tem existido no campo teórico e no campo político²², em torno de diferentes visões e análises do papel do jornalismo na sociedade tem tido o mérito, pelo menos, de trazer para a arena pública uma matéria de indesmentível relevância para o aprofundamento da democracia e o de chamar a atenção para os riscos de uma subordinação do jornalismo à lógica do mercado. Nesta linha, mais do que defender esta ou aquela posição, parece-me mais adequado proporcionar aos estudantes candidatos a jornalistas termos de referência para a reflexão, não sem sublinhar o pouco sentido e até ineficácia de discursos generalizadores e extremados que ora tendem a aceitar, ou até enaltecer, a diluição do jornalismo

¹⁹ Dominique Wolton chama-lhe «a tirania do acontecimento» (1995, p. 169-170).

²⁰ O exercício dessa 'virtude civil', a que alude Bourdieu, passa por encontrar, nos próprios meios jornalísticos, processos que permitam promover e reforçar práticas 'virtuosas' (definidas como tal pelo conjunto dos profissionais) e desincentivar ou mesmo penalizar práticas 'viciosas'. Essa seria, em seu entender, uma via para reforçar a própria autonomia do campo jornalístico. De entre esses processos, Bourdieu destaca: a) a criação de instâncias reguladoras da entrada na profissão; b) a crítica interna recíproca (prática habitual noutros campos de produção cultural); c) a crítica externa, e em particular a análise sociológica objectivante.

²¹ Uma visão avaliativa de conjunto pode ser consultada em Lambeth et al. (1998). Convém notar, porém, que também o 'jornalismo público' pode ser pervertido e transformado numa actividade em que 'o cliente é quem manda', representando, de facto, uma nova e mais requintada modalidade de 'subordinação do jornalismo a uma lógica de mercado' (Frank, 1999) ou uma nova forma de populismo (Nordenstreng, 1997).

²² No caso da França, isso tem sido notório, designadamente com a intervenção pública em que se lançaram cientistas sociais e jornalistas como Pierre Bourdieu, Patrick Champagne, Serge Halimi e outros. Mas também no Reino Unido ou nos EUA, com as sucessivas derrapagens do jornalismo naqueles países, nos últimos anos, o debate tem sido intenso.

num hibridismo que mistura as notícias com a publicidade e o entretenimento ²³, ora tendem a difundir uma ideia dos jornalistas e do jornalismo como mera 'correia de transmissão' ou instância de reprodução e amplificação dos interesses e mundividências das elites no poder.

3. Entre as teorias e as práticas

Quando se lê ou escuta os relatos dos estagiários dos cursos de comunicação social / jornalismo acerca da sua entrada nas redacções, após mais de quatro anos de estudo e de aulas, surge-nos, por vezes, a imagem do pára-quedista diante da experiência do seu primeiro lançamento ou do automobilista na primeira viagem que faz por sua conta e risco. Alguns falam mesmo do contacto com «a realidade», como se a formação académica fosse como que uma espécie de ficção, de voo alto e planado por sobre os segredos, os escolhos e o pragmatismo da realidade «cá de baixo».

Enquanto crítica mais ou menos velada ao eventual (mas sempre repisado) teoricismo da formação académica, crítica que, independentemente da sua pertinência, diria ser inerente à condição estudantil, este sentimento é, a meu ver, inevitável, mesmo na hipótese de a componente mais orientada para o domínio das competências de execução ser mais desenvolvida. E isso acontece porque o jornalismo não é um mero campo de estudo e análise, mas é também uma actividade profissional «de grande dificuldade e de grande complexidade», como observa justamente Nelson Traquina (1993, p.12). Os futuros profissionais devem, sem dúvida, ser preparados para essa complexidade, estar armados de uma competência multifacetada para compreender e interpretar o mundo em que vivem e analisar eficientemente a multiplicidade de códigos e de linguagens através dos quais a cultura e a vida social se enunciam. Mas não podem deixar, também, de estar familiarizados com as dimensões técnico-profissionais, éticas e estéticas da actividade e dos contextos do exercício da actividade. Como defendeu, em tempos, Adriano Rodrigues, «mais do que memorizar e treinar regras fixas de escrita jornalística, a formação tem cada vez mais como objectivo criar condições de disponibilidade, ensinar a aprender, a reconhecer os sinais premonitores das mudanças significativas no tecido social por entre a fluidez das manifestações sociais, políticas, económicas, culturais que emergem por todo o lado» (1985). Partilho esta orientação que, no entanto, não pode ser contraposta à também necessária familiarização progressiva com a produção e redacção jornalísticas. Pelo contrário, quer a análise do trabalho dos profissionais no activo, quer os ensaios de produção própria podem ser — e de facto, pela experiência que possuo, têm sido — um caminho adequado e complementar de apreender o carácter complexo da actividade de jornalista. De resto, e como observamos com

frequência, se há críticos implacáveis dos jornalistas e do jornalismo, os candidatos a jornalistas contam-se entre eles. Ora, o adentrar-se no lado mais prático da actividade não pode ser um mero desenvolvimento ou ilustração das perspectivas teóricas ou uma mera estratégia de natureza metodológica, mas antes, e também, uma via de desconstrução de visões mitificadas e idealizadas da profissão.

Julgo, por outro lado, vantajoso que a formação decorra de modo a que estes profissionais se possam familiarizar com uma compreensão crítica do vasto campo comunicacional. Isto significa que não me parece vantajosa a implementação de um percurso académico que encerre excessivamente a formação num determinado saber-fazer profissional. Ao mesmo tempo, torna-se necessária alguma prudência face às orientações e mesmo pressões, oriundas do mercado de trabalho, no sentido de se reduzir a ênfase na formação para determinados perfis profissionais específicos — jornalismo, publicidade, relações públicas, comunicação institucional, produção e realização audiovisual ou outros — em benefício de um perfil de ‘comunicador’ generalista, um polivalente ‘topa-a-tudo’, capaz de se adaptar futuramente a todo o tipo de oportunidades com que lhe venha a deparar. Tal formação *omnibus* pode ser funcional face a um contexto económico e cultural em que a informação é reduzida à comunicação ou, pelo menos, submetida à lógica de sedução e de encenação que frequentemente a caracteriza. Não parece, no entanto, ser essa uma via que sirva um jornalismo entendido como serviço à consciência e participação cívicas e ao enriquecimento da vida democrática. Uma coisa é os estudantes, ao longo do seu itinerário de formação, aprofundarem os seus conhecimentos acerca dos vários domínios da comunicação, até como forma de se situarem melhor — e, quem sabe, se redefinirem — face a opções já desenhadas; outra bem diferente reside na definição de um itinerário preferencial específico, que estruture o caminho a seguir e em função do qual se estabeleçam as prioridades e as precedências, numa lógica formativa caracterizada pela sequencialidade, a coerência e a aproximação progressiva — a culminar no estágio — ao mundo profissional.

4. A formação de jornalistas e a Universidade portuguesa

O ensino do jornalismo no seio da instituição universitária teve de defrontar-se com resistências várias, umas situadas no campo profissional e empresarial, outras provenientes do interior da própria Universidade. No primeiro caso, precisou de esbater as reticências e suspeições decorrentes de uma visão instrumental e tecnicista da formação de jornalistas que tende a sublinhar o carácter «excessivamente teórico» do ensino desta

matéria nas instituições universitárias²⁴; no segundo caso teve de conquistar o seu próprio espaço, demarcando-se das concepções que, nas palavras de Adriano Duarte Rodrigues (1985), «entendem confinar a Universidade nos campos consagrados das disciplinas constituídas, olhando com desprezo para domínios marginais a esses campos disciplinares»²⁵.

Está por fazer a história do jornalismo português e, por extensão, a história do ensino do jornalismo. Dos dados disponíveis²⁶ pode dizer-se que Portugal está presente logo nos primeiros momentos em que se debateu, na Europa, em finais do século XIX, a pertinência de formar jornalistas é a melhor via para o fazer²⁷. Significativamente, as três vias que

²³ Manuel C. Chaparro analisou esse fenómeno num texto publicado no site do Instituto Gutemberg e intitulado «O jornalismo não será reduzido a produto» (www.igutenberg.com.br/chapa21.htm).

²⁴ Veja-se, por exemplo, a síntese das II Jornadas sobre o Acesso à Profissão, publicada no boletim *Jornalismo*, de Janeiro de 1993, p.4, editado pelo Sindicato dos Jornalistas. Aí se critica com vigor não apenas o imputado teoricismo, mas igualmente o alheamento face às exigências da profissão e do mercado de trabalho. Por outro lado, não deixa de ser significativo que, na introdução geral a *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, Nelson Traquina tenha sentido necessidade de advertir que «a postura crítica do estudo e da investigação académica (...) não pretende denegrir os jornalistas mas, sim, compreender a actividade jornalística e o produto resultante dessa actividade — as notícias» (p.12).

²⁵ Rodrigues, Adriano D. (1985) *Princípios para um Projecto de Formação de Jornalistas em Portugal*. Intervenção no seminário «Jornalismo no ano 2000», realizado no Fórum Picoas, Lisboa (policopiado).

²⁶ Foi-nos de utilidade, neste ponto, a consulta de alguma documentação disponível, já por nós utilizada em trabalho anterior (cf. Pinto, M.; Sousa, H. 1999) e nomeadamente da seguinte bibliografia:

Correia, F. (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino do Jornalismo em Portugal*. Lisboa (trabalho académico, fotoc.). Este texto viria a ser publicado com o mesmo título in *O Professor*, n.º 44, III Série, Maio-Junho de 1995, pp. 53-61.

França, E.; Marques, G. B. (1982). 'O Acesso à Profissão de Jornalista'. In *Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade: Conclusões, Teses, Documentos do 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva.

Marcos, L. H. (1986) 'Formação Profissional: Começo e Futuro', in *Conclusões, Teses e Documentos do 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva

Rodrigues, J. C. (1986). O acesso à profissão de jornalista. In *Conclusões, teses e documentos do 2.º Congresso dos Jornalistas portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva

Mesquita, Mário; Ponte, Cristina (1996/97) *Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo*. Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (2.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

²⁷ Quando a imprensa se tornara já um fenómeno de massas, pelo menos nos países mais avançados da Europa e da América do Norte, com consequências evidentes nos campos económico e profissional, o Congresso Internacional de Imprensa, que começou por se reunir

então se defrontavam — a formação pela experiência (na ‘tarimba’, como também se diz), a formação técnica e a formação cultural e humanística de nível superior — continuam a figurar nos debates de hoje, se bem que a primeira modalidade tenha vindo a perder claramente terreno.

Sendo, porém, o jornalismo um dos esteios do espaço público, não será de todo surpreendente que as condições do seu exercício e os modos de o encarar e assumir no quadro académico dependa das características que, num determinado sistema social, reveste esse mesmo espaço público.

Poder-se-ia supor que, num regime autoritário e censório, como foi o do chamado Estado Novo, o Governo tivesse procurado criar e controlar a formação dos jornalistas, enquanto forma e instância acrescidas de controlo ideológico. Sabemos que não foi essa a orientação seguida, o que, em certa medida, e conhecendo o controlo férreo exercido sobre os órgãos de informação e sobre os respectivos profissionais, diz bastante da concepção e atitude do salazarismo relativamente aos jornalistas. Sintomaticamente, até Abril de 1974, a iniciativa na matéria coube, de uma forma mais saliente, ao Sindicato da classe²⁸ e, já na era marcelista, a um grupo financeiro com interesses em várias publicações. Tudo (ou quase tudo) iniciativas sem sequência ou, como no último caso, sem reconhecimento oficial.

A posição do regime derrubado em 25 de Abril relativamente às ciências da comunicação e ao jornalismo deve ser entendida num quadro mais

pela primeira vez na Bélgica em 1894, viria a reunir-se, na sua quinta edição precisamente em Lisboa, em 1898, para aprovar uma moção em que se defendia a necessidade da formação dos jornalistas, não tanto em matérias teóricas, mas em questões práticas como o uso da máquina de escrever, do telefone e do telégrafo, rotinas redactoriais, gestão e contabilidade, impressão e distribuição, além de noções de reportagem em tribunais e parlamentos. A ideia geral era a de que este tipo de formação deveria ser promovida e organizada pelas organizações profissionais e não pelo Estado. Cf. Bjork, U. J. (1996) ‘The European Debate in 1984 on Journalism Education’, in *Journalism & Mass Communication Educator*, vol. 51 (1), pp. 68 e ss.

²⁸ O Sindicato, através do seu presidente, Luís Teixeira, apresentou ao Governo, a 8 de Fevereiro de 1940, o projecto detalhado de um Curso de Formação de Jornalistas, com o respectivo elenco e programa de cadeiras, bem como o nome dos responsáveis por cada uma delas. A iniciativa, no entanto, não encontrou acolhimento favorável junto do Governo. Em 1970, sob a direcção do jornalista Silva Costa, a Assembleia Geral do Sindicato aprovava um ambicioso ‘Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal», que havia sido elaborado por uma comissão constituída pelos jornalistas Silva Costa, Jacinto Baptista, António dos Reis, João Gomes e Cáceres Monteiro, a que foram associados consultores técnicos recrutados entre portugueses diplomados em Jornalismo por escolas superiores de Espanha, França e Itália (cf. Correia, op. cit.). O projecto propunha um curso de licenciatura em cinco anos com um peso maioritário (60 a 70 por cento) de disciplinas de ciências sociais e humanas. Citando uma recomendação da UNESCO, Silva Costa sublinhava então que «o jornalista no mundo moderno, necessita de ampla base cultural e da maturidade própria de um diplomado pela Universidade» (cit. in Agee, W.K.; Traquina, N. (198?) *O Quarto Poder Frustrado — Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa: Ed. Vega, p.124.

geral de desinteresse, menosprezo ou mesmo de suspeita perante as ciências sociais em geral e de um controlo centralista das instituições de onde poderia porventura emergir a proposta de iniciativas ²⁹.

No pós-25 de Abril, passada que foi a agitação e criatividade do período revolucionário, vão desenvolver-se três linhas de acção, correspondentes a outras tantas concepções e orientações quanto à formação de jornalistas: a profissional (promovida ou co-participada por organizações profissionais e marcada por uma concepção da formação como reciclagem e actualização); a politécnica (afirmando a relevância de uma legitimação e certificação de nível superior, mas voltada para as exigências do mercado de trabalho); e a universitária (valorizadora de uma sólida formação cultural e humanística e com um grau diferencial de aproximação à prática profissional) ³⁰. Neste último caso, haveria que distinguir ainda, como fazem notar Agee e Traquina (s/d: p.124), a concepção que defende que o campo jornalístico deve ser objecto de abordagem em estreita interacção com os outros campos, no quadro mais vasto das ciências da comunicação, daqueloutra que preconiza a autonomização dos cursos de Jornalismo, como veio mais tarde a acontecer com o curso criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Na leitura desta problemática feita por Mário Mesquita, as licenciaturas universitárias, quer as que se orientam por uma 'perspectiva comuni-

²⁹ Quanto às universidades, importa sublinhar que, «de 1926 até à publicação da lei Veiga Simão [1973], durante quase meio século, o ensino superior não mereceu grande empenho do Estado Novo». Em 1960, por exemplo, era escassíssima (3.9%) a população portuguesa da faixa 18-22 anos que frequentava o ensino superior; por alturas do 25 de Abril de 1974, apesar dos progressos entretanto registados, essa proporção não andava longe dos 10 por cento⁶³. É interessante notar também que os estudantes que frequentavam em 1960 cursos superiores no âmbito das ciências sociais não iam além dos 6.4% do total de alunos. Em 1970, essa percentagem andava pelos 11%, elevando-se, a partir de 1975, a valores próximos dos 20 por cento (cf. Carreira, H. Medina (1996) 'A Educação', in Barreto, A. (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 442).

³⁰ O CFJ — Centro de Formação de Jornalistas (criado no Porto por um conjunto de jornalistas em 1983) bem como o CENJOR — Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (criado em 1986, em Lisboa, por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas, Associações de Imprensa Diária e Não-Diária e Instituto de Emprego e Formação Profissional) seriam exemplos da primeira orientação enunciada. Os cursos de jornalismo ou aparentados nascidos no quadro de desenvolvimento da rede do ensino superior politécnico seriam exemplificativas da segunda orientação. Finalmente os cursos de ciências da comunicação criados, primeiro, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e, depois, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, na Universidade Católica, na Universidade da Beira Interior e na Universidade do Minho, além de, mais recentemente, em várias universidades do sector privado, exemplificariam a terceira orientação. O primeiro curso de licenciatura em Jornalismo foi criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1993.

cacional' quer as que seguem uma 'formação humanista clássica' acompanhada de disciplinas mais especificamente relacionadas com a vida profissional, encaram a especialização em jornalismo numa perspectiva que «liga e associa a formação humanista à competência técnico-profissional»³¹. Um exemplo desta articulação pode ser encontrado precisamente na licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho, que define como objectivos o desenvolvimento de uma tríplice competência do 'comunicador social' a formar:

«— competência intelectual, cultural e moral que lhe permita a compreensão e interpretação críticas da sociedade e mundo actuais;

«— competência específica no âmbito da comunicação humana, mediante o conhecimento aprofundado dos comportamentos comunicativos, seus aspectos psicológicos e sociais e processos semióticos e linguísticos, e também a capacidade de emitir e receber mensagens com elevado grau de eficiência;

«— competência técnico-profissional ao nível dos meios de comunicação e do exercício de funções de comunicação institucional em algum sector especializado»³².

Pode haver divergências quanto ao peso relativo que estes três eixos-orientações deverão ter no currículo formativo ou quanto ao modo de os operacionalizar. Haverá, hoje, provavelmente um acentuado grau de concordância em que todos eles devem figurar. É certo que continua a registar-se uma corrente de opinião entre os jornalistas mais veteranos, segundo a qual a verdadeira formação é a da tarimba (*sur le tas*, diriam os franceses). E é preciso reconhecer que esta asserção possui alguma dose de verdade. Até porque cada 'tarimba' representa um contexto muito particular, com a sua história, as suas rotinas, a sua cultura organizacional, e seria impossível à formação académica contemplar toda essa diversidade. Mas também é necessário perguntar-se o que são hoje as redacções e se, quando se faz a apologia da tarimba, não se está a idealizar e mitificar uma realidade que se diversificou e se tornou até, em diversos casos, irreconhecível. Por outro lado, a complexidade crescente da vida social, a proliferação das fontes e das formas de informação, as transformações no plano sócio-económico e também no plano cultural e ético induzidas pelas inovações tecnológicas tornam cada vez mais pertinente a ideia de que a

³¹ Mesquita, M. (1995). *L'Enseignement du Journalisme au Portugal: le Miracle de la Multiplication des Cours*. Texto apresentado no Sigma/Communication Sciences Meeting em Sienna, Itália, 22-23 de Setembro (fotocopiado).

³² Preâmbulo da Resolução SU — 3/91 do Senado da Universidade do Minho, que instituiu o Curso de Comunicação Social.

formação não se confunde com uma etapa que precede o exercício de uma profissão ou de uma actividade social, antes deve ser, cada vez mais, «educação ao longo da vida» a qual, no dizer da UNESCO, constitui «uma das chaves de entrada no século XXI»³³. Eis um desafio não apenas para os jornalistas e suas organizações sócio-profissionais e para as empresas, mas também para as próprias instituições de formação de nível superior.

³³ Delors, Jacques (coord.) (1996) *L'Éducation, un Trésor Est Caché Dedans*. Rapport à l'UNESCO de la Commission Internationale sur l'Éducation pour le XXIème Siècle. Paris: Éditions Odile Jacob, p. 17 e 108-122.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGEE, W. K.; TRAUQUINA, N. (198?) *O Quarto Poder Frustrado — Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa: Ed. Vega, p.124.
- AGOSTINI, Angelo (1997) 'Les Nouveaux Réseaux de Communication, Atout ou Menace pour la Presse: le Journalisme au Défi d'Internet', in *Le Monde Diplomatique*, Outubro, pp. 26-27.
- ALVES, Aníbal (1996) *A Ética, os Media e as Ciências Sociais na Perspectiva da Formação dos Mediadores/Jornalistas*. Intervenção nas Conferências da Arrábida sobre «A Ética, a Credibilidade e o Mercado dos Media», em 23 de Julho (polic.).
- BENITO, Ángel (1995) *La Invención de la Actualidad: Técnicas, Usos y Abusos de la Información*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- BJORK, U. J. (1996) 'The European Debate in 1984 on Journalism Education', in *Journalism & Mass Communication Educator*, vol. 51 (1).
- BOURDIEU, Pierre (1994) *Sur la Télévision, Suivi de l'Emprise du Journalisme*. Paris: Liber.
- BOURDIEU, Pierre (1996) 'Journalisme et Éthique', in *Les Cahiers du Journalisme*, n.º 1, Junho (também disponível on-line in: www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/Bjournal.html).
- CARREIRA, H. Medina (1996) 'A Educação', in Barreto, A. (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 442).
- CHAPARRO, «O Jornalismo Não Será Reduzido a Produto», texto consultado in: www.igutenberg.com.br/chapa21.htm, site do Instituto Gutemberg (Brasil).
- CHAPARRO, Carlos (1999) 'Deixamos de Ser Protagonistas. Ainda Bem', in *O Ribatejo*, 22 de Julho.
- CORREIA, F. (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino do Jornalismo em Portugal*. in *O Professor*, n.º 44, III Série, Maio-Junho de 1995, pp. 53-61.
- DELORS, Jacques (coord.) (1996) *L'Éducation, un Trésor Est Caché Dedans*. Rapport à l'UNESCO de la Commission Internationale sur l'Éducation pour le XXI.ème Siècle. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Eco, Umberto (1979) 'Obbjetività dell'Informazione: il Dibattito Teorico e le Trasformazioni della Società Italiana', in VV. AA. *Informazione: Consenso e Disenso*. Milão: Il Saggiatore. Cit. In Rodrigo Alsina (1989) *La Construcción de la Noticia*, Barcelona: Paidós.
- FRANÇA, E.; Marques, G.B. (1982). 'O Acesso à Profissão de Jornalista'. In *Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade: Conclusões, Teses, Documentos do 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva.
- FRANK, Thomas C. (1999) 'Newseum, le Musée qui Enterre le Journalisme', in *Le Monde Diplomatique*, Agosto, p. 10.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel (1996) 'El Mejor Oficio del Mundo', in *El País*, 20 de Junho.
- GOMIS, Lorenzo (1991) *Teoría del Periodismo*. Barcelona: Paidós.
- LABASSE, Bertrand (1997) 'Repenser l'Information? Vieux Schémas et Nouveaux Enjeux', in *Les Cahiers du Journalisme*, n.º 3, pp. 26-35, Junho (URL: www.univ-lyon1.fr/spr/GEV).
- LAMBETH, Edmund; Ph. Meyer; E. Thorson (eds.) (1998) *Assessing Public Journalism*. Columbia, Mi.: University of Missouri Press.

- MARCOS, L. H. (1986) 'Formação Profissional: Começo e Futuro', in *Conclusões, Teses e Documentos do 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva.
- MARTÍNEZ-ALBERTOS (1997) *El Ocaso del Periodismo*. Barcelona: Editorial CIMS.
- MESQUITA, M. (1995) *L'Enseignement du Journalisme au Portugal: le Miracle de la Multiplication des Cours*. Texto apresentado no Sigma/Communication Sciences Meeting em Sienna Itália, 22-23 de Setembro (fotocopiado).
- MESQUITA, Mário; Ponte, Cristina (1996/97) *Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo*. Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- NORDENSTRENG, Kaarle (1997) 'The Citizen Moves from Audience to Arena', in *Nordicom Review*, n. 2.
- PINTO, Manuel; Sousa, Helena (1999) 'Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal', in Fröhlich, Romy & Christina Holz-Bacha (eds) *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison*. Hampton Press (no prelo).
- POSTMAN, Neil (1990) *Informing Ourselves to Death*. URL: http://cec.wustl.edu/~cs142/articles/MISC/informing_ourselves_to_death—postman.
- RAMONET, Ignacio (1999) 'La Fin du Journalisme — Débat avec Ignacio Ramonet'. Entrevista dada a ACRIMED — Action Critique Médias (www.samizdat.net/acrimed/bulletin/Ramonet.html).
- RODRIGUES, Adriano D. (1985) *Princípios para um Projecto de Formação de Jornalistas em Portugal*. Intervenção no seminário «Jornalismo no Ano 2000», realizado no Fórum Picoas, Lisboa (policopiado).
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1990) *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Presença
- RODRIGUES, J. C. (1986) 'O Acesso à Profissão de Jornalista', in *Conclusões, Teses e Documentos do 2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva
- SOLOWSKI, John (1993) 'O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos ao Trabalho Jornalístico', in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega (texto originalmente publicado em 1989).
- TENGARRINHA, J. (1989) *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (2.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- TRAQUINA, Nelson (1993) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, Lisboa: Vega.
- WOLTON, Dominique (1995) 'O Espaço Público Mediatizado', in *Revista de Comunicação e Linguagem*, 21-22.

ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA LABORAL

VINCENT MOSCO ¹

Introdução

Este artigo começa por fornecer uma panorâmica da economia política no contexto dos estudos da comunicação. Esta perspectiva teórica tem orientado grande parte da investigação sobre o trabalho nas indústrias de comunicação e o papel da comunicação na criação de uma divisão internacional do trabalho. Tendo como base a minha investigação nesta área (Mosco, 1996), a primeira parte do artigo define o conceito de economia política e explicita o seu uso na investigação em comunicação; a segunda parte pretende repensar e renovar as raízes filosóficas e o terreno fundamental da economia política. Sugere-se ainda que esta abordagem pode ser usada para compreender o trabalho. A altura é propícia para esta reflexão pois as transformações na economia política mundial e na vida intelectual colocam desafios fundamentais à economia política. As transformações na economia política mundial incluem a morte do comunismo, a estagnação das sociedades capitalistas, a dissolução de qualquer unidade que possa ter existido no chamado Terceiro Mundo e o surgimento de movimentos sociais, em particular do femininismo e do ambientalismo, que ultrapassam os limites de categorias político-económicas tradicionais como a classe social.

De entre os inúmeros desafios intelectuais que se deparam à economia política, há dois que se salientam pela sua relevância no estudo do trabalho

¹ Professor de Comunicação na Escola de Jornalismo e Comunicação, Carleton University.

nas indústrias de comunicação. Por um lado, os estudos culturais (*cultural studies*) desafiam o terreno institucional da economia política e põem em causa a centralidade do trabalho como força histórica fundamental. Por outro lado, uma outra perspectiva, por vezes, denominada ciência política, teoria da escolha pública (*public choice theory*), expectativas racionais ou economia política «positiva», aplica a teoria económica neoclássica ao comportamento social e, desse modo, reduz o trabalho a um elemento entre muitos outros no mercado pluralista da escolha individual.

O que é a economia política?

Duas definições de economia política cobrem o vasto leque de abordagens específicas e gerais à disciplina. Em sentido restrito, economia política é *o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação*. Esta formulação é importante, porque chama a atenção para o circuito institucional dos produtos das comunicações que liga, por exemplo, uma cadeia de produtores iniciais a distribuidores, retalhistas e consumidores, cujas aquisições, alugueres e cuidados vão alimentar novos processos de produção. No entanto, a ambiguidade acerca do que constitui um produtor, distribuidor ou consumidor justifica que se tenha algum cuidado com o seu uso. Uma definição mais abrangente e ambiciosa de economia política é *o estudo do controle e sobrevivência na vida social*. Controle refere-se especificamente à organização interna dos elementos dos grupos e ao processo de adaptação à mudança. Sobrevivência significa a forma como eles produzem o que é necessário para a reprodução e continuidade social. Nesta leitura, os processos de controle são, de um modo geral, políticos, já que constituem a organização social das relações dentro de uma comunidade e os processos de sobrevivência são fundamentalmente económicos porque se referem aos processos de produção e reprodução. O ponto forte desta definição é o facto de ela dar à economia política espaço para compreender, no mínimo, toda a actividade humana, nomeadamente todos os processos orgânicos, uma tendência reflectida nos estudos ambientais, ecológicos e de bio-diversidade (Benton, 1989). No entanto, isso pode levar-nos a esquecer aquilo que distingue a economia política humana, incluindo o trabalho humano, que apenas abrange o poder de uma consciência orientada para um determinado fim efectivamente consciente da sua própria consciência, dos processos gerais de sobrevivência e controle.

Outra forma de descrever a economia política é a de estender o seu significado para além do que é tipicamente considerado nas definições, centrando-se num conjunto de qualidades que caracterizam a abordagem.

Tendo por base o trabalho de Golding e Murdock (1991), este ponto centra-se em quatro ideias — transformação social, totalidade social, filosofia moral e praxis — que diferentes correntes do pensamento político-económico tendem a partilhar.

A economia política tem constantemente salientado o objectivo de compreender a mudança social e a transformação histórica. Para os economistas políticos clássicos, como Smith, Ricardo e Mill, isto significava compreender a grande revolução capitalista, a vasta convulsão social que transformaria as sociedades inicialmente assentes no trabalho agrícola em sociedades comerciais, de transformação e, por fim, industriais. Para Marx, significava observar as forças dinâmicas dentro do capitalismo e entre este e outras formas de organização político-económica, de modo a compreender os processos da mudança social que iriam, por fim, transformar o capitalismo em socialismo. A economia ortodoxa, que começou a emergir em oposição à economia política no final do século XIX, tendia a colocar de lado esta preocupação com a dinâmica da história e a mudança social para transformar a economia política na ciência da economia, cujas afirmações em forma de leis eram mais adequadas para satisfazer condições sociais estáticas do que dinâmicas. Os economistas políticos contemporâneos, ocupando várias posições heterodoxas distintas daquilo que se tornou a ortodoxia económica, prosseguem a tradição de se interessarem pela transformação social. Humilhados por um século que provou ser errada uma atitude perante a história que E.P.Thompson caracterizava como «a condescendência massiva da posteridade», tendem mais modestamente a centrar a atenção à volta de vários «pós», em particular, o pós-fordismo, pós-industrialismo e pós-modernismo.

A economia política caracteriza-se, igualmente, por um interesse em estudar o todo social ou a totalidade das relações sociais que formam os campos económico, político, social e cultural. A ortodoxia académica tende a separá-los em diferentes disciplinas, cada uma com as suas próprias regras de entrada, controlos de fronteiras e sistemas de vigilância global. O pensamento pós-estruturalista actualmente em voga, embora louvável no seu ataque a esta e outras ortodoxias, também tende a negar a existência de totalidades sociais, ou mesmo discursivas, que lutam por princípios de ordem na vasta gama de práticas sociais quotidianas. Desde a época de Adam Smith, cujo interesse em compreender a vida social não era condicionada por fronteiras disciplinares, passando por Marx e até pelos teóricos institucionais, conservadores e neo-marxistas contemporâneos, a economia política tem constantemente visado a união do político e do económico dando conta da sua constituição mútua e da sua relação com esferas sociais e simbólicas mais amplas.

A economia política é igualmente conhecida pela sua ligação com a filosofia moral, entendida como um interesse quer pelos valores que

ajudam a formar o comportamento social, quer, normativamente, pelos princípios morais que deveriam guiar os esforços para o mudar. Para Adam Smith, como testemunha a sua *Teoria dos Sentimentos Morais* (1776 (1759)), um livro que ele preferia ao popular *A Riqueza das Nações* (1776 (1776)), isto significava compreender valores como o consumismo e a liberdade individual, que estavam a contribuir para o advento do capitalismo comercial. Enquanto que para Marx (1973, 1976) filosofia moral significava a permanente luta entre o impulso de encontrar valor individual e social no trabalho humano e o impulso de reduzir o trabalho a uma mercadoria comercializável, a economia política contemporânea tende a centrar-se em pontos de vista filosófico-morais que enfatizam a extensão da democracia para além do domínio político, onde é muitas vezes legitimada em instrumentos legais formais para abranger os domínios económico, social e cultural que tendem a ser condicionados pelas necessidades de capital.

Decorrendo desta perspectiva, a praxis social, ou a união fundamental da teoria e da prática, ocupa igualmente um lugar central na economia política. Inequivocamente contra as posições ortodoxas que separam, pelo menos formalmente, a esfera da investigação da esfera da intervenção social, os economistas políticos, numa tradição que encontra as suas raízes na prática de aconselhamento a líderes políticos, têm persistentemente percepcionado a vida intelectual como uma forma de transformação social e a intervenção social como uma forma de conhecimento. Embora discordem radicalmente em relação àquilo que deve caracterizar a intervenção, desde Malthus que defendia a abertura dos esgotos de Londres para controlar os pobres até Marx que esperava que o trabalho se concretizasse na revolução, os economistas políticos partilham a opinião de que a divisão entre investigação e acção é artificial e deve ser abolida.

A economia política distingue-se igualmente pelas várias escolas de pensamento, que garantem uma variedade significativa de pontos de vista e um aceso debate interno. A principal cisão resultou das respostas à economia política clássica de Smith e seus discípulos. Um grupo pretendia retomar a ênfase tradicional no indivíduo como primeiro elemento de análise e no mercado como principal estrutura, participando ambos no processo central: a decisão individual como forma de expressão do desejo e da procura no mercado. Com o decorrer do tempo, esta resposta eliminou gradualmente as preocupações clássicas com a história, a totalidade social, a filosofia moral e a praxis de forma a transformar a economia política na ciência da economia baseada na investigação empírica do comportamento de mercado conceptualizada na linguagem matemática. Esta abordagem — geralmente conhecida como economia neoclássica ou simplesmente economia, em reconhecimento da sua posição dominante — reduz o trabalho a um dos factores de produção que, juntamente com a terra e o capital, é valorizado apenas pela sua produtividade, ou pela capacidade

de aumentar o valor de mercado de um produto final (Marshall, 1961 (1890); Jevons, 1965).

Um segundo grupo ou segundo conjunto de respostas opunha-se a esta tendência, mantendo a clássica preocupação com a história, o todo social, a filosofia moral e a praxis, mesmo que isso implicasse desistir do objectivo de criar uma ciência exacta. Este grupo apresenta uma grande variedade de abordagens da economia política. Um primeiro movimento foi liderado por neo-Burkeanos conservadores, que substituíram o individualismo de mercado pela autoridade colectiva da tradição (Carlyle, 1984), por socialistas utópicos que aceitavam a fé clássica na intervenção social mas ansiavam por colocar a comunidade à frente do mercado (Owen, 1851), e pelo pensamento marxista que recolocou o trabalho no centro da economia política. De acordo com este último, o *Homo Faber* definia a nossa característica fundamental como espécie, nomeadamente a inigualável união da concepção e da execução que distinguia, no exemplo de Marx, o arquitecto da abelha. Formulações posteriores desenvolveram estas perspectivas, deixando-nos uma vasta gama de concepções contemporâneas. Embora a ciência económica ortodoxa ocupe o centro e centro-direita da faixa intelectual, uma economia política conservadora prospera no trabalho de gente como George J. Stigler (1988), James M. Buchanan (Brennan and Buchanan, 1985), e Ronald Coase (1968, 1991), recentemente premiados com o Nobel da economia, que aplicam as categorias da economia neoclássica a todo o comportamento social com o objectivo de expandir a liberdade individual. A economia política institucional ocupa uma posição ligeiramente à esquerda do centro (centro-esquerda), argumentando, por exemplo, no trabalho de Galbraith (1985) — que se inspirou principalmente em Veblen (1934 (1899), 1932) — que os condicionalismos institucionais e tecnológicos condicionam os mercados a favor daquelas empresas e governos que têm o poder para os controlar. Entre outras coisas, os institucionalistas elaboraram histórias económicas do trabalho e dos sindicatos que puseram em causa a limitada concepção individualista dos economistas neo-clássicos. As correntes neo-marxistas, incluindo a Escola Francesa da Regulação (Lipietz, 1988), a teoria dos sistemas-mundo (Wallerstein, 1979) e outras empenhadas no debate sobre o fordismo (Foster, 1988), continuam a colocar o trabalho no centro de análise e são particularmente responsáveis por debates sobre a relação entre capitalismo monopolista, a eliminação da especialização e o crescimento de uma divisão internacional do trabalho. Por último, os movimentos sociais geraram as suas próprias escolas de economia política, principalmente a economia política feminista, a qual dirige a sua atenção para a persistência do patriarcado e o desinteresse pelo trabalho doméstico (Waring, 1988), e a economia política ambiental que se concentra nas ligações entre comportamento social e o ambiente orgânico mais vasto (Bentos, 1989).

A Economia Política da Comunicação

Os estudos da comunicação basearam-se nas várias escolas de análise político-económica. Este ponto centra-se em investigações situadas nas abordagens institucionais e neo-marxistas, já que estas têm prestado maior atenção ao trabalho nas indústrias de comunicação e ao impacto da comunicação nas transformações contemporâneas no trabalho. Embora tanto os economistas neoclássicos (Owen e Wildman, 1992) como os economistas políticos conservadores (Coase, 1968) tenham teorizado sobre as indústrias de comunicação, nenhum deles incluiu o trabalho nas suas análises.

No estádio actual do seu desenvolvimento, seria útil traçar o mapa da economia política da comunicação através das diferentes regiões. Embora existam importantes excepções e contra-correntes, as abordagens norte-americana, europeia e do chamado Terceiro Mundo diferem o suficiente para serem tratadas de forma distinta. Além disso, a abordagem da economia política à comunicação não está suficientemente desenvolvida teoricamente para ser explicada num único mapa analítico.

A investigação norte-americana tem sido largamente influenciada pelos contributos de duas figuras fundadoras, Dallas Smythe e Herbert Schiller. Smythe leccionou o primeiro curso de economia política da comunicação na Universidade de Illinois e é o primeiro de quatro gerações de estudiosos que se têm dedicado a esta tradição de investigação². Schiller, que trabalhou durante algum tempo com Smythe em Illinois, tem igualmente influenciado várias gerações de economistas políticos. A abordagem destes aos estudos da comunicação baseia-se tanto na tradição institucional como na marxista. Contudo, interessaram-se menos do que, por exemplo, os estudiosos europeus em fornecer uma explicação teórica da comunicação. O seu trabalho — e, através da sua influência, grande parte da investigação nesta região — tem sido guiado mais explicitamente por um sentido de injustiça de que a indústria da comunicação se tornou parte integrante de uma grande ordem corporativa que é simultaneamente exploradora e anti-democrática. Embora se tenham interessado pelo impacto dentro dos seus respectivos países, ambos lideraram um programa de investigação que traça o crescimento em poder e influência das empresas de comunicação social transnacionais por todo o mundo (Smythe, 1981; Schiller, 1969 (1992), 1996).

Em parte devido à influência destes autores, a investigação norte-americana produziu uma vasta literatura sobre a indústria e sobre mani-

² Um aluno de Smythe, Thomas Guback reformou-se recentemente da Universidade de Illinois onde se dedicava à economia política do cinema. Janet Wasko, aluna de Guback, trabalha igualmente nesta área na Universidade de Oregon, enquanto um seu aluno, Jack Banks se dedica à investigação sobre economia política da música na universidade de Hartford.

festações específicas de classe nas empresas transnacionais e no poder do estado, reconhecidas pela sua preocupação em participar em lutas contínuas, incluindo as do trabalho para mudar os media dominantes e para criar alternativas (Douglas, 1986; Mosco and Wasco, 1983; Wasco and Mosco, 1992; Schiller, 1996). Um dos principais objectivos desse trabalho é o de avançar com preocupações de interesse público perante aos órgãos reguladores e políticos do Estado. Isso inclui o apoio aos movimentos que desempenharam um papel activo perante os *forums* internacionais, como as Nações Unidas, em defesa de uma nova ordem internacional económica, de informação e de comunicação (Roach, 1993).

A investigação europeia não está tão claramente ligada a figuras fundadoras e, embora também esteja relacionada com movimentos para a transformação social, particularmente a defesa do serviço público dos meios de comunicação social, o trabalho de maior significado nesta região tem procurado essencialmente integrar a investigação em comunicação dentro de várias tradições teóricas neo-marxistas. Das duas principais direcções que esta investigação tomou, uma, mais proeminente nos trabalhos de Garnham (1990) e Golding e Murdock (1991), (Murdock e Golding, 1979), enfatizou o *poder de classe* (*class power*). Baseando-se na tradição da Escola de Frankfurt, bem como no trabalho de Raymond Williams, ela documenta a integração das instituições ligadas à comunicação, principalmente as autoridades de negócios e de decisão do Estado, na grande economia capitalista, e a resistência das classes e movimentos subalternos que se reflecte essencialmente em oposição a práticas governamentais neo-conservadoras promovendo a liberalização, comercialização e privatização das indústrias de comunicação. Uma segunda corrente de investigação, mais proeminente no trabalho de Armand Mattelart (1992 (1986), 1983), coloca a *luta de classes* em primeiro plano. Mattelart partiu de um conjunto de tradições que incluíam a teoria da dependência, o marxismo ocidental e a experiência mundial de movimentos de libertação nacional para entender a comunicação como uma das principais fontes de resistência ao poder.

Entre os vários estudos sobre o poder de classes especificamente direccionados para um entendimento do trabalho sob esta perspectiva, Miège (1989) fornece uma avaliação de diferentes processos de trabalho, que tendem a ser coerentes com diferentes formas de produção dos media dentro da lógica global das relações sociais capitalistas. Ele sugere que existe uma relação entre o tipo de produto mediático, a estrutura de controle corporativo e a natureza do processo de trabalho. Os equipamentos mediáticos, como os aparelhos de televisão e gravadores, caracterizam-se por um processo simples de produção com pouca intervenção de trabalhadores criativos ou artísticos. Segundo esta perspectiva, estes produtos mediáticos prestam-se à concentração industrial e a um processo de trabalho detalhado, incluindo uma divisão internacional do trabalho

que tira partido dos baixos salários pagos a trabalhadores não-sindicalizados, sujeitos a um regime de controle autoritário. No lado oposto do espectro está um segundo tipo de produto com características artísticas; aquilo que ele chama «realizações audio-visuais» é produzido quase exclusivamente com trabalho artesanal, de difícil reprodução, e requerendo injeções de capital relativamente baixas. Isto sustenta um sector dominado por pequenos negócios e permite a presença permanente do produtor ou o controle do trabalho. Miège identifica um último tipo de produto como um elemento de luta e conflito por ser fácil de reproduzir e simultaneamente exigir algum nível de contribuição artística. Este sector contém um crescente, mas longe de ser completo, controle monopolista e uma grande variedade de mão-de-obra, o que contribui para o desenvolvimento de tensões e conflitos, bem como entre capital e trabalho. A investigação sobre o trabalho e a luta de classes foi proeminente no trabalho de Peter Waterman (1990, 1992) que documentou o uso dos mass media e das novas tecnologias de comunicação por parte dos trabalhadores e dos sindicatos para promover a democracia e o internacionalismo.

No chamado Terceiro Mundo, a investigação sobre a economia política da comunicação cobre uma vasta área de interesses, embora uma corrente principal se tenha desenvolvido em resposta à modernização ou paradigma desenvolvimentalista que originou no ocidente, particularmente nos Estados Unidos, tentativas de incorporar a comunicação num paradigma explicativo favorável aos interesses intelectuais e políticos dominantes. A tese defendia que os media eram recursos que, juntamente com a urbanização, a educação e outras forças sociais, estimulariam a progressiva modernização económica, social e cultural. Como consequência, o crescimento dos media era visto como um indicador de desenvolvimento. Apoiando-se na dependência, nos sistemas-mundo e outras correntes da economia política neo-marxista internacional, os economistas políticos do Terceiro Mundo questionaram as premissas fundamentais do modelo, em especial o seu determinismo tecnológico e a omissão de praticamente todo o interesse nas relações de poder que condicionam os termos das relações entre as nações de Primeiro e Terceiro Mundos e as relações que dentro delas se verificam ao nível das relações entre os vários estratos sociais (Cardoso, 1979, Roncaglio, 1986, 1991, Tang and Chan, 1990). O fracasso dos planos de desenvolvimento que incluíam investimento dos media colocou os teóricos da modernização em busca de modelos revistos que tenderam a incorporar as telecomunicações e as novas tecnologias informáticas no seu conjunto (Jussawalla, 1986). Os economistas políticos responderam direcionando o poder destas novas tecnologias para uma divisão global do trabalho. Uma corrente de investigação encarava a divisão essencialmente em termos territoriais: mão-de-obra não especializada concentrada nas nações mais pobres; trabalho de grupo mais complexo e

semi-especializado nas sociedades semi-periféricas e investigação, desenvolvimento e planeamento estratégico limitados às sedes de empresas do Primeiro Mundo onde os lucros aumentariam. Uma segunda corrente reconhece que as divisões de classes atravessam os limites territoriais e sustenta que o essencial para a divisão internacional do trabalho em desenvolvimento é o aumento da flexibilidade nas empresas que controlam o conjunto de tecnologias que superam os condicionalismos de tempo e espaço (Morris-Suzuki, 1986, Harvey, 1989, Sivanandan, 1989; Sussman and Lent, 1998).

Repensando a Economia Política

Embora muitas avaliações da economia política (incluindo a sua aplicação à investigação em comunicação) reconheçam o seu contributo para a vida intelectual e para as lutas políticas, elas também levantam preocupações acerca da necessidade de repensar e renovar a disciplina à luz das recentes transformações. Este ponto responde a esta efervescência geral sugerindo pontos de partida para repensar a economia política que podem guiar a investigação em comunicação, incluindo a relação com o trabalho.

As bases filosóficas de uma abordagem da economia política à comunicação fornecem um ponto de partida importante. Baseando-me numa literatura crítica que reflecte sobre o estado deste campo, adianto princípios básicos epistemológicos e ontológicos (Golding and Murdock, 1991; Gandy, 1992; H. Schiller, 1996). Uma epistemologia é uma teoria da teoria ou uma abordagem para compreender um campo de conhecimento. A economia política da comunicação necessita de ser fundamentada numa epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica. É realista no sentido em que reconhece a realidade tanto dos conceitos como das práticas sociais, evitando desse modo abordagens ideográficas e nomotéticas, actualmente em voga no pensamento pós-estruturalista, as quais defendem, respectivamente, apenas a realidade do discurso ou a rejeição das premissas da realidade tanto do discurso como das práticas sociais. Decorrendo disto, a abordagem é inclusiva no sentido em que rejeita o essencialismo, o qual reduziria todas as práticas sociais a uma única explicação político-económica, a favor de uma abordagem que vê os conceitos como pontos de entrada num campo social (Resnick e Wolff, 1987). A escolha de determinados conceitos e teorias em vez de outros significa dar prioridade a uns em detrimento dos outros como instrumentos úteis de explicação. Não se trata de meras imposições do melhor ou do único modo de compreender as práticas sociais. Adicionalmente, a epistemologia é constitutiva no sentido em que reconhece os limites da determinação causal, incluindo a suposição de que as unidades de análise social interagem como conjuntos completa-

mente formados e de uma maneira linear. Ela aborda antes o social como um conjunto de processos mutuamente constitutivos, agindo uns sobre os outros em variados estados da formação e com uma direcção e impacto que apenas pode ser compreendida em investigação específica. Por último, a abordagem é crítica no sentido em que o conhecimento, a constituição mútua da teoria e da prática, é visto como o produto de permanentes comparações com outros corpos do saber e com um conjunto de considerações normativas que regulam a praxis social. Por exemplo, a minha economia política é crítica no sentido em que ela situa regularmente o conhecimento adquirido na investigação face a corpos de conhecimento alternativos na economia neoclássica, na ciência política pluralista e nos estudos culturais. Além disso, ela mede o conhecimento político-económico de acordo com os valores da social-democracia, incluindo a participação pública e igualdade que guiam a minha praxis.

Ligada a esta abordagem epistemológica está uma ontologia que coloca em primeiro plano a mudança social, o progresso social e as relações sociais contra a tendência da investigação social, particularmente na economia política, de se concentrar nas estruturas e instituições. Isto significa que a investigação parte do princípio de que a mudança social é omnipresente, que as estruturas e instituições estão num processo de mudança constante e que é, por isso, mais útil desenvolver pontos de entrada que caracterizem os processos do que nomear as instituições. Guiado por este princípio, desenvolvo um mapa da economia política com três processos de entrada: a *commodification* («comodificação») processo de transformação da utilidade em valor de troca; a *especialização*, a transformação do espaço com o tempo ou o processo do alargamento institucional; e a *estruturação*, o processo de constituição de estruturas com agências sociais. Destacar a mudança social com estes processos não substitui as estruturas e instituições, algo que substituiria uma forma de essencialismo por outra. Pelo contrário, estes são pontos de entrada que constituem uma teoria concreta da economia política, uma escolha eleita de entre um conjunto de meios possíveis para compreender o campo social. Na próxima etapa, trabalha-se com estes pontos de entrada concretos, usando-os para sugerir as fronteiras de uma análise político-económica e, mais especificamente, para compreender o trabalho e a sua divisão internacional na investigação em comunicação.

A «comodificação» há muito tempo que é entendida como o processo de «pegar» em bens e serviços que são valorizado pela sua utilidade — por exemplo, na comida para satisfazer a fome — transformando-os em mercadorias que são valorizados por aquilo que podem render no mercado. O processo de «comodificação» possui uma dupla importância para a investigação em comunicação. Em primeiro lugar, as práticas e tecnologias da comunicação contribuem para o processo geral de «comodificação» na

sociedade. Por exemplo, a introdução da comunicação informática dá às empresas um maior controle sobre todo o circuito de produção, distribuição e troca, permitindo aos retalhistas monitorizar as vendas e os níveis de stock com uma precisão cada vez maior e, desse modo, produzir e colocar no mercado apenas aquilo que tem probabilidades de vender rapidamente, reduzindo as falhas de stocks e mercadorias desnecessárias. Em segundo lugar, a «comodificação» é um ponto de entrada para compreender instituições e práticas de comunicação específicas. Por exemplo, a expansão mundial da «comodificação» na década de 80, reagindo em parte aos declínios globais no crescimento económico, levou a um aumento da comercialização da programação, à privatização dos meios de comunicação social e das instituições de telecomunicações e à liberalização dos mercados da comunicação.

A economia política da comunicação tem-se destacado pela sua preocupação de descrever e observar a importância das formas estruturais responsáveis pela produção, distribuição e troca dos produtos de comunicação e pela regulação do mercado da comunicação. Embora não tenha negligenciado o produto em si nem o processo de «comodificação», a tendência tem sido a de colocar em primeiro plano as estruturas e instituições corporativas e públicas. Depois de ter considerado o produto, a economia política tendeu a concentrar-se no conteúdo dos media, e em menor medida nas audiências mediáticas, prestando surpreendentemente pouca atenção ao trabalho. A ênfase dada às estruturas e conteúdos dos media é compreensível à luz da importância das companhias mundiais de comunicação social e do aumento do valor do conteúdo dos media. As empresas transnacionais fortemente integradas, como a Time Warner Corporation, criam produtos mediáticos de efeito multiplicador. Por exemplo, um filme lançado nos Estados Unidos é inicialmente exibido nas salas de cinema deste país e no estrangeiro; cerca de seis meses depois, é lançado em vídeo e posteriormente em *pay-per-view*. Tendo ainda passado nos canais de cabo, o produto poderá ainda chegar à televisão terrestre (via hertziana).

A economia política tem prestado alguma atenção às audiências, particularmente ao esforço de compreender a prática comum dos anunciantes pagarem pela quantidade e qualidade de uma audiência de um jornal, revista, rádio ou programa de televisão. Isto gerou um aceso debate para determinar se as audiências, na realidade, funcionam, i.e. se vendem a sua atenção em troca de conteúdos produzidos (Smythe, 1977; Murdock, 1978). O debate tem sido útil porque alargou a discussão para além do conteúdo e integrou os anunciantes, os representantes habituais do capital no âmago da investigação em comunicação. Por outro lado, o debate desencorajou os economistas políticos da investigação mediática (*media research*), porque não dava atenção consistente à «comodificação» e ao trabalho, o último

historicamente entendido como incluindo aquele que perdeu progressivamente o controle sobre os meios de produção e foram conseqüentemente deixados apenas com a sua capacidade de trabalho que vendem por um salário (Lebowitz, 1986).

Até à década de 70, com a possível exceção dos institucionalistas, o mesmo aconteceu com a investigação político-económica em geral. No sentido de examinar a «comodificação» dos produtos, as análises tendiam a negligenciar o trabalho enquanto mercadoria e o trabalho no processo da produção. A obra de Braverman (1974) deu origem a um movimento intelectual para acabar com esta situação marginal, confrontando directamente a transformação do processo de trabalho no capitalismo. Segundo ele, o trabalho é constituído a partir da unidade da *concepção*, a capacidade de prever, imaginar e conceber o trabalho, e da *execução*, a capacidade de executar. No processo de «comodificação», o capital age no sentido de *separar* a concepção da execução, a competência da pura capacidade de executar uma tarefa, para *concentrar* a capacidade conceptual numa classe dirigente que é uma parte do capital ou representa os seus interesses, e para *reconstituir* o processo produtivo com esta nova distribuição de competência e poder no local de produção. No extremo desta tendência, e com considerável resistência dos trabalhadores, isto envolveu a aplicação das chamadas práticas de gestão científica, que tiveram em Frederick Winslow Taylor um pioneiro. Braverman documentou o processo de transformação do trabalho com o surgimento da grande indústria, mas é particularmente conhecido por ter produzido uma das primeiras análises sustentadas demonstrando a extensão deste processo aos sectores de serviços e informação. O seu trabalho deu origem a um enorme corpo de investigação empírica e debate teórico, concentrando-se principalmente na necessidade de se dedicar à natureza competitiva do processo e ao movimento sindical (Burawoy, 1979; Edwards, 1979), e, além disso, à forma como a transformação do processo produtivo foi sentida – de forma diferente — pela indústria, ocupação, classe, género e raça (Berberoglu, 1993).

A literatura na área da economia política apresenta algumas provas da influência deste trabalho, particularmente na investigação sobre a introdução das novas tecnologias de comunicação e informação e sobre a transformação do trabalho, incluindo modelos de emprego e a natureza mutável do trabalho na indústria da comunicação social e das telecomunicações. Denunciando a ausência de uma perspectiva laboral na indústria do jornalismo, Hardt e Brennen (1995) pretendem completar aquilo que é uma perspectiva essencialmente económica com uma história cultural da redacção que se centra na apresentação de novas tecnologias para levarem a cabo os processos descritos por Braverman. Isto representa um alargamento do trabalho pioneiro de economistas políticos que, trabalhando fora dos estudos da comunicação, estudaram o processo de trabalho nas redacções

(Zimbalist, 1979). Estudos mais recentes que, entre outras coisas, se referem à «comodificação» do trabalho na redacção, analisam a aplicação das novas tecnologias para reduzir o emprego na indústria e para reestruturar o trabalho dos editores através da implementação da paginação electrónica e o dos repórteres através da recolha electrónica de notícias (Russial, 1989). Estes são usos específicos da visão do processo de trabalho que aponta para o uso de tecnologias de comunicação e informação que transfere o equilíbrio do poder na actividade conceptual dos jornalistas profissionais com algum controlo sobre os seus meios de comunicação, para sistemas tecnológicos controlados administrativamente. Investigações semelhantes começaram a focar a transformação do processo de trabalho no cinema (Clark, 1995), televisão (Wasko, 1983), telecomunicações (Mosco e Zureik, 1987) e as indústrias de informação (Kraft e Dubnoff, 1986). Como foi atrás referido, Miège (1989) faz uma análise diferente, unindo-se a um esforço para ligar a economia política e a investigação em comunicação organizacional (c.f. Fishman, 1980), sugerindo que existe uma ligação entre o tipo de produto mediático, a estrutura de controlo corporativo e a natureza do processo de trabalho.

O segundo ponto de entrada substantivo é a *espacialização*, ou o processo de vencer os constrangimentos do espaço e do tempo na vida social. Teóricos clássicos como Smith e Ricardo — em parte como resposta aos seus antecessores que defendiam que a terra era a fonte de todo o valor — julgaram necessário dispensar uma atenção considerável aos problemas de valorização do espaço. O seu desenvolvimento de uma teoria do trabalho deparou-se com o problema de definir e medir o tempo de trabalho. Marx aproximou-se daquilo que aqui nos interessa quando, no *Grundrisse* (1973), referiu que o capitalismo «aniquila o espaço e o tempo». Com isto ele queria dizer que o capital faz uso dos meios de transporte e comunicação para diminuir o tempo necessário para mover bens, pessoas e mensagens no espaço. Teóricos contemporâneos (Lash e Urry, 1987) modificam esta visão, sugerindo que o capital transforma o espaço em vez de o aniquilar. Eles recordam-nos que as pessoas, produtos e mensagens têm que estar em algum lugar e é este lugar que está a sofrer uma transformação significativa, testemunhada, por exemplo, em convulsões na divisão internacional do trabalho.

A espacialização é semelhante a conceitos fornecidos por geógrafos e sociólogos para se referirem às mudanças estruturais provocadas por alterações no uso do tempo e espaço. Giddens (1990) refere-se à *distanciação tempo-espaço* a fim de analisar o declínio da dependência tempo-espaço. Ele sugere que este processo expande a disponibilidade do tempo e espaço como recursos para aqueles que podem fazer uso deles. Harvey (1989) identifica a *compressão tempo-espaço* para sugerir como o mapa efectivo está a encolher mais uma vez para aqueles que podem tirar partido disso.

Castells (1989) chama a nossa atenção para a importância decrescente do espaço físico, o espaço dos lugares e a importância crescente do espaço de fluxos para sugerir que o mapa do mundo está a ser redesenhado de acordo com fronteiras estabelecidas por fluxos de pessoas, bens e serviços, criando o que Massey (1992) chama de «geometria transformada do poder».

A comunicação é fulcral para a espacialização, porque os processos e tecnologias da comunicação e informação promovem a flexibilidade e controlo nos negócios, particularmente — dentro dos próprios negócios — da comunicação e informação. A espacialização abrange o já gasto termo «globalização» que talvez seja mais adequado para análise da reestruturação mundial de indústrias e empresas. A reestruturação ao nível da indústria é exemplificada pelo crescimento de mercados integrados assentes em tecnologias digitais e, ao nível das empresas, pelo seu crescimento flexível ou «virtual», que faz uso de sistemas de comunicação e informação para mudar constantemente a estrutura, linha de produção, marketing e relações com outras companhias, com fornecedores, com os seus trabalhadores e clientes (Shiller, 1999).

A globalização e reestruturação industrial influenciam mutuamente os modelos da reestruturação do Estado. Seguindo o trabalho de Murdock (1990), pode identificar-se quatro dimensões da transformada actividade do Estado. A comercialização estabelece as funções do Estado, como prestador de serviços de correios e telecomunicações, numa perspectiva meramente empresarial ou de geração de lucros. A privatização leva isto um pouco mais distante tornando estes serviços em negócios privados. A liberalização dá a aprovação do Estado à abertura dos mercados à competição e, por último, a internacionalização liga o Estado a outros estados de forma a transferir a autoridade económica e política para sistemas comerciais regionais (NAFTA) e internacionais (Organização Mundial do Comércio).

A economia política da comunicação aborda este processo essencialmente em termos da extensão institucional do poder corporativo na indústria da comunicação. Isto está patente no extraordinário crescimento das empresas de comunicação social, o que pode ser verificado pelo activo, pelos lucro, pelos funcionários ou pelo valor das acções. A economia política analisou especificamente o crescimento pegando em diferentes formas de concentração corporativa (Herman e Chomsky, 1988). A concentração horizontal tem lugar quando uma empresa de uma cadeia de comunicação social compra a maior parte de uma outra empresa de comunicação social que não está directamente relacionada com o negócio original ou quando adquire uma fatia maioritária numa empresa não ligada ao ramo da comunicação social. O exemplo típico da primeira, a concentração «*cross media*», é a aquisição por parte de uma cadeia mais antiga de comunicação social (ex: um jornal) de uma empresa de uma cadeia de rádio ou de televisão mais recente. A integração vertical designa a fusão de empresas dentro de

uma cadeia de negócio que estende o controle de uma empresa a todo o processo de produção. A aquisição da Cineplex-Odeon pela Paramount deu a esta grande produtora de Hollywood o controlo sobre uma grande companhia de distribuição cinematográfica. Isto é igualmente designado por integração progressiva porque expande uma empresa até uma fase avançada do processo total. Integração vertical regressiva ocorreu quando *The New York Times* adquiriu fábricas de celulose no Quebec, expandindo assim a companhia para a fase inicial do processo produtivo. Os economistas políticos da comunicação dedicaram uma atenção significativa ao prolongamento da integração além fronteiras enquanto companhias como a Time-Warner, News Corporation, Disney, Microsoft, General Electric, entre outras, se transformam em conglomerados transnacionais que rivalizam em tamanho e poder com companhias de qualquer tipo de indústria. Elas começam a desenvolver formas flexíveis de poder corporativo evidenciado em «joint ventures», alianças estratégicas e outras formas de criação de equipas para projectos específicos a curto prazo, que unem companhias ou partes de companhias, incluindo concorrentes. Estes tiram partido de meios de comunicação mais flexíveis para se unirem e separarem quando o interesse mútuo o justifica.

A economia política deu também um passo em frente no que diz respeito à divisão internacional do trabalho e ao internacionalismo laboral (Sussman e Lent, 1998). Uma das consequências da espacialização é o desenvolvimento dos mercados globais do trabalho. As empresas podem agora tirar partido da diversidade de salários, níveis de especialização da mão-de-obra e outras características importantes a uma escala internacional. Grande parte dos primeiros trabalhos político-económicos, nesta área, centrava-se no alargamento da indústria de hardware (Sudeste asiático) e no crescimento da prestação de serviços de informação nas Caraíbas e outros países do chamado Terceiro Mundo onde as empresas eram atraídas pelos baixos salários e governos autoritários (Heyzer, 1986). Mais recentemente, o alcance da investigação expandiu-se no sentido de analisar o interesse crescente do capital em procurar no mundo menos desenvolvido fontes de salários relativamente baixos, mas mão-de-obra especializada, necessária em áreas como o desenvolvimento de *software* (Susman e Lent, 1998) e expandindo-se também para o mundo desenvolvido, onde um exemplo notável é o crescimento da produção americana de cinema e vídeo em Toronto, Vancouver e outras partes do Canadá. O crescimento da divisão internacional do trabalho na comunicação tem gerado interesse pelo internacionalismo do trabalho na comunicação (Jeong-Taik, 1988). Isto inclui fazer uso dos meios de comunicação, integrando as novas tecnologias, para criar ligações estreitas entre a classe trabalhadora e os interesses dos sindicatos além fronteiras (Waterman, 1990, Witheford, 1996). Também aqui, à semelhança de grande parte da literatura sobre a «como-

dificação» do trabalho na comunicação, começou-se apenas por abordar aquilo que é um foco principal de atenção noutros campos da economia política. A economia política da comunicação precisa de resistir às compreensíveis tendências para o pensamento reducionista na literatura sobre a espacialização ao assumir uma perspectiva político-económica do nacionalismo e outras formas de localização. O mapa não está apenas a ser redesenhado para se ajustar às mudanças dos fluxos mundiais no espaço. A par da globalização, encontramos um nacionalismo a ressurgir e nacionalismos dentro do nacionalismo que contribuem para, e conflituam com, distintas tendências ao nível global. Finalmente, estes processos locais e nacionalistas necessitam igualmente de ser posicionados face ao socialismo, historicamente a alternativa original a uma economia política capitalista global (Ahmad, 1992).

O terceiro ponto de entrada é a estruturação, um processo que recebeu recentemente relevância no trabalho de Giddens (1984). A estruturação descreve a forma como a acção humana constitui estruturas que fornecem o próprio «medium» dessa constituição. Isto comporta uma interpretação contemporânea da noção marxista segundo a qual as pessoas fazem a história, mas não sob condições criadas por si próprias. O termo responde a preocupações com abordagens funcionalistas, institucionais e estruturalistas, surgidas da sua tendência de apresentar as estruturas como entidades determinantes completamente formadas.

Repensar a perspectiva da economia política significa alargar esta concepção com uma visão relacional de classe que a defina de acordo com as práticas e processos que ligam as várias classes. Nesta perspectiva, a classe trabalhadora não é definida simplesmente pela falta de acesso aos meios de comunicação, mas pelas suas relações de harmonia, dependência e conflito com classe capitalista. Além disso, uma concepção constitucional de classe vê a classe trabalhadora como produtora da sua própria identidade, mesmo que ténue, volátil e conflituosa, tanto na relação com o capital como independentemente dele. Os economistas políticos têm respondido timidamente a esta abordagem constitucional de classe, colocando em primeiro plano, por exemplo, a relação entre capital e trabalho e as formas como o trabalho se constitui dentro dessa relação e como força independente. Isto não retira o valor de analisar a classe, em parte, como um jogo de forças em equilíbrio³ que opõe quem tem a quem não tem recursos. A economia política da comunicação abordou a classe nestes termos produzindo investigação que documenta constantes injustiças nos sistemas de comunicação, particularmente no acesso aos meios de comunicação, e a proliferação destas injustiças nas instituições sociais (Golding e Murdock,

³ N.T. *Zero-sum game* no original

1991; H. Schiller, 1996). Tal foi aplicado ao trabalho, em particular, na investigação sobre a forma como a tecnologia da comunicação e informação tem sido usada para automatizar e «despecializar»⁴, em vez de valorizar e, na expressão de Zuboff (1988), «informar» o trabalho (Webster e Robins, 1986). Tem sido igualmente usado para demonstrar como os meios de comunicação são utilizados para medir e «monitorar» a actividade laboral em sistemas de vigilância que estendem o controle administrativo a todo o processo laboral com precisão minuciosa (Clement, 1991). Mais recentemente, um corpo de literatura sobre a classe trabalhadora e o trabalho começou a dedicar-se a esta área com mais seriedade (c.f., por exemplo, McChesney, 1992). Efectivamente, existe uma necessidade premente de estudar os movimentos de classe contraditórios e alternativos, desde as lutas revolucionárias da América Latina, Ásia, África e Europa de Leste, em que os media são parte integrante dos processos, até aos media alternativos do Ocidente que fornecem uma visão sindicalista, socialista e distinta do senso comum capitalista. O objectivo é não entrar em celebrações românticas, mas, no mínimo, demonstrar como as classes se constituem, como fazem história, com base numa análise rigorosa dos factores que condicionam esta actividade.

Repensar a economia política significa também equilibrar outra tendência da economia política: quando tem dado atenção à agência (*agency*), processo e prática social, ela tende a centrar-se na classe social. Existem fortes razões para esta ênfase. A estruturação de classes é um ponto de entrada para compreender a vida social. Numerosos estudos têm documentado a persistência das divisões de classes na economia política da comunicação. Contudo, há outras dimensões da estruturação que complementam e entram em conflito com a estruturação de classes, incluindo o género (*gender*), raça e os genericamente definidos movimentos sociais, que, juntamente com a classe, constituem grande parte das relações sociais da comunicação. Ao contrário de outras abordagens, a economia política não tem permanecido totalmente em silêncio no que respeita ao género, embora ela aborde habitualmente o assunto como uma dimensão das relações entre classes sociais. Isso aconteceu, por exemplo, na investigação sobre tecnologia de informação e divisão internacional do trabalho que aborda a dupla opressão que as mulheres enfrentam em indústrias como a de micro-electrónica, onde têm os salários mais baixos e as condições de trabalho mais brutais (Wright, 1987). Adicionalmente, ainda que os estudos das comunicações se tenham dedicado extensivamente à questão do imperialismo, analisando principalmente o papel dos meios de comunicação social e das tecnologias de informação na sua constituição, fizeram-no

⁴ N.T. *Deskill* no original.

essencialmente para desenvolver a ideia do mundo dividido em classes, ou, embora menos frequentemente, como dividido por géneros. A divisão racial não tem sido considerada e, no entanto, as divisões raciais são a principal constituinte das múltiplas hierarquias da economia política global contemporânea. Além disso, raça — como categoria e relação social — contribui fundamentalmente para o acesso aos recursos nacionais e globais, incluindo a comunicação, os media e a tecnologia da informação (Sivanandan, 1989, Ahmad, 1992).

A partir desta utilização da uso *estruturação*, poderíamos pensar na sociedade como conjunto de acções estruturalmente iniciadas por agentes que condicionam e são condicionados pela classe, género, raça e pelas relações dos movimentos sociais. De acordo com esta perspectiva, a sociedade existe — se não como um todo suturado — pelo menos como um campo no qual vários processos constituem mutuamente relações sociais identificáveis. Rejeita-se, portanto, a visão estruturalista de que o campo social é um *continuum* de subjectividades produzido por processos de categorização puramente nominais. Consequentemente, a classe, género e movimentos sociais são *simultaneamente* reais como relações sociais e como instrumentos de análise.

Uma das principais actividades na estruturação é o processo de construção da *hegemonia*, definida como algo incorporado e contestado como «natural», como senso comum, como forma de pensar sobre o mundo, incluindo tudo desde a cosmologia, passando pela ética até às práticas sociais quotidianas. A hegemonia é uma rede viva de significados e valores que se constituem mutuamente e que, ao serem experienciados como práticas sociais, parecem confirmar-se também mutuamente. Por exemplo, embora a economia política trate os agentes como actores sociais e não individuais, ela reconhece a importância do processo hegemónico da *individualização*. O conceito retirado de Poulantzas (1978) refere-se à prática de redefinição dos actores sociais, capital e trabalho, particularmente, como elementos individuais cujo valor está ligado aos direitos individuais, à expressão individual, ao exercício individual de responsabilidade política através do voto e à liberdade individual do consumo. Estas acções, tomadas em nome do Estado, mas ligadas ao exercício da classe, isolam os indivíduos uns dos outros, das suas identidades sociais e daqueles que detêm o poder de levar a cabo a individualização. Uma das principais tensões, conflitos e lutas dentro do processo de estruturação dá-se entre as tendências social e a tendência individualizadora. Em conclusão, das tensões e conflitos dentro de vários processos de estruturação, os media aparecem organizados nas suas formas dominantes, oposicionais e alternativas (Williams, 1975).

Repensar e renovar a economia política exige também que se olhe para a relação entre a disciplina e as disciplinas de fronteiras. Embora admi-

tindo que se possa traçar o mapa do universo das disciplinas académicas de várias formas, seria útil que se situasse a economia política da comunicação face aos estudos culturais, por um lado, e face aos estudos políticos, por outro lado.

Os estudos culturais são um movimento intelectual com fundamentos muito genéricos que se centra na constituição de sentido nos textos, definidos genericamente para incluir todas as formas de comunicação social (During, 1993). A abordagem contém numerosas correntes e rupturas que alimentam um considerável crescimento no seu interior. Mesmo assim, pode contribuir de várias formas para o processo de renovação da economia política. Os estudos culturais têm estado sujeitos a uma crítica genérica do positivismo e a um esforço de constituir uma abordagem filosófica mais aberta que coloque em primeiro plano a constituição subjectiva e social do conhecimento. Têm igualmente tentado alargar a ideia daquilo que compreende a essência da análise cultural partindo da premissa de que a cultura é «vulgar», produzida por todos os actores sociais, e não apenas por uma elite privilegiada, e ainda de que o social se organiza à volta de divisões e identidades de género e nacionalidade tanto como de classe social. A economia política pode aprender algo a partir disto, mas pode igualmente contribuir para que os estudos culturais sejam repensados. Mesmo quando aceita uma abordagem filosófica aberta à subjectividade e mais genericamente inclusiva, a economia política insiste numa epistemologia realista que mantenha o valor das investigação histórica, do pensamento em termos de totalidades sociais concretas, de compromisso moral, e que ultrapasse a distinção entre investigação social e prática social. Ela afasta-se, portanto, da tendência dos estudos culturais à qual Pêcheux se refere como «o narcisismo do sujeito», bem como da inclinação para rejeitar o pensamento em termos de práticas históricas e totalidades sociais. A economia política afasta-se igualmente da tendência crescente para um obscurantismo nos estudos culturais que crê na perspectiva original de que a investigação cultural devia ser acessível às pessoas comuns que são responsáveis pela sua constituição. Por fim, evita a propensão dos estudos culturais para rejeitar os estudos laborais e o estudo dos processos laborais em favor da observação da «produção» social do consumo e da tendência para rejeitar o trabalho como possuidor de qualquer valor nos movimentos contemporâneos para a mudança social (Luke, 1989).

A economia política pode igualmente aprender com o desenvolvimento de uma perspectiva da ciência política cujo ramo político tem colocado o Estado no centro da análise e cujo braço económico tem aplicado a teoria económica neoclássica a uma vasta área da vida política, social e cultural (Stigler, 1988; Posner, 1992). A economia política tem procurado «ler» o Estado a outras forças «superestruturais» a partir da configuração específica do capital dominante e, por conseguinte, beneficia de uma abordagem

que toma a sério o papel constitutivo do Estado. Além disso, a economia política partilha com a ciência política o interesse em estender a análise a toda a totalidade social, com um olhar para a transformação social. No entanto, a economia política destaca-se fundamentalmente da ciência política pluralista que vê o Estado como o árbitro independente de um vasto equilíbrio de forças sociais que não param de oscilar; a economia política insiste no poder do capital e do processo da «comodificação» como ponto de partida da análise social. Além disso, a economia política rejeita a tendência da ciência política de basear a sua análise da totalidade social e dos valores que guiam a sua transformação no individualismo e no racionalidade de mercado (Radin, 1996). Contra esta perspectiva, a economia política insiste nos processos sociais, começando pela classe social e pelo trabalho, e coloca a comunidade e a vida pública face ao mercado e à racionalidade que efectivamente reproduz o poder das classes.

BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, Aijiz. *In Theory: Classes. Nations. Literatures*. London: Verso, 1992.
- BENTON, Ted. «Marxism and Natural Limits: An Ecological Critique and Reconstruction» *Left Review*, No. 178, (Nov.-Dec., 1989), pp. 5 1-86.
- BERBEROGLU, Berch. (Ed.) *The Labor Process and Control of Labor The Changing Nature of Work Relations in the, Late Twentieth Century*. Westport, Conn.: Praeger, 1993.
- BOAFO, S. T. Kwame.»Communication Technology and Dependent Development in Sub-Saharan Africa.» In Gerald Sussman and John A. Lent (eds.), *Transnational Communications: Wiring the Third-World*, Newbury Park: Sage, 1991, pp. 103-1 24.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and Monopoly Capital*. New York: Monthly Review, 1 974.
- BRENNAN, Geoffrey and BUCHANAN, James M. *The Reason of Rules, Constitutional Political Economy* Cambridge University Press, 1985.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- CARDOSO, F. H. and FALETTO, E. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CARLYLE, Thomas. *A Carlyle, Reader*. Edited by G. B. Tennyson, NY: Cambridge University Press, 1984.
- CASTELLS, Manuel. *The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process*, Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- CLARK, Danae. *Negotiating Hollywood: The Cultural Politics of Actor's Labor*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1995.
- CLEMENT, Andrew. «Electronic Workplace Surveillance: Sweatshops and Fishbowls,» *Canadian Journal of Information Science* Vol. 17 (December), No. 4, pp. 1 8-45.

- COASE, R. H. and BARRETT, Edward W. *Educational TV: Who Should Pay?* Washington, D.C.: American Enterprise institute for Public Policy, 1 968.
- COASE, R. H. *The Nature of the Firm: Origins. Evolution. And Development*, edited by Oliver E. Williamson and Sidney G. Winter, NY: Oxford University Press, 1991.
- DOUGLAS, Sarah. *Labor's New Voice: Unions and the Mass Media* Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.
- DURING, Simon (ed.). *The Cultural Studies Reader*. London: Routledge, 1993.
- EDWARDS, Richard. *Contested Terrain The Transformation of the Workplace on the Twentieth Century*. NY: Basic, 1979.
- FISHMAN, Mark. *Manufacturing the News*. Austin: University of Texas Press, 1980.
- FOSTER, John Bellamy. «The Fetish of Fordism.» *Monthly Review*. Vol.39 (March), pp. 1 4-20.
- GALBRAITH, John Kenneth. *The New Industrial State*. Fourth edition. Boston: Houghton Mifflin, 1985.
- GANDY, Oscar, H. Jr. «The Political Economy Approach: A Critical Challenge,» *Journal of Media Economics* Summer, 1992, pp.23- 42.
- GARNHAM, Nicholas. *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information-*, London: Sage, 1990.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of a Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1 984.
- *The Consequences of Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- GOLDING, Peter and Murdock, Graham. «Culture, Communication, and Political Economy,» in James Curran and Michael Gurevitch (eds.) *Mass Media and Society*, London: Edward Arnold, 1991, pp.15-32.
- HARDT, Hanno and Brennan, Bonnie. *Newsworkers: Toward a History of The Rank and File*. Minneapolis: University of minnesota Press, 1995.
- HARVEY, David. *The Condition Of Postmodernity*. Oxford: Basil Blakwell, 1989.
- HERMAN, Edward S. and Noam Chomsky, *Manufacturing Consent: The Political economy of the Mass Media*, NY: Pantheon, 1988.
- HEYSER, Noeleen. *Working Women in Southeast Asia: Development, Subordination, and Emancipation*. Philadelphia, PA: Open University Press, 1986.
- JEONG-TAIK, Lee. «Dynamics of Labor Control and labor Protest in the Process of Export-Oriented Industrialization in South Korea.» *Asian Perspectives*, vol. 12 (Spring-Summer, 1988), N.º 1.
- JEVONS, William Stanley. *The Passing of Remoteness: the information Revolution in the Asia-Pacific*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 1986.
- KRAFT, Philip and DUBNOFF, Steve. «Job Content, Fragmentation and Control in Computer Software Work. »*Industrial Relations*. Vol. 25 (1986), pp. 184-196.
- LASH, Scott and URRY, John. *The End of Organized Capitalism*. Madison, Wisconsin: University Wisconsin Press, 1987.
- LEBOWITZ, Michael. «Too Many Blinspots on the Media» *Studies in Political Eco-nomy*, N.º 21 August, 1986), pp. 165-173.

- LIPIETZ, Alain. «Reflections on a Tale: The Marxist Foundations of the Concepts of Regulation and Accumulation,» *Studies in Political economy*, 26, summer, 1988, pp. 7-36.
- LUKE, Timothy. *Screens of Power: Ideology, Domination, and resistance in Informational Society*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1989.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. London: MacMillan, 1961 (1980).
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of political economy*. Vol. 1, Trans. By Bem Fowkes. London: Penguin, 1976.
- *The Grundrisse: Foundations of the critique of Political economy*. Trans. By Martin Nicolaus, Harmondsworth: Penguin, 1973.
- MASSEY, Doreen. «Politics and Space/Time.» *New Left Review*. N.º 196 (November/ December, 1992), pp. 65-84).
- MATTELART, Armand and Mattelart, Michèle. *Rethinking Media theory: Signposts and New Directions*. Trans. By James Cohen and Marina Urquidi, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992 (1986).
- MATTELART, Armand and sesh Siegelau, *Communication and Class Struggle: Vol. 2 Liberation, Socialism*, NY: International General, 1983.
- MCCHESENEY, Robert W. *Telecommunications, Mass media and democracy: The Battle for the Control of U.S. Broadcasting* NY: Oxford, 1993.
- MIEGE, Bernard. *The Capitalization of Cultural production*, NY International General, 1989.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. «The Challenge of Computers» *New Left Review*, N.º 160 (November/ December, 1986) pp. 81-91.
- MOSCO, Vincent. *The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal*. London: Sage, 1996.
- MOSCO, Vincent and WASCO, Janet. (eds.) *The Critical Communications review, Vol. 1: Labor, the Working Class, and the Media*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1983.
- MOSCO, Vincent and ZUREIK, Elia. *Computers in the Workplace: Technological Change in the Telephone Industry*. Ottawa, Government of Canada, Department of Labour, 1987.
- MURDOCK, Graham. «Redrawing the Map of the Communication industries,» in Marjorie Ferguson (ed.) *Public Communication: The New imperatives*. Beverly Hills: Sage, 1990, pp. 1-15
- «Blindspots About Western Marxism: A Reply to Dallas Smythe.» *Canadian Journal of Political and Social* Vol. 2 (1978), No. 2.
- MURDOCK, Graham and Peter Golding, «Capitalism, Communication, and Class Relations,» in James Curran, Michael Gurevitch and Janet Woolcott, *Mass Communication and Society* Beverly Hills: Sage, 1979, pp. 12-43.
- OWEN, Robert. *Labor: Its History and Prospects*. NY, 1 851.
- OWEN, Bruce M. and WILDMAN, Steven S. *Video Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- POSNER, Richard A. *Sex and Reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. *State, Power, and Socialism*. London: New Left Books, 1978.
- RADIN, Margaret Jane. *Contested Commodities* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

- RESNICK, Stephen A. and Wolff, Richard D. *Knowledge and Class A Marxian Critique of Political Economy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ROACH, Colleen. (ed.) *Communication and Culture in War and Peace*. Newbury Park, CA: Sage, 1993.
- RONCAGLILOLO, Rafael. «Transnational Communication and Culture.» In Atwood, Rita and McAnany, Emile G. (eds.) *Communication and Latin — American Society*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986, pp.79-88.
- RUSSIAL, John T. *Pagination and the Newsroom: Great Expectations*. Doctoral dissertation completed in the School of Communication, Temple University, Philadelphia, PA, August, 1989.
- SCHILLER, Dan. *Theorizing Communication*. NY: Oxford, 1996.
- *Digital Capitalism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- SCHILLER, Herbert I. *Information Inequality*_- NY: Routledge, 1996.
- *Mass Communication and American Empire*. Boston: Beacon Press, 1969, Second edition updated, 1992.
- SIVANANDAN, A. *Communities of Resistance: Writings on Black Struggles for Socialism*, London: Verso, 1990.
- *New Circuits of Imperialism.*» *Race and Class*. Vol. 30 (April-June, 1989), No. 4, pp. 1-19.
- SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*, Indianapolis: Liberty Classics, 1976 (1759).
- *An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations* NY: Modern Library, 1937 (1776).
- SMYTHE, Dallas W. «Communications: Blindspot of Western Marxism.» *Canadian Journal of Political and Social Theory*. 1 (1 977),3, 1-27.
- *Dependency Road Communication, Capitalism, Consciousness and Canada*
NORWOOD, New Jersey: Ablex, 1981.
- STIGIER, George J. (ed.) *Chicago Studies in Political Economy*. Chicago: University of Chicago Press, 1 988.
- SUSSMAN, Geraid and Lend, John (eds.) *Global Productions: Labor in the Making of the 'Information Society'*. Creskill, N.J.: Hampton, 1 998.
- TANG, Wing Hung and Chan, Joseph Man. «The Political Economy of International News Coverage: A Study of Dependent Communication Development.» *Asian Journal of Communication*, Vol. 1 (1990), No. 1, pp. 53-80.
- VEBLEN, Thorstein. *The, Theory of the Leisure Class*. NY: Modern Library, 1934 (1899).
- *The Theory of the Business Enterprise*, NY: Scribner's, 1 932.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*. NY: Cambridge University Press, 1979.
- WARING, Marilyn. *If Women Counted: A New Feminist Economics*. NY: Harper Collins, 1988.
- WASKO, Janet. «Trade Unions and Broadcasting.» In Vincent Mosco and Janet Wasko (eds.), *The Critical, Communications Review. Vol,1: Labor, the Working Class and the Media*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1983, pp.85-113.
- WASKO, Janet and Mosco, Vincent (Eds.). *Democratic Communication in an Information Age*, Toronto: Garamond and Norwood: Ablex, 1992.

- WATERMAN, Peter. «The Transmission and Reception of International Labour Information in Peru.» in Wasko and Mosco, 1992, pp.224-241.
- «Communicating Labor Internationalism: A Review of Relevant Literature and Resources.» *The European Journal of Communication*. Vol.15 (1990), No.1/2, pp.85-103.
- WEBSTER, Frank and Robins, Kevin. *Information Technology. ALuddite Analysis*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.
- WILLIAMS, Raymond. *Television, Technology and Cultural Form*. London: Fontana, 1975.
- WITHEFORD, Nicholas, *The Contest for General Intellect: Cycles and Circuits of, Struggle in High Technology Capitalism*, Doctoral dissertation, Simon Fraser University, Vancouver, 1996.
- WRIGHT, Barbara Drygulski, et al. (eds.) *Women, Work, and Technology*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1987.
- ZIMBALIST, Andrew. «Technology and the Labor Process in the Printing Industry.» In Andrew Zimbalist (ed.) *Case Studies on the Labor-Process*. NY: Monthly Review, 1979, pp. 103-126.
- ZUBOFF, Shoshana. *In the Age of the Smart Machine*. NY: Basic, 1988.

SERVIÇO PÚBLICO, TELEVISÃO COMERCIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI: ALGUNS ELEMENTOS PARA O DEBATE *

HELENA SOUSA **

RESUMO:

Este trabalho constitui uma breve reflexão sobre a distância, ou mesmo contração, entre aquilo que é formalmente apresentado na Lei de Televisão e a actuação dos operadores, tanto público como privados. Depois de expormos as principais dificuldades inerentes à implementação da lei, iremos analisar as razões pelas quais a actividade televisiva não pode ter apenas «orientações políticas». É necessário criar ou desenvolver mecanismos que assegurem, de uma forma sistemática, a implementação da lei. Na parte final do trabalho, iremos apresentar algumas considerações relativas ao modelo de regulamentação britânico que poderão ser úteis para a análise do caso português.

Entre as palavras e os actos

Em Portugal, a televisão ¹ nunca existiu nem existe para servir os telespectadores. Há, neste momento, um conjunto de orientações políticas que apontam nesse sentido (v. Programa do XIII Governo Constitucional), há legislação que sugere, igualmente, que os interesses dos telespectadores

* Comunicação apresentada na Sessão «O Serviço Público de Rádio e Televisão» do III Congresso Internacional do Jornalismo de Língua Portuguesa, organizado pelo Observatório de Imprensa, Lisboa, 21-24 de Abril de 1997.

** Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: helena@ics.uminho.pt

¹ No âmbito desta comunicação, televisão refere-se apenas aos canais transmitidos por via hertziana. Questões relacionadas com a televisão por cabo e por satélite não são aqui consideradas.

estão no centro das preocupações (v., *inter alia*, Lei da Televisão, n.º 58/90 de 7 de Setembro²). Mas, na prática, não existem mecanismos que garantam a implementação da lei. Não surpreende, por isso, que os interesses do telespectador, independentemente da forma como devam ser auscultados, sejam ignorados pelos operadores de televisão.

Desde que a Rádiatelevisão Portuguesa (RTP) foi legalmente estabelecida em 1955 (decreto lei n.º 40341 de 18 de Outubro) até à implementação do regime democrático, o Estado definia aquilo que entendia ser o interesse da nação em geral, e o interesse do telespectador em particular, sem que, para isso, fosse necessário considerar as opiniões e perspectivas da população. O regime democrático, apesar da abolição formal da censura, não trouxe alterações estruturais quanto à criação de mecanismos especificamente concebidos para representar e defender os interesses dos telespectadores.

A Lei da Televisão (Lei n.º 58/90 de 7 de Setembro) coloca o público — que por vezes denomina de *cidadãos* — no centro do sistema televisivo. É, considerando aquilo que o legislador pensa ser o interesse do público, que os objectivos genéricos e específicos da actividade da televisão são definidos. De acordo com este documento legal (cf. artigo 6.º), a actividade televisiva deve contribuir para a informação e formação do público e defesa dos valores culturais que exprimem a identidade nacional; para a formação de uma consciência crítica; para a recreação e promoção cultural do público e para favorecer o conhecimento mútuo e o intercâmbio de ideias entre cidadãos portugueses e estrangeiros. Paralelamente, a televisão deve assegurar a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação; promover a criação de programas dirigidos a crianças, jovens e minorias culturais e contribuir para o esclarecimento, a formação e a participação cívica e política da população.

Quanto aos objectivos da actividade televisiva, a lei não estabelece qualquer diferenciação entre o operador público e os operadores privados. Todos quantos intervenham nesta actividade devem ter como finalidade zelar por aquilo que o legislador entendeu ser o bem público ou o interesse público. Paralelamente, em nenhuma parte do texto é expresso ou sugerido que a actividade televisiva deve ser desenvolvida para defender os interesses dos grupos que a ela têm acesso ou dos anunciantes. No entanto, se os cidadãos estão no centro da concepção formal do texto legislativo, eles estão certamente na periferia do sistema televisivo. A actuação das estações televisivas, tanto públicas como privadas, tem resultado somente da conjugação dos seus próprios interesses com os interesses dos anunciantes.

² A Lei da Televisão foi revista após a apresentação deste trabalho, estando neste momento em vigor a Lei n.º 31-A/98 de 14 de Julho.

Quaisquer que tenham sido as intenções do legislador, há claras contradições entre o que é dito e o que é concretizado. Uma das razões pelas quais a lei não passa de letra morta é certamente a inexistência de mecanismos para assegurarem a sua implementação. É perfeitamente irrelevante legislar no sentido de proteger os interesses dos cidadãos se não existir uma instituição com recursos financeiros e humanos para assegurar, de uma forma eficaz, o cumprimento dos objectivos da actividade televisiva. Um dos problemas por resolver no actual panorama televisivo é precisamente: «Quem assegura a implementação da lei?»

A regulamentação que temos

Ainda que a existência de uma pluralidade de actores vocacionados para a análise e crítica da actividade televisiva seja desejável, impõe-se a criação e/ou desenvolvimento de um organismo que tenha competência e instrumentos legais para garantir o cumprimento da lei. A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) deveria ter um papel de relevo nesta área. Mas, dada a sua composição³ e falta de recursos, a AACS não tem tido independência política nem capacidade para executar um trabalho contínuo e significativo. Outros organismos (ex. Conselho de Opinião da RTP, Instituto do Consumidor, Deco, Associação Portuguesa dos Telespectadores, Associação Portuguesa dos Espectadores de Televisão, etc.) intervêm pontualmente, dando pareceres — por exemplo — sobre a qualidade da programação e sobre o cumprimento do Código da Publicidade. Independentemente dos esforços que tenham sido desenvolvidos, estes organismos são entendidos — pelas estações de televisão — como pouco relevantes e não têm, de facto, possibilidade de impor o cumprimento da legislação.

Em relação à empresa que presta o Serviço Público de Televisão, RTP, houve algumas tímidas tentativas de regulamentar a sua actividade e de procurar assegurar padrões mínimos de qualidade. O XII Governo Constitucional tentou-o, de forma inepta e sem qualquer resultado positivo, através da celebração do contrato de concessão do Serviço Público de

³ À data da apresentação deste trabalho, entre os seus treze membros da AACS, um era magistrado, cinco eram membros da Assembleia da República, três eram designados pelo governo e quatro eram representantes da opinião pública, da comunicação social e da cultura (art. 39.º da Constituição da República Portuguesa). A Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social (Lei n.º 43/98 de 6 de Agosto) altera a sua composição. Nesta fase, a AACS é constituída por um magistrado, cinco membros da Assembleia da República, um designado pelo governo e quatro membros representativos da opinião pública (artigo 10.º).

Televisão (17 de Março de 1993). O Governo de Cavaco Silva considerou que uma televisão seria «Serviço Público» enquanto cumprisse um determinado número de tarefas que lhe fosse atribuídas.

Na cláusula 5.^a do contrato de 1993 pode ler-se que a RTP fica «obrigada» a «pautar a sua programação, com respeito pelo interesse do público, por exigências de qualidade e de diversidade» para assim promover «o esclarecimento, formação e participação cívica e política dos cidadãos»; fica também «obrigada» a «contribuir para a informação, recreio e promoção educacional e cultural do público em geral, no respeito pela identidade nacional» e ainda «obrigada» a «promover a produção e emissão de programas educativos ou formativos, especialmente os dirigidos a crianças, jovens, minorias e deficientes auditivos». Entre as inúmeras tarefas que um Serviço Público de televisão deveria, segundo este contrato, executar, nada de concreto é apresentado relativamente à programação. Não há qualquer tentativa de explicitar o que se pretende dizer com «respeito pelo interesse do público» nem por «exigências de qualidade e de diversidade».

O Governo de António Guterres (XIII Governo Constitucional) procurou corrigir alguns dos problemas mais evidentes no contrato de 1993 procedendo à sua revisão. Na versão revista, assinada no dia 31 de Dezembro de 1996 pelo Estado e pela RTP, o Serviço Público é entendido de uma forma menos redutora, mais próximo de uma filosofia de programação. De acordo com este contrato (cláusula 4.^a), a missão de Serviço Público de Televisão cometida à RTP determina que esta seja: «uma Televisão de referência», «uma Televisão nacional», «uma Televisão de utilidade social», «uma Televisão de programação agregadora», «uma Televisão das Liberdades Públicas», «uma Televisão que produza obras de ficção de reconhecida qualidade», «uma Televisão com exigência ética». Relativamente às obrigações da programação de Serviço Público, este contrato contempla, na cláusula 6.^a, inúmeras orientações no sentido de dar resposta àquilo que se considera ser o interesse público. Ainda que seja cedo para avaliar os resultados práticos deste documento, há um nível bastante superior de especificação sobre o que deveria ser feito, em termos de programação, para garantir padrões de qualidade.

Tanto o contrato de concessão do Serviço Público de 1993 como a versão de 1996 afirmam que a fiscalização e verificação do contrato é da competência do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela área da comunicação social (cláusula 18.^a e 24.^a, respectivamente). O estado entende ser ele próprio o melhor garante do cumprimento dessa «missão» de Serviço Público. Compete, portanto, à RTP «ser» um Serviço Público de Televisão e compete ao Estado garantir que a RTP «é», de facto, um Serviço Público de Televisão. Este mecanismo levanta uma série de problemas que não iremos discutir neste artigo. Mas, apesar dos

riscos inerentes a esta forma de regulamentação ⁴, há actores que podem ser responsabilizados pelo incumprimento do contrato de Serviço Público, se tal acontecer.

A televisão é um negócio «especial»

Esta frágil tentativa de impor um nível mínimo de qualidade no Serviço Público não tem qualquer paralelo relativamente às estações de televisão comercial. No entanto, ainda que possa argumentar-se que um Serviço Público deva ter preocupações acrescidas, não pode daqui depreender-se que as estações privadas devam estar isentas de responsabilidades. De acordo com a lei, não estão. Há objectivos que os canais públicos e privados devem cumprir e há programas expressamente proibidos pela lei.

O artigo 17.º da Lei 58/90 de 7 de Setembro ⁵, por exemplo, diz que não é permitida a transmissão de programas pornográficos ou obscenos; não é permitida a transmissão de programas que incitem à violência, à prática de crimes ou, genericamente, violem os direitos, liberdades e garantias. Uma vez mais, podemos interrogar-nos sobre a relevância deste tipo de proibições, se não forem desenvolvidos ou criados mecanismos com competência para recolher informação qualitativa sobre o assunto e para emitir juízos de valor sobre o que são (ou não) programas obscenos ou que incitem à violência. Para que a lei possa ser implementada, não basta expor objectivos políticos. São necessários instrumentos legais, recursos financeiros e um conjunto de profissionais empenhados na implementação efectiva de uma determinada orientação política.

Mas, se o Serviço Público de televisão está ainda no nível mínimo de regulamentação, a televisão comercial está naquilo que poderíamos designar como nível zero. A televisão privada pode, com toda a legitimidade, visar o lucro. Não pode, porém, fazê-lo a qualquer preço. A televisão, mesmo entendida como actividade comercial, tem características próprias. O acesso a esta actividade não é livre, sendo vedado por uma série de condicionantes legais e técnicas. Para além do acesso à actividade ser extremamente limitado, os actores que nela intervêm precisam de grandes recursos financeiros para permanecer no negócio.

Por um lado, muito poucos têm acesso a esta actividade comercial; por outro, o produto televisivo tem também características próprias. De acordo

⁴ A noção de regulamentação tem sido utilizada de forma muito diversa. Para efeitos deste trabalho, consideramos regulamentação como um conjunto de meios e/ou instrumentos que permitam a implementação das políticas previamente definidas.

⁵ Esta lei foi entretanto revogada, estando agora em vigor a Lei n.º 31-A/98 de 14 de Julho.

com Collins et al., o produto televisivo ⁶ é fundamentalmente diferente dos outros produtos não culturais, porque o seu valor deriva, fundamentalmente, de uma qualidade «não material» ou simbólica (1987:7). Ao contrário de grande parte dos produtos, o produto televisivo não se esvazia no acto de consumo. Pode ser «utilizado» por um indivíduo ou por milhões de indivíduos sem que isso altere a sua essência. Contrariando, igualmente, a lógica produtiva de grande parte das indústrias, na produção televisiva quase todos os custos são de produção do primeiro exemplar, isto é, de produção do protótipo. Isto faz com que cada programa seja, de facto, um produto novo e, conseqüentemente, um produto de risco. Os custos de reprodução e distribuição são comparativamente baixos. *'This means that there are exceptionally high returns to economies of scale leading to a constant push towards audience maximisation'*» (Garnahm, 1990:122).

A lógica da maximização das audiências não convive particularmente bem com os princípios normativos que têm tradicionalmente regido as estações de televisão na Europa Ocidental. Apesar das profundas alterações que os sistemas televisivos nacionais sofreram na última década, continua a esperar-se que cumpram determinadas funções sociais, nomeadamente de educação, de socialização, de construção da identidade nacional, etc. Os Estados têm considerado que a televisão não é, de facto, um negócio qualquer e têm definido regras para a entrada e comportamento dos actores. As estações de televisão têm também procurado afirmar o seu espaço no contexto social e político, argumentando que desempenham funções de interesse público. Em Portugal, não é apenas a RTP que se diz ao serviço do público. A Carta de Princípios da TVI aponta no mesmo sentido e, numa entrevista concedida à autora deste artigo, o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Independente de Comunicação, Pinto Balsemão, descreveu a SIC como um projecto jornalístico e afirmou que esta estação tinha também objectivos não comerciais, tais como a defesa do funcionamento das instituições democráticas e a contribuição para uma sociedade mais justa (*in* Sousa, 1996: 205).

Se aceitarmos que a televisão — pública ou privada — é uma actividade «especial», pode argumentar-se que requer também uma atenção «especial». Essa atenção especial não pode ser dada, única e exclusivamente, durante a preparação do texto legal. Se a implementação da lei é, de facto, crucial, a questão que não pode deixar de ser equacionada é a seguinte: «como deveria ser assegurada a implementação desse «abstracto» interesse público?»

⁶ R. Collins define *broadcasting commodity* como *the total set of audience needs which broadcasting attempts to satisfy and the historically given set of productive resources which the broadcasting industry has at its disposal for the fulfilment of that task* (1987:6).

À procura do «interesse público»

O problema do interesse público nos media tem sido objecto de debate (v., entre outros, McQuail 1992, Smith, 1989 e Melody, 1990), mas está longe de ser pacífico ou de fácil resolução. McQuail afirma que *one of the most problematic features of the concept of public interest is that conflicting proposals can be advocated according to someone's version of what is in the public general good* (1992:20). Este risco que parece, aliás, evidente tem feito com que os indivíduos que apresentam a sua perspectiva sobre o que é o interesse público sejam acusados de elitistas ou de quererem impor o seu gosto e os seus valores à grande maioria da população, que eventualmente terá uma noção diferente do que é, por exemplo, «bom gosto» ou «decência».

Tem sido também frequente argumentar-se que as audiências são a forma possível de averiguar o que interessa ao público, constituindo isso, portanto, o «interesse público». As audiências — quando medidas com rigor metodológico — fornecem-nos alguma informação útil. Ficamos, essencialmente, a saber qual o número de aparelhos de televisão ligados e quais os canais sintonizados. No entanto, a audiometria não nos diz se as pessoas estão ou não a assistir à programação do canal sintonizado. E, se estão, não sabemos qual o seu número, não sabemos em que circunstâncias o fazem e, o que é ainda mais relevante, qual a apreciação qualitativa da experiência televisiva. Podendo ser um instrumento útil, a audiometria é um instrumento limitado para a aferição do que interessa ao público e do que é entendido como sendo do interesse público. Só podemos analisar qualitativamente um programa se o visionarmos, mas o facto de o termos feito não implica que a apreciação seja positiva.

Encontrar mecanismos para implementar a lei de forma a defender o «bem comum», não é, portanto, tarefa fácil. Apesar de reconhecermos as limitações da aplicação de modelos externos a realidades sociais e culturais diversas, poderá ser útil considerarmos o modelo de regulamentação britânico pela sua larga experiência e pelo equilíbrio que foi conseguidos entre os interesses comerciais e sociais.

O sistema de televisão britânico ⁷ divide-se, em termos de regulamentação, essencialmente em duas estruturas. Uma para os canais de serviço público (BBC1 e BBC2) e outra para os canais comerciais (ITV, Channel 4 e Channel 5 ⁸). Ao contrário do que acontece com as estações comerciais, os mecanismos de controle da BBC são internos. A BBC tem conseguido

⁷ Referimo-nos unicamente aos canais nacionais com distribuição por via hertziana.

⁸ O Channel 5 iniciou as suas transmissões no dia 30 de Março de 1997.

desenvolver — ao longo dos anos — eficientes mecanismos de auto-regulamentação através do seu *board of governors* e de um conjunto alargado de comissões de controle da programação. O *board of governors* é a autoridade suprema da BBC e o desempenho dos seus 12 elementos é julgado precisamente pela forma como a BBC mantém a sua independência face ao poder executivo e pela forma como foram defendidos os critérios de qualidade na programação.

Uma vez que as estações comerciais correm o risco de se sujeitarem à lógica da maximização das audiências, o modelo britânico contempla um organismo de controle externo para assegurar padrões mínimos de qualidade e de interesse público. É a *Independent Television Commission* (ITC) que desempenha esse papel, atribuindo licenças de televisão e regulamentando a televisão comercial. A perspectiva em que a ITC se coloca para regulamentar o sector comercial é precisamente do ponto de vista do telespectador: *We look after viewers' interests by setting and maintaining the standards for programmes, advertising and technical quality* (ITC, 1995a).

A ITC tem um código de programação pelo qual as estações comerciais têm que se reger. Este código cobre inúmeras áreas tais como «decência e bom gosto», «televisão em família», «comportamentos susceptíveis de imitação», «imparcialidade e equilíbrio nos conteúdos políticos», «tratamento responsável de determinados temas como crenças religiosas», entre muitos outros. A ITC não só tem responsabilidades em termos de assegurar qualidade como em termos de garantir a diversidade de géneros televisivos.

Mas, de que forma é que — na prática — a ITC define os seus *standards*? Conforme escreve a própria ITC, *our guidelines can't be set in tablets of stone* (1995a). A postura da Comissão procura reflectir o gosto do público e as suas atitudes, que são naturalmente evolutivas. Para isso, a ITC desenvolve investigação científica sobre as atitudes da população e a sua perspectiva sobre inúmeras questões. A ITC tem também painéis de telespectadores em diferentes áreas geográficas que debatem e transmitem periodicamente as suas opiniões sobre os programas. Para além disto, a ITC é aconselhada por comissões de especialistas em várias áreas tais como educação, religião, saúde, publicidade, entre outros. Portanto, a ITC formula os seus juízos de valor sobre o que pode, ou não, ser colocado à disposição dos telespectadores com base em inúmeros juízos de valor.

Uma vez que a ITC analisa apenas o que é transmitido (está proibida de exercer qualquer forma de pré-censura), poderemos ainda interrogar-nos sobre as razões pelas quais as estações comerciais não ignoram a Comissão. Não o fazem, porque a ITC tem poderes reais para implementar os seus *standards*. A ITC pode obrigar uma estação a apresentar um pedido de desculpas pela transmissão de conteúdos que contrariem o seu código; pode, em situações de maior gravidade, fazer um aviso formal à estação e

tem competência para aplicar multas. Caso uma estação comercial persista em contrariar o código da ITC — o que nunca aconteceu — a Comissão tem poderes para retirar a licença de transmissão.

A título de conclusão

Neste artigo, procurámos demonstrar que — relativamente à programação televisiva em Portugal — existe uma contradição clara entre o discurso político/legal e os conteúdos a que os telespectadores têm acesso. Aceitando que há variadas e complexas razões para explicar o fenómeno, este artigo refere-se apenas a uma das causas dessa discrepância: a falta de mecanismos que assegurem a implementação da lei.

A necessidade de criar ou desenvolver mecanismos para implementar a lei levanta inúmeros problemas, entre eles, o da eficaz interpretação da própria lei. A existência de um sistema de regulamentação competente passa naturalmente pela concepção e desenho dessa estrutura, pelo empenho dos seus profissionais e também pela capacidade de aferir, de forma independente, o que sentem e pensam os telespectadores.

A existência de um organismo (ou mais) de regulamentação com poderes efectivos não diminuiria a importância de outras entidades empenhadas na análise e na crítica da programação televisiva. A pluralidade de actores garantiria uma diversidade de perspectivas para o tão necessário debate sobre o que é o interesse público, em geral e o interesse dos telespectadores, em particular.

BIBLIOGRAFIA

- Assembleia da República, Lei n.º 58/90 de 7 de Setembro Regime da Actividade de Televisão.
- COLLINS, R. et al. (1987) *The Economics of Television*, Londres, Sage.
- Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão *Relatório Final*, Outubro de 1996.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádiatelevisão Portuguesa, SA. em 17 de Março de 1993.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádiatelevisão Portuguesa, SA. em 31 de Dezembro de 1996.
- Constituição da República Portuguesa.
- CORNER, John «Debating culture: quality and inequality» in *Media Culture and Society*, Vol. 16 (1994), 141-148.
- GARNHAM, Nicholas (1990) *Capitalism and Communication — Global Culture and the Economic of Information*, Londres, Sage.
- Governo da República Portuguesa, *Programa do XIII Governo Constitucional*
- ITC (1995a) ITC: *Watching over Commercial Television*, Janeiro de 1995 (brochura).
- ITC (1995b) *Programme Regulation on Commercial Television*, Setembro de 1995 (brochura).
- MCQUAIL, Denis (1992) *Media Performance, Mass Communication and the Public Interest*, Londres, Sage.
- MELODY, W. H. (1990) «Communications Policy in the Global Information Economy» in M. F. Ferguson (ed.) *Public Communication: The New Imperatives*, Londres, Sage.
- Mitchell, Jeremy and Jay Blumler «Is Television Accountable to Viewers?» in *Policy Studies*, Winter 1994 Vol.14, n.º 4, 4-21.
- SMITH, A. (1989) «The Public Interest» in *Intermedia*, n.º 17.
- SOUSA, Helena (1996) *Communications Policy in Portugal and its Links with the European Union*, Londres, School of Social Sciences, City University (Tese de Doutoramento).
- TVI, *Carta de Princípios da TVI*.

AS NOTÍCIAS REGIONAIS NO TELEJORNAL DA RTP: QUE SERVIÇO PÚBLICO?*

FELISBELA LOPES **

RESUMO:

Considerando o serviço público de televisão algo de primordial em qualquer panorama audiovisual europeu, pretendemos, neste artigo, analisar quais os assuntos regionais que o canal público generalista português (RTP1) mediatizou no seu principal programa de informação: o *Telejornal*. O período de estudo remonta aos anos de 1988 (ano de absoluto monopólio) e de 1992 (ano em que Portugal recebe as emissões da primeira estação privada de televisão, a SIC). Antes de expormos os nossos resultados, faremos uma breve incursão pela génese do serviço público de televisão e pelos princípios e valores que a estruturam.

Introdução

Tendo um papel integrador fulcral no seio da sociedade, a televisão assume-se como um *media*, se não onnipotente, pelo menos omnipresente, permitindo às pessoas sair do seu isolamento para partilhar um determinado conhecimento: aquele que é proporcionado por determinada emissão. Todavia, há quem defenda que a TV não constitui o meio de informação ideal. Pierre Bourdieu é uma das vozes críticas do saber proporcionado pelo audiovisual, assegurando que «*não se pode dizer grande coisa na tele-*

* O texto deste artigo resulta do livro *O Telejornal e o Serviço Público* (Minerva, Coimbra, 1999) publicado pela autora.

** Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: felisbela@ics.uminho.pt

visão» (1997: 3). Giovanni Sartori (1998) diz mesmo que a televisão é culturalmente regressiva, transformando o «*homo sapiens*» (um ser capaz de reflectir tudo o que diz e que se movimenta num «*mundus intelligibilis*») num «*homo videns*» e, conseqüentemente, num «*homo ludens*» (um ser vocacionado para receber passivamente mensagens visuais e que apenas vê o «*mundus sensibilis*»). Não partilhamos pressupostos tão radicais, concedendo ao pequeno ecrã uma certa capacidade para transmitir informação. Situados aqui há, então, que equacionar os conteúdos televisivos a partir da natureza do canal que os transmite.

Numa altura em que se tentam criar pontes que aproximem o actor solitário da sociedade individualista de massas, a televisão de serviço público adquire uma importância acrescida. Daí ser imprescindível que a paleta de programas reflecta a heterogeneidade social e cultural de determinada comunidade. A estação pública de televisão deve ser uma janela aberta contra a exclusão, contribuindo para a integração social e cultural, a fim de se garantir a coesão nacional, cada vez mais debilitada numa sociedade progressivamente mais planetária. Favorecendo os novos *media* a segmentação dos telespectadores, a TV pública deve procurar, através dos seus programas, federar públicos diversificados que, apesar de arrastarem consigo inevitáveis especificidades, poderão, à mesma hora, reunir-se em frente do pequeno ecrã para partilharem a mesma emissão televisiva.

Neste artigo iremos analisar o tipo de acontecimentos que a estação portuguesa de serviço público, através do seu programa informativo de maior audiência — o *Telejornal* da RTP1 — mediatizou fora da capital do país. O período da nossa amostra remonta aos anos de 1988 (altura em que a TV pública operava em regime de monopólio) e de 1992 (ano em que se conhecem os vencedores do concurso dos canais privados e em que a primeira estação privada, a SIC, inicia as suas emissões).

1. O serviço público de TV: génese

Perspectivar o serviço público de televisão implica procurar as suas raízes no meio que o antecedeu, ou seja, na rádio. Foi ela que formou os profissionais do pequeno ecrã; foi nela que se criou o embrião dos conteúdos audiovisuais que viriam a revolucionar a nossa forma de estar; foi a partir dela que se ensaiaram as descobertas tecnológicas que permitem hoje receber, em cada uma das nossas casas, o som e as imagens daquilo que acontece do outro lado do mundo ou ao fundo da nossa rua. Se o que somos é mais facilmente entendível quanto melhor conhecermos aquilo que fomos no nosso passado, também a lógica de funcionamento da televisão só poderá ser compreendida à luz daquilo que foi o seu principal antepassado: a rádio.

Circunscrevendo-nos às descobertas tecnológicas aplicáveis à rádio, verificamos que as mais importantes foram feitas em território europeu ¹. No entanto, foram os americanos os grandes fomentadores da radiodifusão. Pátria do liberalismo económico, os EUA cederam o espectro hertziano aos privados que montaram à volta dele uma indústria florescente. Na Europa o desenvolvimento foi mais lento e seguiu outro modelo, devido mais a condicionalismos históricos do que propriamente económicos. Nascida praticamente no limiar da I Guerra Mundial, a rádio é rapidamente circunscrita a uma função: servir de instrumento de comunicação militar, tendo um papel decisivo nas operações navais, especialmente na guerra submarina. Os políticos aperceberam-se rapidamente das vantagens daquele meio pelo que, terminados os conflitos, trataram de criar normativos que perpetuassem o poder sobre ele. Este domínio, mais ou menos estreito, do poder político sobre as rádios europeias atrasou significativamente o seu crescimento. Ao contrário daquilo que acontecia nos EUA, na Europa a rádio não dispunha de margens financeiras que lhe permitissem desenvolvimentos audazes quer ao nível tecnológico quer ao nível dos conteúdos, o que viria a condicionar o seu desenvolvimento.

A televisão vai nascer como um apêndice da rádio: herda-lhe os profissionais, aproveita parte dos seus recursos técnicos, adapta os seus conteúdos e adopta o seu modelo de funcionamento. Como aconteceu com a radiodifusão, as primeiras experiências televisivas são ensaiadas na Europa ². Um acontecimento, porém, faz arrefecer o entusiasmo em torno da televisão: a II Guerra Mundial. O fim dos conflitos marca verdadeiramente o início das emissões audiovisuais, sendo os EUA, menos enfraquecidos pela guerra, a tomar a liderança.

Retomando o modelo de liberdade de empreendimento adoptado na rádio, a televisão americana foi, pelo menos nos seus primórdios, financiada exclusivamente pela publicidade e entregue ao sector privado. Cedo se começaram a notar excessos, fruto da política comercial que tinha como objectivo principal a rentabilização das emissões. A publicidade ocupava tempos de antena substanciais, alargando-se até ao campo político, o que

¹ Em 1864, Maxwell, um escocês, apresentou a teoria do conjunto das ondas magnéticas ao lado das ondas luminosas; em 1887, Hertz, um alemão, fez uma descoberta que ficou para sempre ligada ao seu nome, as ondas hertzianas; em 1890, Branly, um francês, construiu o primeiro radiocondutor; e, em 1894, Marconi, um italiano, realizou as primeiras experiências comprovativas da comunicação à distância em código morse através das ondas hertzianas.

² John Logie Baird cria, em 1925, um visor para o qual obtém uma licença experimental em 1926; em França, Eugène Belin e Howeck conseguem, em 1926, a recepção de imagens num ecrã catódico; na Alemanha, os Correios patrocinam, em 1928, emissões em 30 linhas.

ainda hoje é considerado polémico. Os atropelos também se acumulam ao nível da programação. Numa tentativa de controlar esta situação, o Congresso vota, em 1967, o *Public Broadcasting Act*, que institui uma rede de televisão pública cujo funcionamento ficará dependente do orçamento federal. Em 1969 cria-se a *Corporation for Public Broadcasting*, encarregue de repartir o subsídio previsto e planificar o PBS (*Public Broadcasting Service*), que reúne em rede um certo número de estações televisivas. Todavia, essas cadeias de televisão caracterizam-se por uma programação marginal, dirigida principalmente às elites, não conseguindo, ainda hoje, uma força que lhes permita uma forte implantação na paisagem audiovisual americana ³.

Céptica em relação ao liberalismo nas comunicações, a Europa segue outro modelo, o de serviço público, confiando o controlo da radiotelevisão ao Estado, como, aliás, já acontecia com a rádio. Por detrás desta ligação estão as mutações económicas, sociais e políticas que se seguiram às duas grandes Guerras Mundiais e que obrigaram o Estado de vários países europeus, mais atingidos pelos confrontos, a adoptar um novo papel a fim de contribuir para o fortalecimento das economias e para o estabelecimento dos equilíbrios sociais — missões que a sociedade não conseguia cumprir e que o livre funcionamento do mercado era incapaz de realizar. É, pois, no seio deste *Estado Providência* que nasce, em terreno europeu, a força dos serviços públicos, expressão da actividade prestacional da Administração com o fim de promover bem-estar aos cidadãos. O poder transforma-se, deste modo, em função de serviço, tornando-se a satisfação das necessidades colectivas um dos principais fins do *Estado Providência* (Estorninho, 1996: 37). A referência ao serviço público confere-lhe uma legitimidade de intervenção renovada, menos transcendente e, por isso, mais funcional, pois o que aqui importa são as acções em prol do bem comum. A sua autoridade adquire um novo *élan*.

Esta transformação, que acontece no início do século XX, tem repercussões em vários sectores da sociedade (Amaral, 1989: 335). A televisão foi apenas um dos campos de actuação do poder político, com particular visibilidade na Europa. Giuseppe Richeri (1993/1994: 46-47) aponta como argumentos justificativos do envolvimento do Estado na actividade televisiva, nomeadamente nas formas de financiamento público e nas funções de utilidade pública da televisão, os seguintes factores:

- ***De ordem técnica.*** Constituindo nos primórdios da televisão um bem raro, as frequências hertzianas foram alvo de uma regulamen-

³ A evolução da televisão nos Estados Unidos é traçada por Roland Cayrol em *Les Médias — presse écrite, radio, télévision*, Presses Universitaires de France, 1ère Ed., 1991, pp. 326-337.

tação criteriosa por parte do Estado, que, para além de decidir a sua distribuição, fixava as regras para o seu funcionamento, a fim de garantir o interesse colectivo. Pretendia-se que a televisão chegasse a todo o território nacional, oferecendo a cada cidadão as mesmas oportunidades de acesso. Um propósito que ainda hoje continua actual. Neste caso, o serviço público é concebido como uma «*grande infra-estrutura técnica*».

- **De ordem política.** Atribui-se aos operadores públicos uma função fundamental para a democracia: promover a participação dos cidadãos na discussão de assuntos de interesse público, abrindo a antena a diferentes tendências políticas, sociais e culturais. Para além do pluralismo, espera-se deles uma informação objectiva e independente. Para Richeri, a «*televisão pública é a grande ágora moderna onde se forma e manifesta a opinião pública*».
- **De ordem cultural**⁴. Exige-se da televisão pública uma resposta eficaz às necessidades informativas, formativas e de entretenimento dos cidadãos, colocando no centro das suas preocupações a promoção da cultura nacional. Neste contexto, o serviço público é, segundo Richeri, «*uma grande estrutura educativa*».
- **De ordem jurídica.** Dos canais públicos espera-se um trabalho de interesse geral que garanta um direito estabelecido em todas as Constituições de países democráticos: o da liberdade de expressão e de informação. A televisão de serviço público é considerada um dos meios de concretização desse direito constitucional⁵.

2. O serviço público de TV: princípios e valores

A *igualdade*, a *neutralidade*, a *continuidade* e a *mutabilidade* são considerados os grandes princípios clássicos do serviço público. No entanto, em obediência à necessidade de adaptação, há quem avance «*novos*

⁴ Procurando explicar o modelo europeu de rádio e televisão — dentro do qual desenvolve o caso da BBC — Laurindo Lalo Leal Filho perspectiva-o a partir do poder que os *media* têm para se constituírem como veículos de produção cultural de uma nação. No entanto, reconhece ser ilícito desligar os elementos culturais dos factores técnicos e dos contextos políticos. Influenciando distintamente o modelo de serviço público, estes três elementos encontram-se, segundo Lalo Leal, intrinsecamente ligados, embora apresentem naturezas distintas.

⁵ No quadro do direito-garantia da liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social, o Estado português, para além de consagrar constitucionalmente a liberdade de expressão e de informação, instituiu também a existência e o funcionamento de um serviço público de radiodifusão, que declara que lhe compete assegurar [art.º 38, n.º 5, Constituição da República Portuguesa e art. 5.º da Lei (da Televisão) n.º 31-A/98, de 14 de Julho].

princípios», nomeadamente os de *transparência*, de *simplicidade* e de *participação* (Pontier, 1996: 93-97). Para a temática que nos propomos abordar — o tratamento mediático da realidade regional — apenas iremos considerar os dois primeiros.

O *princípio de igualdade* é uma extensão do princípio jurídico que coloca todos os cidadãos ao mesmo nível perante a lei, impedindo qualquer espécie de discriminação ⁶. Restringindo-nos ao trabalho dos jornalistas, este princípio tem uma aplicabilidade permanente, sendo a parcialidade ou a manipulação atitudes ética e juridicamente reprováveis. No entanto, nem sempre os meios de comunicação social dispõem de uma estrutura ou de uma política editorial que lhes permitam fazer chegar o seu produto/serviço jornalístico a todos os consumidores/cidadãos. Num serviço público de televisão, o princípio de igualdade alarga a possibilidade de recepção da mensagem audiovisual a todos os cidadãos que partilhem a nacionalidade do órgão público.

Proporcionar o acesso gratuito de todos às emissões televisivas implica, para além de uma cobertura integral do território, a criação de dispositivos que permitam, por exemplo, fazer chegar aquilo que se transmite através do som àqueles que não ouvem. Daqui resultam custos acrescidos que as empresas privadas nem sempre podem suportar, sob risco de verem afundar a rentabilidade dos seus projectos. O serviço público tem aqui responsabilidades acrescidas, embora nem sempre as cumpra. Em Portugal, por exemplo, a RTP tem vindo a difundir os principais acontecimentos sem qualquer tradução gestual ⁷.

A igualdade pode também ser concebida em termos de oportunidade de participação nos canais de comunicação. Isto pressupõe uma atenção equitativa aos valores das maiorias e das minorias. A igualdade será tanto maior quanto maior for a diversidade das emissões. Da informação televisiva de um canal de serviço público espera-se a promoção quer dos valores das maiorias, quer dos valores das minorias; quer das realidades

⁶ A Constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 13.º, o **Princípio da Igualdade**, afirmando que todos «são iguais perante a lei» e que «ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social».

⁷ Recorrendo ao artigo 37.º da Lei Fundamental, segundo o qual todos os cidadãos têm o direito de se informarem e serem informados sem impedimentos, o CDS-PP entregou na Assembleia da República, em Fevereiro de 1998, um projecto de resolução onde incentivava o Instituto da Comunicação Social a sensibilizar a RTP para a necessidade de tradução gestual da cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros.

urbanas, quer das realidades periféricas; quer das posições oficiais, quer das posições da *vox populi*.

O *princípio de neutralidade* manifesta-se como um princípio moral que orienta o serviço público na sua «*actividade de prestação*», impedindo qualquer juízo de valor (Isar, 1995: 314). Este princípio pressupõe que os serviços funcionem com vista a satisfazer apenas o interesse geral, não cedendo a interesses particulares. Neste ponto, restringimo-nos à perspectiva técnico-jurídica, excluindo a visão político-pragmática, a partir da qual este princípio exigiria outro tipo de reflexões.

É o princípio de neutralidade — e não o de igualdade — que preside ao reconhecimento do direito de acesso à antena por parte dos partidos políticos, do Governo, das organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas e das associações de defesa do ambiente e do consumidor — uma obrigação de que estão isentas as televisões privadas portuguesas⁸. Assegurar a concretização deste princípio foi, desde sempre, um dos grandes desafios do serviço público de televisão.

Certos autores consideram a neutralidade como uma exigência do princípio de igualdade. Todavia, como lembra Jean-François Lachaume (1989), o princípio de neutralidade diz respeito aos deveres que os serviços públicos têm para com os seus utilizadores, enquanto o princípio de igualdade tem subjacente os direitos dos utilizadores face aos serviços públicos. Aliado ao princípio de neutralidade está o de *liberdade*. Sem ela, os *media* não podem praticar aquilo que Denis McQuail (1994:142) apelida de «*watchdog role*», ou seja, não podem exercer vigilância pública relativamente àqueles que detêm mais poder na sociedade.

O *princípio da neutralidade* impõe um conjunto de deveres aos responsáveis pelos serviços públicos, sendo o mais importante deles a imparcialidade. Segundo Hervé Isar há duas formas de evitar a parcialidade:

- o pluralismo: abrir a emissão a diferentes grupos representativos de credos, pensamentos e políticas;
- o equilíbrio: não permitir a expressão de um único ponto de vista, ou seja, respeitar o «*princípio do contraditório*».

Este princípio não condiciona o funcionamento estrutural do serviço público, mas orienta o conteúdo dos programas. «*A sua lógica profunda visa colocar o serviço prestado numa posição que impossibilite a promoção*

⁸ Cf. artigo 49.º da Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho («Lei da Televisão»).

de um único ponto de vista sobre determinada realidade» (Isar, 1995: 313). A sua visibilidade traduz-se por normas que, para além de proibirem a discriminação, procuram uma certa objectividade. Mais do que os canais privados, aconselha-se o serviço público de televisão a desenvolver a sua actividade sem exclusões culturais ou sociais. À semelhança do Estado que o sustenta, ele deverá também ser independente e imparcial.

Jay Blumler e Wolfgang Hoffman-Riem (1992: 202) fazem coincidir os objectivos da televisão pública com os princípios que a norteiam. Só assim a actividade televisiva consegue desprender-se dos jugos normativos, erguendo uma programação alicerçada em valores específicos — que Blumler designa como «*vulneráveis*»⁹ — cuja apreensão se pretende que aconteça no interior da própria empresa por osmose e não pela força de qualquer legislação. Os princípios já os conhecemos, falta, porém, saber quais os valores que os estruturam.

Qualidade dos programas. Este valor é conceptualizado por Blumler e Hoffman-Riem (1992: 212) a partir da relação entre as características de um programa e um conjunto de critérios de avaliação, preterindo-se o destaque de elementos isolados a favor do sistema dentro do qual se pretende criar vários tipos de excelência aos quais os responsáveis por determinado programa devem aspirar. Sobreposta às leis do mercado, a qualidade liga-se intrinsecamente à essência do serviço público de televisão, do qual se espera um contributo importante para a inovação dos formatos televisivos, para a criatividade, para a capacidade de gerar debates de relevância social e para desenvolver a autenticidade e a riqueza expressivas dos conteúdos emitidos.

Tendo em conta a multiplicidade de canais que invade o ecrã de televisão, Dominique Wolton (1992: 148) encara a qualidade como algo de essencial a preservar, particularmente nos canais públicos, onde considera ser mais viável a adopção de medidas que contrariem o mercantilismo dos conteúdos e, consequentemente, as produções cada vez mais internacionais e, por isso, desligadas das realidades onde os canais operam. A ligação

⁹ Termo apresentado pelo académico britânico Jay Blumler (*Television and the Public Interest*, Sage Publications, London, 1992, pp. 22-41) para caracterizar os valores orientadores da televisão pública, contrapondo-os aos «*valores económicos*», considerados estruturantes da televisão privada. Para Blumler, os valores vulneráveis que merecem uma protecção institucionalizada, particularmente no seio da televisão pública, são os seguintes: a *qualidade*, a *diversidade*, a *identidade cultural*, o *distanciamento face às fontes de financiamento*, a *integridade da comunicação cívica* e o *bem estar das crianças e adolescentes*. Trataremos apenas dos três primeiros por serem aqueles que se direccionam mais directamente para a temática que nos propomos desenvolver.

da qualidade à promoção dos valores culturais é, com efeito, reiteradamente retomada pelos teóricos que estudam a televisão de serviço público. Concentrando-se apenas na informação, Cebrián Herreros (s/d: 138) precisa aquilo que considera ser um jornalismo de qualidade:

«A informação de qualidade exige uma visão global e contextualizadora dos factos; o contraste de fontes e a depuração dos dados; o aprofundamento das consequências sociais, políticas e económicas; a busca de um equilíbrio na cobertura territorial, social e cultural; o enfoque pluralista e imparcial das opiniões, propostas de soluções e críticas dos diversos grupos que convivem numa sociedade democrática. É necessária uma diversidade e especialização dos conteúdos informativos conforme os interesses dos múltiplos grupos que compõem a vida social.»

Os padrões de qualidade são indivisíveis, abrangem toda a grelha de programação, sendo, porém, conveniente estarem espelhados em cada programa. Daí serem inconsistentes as teses daqueles que defendem a distribuição do serviço público por vários canais ¹⁰.

Diversidade. Uma programação diversificada nos planos regional, político e cultural é o que se espera dos operadores públicos. Emitindo para um conjunto de cidadãos com modos de vida diferenciados, a televisão de serviço público, mais do que as estações generalistas privadas, tem obrigação de reflectir nas suas emissões realidades multiformes, não apenas aquelas que chegam às maiorias, mas também aquelas que se restringem a grupos minoritários. Uma maior atenção à diversidade é também o alerta deixado por alguns sociólogos:

«Substituímos nas nossas sociedades hipercomplexas a ideia de que a eficácia está ligada à homogeneidade e à uniformidade pela ideia contrária de que esta está ligada à quantidade de informações criada ou mantida no sistema, isto é, à sua diversidade. Já não consideramos como um enriquecimento o abandono das culturas e das línguas locais, pelo contrário, parecemos cada vez mais que a riqueza de um conjunto é feita da sua diversidade e da sua flexibilidade» (Touraine, 1984/1996: 116).

Ao mesmo tempo que satisfaz os interesses dos membros individuais de uma audiência, uma grelha diversificada promove a coesão entre grupos que habitam espaços físicos distintos e que estruturam o seu quotidiano através de sistemas específicos. *«Oferecer programas destinados a públicos diferentes é a melhor maneira de satisfazer o maior número de pessoas»,*

¹⁰ A respeito do conceito e da avaliação da qualidade em televisão, cf. Sakae Ishikaw (ed.) — *Quality Assessment of Television*, John Libbey Media, 1996.

garante, por sua vez, o relatório sobre o *Futuro da Televisão Pública* elaborado em França em 1994.

Wolfgang Hoffmann-Riem (1992: 49) distingue diferentes dimensões a partir da diversidade:

- uma diversidade orientada para o indivíduo ou grupo, proporcionando-lhes oportunidades de expressão;
- uma diversidade vocacionada para os temas;
- uma diversidade integradora de realidades de diferentes áreas territoriais;
- uma diversidade de formatos.

Identidade cultural. Conscientes de que as identidades colectivas atravessam um período de turbulência, os investigadores ligados ao estudo da televisão vêem nela um importante meio para consolidar a identidade cultural de um país. A fim de garantir a preservação deste valor, alguns países impuseram às estações de televisão, com incidência nos canais públicos, um reforço da língua nacional, serviços especiais para cada região e determinadas cotas de programas de produção nacional.

Quando se fala de cultura, devem ter-se em mente os vários tipos de manifestações que ela poderá assumir. Dominique Wolton (1997: 116), por exemplo, fala-nos de quatro tipos de culturas:

- a de *elite*;
- a de *massa*;
- a *popular*;
- a das *minorias*.

De todas elas a televisão dá-nos eco, apesar de prestar mais atenção à segunda. E é aqui que começam todos os problemas, pois a grande dificuldade passa a ser, por um lado, criar a diversidade numa cultura de massas — algo obrigatório para qualquer *media* generalista instalado num regime democrático — e, por outro, promover as manifestações inerentes a outras culturas — algo incontornável num canal televisivo de serviço público. Tendo como referência uma economia de televisão mista, Jay Blumler e Wolfgang Hoffman-Riem (1992: 211) reclamam para os operadores públicos a obrigação de se ocuparem das necessidades culturais mais autóctones.

3. O serviço público de TV: a informação regional no *Telejornal*

Num texto retirado do seu livro *Les territoires de la communication*, e publicado no n.º 57 dos «*Dossiers de l'Audiovisuel*», Isabelle Pailliarth opõe o local ao global, construindo a partir daqui uma série de oposições que culmina no confronto entre o local e o Estado. Do centro da sua tese emerge o sujeito, um retorno perspectivado a partir da crescente valorização da micro-sociedade cuja visibilidade só se torna possível graças aos *media*. Olivier Pasquet, num artigo publicado na mesma edição dos «*Dossiers de l'Audiovisuel*», reitera a importância da mediatização dos acontecimentos locais para a própria comunidade onde eles ocorrem. Na sua opinião, a visão catódica proporcionada pela televisão mistifica uma realidade até então olhada de forma anódina.

Concentrando-nos num canal de serviço público específico — a RTP1 — iremos ver quais os acontecimentos regionais que mereceram destaque no seu programa de informação de maior audiência, o *Telejornal*. Os anos do estudo reportam-se, como já sublinhámos, a 1988 e a 1992. A nossa amostra foi constituída pelos alinhamentos semanais dos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Dezembro, considerando apenas os dias úteis. Em termos numéricos, o nosso *corpus* de análise foi de 171 noticiários (87 em 1988 e 84 em 1992), o que implicou a classificação de 3061 peças que totalizaram 90h 52m 01 (43h 46m 50 em 1988 e 47h 05m 11 em 1992). Para o estudo da realidade regional, optámos por classificar temática¹¹ e geograficamente¹² as peças nacionais.

Antes de apresentarmos os resultados da nossa análise, convém conhecer aquilo que os vários enquadramentos legais impunham, na época e no domínio da cobertura mediática da realidade regional, à televisão portuguesa de serviço público.

Na Lei 75/79, de 29 de Novembro, colocava-se como primeiro objectivo da radiotelevisão o de «*contribuir para a formação e informação do povo português, defendendo e promovendo os valores culturais do país, designadamente a língua portuguesa*» (artigo 3.º). Na Lei 58/90, de 7 de Setembro, reitera-se o mesmo propósito, fazendo-se alguns ajustamentos: substituiu-se o «*povo português*» pelo «*público*» e relativizaram-se os valores culturais, apontando-se apenas aqueles «*que exprimem a identidade nacional*». No entanto, insiste-se na defesa das raízes e da singularidade do público,

¹¹ A tipologia criada para a classificação de todas as peças nacionais ascendeu a cerca de cinquenta categorias temáticas. Neste artigo apenas apresentámos aquelas que adquiriram visibilidade mediática a nível regional.

¹² Para classificar as peças do ponto de vista geográfico recorremos a quatro categorias: **Lisboa, Porto, ilhas e resto do país.**

sublinhando-se a necessidade de atender à sua «*diversidade em idades, ocupações, interesses e origens*» (artigo 6.º). A nível estrutural, a RTP tentou responder a essa exigência de pluralidade imposta às suas emissões, multiplicando delegações e centros regionais por todo o território nacional. Três anos depois da sua primeira emissão e dois anos depois do início das suas emissões regulares, a estação pública inaugurava um Centro de Produção no Porto (1959). Em 1972 fazia o mesmo na Madeira e, três anos mais tarde, em 1975, inaugurava o dos Açores. Em 1988, instala delegações nas cidades de Vila Real, Viseu, Coimbra e Évora e procede à renovação do equipamento da delegação de Faro. Em 1992 é inaugurada uma nova delegação: em Bragança.

Vamos, então, ver que de que modo os princípios e valores do serviço público de TV, as normas jurídicas e a estrutura ramificada da RTP se espelham na mediatização dos acontecimentos que ocorrem fora da capital.

3.1. O Porto

A partir de 1987, o Centro de Produção do Porto começou a assegurar diariamente a emissão do período da manhã através de um programa de informação, o *Bom Dia*, e um de entretenimento, o *Às Dez*. Dois anos antes, em 1985, criara-se um programa diário de informação à hora do almoço: o *Jornal da Tarde*. Produzido em grande parte pela redacção do Monte da Virgem em Vila Nova de Gaia, este programa noticia assuntos nacionais e internacionais, mas concede primordial atenção a assuntos regionais, particularmente àqueles que têm lugar na zona do Grande Porto, como, aliás, ainda hoje acontece. No entanto, ao analisar os acontecimentos que, no período em estudo, se reportam a essa zona, forçoso será concluir que grande parte do trabalho matinal da redacção do Monte da Virgem não é aproveitada pelo *Telejornal* e, quando o é, as preferências concentram-se na actualidade dita nacional (acontecimentos ligados à *diplomacia*, ao *Estado* e aos *partidos*). Excluindo os acontecimentos espectaculares (*acidentes*, *protestos* e *casos de polícia*), a nossa amostra leva-nos a afirmar que muito pouco se ficou a conhecer do *Porto*.

Em 1988 apenas 4 das 16 categorias que integram acontecimentos que ocorreram no *Porto* ultrapassaram os 3 minutos, reportando-se duas delas a realidades puramente nacionais (*Estado* e *partidos*). Em 1992 nenhuma das 7 categorias que relatam factos da região portuense conseguiu ir além dos 3 minutos. Ao contrário daquilo que aconteceu com o *resto do país*, o *Porto* perdeu espaço no noticiário em 1992. Em 1988, a cidade invicta ocupou 1h 02m 30 de emissão, ou seja, 2,37% do tempo global do noticiário. Quatro anos mais tarde, apenas consegue 07m 35, o que equivale a uma percentagem de 0,26%.

QUADRO 1: CATEGORIAS NO TELEJORNAL REFERENTES AO PORTO

| 1988 | | 1992 | |
|------------------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| CATEGORIAS | TEMPO Por segundos | CATEGORIAS | TEMPO Por segundos |
| Acidentes | 100 | Artes | 33 |
| Artes | 100 | Casos de Polícia | 89 |
| Autarquias | 333 | Economia | 111 |
| Construções | 107 | Educação | 125 |
| Diplomacia | 108 | Estado | 38 |
| Economia | 531 | Partidos | 37 |
| Educação | 111 | Vida Quotidiana | 22 |
| Emigração | 99 | - | |
| Estado | 441 | - | |
| Língua - Livros - Escritores | 78 | - | |
| Mortes | 82 | - | |
| Partidos | 1167 | - | |
| Protestos | 107 | - | |
| RTP | 115 | - | |
| Saúde | 107 | - | |
| Sindicatos - Associações | 73 | - | |

3.2. As Ilhas

Os estúdios da RTP nas ilhas são inaugurados na primeira metade dos anos 70. No entanto, há que esperar pela entrada da década de 80 para que essas delegações, entretanto convertidas em Centros Regionais, conquistem autonomia financeira e de gestão que lhes permitisse, para além de transmitir em directo ou em diferido os programas da RTP, organizar e elaborar a sua própria emissão. Este tipo de competências foi fixado pelo Decreto-Lei n.º 156/80, de 24 de Maio. A partir daí, os Centros Regionais dos Arquipélagos estavam autorizados a produzir programas próprios. No continente, esse trabalho, pelo menos ao nível da informação, manteve-se, no período em estudo, praticamente silenciado.

Em 1988, os arquipélagos ainda conseguiram marcar presença para lá dos assuntos que são sempre notícia independentemente do lugar onde ocorrem, como acontece com os *acidentes*, o *automobilismo*, os *casos de polícia*, os *partidos* e o *Estado*. Nesse ano conheceram-se alguns *problemas sociais* do povo das ilhas, descobriram-se falhas no sistema de *saúde*, falou-se da *economia* dos arquipélagos e sentiu-se o pulsar do poder das *autarquias*. Em 1992, e tal como aconteceu com o *Porto*, dedicou-se

menos atenção às *ilhas*. Os *casos de polícia* e os assuntos *diplomáticos* e de *Estado* continuaram a ser notícia, mas, para além deles, apenas houve um breve espaço para dois temas — o *ambiente* e os *problemas sociais* — que totalizaram 4m 56.

Em termos quantitativos, o *Telejornal* forneceu-nos, nos quatro meses estudados em 1988, 22m 48 de notícias sobre as *ilhas* da Madeira e dos Açores, o que, em termos percentuais, se traduz em 0,86%. Em 1992 as notícias dos arquipélagos restringiram-se a 19m 24, o que significa uma percentagem de 0,68%.

QUADRO 2: CATEGORIAS NO TELEJORNAL REFERENTES ÀS ILHAS

| 1988 | | 1992 | |
|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| CATEGORIAS | TEMPO Por segundos | CATEGORIAS | TEMPO Por segundos |
| Acidentes | 123 | Ambiente | 18 |
| Autarquias | 191 | Casos de Polícia | 128 |
| Automobilismo | 139 | Diplomacia | 149 |
| Casos de Polícia | 33 | Estado | 517 |
| Economia | 215 | Problemas Sociais | 278 |
| Estado | 365 | - | |
| Partidos | 66 | - | |
| Problemas Sociais | 42 | - | |
| Saúde | 67 | - | |

3.3. O resto do país

Os valores obtidos no estudo do *Telejornal*, emitido durante os meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Dezembro de 1988 e de 1992, não permitem dizer que a RTP faz, no seu principal programa de informação, uma cobertura equilibrada daquilo que acontece no país.

Nos quatro meses estudados em 1988, o *Telejornal* manteve-se no ar 43h 46m 50, mas o *resto do país* (donde excluímos *Lisboa*, *Porto* e *ilhas*) conseguiu apenas 2h 08m 10, o que equivale a um resultado de 4,87%. Em 1992, se bem que as notícias de âmbito nacional tenham sofrido um decréscimo considerável, a informação dita regional conquistou mais espaço. Das 47h 22m 12 de emissão, o *Telejornal* dedicou ao *resto do país* 4h 22m 12, ou seja, 9,28% do tempo global.

Destacar assuntos puramente regionais que são notícia apenas em determinado espaço não constituiu uma prioridade em 1988. Nove das 19 categorias onde se integram os acontecimentos que ocorreram fora do

Porto e de Lisboa chegaram, nesse ano, ao *Telejornal* ou porque diziam respeito a factos que foram deslocados da capital para a província (*Estado, assuntos militares e internacional-religião*) ou porque davam conta de acontecimentos que colidiam com a normalidade imposta ao tecido social (*mortes, trânsito, casos de polícia, julgamentos, acidentes e protestos*). Os outros acontecimentos integram-se em 10 categorias, 6 das quais reunindo um tempo inferior a 06m (*património, vida social, ambiente, educação, artes e sindicatos*) e as restantes não ultrapassando os 17m (*autarquias, construções, festividades e economia*).

QUADRO 3: CATEGORIAS NO TELEJORNAL REFERENTES AO RESTO DO PAÍS

| 1988 | | 1992 | |
|--------------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|
| CATEGORIAS | TEMPO Por segundos | CATEGORIAS | TEMPO Por segundos |
| Acidentes | 1466 | Acidentes | 3137 |
| Ambiente | 306 | Ambiente | 1396 |
| Artes | 320 | Artes | 124 |
| Assuntos Militares | 158 | Assuntos Militares | 152 |
| Autarquias | 397 | Autarquias | 384 |
| Casos de Polícia | 178 | Casos de Polícia | 475 |
| Construções | 390 | Casos Pessoais | 758 |
| Economia | 988 | Construções | 502 |
| Educação | 333 | Curiosidades | 140 |
| Estado | 710 | Economia | 756 |
| Festividades | 585 | Educação | 287 |
| Internacional — Religião | 83 | Emigração | 254 |
| Julgamentos | 81 | Estado | 374 |
| Mortes | 84 | Festividades | 427 |
| Património — História | 160 | Intern.- Espectáculos | 255 |
| Protestos | 440 | Intern. — Política | 262 |
| Sindicatos — Associações | 213 | Intern.- Problemas Sociais | 191 |
| Trânsito | 312 | Julgamentos | 1352 |
| Vida Social | 113 | Partidos | 682 |
| - | | Património — História | 341 |
| - | | Problemas Sociais | 308 |
| - | | Protestos | 1103 |
| - | | Religião | 123 |
| - | | Saúde | 264 |
| - | | Sindicatos | 196 |
| - | | Timor | 126 |
| - | | Trânsito | 98 |
| - | | Vida Quotidiana | 898 |
| - | | Vida Social | 102 |

Em 1992, as regiões continuaram a ser notícia, ora porque houve uma deslocação de fontes que fazem habitualmente notícia de Lisboa para determinada região (*Timor, assuntos militares, Estado e partidos*), ora porque irrompeu da realidade quotidiana uma situação anómala (*protestos, casos de polícia, acidentes e julgamentos*). No entanto, como se alargou o espaço para o *resto do país*, houve mais tempo para se noticiarem factos que se enraizavam no dia-a-dia de determinada população. Nesse ano, mostraram-se *artes* locais, descobriram-se *curiosidades*, exibiu-se a *vida social* de determinados grupos, apontaram-se lacunas na *educação*, exibiu-se *património* regional, denunciaram-se *problemas sociais*, sublinharam-se falhas no sistema de *saúde*, descobriram-se *festividades*, ampliaram-se atentados contra o *ambiente*, retrataram-se *casos pessoais*, falou-se da *micro-economia* e desvendaram-se algumas facetas da *vida quotidiana*. Em suma: alargou-se o espaço para noticiar o que pertence, de facto, a cada região. Todavia, em termos de tempo, a atenção dada ao *resto do país* foi ainda muito reduzida, como, aliás, os números do *Quadro 3* comprovam.

3.4. *E o serviço público?*

Um dos princípios que orientam a actividade de um canal público de televisão é o da *igualdade*, que se assume como uma extensão do princípio jurídico que defende a atribuição dos mesmos direitos a todos os cidadãos e pressupõe uma preocupação permanente não só com os valores das maiorias, mas também com o património das minorias, daqueles que permanecem à margem, porque estão fisicamente longe dos centros ou culturalmente distantes dos padrões socialmente estabelecidos.

No período em análise, verificámos um constante esquecimento daquilo que se passa fora de Lisboa, como, aliás, se pode constatar no *gráfico 1*. Se a função informativa da televisão de serviço público se cumpre na mediação de diferentes universos, através do *Telejornal* aquilo que se tornou comum foi predominantemente uma realidade de uma elite, a do poder. Do principal programa de informação da RTP os portugueses não receberam — como seria de esperar — um melhor e mais abrangente conhecimento da diversidade do património nacional. Faltou-lhe uma política de abertura às diversas tendências da sociedade, às culturas regionais e às novas formas de expressão.

Pelo estudo das categorias em que se integram os acontecimentos regionais do período que estudámos, constata-se que a *diversidade* e a *identidade cultural*, valores intrínsecos a um serviço público de televisão, primam pela ausência. E a *cobertura abrangente*, um dos motivos invocados para o fortalecimento do serviço público na Europa, apenas se torna visível

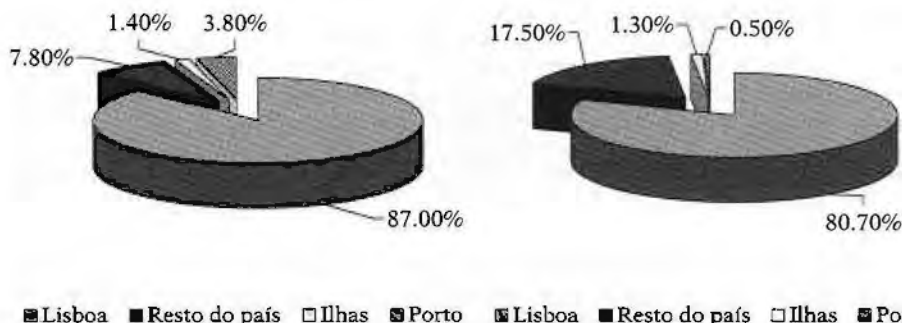


GRÁFICO 1: INFORMAÇÃO NACIONAL NO *TELEJORNAL* EM 1988 E EM 1992

quando se estuda a mancha geográfica que recebe as emissões da RTP. Se quisermos tomá-la como referência na análise de conteúdo das peças dos alinhamentos do *Telejornal*, verificamos que a realidade nacional mediatizada se circunscreve, na sua maior parte, à área de **Lisboa**, como é demonstrado no *gráfico 1*.

A fraca representatividade de acontecimentos regionais, para além de ser um facto no principal bloco diário de informação da televisão de serviço público, estende-se também à grelha de programação da RTP 1, referente a 1988 e a 1992, onde não se encontra qualquer programa de informação de índole regional.

Notas finais

Sendo indiscutível a capacidade do pequeno ecrã para se assumir como promotor de acontecimentos, poder-se-á também falar da sua força para fortalecer a coesão social. No entanto, esse poder apenas é exercido com alguma extensão se os factos noticiados forem diversificados quer temática quer geograficamente.

Uma informação pluralista (nos temas, nas fontes e nos territórios mediatizados) contribui decididamente para a aproximação de gentes com diferentes modos de vida. Dominique Wolton (1997: 105), acérrimo defensor dos canais generalistas, sustenta que este modo de encarar a televisão é o único capaz de proporcionar uma comunicação congregadora de diferentes grupos sociais. É por aqui que passa também o futuro da televisão de serviço público.

«A televisão» — segundo este sociólogo — «assemelha-se à meteorologia. Em primeiro lugar, interessam-nos as previsões para a nossa região, assim como nos interessam certos programas em detrimento de outros.

No entanto, estamos conscientes de que a meteorologia para a nossa região não se traça de forma autónoma, não podendo, por isso, ser isolada de um contexto mais abrangente, ainda que acreditemos estar num microclima. Para além disso, gostamos sempre de estar informados sobre o que se passa lá fora, porque cada um de nós tem sempre noutros sítios familiares ou amigos. Acrescente-se que o nosso entendimento das previsões meteorológicas sobre um lugar é proporcional ao conhecimento espacial que dele temos.»

Wolton serve-se desta metáfora para legitimar a força dos canais generalistas. Com ela, pretendemos manter-nos numa realidade específica: a cobertura mediática dos acontecimentos regionais. Transpostas as afirmações do sociólogo francês para um alinhamento de um telejornal, defender-se-á uma informação diversificada, integradora de diferentes realidades. Legitimam-se, entre outras coisas, a difusão de informação internacional, nacional e regional; a coabitação das fontes oficiais com as não oficiais; a selecção de factos que interessam às massas paralelamente a outros que apenas suscitam interesse numa minoria.

Os registos da nossa amostra fazem-nos pensar num *Telejornal* como espaço de reprodução de realidades predominantemente urbanas. Restringindo-nos ao período em estudo, pode afirmar-se que a RTP se revelou, ao longo desse tempo, algo adversa ao localismo e aos aspectos idiossincráticos dos cidadãos que habitam fora de Lisboa. As (baixas) percentagens reunidas pelos acontecimentos nacionais que ocorreram fora da capital demonstram que o principal noticiário da televisão de serviço público, apesar de ser para todos os portugueses, era concebido por um grupo circunscrito à capital do país.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Diogo Freitas do (1989), *Curso de Direito Administrativo*, Livraria Almedina, Coimbra, Vol. I.
- BLUMLER, Jay G. (ed), (1992), *Television and the Public Interest*, Sage Publications, London.
- BLUMLER, Jay e HOFFMAN-RIEM, Wolfgang (1992), «New Roles for Public Service Television» in Jay Blumler (ed), *Television and the Public Interest*, Sage Publications, London.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Sobre a Televisão*, Celta Editora. (Trabalho original em francês, s/d.)
- CAYROL, Roland (1991), *Les Médias: presse écrite, radio, télévision*, Presses Universitaires de France.
- CEBRIÁN HERREROS, Mariano (s/d), *Información televisiva. Mediaciones, contenidos, expresión y programación*, Ed. Síntesis, Madrid.
- HOFFMAN-RIEM, Wolfgang (1992), «Protecting Vulnerable Values in the German Broadcasting Order» in Jay Blumler (ed), *Television and the Public Interest*, Sage Publications, London.
- ISAR, Hervé (1995), *Le Service Public et la Communication Audiovisuelle*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Collection Droit de l'Audiovisuel.
- ISHIKAW, Sakae (1996), *Quality Assessment of Television*, John Libbey Media.
- LACHAUME, Jean-François (1989), *Grands Services Publics*, Masson, Paris.
- LEAL, Laurindo Lalo (1997), *A Melhor TV do Mundo: o Modelo Britânico de Televisão*, Summus Editorial, São Paulo.
- MCQUAIL, Denis (1994), *Mass Communication Theory — an introduction*, Sage Publications, Third Edition, London.
- RICHERI, Giuseppe (1994), *La Transición de la televisión — análisis del audiovisual como empresa de comunicación*, Col. Bosch Comunicación, Barcelona. (Trabalho original em italiano publicado em 1993.)
- SARTORI, Giovanni (1998), *Homo Videns — La sociedad teledirigida*, Taurus, Madrid. (Trabalho original em italiano publicado em 1993.)
- TOURAINE, Alain (1996), *O Retorno do Actor — ensaio sobre sociologia*, Instituto Piaget, Col. Economia e Política. (Trabalho original em francês publicado em 1984.)
- WOLTON, Dominique (1992), «Values and Normative Choices in French Television» in Jay Blumler (ed), *Television and the Public Interest*, Sage Publications, London.
- WOLTON, Dominique (1997), *Penser la Communication*, Flammarion.

Relatórios

- Anuário da RTP de 1988*, Direcção dos Arquivos Audiovisuais e Documentação, Subdepartamento de Registo e Estatística de Emissões da RTP.
- Anuário da RTP de 1992*, Departamento de Arquivos e Documentação, Serviço de Verificação e Estatística, Centro de Documentação da RTP.
- (1994), *L'avenir de la télévision publique*, Collection des Rapports Officiels, La Documentation Française, Paris.

Revistas

Dossiers de l'Audiovisuel, n.º 57 — «*La TV de proximité*», Septembre/Octobre 1994, INA (Institut National de l'Audiovisuel):

Legislação

Lei 75/79-I Série, n.º 276, de 29 de Novembro.

Lei 58/90-I Série, n.º 207, de 7 de Setembro.

Lei 31- A/98- I Série, de 14 de Julho.

Revisão do *Contrato de Concessão de Serviço Público*, 31 de Dezembro de 1996.

PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO PROVENIENTE DOS MASS MEDIA — UMA VISÃO PANORÂMICA BREVE¹

ALEXANDRA LÁZARO *

RESUMO

O modo como as pessoas processam informação dos mass media é analisado nas fases mais genéricas, considerando a atenção, os factores que afectam a informação em memória e o modo como esta é recuperada e utilizada nas representações sobre sociedade, nas atitudes e nos comportamentos. O papel dos afectos no processamento de informação e no modo como se experienciam as mensagens é também considerado. No global, verifica-se maior esforço na investigação sobre a televisão, uma articulação crescente com modelos e perspectivas provenientes principalmente da Cognição Social e da Psicologia Cognitiva e um nível heurístico elevado na geração de problemas de investigação.

Introdução

A relação entre as pessoas e os media, nomeadamente os efeitos dos mass media, tem sido estudada desde o início deste século, com maior intensidade nos anos 20 e 30 e a partir dos anos 60, após o surgimento da televisão. Trabalhos clássicos e pioneiros são os de Robert Ezra Park, desenvolvidos nas quatro primeiras décadas, e o de Walter Lippmann (1922;

¹ A recolha bibliográfica utilizada neste trabalho foi possibilitada por um financiamento do Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho (Projecto PI 43).

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. E-mail: alazaro@ics.uminho.pt

citados por Saperas, 1987, p.19 ss) e que versam o efeito dos mass media no conhecimento das pessoas e na opinião pública. Algumas das perspectivas desenvolvidas nesta primeira fase pressupunham uma influência determinista dos media nas pessoas (ex. teoria hipodérmica; citada, por exemplo, por Biagi, 1988, p.295), o que posteriormente foi sendo desafiado. O estudo de Cantril (1940) sobre as reacções das pessoas ao programa radiofónico «A guerra dos mundos» fez emergir um factor cognitivo moderador importante — o nível de pensamento crítico, que explicava a interpretação do programa e as reacções subsequentes. Durante os anos 50 e 60, a atenção dos investigadores centra-se no estudo dos efeitos dos mass media nas atitudes e no comportamento, particularmente no campo da publicidade (Perry, 1996; Saperas, 1987). Após o aparecimento da televisão, nos anos 50, ressurgem os estudos sobre os efeitos cognitivos, principalmente, sobre os efeitos desta nas crianças e no comportamento violento, estes últimos com uma proveniência mais sociológica (Biagi, 1988). Desenvolve-se também um modelo, não de efeitos, mas virado para as motivações da audiência — o modelo dos usos e gratificações.

Recentemente, estudos desenvolvidos com base nos quadros teóricos da psicologia cognitiva, da cognição social e das emoções têm-se debruçado sobre o processo subjacente aos efeitos dos mass media nas pessoas, ao nível das cognições, das atitudes, dos afectos e do comportamento, com ênfase no modo como a pessoa processa a informação, integrando os objectivos do indivíduo (ex. usos dos media) e os efeitos ocorridos (ex. julgamentos realizados, atitudes). Também procuram analisar o processo presente em relações já formuladas pela tradição mais sociológica como, por exemplo, os efeitos de enculturação ou de definição da agenda do público. Este trabalho consistirá numa abordagem panorâmica destes estudos, baseada numa revisão de literatura não exaustiva, sobre o modo como os indivíduos adultos prestam atenção, memorizam e reagem afectivamente à informação dos meios de comunicação social, principalmente da televisão, e como essa informação em memória é utilizada e afecta as suas representações cognitivas sobre o mundo e alguns dos seus comportamentos.

Processamento de informação proveniente dos mass media

Tal como noutros contextos, o indivíduo processa informação proveniente dos mass media. Isto significa que presta atenção, selecciona informação, armazena alguma dessa informação em memória e utiliza-a potencialmente nos seus julgamentos sobre o mundo e sobre os outros. Em todos estes processos cognitivos não há necessariamente um processamento sistemático da informação: a pessoa não presta atenção a todos os aspectos da mensagem televisiva, não selecciona toda a informação a

que presta atenção, não armazena toda a informação que selecciona, nem utiliza num julgamento toda a informação potencialmente pertinente em memória. Ocorre um processamento de tipo heurístico, que exige poucos recursos cognitivos, e que consiste na utilização de regras cognitivas, habitualmente designadas de heurísticas, que facilitam a selecção de informação (por exemplo, a que está mais acessível em memória) e o modo como é utilizada. Subjacente está uma visão do indivíduo como processador de informação, mas possuindo uma capacidade limitada para o fazer, embarcando em atalhos cognitivos que também dependem das suas motivações, necessidades e afectos (Fiske e Taylor, 1991).

Também existem diferentes níveis de consciência no processamento de informação que realizamos. Uma distinção básica consiste na diferença entre processos cognitivos controlados e automáticos, que podem constituir como que pólos de um *continuum* de controlo ou automatismo cognitivo (ex. Bargh, 1988). Os primeiros são intencionais, flexíveis e mais exigentes na capacidade de processamento necessária. Os segundos não são intencionais, não são controláveis e apenas requerem o uso de quantidades mínimas nos recursos de processamento de informação. Na relação com os mass media poder-se-à dizer que, habitualmente, é o indivíduo que escolhe interagir ou não, o que constitui um comportamento intencional, dirigido por objectivos que podem ser de obtenção de informação ou de entretenimento, entre outros. Mas após, este primeiro passo, o processamento da informação, principalmente de meios como a rádio ou a televisão, também comporta aspectos de funcionamento automático. Este funcionamento poderá revelar-se na atenção involuntária que prestamos aos estímulos, na activação de representações mais salientes na nossa memória e que orientam uma percepção selectiva da informação, na utilização pouco consciente de heurísticas, por exemplo.

1. *Atenção para informação televisiva*

A atenção, considerando processos de orientação e de percepção que seleccionam a informação disponível para processamento central, começou a ser estudada no processamento de informação televisiva de modo mais sistemático a partir da segunda metade da década de 70 (Anderson e Burns, 1991). Ao contrário do que acontecia na investigação mais tradicional da psicologia cognitiva, nos estudos dos processos atencionais para informação televisiva utilizam-se estímulos mais complexos, com maior duração e significado e que integram diversas modalidades sensoriais. Nestes estudos têm sido abordadas três áreas: duas mais ligadas ao desenvolvimento da criança, orientação visual (olhar) para a televisão e a audição de televisão, e outra mais ligada à população adulta, a intensidade da atenção à televisão (Anderson e Burns, 1991). Esta última apresenta maior

interesse numa síntese sobre os efeitos da televisão, pois a intensidade da atenção tem sido usada como indicador do envolvimento do espectador com o programa televisivo, factor mediador importante nos estudos sobre os efeitos da exposição aos media, como se verá ao longo deste trabalho. A intensidade da atenção tem sido também relacionada com aspectos formais (resultantes de técnicas de produção e de edição) e de conteúdo (relativos à importância e facilidade de compreensão da informação). Esta investigação conduziu à formulação de modelos de atenção à televisão, por exemplo, o modelo da inércia atencional (ex. Anderson e Burns, 1991; Burns e Anderson, 1993; Geiger e Reeves, 1993a, 1993b) e o modelo dos recursos múltiplos (Basil, 1994a, 1994b).

O modelo da inércia atencional considera que a atenção à televisão aumenta com o envolvimento cognitivo com a mensagem, o que explica a manutenção da atenção entre segmentos não relacionados da mensagem e permite manter o processamento mesmo quando o conteúdo muda e se apresenta, momentaneamente, imprevisível ou incompreensível (Burns e Anderson, 1993); por exemplo, na transição entre cenas de um filme ou na transição para um intervalo publicitário.

No âmbito deste modelo, Geiger e Reeves (1993b) analisaram a variação da atenção para sequências televisivas compostas por segmentos de diferente duração. Neste estudo, a atenção foi avaliada com base na resposta a uma tarefa secundária. Pressupõe-se uma base limitada de recursos atencionais, estando a atenção deslocada principalmente para a tarefa primária, que consiste em ver televisão. A resposta a uma tarefa secundária, que no caso consistia na reacção a um som, também vai exigir atenção. É o tempo que a pessoa leva a responder ao som que pode fornecer pistas sobre a quantidade de recursos atencionais exigidos pela tarefa primária, ver televisão. Assim, tempos de reacção ao som mais longos indicam maiores exigências de atenção pela tarefa primária. Estes investigadores verificaram que é necessária mais atenção para o segmento interruptor quando o primeiro segmento é longo (30") do que quando é curto (10"), ou seja, quanto maior o investimento cognitivo na sequência inicial, mais difícil é mudar para uma nova sequência de informação. Também é necessária maior atenção quando a mudança estrutural (o corte) ocorre entre segmentos semanticamente não relacionados do que quando se verifica entre segmentos semanticamente relacionados (Geiger e Reeves, 1993a).

Segundo um modelo de atenção à televisão mais abrangente — o modelo dos recursos múltiplos, os recursos de processamento do indivíduo são limitados e repartem-se nas tarefas de atenção, processamento semântico e memória. Hipotetiza que as exigências de capacidade de processamento são maiores para a informação auditiva que para a informação visual, para informação com maior significado e para o processamento conjunto de informação nas duas modalidades sensoriais (auditiva e

visual), o que também depende do grau de redundância da informação processada (Basil, 1994a). Este modelo, segundo o próprio autor, necessita de verificação empírica, de modo a se testar as suas predições e a aprofundar os resultados já alcançados. Assim, num estudo por si realizado (Basil, 1994b), apresentou dois tipos de mensagens video, variando a quantidade de informação auditiva e visual: mensagens apenas compreensíveis com base na informação auditiva (com maior quantidade de informação auditiva) e mensagens apenas compreensíveis com base na informação visual (com maior quantidade de informação visual). Pediu aos participantes no estudo para prestarem atenção apenas a um dos canais: ao canal auditivo ou ao canal visual. Para avaliar os recursos de atenção requeridos por cada modalidade, mediu o tempo de reacção das pessoas a sons ou luzes que ocorriam enquanto as pessoas viam televisão. Quanto maior o período de tempo para responder a estes estímulos, maior a atenção destinada ao processamento da mensagem video. Com base no seu modelo, esperava que as reacções fossem mais rápidas quando (a) os estímulos pertencessem à mesma modalidade sensorial do canal que contivesse mais informação e quando (b) os estímulos pertencessem à mesma modalidade sensorial do canal em que as pessoas estivessem focalizadas. Apesar de os participantes detectarem estímulos apresentados em ambos os canais, as respostas foram mais rápidas à tarefa secundária quando era o canal auditivo que continha mais informação, independentemente do estímulo da tarefa secundária ser um som ou uma luz, e quando os participantes se focavam no canal auditivo, também independentemente da modalidade sensorial do estímulo. Os autores sugerem que existem recursos de atenção para ambas as modalidades, mas que parece haver uma sobre-atribuição de recursos ao canal auditivo e uma maior activação do organismo (*arousal*), aumentando os recursos cognitivos para informação auditiva, o que, consequentemente, diminui os tempos de reacção na tarefa secundária. As possibilidades de explicação destes resultados e de outros factores intervenientes, apesar de não colocarem o modelo em causa, ilustram a necessidade de mais investigação nesta área.

2. *Memória para informação televisiva*

Alguma da informação seleccionada pelos processos atencionais irá permanecer em memória. Assim, tem também constituído objecto de estudo o modo mais ou menos preciso como as pessoas constroem conhecimento, particularmente, a partir de informação noticiosa televisiva ou escrita. Esta informação pode ser semântica, i.e., relativa a factos e conceitos, ou episódica, i.e., sobre as situações. O argumento apresentado para os profissionais de jornalismo consiste em considerar que, se um dos seus objectivos consiste em fornecer às pessoas informação que lhes permita

construir representações o mais rigorosas possível dos acontecimentos, devem saber qual o impacto da forma como elaboram os seus trabalhos nestas representações.

A memória para a informação noticiosa é baixa, mesmo se avaliada imediatamente após o consumo, e, para além disso, as pessoas confundem informação de notícias diferentes (Gunter, 1991). A maior parte da informação episódica perde-se logo após a sua apresentação, permanecendo em memória apenas informação semântica grosseira e julgamentos gerais e inespecíficos sobre os conteúdos (Brosius, 1993). Alguns factores que parecem influenciar a memória para a informação noticiosa televisiva e o nível de conhecimento são: o grau de escolaridade, o estatuto profissional, o nível de redundância da informação, a junção de imagens para captar a atenção, o modo como a história é construída (ex. com base em informação geral ou em exemplos) e a existência de conteúdos emocionais.

Ao nível da audiência, graus de escolaridade e estatutos profissionais mais elevados correlacionam-se com uma maior memória para informação noticiosa (cf. Gunter, 1991). Esta relação inclui-se na «hipótese do distanciamento» (*gap hypothesis*), que prevê que os níveis sócio-económicos mais elevados adquiram mais facilmente informação dos mass media que níveis mais baixos, reforçando e aumentando o desnível de conhecimento entre eles (ex. Saperas, 1987). Esta relação é mais significativa para temas nacionais e internacionais que para assuntos locais, o que significa que os interesses e objectivos dos indivíduos influenciam o seu envolvimento com os media e a selectividade e a profundidade do processamento da informação. Por outro lado, pessoas com representações cognitivas mais elaboradas sobre um determinado assunto têm geralmente maior eficácia na selecção e utilização de nova informação que pessoas inexperientes nessa área, o que poderá influenciar a memória para alguns assuntos.

Um determinado nível de redundância na informação oral e visual contribui para a aprendizagem, mas uma redundância elevada prejudica-a. Considerando informação noticiosa com mesmo conteúdo, parece haver maior recuperação de informação quando esta é transmitida pela televisão do que quando é recebida pela rádio (Brosius, 1993), talvez devido à redundância entre informação visual e verbal em televisão. Contudo, os resultados de estudos nesta área não são conclusivos. Também se observou que o agrupamento de notícias com base numa taxonomia, aumentando a redundância, aparentemente prejudica a memória para a informação transmitida (cf. Gunter, 1991).

Em televisão, a junção de imagens tem sido usada como um modo de captar a atenção da pessoa e, eventualmente, aumentar a sua memorização da informação transmitida. Contudo, parece não haver um efeito claro das imagens na memória para a informação. Os estudos têm utilizado conteúdos e formatos diferentes na apresentação da informação e tarefas

de memória diferentes (ex. memória de reconhecimento ou pistas para a recuperação da informação em memória), que variam na facilidade de acesso à informação disponível e no esforço cognitivo requerido (Brosius, 1993).

A representação da informação em memória também tem sido testada pedindo julgamentos às pessoas baseados nessa informação e variando o modo como o texto da notícia é construído. O conteúdo de notícias pode recorrer a informação sobre casos particulares e exemplos ou a informação geral (frequência de um determinado acontecimento, por exemplo), que é mais rigorosa, visto que apresenta um panorama completo do acontecimento. Tem sido verificado que a informação sobre casos particulares tem mais impacto no conhecimento das pessoas que a informação mais geral e que a facilidade de compreensão e capacidade para captar atenção é mais elevada para exemplos que para informação mais geral. Assim, se estes casos particulares não forem representativos do acontecimento em questão, i.e., se forem extremos, as representações construídas apresentam-se (bastante) distorcidas relativamente à realidade, visto que as pessoas generalizam a partir dos exemplos. Um exemplo citado na bibliografia é um resultado obtido por Zillmann et al. (1992; citado, por exemplo, por Brosius e Bathelt, 1994): com base numa reportagem que afirmava que apenas um terço das pessoas que seguiam uma determinada dieta voltavam a ganhar peso e em que se entrevistam pessoas que tinham voltado a ganhar peso, as pessoas construíam julgamentos sobre a dieta em que consideravam que a probabilidade de voltar a ganhar peso era de 2/3.

Brosius e Bathelt (1994) apresentam histórias jornalísticas apresentadas num suposto programa de rádio ou num jornal que variam no número de exemplos, apresentados de modo vívido (mais emocional e acentuado) ou pouco vívido (linguagem e tom de voz monótonos), na precisão da informação geral (em termos absolutos, «35% da população...», ou relativos, «um número crescente de pessoas ...») e na representatividade dos exemplos (ex. entrevistas a pessoas com diferentes opiniões ou apenas a pessoas com determinadas opiniões). Verificam que as pessoas se baseiam nos exemplos apresentados para construir as suas opiniões, tendo as entrevistas ao vivo maior impacto que uma síntese feita pelo repórter. Quando os exemplos são representativos, as pessoas parecem ponderar esta informação (ex. opiniões a favor e contra determinado problema) na formação da sua própria opinião.

Noutro estudo, Gibson e Zillmann (1994) construíram notícias sobre furto de automóveis, em formato de revista, em que variavam o grau de distorção dos exemplos e a precisão da informação geral (quantificada ou apresentada com termos relativos como «muitos», «poucos», «quase ninguém»). Os leitores das notícias com exemplos extremos consideravam que o furto de automóveis constituía um problema nacional mais sério que os leitores de notícias com exemplos pouquíssimo, pouco ou mediamente

distorcidos, observando-se estes efeitos quer após lerem a notícia quer uma semana depois. A maior ou menor qualidade da informação geral não tinha qualquer efeito na utilização que as pessoas faziam da informação dos exemplos. Ou seja, apenas esta última informação era responsável por julgamentos sobre o número de vítimas, verificando-se que quanto mais distorcidos eram os exemplos, maiores eram as sobrestimativas sobre o número de vítimas.

Outro problema consiste no efeito de conteúdos emocionais na memória para a informação, ou seja de que modo a gestão destes conteúdos, habitualmente através de imagens na televisão, pode aumentar a memória das pessoas. Por exemplo, Brosius (1993) estudou experimentalmente em que medida a quantidade de imagens relacionadas com a informação verbal (nenhuma, pouca ou muita) e a sua tonalidade emocional (negativa ou neutra) influenciam a memória de recuperação para o texto da notícia. Os participantes respondiam primeiro a um questionário sobre interesses e opiniões políticas num grupo de questões; em seguida, viam pequenos noticiários, não tendo como objectivo a memorização da informação, mas formar uma opinião sobre os noticiários; por fim, respondiam a outro questionário sobre informação, julgamentos e questões apresentados nas notícias, de modo a verificar a sua recuperação de memória. Os resultados indicam que há algum efeito positivo das imagens na memória. Contudo, este efeito é menor do que o esperado e pouco significativo de modo geral. As imagens emocionais não conduzem a uma melhor recuperação de informação, mas levam a erros de memória específicos para cada notícia e à sobrestimação de quantidades referidas no texto das notícias. Segundo o autor, os seus dados convergem com outros provenientes de estudos sobre emoção e memória, que indicam que material com conteúdos emocionais não aumenta a memória, mas estreita a atenção, focando-a em determinadas partes da informação.

3. Representações cognitivas e afectos no processamento de informação noticiosa

Como vimos, o indivíduo armazena em memória informação sobre o mundo. Esta informação pode organizar-se em diferentes formatos. Um deles designa-se por esquema, e consiste numa estrutura cognitiva de representação de conhecimento genérico sobre acontecimentos, pessoas, situações, objectos, em que os conceitos em memória sobre determinado campo estão interrelacionados, formando como que uma rede. A activação de uma representação esquemática reduz os recursos de processamento necessários, pois permite orientar a atenção e a codificação de nova informação, a memória e a realização de inferências ou julgamentos a partir

de informação incompleta. Assim, a utilização de determinado esquema permite atribuir significado a uma situação ou inferir atributos de uma pessoa ou situação, mesmo na ausência de toda a informação, pois esses significados ou atributos são previstos na representação genérica de conhecimento (Eysenck e Keane, 1995; Fiske e Taylor, 1991). Por exemplo, se possuímos uma representação bem desenvolvida sobre determinado tema político, é provável que consigamos atender mais a nova informação sobre esse tema que uma pessoa que possui uma representação pouco desenvolvida; também nos será mais fácil fazer inferências ou julgamentos sobre a situação com base em pouca informação.

O nível de conhecimento, associado com a maior ou menor complexidade dos esquemas, relaciona-se com estratégias cognitivas diferentes. Em geral, peritos numa determinada área possuem representações cognitivas bastante elaboradas sobre essa área de conhecimento, o que lhes permite atender mais a informação nova e utilizar de modo mais flexível o seu conhecimento, observando *nuances* nas situações, realizando melhores diagnósticos e utilizando diferentes estratégias na resolução de problemas; pessoas inexperientes numa determinada área possuem esquemas menos desenvolvidos, mais rígidos, realizando uma análise mais superficial das situações que os peritos (ex. Eysenck e Keane, 1995).

Rhee e Cappella (1997) analisaram o papel da sofisticação do conhecimento político, concebido como representações esquemáticas mais desenvolvidas, na aprendizagem de notícias. Em primeiro lugar, através de um questionário, avaliaram os níveis de conhecimento político geral, de conhecimento cívico, de atenção às questões nacionais, de envolvimento político e de exposição aos media. Em seguida, as pessoas liam notícias durante cinco dias, três notícias em cada dia, e onde se incluía uma notícia sobre cuidados de saúde e sobre a qual os testes de memória incidiriam. No final deste período de tempo, os participantes assistiram a um debate sobre cuidados de saúde e responderam a um último questionário para avaliar o nível de desenvolvimento do seu conhecimento sobre o assunto ou, segundo os autores, o seu nível de sofisticação política. Este incluía (a) questões abertas sobre memória de recuperação para informação factual do artigo e para informação estratégica do debate, (b) questões sobre memória de recuperação indiciada pelas questões do debate, (c) questões em que era pedida argumentação sobre posições face aos cuidados de saúde e (d) a escrita de um texto que sintetizasse o que sabia sobre o tema. As respostas a estas últimas questões permitiram avaliar a profundidade dos argumentos e da complexidade do conhecimento. Os resultados obtidos indicam que o nível de sofisticação política se deve pouco à exposição aos media e muito ao tipo de processamento de informação realizado. Indivíduos com maior sofisticação política pareciam prestar maior atenção

às questões, ter um envolvimento maior e demonstraram maior complexidade argumentativa e conhecimento do tema, ou seja, parecem possuir estruturas de conhecimento esquemático mais desenvolvidas, mais integradas, mais organizadas e mais utilitárias. Eram, mais provavelmente, indivíduos com maior nível de escolaridade, envolvidos em actividades políticas, seguiam de perto as questões nacionais e viam menos noticiários televisivos.

Os estados afectivos das pessoas também influenciam o tratamento de informação proveniente dos mass media. Em geral, estados afectivos positivos ajudam a manter este estado positivo (ex. pessoas alegres tendem a permanecer alegres); facilitam o uso de heurísticas, diminuindo o processamento sistemático e analítico da informação; promovem o agrupamento de informação (*chunking*) e uma maior flexibilidade no uso das categorias de informação em memória, seleccionando-se elementos que habitualmente não são incluídos nestas categorias, ou seja, em estados afectivos positivos a pessoa usa de forma mais alargada os seus quadros de referência e de análise (Hsu e Price, 1993). Nos estados afectivos negativos observa-se uma tendência para ver o lado negativo das coisas e para manter o humor pessimista, e aumenta a motivação para processar analiticamente a informação (Hsu e Price, 1993).

Aspectos relativos ao nível de conhecimento e ao afecto no processamento de informação noticiosa têm sido estudados. Por exemplo, Hsu e Price (1993) investigaram experimentalmente o modo como o nível de conhecimento político e o afecto influenciam as estratégias cognitivas na formação de reacções às histórias dos jornais. Em primeiro lugar, os participantes liam uma história destinada a induzir-lhes um afecto positivo ou negativo; em seguida liam uma notícia e, por fim, procediam à listagem dos pensamentos ocorridos enquanto liam o artigo. Uma avaliação do conhecimento político geral permitiu criar dois grupos: um grupo com alto e outro com baixo nível de conhecimento. Esperava-se que o afecto negativo aumentasse o processamento analítico em ambos os grupos, mas de modo mais pronunciado nos indivíduos com menor nível de conhecimento, diminuindo as diferenças entre os dois grupos na geração de pensamentos. Apesar de alguns afastamentos relativamente às hipóteses iniciais, os autores verificaram que as pessoas com maior nível de conhecimento mostraram, de modo geral, um processamento mais analítico das notícias, avaliado pelo número de pensamentos relevantes para a questão gerados durante a leitura do artigo, em ambos os tipos de afecto. Contudo, as pessoas com menor conhecimento político não parecem ser mais influenciadas pelo afecto negativo que as pessoas com maior conhecimento. Pelo contrário, os peritos aumentaram o processamento analítico após a indução de afecto negativo. Uma possível explicação poderá consistir na

divergência dos recursos de processamento nas pessoas com baixo nível de conhecimento, dificultando a ocorrência de processamento analítico. Outros factores que requerem maior investigação relacionam-se com as possibilidades de o afecto induzido ter sido muito provisório e de ocorrer uma maior diferenciação entre estados afectivos positivos do que entre estados afectivos negativos.

Objectivos de exposição aos mass media e estados afectivos

Os objectivos das pessoas no uso dos mass media e a sua realização ou gratificações obtidas têm sido estudados, principalmente, no âmbito do modelo dos usos e gratificações. Numa vertente mais cognitiva salientam-se conceitos como actividade da audiência e expectativas e, numa vertente mais afectiva, emergem o modo como a regulação dos afectos pode ser realizada pela exposição aos media e como o processamento das mensagens se associa a experiências afectivas.

1. *Objectivos e actividade do indivíduo — modelo dos usos e gratificações*

O modelo dos usos e gratificações é um modelo centrado no indivíduo, nas suas expectativas, necessidades e motivos para comunicar e nas gratificações obtidas com a utilização dos media, o que enfatiza a sua capacidade de escolha e a intencionalidade do seu comportamento, ou seja, o que tem sido designado como «actividade da audiência» (ex. Rubin, 1994). Os investigadores têm também tentado chegar a tipologias de motivos que permitam captar as diferenças individuais e, simultaneamente, aplicar-se a populações. Este modelo prevê diferentes níveis de envolvimento com base nas necessidades de interacção da pessoa, relacionadas com dois tipos de uso dos media: uso instrumental, dirigido para um objectivo específico (ex. obter informação sobre um determinado assunto) e implicando maior actividade e selectividade nas escolhas e menor tempo de exposição aos media; uso ritualizado, com objectivos menos específicos (ex. relaxar) com comportamento de exposição aos media menos orientado e selectivo e com maior tempo de consumo (Rubin; 1994). Um outro aspecto considerado são as atitudes face aos media, i.e., em que medida diferentes meios de comunicação social e interpessoal têm capacidade de satisfação de necessidades ou objectivos de comunicação como entretenimento, relaxamento, esquecer o trabalho e outras coisas, passar o tempo, ter algo para fazer com os amigos, aprender algo sobre o próprio e sobre os outros, excitação, sentir-se

menos só, hábito, para os outros saberem que se preocupa com eles, para que lhe façam algo (ex. Perse e Coutright, 1993) ².

O conceito de actividade da audiência, enquanto mediador do processo de procura e obtenção de gratificações foi estudado, por exemplo, por Lin (1993), que lhe atribui as seguintes dimensões: selectividade (actividade pré-exposição), envolvimento (durante e após a exposição) e utilidade (actividade pós-exposição). Observou que um maior nível de envolvimento com o processo de ver televisão nos períodos prévio, durante e posterior à exposição aumenta o nível das gratificações obtidas numa amostra de adolescentes. Indivíduos que atribuem maior importância ao ver televisão e que possuem maior acesso a opções de programação apresentam maior tendência para se tornarem espectadores intensivos (que vêm muitas horas de televisão num determinado período de tempo). Quando as expectativas de gratificação são altas, há uma maior tendência para ver televisão, um maior envolvimento e maior obtenção de gratificações.

As variáveis operacionalizadoras do conceito «actividade da audiência» neste estudo explicaram apenas 16 a 30% da variância, sendo sugeridos outros mediadores como características sócio-demográficas, mediação parental, dimensão do agregado familiar, capacidade para tomar decisões sobre o comportamento de ver televisão, estilo de vida familiar e padrões de lazer. As opções de programas constituem bons preditores de exposição à televisão, mas as gratificações procuradas apresentam, como noutros estudos, uma fraca relação com a exposição à televisão. Esta, por sua vez também se apresenta como um preditor fraco das gratificações obtidas.

Este modelo tem tentado explicar alguns efeitos dos media, articulando-se com atitudes, dependência dos media, percepções da realidade social, definição da agenda, efeitos de enculturação, por exemplo (ver Rubin, 1994; Rayburn, 1996). No global, objectivos e níveis de envolvimento com o media ou o assunto diferentes associam-se a efeitos cognitivos e afectivos distintos.

2. *Entretenimento e estados afectivos*

Um dos objectivos quando vemos televisão é o entretenimento, de modo a regularmos os nossos estados afectivos. Assim, geralmente as escolhas de programas não são tão deliberadas nem selectivas como as que são feitas quando o objectivo é obter informação sobre um assunto. Mas a exposição à televisão também é selectiva quando as pessoas se querem

² Neste trabalho, a abordagem deste modelo é genérica e pouco desenvolvida. Rubin (1994), Perry (1996) ou Rayburn (1996) fornecem visões mais aprofundadas e críticas do modelo de usos e gratificações

entreter, na medida em que escolhem os conteúdos que lhes permitem gerir o seu estado de humor no sentido, implícita ou explicitamente, desejado; e isto já se observa em crianças com 4 e 5 anos (cf. Zillmann e Bryant, 1994).

O entretenimento pode provocar excitação e reacções afectivas positivas ou negativas ou relaxamento, dependendo do conteúdo do programa e do estado afectivo inicial da pessoa. Tem-se verificado que ver programas de entretenimento interrompe em geral a ruminação presente em estados afectivos negativos, conduzindo a sentimentos de alívio. Este alívio requiere maior envolvimento com a mensagem, desde que não exista semelhança entre os conteúdos da mensagem e o estado afectivo do indivíduo; se os conteúdos reconduzirem a pessoa para um estado afectivo negativo, esta mantém-se com um nível de activação elevado e com uma experiência afectiva aversiva (Zillmann, 1991). Assim, de modo geral, pessoas com níveis baixos de excitação (ex. após um dia monótono) podem procurar conteúdos mais excitantes, retirando maior prazer ou divertimento que pessoas com maior nível de activação fisiológica; pessoas irritadas ou aborrecidas podem escolher estímulos mais calmantes; pessoas com estado de humor negativo e com necessidade de distracção desse estado escolhem material mais absorvente; e, pessoas com problemas graves não passíveis de alívio com entretenimento, evitam-no (cf. Zillmann e Bryant, 1994).

Para além da sua capacidade para regulação de estados afectivos menos positivos, o entretenimento também é utilizado para divertimento. Programas de terror e suspense, trágicos e comédias constituem algumas das opções para entretenimento, provocando reacções afectivas de medo, tristeza ou de boa disposição.

A preferência por filmes trágicos parece dever-se à interpretação positiva pelos espectadores dos estados afectivos de tristeza elicitados por estes filmes e a características individuais como expressividade de sentimentos, característica mais associada ao género feminino, e empatia com os personagens (Oliver, 1993).

O porquê das escolhas de programas de terror e suspense para divertimento tem sido explicado com base num modelo sobre a relação entre activação fisiológica do organismo (*arousal*) e estados afectivos — modelo da transferência da excitação (ex. Zillmann, 1991). Este modelo prevê a possibilidade de ocorrer transferência da activação associada a um estado afectivo para o estado afectivo seguinte, de modo a intensificar o último. Para lidar com as situações que se deparam, o organismo mobiliza-se fisiológica, cognitiva e comportamentalmente, i.e., aumenta o seu nível de activação, que é interpretado afectivamente de modo mais positivo ou mais negativo. Os resíduos da activação de uma experiência prévia combinam-se com a activação devida a uma experiência subsequente, potenciando uma reacção afectiva mais intensa do que a que se verificaria na ausência da activação proveniente da experiência anterior. No caso de um filme de

terror ou de suspense, existe transferência de activação fisiológica experienciada durante o filme, e associada ao afecto negativo desenvolvido pelo envolvimento com a tensão do enredo, para a alegria experienciada com uma solução final feliz, sendo mais intenso o sentimento de alegria final quanto maior for a tensão vivida durante o filme. Outros resultados sobre o impacto de anúncios televisivos obtidos no âmbito deste modelo indicam que respostas como atitudes face ao produto, memória para atributos do produto, avaliações do produto e do anúncio diferem consoante for a posição do filme publicitário na grelha de programas, por exemplo, após ou nos intervalos de programas alegres, trágicos ou de suspense (Stewart e Ward, 1994).

Relativamente ao medo vivido durante a visão de programas como filmes de terror ou alguns documentários, os estudos têm sido esporádicos, ressurgindo interesse nos anos 80 (Cantor, 1994). Um estudo clássico é o de Cantril (1940), sobre as reacções ao programa teatral radiofónico de Orson Welles — «A guerra dos mundos», adaptado da obra homónima de H.G. Wells, transmitido em 30 de Outubro de 1938, noite de Halloween. Este psicólogo social analisou as diferentes reacções, tendo verificado que as respostas não tinham sido genericamente de pânico, mas tinham ocorrido diversos modos de agir. O programa apresentava características que o assemelhavam a uma transmissão normal interrompida pelo noticiar de acontecimentos comentados por figuras com prestígio e credibilidade — professores universitários. Estes aspectos associados ao facto de muitas pessoas só terem sintonizado o programa após o seu início, não ouvindo a apresentação da peça contribuíram para o desencadear das reacções. Mas aspectos como o facto de a acção dramatizada ocupar um período de tempo de vários dias, superior ao da transmissão radiofónica (uma hora), e de a peça voltar a ser anunciada após um intervalo na transmissão não pareceram afectar significativamente a generalidade das reacções observadas. No estudo realizado, os investigadores constataram a existência de vários tipos de reacção cujo sucesso dependia principalmente da capacidade crítica da pessoa e da sua manutenção numa situação ameaçadora ou de incerteza. Algumas pessoas procuram verificar a autenticidade do relato através da análise das características do programa, outras sintonizaram outras estações para averiguar se estas também transmitiam as mesmas notícias, falaram com amigos ou olharam para o que se passava na rua. No entanto, as pessoas que estavam convencidas da invasão dos marcianos, apenas confirmaram os seus receios com a informação recolhida. Outras pessoas nem se mobilizaram para confirmar ou infirmar a situação, resignando-se e ficando em casa à espera do fim, ou fugindo de casa. Este estudo constitui um contributo importante, se bem que pouco aproveitado, para salientar o carácter não determinista ao nível individual da relação entre os mass media e o público, e a importância das cognições das pessoas e

das suas estratégias mais confirmatórias ou mais diagnósticas na selecção e no tratamento da informação.

Na televisão, habitualmente os programas de entretenimento são facilmente interpretados como tal. No caso de programas que induzem medo, a situação é, muitas vezes, fictícia e não existe perigo real para o indivíduo. O medo tem sido conceptualizado como uma reacção emocional que envolve ansiedade, perturbação e aumento da activação fisiológica e que está relacionada com a percepção de um perigo real ou imaginário (Cantor, 1994). Factores que parecem afectar o desencadear de uma reacção de medo são a semelhança com a situação real, os objectivos do indivíduo e situações que afectam a emocionalidade em geral, como a transferência de excitação (Cantor, 1994). O primeiro relaciona-se com a capacidade de generalização para outras situações dos estímulos indutores de medo, como são as catástrofes ambientais, ataques ou encontros violentos, formas naturais distorcidas, e relaciona-se também com reacções de empatia com o medo ou com o perigo vivido pelos personagens. Relativamente aos objectivos do indivíduo, verifica-se que pessoas que procuram entreter-se, aumentando a sua activação, podem não considerar o carácter mediato da situação, de modo a sentirem mais medo. Aquelas que não pretendem aumentar o seu nível de activação podem concentrar-se na mediação da mensagem, salientando o carácter distante ou ficcional da situação. Se o objectivo do indivíduo for obter informação, então a realidade ou ficção da informação influencia o seu nível de ansiedade, que é maior para informação real ou quando existem perigos potenciais para o próprio. O terceiro factor consiste na activação fisiológica, que sendo transferida de uma situação para outra, pode aumentar o sentimento de medo.

Um tipo de programas associados com experiências de medo são os filmes de terror. A preferência por este tipo de programa parece relacionar-se com características do indivíduo como a procura de sensações, o desejo de ver personagens maquiavélicos, o desejo de dominar o medo e o não estabelecimento de relações empáticas com os personagens vitimizados (Tamborini, 1991).

Um estudo interessante foi realizado por Johnston (1995). Esta autora pretendeu identificar motivações dos adolescentes para ver filmes de horror e identificar reacções cognitivas e afectivas relacionadas com estas diferentes motivações, usando, respectivamente, o modelo dos usos-gratificações e o modelo da transferência da excitação de Zillmann, já referido anteriormente. O primeiro sugere que motivos diferentes estão associados com respostas cognitivas diferentes. O segundo implica que a activação fisiológica e psicológica (*arousal*) pode afectar as respostas afectivas. No conjunto, motivos diferentes podem relacionar-se com diferentes interpretações, crenças e identificação com os personagens e com diferentes emoções positivas ou negativas. Com base num grupo de foco sobre filmes

de terror realizado com adolescentes foram geradas dimensões sobre motivos, crenças, afectos e identificação com os personagens, utilizadas num questionário. Este questionário incluía também escalas de ansiedade, de empatia e de procura de sensações, de modo a se caracterizar estas dimensões de personalidade. Analisando as respostas de adolescentes ao questionário, verificou que existem diferentes motivações para ver filmes de terror: macabra (ver sangue e pessoas a morrer), suspense e excitação (gostar de se sentir assustado e divertir-se), independência (sentir-se corajoso, maturo, diferente) e para distração de problemas (solidão, irritação, problemas familiares). A valência do afecto relativo ao filme tem uma relação significativa com as motivações para ver o filme. Por exemplo, adolescentes com motivações de suspense e de independência reportavam uma resposta afectiva positiva, ou seja, quem procura excitação e lidar com o medo experiencia estados afectivos positivos antes e depois do filme. Indivíduos com motivação alta para alívio de problemas e uma motivação macabra baixa apresentavam afectos negativos após verem os filmes.

O impacto da televisão nas nossas representações do mundo

No impacto da informação televisiva no indivíduo e nos seus julgamentos destaca-se o trabalho de Gerbner e colaboradores, de natureza sociológica, considerando a televisão como uma das principais forças socializadoras da sociedade, particularmente na sociedade norte-americana, e construindo o que foi designado pelos autores como perspectiva da enculturação ('cultivation perspective») (Gerbner et al., 1994). A principal questão colocada por esta perspectiva consiste na influência dos conteúdos de programas televisivos no enviesamento da avaliação da realidade social no sentido desses conteúdos. Os estudos são maioritariamente correlacionais, indicando uma relação entre quantidade de televisão a que se assiste e as avaliações sobre fenómenos sociais, frequentemente a incidência de crime ou violência e profissões como médico, advogado (cf. Shrum, 1996). Contudo, os processos subjacentes foram pouco explorados, aspecto importante na construção teórica. Ou seja, investiu-se na investigação sobre a generalização dos efeitos em diferentes conteúdos e sobre o efeito moderador de factores demográficos, de personalidade e experiência directa (Shrum, 1995), mas falta construir um modelo de natureza psicológica sobre o modo como a influência se concretiza ao nível do indivíduo.

1. Processamento heurístico nos efeitos de enculturação

Os efeitos previstos pela perspectiva da enculturação têm sido explicados através do conceito da acessibilidade do constructo enquanto media-

dor da relação media-indivíduo. Informação mais disponível em memória está mais acessível do que informação pouco disponível (por exemplo, informação armazenada há algum tempo e pouco usada), logo apresenta maior probabilidade de ser utilizada nos julgamentos realizados pela pessoa. É a esta maior acessibilidade da informação contida nas representações cognitivas sobre uma determinada entidade que se designa acessibilidade do constructo. Um constructo mais acessível influencia o tipo de informação a que se presta atenção, enviesa o processamento de informação e os julgamentos realizados. Hipoteticamente, uma pessoa que vê mais televisão terá mais acessível o tipo de informação veiculado pela televisão que é pedido nos estudos de enculturação, utilizando-a nos seus julgamentos.

Shrum (1996) estuda esta relação usando uma metodologia experimental:

- como variável independente considera o número de horas passado por semana a ver telenovelas («soap operas»), distinguindo espectadores intensivos (5 ou mais horas/semana) e espectadores muito ligeiros (0 horas/semana), enquanto grupos experimentais;
- como variáveis dependentes, pede aos indivíduos para realizar estimativas da incidência de violência, de determinadas profissões e do nível de discordância marital na sociedade, avaliando o efeito de enculturação, e mede também a rapidez das respostas, i.e., o tempo necessário para gerar as estimativas, avaliando a acessibilidade da informação. Verifica que as estimativas mais elevadas e as respostas mais rápidas ocorrem no grupo dos espectadores que vêem maior número de horas dos programas considerados, confirmando um efeito de enculturação e maior acessibilidade da informação. Pela sua análise estatística, observa também que a acessibilidade se apresenta como mediadora na relação entre a quantidade do que se assiste na televisão e as estimativas relativamente a determinados fenómenos na sociedade — estimativas de crime e de determinadas profissões.

Uma diferenciação nos tipos de processamento de informação diz respeito à exaustividade ou sistematicidade na recolha e no tratamento da informação necessária para, por exemplo, tomar uma decisão ou realizar um julgamento. Um processamento mais sistemático utiliza mais informação e de maior âmbito e, por isso, exige maior esforço cognitivo, mais recursos no processamento e mais tempo. Nem sempre é adaptativo ou viável processar sistematicamente informação para todas as situações. Assim, pode utilizar-se apenas a informação disponível ou recolher selectivamente alguma (por exemplo, aquela que vem ao encontro das expecta-

tivas), o que exige menos recursos cognitivos e possibilita uma resposta mais rápida, principalmente em situações que exigem esforço cognitivo e em que o indivíduo não está muito envolvido. Este tipo de processamento tem sido designado de heurístico, tendo sido formulados diferentes tipos de heurísticas, ou atalhos cognitivos, utilizadas pelas pessoas.

Na situação experimental de Shrum (1996) pede-se à pessoa para fazer um julgamento, aparentemente baseado na informação mais facilmente acessível, o que se tem designado como utilização da heurística da disponibilidade da informação. Outras heurísticas têm sido sugeridas na análise deste tipo de resultados. Por exemplo, as pessoas parecem proceder a uma busca confirmatória de informação para efectuar as estimativas pedidas. Este efeito é mais visível se, ao contrário de pedir estimativas sobre aspectos negativos como a violência na sociedade, se pedir estimativas de aspectos sociais positivos (estudos citados por Shrum, 1995, p. 416). Com base na perspectiva da enculturação, seriam de esperar estimativas baixas destes aspectos positivos, pois são menos veiculados pela televisão. Contudo, estes não apresentam todos uma correlação negativa com o total de exposição à televisão, o que sugere uma busca confirmatória da informação em memória.

O processamento heurístico tem sido associado à menor estabilidade dos julgamentos efectuados. Assim, nos estudos de enculturação se a integração de informação proveniente da televisão só ocorre no momento do julgamento, i.e., quando pedida pelo investigador, e se se recorre ao uso de heurísticas, que dependem do envolvimento com a tarefa e das pressões temporais para a realizar, é provável que os julgamentos sejam relativamente instáveis. Esta posição é apoiada por resultados de estudos da cognição social, que indicam menor estabilidade dos julgamentos baseados em processamento heurístico do que aqueles obtidos com um processamento mais sistemático, e por efeitos de enculturação não consistentes entre amostras e que diminuem ou desaparecem quando se consideram factores como consciência da televisão como fonte de informação, envolvimento com o programa e grau de experiência directa (Shrum, 1995).

Como referido, os efeitos da televisão nestes julgamentos de estimativas parecem ser minimizados quando as pessoas se apercebem que a fonte de informação usada é a televisão. Na maioria das vezes, as pessoas consideram que a televisão não reflecte a realidade, mas parecem basear algumas das suas estimativas sobre fenómenos sociais em informação televisiva, como os estudos de enculturação têm demonstrado. Isto sugere que as pessoas não se esforçam para recuperar da memória a fonte da informação que usam ou que, mesmo que se esforcem, esta informação já não está disponível (Shrum, 1995).

Relativamente ao envolvimento com o programa, os resultados não são consistentes. Alguns estudos indicam que espectadores muito envolvidos

mostram menores efeitos de enculturação que espectadores pouco envolvidos (cf. Shrum, 1995, p. 413). Pelo contrário, também foram encontrados maiores efeitos de enculturação em espectadores de telenovelas com objectivos mais instrumentais (ex. obter informação), que pressupõem maior envolvimento, que em espectadores com objectivos mais ritualizados, que implicam menor envolvimento (Perse, 1986; citado por Perry, 1996, p. 59). Noutro exemplo, considerando a grande semelhança da programação americana e holandesa, estudos com amostras holandesas obtiveram efeitos de enculturação fracos, pois os espectadores intensivos e os espectadores ligeiros viam a mesma quantidade de entretenimento, igualmente violenta nos EUA e na Holanda, mas os primeiros viam mais programas informativos, e era isso que aumentava a sua exposição à televisão (cf. Gerbner et al., 1994, pp 34-37). No global, os objectivos com que se vê (mais instrumentais ou mais ritualizados) e os programas escolhidos para realizar esses objectivos influenciam o modo como se julga a sociedade. Pessoas que procuram informação em programas informativos parecem possuir conhecimento mais rigoroso que pessoas que procuram informação em programas de entretenimento, cuja representação da sociedade é habitualmente distorcida ou extremada.

Outro factor importante na relação entre consumo televisivo e julgamentos consiste na experiência da pessoa com a situação ou a proximidade que sente face à situação. Quando a estimativa versa fenómenos onde a pessoa considera ter experiência (pessoal ou de outros conhecidos), a informação que vai basear as estimativas sobre o que acontece na sociedade é, não a informação televisiva, mas sim a sua experiência própria. No estudo de Shrum (1996) as estimativas de crime e de profissões relacionam-se directamente com o consumo de telenovelas, mas não a estimativa da discordância marital, onde se sugere existir maior experiência directa dos indivíduos.

Os estudos desenvolvidos no âmbito da perspectiva da enculturação têm avaliado a influência da televisão nos julgamentos do indivíduo sobre a sociedade com base em julgamentos de primeira ordem, i.e., com base em estimativas do número de objectos, de pessoas ou de comportamentos que ocorrem numa categoria; julgamentos baseados em atitudes, valores, crenças, designados por julgamentos de segunda ordem, não têm sido utilizados (Shrum, 1995). Este autor afirma que há dados que apoiam a relativa falta de correspondência entre julgamentos de primeira e de segunda ordem, sugerindo que os de primeira ordem não são usados na construção dos de segunda ordem, que medem coisas diferentes, e que talvez estas medidas sejam inapropriadas para avaliar o impacto da televisão.

Em suma, há algum efeito da televisão nos julgamentos do indivíduo, mas restringe-se a determinadas condições e a julgamentos muito específicos e pouco articulados com representações cognitivas mais complexas.

Falta ainda uma metodologia que permita avaliar o impacto do consumo televisivo em representações e julgamentos mais consolidados no indivíduo.

2. Impacto dos mass media nas atitudes e comportamentos

O estudo sobre a relação entre o consumo de mensagens dos mass media e a formação ou mudança de atitudes e comportamentos tem tido maior atenção no campo da publicidade, nas atitudes face ao comportamento sexual e no comportamento violento. Um outro efeito consiste na influência dos media nos assuntos considerados social ou politicamente mais importantes.

Nos efeitos persuasivos da publicidade os aspectos mais enfatizados têm sido o maior ou menor envolvimento do indivíduo com a mensagem e, conseqüentemente, um processamento da informação central ou periférico. Num processamento central, a pessoa valoriza mais o conteúdo da mensagem do que aspectos relativos à fonte da mensagem (ex. aspecto visual, credibilidade), gerando mais argumentos a favor ou contra as posições contidas na mensagem. No processamento periférico, a pessoa não funciona de modo sistemático, atendendo a factores que lhe indicam, com base em estereótipos ou teorias implícitas sobre os outros, se a fonte é ou não credível. (ex. Fiske e Taylor, 1991; Stewart and Ward, 1994).

Atitudes face ao comportamento sexual

O impacto dos conteúdos sexuais na activação fisiológica, nas atitudes e nos comportamentos tem também sido estudada (cf. Weaver, 1991; Harris, 1994). Por exemplo, homens e mulheres que viram programas com sexo explícito e não violento demonstraram menor satisfação com o parceiro, atitudes face ao sexo menos conservadoras e atribuíam maior importância a sexo sem envolvimento afectivo (ex. estudos citados por Harris, 1994, pp. 253-254). A exposição a conteúdos eróticos parece relacionar-se, nos homens, com atitudes mais hostis face às mulheres, principalmente se os personagens femininos são sexualmente promíscuos ou mostram prazer ou tolerância face a tratamentos abusivos (Weaver, 1991; Harris, 1994). Homens que gostam de ver pornografia também gostam de ver filmes de terror em que personagens femininos são vitimizados (Tamborini, 1991). Mas, o efeito na agressividade comportamental depende da propensão do indivíduo para a agressão, apesar de haver possibilidade de serem indivíduos mais hostis que preferam este tipo de conteúdos (Harris, 1994). Segundo este autor, a exposição repetida a conteúdos de violência sexual pode levar a dessensibilização na aceitação de violência contra a mulher

e numa maior aceitação de preconceitos sobre a violação (ex. considerar mulher como a principal responsável).

Wilson et al. (1992) estudaram o impacto de um filme sobre a violação de uma mulher pelo homem com quem tinha saído e posterior desenvolvimento legal do problema nas atitudes face à violação e na percepção da violação como um problema social. Constituíram três níveis etários (18-34, 35-49, mais de 50) de homens e mulheres, divididos em dois grupos: um via o filme (grupo experimental) e o outro não (grupo de controlo), de modo a se avaliar a mudança associada com a exposição ao filme. Após a visão do filme, respondiam a um questionário que incluía perguntas sobre reacções ao filme, apenas para o grupo experimental, e questões sobre atitudes face à violação e sobre características sócio-demográficas. Verificaram diferenças de atitudes entre os sexos e entre pessoas de escalões etários diferentes, mas a visão do filme influenciou principalmente as atitudes face à violação nos homens e mulheres com mais de 50 anos e a avaliação da violação como problema social em todos os grupos. Relativamente às diferenças entre os sexos, observou-se que as mulheres tendiam menos a culpar o personagem feminino numa situação de violação num encontro, tendiam mais a considerar este tipo de violação como uma coerção incorrecta, independentemente de terem ou não visto o filme, e, no grupo experimental, consideraram o filme mais envolvente. Os homens culpavam mais a mulher numa situação de violação, principalmente se não conheciam vítimas de violação, apresentando os homens mais velhos a maior atribuição de culpa à mulher. O personagem masculino foi considerado culpado por todos os níveis etários do grupo experimental. A consideração da violação durante encontros foi vista como um problema social mais preocupante pelo grupo experimental que pelo grupo de controlo, principalmente nas mulheres e nas pessoas que conheciam vítimas de violação. Os indivíduos mais velhos (acima dos 50 anos), independentemente do sexo, tendiam mais a culpar a mulher pela ocorrência de violação num encontro com um homem e a não considerar a violação como uma forma de coerção incorrecta, mas consideravam-na um problema social do mesmo modo que as pessoas mais novas. O grupo experimental desta faixa etária apresentou resultados interessantes na atribuição de culpa: as mulheres mostraram um nível de atribuição de culpa ao personagem feminino mais baixo que aquelas que não viram o filme e semelhante ao dos grupos mais jovens; pelo contrário, os homens com mais de 50 anos que viram o filme tendiam ligeiramente a culpar mais a mulher que os homens que não viam o filme, o que pode significar uma percepção selectiva e um processamento de informação com base no estereótipo, sendo este reforçado pela exposição ao filme. No caso das mulheres, estas reportaram um envolvimento emocional maior, o que pode ter induzido um processamento de informação mais cuidado e menos heurístico e conduzido à maior dife-

rença de atitudes observada com o grupo de controlo. Em suma, o impacto do filme parece depender do envolvimento emocional e da percepção selectiva da informação.

Comportamentos violentos

Relativamente ao efeito dos media nos comportamentos violentos, foi verificado que as reacções agressivas dependem do potencial excitatório das mensagens e não apenas da natureza violenta dos seus conteúdos. Assim, mensagens sexuais relacionam-se com maiores reacções agressivas que conteúdos violentos, visto que possuem um potencial de excitação maior (Zillmann, 1971; citado por Zillmann, 1991). Segundo Harris (1994), a relação entre conteúdos mediáticos sexuais e comportamento agressivo é inconsistente, mas parece depender da natureza destes conteúdos: temas sexuais violentos poderão facilitar a agressão e temas com conteúdos não violentos, de sexo com amor ou soft-core poderão inibir o comportamento violento. Contudo, esta relação não está comprovada e não reúne consenso (ex. Weaver, 1991). No global, conteúdos que excitam o indivíduo não conduzem obrigatoriamente a reacções agressivas. Estas dependem de factores disposicionais como, por exemplo, se o indivíduo possui tendências comportamentais agressivas.

Paik e Comstock (1994), numa meta-análise de estudos experimentais e correlacionais sobre os efeitos da violência televisiva no comportamento agressivo, observaram uma associação altamente significativa entre exposição à televisão e comportamento anti-social. A magnitude deste efeito era ligeiramente superior nos homens, em comparação com as mulheres, mas apenas nos estudos experimentais. O efeito aumenta à medida que a idade das pessoas diminui, com excepção de participantes universitários. Ou seja, as crianças parecem ser as mais susceptíveis. Os conteúdos que parecem induzir comportamento violento são os conteúdos eróticos violentos, seguidos dos conteúdos eróticos sem violência. Os desenhos animados (*cartoons* e fantasias) também se relacionam com agressão comportamental. Os episódios de violência justificada apresentam um maior efeito que aqueles com violência injustificada. À medida que a agressão se torna mais realista, o efeito diminui, sendo menor nos estudos correlacionais que nos experimentais. Os efeitos são facilitados se houver uma identificação com o personagem agressor e se o seu comportamento violento for justificado ou recompensado.

Uma explicação de nível psicológico cognitivo para estes efeitos consiste em considerar que a informação está interligada nas nossas representações mentais, sendo possível através de um pensamento, desencadear outros pensamentos ou tendências de acção semanticamente relacionados (Jo e Berkowitz, 1994). Este processo de desencadeamento (*priming*) pode

ocorrer automaticamente, i.e., tendo a pessoa pouco controlo sobre ele e não estando consciente da sua ocorrência.

3. *Definição da agenda (Agenda setting)*

Os assuntos considerados importantes pelas pessoas e o seu grau de importância ou saliência dependem, segundo o modelo de definição da agenda (*agenda setting*), dos temas enfatizados pelos media. Entre a agenda dos media e a agenda do público interferem factores como o período de tempo da cobertura da questão, o grau de obstrução aos objectivos do indivíduo ou dos grupos, a proximidade geográfica do tema, a credibilidade da fonte e aspectos relativos à audiência (grau de envolvimento nos problemas, necessidade de orientação e discussão do assunto com outras pessoas) (Saperas, 1987; McCombs, 1994).

Relativamente ao período de tempo da cobertura mediática, os resultados são poucos consistentes. Por exemplo, Watt et al. (1993) consideram que os efeitos de definição da agenda das pessoas são maiores quando as questões cobertas são novidade e diminuem com a continuação da cobertura mediática, o que, segundo os autores, se pode dever à habituação com a informação e a uma não alteração das atitudes, baseada na grande quantidade de informação sobre a questão.

Para assuntos obstrusivos, que interferem com os objectivos das pessoas, não se verificam efeitos da agenda dos media; para questões não obstrusivas, então as agendas das pessoas são bastante influenciadas pelos media. O efeito na definição da agenda pessoal é também menor para assuntos com os quais a pessoa tem experiência directa, nomeadamente os de âmbito local e que não colocam obstáculos à sua acção, verificando-se que há um efeito de definição da agenda para algumas questões, em menor grau para outras, e nulo para outras (Watt et al., 1993). A cobertura de questões com as quais as pessoas não têm experiência directa conduz a efeitos de definição da sua agenda. Nesta situação parece existir uma maior dependência dos media para obtenção de informação, que é realizada com base em processos de atenção e percepção selectivos (Watt et al., 1993).

Considerando as características da fonte e da audiência, verifica-se que fontes consideradas pouco credíveis não afectam significativamente a agenda da pessoa, enquanto que fontes credíveis contribuem para a definição da agenda do indivíduo; e que, quanto maior o envolvimento ou o interesse da pessoa ou dos grupos num tema da agenda dos media e maior a sua incerteza sobre o que é importante, maior a sua necessidade de orientação e maior o efeito, pois os media servirão de fonte de orientações para a acção.

Por fim, a discussão interpessoal ou influência social apresenta resultados inconsistentes, pois têm sido estudadas populações com caracterís-

ticas diferentes, o que dificulta a comparação entre estudos e indica a necessidade de melhor conceptualização e operacionalização deste factor com base no trabalho já desenvolvido na Psicologia Social, incluindo dimensões como o tipo de influência social em jogo e as normas de funcionamento do grupo.

Conclusão

Os processos cognitivos e emocionais subjacentes à relação entre as pessoas e os mass media têm vindo a merecer interesse de investigação, apesar de a articulação entre as duas áreas ser, como noutros campos da psicologia, de desenvolvimento sistemático mais recente. Ao nível do processamento cognitivo da informação proveniente dos mass media, o factor moderador mais importante da relação pessoa-media consiste no maior ou menor envolvimento com a mensagem, que se relaciona, respectivamente, com um processamento mais sistemático ou mais heurístico, que, por sua vez, influencia o maior ou menor rigor das representações mnésicas e o maior ou menor enviesamento dos julgamentos. Na vertente afectiva, a indução de emoções, através da imagem ou do texto, de modo a tornar as pessoas mais envolvidas não é linear. Por exemplo, as imagens de cariz emocional não contribuem muito para uma melhor memória. Parecem, sim, conduzir a um estreitamento da atenção da pessoa, logo sendo prestada mais atenção a determinados pormenores, descurando outros. Por outro lado, se o afecto negativo parece aumentar o processamento analítico da informação, o afecto positivo parece flexibilizar os quadros de análise utilizados.

O impacto dos mass media nas atitudes, crenças, valores, estereótipos e noutras representações mais centrais e permanentes para o indivíduo e nos comportamentos constitui ainda um campo muito aberto de pesquisa. Contudo, o trabalho desenvolvido no estudo da publicidade e do comportamento do consumidor e a aplicação e desenvolvimento dos modelos da psicologia pode fornecer uma base importante de trabalho. Existem lacunas importantes relativas ao papel dos media na formação e manutenção de esterótipos e de representações sociais. Por exemplo, no caso das minorias, os estudos estão muito centrados na análise de conteúdo dos programas e do modo mais ou menos estereotipado como as pessoas de grupos minoritários são apresentadas, particularmente nos E.U.A (Greenberg e Brand, 1994). No comportamento, a preocupação tem sido a violência devida à televisão, verificando-se que os conteúdos televisivos não a determinam, mas catalizam-na, ocorrendo com maior probabilidade em pessoas com tendências ou estados agressivos. O impacto televisivo coloca outro problema interessante e que consiste no grau de controlo

que as pessoas possuem sobre o processamento que fazem da informação, e que só agora começa teoricamente a ser equacionado.

Apesar de só se referirem estudos com adultos neste trabalho, existe muita investigação sobre os efeitos dos mass media nas crianças e sobre processos de desenvolvimento na relação da criança com os media. Contudo, pela diversidade e pela quantidade de trabalhos produzidos, abordar este tema alargaria o âmbito deste artigo.

Em suma, o processamento de informação proveniente dos mass media não parece ser diferente daquele que ocorre noutras situações sociais. A aplicação ao campo da relação da pessoa com os mass media, como acontece com outros problemas (ex. psicologia do ambiente), permite forçar o desenvolvimento empírico e teórico, através da necessidade de encontrar respostas para problemas específicos, e reforçar ou não a confiança nas teorias e modelos desenvolvidos noutros campos da psicologia cognitiva, da psicologia social, das emoções e da psicologia do desenvolvimento. Neste trabalho emerge claramente o maior interesse dos investigadores no estudo da televisão, pois a maioria dos estudos e formulações realizadas prendem-se com o processamento e os efeitos da informação televisiva. Falta investir noutros meios de comunicação e em problemas mais articulados com os quadros teóricos já desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, D. R. e BURNS, J. (1991). Paying attention to television. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Responding to the screen — reception and reaction processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- BARGH, J. A. (1988). Automatic information processing: implications for communication and affect. In L. Donohew, H. E. Sypher e E. T. Higgins (Eds.). *Communication, social cognition, and affect*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- BASIL, M. D. (1994a). Multiple resource theory I: application to television viewing. *Communication Research*, 21 (2), 177-207.
- BASIL, M. D. (1994b). Multiple resource theory II: empirical examination of modality-specific attention to television scenes. *Communication Research*, 21 (2), 208-231.
- BIAGI, S. (1988). *Media/Impact — an introduction to mass-media*. Belmont, California: Wadsworth Publishing Company.
- BROSIUS, H. e BATHELT, A. (1994). The utility of exemplars in persuasive communications. *Communication Research*, 21 (1), 48-78.
- BROSIUS, H. B. (1993). The effects of emotional pictures in television news. *Communication Research*, 20 (1), 105-124.
- BURNS, J. J. & ANDERSON, D. R. (1993). Attentional inertia and recognition memory in adult television viewing. *Communication Research*, 20 (6), 777-799.
- CANTOR, J. (1994). Fright responses to mass media. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- CANTOR, H. (1940/1982). *The invasion from Mars — a study in the Psychology of Panic*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- EYSENCK, M. W. e KEANE, M. T. (1995). *Cognitive Psychology — a student's handbook*. Hove, East Sussex: Psychology Press.
- FISKE, S. T. e TAYLOR, S. E. (1991). *Social Cognition*. Nova Iorque: McGraw-Hill, Inc.
- GEIGER, S. & REEVES, B. (1993a). The effects of scene changes and semantic relatedness on attention to television. *Communication Research*, 20 (2), 155-175.
- GEIGER, S. & REEVES, B. (1993b). We interrupt this Program... — attention for television sequences. *Human Communication Research*, 19 (3), 368-387.
- GERBNER, G., GROSS, L., Morgan, M. e Signorielli, N. (1994). Growing up with television: the Cultivation Perspective. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- GIBSON, R. e ZILLMANN, D. (1994). Exaggerated versus representative exemplification in news reports — perceptions of issues and personal consequences. *Communication Research*, 21 (5), 603-624.
- GREENBERG, B. S. e BRAND, J. E. (1994). Minorities and the mass media: 1970s to 1990s. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- GUNTER, B. (1991). Responding to news and public affairs. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Responding to the screen — reception and reaction processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- HARRIS, R. J. (1994). The impact of sexually explicit media. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- HSU, M. L. & PRICE, V. (1993). Political expertise and affect — effects on news processing. *Communication Research*, 20 (5), 671-695.
- JO, E. e BERKOWITZ, L. (1994). A priming effect analysis of media influences: an update. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- JOHNSTON, D. D. (1995). Adolescents» motivations for viewing graphic horror. *Human Communication Research*, 21 (4), 522-552.
- LANG, A. & FRIESTAD, M. (1993). Emotion, hemispheric specialization, and visual and verbal memory for television messages. *Communication Research*, 20 (5), 647-670.
- LIN, C. A. (1993). Modeling the gratification-seeking process of television viewing. *Human Communication Research*, 20 (2), 224-244.
- MCCOMBS, M. (1994). News influence on our pictures of the world. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- OLIVER, M. B. (1993). Exploring the paradox of the enjoyment of sad films. *Human Communication Research*, 19 (3), 315-342.
- PAIK, H. & COMSTOCK, G. (1994). The effects of television behavior: a meta-analysis. *Communication Research*, 21 (4), 516-546.
- PERRY, D. K. (1996). *Theory and Research in Mass Communication — Contexts and Consequences*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- PERSE, E. M. e COURTRIGHT, J. A. (1993). Normative images of communication media — mass and interpersonal channels in the new media environment. *Human Communication Research*, 19 (4), 485-503.
- RAYBURN, J. D. (1996). Uses and gratifications. In M. B. Salwen e D. W. Stacks (Eds.). *An integrated approach to communication theory and research*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- RHEE, J. W. & CAPPELLA, J. N. (1997). The role of political sophistication in learning from news — measuring schema development. *Communication Research*, 24 (3), 197-233.
- RUBIN, A. M. (1994). Media uses and effects: a uses-and-gratifications perspective. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- SAPERAS, E. (1987/1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Edições Asa.
- SHRUM, L. J. (1995). Assessing the social influence of television: a social cognition perspective on cultivation effects. *Communication Research*, 22 (4), 402-429.
- SHRUM, L. J. (1996). Psychological processes underlying cultivation effects — further tests of construct accessibility. *Human Communication Research*, 22 (4), 482-509.
- STEWART, D. W. e WARD, S. (1994). Media effects on advertising. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- TAMBORINI, R. (1991). Responding to horror: determinants of exposure and appeal. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Responding to the screen — reception and reaction processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- WATT, J. H., MAZZA, M. & SNYDER, L. (1993). Agenda-setting effects of television news coverage and the effects decay curve. *Communication Research*, 20(3), 408-435.
- WEAVER, J. (1991). Responding to erotica: perceptual processes and dispositional implications. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Responding to the screen — reception and reaction processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- WILSON, B., LINZ, D., DONNERSTEIN, E. e STIPP, H. (1992). The impact of social issue television programming on attitudes toward rape. *Human Communication Research*, 19 (2), 179-208.
- ZILLMANN, D. (1991). The logic of suspense and mystery. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Responding to the screen — reception and reaction processes*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- ZILLMANN, D. e BRYANT, J. (1994). Entertainment as media effect. In J. Bryant e D. Zillmann (Eds.). *Media effects — advances in theory and research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: Evolução e Actualidade

TERESA RUÃO*

RESUMO

É amplamente reconhecido que a comunicação é essencial ao funcionamento de qualquer organização. No entanto, a forma como a maioria destas pensa os seus sistemas de comunicação é excessivamente redutora. O propósito deste artigo é reafirmar a importância do desenvolvimento e implementação de políticas globais de comunicação, que integrem todos os sectores e funções da gestão actual. Destaca-se, particularizando, o papel de uma comunicação global ou integrada na gestão dos recursos humanos. Adianta-se a hipótese que esta última será mais eficiente se aplicar e integrar a política global de comunicação da organização como um todo.

As definições de *Comunicação Organizacional* são abundantes, mas nem sempre capazes de descrever esse fenómeno tão abrangente e complexo, como o da partilha de significados nas organizações. É demasiadas vezes confundido com a publicidade, ou com a identificação visual da empresa, ou até com o marketing. Talvez, porque a comunicação toca todas as áreas funcionais e estratégicas das organizações, seja difícil definir o seu campo de actuação, simultaneamente tão específico e tão global.

O que me proponho analisar neste trabalho é precisamente a relação entre a comunicação nas organizações e uma das suas áreas funcionais, a da gestão de recursos humanos. Partindo de uma visão histórica, em que

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: truaao@ics.uminho.pt

poderemos constatar a identidade de percursos entre o entendimento dos recursos humanos e o pensamento da própria comunicação organizacional, procurarei desenvolver a hipótese de que uma gestão de recursos humanos eficiente (isto é, capaz de encontrar a pessoa certa para o lugar certo e de empreender o melhoramento da *performance* dos trabalhadores), implica o desenvolvimento de planos de comunicação integrados e globalizados (ou seja, considerados em todas as direcções, níveis e estruturas da empresa de uma forma programada e conjugada).

Discussão de Conceitos

Antes de mais, importa situarmo-nos no campo teórico de análise, identificando os conceitos a articular. Começaremos por relembrar o conceito de comunicação, partindo depois para a sua ligação à gestão de recursos humanos.

Comunicar é, como sabemos, tornar comum uma realidade, uma informação, uma ideia, um pensamento ou uma atitude, através de um qualquer meio efectivo. Como tal exige a presença de um conjunto de elementos: um emissor ou fonte, um receptor ou destinatário, uma mensagem, um canal, uma situação ou circunstância e uma intenção, propósito ou necessidade, (Thayer, 1976).

O *emissor* é o iniciador do processo comunicativo. A este cabe preparar a mensagem, convertendo-a num código capaz de ser percebido pelo receptor — a que se designa de *codificação* —, de forma a que este último lhe atribua um significado. O *receptor*, que se encontra no outro extremo do processo, é o destinatário da mensagem. É este que determina o sucesso de qualquer comunicação, ao «*levar em consideração*» (Thayer, 1976) aquilo que lhe é enviado. É ainda responsável pela operação de *descodificação*, que consiste na reconversão dos sinais recebidos através do canal e sua interpretação. O *canal* é o meio usado para fazer passar a mensagem da fonte para o receptor e ainda para transmitir o *feedback*, que não é mais do que a resposta do destinatário à comunicação recebida. A *mensagem* é o conteúdo da comunicação, que sempre acontece numa *situação ou circunstância* que relaciona, intencional ou acidentalmente, o emissor e o receptor. Importa ainda referir que a comunicação acontece sempre que por parte dos intervenientes haja uma *intenção, propósito ou necessidade*.

Outra das essências do fenómeno *comunicação* é a sua continuidade. A comunicação acontece no ser humano em permanência, sem se poder «desligar». Ou como refere Thayer «a comunicação não é algo que uma pessoa faz a outra, mas um processo contínuo dentro de cada um de nós», (1976, p. 44). Além disso é construtivista, resulta de uma recriação de cada «receptor-leitor». E seja qual for o ambiente em que o ser humano

se encontre a inevitabilidade e o funcionamento da comunicação são idênticos: isto é, haverá sempre alguém levando em consideração alguma coisa (Thayer, 1976). Logo, também em ambiente organizacional a comunicação acontece necessariamente, supõe a existência de todos os elementos referidos e só se concretiza realmente quando o receptor toma em consideração a mensagem que lhe é enviada.

É, pois, inevitável que ao falarmos em organizações, se refira o papel da comunicação. Podemos dizer que a comunicação é anterior ao estabelecimento de uma organização, mas que deverá acompanhar toda a sua vida, porque esta necessitará permanentemente de uma partilha de informações, ideias ou pensamentos. Aliás, a comunicação está na base das actividades de cooperação entre os seres humanos, que é a noção que preside às organizações. E a informação, que é um produto da comunicação, é o elemento essencial na ajuda aos membros da organização a interpretar a realidade das suas tarefas (Kreps, 1990).

A informação, refira-se, desempenha um papel essencial a qualquer organização, desde a sua forma mais simples, como o conteúdo das ordens de serviço ou os contactos informais, até às formas mais complexas, como a publicidade ou as relações públicas, o conhecimento das normas governamentais para o sector, da actuação da concorrência, dos desenvolvimentos tecnológicos, ou dos eventos internacionais. E dado o valor da informação, esta deve ser cuidadosamente adquirida, gerida e utilizada como qualquer outro activo da empresa. E é neste sentido, que a comunicação adquire particular importância para a gestão de qualquer organização.

A *Comunicação Organizacional* é, então, «o processo através do qual os membros de uma organização reúnem informação pertinente sobre esta e sobre as mudanças que ocorrem no seu interior, e a fazem circular endógena e exogenamente. A comunicação permite as pessoas gerar e partilhar informações, que lhes dão capacidade de cooperar e de se organizarem», (Kreps, 1990, p. 20).

Em suma, a comunicação é uma actividade básica de qualquer ser humano, permitindo-lhe ter a informação indispensável à sua sobrevivência e à manutenção das relações sociais, imprescindíveis ao seu bem estar físico e psicológico. Dessa comunicação nasce a capacidade de se organizar, de forma a produzir os bens e serviços necessários, e que individualmente não conseguiria. A informação é o fruto dessa actividade e o ponto de partida da gestão empresarial.

É no domínio dessa gestão empresarial que surge o conceito de *gestão de recursos humanos*. Trata-se do resultado de uma evolução progressiva do entendimento sobre o papel e a importância do factor humano nas organizações. Na verdade, o reconhecimento de que os trabalhadores da empresa são um *recurso*, fundamental ao seu bom desempenho e comparável a qual-

quer uma das outras áreas de negócio (senão mesmo, mais importante), é relativamente recente. De uma *função de pessoal*, emergida da Revolução Industrial e destinada a um mero controlo burocrático da utilização da mão-de-obra, passamos, já no nosso século, a encarar a relação trabalhador-organização como *gestão de recursos humanos (GRH)*.

Trata-se de um conceito surgido nos Estados Unidos da América, na década de 80, e que defende que os recursos humanos (RH) deveriam ser cuidadosamente geridos, de forma a contribuir para o reforço da competitividade da empresa. Sugere-se o seu entendimento como uma *filosofia geral de gestão*, isto é, como uma preocupação constante e a todos os níveis hierárquicos da empresa. O ideal seria «não encontrar um quadro que não fosse capaz de animar, recrutar ou motivar uma equipa», (Brault, 1990, p. 82).

Segundo esta nova orientação, a gestão de pessoal deveria ser parte integrante do trabalho de qualquer gestor, quer se trate de um supervisor de linha, de um gestor de produção ou de um administrador hospitalar. A sua tarefa é sempre conseguir os melhores resultados através das pessoas que trabalham na organização. É sua função planejar, organizar, gerir, liderar e controlar o seu trabalho e dos seus subordinados, (Dessler, 1981).

Mas, é certo que, a existência de uma departamento ou função dedicada especificamente aos RH é importante, para que não se deixe a preocupação de gerir o pessoal a todos e simultaneamente a ninguém. E serão tarefas dessa estrutura dentro da empresa o planeamento, recrutamento, selecção, formação, avaliação e desenvolvimento do pessoal. Este processo de GRH destina-se à promoção das acções necessárias à colocação da pessoa certa no lugar certo, bem como ao acompanhamento e melhoria da sua eficiência individual.

Em todo este processo, como aliás em qualquer outra área da empresa, a comunicação tem o seu papel. O desenvolvimento da GRH exige a recolha e difusão de informação respeitante, mais ou menos directamente, aos seus trabalhadores, o que implica levar a cabo processos comunicativos. Na hipótese já anteriormente formulada, e numa primeira análise, podemos dizer que uma comunicação pensada e preparada poderá contribuir para uma GRH mais efectiva, e conseqüentemente, para o reforço da posição competitiva da empresa.

Perspectiva Histórica

A análise do percurso histórico do entendimento sobre a comunicação organizacional e a gestão de recursos humanos ao longo do nosso século, permitirá encontrar as raízes do seu relacionamento e perceber se em algum momento foram pensadas em consonância. Para tal, partir-se-á do

estudo de algumas das teorias organizacionais surgidas no séc.XX, e que se destacam como contributos importantes para a discussão da relação comunicação — recursos humanos no contexto organizacional.

(A) A Teoria Clássica

Começaremos pela Teoria Clássica da Organização. Foi a primeira escola a procurar explicar a natureza do comportamento organizacional. Tornou-se conhecida no início do século, através das obras do alemão *Max Weber* (1909 / 1949), do francês *Henry Fayol* (1916 / 1949) e do americano *Frederick Winslow Taylor* (1911).

Esta perspectiva assentava na analogia entre as organizações e as máquinas. Assim, a chave das actividades organizacionais eram o planeamento, o *design* e a manutenção das estruturas e acções organizacionais. O papel do indivíduo é de segundo plano, favorecendo o todo organizacional. Cada trabalhador tem tarefas e funções claramente definidas e que se encaixam precisamente nas necessidades do todo.

Trata-se de um modelo mecanicista, que resultou na desumanização do trabalho. As necessidades dos indivíduos eram preteridas em favor do que se considerava poder melhorar a produtividade.

Esta perspectiva funcionalista terá também reflexos ao nível dos RH, que, neste contexto, serão desvalorizados. Os trabalhadores são apenas um meio para atingir os objectivos organizacionais, pelo que só lhe devem ser comunicadas as informações necessárias a um correcto desempenho das suas tarefas. À função de pessoal cabe o controlo da disciplina, das faltas e da *performance* de cada trabalhador. A compensação monetária é encarada como a única forma eficaz de motivação.

Disto resultará uma visão da comunicação como um mero instrumento de comando e controlo. A maior parte da comunicação permitida na organização é descendente, isto é, do topo da hierarquia para a base. A comunicação lateral (ou dentro do mesmo nível hierárquico) é considerada ameaçadora da eficiência, e só deve ser usada quando os canais verticais (descendentes e ascendentes) não funcionam. Na realidade a organização deveria limitar-se à comunicação formal e centralizada, destinada ao planeamento e execução das tarefas, (Fisher, 1993).

A comunicação na organização é função do modo de administração do pessoal.

(B) A Escola das Relações Humanas

A Escola das Relações Humanas tornou-se conhecida através dos trabalhos de *Elton Mayo* (1933), *Chester Barnard* (1938), *Douglas MacGregor* (1960) e *Rensis Likert* (1961), entre outros.

O seu desenvolvimento deveu-se, em larga medida, a movimentos de reacção à visão restritiva e mecânica da teoria clássica, e a uma afirmação da importância do indivíduo e das relações sociais na vida organizacional. Disto resultará a defesa de estratégias baseadas no aumento da satisfação dos trabalhadores e na realização do seu potencial humano.

Do ponto de vista dos RH, as inovações, permitidas pela nova escola, constituirão um grande passo no caminho da modernidade. A Escola das Relações Humanas acreditava que os homens eram a verdadeira essência da organização social, (Kreps, 1990). Sem trabalhadores não há organização. E estes não são tão previsíveis, precisos e organizados como pretendia a teoria clássica. São os próprios membros da organização que decidem quais os seus papéis e como os desempenham. A motivação passava, agora, pela auto-realização.

Esta perspectiva defendia que quanto maior a satisfação dos trabalhadores, maior a produtividade. «Um trabalhador contente é um trabalhador mais produtivo,» dizia-se (Kreps, 1990, p. 78).

A comunicação, por seu lado, tornou-se menos limitada, para satisfazer as novas exigências organizacionais. Se o sucesso da empresa depende do bem estar do trabalhador, é preciso manter boas relações com o pessoal. E isso implica, por um lado, conhecer as necessidades e objectivos dos funcionários e, por outro, dar a conhecer as necessidades e objectivos da empresa. Ou seja, é necessário proporcionar uma comunicação em todos os sentidos.

A perspectiva das relações humanas reconhece o potencial da comunicação descendente, ascendente e lateral numa administração de pessoal eficiente. Esta é vista como uma forma de valorizar o trabalho, encorajando a criatividade e a produtividade, (Fisher, 1993).

(C) *O Modelo dos Sistemas Sociais*

O Modelo dos Sistemas Sociais surgiu no final da década de 50 (princípios de 60), com trabalhos dos teóricos *March* e *Simon* (1958) e *Katz* e *Kahn* (1966).

Estes autores decidiram aplicar os conceitos da teoria geral dos sistemas ao fenómeno organizacional. O resultado é a visão da organização como um conjunto complexo, composto por partes interdependentes, que interagem e se adaptam continuamente às transformações do meio ambiente, no sentido de atingirem os seus objectivos. Os componentes chave do sistema são os indivíduos, os grupos funcionais, e as tecnologias ou equipamentos. Qualquer alteração num destes componentes afectará inevitavelmente os restantes, (Kreps, 1990).

Assim, segundo esta perspectiva os RH são encarados como qualquer outro recurso, que a organização *importa* do meio ambiente (*inputs*), com

o objectivo de realizar as tarefas necessárias à produção de bens ou serviços (*outputs*). Para que todo o processo de transformação (dos *inputs* em *outputs*) se realize da melhor forma, é necessário encontrar a pessoa certa para o lugar certo. A ênfase é agora atribuída ao desenvolvimento das técnicas de recrutamento, selecção e formação do pessoal.

À comunicação cabe a tarefa de adaptar o pessoal e os processos a situações e problemas específicos. Pelo que, esta deve acontecer a vários níveis dentro do sistema: entre as partes do sistema e entre este e o meio ambiente. Ou seja, afirma-se a distinção entre comunicação interna e comunicação externa. Internamente, a comunicação gera a troca de informações, que permite a coordenação das actividades, e externamente, a organização recolhe informações sobre o meio ambiente, suas oportunidades e ameaças.

A comunicação, numa perspectiva sistémica, será fundamental à identificação e desenvolvimento dos recursos humanos necessários ao melhor desempenho organizacional.

(D) *A Teoria da Cultura Organizacional*

A Teoria da Cultura Organizacional é uma perspectiva do estudo das organizações que se popularizou com os trabalhos de *Peters e Waterman (In Search of Excellence, 1982)* e de *Deal e Kennedy (Corporate Cultures: the rites and rituals of corporate life, 1982)*.

A visão da organização como uma cultura deriva da perspectiva de que a vida organizacional tem uma poderosa natureza interpretativa, resultante da partilha de símbolos com significações próprias, função de uma vivência em comum. Considera-se que o comportamento organizacional raramente é racionalizável, pois é conduzido por modelos desenvolvidos pela cultura interna.

Cada organização tem a sua própria cultura, que fornece aos seus membros um sentido comum na interpretação da vivência organizacional. Essa cultura é entendida como um sistema de conhecimentos, valores, crenças, ideias, leis, discursos, acções e artefactos. E da forma como estes elementos interagem, resulta a identidade organizacional (Fisher, 1993). A cultura é, assim, o elemento mais marcante e decisivo de qualquer organização.

A gestão dos RH é agora entendida como uma gestão pela cultura. É fundamental seleccionar e integrar os trabalhadores em função da cultura desenvolvida na organização. A cultura é um fenómeno social muito persuasor, pelo que conduzirá os trabalhadores no cumprimento dos objectivos organizacionais, (Kreps, 1990). Esta servirá para informar o pessoal, sobre como interpretar e responder às exigências internas e externas.

A criação e afirmação da identidade da empresa, aparece como a melhor forma de gerir os RH, em direcção à missão organizacional — a competitividade. Conduz igualmente à noção de flexibilidade, pelo entendimento de que a organização é um projecto comum a todos os trabalhadores, que, por conseguinte, deverão encarar as mudanças como fundamentais à manutenção de posições competitivas. A cultura criaria a identificação necessária à satisfação e realização pessoal, bem como ao sucesso global da organização.

A comunicação afirma-se como um elemento essencial à vida organizacional. Esta é o processo pelo qual as pessoas manifestam e partilham a cultura, e através do qual ela é continuamente criada (Fisher, 1993). As duas funções básicas da comunicação organizacional são, então, fornecer aos membros da organização a informação necessária sobre a sua cultura e integrá-los nessa mesma cultura, (Kreps, 1990).

A cultura fornece informações sobre o que é a organização, para onde se dirige, e qual o papel de cada um dos seus membros, (Kreps, 1990). Usando canais de comunicação formais e informais, a cultura é um importante suporte da GRH.

Perspectiva Contemporânea

Como podemos constatar, da breve análise histórica efectuada, a evolução do pensamento sobre as organizações, os recursos humanos e a comunicação organizacional estão intimamente ligados. À medida que a sociedade evoluiu, as perspectivas sobre o funcionamento das organizações sofriam transformações, o que se repercutiu ao nível do entendimento do papel da GRH na gestão global da organização, bem como da função da comunicação no seio da gestão de pessoal. E a tendência era a de que à medida que se valorizava a participação dos trabalhadores no todo organizacional, realçava-se a dimensão da comunicação. Ou como resumiu Alves «todas as orientações ou escolas do estudo das organizações reconheceram a importância da dimensão da comunicação e lhe reservaram tratamento particular. Mas é manifesto que a perspectiva que valoriza a participação privilegia também, e por isso mesmo, a comunicação» (1997, p. 121).

A perspectiva actual é de que a comunicação desempenha um papel extremamente importante na GRH. Um tal reconhecimento contribuiu mesmo para a afirmação da GRH como *filosofia geral de gestão*, muito para além da velha noção de *função de pessoal*. O papel da comunicação traduz-se em esforços para recolher e difundir informação relativa ao pessoal na organização, proporcionando à GRH uma mais-valia para o seu desempenho e para a sua afirmação no universo da gestão empresarial. Disto

resulta um interesse crescente pelas áreas da comunicação, interna e externa, entre os estudiosos dos RH. A tendência é para a defesa de uma gestão de pessoal participativa, que se traduziria na criação de sistemas de comunicação descentralizados, (Horts, 1988).

«Por um lado, a informação é [hoje] entendida como um poderoso meio de desenvolvimento dos colaboradores, envolvendo-os cada vez mais, nos aspectos chave da vida da empresa e, por outro lado, a informação é absolutamente vital para o desenvolvimento de uma função social moderna e valorizada», (Horts, 1988, p. 172). Esta dupla perspectiva, constitui a trama principal da relação entre os RH e a comunicação.

Durante muito tempo, coube à GRH a responsabilidade de informar o pessoal, algo que era legitimado pela sua necessidade de conhecimento e relacionamento com os trabalhadores. Mais recentemente, no entanto, e com o desenvolvimento da noção de comunicação externa (relativa às acções de comunicação entre a empresa e o meio *ambiente relevante* (Kreps, 1990), como os consumidores, os meios de comunicação social, os fornecedores, o Estado, e outros), surgiu a necessidade de se criar uma função de comunicação autónoma.

Na década de 90, proliferaram os departamentos de comunicação nas organizações, embora nem todos os estudiosos do assunto estejam de acordo quanto à necessidade desta especialização. Há mesmo quem defenda que a missão da comunicação interna na empresa deve manter-se da responsabilidade da GRH, à qual compete gerir as relações no interior da organização. Horts (1988) e Gondrand (in Horts, 1988) são dessa opinião. Outros (Regouby, 1988; Brault, 1990; Schultz et al., 1993; Burnett et al., 1997; entre outros), no entanto, consideram que a comunicação deve ser pensada e aplicada de uma forma global na organização, e que não deve estar espartilhada por diferentes departamentos ou funções. Defendem que uma gestão descentralizada da comunicação poderá conduzir (ainda que involuntariamente) a uma imagem difusa junto dos públicos da organização, resultante da recepção de mensagens com conteúdos diversos (até mesmo contraditórios), provenientes de diferentes partes do sistema, mas na prática (aos olhos dos receptores) identificados com uma única fonte, a organização em causa. Cada área funcional tem naturalmente uma visão parcial do todo de que faz parte, e move-se com objectivos muito específicos, o que se poderá reflectir nas comunicações proferidas. Esta última visão, defensora de um departamento de comunicação autónomo, parece ser a que está a conquistar maiores adeptos entre os gestores deste final de século.

Mas, independentemente da estrutura organizacional sobre a qual recai a responsabilidade de gerir a comunicação, parece claro que esta tem um papel a desempenhar na GRH. Esse papel é o da gestão dos fluxos informativos no interior e exterior da organização, referentes ao processo

da GRH propriamente dito (isto é, planeamento, recrutamento, selecção, integração, avaliação de desempenho e desenvolvimento do pessoal).

No que diz respeito à comunicação externa, a relação entre a esta e os RH não é muito evidente, embora não deixe de existir. Uma campanha publicitária, a participação numa feira, uma acção de promoção ou o patrocínio de um qualquer evento não deixam de ter reflexos nos «clientes internos» da organização. O seu sucesso ou insucesso não deixará de se reflectir na imagem que os trabalhadores têm da organização, e, conseqüentemente, no seu empenhamento, sentimento de pertença e desempenho. Para além do facto do recrutamento e selecção de pessoal, duas funções chave da GRH, recorrerem muito frequentemente a canais de comunicação externa para encontrarem a mão-de-obra mais adequada às necessidades da empresa.

Dentro da organização, a relação é mais notória. A comunicação é fundamental à selecção, integração e desenvolvimento do pessoal, bem como à avaliação do seu desempenho. Relativamente à selecção e integração dos recursos humanos parece claro que estas actividades exigem práticas de comunicação formais (as que usam os canais formalizados e hierarquizados) e informais (as que usam canais não oficiais e não hierarquizados); verticais (descendentes e ascendentes) e horizontais (laterais); directos (orais) e indirectos (escritos). Quanto às outras duas actividades da GRH, Jablin et al. defendem que a comunicação é um elemento crucial na motivação (desenvolvimento) e avaliação do pessoal, por duas ordens de razões: ao fornecer ao trabalhador um *feedback* da sua *performance*, a empresa (1) motiva o receptor através do reforço informativo referente à sua competência e (2) direcciona o comportamento para os objectivos específicos da sua actividade, (1989).

Do ponto de vista da motivação, estas teorias apresentam, no entanto, algumas fraquezas. Admite-se que o *feedback* conduz sempre a um resultado positivo, ou seja, a um comportamento mais motivado e, logo, mais produtivo. Ora, tal pode não acontecer, sendo que a natureza do *feedback* produzido condicionará o resultado. E no que diz respeito à avaliação do desempenho dos trabalhadores, as posições são relativamente consensuais. Porque se trata de um processo que serve o propósito de fornecer informação, a partir da qual se decidem as promoções e as alterações salariais, é recomendável uma comunicação cuidada e atenta entre a GRH e os trabalhadores. É importante dar a conhecer, previamente, qual a *performance* esperada de cada funcionário e, depois de realizada a avaliação, qual a apreciação feita ao seu trabalho. «O grande objectivo de uma análise ética da *performance* deveria ser, fornecer um suporte honesto para o desenvolvimento de um plano de melhoramento da eficiência individual. E isso requer que digamos às pessoas onde se situam e que sejamos directos;» (Dessler, 1981, p. 100).

Para cumprir todas estas funções da melhor forma, a GRH tem à sua disposição diversos canais de comunicação, que poderão adoptar no sentido de dar a conhecer as suas políticas e programas de actuação e de recolher informação considerada pertinente. Parte desses canais são denominados de descendentes e incluem: os canais hierárquicos formais (como os ofícios ou circulares internas); os documentos institucionais ou legais; os guias de acolhimento; e outros informativos sobre a vida da empresa, como o jornal ou a revista, os suportes informáticos ou audiovisuais. Tratando-se apenas de alguns exemplos de suportes comunicativos que a GRH pode utilizar, em conformidade com a situação e as características particulares de cada organização.

Para além das práticas da comunicação descendente, destinadas difundir informação, a função de GRH pode também levar a cabo acções de comunicação ascendente (isto é, admitir o *feedback* dos funcionários para a função de RH). Esta é uma vertente da comunicação organizacional que foi pouco valorizada durante décadas (como vimos já no ponto anterior), mas que, reconhece-se hoje, tem grande importância para a evolução das relações no interior da empresa. Tal como defendem alguns teóricos actuais da gestão, a comunicação ascendente permite à empresa «mobilizar a inteligência de cada um dos seus membros para ganhar a batalha da competitividade», (Horts, 1988, p. 174).

Recentemente, as práticas de comunicação ascendente têm também vindo a ser aplicadas, com o objectivo de reforçar a identidade da organização. É necessário que os funcionários sejam ouvidos, pois são estes que, em última instância, serão portadores dos valores fundamentais da empresa. A possibilidade de exprimirem as suas ideias ou sugestões corresponde a uma necessidade de reconhecimento individual, (Horts, 1988).

Alguns dos canais de comunicação ascendente mais usados são: os canais hierárquicos tradicionais (como os ofícios); os sistemas de recolha de sugestões (como as *caixas de sugestões* ou simplesmente os relatórios); os inquéritos de opinião; e as instâncias de expressão directas (como os grupos de discussão ou as reuniões). Estes canais podem ser usados pela função de GRH em particular, ou pela gestão global da organização.

Como podemos constatar as redes de comunicação que se estabelecem numa organização são complexas e variadas. Têm diversos níveis, sentidos, canais, propósitos e intervenientes. Transportam informações, ideias, conhecimentos, sugestões, experiências, sentimentos, atitudes, valores, reacções ou metas. E para uma GRH eficaz, como para o cumprimento de qualquer outro objectivo organizacional, é necessário que haja articulação comunicativa. É aqui que faz sentido falar em comunicação integrada (Kunchs, 1997) ou global (Regouby, 1988).

Na verdade, a importância crescente da informação e do potencial criativo para o sucesso das organizações, torna fundamental a definição de

uma política global de comunicação, que enquadre também as acções comunicativas da GRH. E entende-se por comunicação integrada ou global como a prática de unificar/integrar todas as acções de comunicação levadas a cabo pela organização, de forma a enviar às audiências alvo mensagens consistentes e globais, e de recolher destas as informações necessárias à tomada de decisões. É seu objectivo criar sinergias que melhorem a partilha comunicativa entre a organização e os seus públicos, internos e externos. Conjugando todas as suas actuações e discursos, a organização conseguirá reforçar a sua prestação comunicativa, promovendo uma imagem favorável, porque coerente e verdadeira.

Neste sentido se fala actualmente em «arquitectura de uma política global de comunicação», ou seja, na necessidade das organizações constituírem um verdadeiro *sistema de comunicação*. Tal sistema seria responsável pelo planeamento e tratamento dos fluxos comunicativos, muito para além do mero suporte informático. Seria da sua responsabilidade a atenção de todo o tipo de comunicações necessárias à vida da organização, desde a comunicação institucional (orientada para a identificação da organização), passando pela comunicação comercial (dirigida a objectivos eminentemente lucrativos) e até pela comunicação de pertença (destinada à partilha de valores e interesses comuns, dentro e fora da organização). Esta última reflecte as preocupações com os RH, na perspectiva da teoria da cultura organizacional: gerir o pessoal pela criação de uma identidade organizacional, promotora de sentimentos de pertença. Comunicar para partilhar o ser organizacional, envolvendo e motivando as pessoas.

Esta perspectiva da comunicação integrada ou global, caracterizadora de qualquer organização moderna, deve ser também aplicada à comunicação na GRH, como aliás a todas as partes do sistema organizacional. A comunicação na GRH deve ser pensada e programada em função do sistema global de comunicação da organização, e deve igualmente aplicar essa noção de globalidade ao universo das suas responsabilidades. Tomando como exemplo as funções da GRH de envolvimento e motivação, poderemos referir que estas não se cumprem apenas através da produção de suportes sedutores ou de canais tecnologicamente inovadores, como pretendem muitos gestores. Passa também, e essencialmente, pelo conteúdo das mensagens veiculadas e pela coerência da informação transmitida. Isso exigirá a determinação prévia de uma verdadeira filosofia da GRH, partilhada por todos os membros da organização. E a definição de uma tal filosofia da GRH implicará a prática simultânea da comunicação descendente, ascendente e lateral. Esta filosofia deverá resultar da conjugação das ideias e projectos da direcção da empresa e dos seus colaboradores. A própria adesão dos funcionários ao projecto de RH da organização, dependerá do vector da comunicação, isto é, da sua capacidade de mobilização do pessoal (Horts, 1988). E é preciso não esquecer que tudo isto se

deve inserir no contexto mais geral, que é o contexto social, em que a organização e os seus públicos se movem.

Assim sendo, é inegável o papel que um sistema de comunicação globalizado pode ter na mobilização dos RH, pela coerência das mensagens transmitidas com a verdadeira identidade organizacional. Cabe-lhe assegurar a participação de toda a «inteligência» na realização dos objectivos da empresa, conduzir todos os esforços na «batalha económica» em que esta se encontra envolvida. Isto através do desenvolvimento e utilização coordenada de práticas de comunicação descendente, ascendente e lateral, formal e informal, directa ou indirecta. Aliás, estudos mostram que «quanto mais alta a produtividade, maior a precisão das percepções. A boa comunicação e o bom desempenho caminham juntos», (Likert, 1961, p. 68).

Reflexões Finais

Em conclusão, considero poder dizer que há, de facto, uma forte relação entre uma gestão de RH eficiente e o desenvolvimento de planos de comunicação integrados. Esta era a minha hipótese inicial e a ideia que conduziu toda a exploração documental. O reconhecimento da importância e papel da comunicação na GRH, deve ser acompanhada da consciência de que é necessário desenvolver verdadeiros planos de comunicação de GRH e não recorrer a meras acções de comunicação isoladas.

Uma GRH eficiente, aquela que é capaz de encontrar a pessoa certa para o lugar certo e de conduzir à melhoria da *performance* dos trabalhadores, exige um desempenho comunicativo rigoroso. Tal desempenho deve incluir uma recolha de informações e ideias junto dos ambientes interno e externo, e a preparação cuidada das mensagens a dirigir aos diversos públicos nesses ambientes. E isso só é possível pela adopção de uma visão programada e integral da comunicação, tanto numa perspectiva particular da GRH, como numa perspectiva mais geral da organização como um todo. Na verdade, um sistema de comunicação da GRH deve fazer parte, como um subsistema, do sistema global de comunicação da organização. Deve ser coerente com este, apesar das suas atribuições específicas.

Essas atribuições são, como já foi amplamente referido, o planeamento, o recrutamento, a selecção, a integração, a avaliação de desempenho e o desenvolvimento dos recursos humanos. Estas exigem acções de comunicação interna e externa, destinadas a pôr em contacto a função de GRH com o seu público primordial: os recursos humanos actuais ou potenciais da organização. E um dos aspectos mais importantes deste contacto é a recolha de informação. Como qualquer outra função na organização, a GRH confronta-se com a necessidade imperiosa de dispor de informação fiável sobre o domínio das suas responsabilidades. Aliás, é a

qualidade da informação recolhida que assegurará a realização de tomadas de decisão satisfatórias no plano dos RH.

Esta necessidade de informação, prende-se, ainda, com o cumprimento das duas características essenciais de um sistema moderno de GRH: a *coerência* e a *equidade*, (Horts, 1988). Como poderemos assegurar coerência e equidade se não dispusermos de informação completa e objectiva? É vital que o responsável pela GRH tenha ao seu alcance uma quantidade e qualidade informativa, pelo menos, semelhante aos seus colegas da área financeira ou comercial. E este deve igualmente proporcionar aos funcionários informação sobre as suas avaliações ou necessidades. «É talvez a este nível que a comunicação na organização, intensificada sob múltiplas formas, pode contribuir para a emergência de uma participação que persiste no nosso sonho ou no imaginário de uma organização humana, cujo êxito ou bom funcionamento iriam de par com o êxito e harmonia dos seus membros», (Alves, 1997, p. 126).

A natureza da informação com que lida a GRH torna ainda mais pertinente a exigência de um rigor comunicativo. Trata-se de «informação social», ou de informação relativa aos grupos sociais que constituem as organizações. E, apesar da dificuldade em constituir informação a partir de factores intrapessoais e culturais que interferem com o comportamento humano, também aqui é necessário desenvolver um esforço no sentido de criar verdadeiros «sistemas de informação social» (Horts, 1988). A tais sistemas caberia a tarefa de recolher e tratar informações relativas a diferentes grupos sociais, que coabitam no interior da organização, e que estarão na base das decisões relativas à aquisição, estímulo ou desenvolvimento dos RH. Sem essa informação as decisões «arriscariam a ser totalmente incoerentes ou sobretudo desiguais aos olhos dos colaboradores», (Horts, 1988, p. 180).

A organização deve, pois, consagrar à «informação social» a mesma atenção que dedica à informação económica, técnica ou comercial. Um erro de julgamento, devido a uma informação incompleta ou pouco fiável poderá conduzir a resultados desastrosos para a empresa, pois o seu «corpo social» constitui dos elementos mais difíceis de remodelar.

A necessidade desta «informação social» na prática dos recursos humanos, cruza-se com o domínio da comunicação organizacional. Para obter e difundir informação com qualidade, a GRH precisa dos meios, dos canais, das formas e dos conteúdos que caracterizam as ancestrais práticas de comunicação humana.

Aliás, «a organização do futuro — talvez amanhã ao despertarmos — será a organização da informação e do conhecimento», (Scheinsohn, 1997, p. XIX). À medida que as empresas vão tomando consciência da importância da função de comunicação, vai-se notando a necessidade de otimizar as estruturas operantes da área. Vai crescendo a sensibilização do

todo organizacional para a exigência de planejar, integrar e globalizar os processos e os conteúdos comunicativos. E «a organização baseada na informação requer autodisciplina e ênfase na responsabilidade individual para as relações e para as comunicações», (Drucker, in Scheinsohn, 1997, p. XIX). Essa exigência de responsabilidade individual na comunicação organizacional, explica-se pelo facto de que esta só poderá desenvolver-se globalmente se todos os membros da organização encararem com sua a tarefa da coerência comunicativa.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A., (1997). «Participação e Comunicação», *Cadernos do Noroeste*, vol.10 (1), pp.119-127.
- BRAULT, L., (1990) *A Com. — A comunicação da empresa para além do modelo publicitário*, Lisboa: Edições CETOP.
- BURNETT, J., MORIARTY, S., (1997). *Introduction to Marketing Communications, an integrated approach*, Prentice-Hall: New Jersey.
- DESSLER, G., (1981). *Personnel Management*, (2.ª edição), USA: Prentice-Hall.
- FISHER, D., (1993). *Communication in Organizations*, USA: West Publishing Company.
- HORTS, C.-H. Besseyre des, (1988). *Gérer les Ressources Humaines dans L'Entreprise*, Paris: Les Editions d'Organization.
- JABLIN, F. M., PUTMAN, L. L., ROBERTS, K. H., PORTER, L. W., (1989). *Handbook of Organizational Communication*, (2.ª edição), USA: Sage Publications.
- KREPS, G., (1990). *Organizational Communication — Theory and Practice*, (2.ª edição) New York: Longman.
- KUNSCH, M., (1997). *Relações Públicas e Modernidade. Novos Paradigmas na Comunicação Organizacional*, São Paulo: Summus Editorial.
- LIKERT, R., (1961). *Novos Padrões de Administração*, 2.ª edição, São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- REGUOBY, C. (1988). *La Communication Global*, Paris: Les Éditions d'Organisation.
- SCHEINSOHN, D., (1997). *Mas allá de la Imagen Corporativa*, Buenos Aires: Ediciones Machi.
- SCHULTZ, D. E.; TANNENBAUM S. I.; e LAUTERBORN R. F., (1993). *Integrated Marketing Communications*, Chicago: NTC Business Books.
- THAYER, L., (1976). *Comunicação: fundamentos e sistemas*, S. Paulo: Atlas.

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO RUMOR NAS ORGANIZAÇÕES

Revisão e articulação de algumas perspectivas teóricas

SANDRA MARINHO *

RESUMO

Pensar nos rumores fora da vida quotidiana e vê-los nas organizações, enquanto forma de comunicação interna, não tem sido um caminho fácil. As consequências dos rumores são geralmente negativas; os rumores são, quase sempre, conotados de imediato com coscuvilhices; são rápidos, voláteis, enfim, difíceis de estudar.

As dificuldades em empreender estudos empíricos são fáceis de ver: poder acompanhá-los desde o início e observá-los passo a passo é um golpe de sorte, um rasgo de oportunidade, um «estar no local certo, no momento certo», o que sucede muito poucas vezes. Criá-los «laboratorialmente» resulta em perda de espontaneidade e introduz vícios no seu processo de transmissão. Lançá-los propositadamente em ambientes naturais levanta sérias questões éticas e incontornáveis.

Apesar destas dificuldades, o estudo dos rumores e dos seus efeitos nas organizações tem vindo a prosseguir, sob diversas perspectivas e orientações, contributos que tentamos articular nesta breve revisão bibliográfica.

«Saber é poder.»

FRANCIS BACON

*«...Os falsos boatos constituem o preço a pagar
pelos boatos com fundamento.»*

JEAN-NOËL KAPPERER

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: marinho@ics.uminho.pt

De acordo com um Dicionário da Língua Portuguesa, um boato é «uma notícia que corre publicamente, mas não confirmada» e um rumor é definido como «um ruído confuso de vozes; sussurro; murmúrio; rebuliço; alvoroço; agitação; notícia que corre de boca em boca». Teobaldo de Andrade refere-se ao rumor nos seguintes termos:

«O rumor é tão importante que poderíamos mesmo falar em uma 'patologia das comunicações', isto é, uma ciência que estudasse as causas, os sintomas e a natureza dessa verdadeira doença que é a 'voz que corre'. O rumor é, em geral, a explanação de factos numa distorção intencional ou não da sua realidade. Essa distorção é, quase sempre, grosseira, mas nem por isso perde o seu valor. Ele difunde-se com grande velocidade, atingindo em pouco tempo os lugares mais distantes» (Andrade, 1993:111).

As definições apresentadas ilustram bem a forma como foi tratado o rumor, durante muito tempo: como um problema grave para os indivíduos e organizações, uma distorção grosseira da realidade, uma fonte de enganos. No entanto, nos últimos anos, alguns autores têm vindo a desenvolver estudos empíricos, com o objectivo de conhecer melhor este fenómeno de comunicação informal, identificando os seus padrões de proliferação, bem como possíveis formas de o prevenir e controlar, nomeadamente em ambientes organizacionais, onde os seus efeitos se podem revelar especialmente destrutivos.

O rumor: evento de comunicação humana

Antes de mais, impõem-se algumas considerações prévias, indispensáveis a um correcto enquadramento da questão que vamos abordar. Consideramos essencial integrar o fenómeno do rumor nos processos de comunicação informal que, por sua vez, podem desenrolar-se ao nível da organização, um dos contextos de realização dos actos de comunicação humana. Não queremos com isto transmitir a ideia de que concebemos o rumor ou boato enquanto «célula» isolada das actividades de comunicação formal e externa que, obviamente, influenciam os acontecimentos que se desenrolam no interior das organizações.

Mais ainda, temos em conta a natureza parcialmente coincidente dos diferentes contextos de comunicação humana, amplamente defendida por Thayer (1976). Se considerarmos que em cada organização há uma série de elementos que se organizam hierarquicamente, teremos em jogo, simultaneamente, indivíduos a processarem informação para si próprios (nível intrapessoal) e também um contexto de comunicação interpessoal, que representa todos os actos de comunicação entre duas ou mais pessoas. Para

além destes, há ainda os elementos organizacionais, que são as cadeias que ligam grupos de indivíduos em organizações e ainda o nível tecnológico que se traduz nos «programas mecânicos, electrónicos ou de software para auxiliar no processo de manipulação da informação» (Thayer, 1976: 60).

Contudo, iremos referir-nos aos eventos de comunicação num contexto tipicamente organizacional, onde estão presentes as características próprias e definidoras da comunicação no seio dos grupos estruturados por regras e onde se realizam jogos de poder e de influência que determinam muitas das orientações da informação aí produzida. Vemos assim as organizações como «sistemas complexos predominantemente estruturados em torno de eventos de comunicação» (Littlejohn, 1982: 317), que são um factor estratégico fundamental, o que faz com que devam ser cuidadosamente planeados e controlados, de maneira a promover a transmissão de informação útil, da forma mais adequada e no momento oportuno, ao público específico a que se destinam. Comunicação organizacional é também ...

«...o processo através do qual membros de uma organização reúnem informação pertinente sobre esta e sobre as mudanças que ocorrem no seu interior e a fazem circular endógena e exogenamente. A comunicação permite às pessoas gerar e partilhar informações, que lhes dão capacidade de cooperar e de se organizarem» (Kreps, 1990).

São igualmente importantes, ao nível da comunicação interna, os conceitos de «macrorrede» ou «*macronetwork*», enquanto «padrão repetitivo de transmissão de informações entre grupos ou organizações» (Littlejohn, 1982: 316). Neste sentido, podem existir numa organização humana numerosas redes não formais, organizando os seus membros em grupos, ligados de várias maneiras para partilharem informação. Cada membro do grupo, por sua vez, agirá numa série de zonas, de acordo com a sua influência.

Não perdemos também de vista os pressupostos presentes nas definições de comunicação humana: trata-se de um campo multidisciplinar e multiteórico, que convoca contributos de várias outras disciplinas e ciências. Comunicar será assim tornar comum uma realidade, uma informação, uma ideia, um pensamento ou uma atitude, através de um qualquer meio efectivo. Como tal, exige a presença de um conjunto de elementos: um emissor ou fonte, um receptor ou destinatário, uma mensagem, um canal, uma situação ou circunstância e uma intenção, propósito ou necessidade. Ao receptor caberá determinar o sucesso de qualquer acto de comunicação, ao «levar em consideração» a informação transmitida pela fonte, o «fenómeno básico» que preside a qualquer acto de comunicação (Thayer, 1976).

A comunicação informal nas organizações: a «grapevine» em acção

O conceito de «grapevine», surgido durante a Guerra Civil Americana, traduz um sistema de comunicação informal coexistente com os canais formais. Na época, as linhas do telégrafo dos serviços secretos eram penduradas de árvore em árvore como uma vinha («grapevine») e, em alguns casos, acabavam mesmo por nascer vinhas selvagens ao longo dos fios. Visto que as mensagens transmitidas eram, muitas vezes, incorrectas ou confusas, o que não é de admirar num cenário de guerra, sempre que surgia algum rumor dizia-se que provinha da «grapevine». O termo acabou por ser adoptado e, actualmente, é empregue para designar toda a comunicação informal, incluindo a que se desenrola nas organizações.

Embora os seus padrões de proliferação sejam distintos, e até certo ponto imprevisíveis, a «grapevine» segue geralmente o padrão «cluster» (cacho):

«O empregado X diz a outros três ou quatro. Só um ou dois destes receptores irão passar adiante a informação e os que o fazem irão, geralmente, contar a mais que uma pessoa. Então, à medida que a informação vai 'envelhecendo' e que a proporção daqueles que tomam conhecimento dela aumenta, morre gradualmente, porque nem todos os que a recebem a repetem. Este tipo de rede é conhecida por cadeia em cacho ('cluster'), porque cada um dos elos da cadeia tende a informar um conjunto de pessoas, em vez de contar a uma só pessoa» (Newstrom & Davis, 1997: 76).

Daqui, podemos deduzir que só um pequeno grupo de membros são comunicadores activos na «grapevine». Newstrom & Davis (1997) classificam-nos como «elementos de ligação». Na sua opinião, «a 'grapevine' é um produto da situação e não da pessoa», ou seja, numa situação favorável, qualquer pessoa pode tornar-se num elemento activo.

Há, no entanto, alguns factores que tendem a dinamizar a actividade deste sistema: estados de excitação e insegurança; envolvimento de sócios ou amigos; informação recente; procedimentos que coloquem as pessoas em contacto; trabalhos que permitam aos empregados conversar; trabalhos que dêem acesso a informação que possa interessar a outros; e, por fim, também a personalidade do comunicador (Newstrom & Davis, 1997).

Baker & Jones preocupam-se com o funcionamento da «grapevine» em situações de «disfuncionalidade organizacional»:

«As características disfuncionais nas organizações podem criar barreiras a uma comunicação aberta, aos níveis vertical e horizontal. Ironicamente, embora os líderes organizacionais normalmente digam que preferem os meios directos de comunicação, muitas vezes os funcionários dependem primordialmente da 'grapevine' para receber e enviar infor-

mação. Embora em algumas organizações a *'grapevine'* possa ser um meio fiável e válido para reunir informação, na maior parte das vezes não o é, principalmente quando o sistema desenvolveu alguma disfuncionalidade» (Baker & Jones, 1996: 76).

Segundo estes autores, os indivíduos transferem para as organizações os seus «comportamentos baseados em necessidades» (Baker & Jones, 1996: 76), adquiridas nas suas relações familiares. Estes comportamentos podem ser de vária ordem, mas estão geralmente associados a necessidades de controlo e de exercício de poder, para superar sentimentos de insegurança gerados por um sistema que os indivíduos percebem como sendo disfuncional. Trata-se de indivíduos preocupados essencialmente em atingir os seus objectivos emocionais:

«... estão mais preocupados em realizar as suas necessidades pessoais do que em atingir os objectivos estabelecidos para a organização, embora declarem que trabalham em consonância com os interesses da organização» (Baker & Jones, 1996: 76).

As relações estabelecidas por este tipo de indivíduos implicam normalmente comportamentos como: «... violação de fronteiras, quebra de confiança, conspirações de silêncio, controlos desnecessários, culpabilizações...» (Baker & Jones, 1996: 76). Aliás, duas das características destes «sistemas disfuncionais» são precisamente a «falta de confiança e falta de 'privacidade'...» (Baker & Jones, 1996: 79).

Relativamente à precisão e exactidão da informação que circula, a investigação revela que esta é, na sua maior parte, verdadeira. Tendemos a pensar que a *'grapevine'* não é muito fidedigna, porque os erros deste tipo de informação têm efeitos muito marcantes, sendo, portanto, facilmente memorizáveis. Para além disso, basta que uma parte da informação seja incorrecta, para tornar toda a mensagem inexata. Um outro factor que contribui para as diferenças de interpretação é o facto de, na maior parte das vezes, a informação transmitida ser incompleta. Ou seja, «embora a *'grapevine'* tenha a tendência para transmitir a verdade, raramente transmite toda a verdade» (Newstrom & Davis, 1997: 77). Perante isto, Newstrom & Davis concluem que, no total, a *'grapevine'* produz mais informação incorrecta do que aquela que seríamos levados a crer, se tivéssemos somente em conta a informação totalmente errada.

Este processo de comunicação informal torna-se assim indispensável, na medida em que transmite aos gestores muito *feedback* acerca dos elementos da organização e dos seus problemas. Por outro lado, pode também ajudar a «traduzir» as ordens formais dos gestores em «linguagem dos empregados», o que ajudará a colmatar as falhas comunicativas dos primeiros. Noutras situações, a *'grapevine'* também acaba por pôr a cir-

cular informações que o sistema formal de comunicação não quer assumir e, propositadamente, não diz. Sendo flexível e pessoal, espalha a informação mais depressa e penetra nas áreas da organização consideradas as mais seguras, fruto da sua capacidade de «cortar caminho» pelas linhas da estrutura organizacional, lidando directamente com as pessoas «bem colocadas» — acaba, assim, por ser uma fonte de comunicação confidencial.

A «*grapevine*» apresenta algumas consequências favoráveis e outras menos favoráveis. No entanto, a verdade é que a organização terá que saber aproveitar os seus aspectos mais positivos e saber lidar com os menos positivos, o que implica a compreensão, por parte dos gestores, dos processos que gerem esta rede informal, o conhecimento dos seus líderes e elementos activos e do tipo de informação que aí circula.

Muitos gestores já se deram conta desta necessidade, e alguns vão mesmo mais longe, tentando influenciar este processo de diversas maneiras. Uma das possibilidades poderá ser «deixar verter informação para a '*grapevine*' para que nela passe a circular informação o mais correcta possível» (Newstrom & Davis, 1997: 77). Outros gestores tentam mesmo identificar as redes a que pertencem os elementos da organização. Conhecendo os seus contactos internos e externos, podem utilizar a «*grapevine*» como uma vantagem para a organização, partilhando determinada informação com as «pessoas-chave». Para além disso, a gestão deverá observar e avaliar a comunicação informal nas organizações e, quando necessário, clarificá-la através dos canais formais. Retomaremos este assunto mais adiante, quando nos referirmos às estratégias de prevenção dos rumores nas organizações.

Uma prática desenvolvida nos últimos anos que reflecte todo este tipo de esforços é o «*management by walking around*» (MBWA), já adoptado por grandes organizações como a IBM. Trata-se de uma técnica que implica que o gestor percorra a companhia, de maneira a que os elementos dos diferentes níveis e departamentos tenham oportunidade de fazer sugestões ou críticas. Baker & Jones, no entanto, apontam alguns riscos inerentes a este tipo de «gestão de porta aberta» (Baker & Jones, 1996: 80), nomeadamente o facto de os gestores poderem ficar numa situação vulnerável, face a elementos da organização que se aproveitam da situação de contacto directo para exercer pressões e influência, numa tentativa de satisfazer os seus «comportamentos baseados em necessidades».

Uma outra perspectiva que podemos referir é a de Luthans (1995). Na sua opinião, a incapacidade das estruturas clássicas em corresponder às necessidades de comunicação interactiva nas organizações acaba por fazer emergir grupos informais para preencher esse vazio. Embora este sistema de comunicação informal, possa ser utilizado para espalhar falsos rumores ou informação destrutiva, também é verdade que é um suplemento dos canais formais, e muito eficiente, já que consegue, com muita rapidez,

espalhar informação pertinente e importante para a prossecução dos objectivos e missão da empresa.

O que determina, em grande parte, a sua influência positiva ou negativa para a empresa são os objectivos da pessoa que comunica, já que este sistema informal tem uma «orientação altamente pessoal», podendo estes «objectivos pessoais ser ou não compatíveis com os objectivos da organização» (Luthans, 1995: 435). O grau de compatibilidade que exista terá um grande impacto no efeito que a «*grapevine*» exerce na organização.

Segundo Luthans (1995), embora a velocidade de funcionamento deste sistema informal dificulte o controlo de rumores por parte da gestão, também pode ser uma vantagem, já que a informação importante, relevante e que exige uma reacção rápida, tende a correr muito mais rapidamente neste sistema personalizado e directo do que através dos canais formais.

Também Robbins (1996) considera importantes as redes de comunicação informal que se distinguem dos mecanismos formais, que são tipicamente verticais, seguem a cadeia de autoridade e são o suporte para a informação relacionada com o desempenho na organização. Já as redes informais ...

«...movem-se livremente em qualquer direcção, escapam aos níveis de autoridade e procuram, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades sociais dos membros de grupo e facilitar o desempenho das tarefas» (Robbins, 1996: 316).

Este autor atribui à «*grapevine*» três características essenciais: não é controlada pela gestão; é percebida pela maior parte dos elementos da organização como sendo mais credível que os comunicados oficiais emitidos pela gestão de topo; e, finalmente, na maior parte das vezes, é utilizada para servir os interesses próprios dos que dela fazem parte.

A partir do que vimos até agora, apercebemo-nos de que, embora a preocupação com a comunicação interna informal das organizações tenha vindo a crescer, suscitando mesmo trabalhos de investigação, há ainda um longo caminho a percorrer até que o seu interesse e valor sejam plenamente aproveitados. Muitos dos receios e hesitações advêm certamente dos rumores que nela se cruzam e do carácter manipulatório, não ético e da ideia de falsidade a que estão associados, muitas vezes legitimamente.

A partir da «Lei Básica»: algumas dimensões da «teoria do rumor»

Criado e transmitido na '*grapevine*', o rumor é ainda olhado com bastante desconfiança pelos gestores, o que não é surpreendente se tivermos

em conta os efeitos devastadores que poderá ter numa organização. No entanto, a investigação sobre este tema tem contribuído para melhor compreender o seu funcionamento, dando também pistas importantes para o seu controlo.

Até aqui, referimo-nos à «*grapevine*», o sistema de comunicação informal interno que define e organiza os fluxos de informação entre os elementos de uma organização. Trata-se do suporte ou do meio através do qual circulam, entre outra informação, os rumores, como veremos de seguida. Não raras vezes, vemos os dois conceitos — «*grapevine*» e rumor — usados indistintamente, o que não é estranho se tivermos em conta que um (rumor) é parte integrante do outro («*grapevine*»), o que faz com que tenham características semelhantes. No entanto, esta é uma perspectiva que não adoptamos, já que, na nossa opinião, nem toda a comunicação informal terá que se transformar em rumor, devendo a «*grapevine*» ser antes entendida enquanto suporte ou rede através da qual circula todo o tipo de comunicação informal, incluindo o rumor.

As primeiras investigações empíricas sobre rumores foram desenvolvidas por G. Allport, L. Postman e R. Knapp, durante a «Segunda Guerra Mundial», a pedido do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, com o objectivo de controlar os inúmeros rumores que corriam acerca da situação e posição exacta dos aliados nas frentes japonesa e europeia. A falta de conhecimentos precisos, motivada pelo segredo militar, deixava o público sem qualquer informação ou fornecia apenas ideias muito vagas, surgindo assim a necessidade de completar este vazio, através da criação de rumores (Kapferer, 1990; Rosnow, 1991).

Segundo Gordon W. Allport e Leo Postman (cit. por Andrade, 1993: 111; cit. por Rosnow, 1991: 485), o rumor é a «exposição de um assunto destinada a ser acreditada, que passa de pessoa para pessoa, geralmente na forma oral e sem meios comprobatórios para assegurar a sua veracidade». Coube-lhes também a enunciação da chamada «Lei Básica do Rumor», a partir das investigações de Douglas McGregor, nos anos 30, segundo a qual terá que haver um ambiente propício à criação e disseminação de rumores: «... em primeiro lugar, o tema da história tem que ter alguma importância para quem fala e quem ouve; e, em segundo lugar, os factos verdadeiros terão que estar envolvidos por alguma ambiguidade» (Allport e Postman, cit. por Rosnow, 1991: 485). As concepções destes investigadores têm sido, ao longo dos anos, retomadas, testadas empiricamente e aperfeiçoadas, como veremos em seguida.

Rosnow define os rumores como...

«... comunicações públicas que reflectem hipóteses privadas acerca do funcionamento do mundo. Enriquecido por alegações ou atributos base-

ados em provas circunstanciais, são tentativas de dar sentido a situações incertas.... O rumor é, ao mesmo tempo, um barómetro das tensões na comunidade e, às vezes, uma forma de prever comportamentos» (Rosnow, 1988: 13).

O contexto da criação e disseminação dos rumores assume assim uma importância fundamental, já que podemos encarar este processo como uma maneira de explicar ou de dar sentido às mudanças na comunidade ou organização e às suas consequências para os indivíduos: «este processo extrai sentido do contexto em que situa e também lhe dá sentido» (Rosnow, 1988: 14).

Podemos considerar que há duas grandes perspectivas de abordagem da natureza da disseminação dos rumores: a sociológica e a psicológica. A primeira, que analisa a rumor ao nível das acções colectivas, tem como principal representante Shibutani, que defende que «... a construção do rumor é uma forma de promulgar novos esquemas de coordenação quando passamos por grandes mudanças na vida...» (Shibutani, cit. por Rosnow, 1988). Ou seja, quando detectamos descoordenação num sistema, ficamos apreensivos e vamos procurar ouvir a opinião dos outros e obter o seu apoio. Assim, a criação de rumores permite-nos regular as nossas expectativas mútuas e os nossos comportamentos.

Uma outra perspectiva, a psicológica, analisa o rumor ao nível das necessidades individuais e tem como principais representantes Carl Jung e Allport & Postman, já anteriormente referidos. Jung, que propõe uma interpretação psicoanalítica deste fenómeno, fala de dois tipos de rumores: visionários e ordinários. Se para a disseminação de rumores ordinários basta a curiosidade popular, no caso dos rumores visionários verificam-se as condições de ansiedade e incerteza, funcionando como «prefigurações psíquicas subjectivas... são expressos sob a forma de visões, ou melhor, devem a sua existência a visões primordiais e mantêm-se vivos através dessas visões» (Jung, cit. por Rosnow, 1988: 16).

Um dos autores que retomou as concepções de Allport & Postman e que as tem enriquecido e testado empiricamente é Rosnow, procurando fazer a síntese entre as concepções sociológica e psicológica. Defende que, para além da importância e ambiguidade, características apontadas pela «Lei Básica», há outras variáveis que influenciam as origens e perpetuação dos rumores. Rosnow considera assim a influência de quatro variáveis que afectam e podem prever a criação e transmissão de rumores. São elas: incerteza generalizada, ansiedade pessoal, credulidade e envolvimento relevante para os resultados («*outcome-relevant involvement*») (Rosnow, 1991: 485).

Em alternativa à «ambiguidade» de Allport & Postman, Rosnow propõe a noção de «incerteza generalizada». Embora também considere que o estado de incerteza seja originado por acontecimentos problemáticos e instáveis, Rosnow insiste num estado de «suspensão de descrença» que

caracteriza a relação entre os eventos e as pessoas que os percebem, estado esse que se «espalha» e generaliza a todo o indivíduo e ao contexto organizacional em que se possa inserir.

Quanto ao «envolvimento relevante para os resultados», é uma variável alternativa à «importância» de Allport & Postman e traduz o pressuposto de que a relevância de um acontecimento e o envolvimento que suscitam são factores moderadores do processo de criação e disseminação de rumores. Rosnow (1991) defende que os indivíduos tendem a examinar menos criticamente as informações que não lhes suscitam grande envolvimento, embora haja autores que apontam para uma relação inversa: «quando há um grande envolvimento pessoal, a crítica é suspensa» (Sinha, cit. por Rosnow, 1991: 487).

Já a terceira variável, «ansiedade pessoal», não tem qualquer ligação directa com a «Lei Básica» e traduz um estado afectivo desencadeado ou associado à apreensão dos resultados iminentes e potencialmente negativos de determinado acontecimento.

Finalmente, temos a «credulidade» ou confiança no rumor, uma variável que se pode revelar importante, na medida em que, por vezes, haverá a tendência para transmitirmos unicamente as informações em que acreditamos (Rosnow, 1991), uma relação que não é, no entanto, absoluta, como veremos mais adiante.

Outros autores têm trabalhado e realizado estudos empíricos a partir destas variáveis, o que tem contribuído para um melhor conhecimento dos factores que propiciam o desenvolvimento dos rumores. Vejamos algumas dessas contribuições.

Difonzo, Bordia & Rosnow definem o rumor como...

«... informação não verificada, geralmente com um interesse localizado, destinada primeiramente à crença ... os rumores são proposições ou alegações coloridas por várias sombras de dúvidas, porque não são acompanhadas de provas que as corroborem» (1994: 50).

A não existência de prova é o que, na opinião dos autores, distingue os rumores das notícias já que ambos explicam acontecimentos importantes e referem-se, de maneira positiva ou negativa, a pessoas ou acontecimentos. Para além desta característica de não confirmação, apontam o facto de os rumores nascerem de interesses colectivos, um aspecto que voltaremos a retomar mais adiante, quando nos referirmos concretamente aos ambientes organizacionais. Uma terceira característica definidora dos rumores é o facto de se destinarem à crença de quem os ouve, em situações de falta de informação credível, o que os distingue das «coscuvilhices», destinadas antes de mais a «entreter».

A distinção entre rumor e coscuvilhice é também referida por Rosnow, a partir das palavras de Orrin Klapp:

«A coscuvilhice é um tipo de informação interna e restringe-se à pequena comunidade ou grupo primário, enquanto que o rumor provém da sociedade mais abrangente, o mundo exterior. A coscuvilhice tem um enfoque íntimo e pessoal, enquanto que o rumor é impessoal e relata acções de estranhos. A coscuvilhice presta-se à 'conversa'; há o sentido de uma relação entre quem fala e quem ouve que ajuda a tornar a informação interessante; pelo contrário, o interesse do rumor provém de uma urgência externa, da possível importância de eventos remotos. No caso da coscuvilhice, há um grande consenso entre os participantes, porque pertencem à mesma comunidade, sabem e têm muitas coisas em comum, enquanto que no caso dos participantes no rumor há um baixo consenso, maior heterogeneidade nas opiniões e maior ignorância relativamente ao acontecimento partilhado» (Klapp, cit por Rosnow, 1988: 14).

Difonzo, Bordia & Rosnow consideram que a generalidade dos rumores segue três fases de desenvolvimento: «geração», «avaliação» e «disseminação». Na primeira fase, a da geração do rumor, os indivíduos desenvolvem uma «susceptibilidade ao rumor» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 52) e são motivados a receber ou transmitir informações, o que depende de uma «combinação óptima de incerteza e ansiedade» (*idem*).

A incerteza pode ser definida como «o estado psicológico que se instala quando ocorrem eventos inexplicados» (*idem*). Trata-se de uma situação ambígua, em os acontecimentos são «cognitivamente obscuros» ou não-estruturados e não podem ser imediatamente percebidos, porque lhes falta um contexto. Isto produz uma sensação de desconforto e insegurança, provocada pela imprevisibilidade dos efeitos dos acontecimentos em questão. Os rumores surgem assim como explicações que dão uma estrutura e contextualizam acontecimentos ambíguos.

Para além da incerteza, a geração de rumores exige que se verifique uma outra condição: a ansiedade, ou seja «o medo que ocorram acontecimentos negativos ou que não ocorram acontecimentos positivos» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 53). Os resultados da investigação apontam este factor como estando fortemente associado à transmissão de rumores. Aliás, parece lógico que a transmissão de rumores alivie a ansiedade, já que é uma forma de aferir a veracidade da informação e, ao mesmo tempo, ganhar algum controlo sobre um possível acontecimento negativo. Uma forma de avaliar a ansiedade provocada por um acontecimento é a análise da linguagem e tom utilizados para os descrever.

Gerado o rumor, segue-se a fase de avaliação da sua veracidade, uma condição importante para a decisão de o transmitir, já que a transmissão de informações falsas poderá acarretar penalizações (Difonzo, Bordia &

Rosnow, 1994; Rosnow, 1991). Ao considerarmos o processo de avaliação da veracidade de uma mensagem, há, logo à partida, que ter em conta que...

«... quanto mais uma história concorde com o conhecimento convencional ou com formas de pensar e pressupostos facilmente evocáveis e 'disponíveis', mais facilmente será vista como uma história provavelmente verdadeira» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 53).

Os autores destacam todavia dois aspectos essenciais deste processo de avaliação da veracidade das mensagens: por um lado, há que ter em conta que as cognições dos indivíduos podem ser teoricamente categorizadas de acordo com a sua acessibilidade (a facilidade com que «nos vêm à cabeça»); por outro lado, os rumores são classificados ao longo de um *continuum* probabilístico que vai do «muito provavelmente verdade» ao «muito improvavelmente verdade».

Relativamente à acessibilidade das cognições e pensamentos, temos também que ter em conta que podem agir no sentido de modificar os pressupostos do rumor para que se adequem melhor aos nossos quadros mentais, ou seja, de alguma forma «modulam» a forma como ouvimos a informação (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994; Gilbert, Tafarodi & Malone, 1993). Isto porque teremos tendência a acreditar mais facilmente num rumor que tenha subjacente pressupostos e formas de ver que nos sejam familiares, da mesma forma que estamos mais atentos a acontecimentos que tendam a validar e verificar o rumor. Rosnow refere-se mesmo a uma resistência dos indivíduos perante provas que possam invalidar as suas ideias preconcebidas, um estado que classifica como «suspensão de descrença» (Rosnow, 1988: 15), ao qual já nos referimos anteriormente.

Um factor extremamente importante quando se classifica uma informação no «*continuum* da veracidade» é a «credulidade» dos receptores, uma das características mais perceptíveis (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 54). Isto implica que um indivíduo não tenha que acreditar totalmente num rumor para o transmitir.

Gilbert, Tafarodi & Malone, ao investigarem o processo de crença em mensagens e afirmações, chamam a atenção para o facto de as pessoas terem...

«... tendência para acreditar naquilo que não devem... Depois de estas crenças estarem formadas, as pessoas têm uma dificuldade considerável em desfazê-las... mais ainda, há diversos estudos que sugerem que, em certas circunstâncias, as pessoas acreditam em afirmações que estão explicitamente 'etiquetadas' de falsas» (Gilbert, Tafarodi & Malone, 1993: 222).

Dadas as limitações humanas para avaliar a total veracidade de uma informação, teremos, muitas vezes, que nos contentar com uma «quase certeza», que cremos ser suficiente para aferir a qualidade de toda a infor-

mação, atribuindo, desta forma, qualquer discrepância ao acaso ou a factores que não conhecemos.

Temos, finalmente, a última fase, a da disseminação do rumor. Cumpridas as condições anteriormente descritas, o rumor espalha-se e a crença reforça-se, particularmente através de dois mecanismos: a repetição e o tempo (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 54; Gilbert, Tafarodi & Malone, 1993: 222). Por um lado, a repetição reforça a crença. Só o facto de ouvirmos uma informação muitas vezes aumenta a nossa segurança na sua veracidade. Por outro lado, à medida que um rumor circula, dá-se um processo de mutação que o vai tornando mais plausível, um refinamento da informação, de acordo com aquilo que o transmissor acredita ser verdade. Daí que o tempo surja como um factor determinante no combate aos rumores, já que uma intervenção atempada e um corte na circulação do rumor vão contribuir para o decréscimo da sua credibilidade.

Marín define o rumor como «... informação vaga e confusa, procedente de fontes não claramente identificadas, que corre através dos canais informais, dando lugar a um conhecimento generalizado» (1997: 186). Desta definição salientamos a importância atribuída às fontes de informação ou «procedência do rumor», que este autor considera extremamente difíceis de identificar. Por outro lado, aponta para a existência e para o papel de «posições-chave» na difusão dos rumores, fruto da posição central que ocupam na organização informal, o que vai de encontro às concepções que referimos anteriormente quando descrevemos o funcionamento da «*grapevine*».

Ao contrário da generalidade dos autores, Marín salienta as vantagens que podem resultar da circulação de rumores nas organizações e procura mostrar a necessidade de promover a complementaridade e interdependência entre os sistemas formal e informal:

«Contrariamente à crença popular, um rumor é um canal de comunicação muito poderoso e potencialmente útil na vida organizacional. A informação disseminada através do rumor viaja com extrema rapidez pela organização.... A rede de comunicação do rumor caracteriza-se por ser como uma cadeia de comunicação, através da qual as mensagens são distribuídas a um grupo de membros da organização, em vez de a uma só pessoa, acelerando a disseminação da informação ao maximizar o tamanho das audiências da mensagem informal» (Marín, 1997: 187).

A problemática das fontes de informação é um tema fundamental no estudo do rumor, e tem suscitado a atenção, não só de Kapferer (1987) ou Marín (1997), mas de outros autores como Andrade (1993). Segundo este autor, o rumor origina-se como consequência de falhas no sistema de comunicações, pela circulação de diferentes versões sobre um mesmo assunto e por falta de confiança na fonte de informação.

Andrade (1993) cita um estudo empírico realizado por Holand e Weiss, investigadores da Universidade de Yale, conduzido com o objectivo de avaliar a credibilidade atribuída às fontes de informação. A experiência foi realizada a partir de dois tipos de comunicadores: de alta e baixa credibilidade. Foram distribuídos questionários aos alunos imediatamente a seguir e um mês depois das comunicações, que versaram sobre quatro tópicos diferentes. De acordo com os resultados obtidos pela comparação das respostas, 30 dias depois tinham praticamente desaparecido as diferenças nas percentagens das respostas entre as fontes de alta e baixa credibilidade, tendo os investigadores retirado as seguintes conclusões: o esquecimento dos indivíduos, passado um mês, sobre a fonte da informação apresentada; a queda da credibilidade do indivíduo em relação à fonte em que acreditara e conseqüente tendência à modificação do seu ponto de vista na direcção da opinião contrária.

Este estudo poderia indicar que a fonte não influencia consideravelmente o percurso do rumor e a opinião dos ouvintes, uma conclusão que não é partilhada por autores como Kapferrer (1987, 1990) que atribui uma grande importância às fontes, especialmente na comunicação de desmentidos.

As investigações acerca dos rumores e boatos têm levado também a tentativas de elaboração de algumas tipologias, de entre as quais citaremos apenas três. Andrade divide os rumores em não intencionais e intencionais, sendo estes últimos «dirigidos com um fim determinado e ... com importantes objectivos emocionais» (1993: 113).

Rosnow refere uma investigação conduzida por Robert Knapp, durante a «Segunda Guerra Mundial», cujos resultados deram origem a uma tipologia. Numa análise de mil boatos recolhidos nos EUA, foi obtida a seguinte classificação, em três grandes categorias: «rumores sobre fantasias positivas» (menos de 4%); «rumores de medo» (um terço); «rumores de agressão» (a maior parte) (Knapp, cit. por Rosnow, 1988: 17, 18).

Newstrom & Davis (1997) identificam três tipos diferentes de rumores: alguns são «históricos e explanatórios» e tentam dar sentido à informação a partir de acontecimentos anteriores; outros são mais espontâneos e «orientados para a acção» e surgem a partir de tentativas para alterar o estado vigente; ocasionalmente, os rumores podem também ser «negativos», criando fracturas nos grupos, mas também «positivos», daí que, condenar à partida uma informação só porque foi recebida com o estatuto de rumor seja um atitude completamente errada.

A partir do que expusemos relativamente às características e fases de evolução dos rumores, está aberto o caminho para conceber estratégias que o previnam e, quando necessário, o neutralizem em ambientes organizacionais.

O rumor nas organizações: principais características e funções. Estratégias de prevenção e controlo.

Embora as definições que podemos encontrar na bibliografia não vejam o rumor da mesma perspectiva, parecem estar de acordo quanto a algumas características básicas deste fenómeno de comunicação: é uma mensagem construída acerca de um assunto importante para os elementos da organização/comunidade, numa situação de falta de informação e de ansiedade; é geralmente, mas não necessariamente, transmitido na forma oral; a sua propagação é rápida e a sua credibilidade difícil de refutar; finalmente, há um certo acordo em relação à importância do papel desempenhado pela fonte de informação, enquanto factor de credibilidade, logo de aceitação, do rumor, embora, a partir de determinado nível de difusão, a identidade desta fonte inicial seja difícil de comprovar.

Na secção anterior, procurámos dar um breve panorama das principais questões debatidas no estudo do rumor. Para isso, destacámos algumas definições, características, estímulos e moderadores que intervêm no fenómeno de criação e disseminação dos rumores, recorrendo às conclusões e estudos empíricos de alguns autores incontornáveis quando tratamos esta problemática.

Tudo isto funciona como um enquadramento ou estrutura para podermos agora considerar o rumor em contexto organizacional, embora tenhamos já feito algumas referências à dinâmica da comunicação nas organizações. Iremos agora centrar-nos nas funções e características dos rumores organizacionais, bem como nas estratégias para os prevenir e controlar.

Segundo Robbins (1996: 320), os rumores cumprem quatro objectivos principais nas organizações: estruturar e reduzir a ansiedade; dar sentido a informação limitada ou fragmentada; servir como veículo para organizar os elementos de um grupo, e possíveis «*outsiders*», em coligações; e, finalmente, para assinalar o estatuto ou poder do emissor. O rumor como meio de apropriação de poder é também referido por Lehnisch quando diz que «ter informação é ter poder» (1988: 60). Logo, o «iniciador» de um rumor, ao mostrar que tem acesso a informação, procura garantir uma posição de supremacia e controlo sobre os restantes elementos da organização. Este autor considera ainda que há dois «temas predilectos» em torno dos quais se criam os rumores: a questão da liberdade no interior da empresa (mecanismos de controlo da gestão) e os favoritismos.

Para além dos objectivos anteriormente enunciados, Lehnisch atribui aos rumores uma outra função algo original e terapêutica:

«... ao nível da comunicação organizacional, os rumores permitem suportar melhor uma rotina que pode desmotivar muitas pessoas. É uma forma de suportar melhor o longo rio tranquilo que é a vida diária de uma instituição» (Lehnisch, 1988: 61).

Como vimos anteriormente, os rumores tendem a surgir como uma forma de reagir a situações que são importantes para nós, mas ambíguas e criadoras de ansiedade. Daí que, nas grandes organizações, onde o segredo e a competição são muito mais fortes, os rumores tendam a surgir com maior frequência, persistindo até que as expectativas que lhes deram origem sejam cumpridas. Newstrom & Davis (1997: 79) consideram que os rumores irão reflectir os interesses e ambiguidades de cada um dos elementos da cadeia de propagação (filtragem), o que faz com que seja sucessivamente alterado.

Tal como referimos anteriormente, Difonzo, Bordia & Rosnow apontam como uma das características dos rumores o facto de resultarem de «preocupações colectivas» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 50), um aspecto importante quando falamos de rumores em organizações. Estes autores propõem uma lista de «subclasses de rumores organizacionais», elaborada a partir de uma investigação que implicou a realização de entrevistas em profundidade a gestores de nove companhias dos EUA e Índia, acerca da forma como estes gestores confrontavam os rumores nas suas organizações.

Estabelecendo uma relação entre o tipo de rumor e os interesses colectivos a ele associados, podemos dizer que: os «rumores sobre o abandono da empresa», «segurança no trabalho» e «qualidade do trabalho» têm raízes nas preocupações e ambiguidades originadas por mudanças iminentes na política de gestão ou de pessoal; os «rumores sobre a carreira e hierarquia» são típicos de indivíduos que têm dúvidas e se sentem inseguros relativamente à sua posição na empresa e a possíveis promoções; os «rumores sobre erros que implicam custos financeiros» reflectem preocupações sobre prejuízos causados por condutas negligentes; e, finalmente, os «rumores sobre preocupações dos consumidores» reflectem os receios dos consumidores relativamente a um produto ou serviço da empresa (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 50, 51).

A gestão não consegue eliminar por completo os rumores, mas poderá minimizar as suas consequências negativas, ao limitar o seu alcance e impacte. Em torno da questão do controlo dos rumores, podemos organizar a literatura de acordo com duas ideias: alguns autores colocam a tónica na prevenção dos rumores (Baker & Jones, 1996; Robbins, 1996; Marín, 1997; Lehnish, 1988) e outros preocupam-se também com a forma de lidar com as suas consequências (Newstrom & Davis, 1997; Kapferrer, 1987, 1990; Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994; Rosnow, 1988, 1991).

Robbins (1996: 320) sugere quatro formas de prevenir o surgimento de rumores: anunciando as alturas em que serão tomadas decisões importantes; explicando as decisões e comportamentos que possam parecer inconsistentes ou secretos; enfatizando os aspectos positivos, bem como os negativos, das decisões actuais e de planos futuros; discutindo abertamente as piores possibilidades de resolução dos problemas.

Lehnish (1988) considera inútil querer suprimir por completo os rumores e defende a necessidade de os gestores procurarem estar ao corrente da informação que circula nas organizações, o que poderá ser conseguido através do contacto com as bases, da circulação pela instituição, de uma «gestão de porta aberta». Segundo este autor, a melhor forma de reagir é a prevenção, o que implica que não haja resistência na partilha de informação (poder): é preciso explicar para evitar a criação de explicações alternativas.

Baker & Jones (1996) propõem um conjunto de «estratégias organizacionais que podem ou evitar este comportamento no local de trabalho», de entre as quais destacamos algumas. Segundo estes autores, o factor que mais contribui para a criação da «*grapevine* de veneno» (Baker & Jones, 1996: 84), a forma como caracterizam a rede de relações resultante dos «comportamentos baseados em necessidades», é a incapacidade de se definir e manter fronteiras legítimas nas organizações, de maneira a que os seus elementos não se sintam «obrigados» a participar em conversas informais.

Quanto às medidas a implementar, referimos apenas algumas das propostas destes autores: os gestores e restantes elementos da organização podem comprometer-se a quebrar a «cadeia de rumor», ouvindo as informações, mas evitando qualquer contributo verbal ou não verbal; podem também comprometer-se a ser honestos e imediatos nas suas comunicações, de maneira a criar e incentivar lealdade e confiança; os elementos da organização deverão encontrar um «confidente» fora do local de trabalho, com quem possam conversar de forma «saudável» sobre as suas preocupações laborais; e, finalmente, todos devem poder «dizer não», ou seja, a qualquer momento, deverá ser possível a todos os indivíduos recusarem-se a tomar parte de uma conversa que considerem inapropriada ou a iniciar relações informais de dependência e troca informativa com alguém dentro da organização (Baker & Jones, 1996: 85).

Através destas medidas, as organizações poderão evitar «ser encurraladas em relações não saudáveis...», ao mesmo tempo que «... irá decrescer a necessidade de confiar na '*grapevine*' como primeira fonte de informação...» (Baker & Jones, 1996: 86).

Difonzo, Bordia & Rosnow consideram que é possível e desejável que os gestores se preocupem com a prevenção de rumores «reduzindo as condições (incerteza e ansiedade) que tornam as pessoas susceptíveis a eles ou reduzindo a credulidade de potenciais participantes» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 55, 56, 57). As estratégias de prevenção propostas por estes autores envolvem três preocupações principais: reduzir a geração de rumores; reduzir a credulidade dos indivíduos e reduzir a disseminação dos rumores.

Para reduzir a criação de rumores, dever-se-á «explicar o inexplicado», minimizando assim a incerteza e ansiedade. A prevenção dos rumores

conse-gue-se antecipando acontecimentos potencialmente geradores destes sentimentos, diminuindo também a credulidade, o que não é tarefa fácil, já que exige a presença de um observador atento e perspicaz, um «homem-radar» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 56).

Em ordem a reduzir a credulidade, o gestor poderá também dinamizar *workshops* onde se encoraje as pessoas a ter um olhar céptico sobre os rumores e onde os indivíduos possam aprender o que eles são, como se transmitem e quais as suas consequências. No entanto, para que uma medida desta natureza tenha sucesso, e não seja vista como uma forma de camuflar as injustiças e más condutas da gestão, tem que se verificar uma condição essencial: um clima de confiança. Desta maneira, reduz-se a credibilidade dos rumores prejudiciais e os indivíduos estão mais predispostos a interpretar acontecimentos ambíguos de uma forma menos drástica.

A importância da educação dos indivíduos, como forma de resistir a «falsas ideias» é igualmente referida por Gilbert, Tafarodi & Malone (1993: 231).

Para reduzir a disseminação de rumores e os seus efeitos perversos (a repetição ao longo do tempo aumenta a ansiedade e incerteza) é essencial detectá-los antecipadamente. Difonzo, Bordia & Rosnow propõem o recrutamento de um empregado de confiança que tome conhecimento dos rumores e os comunique rapidamente: «... o subordinado seria instruído a comunicar os rumores de forma a não prejudicar o emprego de ninguém. Isto não só é ético, como também é prático» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 57).

À semelhança destes autores, Marín também aponta como estratégia de prevenção a utilização de pessoas centrais e influentes na organização («homem-radar»):

«... a Direcção pode beneficiar das tendências dos líderes informais para disseminar informação, mantendo-os informados sobre os acontecimentos importantes e desenvolvendo boas relações com eles. Ao proporcionar-lhes informação relativamente precisa sobre a organização, os directores podem ajudar a eliminar a propagação de rumores perigosos ou falsos... Mais ainda, a Direcção pode obter informação ascendente relevante e *feedback* por parte dos líderes informais, que geralmente sabem muito acerca do que acontece diariamente na organização» (Marín, 1997: 187).

Desta forma, há maiores garantias de que circule pela organização informação útil e verdadeira, até porque é do interesse dos próprios líderes informais que isto aconteça:

«... Normalmente, os líderes informais não querem difundir mentiras, mas necessitam de informação precisa para manter o seu poder informal sobre outros membros da organização. Os rumores falsos são tão peri-

gosos para os líderes informais como para os demais, já que mentiras podem dinamitar a posição e poder do líder informal» (Marín, 1997: 187).

Newstrom & Davis (1997), para além da prevenção dos rumores, apontam outros caminhos, em ordem a controlá-los, quando não podem ser evitados: refutá-lo com factos; lidar com eles rapidamente; utilizar mais frequentemente a comunicação frente-a-frente; recolher informações de fontes credíveis e, finalmente, tal como propõe Lehnisch, ouvir todos os rumores para perceber o que significam. O essencial é não ignorar os rumores nem descurar a «*grapevine*», simplesmente porque por ela passam algumas informações incorrectas. A questão da refutação dos rumores tem conduzido as pesquisas de Kapferer (1987, 1990), nomeadamente o processo do «desmentido» ou «anti-boato», em torno da qual tem realizado vários estudos empíricos, com o objectivo de encontrar e avaliar as suas estratégias de elaboração e difusão, bem como as suas condições de funcionamento e eficácia.

Não sendo possível prevenir o surgimento e disseminação dos rumores, Difonzo, Bordia & Rosnow propõem algumas «estratégias de neutralização». Uma primeira medida poderá ser simplesmente «ignorar os rumores impotentes» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 57), o que evita o fenómeno de repetição, mas não deixa de ser uma tática um tanto falível. Isto porque é muito difícil ter garantias de que o que não é plausível para uma pessoa será visto da mesma forma por todas as outras, uma situação em que o «homem radar» poderá ser de grande utilidade. Esta medida é, pois, vista como um luxo ao qual muito poucos gestores se podem dar.

A partir do momento em que não seja possível ignorar o rumor e sejam colocadas questões à gestão, esta terá que tomar alguma medida: confirmar a sua percentagem de verdade para não dar azo a mistificações; recusar-se a comentar, o que, geralmente, induz mais incerteza e desconfiança; ou ainda comentá-lo, tentando ridicularizá-lo e colocando em causa a credibilidade da sua fonte, o que só resulta se se tratar de uma rumor fraco, numa situação de baixa incerteza e ansiedade.

Uma quarta estratégia é a da «refutação efectiva» (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 58), a melhor forma de neutralizar rumores credíveis em ambientes susceptíveis. Reduz-se a segurança dos indivíduos no rumor, através de uma refutação forte. Há que ter, no entanto, algum cuidado com os desmentidos, para que estes não façam aumentar a crença no rumor, «virando-se o feitiço contra o feiticeiro».

Para garantir a eficácia desta estratégia, há pois que tomar algumas precauções: os desmentidos têm que ser absolutamente verdadeiros; terá que haver consistência nas declarações da organização; terá que haver um extremo cuidado ao seleccionar o porta-voz da empresa; não se deve repetir o rumor na mensagem, para não potenciar o factor repetição; e, finalmente,

o gestor poderá organizar uma espécie de «assembleia geral», na qual se coloque à disposição para responder a perguntas e esclarecer dúvidas, o que permitirá, eventualmente, prevenir o aparecimento de outros rumores, para além de aumentar a credibilidade do gestor e fazer diminuir a incerteza, ansiedade, credulidade e evitar a repetição do rumor (Difonzo, Bordia & Rosnow, 1994: 59, 60).

O facto de o desmentido ser verdadeiro, para além de ser uma atitude ética e honesta, faz aumentar a reputação do gestor e cria uma clima de confiança. Um falso desmentido é facilmente descoberto e tem consequências desastrosas. Um desmentido verdadeiro favorecerá também a consistência das declarações, tal como a escolha do melhor porta-voz para a situação, um processo em que se deve procurar um equilíbrio entre a seriedade do rumor em questão e o nível hierárquico do potencial representante da organização. Tendencialmente, os níveis hierárquicos mais altos são considerados mais credíveis, mas não pode haver uma discrepância muito grande, sob pena de um porta-voz de um nível hierárquico muito elevado poder chamar a atenção para o rumor, tornando-o mais sério e aumentando a especulação.

Naturalmente que todos estes esforços serão vãos se a mensagem não for clara, simples e concisa, logo, memorizável. Todas estas medidas, se bem desenvolvidas e articuladas, farão diminuir a credulidade dos receptores.

Rosnow, para além da prevenção de rumores, também prevê estratégias para o seu controlo e gestão. Relativamente às medidas de prevenção, tal como outros autores, aponta para a necessidade de antecipar acontecimentos em que os níveis de ansiedade e incerteza possam favorecer a criação de rumores prejudiciais. São várias as medidas a tomar neste sentido: manter as linhas de comunicação abertas («*rumor-lines*»); dar às pessoas factos e informações úteis e verdadeiras sobre a vida organizacional, em ordem a manter a sua confiança; educar as pessoas no sentido de desenvolverem faculdades críticas que lhes permitam identificar os falsos rumores e as suas consequências destrutivas (Rosnow, 1988; 1991).

Falhando a estratégia de prevenção, é importante minimizar os efeitos do rumor, evitando a sua repetição; se necessário, e se for possível identificar a fonte do rumor, a organização deverá estar disposta a tomar medidas legais, que funcionem como exemplo para futuras situações (Rosnow, 1988; 1991).

Estas são as propostas de alguns autores para lidarmos com os rumores nas organizações, quer através da sua prevenção, quer por intermédio de estratégias de neutralização da sua disseminação e dos seus efeitos negativos. Apesar de tudo, os gestores nem sempre colocam em acção estes mecanismos e, na maioria das vezes, descaram esta dimensão comunicativa.

Os resultados de dois dos poucos estudos realizados em empresas portuguesas mostram como a comunicação informal é vista pelos nossos

gestores. Trata-se de um estudo conduzido por Alexandra Tenera, engenheira e docente na Faculdade Nova de Lisboa, no âmbito da sua dissertação de mestrado (Tenera, 1998) e dos resultados de uma investigação levada a cabo por Paula do Espírito Santo (Espírito Santo, 1996) docente do Instituto Superior Técnico.

Embora os resultados não sejam exactamente os mesmos, permitem-nos destacar alguns aspectos genéricos: na maior parte das empresas, as questões da comunicação interna são ainda tratadas pela administração e, só muito raramente, estão a cargo do Departamento de Recursos Humanos; na maioria dos casos, não há funcionários estritamente responsáveis pela comunicação interna, nem há orçamento próprio que, quando existe, é muito inferior aos gastos com o marketing externo; a maioria das organizações não avalia a eficácia da sua comunicação interna; a informação organizacional é veiculada principalmente através de *placards* informativos, memorandos, circulares e notas de serviço, embora existam alguns órgãos de imprensa empresarial e se utilizem outros meios; finalmente, o rumor não é reconhecido como meio de informação, mas admite-se o seu peso na comunicação interna informal e é visto como um excelente indicador da existência de problemas de comunicação interna.

Uma perspectiva, não menos interessante que as apontadas até agora, prende-se com uma visão do rumor enquanto um mecanismo de «anticensura» uma forma de prevenir «o controlo da informação e da palavra» (Kapferer, 1987), na medida em que...

«... o boato não é necessariamente falso: em contrapartida, é necessariamente não oficial. À margem, e por vezes em oposição, o boato contesta a realidade oficial propondo outras realidades.... A concepção negativa que associa o boato à falsidade é de ordem tecnológica; só é boa comunicação aquela que é controlada. O boato opõe um outro valor: só é boa comunicação que for livre, mesmo que a sua credibilidade venha a ser prejudicada. Por outras palavras, os 'falsos' boatos constituem o preço a pagar pelos boatos com fundamento.... O boato volta a demonstrar, se necessário, que todas as certezas são sociais: é verdade o que o grupo a que pertencemos considera como verdade. O saber social assenta na fé a não na prova» (Kapferer, 1987: 244).

No entanto, para além desta concepção «libertadora» dos rumores nas organizações, consideramos imprescindível que o estudo deste fenómeno seja concretizado de forma tão rigorosa quanto possível, e que se possa fornecer a «prova» do importante papel dos rumores na comunicação informal, proporcionando novas definições, reflexões em torno de outras dimensões e tipologias e quadros teóricos mais alargados.

O facto de os rumores atravessarem toda a nossa vida, inclusivamente as áreas que menos esperaríamos, pode ser ilustrado com um exemplo do mundo jornalístico, um campo onde reinam valores como a verificação

de fontes e a necessidade de sermos tão objectivos quanto possível. Quiroga (1999), investigou a função do jornal «El País» na construção da realidade durante a ditadura militar argentina, a partir de uma análise das fontes de informação utilizadas. Para isto, foram analisadas as unidades de informação referentes à Argentina, provenientes da Agência Efe (Buenos Aires), durante dois meses. Das 27 unidades de informação, 3 continham menções explícitas a rumores como fontes de informação, o que não deixa de ser significativo, mesmo tratando-se de tempos políticos conturbados, especialmente se considerarmos que houve 8 menções a outras agências informativas, o que traduz uma diferença muito pequena.

Embora a cadeia do rumor seja um fenómeno difícil de estudar empiricamente, pensamos que alguns dos obstáculos podem ser ultrapassados, nomeadamente o acompanhamento do processo de criação e disseminação, a relação interactiva entre os participantes e o registo fiel dos dados. Bordia & Rosnow (1998) mostram um novo caminho através da CMC (Comunicação Mediada por Computador), com uma análise de conteúdo das mensagens individuais, relativas a um rumor surgido na Internet. Trata-se de uma possibilidade a explorar, numa tentativa de continuar a reflexão e estudo de um tema tão complexo quanto este.

Conclusões, limitações e linhas de investigação a prosseguir

A revisão teórica que propomos mostra que há ainda muito a fazer nesta área e que podemos aprofundar o estudo de algumas dimensões importantes: o valor dos rumores e da comunicação informal em situações de mudança, devido à sua velocidade de propagação, ou quando é necessário transmitir más notícias; a credibilidade e multiplicidade das fontes de informação; uma possível adaptação e aplicação de alguns modelos de comunicação da Escola Processual (Fiske, 1993) a esta área, o que poderá contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno, nomeadamente através de conceitos como a «percepção» ou o «ruído»; o papel das novas tecnologias e os perigos decorrentes da sua aplicação pouco reflectida, negligenciando a comunicação interpessoal; a importância dos contextos na transmissão de informação; e ainda as dimensões de intencionalidade, poder, comportamento político e ética inerentes à proliferação de boatos e rumores.

Seria igualmente importante convocar o conceito de confiança, fundamental quando falamos de relacionamentos informais, bem como o papel da memória na construção e disseminação das mensagens, sob a forma de rumor.

O próprio trabalho que aqui trazemos é em si mesmo uma ilustração da grande dificuldade com que se depara a investigação sobre os rumores:

a escassez de trabalhos empíricos. Um caminho para colmatar esta lacuna poderá ser o recurso à CMC, numa era em que se vulgarizou a «grapevine electrónica».

Acima de tudo, importa que os gestores estejam atentos aos progressos que já foram feitos nesta área e transportem estes conhecimentos para as suas organizações, enfrentado os rumores e lidando com eles de forma a, tanto quanto possível, minorar os seus efeitos negativos e potenciar os resultados positivos que possam advir desta «livre circulação da palavra».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. (1993). *Para Entender Relações Públicas* (4.ª edição). São Paulo: Edições Loyola.
- BAKER, J. S. & MERRIL A. JONES (1996). The poison grapevine: how destructive are gossip and rumor in the workplace. *Human Resource Development Quarterly*, 7 (1).
- BORDIA, P. & RALPH ROSNOW (1998). Rumor rest stops on the information highway. *Human Communication Research*, 25 (2).
- DIFONZO, N., BORDIA, P. & RALPH R. ROSNOW (1994). Reining in rumors. *Organizational Dynamics*, (Summer).
- ESPÍRITO SANTO, P. (1996). A comunicação interna nas maiores empresas portuguesas. *Comunicação Empresarial*, 3.
- FISKE, J. (1993). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Edições Asa.
- GILBERT, D., TAFARODI, R. & PATRICK S. MALONE (1993). You can't not believe everything you read. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65 (2).
- KAPFERER, J.-P. (1990). Le contrôle des rumeurs — expériences et réflexions sur le démenti. *Communications*, 52.
- KAPFERER, J.-P. (1987). *Boatos: o meio de comunicação mais velho do mundo*. Lisboa: Edições Europa-América.
- KREPS, G. (1990). *Organizational Communication — Theory and Practice* (2nd edition). New York: Longman.
- LEHNISCH, J. (1988). *Maîtriser la Communication dans l'Entreprise*. Paris: Éditions d'Organisation.
- LITTLEJOHN, S. (1982). *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- LUTHANS, F. (1995). *Organizational Behavior*, (7th edition). New York: McGraw Hill.
- MARÍN, A. (1997). *La Comunicación en la Empresa y en las Organizaciones*. Barcelona: Bosch Casa Editorial.
- NEWSTROM, J. W. & K. DAVIS (1997). *Organizational Behavior: a Management Challenge* (2nd edition). Fort Worth: The Dryden Press.
- QUIROGA, M. J. (1999). Las fuentes de información y la construcción de la realidad. *Revista Latina de Comunicación Social*, Año III, 5 (2).
- ROBBINS, S. P. (1996). *Organizational Behavior: concepts, controversies, applications* (7th edition). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- ROSNOW, R. (1991). Inside rumor: a personal journey. *American Psychologist*, 46 (5).
- ROSNOW, R. (1988). Rumor as communication: a contextualist approach. *Journal of Communication*, 38 (1).
- TENERA, A. (1998). A comunicação como um elemento da qualidade total. *Comunicação Empresarial*, 9.
- THAYER, L. (1976). *Comunicação: Fundamentos e Sistemas*. S. Paulo: Atlas.

CONTO E HISTÓRIAS DE VIDA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS ¹

CAROLINA LEITE *

RESUMO

A utilização das histórias de vida e das narrativas de ficção nas Ciências Sociais tem suscitado, desde sempre, um certo número de obstáculos, face à regulação epistemológica que tem dominado a produção do conhecimento no domínio das Ciências Humanas. No entanto, o interesse crescente por este tipo de material levou-nos a fazer uma breve reflexão sobre a sua importância na compreensão das trajetórias individuais bem como dos processos sociais que as condicionam.

Ao agradecer o convite para participar neste encontro de autores e contadores de contos, desejo felicitar os organizadores pela ideia de promoverem um debate onde o imaginário e a sua fruição têm lugar de honra — e a universidade tem um déficit crónico deste tipo de oxigénio — mas também pela indispensável perseverança que um pequeno grupo tem revelado, tornando possível a passagem deste projecto à sua concretização.

O tema que me proponho abordar, de forma muito breve, centra-se na relação que as ciências sociais e, em particular, a antropologia e a sociologia, têm desenvolvido com as narrativas de ficção e, mais concretamente, com as histórias de vida.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada nas III Jornadas do Conto, realizadas em Braga, na Universidade do Minho (16-18 de Março de 1999).

* Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: mcarolina@ics.uminho.pt

Num primeiro ponto, trata-se de situar a especificidade do conto e da história de vida, enquanto suportes da análise social, salientando os aspectos comuns e as diferenças que os separam; de seguida, recorda-se o percurso das histórias de vida bem como os contributos e desafios por elas colocadas às ciências sociais e, finalmente, num terceiro ponto, procura-se situar o interesse crescente pela abordagem biográfica, no quadro da *deslocação* do paradigma dominante que informa a produção sócio-antropológica.

1. — A produção de contos e outras narrativas de ficção parece estar associada a um desejo/necessidade de escrita e de comunicação e não, necessariamente, a uma preocupação de ordem analítica. A coerência própria deste modo de comunicar pode, e se calhar deve, afastar-nos das coordenadas da realidade concreta, situando-se (e situando-nos) assim num território onde a linguagem comum e a linguagem simbólica se podem confundir e onde a lógica conhecida do mundo material e o caos aparente do universo onírico podem sobreviver sem antagonismos insolúveis: o visível toca o invisível sem as reservas a que estão sujeitas as demonstrações científicas e boa parte da produção ficcional, demasiado conforme a uma visão *realista* dos seres e dos contextos. E porque é difícil desdenhar da possibilidade assim criada de transformar a «realidade» numa outra bem mais ampla — esta que serve de matéria-prima à ficção e que ousa empurrar a fronteira «da verdade material» para explorar *outras* realidades, incorporando-as — chamar aqui as lentes da análise social não pode deixar de nos provocar um arrepio perante a miragem redutora que sempre lhe anda associada, tantas vezes com razão.

Quanto à produção das histórias de vida, a sua origem decorre, geralmente, da identificação de uma problemática que pode ou não estar associada à denúncia de uma dada situação social, daí a sua utilização estar orientada para as questões e dúvidas por ela levantadas. Mais raramente a recolha de histórias de vida pode estar associada, não a um objectivo concreto de investigação, mas apenas a uma intenção de registo e arquivo de memórias que, de outro modo², estariam condenadas ao desaparecimento.

² Nesta perspectiva, e num artigo recente «O século da BBC» (Público, 15 de Dezembro de 1997), podia ler-se o seguinte: «A BBC vai produzir o maior arquivo histórico oral da Grã-Bretanha, uma vez que se prepara para gravar cerca de três mil horas de pessoas a falar sobre as suas vidas durante o século XX». E mais adiante, é citado o professor Simon Szreter, que acrescenta: «A história oral é importante porque nos dá acesso a áreas da história que são negligenciadas pelos documentos formais. Dá-nos uma perspectiva da história da classe trabalhadora, das mulheres, das crianças ou mesmo da história da sexualidade».

Num primeiro olhar, estes dois exercícios parecem incompatíveis entre si, refêns de lógicas próprias e irreduzíveis. Mas embora a análise «social» mantenha com os discursos que exprimem a liberdade do imaginário, uma vigilância «objectivista», por dever da «ciência» de que se reclama, existe, no entanto, uma *coincidência* possível entre estes discursos, aparentemente tão afastados. Em vez dessa ruptura mais ou menos anunciada, consideremos então a possibilidade, mesmo que provisória, de uma *passagem* entre ambos, o tal *segmento de coincidência* a partir do qual múltiplas reciprocidades informam e complexificam a relação existente entre as ciências sociais, as narrativas de ficção e, mais concretamente, as histórias de vida.

1.1 — Regressemos a uma primeira questão, a que coloca os *objectivos* que guiam as ciências sociais quando procuram suportes tais como os contos ou as histórias de vida. De facto, e embora se trate de abordagens de natureza distinta, a análise das narrativas (por exemplo, dos contos) ou a construção de uma narrativa, (como as histórias de vida) para posterior análise, os *objectivos* são, no entanto, semelhantes. Através de instrumentos diferentes, as ciências sociais procuram, em ambos os casos, elementos de significação que permitam contextualizar o quadro de produção dessa narrativa, os valores ideológicos que a sustentam, o sistema de valores que defende e/ou promove, ou até mesmo as estruturas de produção do universo em análise; mas se o enfoque for dirigido para o actor, podemos então estudar a imagem de si próprio, os conflitos de papéis, as trajectórias de vida, etc. Dependendo da questão que nos leva a interrogar este tipo de material, e que pode ser relativa a processos *objectivos* ou *subjectivos*, assim se orientará a procura.

Quanto às diferenças dos suportes, elas são claras: os contos existem, para além do interesse que as ciências sociais possam vir a manifestar por eles, já que respondem a uma função expressiva, lúdica e/ou formativa enquanto as histórias de vida são constituídas em função de uma preocupação concreta de um investigador, na tentativa de aí poder encontrar a resposta que procura. A linguagem dos contos assim como o seu conteúdo são, essencialmente, de natureza simbólica; quanto às histórias de vida, estruturadas a partir de uma intenção de coerência e de inteligibilidade do próprio percurso do actor que fala, reconstituindo, com o máximo de verosimilhança, a sua sequência biográfica, estão sujeitas a uma linguagem descritiva e mais próxima dos aspectos práticos e funcionais do quotidiano, embora o nível das representações esteja igualmente presente: «*Tout rapport social, quel qu'il soit, inclut une part idéelle, une part de pensée, de représentations ; ces représentations ne sont pas seulement la forme que revêt ce rapport pour la conscience, mais font partie de son contenu*» (Godelier, 1984:

192). Esta constatação é válida, independentemente do nível de consciência que os actores possam ter sobre as suas próprias representações.

A aproximação das ciências sociais a este tipo de materiais estabelece-se, assim, a partir do desejo de entendimento das práticas e das representações dos actores envolvidos (os da ficção ou os das histórias de vida), o que pode acrescentar à leitura dos primeiros, uma componente de inteligibilidade que enriquece a dimensão lúdica do seu propósito, sendo igualmente verdade que os seus ingredientes de imaginário, na medida em que transportam outras dimensões da experiência vivida ou sonhada dos actores podem, pelo seu poder evocativo, suscitar um discurso analítico mais permeável a este tipo de influência. Isto supõe, naturalmente, admitir que a fabricação do discurso das ciências sociais estará tanto mais perto do rigor científico que nos promete quanto mais longe levar a incorporação de dimensões da vivência dos actores que tendem a ser subalternizadas, quer por dificuldades de quantificação quer por falta de instrumentos de objectivação. Evita-se assim parte da riqueza deste material que está, como diz Jean-Claude Kaufmann (1996: 15) «*dans la densité complexe de la chair biographique*».

Assim, parece-nos que os contos nada perdem da sua capacidade de fabulação e de encantamento, podendo a análise social acrescentar-lhes uma leitura *política*, útil para a desconstrução dos valores que lhes estão subjacentes, enquanto as histórias de vida podem, pela aproximação à liberdade do conto, explorar dimensões que se têm mantido incipientes, como a relação do visível/invisível e do papel do corpo e dos sentidos nesse tipo de percepção — sensações, premonições, intuições, etc. — enfim, um conjunto de aspectos por vezes difíceis de tratar e até mesmo de nomear.

2. — E é justamente porque há uma zona possível de sobreposição destes materiais, que vale a pena reter a afirmação de Brian O'Neill:

«As histórias de vida comportam sempre uma natureza literária última, que escapa inelutavelmente a certas propostas «duras» das ciências humanas» (Expresso, Março de 1995)

— As histórias de vida tiveram, no âmbito das ciências sociais, um percurso difícil, particularmente nas épocas em que os resultados de natureza quantitativa e um certo espírito de *engenharia social* constituíram o modelo dominante nesta área do saber. Foi através da Antropologia que os materiais biográficos ganharam relevância. No início deste século, uma autobiografia de um índio Winnebago ao antropólogo Paul Radin inaugura este percurso e pouco depois, são os americanos da escola de Chicago a interessarem-se por estes materiais; entre outras recorde-se a obra de William Thomas e Florian Znaniecki, publicada em

1920, *The Polish Peasant in Europe and America*; em 1942, surge uma nova autobiografia de um índio Hopi; em 1954, uma autobiografia de uma mulher muçulmana da Nigéria e em 1960, é a vez de um Porto-Riquenho contar a sua história de vida. Em 1961, Oscar Lewis relata em *Filhos de Sanchez*, a vida de uma família residente na periferia de uma grande metrópole, deixando emergir o modelo cultural próprio da classe pobre mexicana. Apesar do interesse que este estudo despertou, mantendo-se até hoje uma obra de referência, foram raros os estudos que seguiram este caminho de observação e análise.

De facto, é só na década de 70/80 que volta a emergir o interesse por este tipo de técnicas³. E a partir de então, multiplica-se o número de estudos orientados numa perspectiva de natureza autobiográfica — vale a pena recordar, Maurizio Catani (1982), ou numa abordagem distinta, T. Zeldin (1994) ou ainda Schwartz (1993); refira-se ainda a obra dirigida por P. Bourdieu, *La misère du monde* (1993) entre muitos outros, para já não falar das obras teóricas sobre as questões metodológicas que se colocam na produção e utilização destes materiais (Daniel Bertaux 1980, 1988, 1997; Poirier et al., 1983; Franco Ferrarotti, 1991; Kaufmann, 1997). Também em Portugal, são numerosos os estudos que incluem histórias de vida nas técnicas usadas: Manuela Ribeiro (1995), Karin Wall (1982), Carol Brettell (1978, 1982), Engrácia Leandro (1995), etc.

2.1 — As resistências que têm travado uma maior utilização das histórias de vida decorrem, no essencial, das velhas dicotomias associadas à produção da ciência social: indivíduo/sociedade; subjectividade/objectividade, e que muitas vezes a afastaram do sentido da experiência efectiva dos indivíduos. Neste sentido, as histórias de vida constituem um desafio para a prática da ciência social, o que podemos recordar, de forma breve, em cinco pontos distintos, tal como os enuncia Françoise Digneffe (in Albarello, 1995):

— O método biográfico permite ultrapassar a oposição entre o indivíduo e a sociedade. Através dos relatos que são as histórias de vida nós procuramos reconstituír o universo social que o rodeia. Procura-se entender a

³ Como recordam Poirier et al: «O mal-entendido pernicioso que pairou sobre a abordagem biográfica foi o de não se ver nela senão um método privilegiado de observação do subjectivo, separando o eu dos acontecimentos e das práticas. Este mal-entendido, saído do psicologismo presente nos textos de Thomas e Znaniecki e mantido pelos trabalhos metodológicos da Escola de Chicago (...), foi reforçado pela similitude da história autobiográfica no inquérito e na prática psicanalítica. A autobiografia sai, desta forma, do domínio da informação sociológica e da verificação» (1999: 109).

relação entre o quadro social e a vivência individual do mesmo. Como escreve Ferrarotti:

«Qualquer narração autobiográfica conta uma prática humana. Ora, se a essência do homem é, na sua realidade, o conjunto das relações sociais (...) qualquer prática individual humana é uma actividade sintética, uma totalização activa de todo o contexto social.» (1997: 206, 207).

Segundo o autor e outros que adoptam este tipo de abordagem, é possível, através da singularidade das histórias individuais, conhecer o universo social e histórico envolvente.

- Segundo ponto: é possível, através do método biográfico, captar a relação entre o ponto de vista subjectivo do homem e a sua inscrição na objectividade de uma história. De facto as histórias de vida dão-nos uma dimensão da negociação que o indivíduo constantemente promove face aos constrangimentos sociais de que é alvo. Podemos assim avaliar o peso das determinações sociais nos percursos individuais.
- Terceiro ponto: o método biográfico permite abordar as diferentes «subjectividades», perceber o modo como as condutas dos indivíduos são permanentemente remodeladas, tendo em conta as expectativas dos outros. Entendendo a história individual como um processo de mediação entre os grupos primários, as instituições e os próprios indivíduos, os relatos de vida permitem evidenciar esses mecanismos transaccionais e intermediários de ligação entre o individual e o social.
- Quarto ponto: o método biográfico vai onde não chegam as estatísticas, as grandes regularidades dominantes e os determinismos macrosociológicos. O anónimo, o marginal, o desviante têm aqui o mesmo valor enquanto informadores de uma experiência da qual são os melhores conhecedores: *«(...) tomar este sujeito como portador de história, impõe uma translação do olhar, isto é, encarar o anónimo e silencioso patronímio de cada um na qualidade de inegável património colectivo do presente para o futuro»* (Conde, I., 1991: 169). Neste sentido, a singularidade individual é preservada assim como a *«competência social dos não cientistas»* (Santos, 1989: 134).
- Quinto e último ponto: esta abordagem valida o saber individual, dando-lhe um valor de suporte na análise social. Não só se invertem as relações entre o investigador e o seu objecto, pois como diz Daniel Bertaux, aqui o objecto é *«um informador mais bem informado do que o sociólogo que o interroga»*, como acedemos a um território de experiência e da singularidade dessa experiência, da consciência que o actor tem dela e do discurso que sobre ela é capaz de formular, face a um determinado facto social.

3. — Tudo indica que a revitalização das histórias de vida como procedimento na análise social se inscreve num movimento bem mais amplo que poderíamos designar de retorno ao sujeito (Conde, I.: 1991: 169), e que se explica, por um lado, no âmbito das progressivas deslocações dos temas dominantes na análise social. Acompanhando as mudanças sociais e o crescente individualismo que ajuda a explicar algumas delas, questões como os modos de vida, o espaço doméstico, a identidade individual, a lógica gregária de pequenos grupos, etc., ocupam um espaço crescente nos estudos actualmente em curso. Por outro lado, a fundamentação epistemológica que cobre estas deslocações reserva um outro lugar à dicotomia sujeito/objecto. Reforça-se a ideia, presente num número crescente de estudos, de que essa dicotomia deve dar lugar a um entendimento que vá directo à margem de interacção sujeito/objecto em vez da sua sistemática negação. E de facto, os sinais para esta mudança estão anunciados há já várias décadas, como ainda há pouco lembrava E. Morin (in Random, 1997: 8): «*Nos sens nous trompent, autant que notre conception matérialiste et dualiste du monde. Or, quelque soixante ans après le principe d'indétermination de Heisenberg (...) et autres énoncés de la conception quantique des phénomènes tant physiques que cérébraux, l'intellectuel distingué, l'économiste futé et l'homme de la rue continuent de s'en référer à une vision du monde figée par le scientisme du XIX^e siècle, ce dogme rationaliste selon lequel l'essence est séparée de la substance, le sujet de l'objet, A de B; selon lequel, encore, le monde n'est qu'une gigantesque machine régie par des lois mécanistes, causales, et déterministes (...)*». A rejeição desta visão dualista do mundo e da ciência, que se perpetua em atavismos difíceis de vencer na prática, leva o autor a propôr, então, uma visão em que o universo seja entendido como um grande Pensamento em vez de uma grande máquina: «*Un réel, enfin, où toute pensée est acte, puisqu'elle est événement quantique au même titre qu'un mouvement de particule et que «son aspect vibratoire est perçu par — donc modifie — la globalité»* (in Random, 1997: 8).

Dito de outro modo e num texto «Sobre a autonomia do método biográfico», F. Ferrarotti confirma esta mesma concepção aplicando-a à prática do investigador social: «*O observador está radicalmente implicado na sua pesquisa, ou seja, no campo da sua investigação. Este último, longe de ser passivo, modifica continuamente o seu comportamento de acordo com o observador (...). O preço a pagar pelo observador para obter um conhecimento minucioso, mais claramente um conhecimento científico do seu objecto, será o de reciprocamente ser conhecido por este último. O conhecimento torna-se assim no que a metodologia sociológica sempre desejou evitar: um risco»* (1991: 172).

Como vemos, é a própria teoria social e todo um conjunto de autores, além dos já citados, como — Elias, Goffman, Berger e Luckmann, Bourdieu

(sobretudo em trabalhos mais recentes), Giddens, Boltanski, etc. — cuja abordagem Corcuff⁴ (1995: 6) agrupa sob a designação de *construtivismo social*, e que procuram, justamente, sair das oposições tradicionais entre objectivo/subjectivo, individual/colectivo, etc. Boaventura S. Santos tem igualmente alertado para as consequências da visão positivista do conhecimento que «*procura suprimir do processo de conhecimento todo o elemento não-cognitivo (emoção, paixão, desejo, ambição, etc.) por entender que se trata de um factor de perturbação da racionalidade da ciência*» (1989: 133).

Não restam dúvidas que, mesmo perturbando as fronteiras habituais entre as disciplinas, as abordagens autobiográficas ocupam um espaço crescente e cada vez mais legítimo, pese embora as querelas de escolas que sempre subsistem.

Se tal facto parece indiscutível no panorama actual da produção sócio-antropológica e do paradigma emergente⁵, resta a dúvida — a última — sobre a validade do método, aplicado, indiscriminadamente a qualquer tipo de sociedade. Concretizando, e tal como se interroga Daniel Bertaux (1980), será que a autobiografia não será uma forma exclusivamente ocidental de cada um se contar? De facto, vários antropólogos dão conta deste desfasamento, ao interrogarem, por exemplo, certos grupos de camponeses do Nepal. Respondendo à proposta de contarem a sua vida, estes camponeses contam a história da aldeia e não a sua própria história individual. Estando a dimensão temporal e da sucessão temporal, no centro das interpretações que se fazem a partir das histórias de vida, não é surpreendente que numa organização social dominada pelo tempo cíclico e pela sobreposição da dimensão individual com a dimensão comunitária, este tipo de procedimento se torne inoperativo.

Serve esta interrogação para concluirmos sobre os limites do método biográfico enquanto instrumento da análise social: é que independentemente do contexto em que nos situamos, os significados e interpretações atribuídos aos encadeamentos cronológicos dos actores, não nos dão deles, o sentido total das suas existências. O discurso que conta as suas vidas será

⁴ O autor acrescenta, a este propósito «Or, la répétition et la solidification de ces modes de pensée binaires apparaissent assez ruineuses pour la compréhension et l'explication de phénomènes sociaux complexes. La *galaxie constructiviste* (...) s'efforce justement de dépasser ces oppositions et de penser ensemble des aspects de la réalité classiquement appréhendés comme antagonistes» (1995: 8).

⁵ O interesse e aprofundamento da relação entre a dimensão cognitiva e não-cognitiva na construção do conhecimento, resultam segundo Boaventura S. Santos, como «uma das áreas de convergência entre a concepção de ciência pós-moderna que tenho vindo a propor e a teoria feminista.» Justificando esta convergência, B. Sousa Santos acrescenta: «A teoria feminista devem ser creditadas algumas das críticas mais radicais e consistentes à concepção estreita de racionalidade que subjaz ao paradigma da modernidade» (1989: 135).

sempre e apenas um vislumbre de um universo mais rico e, seguramente, mais contraditório. Como dizem Coninck e Godard (1989), «*O sentido da vida dos sujeitos é sempre irreduzível e indemonstrável*», o que nos limita quanto às possíveis ambições das ciências sociais e nos abre todo o caminho para outras formas de expressão: esta é apenas mais uma razão para nos aproximarmos do conto. Para nos compreendermos e aos outros, aprendendo a fazer da imaginação — *intermédiaire magique entre la pensée et l'être* (in Corbin, Henry, 139) — uma dimensão do entendimento.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALBARELLO, Luc et ali (1995) – *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- BERTAUX, Daniel (1980) – «L'approche biographique : sa validité méthodologique, ses potentialités», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Volume lxi, pp.197-25.
- BERTAUX, Daniel (1997) — *Les récits de vie*, edições Nathan, Paris.
- BLANCHET, A.; GOTMAN, A. (1992) – *Lenquête et ses méthodes : l'entretien*, edições Nathan, Paris.
- BOURDIEU, Pierre (1986) – «L'illusion biographique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62/63, pp. 69-73.
- BOURDIEU, P. (dir.) (1993) — *La misère du monde*, Seuil, Paris.
- CATANI, Maurizio; MAZE, Suzanne (1982) — *Tante Suzanne. Une histoire de vie sociale*, Librairie des Méridiens, Paris.
- CONINCH, F.; GODARD, F. (1989) — «L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité», *Revue Française de Sociologie*, xxxi, pp. 23-53.
- CONDE, Idalina (1991) — «Biografia e património» (apresentação), *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 9, pp. 169-170.
- CORCUFF, Philippe (1995) – *Les nouvelles sociologies*, edições Nathan, Paris.
- FERRAROTTI, Franco (1991) – «Sobre a autonomia do método biográfico», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 9, pp. 171-177.
- KAUFMANN, Jean-Claude (1996) – *L'entretien compréhensif*, edições Nathan, Paris.
- O'NEILL, Brian (1995) – «Vidas contadas. Uma apresentação modelar de um método antropológico de variável fortuna», *recensão, Expresso*.
- PASSERON, Jean-Claude (1989) — «Biographies, flux, itinéraires, trajectoires», in *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXI, pp. 3-22.
- POIRIER, Jean et al. (1995) – *Histórias de vida. Teoria e prática*, Celta, Lisboa (© 1983).
Público, 15 de Dezembro de 1997.
- RANDOM, Michel (1997) – *Le Figaro*, p. 8.
- RIBEIRO, Manuela (1995) – «As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 44, pp. 125-141.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1989) — *Introdução a uma ciência pós-moderna*, edições Afrontamento, Porto.
- SCHWARTZ, Olivier (1990) — *Le Monde privé des ouvriers: hommes et femmes du Nord*, PUF, Paris.

O MITO E A RACIONALIDADE CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

MARIA GABRIELA GAMA *

RESUMO

Procuramos, ainda que de modo sucinto, estabelecer uma relação entre o mito e a racionalidade científico-tecnológica.

O mito não é um monopólio do homem primitivo. À medida que a investigação progride, o homem primitivo situa-se cada vez mais perto do homem civilizado, onde emotividade e racionalidade coexistem. A função mitificadora persiste no homem de hoje, para a qual tem contribuído a evolução da ciência e da técnica. Sob a aparência do bem-estar social e do aumento do consumo, para os quais é imprescindível o desenvolvimento científico-tecnológico, justifica-se o controlo totalitário do sistema, onde o homem é o próprio objecto desse mesmo sistema.

Tornando-se num sujeito alienado de uma sociedade de consumo, o homem deixa de se assumir na sua racionalidade crítica e passa a ver-se como um objecto entre os objectos onde ele se vê e se revê nos outros como coisas, cujos comportamentos são estereotipados e unidimensionais.

A ciência e a técnica deram origem a novos mitos na sociedade de consumo. Este modelo de sociedade preconiza uma dupla perspectiva orientada quer para o aumento da produção quer para o consumo. Baudrillard, no livro *A Sociedade de Consumo*, afirma: "Vivemos a era dos objectos e existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente e vêmo-los nascer, produzir-se e morrer, ao passo que

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: mgama@ics.uminho.pt

em civilizações anteriores eram os objectos, instrumentos ou monumentos que sobreviviam às gerações humanas.”¹

Sob a aparência de um bem-estar social e de um aumento de consumo, para os quais é imprescindível o desenvolvimento científico-tecnológico, impõe-se o controlo totalitário do sistema, onde o homem é agora o próprio objecto dos mecanismos desse mesmo sistema.

“Em virtude da maneira como está organizada a sua base tecnológica” — refere H. Marcuse, na obra *O homem unidimensional* — “a sociedade industrial contemporânea tende a ser totalitária. Porque não é só «totalitária» uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-económica não-terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses criados, impedindo portanto o surgimento de uma oposição efectiva contra o todo.”²

A razão tecnológica e científica que tinha a pretensão de dessacralizar o real vai explorar outras formas de sagrado, vai gerar novas mitologias. É da própria racionalidade tecnocrática que irão brotar o mito e as novas formas do sagrado. Nesta linha de pensamento, é inequívoco afirmarmos que, apesar das grandes revoluções científicas e tecnológicas que se vão operando, continuamos a assistir e a vivenciar formas ou modelos míticos de comportamento. Tomemos o exemplo colhido em Roland Barthes, na sua obra *Mitologias*: “O novo Citroën cai manifestamente do céu, na medida em que se apresenta, antes do mais, como um objecto *superlativo*. É preciso não esquecer que o objecto é o melhor mensageiro do sobrenatural: há facilmente no objecto, ao mesmo tempo, uma perfeição e uma ausência de origem, um acabamento e um brilho, uma transformação da vida em matéria (a matéria é muito mais mágica que a vida) numa palavra, num *silêncio* que pertence à ordem do maravilhoso. A *Déesse* tem todas as características (o público começa pelo menos por atribuir-lhas unanimemente) de um destes objectos vindo de outro universo, que alimentaram a neomania do séc. XVIII e a nossa ficção científica: a *Déesse* é antes de mais um novo *Nautilus*.”³

A produção de mitos está generalizada na sociedade de hoje. À semelhança do homem primitivo, o homem contemporâneo transfere para os objectos e imagens as suas aspirações, sejam estas de cariz consciente ou inconsciente. Baudrillard afirma: “(...) é o *pensamento mágico* que governa o consumo, é uma mentalidade sensível ao miraculoso que rege a vida quotidiana, é a mentalidade primitiva, no sentido em que foi defendida

¹ BAUDRILLARD, Jean, *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa, 1995, pp. 15-16

² MARCUSE, Herbert, *El hombre unidimensional*, Editorial Ariel, Barcelona, 1994, p.33.

³ BARTHES, Roland, *Mitologias*, Círculo de Leitores, s. l., 1987, p. 164.

como baseada na crença na onipotência dos pensamentos: no caso presente, trata-se da crença na onipotência dos *signos* da felicidade. (...)

Na prática quotidiana, os benefícios do consumo não se vivem como fruto do trabalho ou de processos de produção; vivem-se como milagres. (...) apesar da abundância se tornar quotidiana e banal, continua a viver-se como milagre diário, na medida em que se revela, não como produzida, arrancada e conquistada, no termo de um esforço histórico e social, mas como *dispensada* por uma instância mitológica benéfica, de que somos herdeiros legítimos: a Técnica, o Progresso, o Crescimento, etc.”⁴

Sendo o mito um primeiro esboço de inteligibilização das coisas, é sobretudo uma defesa originada pela angústia e pela incerteza perante a natureza que se apresenta ao homem como múltipla e diversa, inconstante e desordenada. Então, a função do mito é a de ser uma primeira tentativa de unir numa visão global dos acontecimentos desorganizados do mundo.

Face a uma visão desordenada, caótica da natureza, o homem primitivo sentiu necessidade de encontrar uma ordem e um significado. O mito surge, assim, da necessidade de encontrar uma resposta para o problema do sentido do real. Como nos diz G. Gusdorf na sua obra *Mythe et Métaphysique*: “A conversão da existência exige a prossecução de um equilíbrio frágil e ameaçado, cuja menor ruptura impõe severas penalidades. Insegurança ontológica, geradora de angústia, como se a própria vida do homem correspondesse a uma transgressão da ordem natural. No seio desta primeira existência, presa do mundo, o mito afirma-se como uma conduta de regresso à ordem. Intervém como protótipo de equilíbrio do universo, como formulário de reintegração.”⁵

O homem primitivo entendia a realidade como um todo, como um imenso ser vivo, numa solidariedade total e indistinta entre todas as coisas: daqui resulta, como sabemos, o animismo e o antropomorfismo. Além de todas as coisas participarem do todo, participam também do sagrado. O homem de consciência mítica sacralizou a realidade; através do mito ele narra o processo da criação de todas as coisas fazendo intervir a acção decisiva dos deuses.

O sagrado é o divino, o misterioso, mas é também o que provoca o medo e o terror. Como nos diz Mircea Eliade na sua obra *O Sagrado e o Profano*: “Dizer um mito, é proclamar o que se passou *ab origine*. Uma vez «dito», quer dizer revelado, o mito torna-se verdade apodíctica: funda a verdade absoluta. (...) O mito proclama a aparição de uma nova «situação» cósmica ou de um acontecimento primordial. Portanto, é sempre a narração de uma «criação»: conta-se como é que qualquer coisa foi efectuada,

⁴ BAUDRILLARD, Jean, *op. cit.* pp. 21-23

⁵ GUSDORF, Georges, *Mythe et Métaphysique*, Flammarion, Paris, 1953, pp. 12-13.

começou a ser. É por isso que o mito é solidário da ontologia: só fala da realidade, do que aconteceu realmente, do que se manifestou plenamente. (...) É sobretudo este aspecto do mito que convém sublinhar: o mito revela a sacralidade absoluta, porque conta a actividade criadora dos deuses, desvenda a sacralidade das obras deles. Por outros termos, o mito descreve as diversas e por vezes dramáticas irrupções do sagrado no mundo.”⁶

Mas o mito não surge apenas como uma primeira tentativa de unir numa visão global os acontecimentos desorganizados do mundo, não é apenas uma forma de compreensão, mas é também uma norma de acção. O mito actualiza-se no rito em que o sagrado intervém nos actos do quotidiano, pois só este é capaz de conferir realidade e sentido ao mundo profano.

Todos os actos humanos só têm valor e eficácia se forem repetições das acções originais dos deuses. Os actos sagrados são os únicos que podem conferir sentido e valorizar os gestos, as acções e as normas que regem as relações sociais e que são, deste modo, legitimados através da intervenção do sagrado. Ainda Mircea Eliade na obra *Mito do Eterno Retorno*: “Um objecto ou uma acção adquirem um valor e, desde modo, tornam-se reais, porque de qualquer forma participam de uma realidade que os transcende. (...)”

Em todos os actos do seu comportamento consciente, o «primitivo», o homem arcaico apenas conhece os actos que já foram vividos anteriormente por outro, um outro que não era um homem. Tudo o que ele faz já foi feito. A sua vida é uma repetição ininterrupta de gestos inaugurados por outros.

Esta repetição consciente de gestos paradigmáticos determinados revela uma ontologia original. O produto da natureza ou o objecto fabricado pela indústria só encontram a sua realidade e identidade na medida em que participam numa realidade transcendente.

O gesto só adquire significado, realidade, na medida em que retoma uma acção primordial”⁷.

O mito é uma narrativa real, indiscutível e indubitável e constitui uma verdade absoluta, «apodíctica», uma vez que fala do que realmente aconteceu no tempo original e que deverá servir de modelo aos actos humanos: estes actos só têm valor e eficácia na medida em que são repetições das acções originais dos deuses. Consideremos ainda o que nos diz Mircea Eliade: “Toda a criação brota de uma plenitude. Os deuses criam por um excesso de poder, por um transbordar de energia. A criação faz-se por um acréscimo de substância ontológica. É a razão por que o mito, que conta

⁶ ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano*, LBL, Lisboa, s. d., pp. 107-109.

⁷ ELIADE, Mircea, *Mito do Eterno Retorno*, Edições 70, Lisboa, 1981, pp. 18-19.

esta ontofania sagrada, esta manifestação vitoriosa de uma plenitude de ser, se torna o modelo exemplar de todas as actividades humanas.”⁸

Como já referimos, o homem primitivo actua sobre a natureza através de ritos; nestas cerimónias tenta recriar-se o acontecimento original que ocorreu no tempo inicial; além disso, através dos ritos procura-se ainda atrair a simpatia dos deuses sobre o mundo. Por outras palavras, podemos dizer que, paralelamente a uma explicação sobrenatural das coisas, constrói-se todo um ritual imitativo que irá caracterizar um processo de acção mágica. Nos actos mágicos, o homem primitivo imita a realização daquilo que deseja, na crença de que através desse modo é possível obrigar a natureza a fazer o que dela se espera; imitam-se e repetem-se os gestos dos deuses, tornando-se este ritual mimético o garante do sucesso.

O mito narra a maneira como o homem vê o mundo. O real é uma totalidade vivida. O real não se distingue do subjectivamente vivido nas sensações, nas emoções, na imaginação. Na narração mítica, os elementos explicativos estão intimamente associados aos elementos que resultam da experiência imediata. É uma mentalidade sincrética, isto é, homem e natureza fazem parte de um todo indissociável. O mundo do homem primitivo é um mundo concreto, cheio de ressonâncias afectivas intrinsecamente dramático uma vez que na realidade chocam entre si forças antagónicas.

No entanto, o mito sendo uma forma de explicação é simultaneamente uma forma de orientação existencial uma vez que estabelece uma estrutura em relação à qual o homem se situa.

Ao desenhar um bisonte com setas espetadas no seu dorso, desenho esse que ornamentava as paredes das cavernas, o homem primitivo acreditava ser possível abater o animal através da posse da imagem. Também no mundo de hoje o automóvel e o telemóvel, por exemplo, são a referência do estatuto social e económico daqueles que o possuem.

O automóvel, o telemóvel tornam-se símbolos do estatuto social daqueles que o possuem não apenas por uma propensão mítica, mas porque o homem é catequisado, conduzido e acirrado por uma sociedade tecnológica cuja dialéctica consiste na produção e consumo cada vez mais acentuados. Os mecanismos de produção e consumo passam a funcionar como processos sub-reptícios de integração e dominação do homem, onde tudo está padronizado, uniformizado segundo as normas comuns características de uma racionalidade tecnológica direccionada para o consumo, para o supérfluo transformado em necessidade.

⁸ *Idem, O Sagrado e o Profano, op. cit., p. 110.*

Vem a propósito a reflexão de Herbert Marcuse na sua obra *O homem unidimensional*: “Encontramo-nos de novo perante um dos aspectos mais perturbadores de civilização industrial avançada: o carácter racional da sua irracionalidade. A sua produtividade e eficiência, a sua capacidade de incrementar e difundir as comodidades, de converter o supérfluo em necessário, a destruição em construção, o grau em que esta civilização transforma o mundo-objecto em extensão da mente e o corpo do homem torna-se sujeito da noção de alienação. As pessoas reconhecem-se nas suas mercadorias; encontram a sua alma no seu automóvel, no seu aparelho de alta fidelidade, na sua casa, no seu equipamento de cozinha. O mecanismo que une o indivíduo à sociedade mudou, e o controlo social enraizou-se nas novas necessidades que produziu.”⁹ Desta forma, surge o «homem unidimensional» de que nos fala Marcuse, numa sociedade onde a razão científico-tecnológica direccionada para um consumo cada vez mais desenfreado impera. O homem produtor desta sociedade é, simultaneamente, o seu objecto; a «máquina desejante» de que nos fala Deleuze na obra *O Anti-Édipo*: “Desfeita a unidade estrutural da máquina, deposta a unidade pessoal e específica do ser vivo, a máquina e o desejo aparecem directamente ligados, a máquina introduz-se no desejo, a máquina é desejante e o desejo, maquinado. Não é o desejo que está no sujeito, mas a máquina que está no desejo — e o sujeito residual está do outro lado, ao lado da máquina, sobre todo o contorno, parasita da máquina, acessório do desejo vértebro-maquinado”¹⁰

O homem, transformado em máquina de consumo, é também controlado e programado tornando-se num sujeito alienado da «máquina desejante» de uma sociedade de consumo onde predominam comportamentos padronizados, uniformizados característicos das sociedades industriais avançadas.

Tudo é produção, tudo é consumo. Segundo Deleuze, “(...) não há esferas ou circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registo, o consumo e o registo determinam directamente a produção, mas determinam-na no seio da própria produção. De tal modo que tudo é produção: *produção de produções*, de acções e de reacções, de distribuições e de pontos de referência; *produção de consumos* (...). Tudo é produção: os registos são imediatamente consumidos, destruídos, e os consumos directamente reproduzidos.”¹¹

⁹ MARCUSE, Herbert, *op. cit.*, p. 39.

¹⁰ DELEUZE, Gilles, *O Anti-Édipo — Capitalismo e Esquizofrenia*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1966. p. 297

¹¹ DELEUZE, Gilles, *Ibidem*, pp. 9-10.

O sujeito é assim reduzido a um mero objecto, traduzido por uma dialéctica de produção-consumo e consumo-produção, não lhe permitindo assumir-se na sua verdadeira dimensão. Este sujeito passivo, perdido num mundo de coisas em que ele próprio se coisifica, é um ser alienado no universo da produção e consumo.

A sociedade de consumo é efectivamente uma sociedade onde tudo está organizado e controlado. As pseudonecessidades estão estreitamente ligadas à produção e ao consumo onde a fabricação de mitos funciona como elemento estabilizador do indivíduo.

Baudrillard alerta-nos: “Chegámos ao ponto em que o «consumo» invade toda a vida, em que todas as actividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o «envolvimento» é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado.”¹²

Quando o sujeito se deixa de assumir na sua dimensão crítica torna-se na “máquina desejan-te” de uma sociedade direccionada para o consumo, olhando o homem como um mero objecto entre outros objectos, onde o mesmo se vê e se revê nos outros como coisas, cujos comportamentos são estereotipados, unidimensionais.

Cabe ao sujeito recusar-se à «domesticação» e assumir-se como problematizador do real, mesmo sabendo que se arrisca a processos de marginalização. Ocorre-nos, a propósito, citar Sartre: “Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si próprio, e no entanto livre, porque, uma vez lançado no mundo, é responsável por tudo quanto fizer”.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que enquanto o mito tinha para o homem primitivo uma função estruturante, no mundo de hoje, pelo contrário, tem uma função desestruturante. Esta racionalidade tecnocrática reapropria-se de uma certa capacidade de produzir sentido através de novos mitos.

¹² BAUDRILLARD, Jean, *op. cit.* p. 19.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland, *Mitologias*, trad. por José-Augusto Seabra, Círculo de Leitores, s. l., 1987.
- BAUDRILLARD, Jean, *A Sociedade de Consumo*, trad. por Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1995.
- DELEUZE, Gilles, *O Anti-Édipo — Capitalismo e Esquizofrenia*, trad. por Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho, Assírio & Alvim, Lisboa, 1966.
- ELIADE, Mircea, *Mito do Eterno Retorno*, Edições 70, Lisboa, 1981.
- ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano*, LBL, Lisboa, s. d.
- GUSDORF, Georges, *Mythe et Métaphysique*, Flammarion, Paris, 1953.
- MARCUSE, Herbert, *El hombre unidimensional*, trad. por António Elorza, Editorial Ariel, Barcelona, 1994.

ANÁLISES DE DISCURSO EM POLÍTICA AMBIENTAL – CONCEITOS, INSTRUMENTOS E IMPLICAÇÕES

ANABELA CARVALHO*

RESUMO

O campo da análise de discurso propõe conceptualizações e instrumentos que em muito contribuem para compreender a construção e funcionamento das realidades políticas. Com base na comparação de três abordagens a questões de política ambiental, este artigo sugere uma reflexão sobre a diversidade de perspectivas e pressupostos teóricos neste campo. Começa-se por debater a noção de discurso adoptada por diferentes autores, seguindo-se uma análise da relação entre agentes e estruturas. Os conceitos empregues nesta área como instrumentos analíticos, tais como «frame», história e «story-line», merecerão uma atenção detalhada. Finalmente ilustra-se o valor da teoria e análise de discurso para analisar práticas e processos políticos.

1. Introdução

O que se entende por discurso? Como é que o discurso — político, por exemplo — pode ser desconstruído e analisado? Questões tão basilares como estas recebem respostas muito díspares, e nem sempre claras, da parte de diferentes autores que trabalham a análise de discurso. Por razões desta ordem, este campo de investigação tem sido ocasionalmente criticado por falta de precisão e excessiva flexibilidade. A teoria e análise de discurso são reconhecidamente fundamentais para a compreensão da construção social da realidade, e a variedade de abordagens que se enquadram neste

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: carvalho@ics.uminho.pt

domínio é intelectualmente estimulante. Porém, tal não poderá ser sinónimo de permissividade e falta de rigor. Naturalmente, requiere-se uma utilização consistente e fundamentada de conceitos e de opções teóricas. Este texto pretende ser uma contribuição neste sentido.

A natureza discursiva das próprias disciplinas pode ser desconstruída. Explorando as premissas, categorias e procedimentos empregues no campo da análise de discurso podem identificar-se pontos de convergência e divergência, e promover formas de os articular de forma produtiva. O objectivo deste artigo é explorar alguns dos aspectos que unem e que dividem o domínio da análise de discurso, e apontar pistas para novas aplicações empíricas de pressupostos teóricos.

Nas páginas que se seguem procurarei analisar comparativamente as abordagens à análise de discurso propostas pelos três seguintes autores: Hajer, *The Politics of Environmental Discourse* (1995), Litfin, *Ozone Discourses* (1994) e Roe, *Narrative Policy Analysis* (1994). As razões para me centrar nestes estudos relacionam-se com o facto de combinarem um trabalho teórico profundo e inovador com pormenorizadas análises empíricas de questões ambientais.

Antes de passarmos a atentar em detalhe às formas de tratamento do discurso pelos três autores seleccionados consideremos a questão nuclear do nível de análise. Parte da diversidade teórico-metodológica em análise de discurso decorre do facto dos autores situarem a sua investigação em níveis distintos. Contudo, esta questão é raramente explicitada.

Com relevo para o estudo da política, existem dois tipos principais de análise de discurso, que se centram naquilo que designarei como níveis textual e trans-textual. Em primeiro lugar, há um conjunto de autores que está particularmente preocupado com os textos em si. Apesar de considerarem aspectos inter-textuais (referências a outros textos), bem como aspectos extra-textuais (influências que o texto possa receber de contextos políticos, económicos ou culturais), estas análises debruçam-se essencialmente sobre cada texto individualmente, tomando-o como objecto de análise distinto. O objectivo destas análises é compreender como é que o significado é codificado no texto (e, nalguns casos, como é que potencialmente pode ser descodificado, ou recebido). A maior parte dos analistas que desenvolvem este tipo de micro-análise empregam uma perspectiva sincrónica — isto é, centram-se num momento no tempo. Um exemplo deste tipo de análise é van Dijk (por ex., 1988); em larga medida, Fairclough (por ex., 1995) pode também ser incluído neste grupo.

Em contraste, vários investigadores levam a cabo uma análise de discurso trans-textual. Desenvolvendo análises diacrónicas, que examinam a evolução de uma questão ao longo do tempo, estes estudos ocupam-se dos problemas de permanência e mudança na política, e sobre como se

relacionam com o discurso. O alvo da atenção não são textos individuais, mas a relação entre textos, práticas e actores sociais. Este tipo de análise debruça-se, por exemplo, sobre a circulação de ideias (tal como são incorporadas em textos), e o seu impacto em instituições e políticas. Litfin (1994), Roe (1994) e Hajer (1995) situam-se neste nível macro de análise de discurso.

Procurarei efectuar uma leitura crítica destes três estudos avaliando o potencial de cada um, detectando tensões e problemas, e sugerindo formas de os ultrapassar. Uma análise sistemática ajudará a compreender os pontos fortes e frágeis de cada forma de investigação, e trabalhar no sentido de construir um quadro de análise que possa integrar aspectos positivos das diversas abordagens.

2. Litfin, Hajer e Roe — apresentação geral

Começamos com uma síntese dos objectivos, abordagens e tradições teóricas de cada um dos autores escolhidos. Esta secção pretende desta forma fornecer uma visão integrada dos trabalhos em causa e contextualizar o seu emprego da teoria e análise do discurso.

Litfin

O objecto de análise de *Ozone Discourses* é a formação e operação de um sistema de regras e instituições relacionadas com o ozono entre 1986 e 1992. Litfin traça em detalhe a sequência de acontecimentos que conduziram à adopção do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono em 1987 e às revisões do mesmo — Londres, 1990 e Copenhaga, 1992.

O ponto de partida desta investigadora é a teoria das relações internacionais. Mostrando-se crítica do neo-realismo ou do institucionalismo neo-liberal, duas correntes bastante importantes na área das relações internacionais, Litfin advoga uma abordagem reflectivista que se centra na formulação intersubjectiva dos problemas e nas práticas discursivas. A autora enfatiza o papel da interpretação e de «framing» nos processos de decisão política a nível internacional.

Litfin localiza as suas raízes na tradição intelectual do pós-estruturalismo. A sua concepção das relações entre poder e conhecimento e do papel do discurso é fortemente influenciada pelo trabalho de Michel Foucault (1979, 1980, 1983). Para além desta inspiração sociológico-filosófica, ela parte da teoria epistémica de Ernst Haas (1990) e Peter Haas (1989, 1992) e procura ajustá-la. Litfin refere também Wendt (1992) e Dessler (1989) como influências no campo das abordagens reflectivistas às relações internacionais.

De acordo com Litfin, a adopção de acção preventiva, e mais tarde, de combate ao problema da diminuição dos níveis de ozono foi em larga medida devida a considerações «extra-científicas». Sendo o Protocolo de Montreal visto por muitos como um exemplo do triunfo da ciência em política internacional ambiental, Litfin argumenta que o mesmo resultou da coalescência de posições ideológicas, interesses materiais e concepções científicas, para a qual as práticas discursivas foram fundamentais.

A principal tese de Litfin é que a competência discursiva é uma fonte de poder político muito importante. A competência discursiva consiste, na sua opinião, na capacidade de formular e enquadrar («to frame») as questões em causa de forma a levar os outros a aceitar uma determinada perspectiva.

A obra de Litfin tem um grande valor como relato histórico das negociações sobre a questão do ozono. Apoia-se numa vasta documentação que é analisada em detalhe. A sua compreensão teórica da forma como o discurso funciona nos processos políticos poderia, no entanto, ter ido mais longe. É mesmo assim uma obra pioneira na aplicação da análise de discurso à política ambiental internacional e na chamada de atenção para a importância da questão do «framing».

Hajer

The Politics of Environmental Discourse analisa o processo de decisão política relativo à regulamentação das emissões de dióxido de enxofre e outros produtos químicos responsáveis pelas chuvas ácidas, entre os princípios da década de 70 e 1990. O principal objectivo de Hajer é compreender como é que um paradigma de «modernização ecológica», que, entre outras ideias avança a tese de que a protecção ambiental e o crescimento económico são compatíveis, se tornou dominante e como influenciou as instituições políticas na Holanda e, em menor grau, no Reino Unido.

A obra de Hajer situa-se num interessante cruzamento entre a filosofia pós-estruturalista, a psicologia social argumentativa e a análise política. Enquanto Foucault (1968, 1976, 1979), por um lado, e Billig (1987), Davies e Harré (1990; Harré, 1993), por outro lado, são claramente as principais influências no âmbito da primeira e da segunda correntes teóricas, Hajer recorre a um vasto leque de autores no quadro da ciência política.

A sua posição epistemológica é fortemente construtivista. Hajer parte de uma mente humana que compreende e age sobre a realidade na base de representações ou imagens e de práticas mediadas pelo discurso ¹.

¹ Centrar a atenção na «realidade humana» obviamente não significa negar a existência do mundo «Real» exterior. A distinção entre «Real» e «realidade» foi proposta por Lacan.

De acordo com Hajer, os conflitos sócio-políticos sobre questões ambientais dependem essencialmente da construção e negociação de significados através do discurso. As «story-lines» são elementos centrais na definição que os diferentes actores fazem de fenómenos físicos e sociais.

Hajer examina os múltiplos processos de institucionalização (e desinstitucionalização) do discurso, que se concretizam na adopção de determinadas políticas e na mudança de aspectos institucionais ou da distribuição formal de poderes. As questões que mais lhe interessam dizem respeito à forma como ideias, conceitos e categorizações interagem com estruturas institucionais, e como as últimas resistem ou integram os primeiros.

O livro de Hajer tem sido bem recebido na comunidade académica e merecidamente considerado inovador. Está bem fundamentado em termos teóricos e apresentado de uma forma coerente.

Roe

Para além do estudo teórico da política, Roe está interessado na sua prática concreta. Apresenta o seu modelo como um instrumento útil para a análise de questões de políticas públicas e para a tomada de decisão.

A análise narrativa da política («narrative policy analysis») é concebida como uma estratégia analítica adequada para questões políticas caracterizadas por um elevado grau de incerteza, complexidade e polarização de posições. O principal argumento teórico é que a decisão política sobre questões altamente contestadas assenta em histórias que estabilizam os pressupostos para a escolha de uma alternativa.

A finalidade de Roe é identificar uma base mais clara para a acção em casos especialmente controversos. Ao contrário da análise política convencional que vê a complexidade e a divisão de posições como conduzindo à paralização e advoga concessões de todas as partes, a análise narrativa da política vê tais características como o meio para uma solução. O que é necessário é identificar e desconstruir tais histórias e, com base nelas, reconstituir o problema numa «meta-narrativa» que torne a decisão política mais fácil e adequada. O livro de Roe tem assim um forte cariz metodológico, sendo alicerçado numa extensiva análise empírica sob a forma de estudos de caso, tais como a gestão da água para fins agrícolas na Califórnia e as implicações políticas do aquecimento global.

A abordagem de Roe inspira-se na teoria literária, especialmente nas suas contribuições estruturalistas e pós-estruturalistas. Rifaterre (principalmente o seu livro de 1990) é apontado como a influência mais importante neste campo. Da área da ciência política e da administração, Roe retém algumas perspectivas sobre o processo de decisão política em políticas públicas, principalmente influenciadas por modelos incrementais e por modelos de racionalidade limitada (por ex., Lindblom, 1958).

Obviamente, o trabalho de Roe também se fundamenta na bibliografia sobre o papel das histórias e narrativas na área da análise política (Rein, 1976; Kaplan, 1990; Krieger, 1981; Majone, 1989).

3. Discursos sobre o discurso

O conceito de discurso não é consensual no domínio da análise de discurso. Os termos «discurso» e «linguagem» são por vezes utilizados de forma intercambiável. Frequentemente, porém, a noção de discurso é distendida muito para além dos limites da comunicação verbal para passar a incluir vários outros tipos de acções e condições sociais, culturais e políticas. Isto levanta a questão dos limites do texto ou, por outras palavras, da distinção entre o texto e o contexto.

Apresentando as definições de discurso propostas pelos três autores, esta secção pretende ser a porta de entrada para um debate em torno desta e de temáticas com ela relacionadas e que irão estruturar as secções seguintes.

3.1. A noção de discurso

Que dimensões é que a noção de discurso abarca para os autores seleccionados? Será o discurso uma realidade linguística ou envolverá outros tipos de práticas?

Começemos por Hajer.

[Discourse is a] specific ensemble of ideas, concepts and categorizations that are produced, reproduced and transformed in a particular set of practices and through which meaning is given to physical and social realities. (1995: 44)

O quadro conceptual de Hajer é algo ambíguo em relação à natureza do discurso. Afirma que o discurso consiste em ideias, conceitos e categorizações, que faz equivaler ao «content of what is being said.» (ibid.: 44). Esta visão do discurso como linguagem pode ser encontrada noutras partes do livro (por ex. p. 51 ou na própria capa do livro). A linguagem (ou as práticas linguísticas/linguagem em uso) e a realidade social constituir-se-iam mutuamente (ibid.: 44).

Todavia, Hajer considera que as ideias, conceitos e categorizações podem também ser produzidos por outros meios que não a linguagem — através, por exemplo, da prática de um estilo de vida alternativo (ibid.: 44). Várias formas de comportamento seriam então práticas geradoras de discurso. Estará Hajer a dizer que o discurso é a mensagem («ideias,

conceitos, categorizações») presente na utilização de um qualquer código de comunicação — verbal, icónico, «comportamental»...? A distinção de Saussure entre o significante e o significado como dimensões inter-relacionadas e inseparáveis dos signos empregues em comunicação pode ajudar-nos a concluir que, para Hajer, várias realidades não-linguísticas são parte implícita, mas não assumida, da sua noção de discurso². É importante que o investigador precise esta matéria de forma a permitir uma utilização sistematicamente clara e coerente do termo «discurso».

Litfin claramente confina a noção de discurso à linguagem.

By discourse, I mean sets of linguistic practices and rhetorical strategies embedded in a network of social relations. (Litfin, 1995: 3)

Discurso é para Litfin a palavra, ou melhor, a construção verbal da realidade. Os aspectos mais importantes das práticas discursivas são para Litfin a selecção de perspectiva e o potencial de persuasão. Procurando compreender a relação entre mudanças políticas e o discurso, o seu livro cobre porém muito mais do que práticas linguísticas, e ela frequentemente advoga a necessidade de análise contextual³.

Na análise de Roe, o ênfase é dado às narrativas políticas («policy narratives») e o autor não oferece uma definição de discurso. Uma incursão na teoria da narrativa, que tem sido desenvolvida essencialmente na área dos estudos literários, elucida-nos que uma narrativa é composta por dois elementos principais: história (ou «estória») e discurso (ou, noutras palavras, enredo e apresentação). (Culler, 1987: 87). Uma narrativa será uma história «dita» através do discurso, sendo o último a representação da história. Este é mais um uso distinto do termo discurso, que significa neste caso veículo ou meio de expressão.

² Uma análise das recensões de *The Politics of Environmental Discourse* revela que os pressupostos de Hajer em matéria de teoria do discurso não são em geral examinados, e muito menos questionados. Corresponderá isto a uma aceitação silenciosa das propostas de Hajer por especialistas em análise de discurso ou será isto sintomático de uma falta de diálogo com a área da análise política? Estou mais inclinada a acreditar na última alternativa. Tal como em muitos outros casos, as fronteiras disciplinares parecem excluir um diálogo com outros campos, que poderia ser muito fértil.

³ «Only a detailed contextual analysis can explain how a particular discourse comes to be accepted for a given problem.» (ibid.: 7). De acordo com Litfin, não é apenas no discurso que deveremos procurar explicações para a mudança, mas no contexto, ou na interacção entre o texto e o contexto. O contexto, por sua vez, é formulado de forma vaga. Esta problemática é desenvolvida mais abaixo.

Apesar de Roe não empregar o conceito de discurso a sua abordagem pode ser considerada discursiva na medida em que ele se centra em representações da realidade como a principal base de interacção entre os actores sociais.

Tais representações são essencialmente práticas textuais — elas são sempre produzidas através da linguagem verbal e de outros códigos de comunicação. Roe refere-se às histórias «that people *tell* as a way of articulating and making sense of complex realities»⁴, o que indica que a linguagem tem um papel nuclear nas narrativas políticas.

3.2. O problema das fronteiras entre o discursivo e o não-discursivo

Onde é que o discursivo acaba e o não-discursivo começa? As noções de texto e de contexto corresponderão a esta divisão? Estas questões são obviamente muito importantes, tanto do ponto de vista teórico como analítico.

Não é claro o que é que Litfin considera como parte do texto/discurso e como parte do contexto. Litfin não define contexto e este termo parece abarcar tudo desde tendências económicas a acontecimentos naturais. Ela defende que «(...) outcomes [are] dependent upon interdependent variables and idiosyncratic contextual factors (...)» (ibid.: 7).

Concluindo, Litfin parece argumentar que discurso (leia-se práticas linguísticas) é uma forma importante de interacção social desde que o contexto seja favorável. Será que isto não desloca o centro da atenção do discurso para o «contexto»? A resposta parece óbvia e tem importantes implicações teóricas. O contexto parece ser neste caso exterior ao discurso, o que é evidentemente incontestável se Litfin se estiver a referir a realidades físicas, ambientais ou outras. Mais importante, porém, são as construções discursivas dessas realidades. Por exemplo, a concentração decrescente de ozono sobre a Antártica não teria sido tão importante politicamente se não fosse a sua construção discursiva como o «buraco de ozono» e o subsequente enquadramento das discussões e negociações internacionais nestes termos, em oposição, por exemplo aos efeitos sobre a saúde da descida dos níveis de ozono.

Na teorização de Hajer não existe um contexto como «background» mais ou menos fixo no qual as práticas linguísticas operam. O contexto

⁴ O itálico é meu.

social, ou seja, o sistema de regras e relações sociais, é ele próprio constantemente reconstituído pelo discurso. Tais regras e relações são retomadas nas interações discursivas e «produzidas, reproduzidas e transformadas» através das mesmas.

(...) political context is also to be analysed as a discursive construction. Rules, distinctions, or legitimate modes of expression, only have meaning to the extent that they are taken up. It implies that the rules and conventions that constitute the social order have to be constantly reproduced and reconfirmed in actual speech situations, whether in documents or debates. Consequently the power structures of society can and should be studied directly through discourse. (Hajer, *ibid.*: 55)

Roe não especifica a distinção entre texto e contexto mas a concepção de uma relação activa entre os dois elementos parece estar implícita na sua análise, de forma semelhante a Hajer.

3.3. *Repensar o conceito*

O que foi dito até este ponto reforça a ideia de que a análise de discurso não integra uma concepção necessária das relações entre linguagem e outras práticas, e entre texto e contexto. Penso que a teorização de Laclau e Mouffe (1985; 1987) é uma contribuição interessante para esta discussão e que poderá ajudar-nos a reformular estas relações.

Estes autores propõem uma definição lata de discurso: «systematic set of relations [of meaning]» (1987: 2). Laclau e Mouffe vêem o discurso como a totalidade do linguístico e do não-linguístico. Consideram que todos os objectos e práticas são discursivos. Para as coisas e actividades terem significado elas têm que fazer parte de determinados discursos. Isto não significa que tudo é linguístico, mas simplesmente que para os objectos e actividades serem inteligíveis eles têm que existir como parte de um quadro de significação mais alargado (Howarth, 1995: 119).

Let us suppose that I am building a wall with another bricklayer. At a certain moment I ask my workmate to pass me a brick and then I add it to the wall. The first act — asking for the brick — is linguistic; the second — adding it to the wall — is extralinguistic. Do I exhaust the *reality* of both acts by drawing the distinction between them in terms of the linguistic/extralinguistic opposition? Evidently not, because, despite their differentiation in those terms, the two actions share something that allows them to be compared, namely the fact that they are both part of a total operation which is the building of the wall. (...) This totality which includes within itself the linguistic and the non-linguistic, is what we call *discourse*. (1987: 82)

Para Laclau e Mouffe os limites do discursivo não são questionáveis uma vez que tudo é discursivo: práticas linguísticas, realidades sociais e até a natureza. Tomemos o caso da natureza como exemplo. Estes investigadores não põem em causa a sua existência física, que é obviamente exterior ao discurso. Porém, a percepção humana da natureza é sempre baseada num discurso. Os elementos da natureza são vistos no quadro de um certo sistema classificatório (por ex. plantas, animais, minerais) e de um certo sistema de valores (relativo, por ex., à relação entre o homem e a natureza) que são essencialmente uma construção humana que estabelece relações de significação.

A distinção entre texto e contexto na teorização de Laclau e de Mouffe, a existir, seria intra-discursiva e não extra-discursiva. Por outras palavras, o contexto é o discurso (textualmente produzido) que precede uma nova construção discursiva. Esta noção parece-me ser muito útil. Contudo, não nos deverá levar a pensar que todos os «(back)grounds» da actividade discursiva são discursivos — obviamente as realidades físicas são exógenas ao discurso.

Apesar de ser em vários aspectos correcta, a conceptualização de Laclau e de Mouffe é a meu ver demasiado alargada. Corre o risco de ser confundida com a noção de cultura (em contraste com a natureza; tudo aquilo que resulta da interacção humana). A operacionalização de tal noção de discurso é também difícil.

Em alternativa, proporia a noção de discurso como um conjunto de relações de significação que é sustentado e transformado através de práticas textuais. Ao mesmo tempo que subscrevo o conceito de discurso como relações de significação, na linha de Laclau e Mouffe, gostaria de defender a ideia de que tal significação (ou sentido) é produzida através de textos, e que a prática textual é uma parte intrínseca da noção de discurso. É essencialmente através da linguagem que o sentido é construído, mas outros códigos de comunicação (icónicos, por exemplo) também desempenham a mesma função. O que é específico do discurso, e o que legitima a existência de um campo de teoria e análise de discurso, é que ele assenta em práticas concretas de criação e circulação de textos.

Para finalizar, podemos dizer que o discurso é, por um lado, um determinado entendimento ou visão de um objecto e da sua relação com outros objectos, o que é necessariamente uma construção temporária uma vez que pode a qualquer momento ser sujeita a re-interpretação e mudança. Trabalhemos com um exemplo: o desenvolvimento sustentável é um discurso sobre o ambiente, e a relação entre o ambiente e a economia. É uma construção específica de tais objectos. Por outro lado, o discurso existe em e através de textos concretos. No caso do desenvolvimento sus-

tentável, um dos textos que mais contribuiu para a sua concepção e promoção foi o livro *Our Common Future*, da «World Commission on Environment and Development» (1987) ⁵.

4. A reconciliação de agentes e estruturas

Are the effects we wish to explain the products of actors displaying their agency, making unconstrained choices; or are these effects the products of the unfolding logic of a structure (or set of structures) over which agents (individual or collective) have no control? (Hay, 1995: 189)

O papel do agente é outra questão crucial e contenciosa em análise de discurso. Nalguns estudos, o agente parece desaparecer sob estruturas discursivas. Outras abordagens recuperam o agente em diferentes graus.

A este respeito, podemos distinguir duas escolas principais: estruturalismo e pós-estruturalismo. O estruturalismo enfatiza os efeitos de uma estrutura ou configuração subjacente sobre as realidades observadas, e sugere que o agente é condicionado pelo discurso, que actua como uma estrutura. Apesar de reconhecer o poder dos contextos discursivos, o pós-estruturalismo qualifica o agente para intervir sobre tais contextos, atribuindo-lhe a capacidade de influenciar o curso da acção social e política.

Questionemos os nossos autores sobre estas matérias.

Litfin:

(...) the decentering of the subject (...) is a useful strategy in that it highlights the constitution of identity through discursive practices. (1994: 8)

Hajer:

Story-lines are devices through which actors are positioned, and through which specific ideas of «blame» and «responsibility», and «urgency» and «responsible behaviour» are attributed. Through story-lines actors can be positioned as victims of pollution, as problem solvers, as perpetrators, as top scientists, or as scaremongers. (1995: 64-5)

Roe não explicita a sua posição sobre este assunto.

Litfin demarca-se das abordagens às relações internacionais em que os agentes são absolutamente centrais (por ex., o neorealismo). Assim, a posição expressa na citação acima inspira-se no trabalho de Foucault.

⁵ Sobre esta questão, veja-se Drysek, 1997.

Contudo, Litfin não aceita o «estruturalismo profundo» (ibid.: 23) de Foucault, que obscurece o agente. Como tal, salienta o poder que os agentes têm nas interacções discursivas. A capacidade dos actores sociais para persuadir outros através de enquadramentos («framing») e estratégias retóricas é um aspecto importante das suas perspectivas em relação ao processo de decisão política.

Litfin isola um tipo de agentes como sendo mais influentes do que outros: «knowledge-brokers»-«intermediaries between (...) the producers of knowledge and the policymakers...» (ibid.: 4). A sua influência reside na sua capacidade para traduzir o conhecimento científico de forma a que possa ser assimilado pelos decisores políticos.

Apesar do excerto do livro de Litfin que foi apresentado no princípio desta secção, ela atribui uma capacidade bastante significativa ao agente para alcançar resultados desejados através do discurso. O poder de constrangimento do discurso é, na verdade, em grande parte marginalizado por Litfin.

Tal como Litfin, Hajer é simultaneamente influenciado por, e crítico em relação a Foucault. Tal como Litfin, Hajer traz Giddens (1979, 1984) para o debate e aponta para a dualidade das estruturas, para o seu poder de constrangimento e capacitação («constraining and enabling power»).

Na verdade, Hajer não se afirma satisfeito com o papel que Foucault atribui ao sujeito ou, mais especificamente, com a posição de Foucault em relação à forma como o discurso capacita o sujeito.

Hajer utiliza então os trabalhos de Billig, Davies e Harré como correcções a Foucault e reforça o poder do sujeito. Salientando a questão do relacionamento interpessoal, Davies e Harré (1990) consideram que as pessoas são «constituídas» por práticas discursivas, e conceptualizam a interacção humana como uma troca de argumentos ou de sugestões contraditórias sobre a forma como o indivíduo deve atribuir sentido à realidade (Hajer, 1995: 3).

Importando estas ideias para o campo da política, Hajer torna a argumentação e outros aspectos retóricos em questões centrais das práticas discursivas. O sujeito passa deste modo a estar activamente envolvido na produção e transformação do discurso.

A análise que Hajer faz do processo político que conduziu à regulamentação das chuvas ácidas na Holanda indica uma forte capacidade de determinados agentes oficiais para moldarem a informação e as imagens do problema, e conseqüentemente influenciarem a sua evolução em arenas políticas. O Ministro Pieter Winsemius, do Departamento de Habitação Social, Planeamento do Espaço e Higiene Ambiental, bem como Mauk den Boer, da secção florestal do Ministério da Agricultura e Pescas, revelaram um importante grau de autonomia na redefinição de regulamentações.

Por outro lado, segundo Hajer, factores sociocognitivos, tais como confiança e credibilidade, que dependem essencialmente da interacção entre os indivíduos, também desempenham um importante papel nos processos políticos.

Onde é que se enquadra então a citação no começo desta secção sobre «story-lines»? As «story-lines» funcionam como uma força estruturante no sentido em que «catalogam» os actores sociais e influenciam a forma como estes se vêem a si próprios e uns aos outros. Neste sentido, as «story-lines» limitam os agentes sociais. Winsemius e den Boer estavam obviamente em posições de poder nas estruturas políticas holandesas. No entanto, mesmo eles tiveram que operar no âmbito do discurso dominante e das estruturas institucionais.

Para concluir, os sujeitos de Hajer estão condicionados pelo discurso mas são também seres humanos activos e criativos que conseguem conquistar aceitação e apoio político através do discurso, bem como influenciar a evolução do processo político.

Um aspecto problemático no trabalho de Hajer é o facto de ele se debruçar essencialmente sobre aqueles a quem o discurso confere poder, e não sobre os que são excluídos por esse mesmo discurso. Se aprofundarmos esta última hipótese de estudo, os efeitos constrangedores do discurso revelarão certamente um peso muito maior.

Na análise narrativa de Roe, os agentes são tanto constrangidos como capacitados pelo discurso (ou pelas histórias dominantes). As histórias definem posições para os agentes sociais e forçam os mesmos a adoptar determinadas opções. A construção do problema do aquecimento atmosférico como um problema global, por exemplo, cria um quadro relacional entre diferentes actores. Tais actores são primeiramente os Estados, cuja cooperação é requerida pelo discurso do global, mas também agentes ao nível nacional e local, que são assim afastados da gestão do aquecimento «global» ou, pelo menos, «desculpados» por nada fazerem. As histórias são portanto um importante mecanismo de estruturação da realidade sócio-política.

Contudo, Roe refere-se com frequência aos «proponentes» das histórias, ou seja os actores que as formulam e/ou promovem. Isto implica que os agentes têm a capacidade de intervir activamente nas estruturas discursivas e assim reforçar o seu poder.

A oposição entre agentes e estruturas na análise de discurso pode, portanto, ser superada através de uma concepção interactiva destes dois elementos. Podemos dizer que o discurso é uma estrutura constrangedora na medida em que define limites para a forma como o mundo pode ser pensado e para a acção sobre o mesmo. Ao mesmo tempo, tal estrutura

permite aos agentes intervir activamente na realidade social na medida em que estabelece um terreno comum, sobre o qual novos «edifícios discursivos» podem ser erigidos. Isto significa, então, que as estruturas podem ser modificadas pelos agentes, e da mesma forma que dependem dos agentes para serem reproduzidas.

5. Instrumentos conceptuais para a análise de discurso

No âmbito da análise de discurso vários são os conceitos empregues como instrumentos analíticos. Os instrumentos conceptuais mais importantes que os nossos três autores propõem são «frame» (Litfin), «narrativa» (Roe) e «story-line» (Hajer) ⁶. Tais conceitos são utilizados como instrumentos de dissecação e estudo do texto. Para além disso, espera-se que ajudem a identificar formas de manipulação a que os textos podem ser sujeitos para servir determinados objectivos ou a analisar o papel dos textos na manutenção ou mudança do *status quo*.

Os conceitos referidos serão objecto de uma atenção alargada nas páginas que se seguem. Procurarei avaliar o que é que eles nos mostram e se revelam aspectos diferentes da construção discursiva das questões.

«Frame»

Em *Ozone Discourses* o conceito com maior relevância para a análise de discurso é o de «frame» (e «framing»). Todavia, Litfin não define este conceito, o que é obviamente uma falha do seu trabalho. A autora também não explica claramente como é que o conceito é empregue na sua investigação da política do ozono. «Frame» e «framing» aparecem no seu texto como (vagas) noções de perspectiva ou de selecção de ênfase — apontam para as dimensões de um problema que são tidas em consideração ou destacadas. Por outro lado, Litfin argumenta que os «frames» cruzam factos e valores, mas as formas de interacção ou as implicações mútuas destes dois aspectos não são sistematicamente analisadas.

O conceito de «frame» tem sido utilizado por muitos outros autores com sentidos bastante variados e merecerá uma análise detalhada. Em primeiro lugar, esta sub-secção procurará re-examinar este conceito de forma a tornar mais claro o seu significado e a justificar o estudo dos «frames» ao nível do discurso.

⁶ Dada a dificuldade em encontrar um termo português que fosse fiel ao sentido dos conceitos de «frame» e de «story-line», decidi manter as palavras originais em língua inglesa.

Em segundo lugar, importa re-avaliar as vantagens e potenciais fragilidades do conceito de «frame». Penso que tal conceito pode ser um instrumento profícuo para análise de discurso mas, como será explicado mais abaixo, é algo complexo em termos teóricos.

Para a análise de discurso, a forma mais importante de entendimento dos «frames» é aquela que os concebe como estruturas presentes no discurso. Os «frames» organizam a comunicação acerca da(s) realidade(s) que nos rodeia(m). Ajudam a estruturar os textos no sentido em que conduzem o processo de selecção de questões e a construção de uma mensagem. Da mesma forma, os «frames» podem ser identificados e usados pelos receptores para descodificarem tal mensagem. A literatura sobre os media tem empregue o conceito de «frame» nesta acepção para analisar práticas textuais. Na definição de Entman:

Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described. (55)

Snow e Benford (1988, 1992), bem como Gamson (1992, 1995) têm empregue o conceito de «frame» para analisar as formas de conceptualização que os movimentos sociais (por exemplo, as organizações não-governamentais) fazem de temáticas sociais e políticas⁷. Neste primeiro sentido, os «frames» existiriam sobretudo ao nível do texto.

Uma segunda acepção do termo «frame» refere-se a construções sociais de mais alto nível. «Frames», são neste sentido, formas partilhadas de compreender o mundo. Podem ser equiparados às «representações sociais», para cujo estudo Moscovici (1984) fez uma importante contribuição. Este autor diz-nos que as representações sociais são específicas a cada cultura. São convencionalizadas por cada sociedade e moldadas de acordo com os seus valores. As representações sociais são também, segundo Moscovici, prescritivas, «that is they impose themselves upon us with an irresistible force. This force is a combination of a structure which is present before we have even begun to think, and of a tradition which decrees *what* we should think» (Moscovici, 1984: 9, citado por Fisher, 1997.: parag. 4.4). Nesta linha, Fisher (1997) propõe o conceito de «cultural frames» que define como «socio-culturally and cognitively generated patterns which help people to understand their world by shaping other forms of deep structural

⁷ Estes autores empregam igualmente o conceito de «frame» com outros sentidos.

discourse» (parag. 5.1) ⁸. Num estudo sobre a cobertura jornalística de políticas relativas ao sexo e à sexualidade em instituições militares nos Estados Unidos e no Reino Unido (1996) Fisher encontrou os seguintes «frames»: «algumas instituições/tarefas não são para toda a gente», «todos merecem a mesma oportunidade», «as mulheres/os homossexuais são actores importantes na sociedade», e o «militarismo é prejudicial à sociedade».

Num terceiro sentido, os «frames» são vistos como estruturas mentais de natureza cognitiva que as pessoas usam para dar sentido ao mundo e para organizar informação. Van Dijk (1988: 103: 105), um conhecido analista do discurso, emprega o termo nesta acepção. Neste sentido, os «frames» são equivalentes aos «schemas» e aos «scripts». Em psicologia, «schemas» são «cognitive structures that represent a person's knowledge about an object, person, or situation, including knowledge about attributes and relationships among those attributes.» (Manstead, A. and M. Hewstone: 489). Os «schemas» ajudam as pessoas a simplificar a realidade, a guiar o processamento de nova informação, a preencher os detalhes em falta, e a recordar factos relevantes para os «schemas» (ibid.: 489-90). Os «scripts» são «schemas that describe the typical sequence of events in common situations.»(ibid.: 494). Os «scripts» são por vezes designados como «event schemas» ou «event sequences». O «script» das pessoas para a situação de comer num restaurante, por exemplo, inclui «behaviors (e.g., being seated), roles (e.g., waiters), and props (e.g., menus).» (ibid.).

Note-se que estes três níveis de «frames» estão profundamente interligados. As estruturas mentais tipo-«frame» são adquiridas no processo de socialização e a sua transmissão ocorre através de práticas discursivas. Pela socialização, os «frames» culturais são passados a novas gerações. Por outro lado, os «frames» culturais só podem existir no e através do discurso. É aí que eles são reproduzidos ou contestados. As ligações e interdependências entre os três níveis de «frames» são óbvias.

Podemos, naturalmente, notar que o domínio da mente e o domínio do discurso são ontologicamente diferentes. Isto levaria a distinguir as duas primeiras «ordens» de «frames» referidas acima da terceira. As duas primeiras ocorreriam no discurso, a última nas mentes dos indivíduos. Contudo, apesar de ontologicamente distintos, estes domínios não estão funcionalmente separados.

O nível da mente é obviamente fundamental uma vez que é na cabeça das pessoas e não em textos que a acção social tem origem, e isto inclui a produção de textos. Contudo, em vez de atender à mente do decisor político

⁸ Fisher (ibid.) fornece uma análise detalhada da literatura sobre «frames» em várias ciências sociais.

ou do activista como o «lugar ontológico primeiro», a análise de discurso centra-se em textos e práticas em que a actividade cognitiva toma forma concreta (Hendry, 1998: 13). Nas palavras de Hajer (ibid.), as ideias (e trata-se aqui fundamentalmente de ideias políticas) são produzidas, reproduzidas e transformadas através do discurso. A análise de discurso não as concebe como entidades com uma existência autónoma das práticas comunicativas. O estudo dos «frames» está assim enraizado no universo discursivo.

Julguemos agora a utilidade do conceito de «frame» em análise de discurso. Como já foi indicado, este conceito tem a vantagem de mostrar diferenças na compreensão ou formulação de questões. A sua desvantagem é o seu excesso de flexibilidade. Para ilustrar as dificuldades que podem surgir no emprego deste conceito, tomemos como exemplo a ideia de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável tem sido por vezes considerado como um «masterframe» (Eder, 1996)⁹ ou simplesmente um «frame» (Jachtenfuchs, 1996). Poderemos perguntar como é que a noção de modernização ecológica (Hajer, ibid.) se relaciona com este «frame». O conceito de modernização ecológica está sem dúvida intrinsecamente ligado (subordinado?) ao conceito de desenvolvimento sustentável mas o primeiro é ele próprio um «frame» de análise e de acção. Por outro lado, a questão da acção preventiva em problemas ambientais é apontada por Hajer como uma das dimensões da ideia de modernização ecológica enquanto que Litfin alude à acção preventiva como um «frame» para a decisão política face ao problema do ozono. Deveremos conceber estes «frames» de uma forma hierárquica? Mas então como é que tais «frames» se relacionam com a noção de progresso, por exemplo? Será ela própria outro «frame»? A que nível?

Apesar de ser tentador construir um quadro analítico organizado hierarquicamente¹⁰, é talvez mais adequado pensar o campo do discurso como uma rede em que todos os elementos estão interligados. Cada ideia presente num determinado discurso, ou cada discurso, envolve múltiplas intersecções com outros discursos, sem uma ordem necessária em tais relações.

Sendo útil para reconstruir e comparar textos concretos, o conceito de «frame» é difícil de articular de uma forma geral (e abstracta) de forma a

⁹ Eder escreve sobretudo sobre «environmentalism» como «masterframe» mas também se refere nos mesmos termos ao desenvolvimento sustentável e ao seu efeito estruturante (ibid.: 206-7; nota 9).

¹⁰ Um exemplo desta opção é o trabalho de van Dijk (por ex., 1988) com as suas «superstructures», «macrostructures» e «macropropositions».

fornecer uma imagem de todo(s) o(s) discurso(s) sobre uma determinada questão ou domínio da realidade.

Em conclusão, em análise de discurso é mais desejável pensar em termos de «framing» como um processo, do que em «frames» como entidades independentes (e fixas). «Framing» é organizar o discurso de acordo com *um ou vários* pontos de vista ou perspectivas. Na produção de textos, «framing» envolve selecção e composição. Selecção é um exercício de inclusão e exclusão de factos, opiniões, juízos de valor. Composição é o arranjo destes elementos de forma a produzir um determinado sentido.

Ao contrário de autores como Durham (1998) não concebo «framing» como uma intervenção opcional no discurso ¹¹. Pelo contrário, «framing» é algo inerente ao processo discursivo.

Narrativa/história

O conceito central de Roe é o de narrativa, que é bastante distinto do de «frame». Embora requerendo uma utilização mais escrupulosa do que a que dele faz Roe, este conceito pode potenciar análises interessantes.

Roe não define claramente o que entende por narrativas políticas («policy narratives»). Tal como referi anteriormente, o conceito de narrativa integra uma história e um discurso (o meio pelo qual a história é comunicada).

Acerca do conceito de história, diz-nos Roe o seguinte:

[A story] has a beginning, middle and end (...) and revolves around a sequence of events or positions in which something is said to happen or from which something is said to follow. (ibid.: 36)

Uma narrativa é um tipo de relato que é normalmente estruturado em termos de uma sequência ou evolução «standard». De facto, já Aristóteles considerava que uma narrativa deve possuir um princípio, meio e fim. Tal sequência tem também sido associada a «setting, complication, resolution.» (van Dijk, 1988: 49-51). Esta conceptualização integra a ideia de uma acção ou acontecimentos, tal como sugerido por Roe. De forma mais detalhada, a teoria estruturalista estipula que uma história deverá ter os seguintes componentes: conteúdo ou cadeia de eventos (acções,

¹¹ No texto de Durham, «framing» é visto como uma prática reducionista levada a cabo pelos jornalistas para atribuir sentido à realidade, numa tentativa sistemática de identificar um único significado para os acontecimentos (que são muitas vezes complexos e multi-dimensionais).

acontecimentos), e existentes (personagens, elementos do cenário/contexto). (Chatman, 1995: 478) ¹².

Até que ponto é que as políticas e os processos analisados por Roe exibem as características de uma história? Em relação às alterações climáticas, Roe faz-nos notar que o aquecimento atmosférico como um problema científico foi narrativizado e transformado em «aquecimento global como um cenário de crise». «Global warming as a crisis scenario» é essencialmente uma projecção no futuro dos conhecimentos científicos presentes. Envolve uma sequência temporal e a previsão de um certo «fim», e podemos dizer que há acontecimentos — vários eventos atmosféricos e os seus impactos — e existentes no cenário — países, organizações e indivíduos responsáveis pelo aquecimento global ou vitimizados pelo mesmo.

Prestemos agora atenção a aspectos específicos do livro de Roe. De acordo com o autor, as narrativas políticas podem ser divididas em três categorias principais: histórias, não-histórias («nonstories») e contra-histórias («counterstories»). As histórias tem princípio, meio e fim. De acordo com Roe há dois tipos de histórias: cenários e argumentos. O autor não diz mais acerca dos cenários (apenas que apresentam as características gerais de uma história). Os argumentos têm «premissas e conclusões». As não-histórias são narrativas que «não correspondem à definição de história». Finalmente, as contra-histórias são narrativas que «apontam em sentido contrário das narrativas políticas dominantes.» (ibid.: 3).

Existem alguns problemas com a classificação de Roe. O primeiro problema é a classificação dos argumentos como histórias. Os argumentos são processos de raciocínio a favor ou contra algo, ou as próprias razões fornecidas para tal. Os argumentos não têm necessariamente as características das histórias. Em segundo lugar, o conceito de não-história e a sua inclusão no âmbito das narrativas merece ainda mais forte crítica. Se são não-histórias como é que podem ser narrativas dado que, como vimos, a história ou «plot» é um dos elementos constitutivos de uma narrativa? Assim, poderíamos concluir que os cenários seriam o único tipo legítimo de narrativa. Em resumo, *Narrative Policy Analysis* é enfraquecida por algumas utilizações impróprias do termo história.

Qual a utilidade dos conceitos de narrativa e história em análise política? Roe demonstra que existe normalmente uma multiplicidade de perspectivas e representações relativamente a questões políticas complexas, rodeadas de incerteza ou que conduzem à polarização de posições. Isto

¹² Van Dijk (1988: 50) distingue esta visão, que é preferida pelos «story grammars», de uma perspectiva mais geral de história como um discurso de acção, «featuring terms such as goal, plan and result.»

significa que não existe um entendimento unificado dos problemas com base no qual se possa trabalhar. Roe diz-nos também que as histórias políticas dominantes são usadas como base para a decisão política. Isto indica que em política os relatos mais relevantes e/ou poderosos sobre a realidade são aqueles que adoptam o formato de histórias. Para além disso, tal como foi sugerido em relação ao aquecimento global, tal significa que a previsão teria um importante papel nas práticas discursivas no quadro da política e influenciaria os processos políticos. Ao antecipar o resultado de um determinado problema, as histórias levariam os decisores políticos a moverem-se em determinadas direcções. A análise narrativa da política («*narrative policy analysis*») tem portanto o mérito de alertar o analista para todos estes aspectos do discurso; a noção de história ajuda-nos a identificar e compreender o papel da multiplicidade de construções da realidade.

«*Story-line*»

Reconhecendo a comum dificuldade de operacionalizar a teoria do discurso, Hajer promove a noção de «*story-line*» como «*middle range concept*.»

A *story-line* (...) is a generative sort of narrative that allows actors to draw upon various discursive categories to give meaning to specific physical or social phenomena. The key function of *story-lines* is that they suggest unity in the bewildering variety of separate discursive component parts of a problem like acid rain. (ibid.: 56)

Nesta definição, três aspectos parecem particularmente importantes. Em primeiro lugar, é-nos dito que uma «*story-line*» é uma narrativa (tal como sugerido pela própria palavra «*história*»). Vimos acima que uma narrativa é normalmente concebida como um estilo literário com características muito específicas. Contudo, a forma como Hajer emprega os termos *história* e *narrativa* é bastante distinto das suas definições convencionais. O termo tem para ele um sentido muito mais lato, como é explicado mais abaixo.

Em segundo lugar, Hajer atribui um poder gerativo às «*story-lines*». Isto significa que elas podem iniciar processos ou causar acções. Agindo como promessas de uma determinada conclusão para um determinado problema, as histórias levariam os indivíduos a acreditar em algo e a uma actuação concordante.

Por fim, as «*story-lines*» têm um papel integrador: juntam elementos diversos e relacionam-nos de uma forma significativa. Estes elementos podem ser vários aspectos do conhecimento relativo a um determinado fenómeno, perspectivas sobre um determinado assunto ou mesmo realidades completamente distintas. Esta função «ordenadora» das «*story-lines*» torna-as muito atractivas.

Como exemplos de «story-lines» Hajer refere os seguintes: «a regulamentação ambiental é um jogo de soma positiva», «a poluição é um problema de ineficácia», «a prevenção é melhor do que a cura». Estas são, segundo o autor, algumas das «story-lines» no qual o discurso da modernização ecológica assenta.

Apesar de ter valor, o conceito de «story-line» pode ser problemático em determinadas aspectos. Reflita-se, por exemplo, na forma como, na citação abaixo, Hajer procura posicionar a noção de «story-line» em relação a conceitos empregues por outras abordagens discursivas.

Story-line is the analytical term that unites several established concerns in research in the constructivist tradition. The discursive practice of the metaphor, recently rediscovered in political science, for instance, comes under the definition of a story-line, as do analogies, historical references, clichés, appeals to collective fears or senses of guilt. (ibid.: 63)

«Story-line» é proposto como uma espécie de conceito guarda-chuva que «contém» todos os outros. Esta amplitude do conceito habilita Hajer a uma liberdade considerável na sua utilização. Contudo, tal pode envolver o risco de imprecisão.

Não é claro como é que a metáfora, por exemplo, pode ser considerada uma «story-line». As metáforas podem unir os actores sociais através da utilização de um mesmo «slogan» ou de uma denominação para um problema, mas a noção de um curso de acção, que integra a noção de história, não faz parte da metáfora.

Outra possível fragilidade das categorias de análise empregues por Hajer pode resultar da forma como ele entende a relação entre «discurso» (ideias, conceitos e categorizações...) e «story-lines». No seu entender, o discurso da modernização ecológica, por exemplo, integra perspectivas em relação a várias temáticas e dimensões (economia, Estado, ciência, participação do público nas decisões políticas, etc.) através de uma multiplicidade de «story-lines». Porém, devemos notar que tais «story-lines» não são necessariamente subscritas como um todo por todos os actores. Tal significa que uma empresa, por exemplo, pode acreditar que a prevenção da poluição é melhor que a sua remoção, mas não que a regulamentação ambiental trará ganhos económicos. Este problema com os conceitos de análise não é reconhecido no trabalho de Hajer ¹³.

¹³ Dado o que foi dito, a proposta de Weale no sentido de uma abordagem diferenciada à modernização ecológica é pertinente. «Rather than see ecological modernisation as a web of influence in which commitment to one set of propositions leads logically to commitment to a wider set, it should be possible to see it as a potentially diverse set of propositions.» (Weale, 1997: 21)

Isto não significa que as conceptualizações de discurso e de «story-line» que Hajer promove devam ser abandonadas, antes que os riscos decorrentes do seu emprego devem ser tidos em mente e que tais noções devem ser usadas de forma crítica.

Em conclusão, as «story-lines» estão fortemente relacionadas com as noções de narrativa e de história, que foram exploradas acima. A especificidade das «story-lines» consistiria no facto de sumariarem ou condensarem uma narrativa numa «linha», tal como «a regulamentação ambiental é um jogo de soma positiva.» No entanto, deve ser notado que isto é mais uma construção do analista do que algo que possa ser encontrado nos discursos em análise ¹⁴.

Na análise dos instrumentos conceptuais empregues por Litfin, Roe e Hajer, procurei identificar aquilo que é exclusivamente característico de cada um deles de forma a contribuir para um uso mais claro e mais rigoroso dos mesmos. Várias diferenças foram apontadas. Independentemente do sentido em que os autores seleccionados para esta análise empregam tais conceitos, eu distinguiria duas formas principais de construção discursiva — «framing» e narrativização. «Framing» essencialmente consiste em organizar o discurso com base num determinado ponto de vista. A narrativização consiste em construir uma sequência de acontecimentos (previstos) e antecipar consequências. O primeiro processo tem necessariamente lugar em todos os textos, o segundo pode ou não ocorrer.

6. Formas de operar e consequências políticas do discurso

A partir daqui voltaremos a nossa atenção para as funções que o discurso assume a nível da política. Tais funções e efeitos são multi-dimensionais e, tal como será ilustrado nas próximas páginas, vários ângulos de análise podem ser considerados. Examinemos as posições de cada autor nesta matéria.

A definição dos problemas é um ponto de partida fundamental nos processos políticos. As práticas discursivas têm para tal uma grande importância. Nos termos de Litfin, o discurso determina aquilo que pode e que

¹⁴ A «story-line» referida pode ser usada, por exemplo, para sintetizar as seguintes palavras de Tony Blair, mas não é concretamente formulada no seu discurso: «(...) cutting global warming gases is a challenge, an opportunity not a threat». Tony Blair, citado no «press release» 264/ENV do Departamento do Ambiente, Transporte e Regiões do Reino Unido (31.03.98).

não pode ser pensado (ibid.: 188). O leque de opções políticas é portanto definido pelas práticas discursivas, e a decisão política assim condicionada.

Os processos políticos relativos a questões ambientais estão fortemente interligados com o conhecimento (científico) sobre tais matérias. Este factor assume portanto um relevo considerável nas três obras em análise. A principal tese de Litfin é que os «factos» e a «verdade» científicos estão em larga medida abertos à interpretação e tradução de forma a serem acessíveis a não-especialistas. O significado e as consequências da investigação científica não são muitas vezes evidentes, sobretudo em temáticas que envolvem sofisticados modelos de previsão, como é o caso do ozono. As implicações políticas da ciência são portanto sempre derivadas e re-derivadas da ciência e não mandatadas pela mesma. Há portanto espaço para formulações discursivas potencialmente bastante distintas.

Múltiplas perspectivas coexistindo, o jogo político implica necessariamente que um (ou mais) desses discursos se torne dominante. No livro de Litfin, a dominação discursiva parece depender de um «framing» persuasivo e de factores contextuais.

Apesar de Litfin postular que o discurso cria resultados políticos, este efeito não é muito claro na sua análise. O que Litfin parece indicar é que a linguagem pode ter um poder gerativo nos processos de decisão política sobre questões ambientais quando existem outras condições congruentes, tal como tecnologia disponível ou empresas interessadas. Tal visão do efeito constitutivo do discurso é algo simplista. Voltaremos a esta questão mais abaixo.

Hajer também considera que o discurso estabelece as fronteiras para as alternativas de decisão política. Uma vez que condicionam o entendimento de várias matérias e as possibilidades de intervenção sobre as mesmas, as «story-lines» delimitam a acção política.

Tal como em Litfin, as relações entre poder, conhecimento e discurso ocupam um lugar muito importante na análise de Hajer. Tal como Litfin, Hajer considera que em questões como as chuvas ácidas, o ozono ou o aquecimento global, o conhecimento precisa de ser constantemente re-interpretado e re(a)presentado de forma a adquirir importância política. A informação científica requer uma reconstrução na ordem discursiva da política, que tem uma lógica e regras distintas das do mundo dos laboratórios e centros de investigação.

Qual a função das «story-lines» em termos de conhecimento? As «story-lines» reduzem a enorme complexidade do Real e oferecem uma imagem mais clara e inteligível do mesmo, que se torna a base da comunicação entre diversos tipos de actores, com diferentes perspectivas e especializações. A ideia, por exemplo, de que «a prevenção é melhor do que a cura» de problemas ambientais une os vários actores, adquire um carácter ritual

e confere permanência aos debates, racionalizando uma determinada abordagem a um problema (ibid.: 63).

Hajer afirma que as «story-lines» dominantes têm um papel altamente estruturante, sublinhando a «força disciplinar das práticas discursivas» ou o que também poderia ser chamada a pressão conformadora do discurso.

The disciplinary force of discursive practices often consists in the implicit assumption that subsequent speakers will answer within the same discursive frame. Even if they try to challenge the dominant story-line, people are expected to position their contribution in terms of known categories. (ibid.: 57)

Para além da formulação linguística dos problemas, Hajer considera que a argumentação política depende de factores subjectivos nas relações interpessoais, como a credibilidade e a confiança.

Hajer examina as relações entre o poder político e a ciência de forma mais profunda e estrutural do que Litfin, mostrando como o próprio processo de construção do conhecimento científico está intrincado de forma complexa com opções político-ideológicas.

Para Hajer, a dominação discursiva depende essencialmente de dois processos: estruturação discursiva e institucionalização do discurso. A estruturação discursiva consiste no uso necessário dos termos de um determinado discurso num determinado domínio por parte de todos os actores sociais, caso contrário sendo posta em causa a credibilidade dos mesmos. A institucionalização do discurso acontece quando se adapta o quadro institucional com base num determinado discurso ou se adopta determinadas políticas pela mesma razão. Enquanto que Litfin procura explicar medidas políticas particulares, a análise de Hajer remete para a dinâmica alargada de reprodução e transformação de estruturas e práticas políticas.

Hajer fornece uma lista de mecanismos discursivos que explicam em maior detalhe o funcionamento social do discurso. Veremos apenas alguns exemplos.

O posicionamento («positioning») é um dos mecanismos mais importantes. Hajer define-o como a atribuição de papéis nas «trocas» discursivas. Pode porém ser visto como um processo mais lato de constituição da identidade dos sujeitos através do discurso.

Esta função do discurso pode ser designada como relacional¹⁵. Diz respeito à forma como as práticas linguísticas constroem relações sociais e condicionam as interacções interpessoais e sociais.

¹⁵ Na linha de Halliday (1978), Fairclough (1995) propõe a classificação das funções da linguagem como «ideational» ou representacional, «relacional» e «textual».

O poder do discurso para posicionar os actores sociais está bem expresso nas seguintes palavras de Hajer: «a statement is effectively an act in which people are put in their place.» (ibid.: 273). O discurso tanto inclui como exclui actores sociais. Enquanto confere direitos de participação a uns, afasta outros. As «story-lines» de Hajer, por exemplo, «only authorize certain people to participate in a discourse.» (ibid.: 49).

Relativamente a processos que dependem fortemente do conhecimento (científico) como são as questões ambientais, Hajer menciona dois mecanismos de grande interesse — «black-boxing» e a criação de «macro-actores». «Black-boxing» consiste em dar a impressão de que o conhecimento é inquestionável e caracterizado por uma grande certeza; isto faz-se através da omissão dos condicionalismos envolvidos na produção do conhecimento, bem como dos seus limites. A criação discursiva de «macro-actores» é a atribuição do direito exclusivo de avaliar uma determinada questão a uma única entidade, estabelecendo assim um domínio sub-político em que o debate político é excluído.

Passemos finalmente a Roe. Segundo este autor, as histórias servem para articular realidades políticas complexas e para lhes dar sentido. As histórias normalmente também remetem para determinadas soluções para os problemas. Prevendo os resultados de uma determinada acção ou as implicações de uma alternativa, elas influenciam a decisão política. Em contextos de grande incerteza e divisão, as histórias estabilizam os pressupostos para a decisão política. Têm um efeito redutor, mas ao mesmo tempo possibilitam a escolha e a acção.

Os efeitos políticos que Roe atribui ao discurso são exemplificados na sua análise do aquecimento global como problema político. Por um lado, Roe mostra como a incerteza científica (no princípio desta década) foi narrativizada para autorizar a decisão política em vez de a paralisar. Por outro lado, questiona a transformação da questão do «aquecimento atmosférico como um problema científico» em «aquecimento global como um cenário de crise», como já foi acima indicado. Roe presta especial atenção às implicações políticas do «global» como categoria para pensar e agir politicamente sobre a realidade. Colocar o problema das mudanças climáticas no plano do global é definir tal nível como o único âmbito adequado para a acção. Isto equivale a responsabilizar a comunidade internacional como um todo face ao problema. O discurso do global tem portanto um valor político fortemente prescritivo. Outra implicação política essencial desta categoria de análise é a legitimação da passividade de autoridades nacionais e locais (onde, como está provado, o problema pode ser efectivamente gerido).

As análises levadas a cabo pelos autores em questão ilustram a complexidade da relação entre o discurso e as realidades políticas. Múltiplas fun-

ções e efeitos políticos podem ser associados à construção de sentido que ocorre através de práticas textuais. A dinâmica destes processos não é evidente e só um trabalho de interpretação atento pode permitir identificá-los. Requer-se uma atitude essencialmente crítica, que permita pôr a descoberto subtis ligações e consequências.

No estudo do papel do discurso na política, alguns aspectos requerem uma melhor formulação e articulação. Propria como essencial re-pensar a questão do nível de análise dos efeitos do discurso na esfera política e a questão das arenas discursivas.

Relativamente ao nível de análise, podemos distinguir o impacto político do discurso a nível do processo político do impacto a nível das estruturas políticas. O primeiro diz respeito ao curso seguido pelas questões, desde a aquisição de estatuto político à implementação de medidas políticas. O segundo nível diz respeito a dimensões mais estáveis da política, como sejam as instituições ou os quadros legais.

O processo político, que é em larga medida o ênfase de Litfin, é tipicamente dividido em identificação do problema, formulação de opções de acção, e adopção (e implementação) de uma alternativa. Esta distinção é útil para fins analíticos mas na realidade estes momentos não têm frequentemente uma sequência linear e não são mutuamente exclusivos, isto é a re-definição de uma determinada questão como problema político pode ocorrer em simultâneo, e duma forma interactiva, com o debate sobre medidas relativas ao mesmo. Isto é particularmente premente no caso de questões que envolvam uma grande complexidade e incerteza, como são muitas questões ambientais. Hannigan (1995) distingue três «tarefas» ou momentos presentes na construção social das questões ambientais: formulação, apresentação e contestação. Acompanhando o «ciclo de vida» de uma determinada questão, o papel do discurso pode ser examinado nas diferentes etapas e na evolução de argumentos e posições face ao problema.

A análise de discurso pode também ser útil ao nível da análise das instituições. Algumas teorias do discurso apontam para as instituições como discursos sedimentados (ver, por exemplo, Howarth, 1995 e Berger e Luckmann, 1966: 85¹⁶). As instituições resultam da estabilização (temporária) de concepções ou conceptualizações da realidade. Os padrões de organização dos sistemas políticos, por exemplo, as suas regras e modos de operação podem ser vistas como dimensões discursivas que adquiriram um grau de consenso relativamente elevado. A análise das instituições atende a uma escala temporal muito mais alargada e a aspectos muito mais estruturais do que a análise dos processos políticos, isto é da evolução

¹⁶ Berger and Luckmann clarify that the term «sedimentation» is derived from Husserl, and that it was first employed by Schutz in a sociological context (ibid.: 223, note 34).

política de problemas específicos. No entanto, cada problema específico pode conduzir à reforma, pelo menos parcial, das instituições e mesmo das ideologias. Hajer pretende avaliar esta relação e integra adequadamente os dois níveis de análise referidos.

A questão das arenas discursivas diz respeito aos *fora* em que as várias temáticas e problemas são formulados e apresentados. Os estudos em análise neste artigo tomam em consideração essencialmente as arenas formais da política — sobretudo, as instituições governamentais e/ou intergovernamentais — mas chamam também a atenção para o papel das organizações envolvidas na produção e gestão da ciência. Estas têm uma importância central não apenas como base de análise das realidades ambientais mas também para a própria constituição das mesmas como questões políticas.

Uma arena que é largamente ignorada pelos autores em destaque são os media. Na análise de Hajer, a esfera pública parece ter um papel importante — mas inexplicado — no processo de «entrada» de problemas ambientais na agenda política. Por exemplo, relativamente às chuvas ácidas, o «discurso público» e o «interesse público» terão sido catapultas importantes para a esfera política. A natureza destas figuras e a sua relação com os media mereceria uma investigação detalhada. Os media são um espaço fundamental para o debate de perspectivas e para a (re)construção do significado das questões e problemas. São como tal um *locus* central da actividade política.

A análise dos processos de influência e legitimação social e política requer portanto olhar para além do «interior» das instituições políticas considerando outras arenas como os media (e outros palcos públicos) e, no caso dos temas ambientais, as organizações científicas.

Para finalizar, consideremos as seguintes palavras de M. Shapiro, cuja eloquência justifica uma citação alargada:

Traditional political theory treats language as referential (...). Seeing language not as simply referential but as a stock of discursive assets that constitute sets of enabling and disabling human identities and enabling versus disabling social locations, genealogical writing is oppositional. It intervenes in existing discursive economies and disrupts the entrenched systems of value by rendering political what has been passed off as natural or uncontentious. For example (...) while Habermas is trying to improve conversations, genealogists remain suspicious of all conversation, because they recognize that systems of intelligibility exist at the expense of alternatives. Therefore to strive to deepen intelligibility and provide more access *within* available conversations is to consolidate the power arrangements that the persistence of such conversations helps to maintain. (Shapiro, 1992: 14-15)

A análise política deverá em todos os casos partir de uma visão do discurso como constitutivo da realidade. É através de práticas discursivas concretas que uma qualquer questão adquire significado e valor político. Como Hajer sublinha (ibid.: 51), o discurso não é apenas a expressão de (um outro) poder através da linguagem. Ele *cria* estruturas e campos de acção.

7. Notas finais

O campo da política é constituído e gerido através de processos discursivos. É essencialmente um jogo de sentidos, pelo que importa analisar os meios de construção desses mesmos sentidos ou significados. Em vez de considerar as questões políticas como dados adquiridos, a análise de discurso examina a sua «biografia» e a forma como resultam de opções particulares, como ganham estatuto político e hegemonia sobre outras alternativas.

A compreensão destes processos passa pelo recurso a quadros teóricos consistentes. Este artigo procurou identificar e questionar os alicerces teóricos de três análises discursivas de processos políticos em questões ambientais. Este tipo de análise permitiu formular algumas opções relativamente à natureza e limites do conceito de discurso, aos instrumentos analíticos a utilizar, e a repensar as relações entre o discurso e as realidades políticas.

Finalmente, gostaria de salientar que este artigo se enquadra num trabalho em curso e não pretende ser um produto final, antes uma sugestão para reflexão.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P. and T. LUCKMANN (1966) *The Social Construction of Knowledge. A Treatise in the Sociology of Knowledge*, London: Penguin (repr. in 1991).
- BILLIG, M. (1987) *Arguing and Thinking: a Rhetorical Approach to Social Psychology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CHATMAN, S. (1995; reprod. from orig. 1978) «Story and Discourse (introduction)» in O. Boyd-Barret and C. Newbold (eds.) *Approaches to Media (A Reader)*, London: Arnold: 477-484
- CULLER, J. (1997) *Literary Theory*, Oxford: Oxford University Press.
- DAVIES, B. and R. HARRÉ (1990) «Positioning: The Discursive Production of Selves», *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20/1: 43-63.
- DESSLER, D. (1989) «What is at Stake in the Agent-Structure Problem?» *International Organization* 43 (3): 441-474.
- DIEZ, T. (1997) «Reading the EU: Discursive Nodal Points in the British Debate(s) about European Integration», Paper presented at the Second UACES Research Conference, Loughborough, 10-12 September 1997.

- DRYSEK, J. (1997) *The Politics of the Earth. Environmental Discourses*, Oxford: Oxford University Press.
- DURHAM, F. (1998) «News Frames as Social Narratives: TWA Flight 800», *Journal of Communication* 48 (4): 100-117.
- EDER, K. (1996) «The Institutionalization of Environmentalism: Ecological Discourse and the Second Transformation of the Public Sphere» in S. Lash, B. Szerszynski and B. Wynne (eds.) *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*, London: Sage.
- ENTMAN, R. M. (1993) «Framing: toward clarification of a fractured paradigm», *Journal of Communication*, vol. 43 (4): 6-27.
- FAIRCLOUGH, N. (1995) *Media Discourse*, London: Edward Arnold.
- FISHER, K. (1996) *The Press and the Framing of Military Gender and Sexuality Policies in Britain and the United States* PhD Dissertation, Colchester: University of Essex.
- FISHER, K. (1997) «Locating Frames in the Discursive Universe», *Sociological Research Online* 2(3): U40-U62.
- FOUCAULT, M. (1968) «Politics and the Study of Discourse», repr. in G. Burchell, C. Gordon and P. Miller (eds) (1991) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- FOUCAULT, M. (1976) *The History of Sexuality*, I, 1981 trans., Harmondsworth: Penguin.
- FOUCAULT, M. (1979) *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, New York: Vintage.
- FOUCAULT, M. (1980) *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*. Edited by G. Gordon. New York: Pantheon.
- FOUCAULT, M. (1983) «Afterword: The Subject and Power» in H. Dreyfus and P. Rabinow (eds.), *Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Brighton: Harvester.
- GAMSON, W. (1992) *Talking Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GAMSON, W. (1995) «Constructing Social Protest» in H. Johnston and B. Klandermans (eds.) *Social Movements and Culture*, London: UCL Press: 85-106.
- GIDDENS, A. (1979) *Central Problems in Social Theory — Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Berkeley: University of California Press.
- GIDDENS, A. (1984) *The Constitution of Society*, Cambridge: Polity Press.
- HAAS, E. (1990) *When Knowledge is Power: Three Models of Change in International Organizations*, Berkeley: University of California Press.
- HAAS, P. (1989) «Do Regimes Matter? Epistemic Communities and Mediterranean and Pollution Control», *International Organization* 43 (4): 377-404.
- HAAS, P. (1992) «Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination», *International Organization* 46 (1): 187-224.
- HAJER, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.
- HALLIDAY, M. (1978) *Language as social semiotic*, London: Edward Arnold.
- HANNIGAN, J. (1995) *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective*. London and New York: Routledge.
- HARRÉ, R. (1993) *Social Being*, Oxford: Blackwell.

- HAY, C. (1995) «Structure and Agency» in D. Marsh and G. Stoker (eds), *Theory and Methods in Political Science*, Houndmills and London: MacMillan: 189-206.
- HENDRY, J. (1998), «Strategic Decision-Making, Discourse, and Strategy as Social Practice», *Research Papers in Management Studies*, Cambridge: Judge Institute of Management Studies, WP1/98.
- HOWARTH, D. (1995), «Discourse Theory», in D. Marsh and G. Stoker (eds), *Theory and Methods in Political Science*, Houndmills and London: MacMillan: 115-133.
- JACHTENFUCHS, M. (1996) *International Policy-making as a Learning Process? The European Union and the Greenhouse Effect*, Aldershot: Avebury; Brookfield, Vt.: Ashgate.
- KAPLAN, T. (1990) «The Narrative Structure of Policy Analysis», *Journal of Policy Analysis and Management* 5 (2).
- KRIEGER, M. (1981) *Advice and Planning*, Philadelphia: Temple University Press.
- LACLAU, E. and C. MOUFFE (1985) *Hegemony and Socialist Strategy*, London: Verso.
- LACLAU and MOUFFE (1987) «Post-Marxism without Apologies», *New Left Review* 166: 79-106 .
- LINDBLOM, C. (1958) «Policy Analysis», *The American Economic Review* 48 (3).
- LITFIN, K. (1994) *Ozone Discourses. Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York: Columbia University Press.
- MAJONE, G. (1989) *Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process*, New Haven, Conn.: Yale University Press.
- MANSTEAD, A. and M. Hewstone (eds.) (1995) *The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology*, Oxford: Blackwel.
- MOSCOVICI, S. (1984) «The Phenomenon of Social Representations» in R. Farr and S. Moscovici (eds.) *Social Representations*, Cambridge: Cambridge University Press: 3-69.
- REIN, M. (1976) *Social Science and Public Policy*, Harmondsworth: Penguin.
- RIFATERRE, M. (1990) *Fictional Truth*, Baltimore: John Hopkins University Press.
- ROE, E. (1994) *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham and London: Duke University Press.
- SHAPIRO, M. (1992) *Reading the Postmodern Polity: Political Theory as Textual Practice*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SNOW, D. and R. BENFORD. (1988) «Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization» in B. Klandermans, H. Kriesi and S. Tarrow (eds.) *International Social Movement Research, Volume 1*, London: JAI Press, Inc.: 197-217.
- SNOW, D. and R. BENFORD. (1992) «Master Frames and Cycles of Protest» in A. Morris and C. McClurg-Mueller (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*, New Have, Connecticut: Yale University Press: 133-55.
- VAN DIJK, T. (1988) *News as Discourse*, Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum.
- WEALE, A. (1997) «Ecological Modernisation in Europe», Paper presented at conference on «The Innovation of Environmental Policy», University of Bologna.
- WENDT, A. (1992) «Anarchy is What States Make of It. The Social Construction of Power Politics», *International Organization* 46 (2): 391-425.
- World Commision on Environment and Development (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press.

A DROGA DE BOCA EM BOCA: O PAPEL DOS PRECONCEITOS E DAS NARRATIVAS NA RETÓRICA DA REJEIÇÃO

MARIA ZARA SIMÕES PINTO COELHO *

RESUMO

No âmbito de um programa de investigação que visa aprofundar o conhecimento sobre as relações entre Discurso sobre droga e o exercício de várias formas de dominação sobre grupos de consumidores, defende-se neste artigo que a fala do dia à dia tem um papel crucial na consolidação e na reprodução persuasiva de preconceitos sobre consumidores, preconceitos esses que são efeitos e simultaneamente possibilitam o exercício da dominação. Com base no conhecimento produzido pela análise Crítica do Discurso sobre o funcionamento do «discurso da Diferença», mostramos como esses preconceitos enviesam a leitura de experiências pessoais com consumidores narradas nas conversas e emprestam às narrativas a consensualidade necessária à sua força persuasiva. Defendemos também que as histórias que circulam de boca em boca sobre consumidores podem funcionar como um mecanismo argumentativo ideológico crucial na reprodução e justificação da distinção e da rejeição dos consumidores, contribuindo assim, indiretamente, para a manutenção da sua posição subordinada.

Neste artigo apresentamos alguns resultados de uma investigação em curso no departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho onde se faz de uma forma específica do Discurso sobre Droga, a saber, a Fala sobre consumidores-toxicodependentes produzida no seio da «população em geral», em situações do dia a dia, de interação verbal face a face, o principal objecto de análise, material de análise e método de análise.¹ A investigação em causa inscreve-se na abordagem *crítica* da

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: zara@ics.uminho.pt.

¹ Sem o apoio financeiro do Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho e do Projecto Vida, Núcleo de Braga, esta investigação não teria sido possível: os nossos

Análise do Discurso no sentido em que tenta tornar explícita a forma como relações de poder assimétricas entre grupos se estabelecem e operam no interior da fala (van Dijk 1993; Fairclough e Wodak 1995).² Visa, entre outras coisas, evidenciar os modos como se fala no seio da «população em geral» sobre consumidores-toxicodependentes e sobre as relações entre a população e esses grupos. Propõe-se assim fazer um trabalho de identificação das estruturas e estratégias linguísticas e discursivas que os falantes usam para comunicarem as suas experiências com, e crenças e opiniões sobre consumidores de droga em contextos específicos. Outro dos objectivos consiste em mostrar as relações entre o dito e o modo como é dito, com representações socialmente partilhadas, explicitando os conteúdos, estruturas e estratégias da expressão pessoal e contextual dessas representações. Por último, pretende explorar a questão da influência constitutiva mútua entre a fala e as representações sociais nela accionadas e os contextos da sua produção, tanto no plano interaccional e comunicacional, como relativamente à situação social, política, ideológica e discursiva mais ampla, nomeadamente em termos de conflitos intergrupais e de relações de poder envolvidas.

A hipótese que serve de ponto de partida ao trabalho de análise da fala é a seguinte: a linguagem comum e o discurso informal sobre consumidores de droga/toxicodependentes conta com uma série de estratégias e de procedimentos linguísticos que contribuem para a manutenção da dominação social e cultural da dita «população em geral» e de vários tipos de elites e de instituições, deslegitimando simultaneamente a participação e existência na sociedade de grupos adeptos de consumos alternativos de drogas psicoactivas, e impondo deles uma imagem estereotipada, geradora de descrédito e de isolamento.

O texto que se segue pretende ilustrar o tipo de trabalho que estamos a desenvolver nessa investigação. A partir dos dados que dispomos iremos mostrar algumas das estratégias argumentativas e procedimentos discursivos usados pelos locutores de uma forma recorrente, que podem ter um papel crucial na consolidação de imagens negativas dos consumidores e de preconceitos; reflectindo simultaneamente a ambiguidade da posição normativa dominante (rejeição e inclusão), bem como a aparente contradição entre o discurso legítimo (parte do) e práticas sociais de opressão,

agradecimentos. Aos Professores e amigos Moisés Martins, Albertino Gonçalves, Vaz Pato e ao Dr. Edmundo Cordeiro devemos o apoio, a disponibilidade, as ideias e o tempo emprestados ao lançamento do projecto. Agradecemos também a colaboração dos estudantes da Universidade do Minho dos cursos de Sociologia das Organizações e de Comunicação Social que tiveram o trabalho de realizar as entrevistas e de fazer a sua transcrição.

² No âmbito do doutoramento estamos a desenvolver uma análise crítica do discurso das campanhas anti-droga. A esse propósito ver Coelho (1998).

discriminação e de exclusão, dirigidas a indivíduos por causa das suas preferências em matéria de usos de drogas e alegados modos de vida.

Os dados

Os discursos que constituem o nosso material de análise foram produzidos em entrevistas onde se procurou que os seleccionados (homens e mulheres) falassem sobre as suas experiências com, e opiniões sobre consumidores de droga o mais informalmente possível, numa tentativa de aproximação da situação da entrevista com a das conversas casuais quotidianas que se travam com estranha/os.³ Escolheu-se como tópico de introdução a questão genérica das «mudanças ocorridas na cidade de Braga nos últimos anos», e as opiniões e experiências dos falantes a respeito do assunto. A maior parte dos entrevistados introduziu espontaneamente o tópico «droga» e «gente que anda na droga» depois de ter começado a falar nos aspectos negativos da mudança. Procuramos seguir a fala espontânea embora tivéssemos a preocupação de obter informação sobre um conjunto de tópicos específicos.⁴ Regra geral, os entrevistados abordaram esses tópicos de uma forma voluntária. Toda a informação produzida nas entrevistas relativa aos nossos pontos de interesse foi seleccionada, e está a ser analisada em detalhe.

Importa deixar claro que estamos conscientes das diferenças entre conversas naturais sobre consumidores de droga e a gravação de conversas. A situação «artificial» da entrevista pode levar o falante a ser cauteloso na expressão das suas opiniões e a dar justificações para as mesmas, o que poderia não ocorrer na fala espontânea produzida, por exemplo, no seio da família ou entre amigos. Além disso é provável que o faça recorrendo a

³ As entrevistas ocorreram durante os meses de Maio e Junho de 1998. Por razões de ordem prática foram seleccionados 36 indivíduos residentes na cidade de Braga, parte da rede alargada de conhecidos da equipa de entrevistadores. Pretendeu-se conseguir a maior variação possível em termos de Idade, Sexo, e de Instrução. As entrevistas tiveram lugar em espaços e ocasiões escolhidas pelos seleccionados e foram gravadas, ficando garantido o anonimato das entrevistas e da informação obtida. Uma equipa formada por seis estudantes da Universidade do Minho da área das ciências sociais fez o trabalho de realização das entrevistas; várias sessões de instrução e de discussão precederam a realização concreta das mesmas. Coube-lhe também o trabalho de transcrição integral das gravações, não tendo sido no entanto seguidas as convenções de transcrição detalhadas habituais na análise da conversação.

⁴ Esse esquema organizado em torno de palavras chaves (*drogas e uso de drogas, problema da droga e políticas, consumidores de droga e fontes de informação e de opinião sobre consumidores*), garantiu a possibilidade de uma comparação mínima dos dados recolhidos. Facilitou também a memorização uma vez que os entrevistadores foram instruídos para não usarem notas ou lerem questões.

discursos ideológicos e a preconceitos mais facilmente aceites entre os grupos alvo da investigação. Como se trata de um campo em que predomina em larga medida um determinado modelo de discurso, polarizado (rejeição/inclusão) e, ao mesmo tempo, contraditório e ambíguo (repressivo-humanitário, liberal), podem-se levantar algumas dúvidas sobre a honestidade das opiniões proferidas e sobre a veracidade dos eventos relatados; por outro lado, a produção de respostas socialmente aceitáveis não acontece só em entrevistas informais mas também na fala quotidiana, quando o tema é delicado e o interlocutor desconhecido. A nossa preocupação foi precisamente aproximar o mais possível as entrevistas desse tipo de situação informal, e um dos objectivos do trabalho é verificar se os falantes aderem ou não a normas dominantes, e como o fazem na interacção verbal situada.

A relevância da fala

A discriminação linguística prepara o terreno para outras formas de discriminação

LAKOFF, 1990: 120.

Dados os graves problemas sociais e humanitários associados com as práticas de uso e de venda de drogas ilegais em contextos repressivos, e a ansiedade colectiva que acompanha o combate à droga, parece provável a interrogação sobre o interesse ou a utilidade e mesmo a pertinência de uma investigação em torno das conversas do dia à dia sobre «consumidores de droga».

Afinal de contas são só palavras e há o vento...

Começemos pela palavra escolhida para descrever os indivíduos que usam (também) drogas de acesso proibido e punido por lei. A quem nos referimos quando usamos o termo «consumidores»? que conceito simboliza esse rótulo? Embora a categoria «consumidores de droga» seja uma categoria prevista na lei, circulam no discurso público estereótipos e termos linguísticos que excluem possíveis similitudes entre «o consumidor de droga» e o «consumidor comum», ambos consumidores de imagens e emoções, ora de uma forma controlada, ora de uma forma compulsiva. Os estereótipos dominantes estão em sintonia com a classificação oficial do consumidor de droga em termos de delinquente-dependente, traduzida na linguagem do senso comum por termos ou expressões derogatórias (e.g. «drogado», «anda na droga»). No discurso mediático sobre o assunto (Gonçalves e Coelho 1992; Fernandes 1995) encontramos em dominância os mesmos modos de falar e as mesmas reduções simplistas: ou é «dro-

gado», ou então simplesmente não é, não existe, não é um facto.⁵ Por sua vez na estatística oficial da droga contam apenas casos publicamente identificados segundo os estatutos previstos para os envolvidos nas práticas de uso de drogas ilegais, ou seja, consumidores encarcerados ou em terapia. É na observação dessa pequena minoria de consumidores que o essencial do conhecimento científico produzido sobre drogas assenta, o que significa que, consciente ou inconscientemente, se favorecem certas interpretações e vocabulários em detrimento de outros.

A quem nos referimos quando usamos o termo «população em geral»? quais os traços que distinguem «a população em geral» dos consumidores-toxicodependentes? tudo-e-nada, a naturalidade, a normalidade, a abstinência, a autenticidade? não há um conceito ideológico que una essa população, a não ser uma definição negativa como uma «colectividade livre de droga». Mas de que drogas? Na verdade falar sobre **droga** é já dar como certo que as drogas da «população em geral» não são «droga» e que quem faz uso da mesma não é a população, não somos «nós», são Os outros.

Quais os traços que supostamente distinguem O outro? Questão tanto mais pertinente quanto se trata de uma categoria social invisível e fluída; que não se expressa necessariamente e involuntariamente na aparência ou no aspecto físico; em que é difícil traçar uma linha entre uso casual e «adição» (Lenson 1995); entre consumidores de droga e fumadores de tabaco; quando um indivíduo que usa heroína pode ter a aparência de um cidadão vulgar e funcionar tão bem como ele, mas tem um segredo que desvaloriza tudo o que de bom possa fazer no mundo. O papel dos estereótipos é precisamente esse, o de tornar o invisível visível, separar e distinguir o que na realidade é fluído e mais próximo da norma do que o sistema de valores dominantes gostaria de admitir (Dyer 1993). Como fazemos a distinção na linguagem do dia à dia? com que fins?

Também em matérias de drogas poderá ser produtiva uma abordagem em termos discursivos. As palavras por si só nunca mataram ninguém, é certo, mas ditas no contexto certo por alguém de direito podem ter efeitos mortais. A decisão governamental de criminalizar o consumo, por si só, são só palavras mas de facto pode ter consequências mortais para todos nós. As histórias sobre droga que se contam no dia à dia, que ouvimos na televisão, são só palavras, mas no contexto repressivo em que se vive «a droga» ilustram, tornam possível e perpetuam preconceitos que racionalizam os

⁵ Ainda que o termo «drogado» tenda a ser substituído pelo termo «toxicodependente» pelo menos numa certa camada social da população mais instruída e, por isso, mais preocupada em salvar a face, é possível ainda encontrar em jornais de qualidade e de referência títulos do género: «Mais emprego para ex-viciados» (*Público*, 4 de Novembro de 1998, pp. 26); «Ex-drogados têm emprego subsidiado» (*Expresso*, 10 de Outubro de 1998, pp. 18).

nossos medos exagerados do Outro como Outro; nessa medida, podem servir para justificar práticas discriminatórias simbólicas e materiais, incluindo o evitamento do simples contacto físico com indivíduos identificados como pertencendo «ao grupo dos drogados» (Herzfeld 1992; Robertson e Zinberg 1972). Na verdade, o modo como somos tratados na representação faz parte do modo como somos tratados nas práticas do dia à dia, incluindo nas discursivas. Se aquilo que «toda a gente sabe e diz» sobre «eles» pode servir como argumento para justificar a opressão material e simbólica continuada de um certo grupo de indivíduos com base nas suas alegadas práticas negativas e portadoras de morte, é razão suficiente para que a articulação do conhecimento e de avaliações sociais na fala quotidiana mereça ser estudada de um ponto de vista crítico, se partilharmos os valores da diversidade, da tolerância sócio-cultural e da justiça social. O poder das normas e da opinião pública para inibir a escolha individual e acção tem sido considerado ao longo dos tempos uma arma poderosa de controle social; Mills fala a esse propósito da «tirania da opinião maioritária» e Locke da «lei da opinião ou da reputação» que deixa poucas possibilidades de escape ao indivíduo que assim se torna sujeito (Hindess 1996). Dado que o discurso público dominante sobre consumidores de droga tem uma natureza essencialmente negativa, mais ou menos aberta, e na sua base uma configuração intergrupala profundamente desigual em termos de acesso a posições de poder, é provável, em termos sociológicos, que a estigmatização funcione, ou seja, que o grupo menos poderoso integre a imagem negativa e fique assim desarmado e enfraquecido (Elias 1994).⁶ Quer isto dizer que a discriminação verbal e os preconceitos que estão na sua base podem ter efeitos paralisantes em grupos inferiores em termos de poder e de estatuto, como é o caso dos indivíduos que usam drogas ilegais enquanto grupo.

A questão a explorar não é a de averiguar qual dos dois lados está certo ou errado. Importa olhar para a história e saber quais as características estruturais que tornam possível e simultaneamente servem a perpetuar o profundo desequilíbrio de poder entre aqueles que se habituaram a integrar em «nós», em oposição a um grupo que identificam como sendo «eles»: consumidores-toxicodependentes-drogados.

⁶ Herzfeld mostra como a possibilidade de fabricar regras contrárias e de se divertir pode ter pior resultado e como preço uma marginalização acelerada; defende que a resistência por ironia não dá poder aos fracos, apenas uma satisfação moral e não uma mudança das condições materiais aos quais os poderosos deram valor (Herzfeld 1991).

Uma leitura histórica do contexto sócio-político da fala

O confronto com universos simbólicos distintos implica um problema de poder, a saber, qual das definições da realidade em conflito ficará «fixada» na sociedade.

BERGER e LUCKMAN, 1998: 148.

Várias reavaliações históricas do modo como determinadas drogas acabaram por ser percebidas como fontes de problemas para o indivíduo e sociedade mostram como a atribuição de perigosidade a certas substâncias psicoactivas e o surgimento, em determinados momentos, de políticas particulares para o controle do seu uso e venda, não se relacionam simplesmente com um potencial de males associados a uma certa substância ou com preocupações de saúde pública. A literatura evidencia que uma das influências decisivas na definição de um conjunto de drogas como drogas perigosas, nos medos gerados em seu torno, e na justificação do controle do acesso a essas substâncias têm sido as percepções do consumidor/dependente típico, e do modo como é suposto usar as drogas da sua preferência.

A evolução das carreiras públicas nos U.S.A. do ópio (Duster 1970, Dumont 1970; Perrin 1993), da cocaína (Cloyd 1982), e da marijuana (Himmelstein 1983; Kaplan 1970) são exemplos de como na compreensão histórica do uso e dos efeitos de certas substâncias se fundiram os defeitos atribuídos ao Outro, socialmente, culturalmente e moralmente diferente e desviante- O outro pobre trabalhador, O outro étnico, O outro jovem adepto da «cultura do abuso»- com os efeitos da substância supostamente usada por todos os elementos desse grupo. O caso da marijuana é exemplar: nos anos 30, nos USA, as campanhas de Anslinger⁷ contra a marijuana «erva assassina» e «destruidora dos jovens» exploraram os medos da classe média branca de meia idade face ao homem jovem trabalhador mexicano ou negro, e face a outros elementos das classes trabalhadoras percebidos como sendo criminosos e violentos; quando, nos meados dos anos 60, se começou a tornar público o uso da marijuana entre a juventude da classe média, e se iniciou a contra-propaganda promovida por peritos respeitáveis suscitando o interesse de várias organizações e de grupos pela questão, a marijuana foi redefinida como «drop out drug» e os seus consumidores

⁷ São legendários os esforços de propaganda feitos por este arquétipo do «entrepeneur moral» e pelo seu «Federal Bureau of Narcotics» durante cerca de 30 anos (1930-1960) para difundir a visão da «adição narcótica» como um problema criminal, do «adicto» como um degenerado moral, e dos USA como estando na vanguarda da luta contra os demónios do tráfico internacional.

como sofrendo do «síndrome amotivacional» (Goode 1993), dada a imagem pública dominante da chamada contracultura.⁸ Assim, os efeitos da marijuana que tinham sido definidos como uma preocupação de segurança pública nos anos 30, foram retraduzidos nos meados dos anos 60 para uma preocupação de saúde pública, com consequências em termos de mudança de leis, e de reorganização das agências de controle (Cloyd op. cit.). Não será por acaso que ainda hoje a marijuana (Joel 1971) continua a ser a substância eleita pela contrapropaganda organizada, e que no debate tenha entrada a ideia da «marijuana como medicamento proibido» (Grinspoon e Bakalar 1997); que a «crise do crack» dos anos 80 nos USA foi construída em termos de «ondas de pecado codificado racialmente» (Reeves e Campbell 1994; Reinarman e Levine 1995). Apesar do poliuso/politoxicodependências de drogas ser uma tendência dominante actualmente, também parece ser real a proliferação de usos descontrolados de drogas duras em espaços urbanos, social e materialmente desfavorecidos, sendo mais difuso, em termos sociais, o consumo das chamadas drogas leves onde se inclui a marijuana. Não queremos com isto dizer que a secção mais anómica dos grupos de consumidores de drogas ilegais não incluía também elementos de formações sociais mais favorecidas em termos materiais e simbólicos. No entanto, na atenção e acções públicas em matéria de combate à droga, os preconceitos de classe, de raça (Helmer 1975; Musto 1973) e de idade têm tido também efeitos devastadores.⁹

A investigação sociológica que faz uso dos conceitos de «cruzada moral» (Gusfield 1963, 1981) e de «pânico moral» (Cohen 1982; Ben-Yehuda 1994) leva-nos também a concluir que a criação de um novo símbolo, a droga, de um novo anti-herói, o drogado degenerado, e de uma nova anti-cultura, a cultura da droga, responderam a projectos políticos, ideológicos, profissionais, económicos, morais e disciplinares mais profundos. Entre eles, a regulação da sexualidade, da família e da saúde, o policiamento de fronteiras de classes e de etnias, interesses económicos e/ou simbólicos de classes profissionais envolvidas ou não na regulação das drogas, interesses burocráticos, interesses de Estados e da indústria

⁸ O slogan de Leary «tune in, turn on and drop out». é visto por alguns como o espelho da chamada contra-cultura, que o hippie imoral, amotivado e com tendências de esquerda encarna.

⁹ Uma leitura atenta do perfil da população prisional portuguesa detida por crimes directa ou indirectamente relacionados com drogas nos últimos anos aponta no mesmo sentido (Valentim 1997). A publicação do ex. Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga intitulada *Droga Sumários de informação estatística* permite conhecer as características demográficas dessa população prisional. Ver a propósito o artigo «A desigualdade na administração da justiça pode ser socialmente explosiva», *Público*, 22 de Novembro de 1998, pp. 10.

farmacêutica. Também se sabe que o conhecimento científico sobre uso de drogas (e.g. opiáceos) e consumidores de drogas, articulado em diversos tipos de discursos, nomeadamente no discurso médico e da saúde pública, não tem sido imune a essas influências (Harding 1998; Lart 1998).

Perceber o que se passou e tem passado ao nível internacional em matéria de regulação das drogas e dos consumidores, é tanto mais importante quanto se sabe já que, em Portugal, as grandes mudanças introduzidas na política de combate (e.g. 1982, 1987, 1993), tanto em termos legais, como em termos organizacionais, foram influenciadas pela evolução da política internacional proibicionista (Poiares 1993). No entanto, como mostra Cândido Agra (1993), motivos de natureza de política nacional e razões circunstanciais estiveram na base da construção em Portugal de um problema público em torno das drogas ilegais nos meados dos anos 70. Para isso foi crucial (também no nosso país) a promoção de campanhas mediáticas¹⁰ através das quais os poderes oficiais procuraram introduzir no discurso público a ideia de «droga-problema de todos que é preciso resolver». Agra identifica claramente os «mecanismos de amplificação» (Cohen op. cit.) presentes nessas campanhas que conduzem a uma representação do uso de drogas ilegais (e apenas estas) em termos de tudo ou nada, de morte ou de vida, de descontrolo total e de insanidade mental que ameaça, tal como um vírus, toda a população, em especial jovens indefesos, e face ao qual se impõe uma luta colectiva no sentido de recuperar a sociabilidade.

Importa lembrar que no momento pós-revolução em que foi lançado «O Flagelo da Liamba» regressavam a Portugal milhares de famílias das ex-colónias vulgarmente designadas sob o nome de «retornados». Este regresso foi visto por muitos cidadãos como uma ameaça de natureza sócio-económica, e também como uma ameaça sócio-cultural, motivada, entre outras coisas, pelos «estranhos hábitos dos retornados», como por exemplo, o uso de liamba. Ainda hoje na memória de muitos portugueses permanece a crença que «a droga» foi trazida pelos retornados, e que este mal tem sido alimentado por «outros que vêm de fora», incluindo O outro étnico (e.g. africanos, paquistaneses, indianos, ciganos). Uma leitura atenta dos textos legais fundadores das agências de combate permite-nos ver como com a institucionalização do «problema da droga» se criaram distinções, e se definiu uma hierarquia de vectores do mal de natureza claramente preconceituada e discriminatória. Essa institucionalização inscreveu-se numa lógica de epidemia que se traduziu na delimitação de fronteiras entre a «população em geral», construída como aliada das auto-

¹⁰ Os slogans das campanhas foram «Droga Loucura e Morte» em 1973 e «O Flagelo da Liamba» em 1975.

ridades no «combate à droga», e outras populações, identificadas como fontes da epidemia a exigir especial atenção: «extra vigilância para pobres, rufiões, vadios, jogadores» dada a sua predisposição para o crime de tráfico e consumo de droga» (D.L. 791/76); «punição e apoio para o consumidor de droga» definido como sendo um «infractor que tendencialmente se transmuta num doente» na medida em que o uso ilícito de droga conduz a um «enfraquecimento e até a uma escravização da vontade» (D.L. 791/76); «os retornados» apontados como um das «causas do súbito agravamento do fenómeno» (D.L. 791/76); «a juventude» definida como uma «população em alto risco» a requer neutralização e protecção (D.L. 792/76).

A metáfora do «combate à droga», que fez aqui a sua entrada no discurso público português pela voz oficial, é um poderoso instigador de distinções e de polarizações do tipo «nós...eles», em especial quando se identificam grupos de pessoas, e não situações, como inimigos, contra uma categoria de aliança entre as autoridades e a «população em geral». ¹¹ O uso da metáfora do combate e a identificação de inimigos concretos, facilitada pela associação entre os vocábulos «droga (droga-doença, droga-crime), consumidor de droga, tráfico e problema» com grupos sociais desfavorecidos, de baixo estatuto, já estigmatizados e marginalizados revela que logo no início do combate o aspecto colectivo é predominante; e, nessa medida, propício à criação de conflitos intergrupais e de imaginários na procura de bodes expiatórios (Fabre 1993; Moscovici 1993). Não obstante o facto de conceitos como o de flagelo, e o conceito de epidemia tornarem possível a crença num risco partilhado por todos, e a crença em vítimas potenciais. Também convém salientar o poder da designação de inimigos concretos em termos de obtenção de apoio social para a causa do combate. Quando foi lançado o combate à droga, o público em geral estava pouco sensibilizado e consciente das práticas sociais de consumo de drogas ilegais, tendo estas pouca relevância para as suas experiências diárias e interesses. A deslocação do consumo de drogas para uma arena habitada por classes baixas, o mundo do crime, «retornados», prostituição, e «jovens revolucionários», grupos em relação aos quais já existiam sentimentos morais fortes associados, pode ter facilitado a identificação pública com a causa do combate através da condensação simbólica entre diferença e desvio. Reduziu seguramente a possibilidade de oposição por parte dos inimigos designados, dada a sua óbvia falta de poder. Mesmo em termos de consumidores, quem quer que fossem, estavam desorganizados, impotentes e sem bases legítimas públicas para defesa.

¹¹ A expressão «combate à droga» é um legado americano: Nixon introduziu a metáfora «war on drugs» em 1973, e também a da «droga como inimigo público número um», usada pelo partido socialista português na sua campanha para as legislativas de 1995.

É nesse momento histórico que «o grupo dos psi» assume a liderança do tratamento na área da droga, tendo sido iniciada a produção de um saber técnico e terapêutico que introduz no discurso oficial conceitos como o de «toxicomania», e com ele conceitos clássicos como o conceito de «dependência física» e o de «dependência psicológica». Para além do tratamento da «população toxicómana» tendo em vista a sua «desintoxicação», ao grupo psi da regulação das drogas é atribuído o poder de construir a tomada de consciência pública da existência de uma «população em risco», e da necessidade de «atacar o problema a montante», ou seja, da necessidade da «população em geral» se defender ou prevenir. Nesse quadro decidem-se um conjunto de práticas «preventivas» através das quais se articula e se objectiva o uso de drogas como uma doença bio-psico-social, os consumidores como toxicómanos e se chama a «população em geral» a colocar-se em «vigilância». Agra, no seu estudo sobre a formação dos «dispositivos da droga», mostra como a definição de toxicomania proposta, de base psicanalítica, racionaliza o modelo institucional, político e legal da droga como um problema psicopatológico e de ordem pública. Isto sugere que, apesar das respectivas diferenças, há uma unidade fundamental que está na base e faz funcionar em aliança os esquemas de transformação (Foucault 1994) escolhidos pelo o actor político central, a saber, a adesão aos ideias normativos da abstinência e da irradicação em matéria de drogas com um estatuto ilegal, e um objectivo comum, a promoção e imposição do princípio do interdito. É no interior desse regime disciplinar que as práticas não convencionais de uso de drogas são construídas negativamente e servem para demarcar os indivíduos que nelas participam como constituindo uma categoria aparte da «população em geral», a ser alvo de sanções penais e de regulação terapêutica.

Dos anos 70 até hoje os sucessivos governos mantiveram inalterada a decisão de intervir para controlar o acesso a substâncias classificadas, bem como permaneceu constante o consenso ideológico básico que sustenta a posição de combate, tanto ao nível político, como nos planos institucional, profissional e semi-profissional. Isto quer dizer que o ideal da abstinência em matéria de drogas ilegais continua a ser dominante em termos de retórica oficial, embora na prática se tenham implementado, a muito custo e já tardiamente (1992), alguns programas de redução de riscos, como a troca de agulhas e de seringas. Garantir a saúde de quem continua a usar as drogas da sua preferência mesmo depois de avisado, nunca parece ter sido prioridade no combate à droga português; e os poucos passos dados nesse sentido foram sempre alvo de críticas e de resistências, suscitando argumentos do tipo «a opinião pública opõe-se», «o Estado não pode dar o mau exemplo». Mesmo nos anos 80, com o advento do vírus HIV/Sida, o acesso mais facilitado à heroína e o aumento do seu uso intravenoso, existindo o risco da difusão da infecção no seio dos adeptos desse modo de

ingestão, e o risco da sua extensão para a população em geral, a opção governamental foi clara: saúde sim, mas na condição de assumirem o papel de toxicodependentes-doentes-em-recuperação. Importa no entanto sublinhar a contradição que tem sido uma constante no combate à droga entre o ênfase discursivo dado à questão do tratamento e da prevenção, e a alocação de recursos para essas áreas. Sabe-se que é só a partir de 1992 que o investimento no combate começa a ser significativo (e tem vindo a subir ao longo dos anos), crescendo em paralelo o número de serviços médico-sanitários e o número de clientes; já é possível saber também que ao longo dos anos a grande fatia dos dinheiros públicos destinados ao combate à droga tem sido aplicada em mecanismos coercivos, ou seja, na repressão de comportamentos.¹²

Não será por acaso que no corrente ano surgiu pela primeira vez uma associação de toxicodependentes, e que a mesma teve direito a cobertura jornalística por parte da «imprensa de referência». A publicitação da associação acompanhou a entrada de novas regras no plano terapêutico, no plano de assistência social, dos serviços e de uma remodelação organizacional no combate à droga,¹³ sustentada por uma retórica de apelo à luta contra o preconceito, à necessidade de fundamentar as decisões políticas no saber da ciência, e a um maior humanitarismo¹⁴. Esta retórica da benevolência e da objectividade contrasta de facto com o que tem sido a tendência dominante em termos do debate (quase incipiente) público alargado sobre a política de controle das drogas, estruturado em dominância em termos de «lei e ordem», e sustentado pelos argumentos dos números, da insegurança, e do crime. Estes mesmos argumentos, numa lógica do insucesso do combate, servem agora para reforçar o controle terapêutico dos consumidores, e se pôr na mesa a hipótese de punir o consumo com penas alternativas à prisão.¹⁵ Foi nesse ambiente político e discursivo mais favorável que ouvimos falar de uma «Associação de Doentes Toxicodependentes em

¹² Ver a propósito o artigo «Gastos com a droga privilegiam repressão» onde se apresenta um resumo de um estudo feito por Carlos Ribeiro Dinis da Universidade Técnica de Lisboa (*Expresso*, 9 de Janeiro de 1999, pp. 10).

¹³ Por exemplo, com incentivos à discriminação positiva por parte do patronato. Ver *Público*, 4 de Outubro, 1998, pp. 26; *Expresso*, 10 de Novembro, 1998, pp.18.

¹⁴ Ver apresentação pública dos novos princípios do combate à droga no artigo publicado no *Público* sob o título «Oito mandamentos contra a droga»: *Público*, 29 de Abril de 1999, pp. 19.

¹⁵ Digo hipótese porque apesar de pela primeira termos ouvido publicamente um corpo de peritos independente pronunciar-se sobre o assunto da droga — depois de tantos anos de combate fundamentado, na melhor das hipóteses, nos saberes institucionais em uso no sistema formal de controle montado em torno do problema da droga — foi a sua opinião negativa sobre a criminalização do consumo a mais comentada em termos de discurso público. Ver *Público*, 3 de Outubro de 1998, pp. 25.

Recuperação». Numa sociedade que nega as capacidades físicas e mentais de indivíduos que se inscrevem em grupos de toxicodependentes, e que nega a legitimidade dos seus alegados estilos de vida, a reivindicação por parte de alguns da capacidade de agir colectivamente como agentes razoáveis e responsáveis, pode ser vista como um sinal de mudança. No entanto, é também expressão das limitações existentes em termos dos vocabulários disponíveis para interpretar e comunicar a situação de todos os que se reconhecem como toxicodependentes. O caminho está preparado para certos argumentos e não para outros (Fraser 1989): o nome escolhido para a associação evidencia que os toxicodependentes em causa não se demarcam, pelo menos oficialmente, do estatuto que lhes é reservado pelo o Estado — «doentes em recuperação» — mas parecem antes querer reivindicar alguma força, apesar do estatuto desvalorizado, nomeadamente em termos de uma maior escolha e controle no que diz respeito a opções de tratamento, numa lógica de reivindicação de direitos dos toxicodependentes enquanto grupo de clientes dos Serviços de Saúde fornecidos pelo Estado. A esta posição está implícita uma aceitação da pertença a uma categoria social desvalorizada, feita em termos não de uma afirmação positiva da diferença ¹⁶, mas de uma adesão à lógica de inferioridade e de submissão que sustenta a discriminação negativa.

O humanitarismo ao nível da regulação das drogas pode ser uma cobertura para um maior controle, e um modo de neutralizar tanto a revolta como um conflito de interesses morais ou sociais (Young 1971). Se num contexto penal e prisional são claramente visíveis as relações de poder e os conflitos entre detentor e detido, num contexto terapêutico e assistencial já não acontece o mesmo. As relações de poder são mistificadas e assim reduzido o incentivo das clientelas «ajudadas» para reivindicarem os seus direitos ou agirem como adversários políticos (Edelman 1977). No âmbito de uma economia puramente pessoal e situacional, o papel de doente-dependente pode trazer proveitos (Davies 1992); mas, em termos colectivos, diminui a possibilidade de resistência à opressão, ou seja, implica que os oprimidos não façam tentativas de defesa dos seus interesses por não os reconhecerem. O papel de vítima, mas de uma vítima que acaba por ser vista como uma vítima narcisista, suicida, masoquista, de certo modo voluntariosa, acompanhado por um discurso do tipo «a pessoa tem de quer», e num contexto cada vez menos favorável à assistência pública, onde se encontra institucionalizada uma estratificação do mal, não é seguramente o caminho mais eficaz para uma mudança no balanço das relações de poder intergrupais. Ao lado da vítima que reconhece o erro, temos a

¹⁶ Como aconteceu, por exemplo, no caso de certos grupos de homossexuais nos finais dos anos 60 (Dyer 1993).

vítima fruto da «injunção terapêutica», a vítima institucionalizada dependente da metadona, temos o vilão que não quer ser doente e o vilão incorrigível, temos uma semi-vítima e semi-vilão que é o traficante consumidor, e temos o vampiro, o traficante. Esta divisão ideológica (concretizada na organização espacial) pode contribuir indirectamente para que a junção de esforços por parte dos oprimidos funcione num sentido subversivo e não emancipatório o que, em última instância, prejudica tanto a sociedade como os principais interessados (Gossop 1984).

A inflexibilidade de princípios ideológicos tem na prática resultado na produção de mais da mesma coisa, mais presos, mais doentes, mais controle, agravamento de problemas sociais e numa desumanização chocante. Enquanto a minoria consumidora consentir tacitamente em ser psicologizada e individualizada abstendo-se assim da luta política aberta, a sua voz e conhecimento em contextos repressivos pouca ou nenhuma credibilidade há-de ter. Enquanto o conhecimento e pontos de vistas postos a circular na sociedade sobre o assunto das drogas se mantiverem estruturados em dominância pela linguagem oficial do combate à droga, seja em termos de lei e de ordem, seja em termos de necessidades (informativas, terapêuticas, de saúde pública), estará excluída à partida a possibilidade de pensar a questão em termos de direitos e de necessidades (Rapport 1986). Se assim fosse, seriam colocados na agenda política os interesses de quem até agora nunca foi ouvido publicamente, e se faria a diferença em termos de partilha das responsabilidades. Entretanto, mantêm-se as ambiguidades e as aparentes contradições. Mas em termos de vivências quotidianas, de relacionamento social, são cada vez mais visíveis as discriminações de facto.

Análise multidisciplinar e crítica da fala

A Análise Crítica do Discurso (Fairclough 1992) partilha com Foucault o conceito de discurso não como um mero reflexo ou efeito do poder, mas como um operador no campo das relações de força com poder constitutivo (Foucault 1971; 1976), nomeadamente em matéria de construção e manutenção ou mudança de identidades e de diferenças sociais, e também de vários tipos de conflitos.

Uma das maneiras de evidenciar a noção de discurso como um mecanismo de poder — já não da preferência de Foucault — é tornando explícito o modo como os «discursos da Diferença» (Wodak 1998), articulados por maiorias dominantes, funcionam ideologicamente para justificar e reproduzir a dominação e a opressão ou discriminação de minorias subordinadas, marginalizadas ou excluídas. Nesses casos, a diferença tende a ser construída negativamente como uma fonte de diversidade ou de diferença

recusada, na maioria das vezes desvalorizada, derogada como desviância, e temida, se bem que por vezes paradoxalmente irresistível ou aliciante (Riggins 1997). Em termos sócio-cognitivos, a categorização de indivíduos como fazendo parte do «Outro social»¹⁷, ou seja, daqueles a quem nos ensinam a evitar e manter distância quando possível (Brislin 1986), implica a construção social e a atribuição de distinções de natureza variada (e.g. físicas, sócio-culturais, pessoais, económicas) que na percepção social se fundem para formar uma realidade única, condensada num traço distintivo dominante num determinado momento e espaço histórico. Na base da definição das diferenças, reais ou imaginárias, em cada uma das dimensões vistas como relevantes para categorizar e julgar O outro social como «não nós» e também «inferior a nós», estão operações cognitivas específicas, a saber, o uso de protótipos e o exagero das diferenças intergrupais e das similaridades intragrupo (Tajfel 1981). Ou seja, os membros do endo-grupo (neste caso, o grupo dos que não consomem droga) tendem a sublinhar diferenças e não similaridades entre o seu grupo e O outro, e, ao mesmo tempo, minimizam as diferenças tanto entre os grupos que compõem O outro social (i.é, consumidores-toxicodependentes), como entre os elementos que integram os grupos de consumidores-toxicodependentes.

Ao conjunto de opiniões negativas genéricas ou de natureza estereotipada desenvolvidas em torno de diferenças que se pensam caracterizar O outro social, partilhadas por membros de um endo-grupo dominante e que servem para defender os interesses e privilégios do mesmo, van Dijk chama de preconceito (1984). Isto significa que se considera que a formação, aplicação, e a comunicação de julgamentos preconceituados sobre diferenças socialmente construídas não é arbitrária ou gratuita, mas está relacionada com normas culturais dominantes num determinado contexto sócio-histórico, e a conflitos de interesses entre os grupos envolvidos (Tajfel e Turner 1986). Desde que o endo-grupo mantenha a monopolização dos principais recursos de poder existentes numa sociedade, e exclua o exo-grupo da participação nesses recursos, a comunicação de preconceitos através da fala produzida em situações intra e intergrupais é vista como um instrumento essencial na reprodução de desigualdades (Quasthoff 1989). A análise do funcionamento ideológico do «discurso da Diferença» pode passar precisamente por evidenciar o modo como são expressos e persuasivamente comunicados os preconceitos no texto e na fala sobre O outro social, ou na fala dirigida aos mesmos, incluindo aí a análise do modo como os preconceitos influenciam a interpretação (compreensão, avaliação, explicação, atribuição) dos atributos ou acções dos referentes do

¹⁷ Chamado também desviante, ou exo-grupo, ou hetero-grupo, conforme as tradições científicas.

discurso, ou as posições e estratégias usadas pelos participantes na interação comunicativa. No caso do discurso em análise, a fala produzida por maiorias não consumidoras sobre consumidores-toxicodependentes e sobre as relações entre ambos, os consumidores não fazem parte do contexto da fala real ou da interação discursiva em si (são os seus referentes), também é relevante considerar a dimensão pragmática da fala (van Dijk 1998). Embora os consumidores constituam o assunto de que se fala nas conversas analisadas (e nesse sentido são uma propriedade do significado do discurso), podem ser considerados (de um ponto de vista social e ideológico) simultânea e indirectamente um dos alvos dos falantes. Senão vejamos:

O discurso que analisamos apresenta, de uma forma quase sempre explícita imagens do toxicodependente e preconceitos organizados em torno de um conjunto de diferenças, em especial de natureza pessoal, vistas como estando inerentemente ligadas a diferenças de práticas de uso de drogas e alegados modos de vida, que servem para categorizar os indivíduos consumidores como pertencendo a um grupo distinto do nosso. Essas imagens e preconceitos são comunicadas na fala de um modo persuasivo: por se tratarem de opiniões sociais negativas largamente partilhadas e difundidas,¹⁸ os preconceitos servem para que os falantes justifiquem as suas crenças ou acções pessoais, ou as de outros elementos do seu grupo, como teremos oportunidade de confirmar. O inverso também pode acontecer, quando os falantes contam histórias (vividas ou ouvidas) sobre toxicodependentes para justificarem opiniões negativas mais gerais sobre consumidores, por exemplo, sobre a sua alegada natureza criminosa. Estas estratégias argumentativas podem ser interpretadas como sinais da posição ideológica (exclusão e superioridade) que os enunciadores evidenciam e constroem na fala sobre toxicodependentes. A análise que fizemos mostrou que a quase totalidade dos participantes não só conhecem e reproduzem preconceitos dominantes, como se referem ao que ouvem dizer (e.g. a vizinhos, colegas, conhecidos) para reforçarem os preconceitos expressos no seu contexto pessoal e na situação comunicativa concreta. Podemos interpretar estes dados como sendo indicativos de que os falantes expressam as suas opiniões e experiências não tanto enquanto indivíduos isolados, mas como membros de grupos culturalmente e socialmente dominantes. É neste sentido complexo, que se pode ver a fala sobre toxicodependentes como uma instância e como uma forma de preparação comunicativa para práticas discriminatórias. Embora não fazendo parte

¹⁸ Como tivemos ocasião de comprovar através da análise e da comparação de entrevistas e através da sua comparação com discursos produzidos sobre o assunto noutros contextos.

do contexto comunicativo, os «ausentes-presentes» constituem o alvo (indirecto) principal da fala.¹⁹

A interpretação proposta indicia claramente que uma análise crítica do discurso não se limita a fazer uma mera descrição de recursos ou estratégias linguísticas e cognitivas. Tendo como certa a ideia que as escolhas linguísticas que fazemos na interacção verbal são social e discursivamente motivadas, resultam de preferências ideológicas, ao mesmo tempo que respondem a propósitos concretos, tanto no interior da situação comunicativa, como nos quadros mais globais da estrutura societal e da cultura, e têm implicações e consequências para outros, o discurso da análise não deve ser visto como diferente. Como diz Fairclough, os analistas não estão «acima da análise que fazem, estão dentro dela» (1992: 199). As interpretações que articulam no discurso da análise não são pois simples representações do que se passa na inter-acção discursiva na sociedade, mas antes «actos e intervenções» (Fraser 1989: 167) que têm como objectivo último contribuir para a mudança da posição social desfavorecida de certos grupos relativamente a outros. Como princípio os analistas críticos intervêm «ao lado de grupos dominados e oprimidos, contra grupos dominantes» e centram a sua atenção no papel do discurso na reprodução de relações de poder assimétricas que estão na base de vários tipos de desigualdade social (Fairclough e Wodak 1997). A adopção pelo analista do discurso dessa posição e interesse implica que no trabalho de descrição, interpretação e de explicação das propriedades, das estruturas e estratégias do texto ou da fala, adopte a perspectiva e a interpretação daqueles a quem o discurso se dirige. Ou seja, está mais interessado nas implicações e consequências para outros do que se faz com a fala e o texto (que podem ser inferidas a partir do dito), do que com as intenções (não observáveis) dos falantes.²⁰

Ao relevarmos as implicações e consequências globais da fala para os modos como são tratados os consumidores-toxicodependentes na vida do dia à dia, e para os modos como os elementos desses grupos se vêem a si próprios, o seu lugar e direitos na sociedade, temos como meta chamar a atenção para necessidade de mudar a percepção pública e definição negativa das categorias consumidores-toxicodependentes. A literatura sociológica sobre drogas evidencia que a condenação e rejeição por parte das

¹⁹ A este propósito Kerbrat-Orecchioni fala em «tropo comunicacional». (Kerbrat-Orecchioni 1986, 1995).

²⁰ Isto não significa contudo que se vejam todos os componentes do acto discursivo como sendo intencionais. Há detalhes da pronúncia, sintaxe e da semântica, parte de actos discursivos globais que são mais ou menos automáticos, estando por isso fora do controle dos falantes (van Dijk 1997: pp.10).

populações majoritárias de práticas não convencionais de produtos psico-activos, desaprovadas e punidas pelas autoridades, tem sido um factor determinante no processo de agravamento da exclusão e da marginalização social associadas a certos tipos de substâncias (sobretudo à heroína) e da práticas de poli-uso excessivo (Clinard e Meier 1992; Robertson e Zinberg 1972). Quer isto dizer que, num contínuum comportamental, são os indivíduos que estão desprovidos de fontes alternativas de identidade social positiva (seja em termos de idade, género, classe, etnia, profissão, espaço geográfico ou outros) que mais problemas têm com a perda de estatuto (e muitas vezes de liberdade) associada com certos tipos de toxicodependências duras, com consequências graves em termos médicos e psiquiátricos (Albee 1988). Por exemplo, as mulheres toxicodependentes encontram-se frequentemente invisíveis e as suas necessidades específicas de saúde subestimadas já que se dá como certo que certas práticas químicas são mais «naturais» nos homens; as mesmas assunções patriarcais dentro da cultura dominante podem mesmo impedir as mulheres consumidoras de procurarem ajuda quando precisam dela (Pearson 1992). Por outro lado, para indivíduos que já ocupam uma posição estruturalmente inferior, a identificação com uma categoria posta à parte pode constituir uma fonte alternativa de poder e levar a sentimentos de que não têm mais nada a perder com os seus comportamentos anti-sociais (Stephens 1991). No plano colectivo é provável que a rigidez, a perpetuação do combate à droga, e a patologização, individualização e despolitização (Conrad e Schneider 1980) dos problemas existentes em torno do uso de drogas que tem acompanhado o combate, tenham impedido a criação e divulgação de ideologias populares fortes alternativas às dominantes (abstenção ou dependência) que dariam aos principiantes e aos grupos de usos controlados de drogas (Zinberg 1984; Goode op. cit.) códigos de conduta pessoais e colectivos, necessários à promoção da coesão e da solidariedade interna e a uma «cultura dos limites». ²¹ Enquanto se cultivar o antagonismo entre o «cada um por si» *versus* «todos juntos contra», o «junkie» (Fernandes 1998) servirá sempre para demonstrar a ambos os lados que o «nosso grupo é bom» e que «O outro é mau».

²¹ Esta expressão é da autoria do grupo de trabalho do Centro de Ciências do comportamento desviante da FPCE-UP.

Análise da fala

O aparelho da conversa mantém a realidade falando de vários elementos da experiência e colocando-os num lugar definido num mundo real.

BERGER e LUCKMAN, 1998: 204.

Fontes de informação e de opinião sobre consumidores

A primeira tarefa que levamos a cabo na análise das conversas transcritas respondeu à necessidade de sabermos mais um pouco sobre os processos de difusão e de partilha de conhecimento e de atitudes no seio da sociedade dominante sobre consumidores-toxicodependentes. Fizemos por isso uma análise de todas as entrevistas com o propósito de identificar e de classificar as fontes de informação e de opinião sobre consumidores mencionadas, implícita ou explicitamente, pelos falantes no decorrer das conversas.²² A análise qualitativa e quantitativa mostrou que a maior parte (59,2% das referências) da informação diária sobre consumidores é derivada da comunicação interpessoal, ou seja, das conversas do dia à dia com pessoas conhecidas mais ou menos próximas (e.g. vizinhos, familiares, colegas, conhecidos, amigos); seguem-se os «media» (21.5%), em especial a televisão, a observação directa, em geral passiva, de indivíduos identificados como fazendo parte do «mundo da droga» (11.7%) e, em menor grau, os contactos directos (mas não regulares) com toxicodependentes (7.6%).²³ Apesar de se ter tornado claro na análise das entrevistas que se fala, e muito, sobre consumidores, sobretudo em bairros onde « a cena da droga » é mais visível, os falantes (34 em 36) têm a preocupação de negar quer o contacto, quer o conhecimento sobre consumidores, e negam mesmo que falam frequentemente sobre o assunto com elementos do seu grupo. Essas negações podem significar que os indivíduos não se lembram de exemplos concretos; querem fugir à questão; ou então querem salvar a face junto do entrevistador que identificam com o grupo dos que « não se

²² A referência a fontes de informação e de opinião sobre consumidores foi quase sempre feita de uma forma voluntária; em alguns casos, os entrevistados respondiam a perguntas do tipo «como é que soube? quem lhe disse? costuma ver na televisão?». Trabalhamos com 332 passagens onde se fazem menções a fontes e 635 referências (numa passagem pode haver mais do que uma referência).

²³ Na análise da variação do tipo de fontes segundo a Idade, Sexo e Instrução vimos que os homens dizem usar mais a televisão e a imprensa como fontes de informação e as mulheres referem mais a comunicação interpessoal; os jovens referem mais frequentemente os «media», e os entrevistados com menos instrução ou sem nenhuma tendem a referir mais a comunicação interpessoal e a mencionar mais a televisão como fonte de informação.

metem», e que considera como «toda a gente» o contacto com eles desprestigante, e acima de tudo perigoso. As passagens seguintes ilustram como o mero contacto visual (directo ou mediatizado) pode motivar medo, desprezo ou indignação.

(Homem, 53 anos, 4 classe, emigrante)

(...) Eu nunca me dediquei... eu fujo, eu vejo, vejo pessoas que se drogam, conheço uns rapazes desse tipo aí prá zona do Carlos Amarante. Eu passo por aí várias vezes e vejo aí esses moços, já passei em sítios que vi muitas seringas ali junto da parte de trás das traseiras do Carlos Amarante, e quando eu vejo assim três quatro rapazes encostados eu fujo, tenho medo. (...) vejo eles a falar nesses problemas da droga e da injeção, e eu e eu sempre que passava, tenho medo de passar junto deles porque tenho medo que eles se dirijam a mim a fazer-me essa proposta.

(Homem, 62 anos, médico)

No outro dia estava um homem um moço novo estava com uma pedrada e eu até disse à minha mulher olha para a cara que aquele jovem tem. Era um rapaz com vinte e tal anos estava com uma pedrada não é assim que se diz... que realmente não é nada é um trapo qualquer que está para ali. Ele não sabe realmente o que é viver.

(Homem, 60 anos, doutorado)

(...) Perde-se toda a humanidade não é porque deixa de se poder viver... isto é um leigo que fala nisto não é porque isto são só sensações que eu tenho não é sobre este aspecto. Portanto é uma pessoa e isto repare não é a pena digamos assim é a constatação de uma sensação que eu tenho quando vejo filmagens, até se bem que de longe, de sítios em que se juntam as pessoas que estão sujeitas a esta a esta situação, quer dizer, são bichos, mas com a inumanidade que alguns animais conseguem ter. Portanto passam a ser não entidades, como em inglês se diz normalmente, são pessoas que, quer dizer, vegetam e que estão sujeitas a uma lei fisiológica que passa a ser terrível e que não os deixa ser absolutamente mais nada senão, portanto, vegetais.

Concluimos também que a maior parte da informação que circula é de natureza factual e negativa e, regra geral, os indivíduos tendem a acreditar e a aceitar essa informação.²⁴ Numa análise dos tópicos (van Dijk 1985)

²⁴ Embora haja quem critique as generalizações abusivas feitas sobre consumidores, mostrando-se assim consciente da natureza indutora de preconceitos das conversas sobre os mesmos, e quem se mostre solidário face aos problemas da falta de apoio médico, regra é a aceitação não crítica do que se ouve dizer e também das opiniões genéricas que circulam. Os efeitos para as diferentes variáveis sociais não é dramático: há uma tendência de conformismo entre mais idosos e menos instruídos ou sem nenhuma instrução já que aceitam e concordam mais com a informação que atribuem às fontes. O desacordo ou rejeição é mais típico entre jovens, mulheres e indivíduos mais instruídos.

que os falantes atribuem às fontes,²⁵ podemos verificar que os tópicos mais frequentes são: o crime (roubo, assalto), as dificuldades de recuperação, a vergonha-culpa-ruína-abandono-agressão-roubo na família, o assédio na rua, o «sítio das drogas», a «vida de droga», a prostituição, a morte ou suicídio, a má aparência, a degeneração física, a estatística da droga, os tipos de drogas, os efeitos das drogas, os lucros do tráfico, e acções do combate à droga.²⁶ O padrão negativo da informação que circula sobre consumidores-toxicodependentes, claramente estereotipado, pode ser explicado pelo simples facto de existirem mais comunicações negativas sobre o assunto, e pelo processo de memorização selectiva que leva a que os indivíduos lembrem melhor a informação congruente com as suas atitudes. Por outro lado, a predominância do padrão negativo explica porquê grande parte das comunicações sobre consumidores tende a ser negativa: provavelmente, a maioria dos indivíduos conta a outros histórias que são tão negativas quanto as que ouviu e aceitou. Esse padrão negativo também pode ajudar a perceber como é que se tem uma imagem tão definida dos consumidores, e da natureza das relações com os mesmos, e se nega simultaneamente e paradoxalmente, qualquer tipo de envolvimento pessoal ou afectivo com eles, recusando mesmo a ideia da simples conversa sobre os mesmos: é que «toda a gente» diz que não quer nada com eles e, ao mesmo tempo, «toda a gente sabe quem eles são», e diz aos outros.

O papel das narrativas

Nas conversas diárias sobre consumidores-toxicodependentes as narrativas desempenham um papel importante. E através da narração de episódios verídicos que os falantes expressam como lidam com consumidores no seu ambiente social imediato e como se colocam nesse ambiente. Frequentemente essas narrativas (Ochs 1997; van Dijk 1985) são sobre actos de consumidores-toxicodependentes, negativamente interpretados como ameaças potenciais ou reais para a nossa segurança, normas, valores e para os nossos interesses. Nesse sentido funcionam acima de tudo como queixas, condenações-acusações em que o falante (ou alguém seu conhecido, amigo) se apresenta como vítima da presença, ou do encontro, com consumidores. Por isso, na maior parte das histórias, a «Resolução» está

²⁵ Para fazer esta análise de tópicos isolamos das 332 passagens em que os entrevistados referem outras fontes as macroproposições que sumarizam essas passagens, e classificamos essas proposições nas categorias referenciadas no texto do artigo.

²⁶ Nas passagens em que os falantes referem os média como fonte de informação são mais frequentes os tópicos sobre estatísticas, lucros no negócio de tráfico, e sobre acções de combate à droga.

ausente, transmitindo-se assim a opinião que não há solução para os problemas criados pelos consumidores. Quando se mencionam algumas tentativas de resolução, como acontece em algumas das histórias sobre toxicodependentes em recuperação, são quase sempre seguidas de fracasso; se não é esse o caso, o sucesso da acção é desvalorizado apresentando-se como sendo uma excepção à regra que não permite fazer generalizações. Em algumas narrativas a falta de resolução serve também para reforçar os argumentos que a «pólicia não faz nada», o «tribunal está a favor dos ladrões», tornando-se assim evidente também a presença de conflito no interior do endo-grupo.

No plano cognitivo, as histórias mostram como os falantes interpretam e representam acções dos consumidores em função do contexto social e das atitudes preconceituadas dos grupos dos não consumidores. Daí o ênfase selectivo em factos negativos e opiniões; o enviesamento das relações de causalidade ou de papéis de agente, usual em situações de conflito intergrupar, que leva a explicar acções negativas dos consumidores em termos das suas características de grupo, e assim a culpá-los, em vez de as explicar, ou desculpar, em termos de condições contextuais - o apelo ao papel das circunstâncias apenas ocorre na explicação das acções negativas dos que não usam droga, e na explicação das acções positivas dos consumidores (Hewstone 1989; Antaki 1994); o exagero da natureza negativa dos atributos e da acção dos consumidores que leva à polarização nós ...eles (van Dijk 1985: 245). A narração de episódios verídicos sobre consumidores serve assim para apoiar e fomentar generalizações e distorcer informações, o que evidencia a natureza preconceituada da leitura das experiências com consumidores. No plano social, a narração de episódios verídicos é um instrumento importante no reforço das normas e valores dos grupos de não consumidores e dos quadros de explicação dominantes da situação intergrupar, ao mesmo tempo que servem para distinguir e rejeitar os consumidores. Dado que, em geral, nos episódios narrados os consumidores são representados como agentes da sua própria exclusão, a rejeição dos consumidores aparece assim como sendo justificada. Isto tem como consequência directa a auto-exoneração dos grupos não consumidores de drogas ilegais.

Passamos agora a análise da expressão linguística e da comunicação persuasiva de algumas dessas histórias, salientando a sua relevância cognitiva. Com base nos estudos já produzidos sobre o chamado «discurso da Diferença» iremos interpretar e explicar as narrativas como fazendo parte de um esquema argumentativo mais global, com implicações ao nível da auto-apresentação e da salvaguarda das aparências (Goffman 1983). Porque são, em princípio, verdade e não meras opiniões, as histórias têm uma função persuasiva importante pois fornecem «boas razões» ou «motivos» que sustentam afirmações avaliativas genéricas sobre consumidores,

em geral de natureza negativa, que, de outro modo, poderiam ser julgadas pelo ouvinte como preconceituadas ou como sinais de intolerância (van Dijk 1993; Rojo e Gallego 1997). A objectivação que assim se empresta ao discurso facilita a aceitação por parte do interlocutor da representação da situação que lhe é oferecida, ao mesmo tempo que se dão provas de sinceridade ou de honestidade. Iremos agora tentar mostrar como essas histórias sobre experiências pessoais com drogados podem ser vistas como preconceituadas, apesar de «toda a gente» dizer e saber o mesmo.

Categorias de análise

A expressão, formulação e comunicação persuasiva de representações sociais sobre grupos de consumidores/ toxicodependentes pode ser mais ou menos directa, como no caso do uso de generalizações negativas e abstractas sobre características que se assumem diferenciar os grupos de toxicodependentes como um todo dos outros através do uso de expressões genéricas nas conversas, ou, mais indirectamente, através da «aplicação seleccionada» de representações sociais nas interpretações e avaliações de experiências individuais com consumidores em contextos específicos, por exemplo, através da narração de episódios verídicos (Hamilton, 1984; Hamilton, Gibbons, Stroessner e Sherman 1992). Considera-se que a fala resulta de um conjunto de escolhas linguísticas (Fowler 1991) que tem na sua base motivações de natureza estratégica e comunicativa reguladas pelas representações («modelos», van Dijk 1985) individuais dos contextos, e que essas escolhas desempenham funções específicas. No plano interaccional concentramos a nossa atenção no modo como os enunciadores constroem as relações sociais, e na forma como se apresentam enquanto indivíduos e enquanto membros de um grupo, neste caso dos não consumidores. Actos de fala (Geis 1995), estratégias interaccionais (Bange 1987; Kerbrat-Orecchioni 1995) e dimensões retóricas e estilísticas da fala, ou seja, o modo como falam os participantes numa situação comunicativa serão interpretados e explicados como sinais e efeitos de identificações com grupos e suas posições sociais e ideológicas. Partimos assim do princípio que são as interpretações e representações que os falantes fazem acerca das propriedades da situação social, vistas por eles como sendo relevantes no evento da fala (no caso da interacção conversacional podem ser continuamente actualizadas segundo o «feed-back» recebido de outros participantes), que monitorizam os aspectos pragmáticos, a interacção, o estilo e a retórica da mesma.

Histórias sobre consumidores: alguns exemplos

O vizinho que não vai trabalhar.

(Mulher, sem instrução, 62 anos, bairro social)

P – Sente muitas diferenças na zona onde mora?

R – Muitas diferenças derivadas desta rapaziada nova agora. Porque ainda agora vinha por aí acima e vinha a reparar. A minha beira nunca lá ouve droga nenhuma e agora já vejo a rapaziada nova a chegar-se prá lá e eu quando assim é assim, a gente duvida logo, que esta rapaziada nova que anda metida na droga uns chamam os outros, e basta que ele dessa pessoa, dessa casa, andava a trabalhar, ele quer dizer, o pai morreu-lhe e o filho ficou com a mãe não é? é o braço da mãe. Só que não vai trabalhar. Porque esta rapaziada nova puxam-se uns aos outros. desviam-se uns aos outros. E ele não vai trabalhar, fazer o trabalho prá irmã, também não vai trabalhar. Do que é que eles vivem? de que é que vão viver? e quem diz estes muitos mais. E depois não é nada é que roubam, roubam tudo aos pais, quer dinheiro prá droga não o tem. Depois vê-se a roubar. E ouros, é ouros, não é? é dinheiro, tudo isto.

O tópico da conversa a propósito do qual esta senhora conta uma história é um dos tópicos que ocorre com mais frequência no discurso das entrevistas analisadas, a saber, o problema da insegurança em geral, e o problema do roubo em particular, na cidade de Braga e/ou em determinados bairros da cidade. As histórias que se contam sobre esse tema são reproduções do que os entrevistados (homens e mulheres) ouvem dizer entre o círculo de conhecidos, vizinhos, colegas, familiares ou amigos, e do que vêem na televisão. Em 36 entrevistados apenas dois afirmam ter experimentado pessoalmente esse tipo de problema, um deles uma situação de roubo (ao interior da sua viatura) e outro uma situação de fraude bancária (desconto de cheque roubado).²⁷ No contexto da conversa as/os

²⁷ Não são só, no entanto, esses tipos de situações que os entrevistados dizem conhecer por via indirecta, em especial através do que ouvem dizer aos outros. As histórias contadas acerca das dificuldades de recuperação, da presença (ou encontro) na rua, prédio ou bairro, e de consumidores, dos locais de compra, venda e consumo de droga e de agrupamento de consumidores, do assédio na rua, da ruína-violência-vergonha-culpa na família, da vida de droga, da prostituição, do suicídio ou da morte de consumidores, que são os tópicos sobre os quais se contam mais histórias, resultam, na maior parte das entrevistas, não de experiências pessoais, mas de uma interpretação do «diz que diz» e do que se vê na televisão ou se lê nos jornais. Há no entanto algumas histórias que são originadas em experiências pessoais ocasionais com indivíduos identificados como fazendo parte dos «que andam na droga», por exemplo, no trabalho, nas lojas, nos prédios, nas ruas, no seio de famílias. Regra geral, essas experiências são passivas, perceptuais e não interaccionais, quer dizer, os entrevistados dizem que viram o que aconteceu; ou mediatizadas por conhecidos, vizinhos, colegas, familiares de indivíduos consumidores de drogas ilegais. Apenas dois dos entrevistados inclui na sua rede de relações

falantes recorrem a esse tipo de histórias para justificarem os seus receios e, simultaneamente, demonstrarem que a «rapaziada nova que anda na droga» é a culpada do aumento da insegurança no bairro, nas escolas, nas ruas ou na cidade. O caso da história em análise é típico entre os entrevistados com mais de 50 anos, do sexo feminino, com pouca instrução ou sem nenhuma, e que vivem em zonas mais desfavorecidas da cidade.

A história mostra, entre outras coisas, que é através do uso de certas expressões e do uso de pronomes pessoais e demonstrativos que se procede à classificação e subseqüentemente agrupamento de indivíduos consumidores de drogas ilegais. A expressão «rapaziada nova que anda metida na droga» e o uso de pronomes como «ele, esta, estes» evidencia claramente que a entrevistada partilha a opinião geral dominante que os indivíduos (homens e mulheres) que «andam na droga» fazem parte de um grupo distinto e, como tal, são diferentes da «gente», do grupo daqueles que «não andam na droga». Note-se o contraste criado pela senhora ao opor o termo «a gente» (em que inclui o seu interlocutor), que tem uma natureza indefinida, colectiva e neutra, com a natureza objectivada, negativa e distante do termo usado para se referir aos consumidores de drogas (van Leuwen 1997). Nas nossas entrevistas vimos que, regra geral, os falantes tendem a evitar nomear de todo os consumidores de drogas,²⁸ usando expressões que marcam a distância social do tipo «esses», «essas pessoas», «essa gente», «esses rapazitos», «ele», ou a usar expressões genéricas correntes com conotações negativas, como «pessoas que são drogadas», «viciados», «esses que fumam droga», ou ainda, a fazerem uso de expressões impessoais, objectivadas, abstractas e redutoras, sendo a mais frequente o uso metonímico do termo «droga» como meio de referência a indivíduos e práticas a que estão ligados os actores consumidores. Dado que o termo droga tem associado o significado de problema-flagelo, ao referirem-se aos consumidores através do termo droga, está-se-lhes a atribuir a qualidade de serem problemáticos para todos nós, e esta qualidade é usada para os

de amizade ou de convívio indivíduos com hábitos de consumo de drogas ilegais. Note-se também que os entrevistados com um nível de instrução superior tendem a produzir um discurso mais abstracto e nessa medida, recorrem menos à narração de episódios pessoais.

²⁸ O mesmo tabu de nomeação (que simultaneamente mostra desinteresse) ocorre entre os grupos menos instruídos e mais idosos quando são confrontados com perguntas sobre o seu conhecimento de nomes de drogas, dando resposta do tipo «eu não sei nada sobre essa coisa»; «eu só sei que há droga e pronto»; «eu nunca vi nada disso». No entanto, no decorrer da conversa, surgem vocábulos que denotam proximidade física com «espaços da droga», e mesmo conhecimento dos seus vocábulos específicos, como por exemplo «pó», «charros», «grama». De uma forma mais ou menos explícita as diversidades existentes nas práticas de uso de drogas ilegais são excluídas e reduzidas pela quase totalidade dos entrevistados ao consumo descontrolado por via intravenosa de heroína.

designar, como ilustra o extracto que se segue retirado de uma passagem anterior à história em análise.

«porque as drogas hoje, porque naquele tempo quando eles viam que realmente a droga estava a avançar... isto não avançava como avançou. Agora eles andam em cima disso, só que a droga sai duma casa e mete-se noutra. E aqui neste bairro é o que há mais.»

Dissemos antes que a falante recorre à narração de uma experiência pessoal para justificar perante o ouvinte a acusação mais ou menos directa, feita num momento imediatamente anterior na entrevista, de que «a rapaziada nova que anda na droga» é a culpada pelo aumento do crime (roubo) no bairro em que vive.²⁹ A história é sobre um vizinho da narradora, um rapaz jovem que ficou sem pai e que em vez de continuar a trabalhar para sustentar a mãe e a irmã, como seria de esperar segundo as normas dominantes, deixou de «ir trabalhar». A falante atribuí o facto de ele ter deixado de trabalhar, e assim de ter deixado de cumprir as suas responsabilidades familiares e sociais, à presença no bairro da «rapaziada que anda na droga». Repare-se que a acção do rapaz que poderia ter sido interpretada de outra forma (deixou de trabalhar porque foi despedido, teve azar, porque quis), não o é porque a narradora faz a associação negativa que ele foi desviado por outros, segundo os preconceitos gerais sobre a natureza contagiosa e preguiçosa da «rapaziada nova que anda na droga». O estereótipo do drogado pobre e contagioso, ou seja, cujo propósito é espalhar o mal, é inconsistente com uma vida de trabalho e honesta. O mesmo tipo de interpretação enviesada ocorre quanto à presença da rapaziada nova no bairro, na rua, perto de casa: não estão só a passar, ou a fazer a sua vida, mas podem estar a querer contaminar. A presença deles é interpretada pela narradora como condição suficiente para ver o bairro como estando sob uma ameaça. Após ter mostrado a sua indignação e apelado à solidariedade do interlocutor, através de uma série de perguntas retóricas («do que é que eles vivem? do que é que vão viver?»), que ilustram simultaneamente uma descrença na possibilidade de resolução do problema, a narradora chega finalmente ao âmago da história, mostrando que os seus julgamentos não são idiossincráticos («e como estes muitos mais»), ao mesmo tempo que dá sinais da sua honestidade e procura a empatia do interlocutor («e depois não é nada»), atenuando assim as potenciais implicações negativas em termos de auto-imagem da acusação que a seguir faz.

²⁹ Importa referir que a atenção na análise das narrativas recaí sobre as avaliações, explicações e julgamentos que vão acompanhando o narrar dos acontecimentos ou das acções que contrariam as expectativas e objectivos do narrador (Pollany 1985).

Se não estivéssemos já habituados a este tipo de histórias ficaríamos sem perceber qual a relação entre a presença no bairro da «rapaziada nova que anda na droga», o facto do vizinho não ir trabalhar e a avaliação negativa pessoal e ao mesmo tempo mais geral e estereotipada que a falante faz dos acontecimentos: «e quem diz estes muitos mais...roubam, roubam tudo aos pais, quer dinheiro para droga não o tem». A explicação-condenação (Windish 1982) que a senhora dá para essa acção negativa — roubam porque não tem dinheiro para a droga, e não tem dinheiro para a droga porque não trabalham- como pode inferir o ouvinte a partir do que foi dito antes- mostra que o âmago da história é atribuir os comportamentos negativos deles (e não só os do vizinho) — não trabalhar, andar atrás dos outros, e suas alegadas consequências — roubar — a presumíveis características negativas pessoais da «rapaziada nova que anda na droga» (preguiça, perversidade, desonestidade), que vê como estando inerentemente relacionadas com diferenças negativas e estereotipadas de supostas normas, regras e hábitos de uso de drogas, e assim justificar a acusação que o bairro está mais perigoso por causa deles. Embora nesta história a senhora não estabeleça explicitamente essa relação entre as dimensões que supostamente distinguem os «que andam na droga», logo a seguir, respondendo à pergunta do entrevistador sobre o que se poderá fazer para resolver os problemas referidos, diz o seguinte:

Porque prontos, eles, eles, eles querem dinheiro não o têm, e depois aquilo é começar, eles começam por fumar, acho que é. Os drogados passam de cigarro a cigarro, de uns prós outros e depois o vício começa aí... e eles depois, quando a droga é ligeira eles ainda vão controlando, mas depois mais tarde, mais tarde começa a vir a droga mais pesada um bocado e aí eles começam a vida deles.

Na opinião da narradora o vício, que vê como sendo uma característica pessoal de todos os indivíduos consumidores, não justifica — atenuando a culpa — o roubo, como acontece num certo tipo de discurso que define o vício da droga como sendo uma doença, ou manifestação de uma doença. A falante interpreta o vício da droga como um sintoma de preguiça, de uma vontade de não trabalhar, que eles têm e nós não, como mostra o extracto seguinte em que a falante, através de uma comparação, expressa um contraste entre os alegados objectivos deles e os do grupo dos não consumidores em que a senhora se inscreve, e assim o conflito intergruppal.

porque a vida prontos já estive má prá trabalhar mas agora só não trabalha quem não quer. Porque muitos querem trabalhar e não podem, não é? como o meu marido e eu... a idade... e outros que podem trabalhar não querem. porque não estão habituados, habituam-se a andar na boa vida;... salta aos bancos, salta às lojas, e são habituados nisso, e nunca mais dão nada.

Com esta comparação contraste, torna-se claro que a narradora interpreta e avalia o caso do vizinho jovem que deixou de trabalhar porque foi levado pelos outros para a droga, como representando a situação de todos aqueles que se metem na droga, tanto em termos de acções, como em termos pessoais: eles são todos iguais e fazem todos o mesmo. Neste sentido, a história que conta é apenas a confirmação do estereótipo negativo do rapaz jovem branco que vive em bairros sociais, não trabalha, vive na e da droga e do roubo incluindo à própria família, é viciado, preguiçoso, perverso, e desonesto. E esse preconceito que guia a interpretação enviesada que a narradora faz da presença no bairro da «rapaziada nova que anda na droga» e da acção do vizinho; repare-se que os factos relatados não dão dados suficientes que permitam inferir ou ilustrar a opinião mais geral que são eles que andam a roubar no bairro (e noutros sítios) e assim, indirectamente, de que são eles os culpados da situação no bairro ter piorado. A não ser que se acredite à partida que quem usa drogas faz parte de um grupo diferente (e inferior), que põe em causa a nossa ordem social e normas, como a senhora mostrou através das explicações e avaliações dos acontecimentos e acções que foi dando ao longo da história.

As mesmas acções — não trabalhar, andar atrás dos outros, e mesmo roubar, feitas por indivíduos não classificados como fazendo parte «dos que andam na droga» não seriam com certeza explicadas e avaliadas da mesma maneira. «Não trabalhar» não é necessariamente negativo ou ameaçador para os outros, não se explica só pela falta de vontade, e não está sempre associado à pobreza, ou ao roubo e há muitos tipos de trabalho para além dos convencionais; «andar atrás dos outros» não é necessariamente negativo, nem um comportamento exclusivo dos grupos de consumidores; roubar é sempre avaliado negativamente, mas há um ditado português que diz «a ocasião faz o ladrão» que não parece estender-se aos que são vistos como Outros. Como predomina a visão de que quem usa drogas para alterar os estados de consciência faz parte de um grupo distinto do nosso, em relação ao qual se deve manter distância, os roubos que indivíduos identificados como pertencendo a esse grupo podem cometer são explicados por atributos pessoais negativos que se pensam estar inerentemente relacionados com o uso de drogas proibidas, e que são atribuídos a todos quanto usam essas substâncias: vício ou habituação descontrolada, desrespeito pela lei, falta de vontade ou de capacidades.

A investigação sobre drogas mostra que os contextos do uso de drogas são cruciais para se perceber os comportamento diários dos consumidores. Esses contextos são a situação imediata (e.g. natureza dos espaços de consumo, nível de riqueza), as estruturas sociais, económicas, políticas e culturais que modelam tanto as relações entre os grupos de consumidores e o seu ambiente mais próximo, como a relação desses grupos com a sociedade mais ampla, incluindo contextos artificialmente criados pela

repressão (e.g. preços das substâncias inflacionados, acesso às mesmas dificultado, estigmatização, discriminação no trabalho, na saúde, violência gratuita), e as características pessoais do próprio indivíduo consumidor (Schur 1965; Zinberg 1984, Bakalar e Grinspoon 1984, Bayer 1993). Para jovens rapazes provavelmente com pouca instrução ou nenhuma, sem acesso a recursos sociais válidos (e.g. laborais, profissionais) e que vivem em zonas desfavorecidas em termos sociais e económicos, as práticas desenvolvidas em torno dos opiáceos, em especial da heroína, podem constituir fontes alternativas de identidade, de prestígio, e de sobrevivência económica (Fernandes 1998: 168) em contextos opressivos, consumistas, marcados por profundas desigualdades e pela alienação compulsiva dos consumidores. Implicam ainda cálculos estratégicos e toda uma série de actividades e negociações «para a próxima vez» que nada têm a ver com preguiça ou incapacidade. Nesse sentido constituem um trabalho a tempo inteiro. Quer isto dizer que tanto a narradora como o seu vizinho podem ser vistos como vítimas da pobreza, do desemprego e da decadência urbana. Mas a visão que a narradora tem do mundo exclui à partida esse tipo de explicação e de posição ideológica.

O vizinho que foi despedido.

As histórias que os falantes contam nas suas conversas também podem servir para justificar actos discriminatórios dirigidos a indivíduos identificados como fazendo parte dos grupo de consumidores. E o caso da história que se segue, desenvolvida em vários momentos da entrevista (como é típico da narrativa conversacional) e da qual retiramos esta passagem.

(Mulher, 45 anos, antigo 7.º ano, bancária)

Vê-se por exemplo que a mãe, que ele não tem pai, que a mãe vive aqui na rua, e se por exemplo, ele trabalhava numa fábrica de calçado e o patrão mandou-o embora porque eu não acredito que uma pessoa que se droga consiga, ah dar conta do recado. Porque para trabalhar é preciso estar ali a cem por cento, eu não estou a dizer até cem por cento, mas é preciso estar lá. Ah ter a responsabilidade daquilo que está a fazer porque no fim tem um ordenado, não é? e se o patrão se apercebe de que ele não dá conta do recado é certo que o manda embora, não é? e ele depois tem de arranjar maneira de comprar droga e a maneira de comprar droga que há é roubando, só assim é que ele consegue.

P – Portanto, nós estamos a falar dos roubos e agora estamos a falar do trabalho, portanto, acha que quando diz isso, que eles normalmente não conciliam a droga com o trabalho é porque os patrões tenham medo de ser assaltados, deixam de confiar ou é porque eles já não têm rendimento?

R – Pelas duas coisas. Por tudo. Porque se droga pode ter mesmo medo de que ele assalte porque ele tem de arranjar maneira de, de dinheiro para a droga. Tem de arranjar dinheiro para a droga. Porque ele...

P – O salário não chega?

R – Precisamente. E pelo rendimento que ele não dá, pelo medo que ele tem de ser roubado, ah por tudo não é? portanto, sei lá, eu não estou... muitas vezes dizem assim, pelo facto de se drogar, não deve ser excluídos da sociedade» e os prejuízos que ele pode, que podem, portanto, pode, pronto, pode acontecer à firma ou pode acontecer ao patrão, a outros empregados, é ter lá uma pessoa que se droga e saber que ele, eh que se droga tem de arranjar dinheiro de alguma maneira e tem que, tem que arranjar uma maneira de sobreviver e como? porque para comprar droga não é muito fácil, e o dinheiro não chega, não é? por isso mesmo é que quando eles quando se apercebem que ele se droga eles mandam-no embora.

No contexto da entrevista a narradora evoca de novo a situação do seu jovem vizinho, com quem diz já ter tido problemas pessoais (roubo) para dar um bom exemplo, e assim uma boa razão, para a opinião de que se os consumidores de droga são discriminados no emprego, a culpa é deles. Nesta passagem da história a senhora conta o que se passou com o vizinho no local de trabalho: foi despedido. Mas, ao contrário do que seria de esperar numa situação normal de conflito laboral entre um jovem e um patrão, numa época onde são poucas as oportunidades de emprego, para jovens pouco instruídos em particular, a falante não expressa qualquer tipo de solidariedade com a vítima. Preocupa-se sim em arranjar argumentos que levem a ouvinte a ver como justa a decisão do patrão do vizinho em concreto, e a de todos os outros patrões que fazem o mesmo em situações idênticas. Uma das estratégias usadas é a formulação de uma série de perguntas retóricas onde a falante explicita as normas e valores laborais aceites pela sociedade dominante que são postos em causa pela mera presença de «alguém que se droga» no local de trabalho, a saber, a produtividade, a responsabilidade e a honestidade. Como é provável que a ouvinte partilhe desses valores torna-se mais fácil que avalie o acto do patrão positivamente, e aceite assim as opiniões da falante. Note-se que há uma transição gradual que parte da avaliação negativa da diferença («eu não acredito que uma pessoa que se droga consiga dar conta do recado»), o que implica a opinião estereotipada negativa de que eles não são como nós, sendo mesmo inferiores em termos de capacidade pessoais de trabalho, para a avaliação de uma ameaça sócio-económica («e os prejuízos que ele pode, que podem portanto, pode, pronto acontecer à firma ou pode acontecer ao patrão, aos outros empregados); ao mesmo tempo que se constrói um raciocínio explicativo circular, assumindo-se que as características pessoais dos indivíduos consumidores não variam de indivíduo para indivíduo.

Confrontada com as perguntas da entrevistadora que, ao tentar re-estabelecer a sequência da conversa, põe subtilmente em causa as associações

de ideias expressas no discurso da entrevistada, a falante defende a sua posição repetindo argumentos na forma de uma pergunta retórica que visa a empatia, e com uma estratégia típica do discurso discriminatório que é a negação aparente (van Dijk 1992): «portanto, sei lá, eu não estou... muitas vezes dizem assim, pelo facto de se drogar, não devem ser excluídos da sociedade, e os prejuízos...». Despedir alguém com base na sua alegada pertença a grupos de práticas de uso de drogas ilegais é claramente um acto discriminatório que põe em causa um valor da nossa sociedade que diz que todas as pessoas são iguais perante a lei. Consciente dessa norma, a falante recorre aos argumentos estereotipados e negativos da falta de produtividade e do perigo económico para legitimar a acção negativa do patrão e, ao mesmo tempo, salvar a face perante o ouvinte: não é porque ele faz uso de drogas que o seu despedimento é justo ou inevitável, mas porque o seu uso de drogas põe em causa valores da produtividade, da responsabilidade e da honestidade que estão em geral associados ao trabalho, e que podem ser assumidos como sendo partilhados pela ouvinte. A seguir ao «e» encontramos uma explicação da reacção negativa do patrão que serve para a desculpabilizar- atribuindo a culpa à vítima, ao mesmo tempo que funciona como uma rejeição argumentativa das acusações de preconceito e de discriminação: ao contrário do que muitas vezes dizem, eles são os culpados pela situação de exclusão em que se encontram; os argumentos da dependência, implícitos na expressão categórica usada pela falante («saber que ele que se droga tem de arranjar dinheiro de alguma maneira) e das dificuldades do acesso à droga («para comprar droga não é muito fácil e o dinheiro não chega») servem neste caso para atenuar a culpa do patrão e não a culpa do consumidor, ao contrário do que acontece num certo tipo discurso sobre o assunto: os patrões não têm culpa que a droga esteja cara e que eles tenham de roubar no emprego para satisfazer o vício. Torna-se assim claro quem, na opinião da senhora, é o culpado e a vítima neste conflito, e em todos os outros do mesmo tipo. Note-se a interacção complexa entre opiniões concretas sobre o acontecimento narrado e o vizinho, e preconceitos gerais, visível nas passagens dos pronomes pessoais singulares e díficos para genéricos ou plural.

Mais à frente na entrevista, a falante defende claramente a posição que o vício não atenua a culpa, nem a responsabilidade dos consumidores, depois de ter expressa a opinião que eles «se tornam violentos com a droga» porque «a droga põe-nos fora de si».

Eles não são eles. A droga é ali é que está a actuar, não são eles. Eles não estão a actuar pela cabeça deles. Eles, eh, pronto, eles estão inconscientes, não sabem o que fazem e depois muitas vezes eles estão presos e «coitadinho ele droga-se, como é que vamos agir e castigá-lo se ele se droga, se ele não sabia o que fazia». Então toda a gente se droga e mete nas maiores maluqueiras só porque está inconsciente não é?

P – Portanto, o facto de estar fora de si não significa que esteja inocente?

R – Precisamente, hum, hum.

Embora a senhora seja adepta das opiniões dominantes estereotipadas negativas e falaciosas que «toda a juventude que começa por se drogar acaba por se viciar» e «querer sempre mais» e que «droga é droga porque não há maneira de se sair dela», não tira daí a ilação que, por isso, os consumidores não podem ser vistos como responsáveis pelos actos negativos que cometem por causa do vício, ou sob o efeito das drogas. Diz a senhora a propósito do vizinho, mais à frente na entrevista:

Que vida melhor quer ele senão roubar e assaltar e ter dinheiro para a droga, ser preso meia dúzia de meses e volta outra vez cá para fora. Ele e montes deles... assim a vida é muito mais fácil para eles. Não fazendo nada, não trabalham. Têm dinheiro fácil.

Mais uma vez a acção deles, ilustrada e provada pelo exemplo do vizinho, é atribuída não a factores externos ao indivíduo, mas a características pessoais negativas (irresponsabilidade, oportunismo, preguiça, desonestidade) que se assumem comuns a todos quantos consomem. Se eles roubam para satisfazer o vício é porque querem ter uma vida fácil e não porque sejam forçados a isso por circunstâncias que lhes são alheias. As generalizações abusivas e acusações não fundamentadas que a senhora faz a propósito do vizinho provavelmente não ocorreriam se estivesse em causa um representante de um grupo de quem a senhora se sentisse psicologicamente próximo, ou aceitasse como ponto de referência válido. Peguemos no exemplo do bancário, já que o grupo profissional em que se inscreve a narradora é esse: se um (ou mais) bancário é desonesto no seu trabalho de caixa, ou se mostra uma grande incapacidade de trabalho, nenhum bancário com base nesse exemplo se atreve a fazer generalizações do tipo «todos os bancários são desonestos e incapazes» e por isso é justo que todos sejam postos fora do mercado do trabalho. Também seria pouco crível que essa desonestidade e incapacidade fossem vistas como estando inerentemente ligadas à identidade profissional do grupo, porque ao fazê-lo estariam a pôr em causa o próprio grupo, os seus interesses. Isto significa que a hostilidade e rejeição que a falante mostra face ao vizinho é menos por razões pessoais do que pelo facto da narradora o identificar como fazendo parte de um grupo de que não se sente parte, se quer diferenciar e vê como inferior. Na base do tratamento discriminatório que reclama para eles, está implícito um julgamento básico de desigualdade entre consumidores e não consumidores.

No extracto que se segue, em que a falante ainda evoca o caso do vizinho, faz-se uso de uma comparação contrastiva (van Dijk 1984: 96)

para enfatizar as diferenças entre «nós» (eu e você, nós os honestos, nós que trabalhamos, pagamos impostos, temos família, casa, e liberdade) e «essa malta», ganhando «nós» o papel de vítima, neste caso também das autoridades.

(...) Só que eu sei perfeitamente que isto aconteceu comigo mas aconteceram muitos outros casos com outros, se eu não denunciarei e pelo facto de não ter denunciado e pelo facto que mencionei havia muitos que o fizeram, e só que ele cometeu tantas, entre roubos de carros, de lojas e de tudo e esteve preso; só condeno o governo aí, esteve preso meio ano e só porque eles não podem estar presos mais de um x tempo, e a condenação que ele teve qual foi, condenaram-no a quê? a roubos? está outra vez cá fora a fazer a mesma coisa. Eu condeno o governo sim porque nós estamos a trabalhar, temos filhos em casa e anda essa malta a assaltar apartamentos, nunca podemos ter os filhos em casa sossegados, estamos sempre em sobressalto porque anda essa malta que lá dentro o governo, aí sim, tinha de os pôr presos. Se eles não têm meios de os, meios de os terem lá, ah, há tantas prisões que não têm trabalhos pesados para eles fazerem lá dentro e não os deixarem vir cá para fora. Porque eles estão lá meia dúzia de meses e vêm cá para fora fazer a mesma coisa. Não acredito que eles já se recuperaram, que ele não faça mais roubos, porque ele está a fazer a mesma coisa precisamente. Precisamente a mesma coisa.

Nas nossas entrevistas, o uso deste tipo de contraste que aponta para o que se vê como sendo um tratamento por parte das autoridades favorável aos consumidores e negligente face a «nós», é frequente. Na passagem acima o uso desse contraste funciona para dar razões para a condenação do governo, ao mesmo tempo que face à ouvinte se procura atenuar essa condenação recorrendo-se a generalizações e a negações que invocam possíveis contra-argumentos e que simultaneamente os invalidam. Este ressentimento é baseado num conjunto de opiniões preconceituadas tais como «Eles não se recuperaram», ou seja, «eles não se adaptam às nossas regras e valores, «eles são criminosos», «eles não trabalham». A auto-vitimização, neste caso, nós, pessoas vulgares vítimas das elites, excluídas das suas preocupações (Ackermann 1983: 88), tem como consequência tornar mais aceitável a opinião que o conflito entre nós e a «malta que anda na droga» é insolúvel. Na opinião da senhora só mais repressão parece poder resolver o conflito.³⁰

³⁰ Embora a condenação mais pesada seja pedida nas entrevistas para os traficantes, definidos como os «piores bandidos», «grandes senhores do dinheiro», que «vendem e não consomem», ou, no caso de serem ciganos como «traficantes de segunda», nem por isso se atenuam as reivindicações a um maior controle dos consumidores: por parte dos grupos menos instruídos é quase consensual a exigência de mais polícia, mais prisões, mais duras as

Os vizinhos que «se metem».

(Mulher, mais de 60 anos, secundário)

(...) Eu conheço um casal já aqui em cima, conheço, conheço de vista, mas também toda a gente por aqui nas redondezas sabe, é já um casal mais ou menos com a minha idade, com os filhos já praticamente criados... por isso é que eu digo uma desgraça chega num instante, tem três filhos todos metidos na droga...quando os pais se aperceberam já foi muito tarde...só quando começaram a faltar as coisas em casa, dinheiro, tudo...porque aquilo acho que é um desespero...eles têm que se drogar de qualquer maneira.. três filhos sei lá um deve ter levado os outros, não sei, toda a gente viu o martírio que passou aquela família... imagine o que é ter que os meter... todos... três filhos...é quase impensável, estiveram vezes sem conta a fazer desintoxicações, quanto dinheiro não gastaram em centros de recuperação...o pior é que chegavam cá fora e passado algum tempo, voltava tudo ao mesmo, e que não era só um, nenhum deles se recuperou de vez... também se calhar ainda é pior, não tinham muito apoio, basta um não ter muita força que arrasta logo os outros atrás.

P – E nunca recuperaram e pelo que me contou foram pessoas que tiveram todo o apoio da família.

R – Eu também já há muito que não ouço falar deles, a última vez que soube alguma coisa ouvi dizer que um deles estava para Lisboa, a mãe dizia que era para fazer um tratamento, mais um, mas nós aqui não acreditávamos muito, ele sempre que cá vinha trazia ainda pior aspecto...aquilo devia andar lá por Lisboa onde há mais droga, sei lá, é que lá já ninguém repara...eles são todos iguais, aqui toda a gente fala...foi uma vergonha para aquela família, agora eles andam à vontade.

Esta história, no contexto da conversa, serve como exemplo para justificar a opinião da falante de que «os consumidores ricos dão cabo da fortuna dos pais». Foi seleccionada por ser claramente preconceituada e por nela se argumentar persuasivamente a favor de várias opiniões nega-

penas; encontramos também expressa, embora ainda com pouco relevância, a opinião que as autoridades favorecem injustamente os toxicodependentes em matéria de apoio à saúde em detrimento de quem realmente precisa. Este tipo de ressentimentos introduzem no conflito intergrupai uma dimensão de competição por recursos escassos tal como o acesso à saúde. Note-se que as entrevistas foram realizadas no momento em que nos *media* se fazia circular as notícias do aumento da prescrição de metadona, das modificações introduzidas no Casal Ventoso em termos de serviços de apoio social e médico, e da eventualidade de introduzir a heroína sob a forma de prescrição médica em casos extremos. No mesmo momento encontramos formulado na imprensa de qualidade protestos e opiniões sobre os perigos de uma discriminação positiva face aos consumidores («O crime pode compensar?» *Expresso*, 1 de Maio de 1999, pp. 13). Por parte dos grupos com instrução secundária e superior as opiniões são mais divergentes, embora não saiam do discurso de mais Estado, mais família, mais escola, mais sociedade, mais recuperação. Apenas uma senhora de meia idade e com formação superior expressa a opinião que a repressão agrava os problemas.

tivas estereotipadas desenvolvidas em torno de alegadas características pessoais e físicas que se assumem estar inerentemente ligadas à diferença fundamental de natureza cultural, que é o uso de droga: «eles têm que se drogar de qualquer maneira», que implica a opinião de que «eles não têm auto-controlo»; «eles arrastam-se uns aos outros», ou seja, «eles não têm força de vontade, eles contaminam»; «eles roubam os pais», ou seja, «eles são desonestos»; «eles têm mau aspecto», e «eles são todos iguais». Note-se que a diferença «uso de droga» tende mais uma vez a ser exagerada e polarizada, tomando-se como sendo típico do outro grupo como um todo o comportamento do «volta sempre». É a figura do «volta sempre» que leva a senhora a lamentar implicitamente todo o dinheiro que os pais do vizinho gastaram em centros de recuperação. Na base dessa posição estão julgamentos de superioridade já que se assume que «quem se mete» deixa de ter direito aos cuidados da família. Na ideologia dominante da família nas culturas ocidentais, a dependência ou a doença implica a probabilidade da oferta de apoio que é percebido como uma combinação de afecto e obrigação. O custo dos cuidados prestados pela família sejam financeiros, práticos ou emocionais, é algo que não deve ser quantificado (Hockey e James 1993: 127). Só que «o volta sempre» não é visto como sendo um doente de verdade, igual ao «doente crónico normal» e, por isso, os custos envolvidos na sua recuperação podem servir para justificar que ele seja tratado como um elemento da família de segunda. O extracto que a seguir apresentamos, retirado de outra entrevista, mostra como as narrativas que se contam sobre «o volta sempre» podem servir também para se fazerem recomendações sobre a melhor maneira da família lidar com eles.

(Homem, mais de 50 anos, juiz)

(...) quem tiver conhecimento de famílias com drogados sabe o verdadeiro inferno que vivem essas famílias...desde os irmãos, primos, é um verdadeiro inferno, eles arrastam toda a gente, aquilo é uma doença global e chega a uma altura que a pessoa tem de por termo aquilo, não queres entrar no caminho, porque há pessoas que gastam verdadeiras fortunas com curas, na tentativas de curas e já não resulta, se queres anda nessa vida, pronto, deixa-te andar, acaba com ele. Porque eu ouvi comentários de pais que preferiam ver os seus filhos mortos do que naquela vida porque já não há solução prá eles, não pode arrastar toda uma família com eles. Se já não há bóia, a âncora que mergulhe sozinha, que não nos arraste, não é?

Colocar os indivíduos fora da protecção da família é pô-los fora da família humana, é desumanizá-los, é tornar o actor num objecto. Nas nossas entrevistas «àqueles que andam na droga» não é dado um lugar na família, ou, quando isso acontece, é no papel de inimigo.

Conclusão

A análise de algumas das histórias narradas nas nossas entrevistas e das fontes de informação e de opinião sobre consumidores referenciadas pelos falantes permite concluir que na fala sobre consumidores é permitido dizer tudo, desde que seja negativo. São negativas as suas alegadas diferenças pessoais; é negativa a sua alegada vida familiar e posição sócio-económica, o seu aspecto físico, a sua existência, as nossas relações com eles. Essas diferenças negativas estereotipadas são construídas como fonte de ameaças para as nossas normas e valores: para a propriedade privada pessoal, para a propriedade produtiva da sociedade, para o trabalho, a segurança, a juventude, a família, o respeito pela lei, a liberdade individual, a autonomia e a auto-contenção. Isto significa que se representam os indivíduos que usam drogas ilegais como fazendo parte de um grupo que não é o nosso, que é diferente de nós, e com o qual temos relações conflituosas. Na construção desse conflito são sobretudo sublinhados os perigos que a sua presença e o seu número crescente colocam aos nossos interesses sócio-económicos e sócio-culturais. Na base do conflito estão sentimentos de superioridade dissimulados que levam à desumanização e desindividuação dos consumidores necessárias à manutenção dos privilégios e do poder dos que se apresentam como sendo as suas vítimas. Vimos também que a narração de episódios verídicos é uma estratégia discursiva essencial na (re)produção da distinção e da exclusão dos consumidores enquanto grupo da sociedade dominante. O retrato que aí se oferece do jovem branco, fisicamente degenerado, sem trabalho e sem família, que vive na e da rua e do roubo, escravo da heroína, sem força de vontade, preguiçoso, desonesto, irresponsável, e agressivo é um argumento central na justificação do tratamento discriminatório que é dado aos indivíduos identificados como sendo membros do grupo dos que se drogam. E assim na manutenção dos sentimentos de superioridade que derivam da mera identificação com o grupo dos que não se drogam, e com a ideologia anti-droga que sustenta essa identificação.

REFERÊNCIAS

- ACKERMANN, W.; DULONG, R.; JEUDY, H-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- AGRA, C. da e FERNANDES, L. (1993) «Dispositivos da droga. A experiência portuguesa» in Agra, C. da e Fernandes, L., *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Radicário. pp. 29-53.
- ANTAKI, C. (1994) *Explaining and arguing. The social organization of accounts*. Sage: London.
- ALBEE, G. (1988) «Towards a just society: lessons from observations on the primary prevention of psychopathology» in G. Albee, Jaffe J. e Dusemburg, L. (eds), *Prevention, powerlessness and politics. Readings on social change*. London: Sage. pp. 540-556.
- BAKALAR, J. e GRINSPOON, L. (1984) «The meanings of addiction and dependence» in James Bakalar e Lester Grinspoon, *Drug control in a free society*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. pp. 35-67.
- BANGE, P. (1987) «A propos de la structure de l'interaction: la reciprocité des motivations» in B. Conein, Michel de Fornel e Louís Queré (eds.), *Les formes de la conversation*. Paris: Enet. pp. 51-68.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. (1998) *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. (16.ª ed.). Petropólis: Editora Vozes.
- BEN-YUDA, N. e GOODE, E. (1994) *Moral panics. The social construction of deviance*. Oxford: Blackwell.
- BRISLIN, R. (1986) «Prejudice and intergroup communication» in Gudykunst, B. (ed.), *Intergroup communication*. London: Edward Arnold Publishers. pp-74-86.
- CLINARD, M. B. e MEIER, R. (1992) «Drug use and addiction» in Clinard, M. B. e Meier, R., *Sociology of deviant behavior*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich College Pub. Cap. 8.
- CLOYD, J. (1985) *Drogas y control de informacion. El rol del hombre en la manipulacion y el control del tráfico de drogas*. Buenos Aires: Ed. Tres Tiempos.
- COELHO, M. Z. (1998) «Campanhas anti-droga e moralização do jovem criminoso», *Revista do Ministério Público*, n.º 75: 101-114.
- COHEN, S. (1982) *Folk devils and moral panics* (2.ª ed.rev.). Oxford: Robertson.
- CONRAD, P. e Schneider, J. W. (1992) *Deviance and medicalization. From badness to sickness*. (2.ª ed. rev.). Philadelphia: Temple Univ. Press.
- DAVIES, J. B. (1992) *The myth of addiction. An application of the psychological theory of attribution to illicit drug use*. Glasgow: Harwood Ac. Pub.
- DYER, R. (1993) *The matter of images. Essays on representations*. London: Routledge.
- DUMONT, M. (1977) «The politics of drugs» in Rock, P. (ed.), *Drugs and politics*. New Jersey: Transaction Books. pp. 251-260.
- DUSTER, T. (1970) *The legislation of morality: law, drugs, and moral judgment*. New York: Free Press.
- EDELMAN, M. (1977) *The political language: words that succeed and policies that fail*. New York: Academica Press.
- ELIAS, N., e SCOTSON, J. L. (1994) *The established and the outsiders* (2.ª ed.) London: Sage.
- FABRE, G. (1993) «Conflits d'imaginaires en temps d'epidemie», *Communications, Peurs*, n.º 57: 43-71.

- FERNANDES, L. (1995) «O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos», *Toxicodependências*, n.º 2: 22-29.
- FERNANDES, Luís (1999) *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Notícias Editorial.
- FAIRCLOUGH, N. e WODAK, R. (1997) «Critical discourse analysis» in T.A. van Dijk (ed.), *Discourse as social interaction. Discourse studies: a multidisciplinary introduction* (vol. 2). London: Sage. pp. 258-285.
- FORT, J. (1971) «Marijuana, drugs, trivia and the new barbarians» in Clinton Brown e Charles Savage (eds.), *The drug abuse controversy*. Baltimore: Nat. Educ. Cons. pp. 61-69.
- FOUCAULT, M. (1971) *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1976) «Le discours ne doit pas être pris comme...» in Defert, D. e Ewald, F. (dir.), *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. pp. 123-124.
- FOUCAULT, M. (1994) *História da sexualidade: a vontade de saber* (vol. 1) Lisboa: Relógio de Água. pp. 95-133.
- FOWLER, R. (1991) *Language in the news. Discourse and ideology in the press*. London: Routledge.
- FRASER, N. (1989) *Unruly practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Cambridge: Polity Press.
- GEIS, M. (1995) *Speech acts and conversational interaction*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- GOFFMAN, E. (1983) *A representação do eu na vida quotidiana* (2.ª ed.). Petrópolis: Ed. Vozes. (trad. brasileira do original em inglês, *The presentation of self in everyday life* (1959)).
- GONÇALVES e COELHO (1993) «Imprensa e drogas. A toxicodependência no discurso jornalístico», *Cadernos do Noroeste*, vol. 5, n.º 1-2: 225-243.
- GOODE, E. (1993) *Drugs in american society* (4.ª ed.). New York: Mc-Graw-Hill, Inc.
- GOSSOP, M. (1987) «Junkie myths» in J. Gossop, *Living with drugs* (2.ª ed.). London: Wildwod House. pp. 47-60.
- GRINSPON, L. e Bakalar, J. (1995) *Marijuana. La medicina prohibida*. Barcelona: Paidós.
- GUSFIELD, J. R. (1981) *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- GUSFIELD, J. R. (1963) *Symbolic crusade: status politics and the American Temperance Movement*. Urbana: Univ. of Illinois Press.
- HAMILTON, R. (1984) «The role of language in the creation and transmission of social representations» in S. Moscovici e R. Farr (eds) *Social representations*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. pp. 331-359.
- HAMILTON, D.; Gibbons, P.; Stroessner, S.; Sherman, J. (1992) «Stereotypes and language use» in G. R. Semin e K. Fiedler (eds), *Language, interaction and social cognition*. London: Sage. pp: 102-130.
- HARDING, G. (1998) «Pathologising the soul: the construction of a 19th century analysis of opiate addiction» in Coomber, R. (ed.), *The control of drugs and drug users. Reason or reaction?* Amsterdam: Harwood Academic Publishers. pp 1-12.
- HELMER, J. (1975) *Drugs and minority oppression*. New York: Seabury Press.
- HERZFELD, M. (1992) «La pratique des stéréotypes», *L'Homme* 121, Janvier-Mars, XXXII (1): 66-77.

- HEWSTONE, M. (1989) *Causal Attribution: from cognitive processes to collective belief*. Oxford: Blackwell.
- HIMMELSTEIN, J. (1983) *The strange career of marihuana. Politics and ideology of drug control in America*. Westport: Greenwood Press.
- HINDESS, B. (1996) *Discourses of power. From Hobbes to Foucault*. London: Blackwell.
- HOCHEY, J. e JAMES, A. (1993) *Growing up and growing old. Ageing and dependency in the life course*. London: Sage.
- JACOBSON, R. e ZINBERG, N. (1975) *The social basis of drug abuse prevention*. Drug Abuse Council, Inc. sss.:1/75.
- KAPLAN, J. (1970) *Marijuana. The new prohibition*. London: Penguin.
- LART, R. (1998) «Medical power/Knowledge: the treatment and control of drugs and drug users» in Coomber, R. (ed.), *The control of drugs and drug users. Reason or reaction?* Amsterdam: Harwood Academic Publishers. pp 49-68.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986) *L'implicite*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1995) *Les interactions verbales* (2.^a ed., vol. I.). Paris: Armand Colin.
- LAKOFF, R. (1990) *Talking power. The politics of language*. New York: Basic Books.
- LENSON, D. (1995) *On drugs*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MOSCOVICI, S. (1993) «La crainte du contact», *Communications*, Peurs, n.º 57: 35-43.
- MUSTO, D. (1973) *The american Disease: origins of narcotic control*. New Haven: Yale University Press.
- OCHS, E. (1997) «Narrative» in Teun van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process. Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (vol. 1). London: Sage. pp. 185-208.
- PEARSON, G. (1992) «The role of culture in the drug question» in Lader, M. e Griffith, E., *The nature of alcohol and drug related problems*. Oxford: Oxf Univ. Press. pp. 110-130.
- PERRIN, M. (1993) «Anthropos» in Hervieu, J., Debourg, A., Henrion, J., Petit, P., Prique, A. (dir.), *L'esprit des drogues. La dependance hors la loi ?*. Paris: Ed. Autrement. pp 56-67.
- POIARES, Carlos (1993) «A nova lei da droga: em busca de uma postura jurídico-psicossociológica da toxicoddependência». Texto de um Seminário promovido pelo ex-Gabinete do Planejamento e da Coordenação do Combate à Droga.
- POLANY, L. (1985) «Conversational Storytelling» in van Dijk (ed.), *Handbook of Discourse Analysis. Discourse and Dialogue* (vol. 3). London: Academic Press. pp. 183-201.
- QUASTHOFF, U. (1989) «Social prejudice as a resource of power: towards the functional ambivalence of stereotypes» in Ruth Wodak (ed.), *Language, power and ideology*. Amsterdam: Benjamins. pp. 180-196.
- RAPPAPORT, J. (1986) «In praise of paradox» in Seidman, Ed. e Rappaport, J. (eds), *Redefining social problems*. London: Plenum Press. pp: 141-162.
- REEVES, J. e CAMPBELL, R. (1994) *Cracked coverage. Television news, the anti-cocaine crusade, and the Reagan legacy*. London: Duke Univ. Press.
- REINARMAN, C. e LEVINE, H. (1995) «The crack attack: America latest drug scare, 1986-1992» in Joel Best, *Images of issues. Typifying contemporary social problems*. (2.^a ed.). New York: Aldine de Gruyter. pp 123-145.

- RIGGINS, S. H. (1997) (ed.) *The language and politics of exclusion. Others in discourse*. London: Sage.
- ROBERTSON, A., ZINBERG, N. J. (1972) *Drugs and the public*. New York: Ed. Simon and Schuster.
- ROJO, L. e GALLEGRO, J. (1997) «Argumentação e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis» in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho. pp 313-353.
- SCHUR, Ed. (1965) «Drug addiction» in Edwin Schur, *Crime without victims. Deviant behavior and public policy. Abortion, homosexuality and drug addiction*. New Jersey: Prentice Hall. pp 120-170.
- STEPHENS, R. (1991) *The street addict role*. New York: State University of New York.
- TAJFEL, H. (1981) «Social stereotypes and social groups» in J. C. Turner e H. Giles (eds), *Intergroup behaviour*. Oxford: Blackwell. pp 144-167.
- TAJFEL, H. e TURNER, J. (1986) «The social identity theory of intergroup behavior» in S. Worchel e W. Austin (eds), *Psychology of intergroup relations* (2.^a ed). Chicago: Nelson-Hall. pp. 7-24.
- VALENTIM, A. (1997) «A construção social do problema-droga em Portugal: alguns dados sobre a evolução recente», *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 25: 81-102.
- VAN DIJK, T. A. (1987) *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. London: Sage.
- VAN DIJK, T. (1992) «Discourse and the denial of racism» in *Discourse & Society*, vol. 3(1): 87-118.
- VAN DIJK, T. (1993) «Stories and racism» in Denis Mumby (ed.), *Narrative and social control*. Sage: London. pp. 121-143.
- VAN DIJK, T.A. (1997) «Discourse as Interaction in Society» in T.A. van Dijk (ed.), *Discourse as Social Interaction. Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (Vol. 2). London: Sage. pp 1-37.
- VAN DIJK, T. A. (1998) *Ideology. A multidisciplinary approach*. London: Sage.
- VAN LEEUVEN, T. (1997) «A representação dos actores sociais» in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva socio-política e funcional*. Lisboa: Caminho. pp. 169-222.
- WINDISCH, U. (1982) «L'explication causale dans la vie quotidienne» in U. Windisch, *Pensée sociale. Language en usage et logiques autres*. Lausanne: Ed. L'Âge de L'Homme. pp. 23-41.
- YOUNG, J. (1971) «The social reaction against drug takers» in Jock Young, *The drug takers. The social meaning of drug abuse*. London: Paladin. pp 94-123.
- ZINBERG, N. J. (1984) *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. New Haven.: Yale Univ. Press.

REFLEXÕES E LEITURAS

A ARTE DE ESCREVER RELAÇÕES NO CIBERESPAÇO

HELENA GONÇALVES *
PAULO XAVIER **

RESUMO

A revolução tecnológica crescente arrasta consigo uma profunda revolução para o homem e para a sua cultura. É consensual entre os informáticos a importância da representação, da simulação, da comunicação, no desenho dos programas que concebem, cuja capacidade interactiva está para além das relações numéricas das ciências da computação. Os dispositivos de simulação são cada vez mais frequentes e sofisticados, com expressivo papel na vida pessoal dos seus utilizadores e, consequentemente, nas relações interpessoais e sociais. Compreender a especificidade deste meio de comunicação é o nosso propósito neste artigo.

Viajar: a arte de nascer noutro lugar

Sonhar sempre fez parte da aventura humana. Quebrar os limites da imediatez e partir, construindo contextos favoráveis à realização vivencial, faz parte do nosso quotidiano. A música, o cinema, a literatura testemunham-no à saciedade. Planear, avançando cenários conformes ao desenvolvimento favorável de projectos, é a arte de gerir, fazendo acontecer o que antes se antevê em sonho. O sonho é «uma constante da vida», a reclamar espaços de emergência de um virtual viver, onde a possibilidade de recriar

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: hgoncalves@ics.uminh.pt

** Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: pxavier@ics.uminh.pt

a nossa relação com o mundo se efectiva, ensaiando e testando condições do seu sucesso ou insucesso. Encarado deste ângulo, o sonho constitui uma espécie de recarga de baterias, capaz de alimentar os desafios dos percursos vivenciais, onde sobra rotina e falta criatividade. Um exercício solitário, mas solidário, um exercício de liberdade. Espaço-tempo de interioridade, de confronto e reconciliação com a nossa identidade em busca de realizações. É a travessia da ponte, sentindo as margens.

O desenvolvimento tecnológico gerou novos contextos e abriu caminhos diferentes à actividade onírica. No seu desejo de evasão, na incessante procura da superação dos limites, o homem conta agora com a possibilidade de recriar a sua relação com o mundo físico, liberto de fronteiras e distâncias, protagonizando estórias cuja acção, personagens, espaço e tempo subvertem a conhecida ordem de interacção, originando relações fascinantes e inquietantes que não deixam de surpreender. Ted Nelson, um sonhador a quem se deve a invenção do conceito de *hipertexto* concebido como rede da comunicação à escala planetária, concebeu um projecto que visionava como reencontro com um paraíso perdido, em sonho revelado a um poeta.

A nossa reflexão constitui um encontro expectante com este novo plano da comunicação, onde se escrevem relações nesse eterno jogo do dar e receber, do procurar e responder, da ideal solidariedade feita de diferenças e aceitações, do eu e do outro, num plano onde a ausência dos habituais constrangimentos da interacção possibilitam outras formas e oportunidades de revelação. O que nos ocupa é o funcionamento das salas de conversação, as regras que regem as trocas relacionais entre os frequentadores destes espaços e, sobretudo, a forma como as pessoas usam este meio de comunicação e, nesse convívio, como se altera a sua mente e os seus afectos.

Trata-se de ensaiar uma leitura de alguns estilos de utilização das salas de conversação, numa atitude compreensiva de motivações dos seus frequentadores e, ao mesmo tempo, de indagação deste acto de comunicação, deste sonho acordado em comum, onde se constrói uma realidade destinada a ser partilhada pelo outro.

Sempre, sempre com um pé em cada um dos mundos

No ecrã do meu computador nada mais do que um conjunto de ícones. Os meus documentos, as pastas por onde os distribuo e pouco mais. O meu olhar pousa sobre aquele ícone especial: o ICQ¹. «Quem estará 'ligado' neste

¹ ICQ lê-se «*I seek-you*». Trata-se de um programa informático que permite a ligação via internet a um conjunto de servidores onde estão registados milhões de utilizadores de todo o mundo. O programa permite aos utilizadores constituir uma lista de contactos, dá

momento?» — pergunto-me. Não resisto a fazer um duplo clique sobre ele. Espero a abertura desta «janelinha» que me liga ao mundo inteiro. Introduzo a palavra-passe e surge-me a lista dos meus ‘amigos da *internet*’ mas não vejo ninguém *online*. aguardo um pouco mais porque o servidor nem sempre é expedito e finalmente aparece uma mensagem a piscar. Quem a enviou está *offline* neste instante mas, há poucas horas, esteve aqui no ciberespaço e pensou em mim. Leio a mensagem e esboço um sorriso. É um amigo que estranhou o meu silêncio de quase uma semana e o diz de forma que não dispensa uma resposta imediata. Que pena ele não estar ligado! Gostava tanto de lhe contar o que se passou nestes dias! Contudo, quero fazê-lo *online* porque quero receber as suas reacções imediatas. Agora deixo-lhe apenas uma mensagem a dizer que estou bem e que tenho novidades que lhe agradarão. Este amigo é de Viana do Castelo. Não é longe mas nunca pensámos encontrar-nos, sequer para beber um café. Um dia acontecerá, certamente.

O meu olhar afasta-se do ecrã e sai janela fora levando consigo o pensamento. Imagino esse encontro e experimento alguma dificuldade em construir o meu amigo no cenário familiar de Viana. Como será ele fisicamente? Sei a idade (que ele me disse) sei o sexo (que ele me disse também), sei qual a sua ocupação (já muito conversada entre nós) mas não sei nada da sua aparência. Será gordo? Magro? Branco? Negro? Sorridente ou contido? Posso tentar inferir a partir do que conheço da sua prosa escrita. Posso atribuir-lhe uma personalidade e, a envolvê-la, um determinado tipo de corpo, rosto e gestualidade. À medida que vários retratos vão surgindo, tomo consciência das categorias que organizam o meu conhecimento e a minha percepção do mundo social. Surpreendo-me com as diferenças entre a vivência relacional quotidiana e a forma como construímos as relações no ciberespaço. Aprendi a entender as relações interpessoais como uma forma de conhecer os seres humanos e descubro que na *internet* me projecto de forma activa e consciente e que entro em contacto com os meus próprios sistemas de referência.

Um espaço virtual povoado de pessoas virtuais

Na ausência dos meus amigos decido visitar uma sala de conversação. Escolho a sala #Portugal que é sempre a mais concorrida. Reparo que estão 97 pessoas ligadas à sala nesse preciso instante e fico indeciso entre

informação sobre quem está ligado num dado momento e permite a comunicação por mensagens escritas bem como a conversação por conferência escrita em tempo real (*Chat*), a transferência de ficheiros e o envio de entereços de páginas *www*.

abordar alguém em privado ou lançar um cumprimento público para a janela comum. Digo «Olá a todos!». Recebo duas respostas. Uma de um dos anfitriões da sala e outra, em privado, de alguém com a alcunha «TREVO». Respondo também em privado, elogiando a escolha da alcunha. O TREVO pergunta-me «a/s/l?»² e eu hesito em responder honestamente. Desconheço totalmente aquela pessoa. Não sei sequer se é uma pessoa interessante. Não sei se essa pessoa me vai responder honestamente quando eu lhe fizer a mesma pergunta. Posso responder à questão sem muito mais (e não me estarei a expor demasiado) ou então inventar uma personagem e representá-la (quem sabe projectando-me muito mais). Decido brincar e dizer que não tenho existência física. «Sou um programa informático concebido para conversar com pessoas na *internet*»³. Não tenho idade, sexo ou localização». A minha resposta deixa o TREVO furioso. «Diz lá!» — reclama. Tento conversar sobre a real necessidade que temos de categorizar as pessoas que conhecemos na *net* e descubro que aquela pessoa teria ficado muito mais tranquila se eu tivesse inventado uma personagem fácil de categorizar. Invento então uma personagem para lhe fazer a vontade e descubro que o TREVO já tinha expectativas a meu respeito. A minha alcunha CHOCOLATE sugeria-lhe que talvez fosse do sexo feminino e, na sua perspectiva, a forma como evitei identificar-me confirmava essa mesma hipótese. TREVO pensava que eu era uma rapariga e ficou surpreendido quando lhe disse que era um rapaz de 18 anos. E eu? Teria eu expectativas acerca da identidade de TREVO? Claro que sim. Mas como poderia eu vir a saber a verdade?

Num meio de comunicação onde esta se efectiva quase exclusivamente através da linguagem verbal escrita, a percepção e a categorização constroem-se partindo de menos informação. Para regular a sua interacção, as pessoas precisam de categorizar os demais, mas aqui, no ciberespaço, para categorizar é preciso procurar activamente a informação. Não é como no mundo físico, onde tão frequentemente basta olhar para ter certezas.

Mesmo assim o engano é fácil. As pessoas acreditam mais no que lêem nos olhos dos outros do que nas suas palavras escritas. Não é de admirar, pois essa capacidade de ler no olhar, nas expressões, nos gestos, na ento-

² Abreviação para a pergunta «age? sex? location?». Esta é uma das primeiras perguntas (senão mesmo a primeira) que mais frequentemente dão início ao contacto entre dois estranhos nas salas de conversação. É simultaneamente uma busca de informação com vista à categorização e um ponto de partida para uma conversa. Trata-se de um bom exemplo das normas interaccionais específicas deste meio de comunicação.

³ *SofitBots* são programas informáticos também designados de agentes autónomos que são concebidos para desempenhar autonomamente funções diversas. Uma das funções mais conhecidas é a simulação de um interlocutor humano em conversação.

ção da voz, é aperfeiçoada todos os dias desde que nascemos. Confiar na palavra escrita poderá parecer irrazoável, embora as pessoas aprendam a confiar em intuições que, por vezes, nem conseguem exprimir.

Em qualquer processo de comunicação ocorre simultaneamente transmissão de informação e definição da relação entre os interlocutores. A informação é, por si só, percebida como mais ou menos credível, de acordo com princípios de verosimilhança⁴, e é transmitida verbalmente. Contudo, é na relação que residem os aspectos menos conscientes e talvez mais poderosos da atribuição de verdade ao dito pelo interlocutor virtual e é na definição dessa relação, no dizer, alvo de negociação constante, que intervêm simultaneamente as formas verbais e as formas não-verbais de comunicação.

É um erro desvalorizar o peso da comunicação não-verbal na conferência mediada por computador.

Os *emotes*, ou a expressão facial na ponta dos dedos

Poderei eu inferir a expressividade de alguém através dos *emotes*⁵ que digita? As gargalhadas virtuais :-))))) , ou o piscar de olho ;-)) correspondem efectivamente à expressão real de uma pessoa nesse momento exacto? Talvez não, mas essa não parece ser uma preocupação dominante para as pessoas que se encontram e conferenciam na *internet*. A expressividade por *emotes* é sempre produzida de forma intencional, o que nem sempre sucede com as expressões observáveis no nosso rosto. Não podemos, no entanto, afirmar que aquelas expressões são falsas ou enganadoras. Elas podem traduzir emoções reais sentidas pelo emissor.

Recordo-me das vezes que me surpreendi a sorrir para o ecrã e das não muito menos vezes que soltei, com gosto, sonoras gargalhadas, sozinho no meu escritório. Recordo-me de como procuro mostrar o meu contentamento ao meu interlocutor através de um «hahahahaha» ou de um :-))))) , ainda que os mais sintéticos resumam tudo num «lol» (*lots of laughs*).

Contudo é importante distinguir a utilização de um «lol» e a utilização de um :-))))) ou de um «hahahahaha»: um «lol» não discrimina a quantidade de gargalhadas. A adição de))) não é arbitrária. É realmente expressiva, assim como o são todas as escolhas de *emotes* que, nesta medida, transmitem acerca do seu emissor informação que vai para além das

⁴ Porque será que o TREVO não acreditou que eu era um *SoftBot*, se afinal eles existem?

⁵ *Emote* é a designação da língua inglesa para os símbolos compostos a partir de outros do teclado e que pretendem traduzir expressões faciais de emoção. Os símbolos mais usados são :-)) que expressa alegria ou satisfação e o :-((que expressa tristeza.

expressões faciais reais. Desempenham um papel fundamental na definição da relação e na decodificação dos conteúdos verbais da comunicação.

Onde os silêncios podem mesmo ser ausências

A meio de uma conversa difícil deixo de obter resposta. Interrogo-me: «o que terei dito de errado? terei ofendido o meu interlocutor? deixei-o a pensar? está a escrever uma resposta longa e ainda não terminou? ou simplesmente a conexão falhou e perdemos o contacto?». Pergunto-lhe se me está a «ler». Tenho esperança de que me diga que sim. Na ausência de resposta, aguardo que se volte a estabelecer conexão. Passados poucos minutos, recebo um pedido de desculpas e a explicação de que a interrupção foi causada por um telefonema. Peço-lhe então que me avise sempre que ocorram interrupções causadas por factores externos.

Aprendemos, na interação face-a-face, a usar e a interpretar os silêncios. As pausas numa conferência mediada por computador podem ser o equivalente a esses silêncios, mas, neste meio de comunicação, a sua interpretação é função de um contexto restrito. Não podemos ver o rosto ou a postura do nosso interlocutor. Não sabemos sequer se ele ainda está ali ou se nos voltou costas. Não sabemos se por razões técnicas se perdeu o contacto. Podemos investigar ou simplesmente esperar. Confiamos nas normas (como que regras de cortesia do ciberespaço) que se vão estabelecendo para regular esta forma de comunicação e sancionamos aqueles que não as cumprem.

O comportamento não se limita ao conteúdo da mensagem escrita ou sequer aos *emotes* utilizados. A relação define-se na interação, com os encontros e os desencontros, com interesses e desinteresses, com atenções e desatenções. Tudo isso se sente e passa directamente do ecrã para o auto-conceito do comunicante. Pode-se transparecer ligeireza e tentar fazer do virtual caricatura mas é a pessoa real, na sua complexidade, quem ali está e se projecta. E as emoções, essas, são igualmente reais.

A sedução do meio

A comunicação escrita é mais mediada cognitivamente do que outras formas de comunicação. Mais do que a comunicação face-a-face e mais do que a conversação ao telefone. Existe tempo para pensar o que dizer, tempo para preparar uma frase e tempo para a corrigir. Dificilmente se escreve algo por impulso se não se quiser. Poderemos então atribuir à conferência escrita na *internet* uma potencial mais valia de racionalidade e de introspecção.

Onde se situa, então, o limite da racionalidade num ambiente onde o anonimato pode abrir alamedas para a simulação e para a dissimulação? Que medos estão salvaguardados pela inconsequência que a máscara e a distância conferem? Em cada papel representado há um equilíbrio particular de afectos e de razão, num constante vaivém que vai das motivações à construção dos esquemas do Eu.

Mas não é só na mediação cognitiva ou no anonimato que as pessoas defendem a sua margem de poder sobre o processo comunicacional. É também em cada intervenção livre de censuras. É também na leitura virtualmente despida de preconceitos, feita por quem não nos conhece o rosto, a etnia ou a classe social, a presença/ausência do corpo na relação.

Tudo isto seduz. E os utilizadores mais frequentes parecem sentir a partilha de um destino comum, de uma fascinação que se transformou em vício, com histórias que se fazem de curas e recaídas. Falam entre si como «netdependentes anónimos», não se sabe bem se com culpa ou regozijo, especialmente porque o fazem em pleno êxtase de consumo.

O virtual é real

O meio é digital mas a comunicação não é exclusivamente digital. As relações estabelecidas são dinâmicas e complexas mas forçosamente mais explícitas. A metacomunicação é frequente, porque é sentida como mais necessária e porque é mais fácil de realizar. A necessidade advém da quase ausência de canais complementares que permitam cruzar informação para conferir segurança às interpretações. A facilidade resulta da perenidade do registo escrito. Os conteúdos da comunicação, uma vez emitidos, ficam disponíveis para leituras e releituras, para recriação.

Hoje falamos sobre a forma como se escrevem relações interpessoais no espaço virtual da *internet*. Em breve teremos de falar sobre a forma como as pessoas se tocam nesse mesmo espaço.

Outros ambientes se adivinham com o desenvolvimento de tecnologias mais poderosas e sofisticadas, quer ao nível da capacidade de processamento de informação, quer ao nível da riqueza de dispositivos sensores e efectores na interface da máquina com o seu utilizador. Não tardará, certamente, que seres humanos possam encontrar-se sob a forma de representações corporais geradas por computador em espaços virtuais também eles sintetizados. Graças a um qualquer fato «futurista» equipado com células sensoras e diversificados mecanismos de estimulação multisensorial, a interacção será tão natural quanto possível (i.e. falando e movendo-se) e as sensações físicas experienciadas serão próximas das habituais.

Novas dimensões de verdade e de engano terão de ser equacionadas. As máscaras e os ambientes obedecerão a fantasias com limites mais vastos

e as motivações humanas encontrarão decerto expressões e riscos desconhecidos. O poder do indivíduo sobre o processo comunicacional será maior, assim como a sedução exercida pelo meio.

Contudo não precisamos de esperar por esses desenvolvimentos para falarmos em realidade virtual. A comunicação escrita que podemos observar hoje nas salas virtuais de conversação ou em jogos de desempenho de papéis (MUDs⁶) tem impacto nos indivíduos. Não se trata apenas do impacto sobre a vida das pessoas no mundo físico onde se movem. Trata-se sobretudo do impacto produzido pelo discurso. O discurso que é em si realidade e seio de representações sociais.

As relações interpessoais não são menos reais por serem escritas. Pelo contrário! É exactamente ao serem escritas que aferem, organizam e reestruturam as representações que constituem a sua realidade. Por isso, aquilo a que chamamos virtual é bem real: quer as relações, quer o espaço onde estas se estabelecem.

Fragmentos de pesquisa *online*

Cinco horas da tarde de um dia cinzento, ao ritmo de fortes bâtegas de chuva, nada conformes com a ordem anunciada pelo calendário — meados de Setembro, afinal ainda verão. Cenário propício à fuga, à evasão, à procura de contextos favoráveis para recriar outra relação com o mundo físico. Momento oportuno para nos ligarmos à rede, não tanto com o objectivo de explorar outros níveis de realidade à dimensão dos nossos sonhos de momento, mas para descobrir outros utilizadores e, em contexto virtual, desvendar os meandros desta forma de comunicação, observá-la de perto, adivinhando-lhe os fascínios e fraquezas.

Máquinas ligadas, conexão estabelecida, o que depressa suscita tensão é o «compacto real/virtual», difícil de gerir pela multiplicidade de registos que exige, pelos ruídos que gera no processo comunicativo. Nos escassos centímetros do monitor abrem-se janelas para o mundo exterior, mas os constrangimentos do nosso pequeno mundo, da realidade em que nos inscrevemos, interferem constantemente, perturbando a concentração no discurso que construímos com os nossos interlocutores, aqueles que acederam, em negociação preliminar, a trocar impressões sobre o uso deste meio de comunicação, as motivações de frequência do ciberespaço, a sua

⁶ MUD é o acrónimo correspondente a *Multi User Dungeon* que consiste num tipo de jogo onde os utilizadores desempenham papéis *online*. Esses jogos podem atingir uma duração de vários meses e são conhecidos pelo seu carácter viciante.

avaliação das relações estabelecidas *online*, a gratificação e benefícios recolhidos.

Aceitando as identidades virtuais reveladas, conversámos com um quadro de empresa e uma estudante universitária, ambos jovens.

Registamos que, no primeiro caso, o ICQ é um meio de comunicação interna da empresa em que trabalha, pronunciando-se o nosso interlocutor favoravelmente quanto à sua fiabilidade e reconhecendo-lhe grandes vantagens. Reflecte sobre a necessidade do uso «racional» a que contrapõe a dependência que pode gerar, virando «um veículo de auto-exclusão da tradicional forma de comunicar com outras pessoas». Precisa que a fiabilidade a que se refere é a tecnológica, porque, no que ao relacional diz respeito, a fiabilidade depende «da mentalidade das pessoas e do uso que querem dar a este tipo de comunicação». No que ao seu caso pessoal respeita, diz: «jamais «meti» conversa com quem quer que fosse, os contactos que tenho com pessoas do exterior foram todos feitos por essas mesmas pessoas, logo a conversa flui conforme seja dado o mote do outro lado da linha... A grande vantagem que tiro do ICQ continuo a dizer que é a nível interno, o resto é puro lazer e esporadicamente.» Quisemos saber se, mesmo assim, essa conversa é gratificante e como é sentido o problema da simulação. A conversa flui ao ritmo do nosso mote: «Se não fosse gratificante já teria desistido há muito»; e sobre a fronteira entre o verdadeiro e o simulado «julgo que nunca a poderemos definir, mas de qualquer forma também nunca poderemos saber se vamos sair beneficiados ou prejudicados com essa mesma falta de definição...» Conversa adiante a comparação com a comunicação face-a-face é inevitável: «o que falta realmente é a parte humana da «coisa»...a visualização, a reacção a estímulos e até mesmo o contacto...» Sobre perigos adivinhados, pronuncia-se assim: «...como não sou pessimista vou julgar isto como quando foi a descoberta do telefone e pensar que estas novas tecnologias emergentes servem apenas para aproximar as pessoas e não o contrário...» Registamos a despedida que nos parece um precioso testemunho do compacto virtual/real que antes referimos. «Como a minha vida não é só falar no ICQ vou começar com as despedidas esperando que tenha tido algum contributo para o seu trabalho».

A nossa estudante do curso de Direito manifesta um estilo de utilização completamente diferente do ICQ: «é um bocado difícil saber quem está do outro lado e hoje em dia convém não criar situações de perigo – uso o ICQ para fazer de vez em quando um pouquinho de conversa mole. (...) para descontraír; (...) quando quero companhia... tenho mais amigos virtuais do que reais.» Quisemos saber o que entendia por amigo e se a definição valia para ambos os mundos – o real e o virtual. A resposta, muito negociada e assente numa base de confiança que foi preciso reafirmar, saiu assim: «um amigo é alguém por vezes diferente de mim, que gosta de partilhar parte do

seu tempo comigo, sabe falar e ouvir, elogiar e criticar quando é necessário, sabe ver as qualidades e os defeitos e não desaparece ao primeiro sinal de desentendimento... é sobretudo alguém com que posso contar sempre (este tipo de amigo é uma espécie em vias de extinção!!! :)); (...) não, os amigos virtuais são apenas conhecidos; (...) acho que as pessoas conhecem-se é ao vivo; (...) não acredito em grandes relacionamentos via *online*».

Conversas curtas mas saborosas que nos deram matéria para consciencializarmos aquilo de que estamos a falar.

Do que realmente falamos

O primeiro desafio que temos de enfrentar é a descoberta do que realmente falamos. Multimedia, hipermedia e hipertexto. Hipermediatização. Realidade Virtual. Ciberespaço. Do que de forma palpável falamos é de aplicações com que diariamente tropeçamos, realizações multimodais diversas e inesperadas, sempre viabilizadas pela informática, que nos surpreendem pela novidade que transportam, nos seduzem pelos resultados conseguidos. Mas com algum sabor amargo pelo que representam de filões inexplorados e inacessíveis para muitos, de linguagens que raros dominam, de que nos vamos aproximando metaforicamente, recorrendo muitas vezes à metonímia. E fica sempre mais além das experiências feitas, para além da interactividade, uma das suas características incontestadas, e que nos remete para a atitude dialógica que o utilizador estabelece com a máquina e os *menus* que esta lhe oferece, permitindo-lhe uma viagem *navegação* cujo roteiro pode construir à medida dos seus gostos e necessidades. Porque, se é de um outro contexto de interacção e de uma outra linguagem que se trata, é também de uma outra *ordem de significação*, de uma construção de sentido que, por hipermediatização, nos leva ao universo virtual, ao hiperespaço de todos os possíveis. Uma *navegação* não isenta de sobresaltos: sem bússola, sem perfeito conhecimento das latitudes, dos ventos e marés... Onde nem faltam os piratas. Num espaço/tempo modificado, povoado de imagens contraditórias, onde se desenvolvem relações interpersonais cuja natureza é importante destrinçar, marcado pelas trocas virtualizadas, das quais ousamos esperar que propiciem a exploração agradável de diferentes níveis de realidades, experiência que nos é muitas vezes recusada na nossa civilização.

É preciso detectar fenómenos sociais e psicológicos cedo para nos prepararmos para eles, até porque o «síndrome de desorientação ou labirinto do hiperespaço» já foi identificado e deixa antever consequências menos desejáveis para os seus frequentadores.

Em conclusão ousamos perguntar

Onde termina a aventura do fantástico, da extensibilidade da imaginação, do raciocínio e da expressão para começar o reino da excentricidade solitária que enfraquece os laços de sociabilidade e convivialidade que, julgamos, será a grande virtude imaginada destas invenções?

Em que tempos poderá democratizar-se o acesso de uma significativa maioria a estes meios, a sua alfabetização nestas linguagens, é uma interrogação que se nos coloca. O que ouvimos e sabemos é que esta é já uma realidade dos nossos dias, que nos encaminhamos para uma nova sociedade marcada por profundas transformações tecnológicas e sociais, económicas, políticas e até morais. Está em jogo uma nova visão do mundo, encaminhamo-nos para uma conjuntura em que a dimensão individual e interior dos intercâmbios irá adquirir um peso determinante. Para isso, é preciso que as pessoas disponham de ecrãs, e, mais do que isso, saibam o que fazer com eles, porque estão em causa as relações sociais conhecidas, em certo sentido o conceito de sociedade.

Tudo vai ser virtualizado

Tudo vai ser virtualizado, o que significa? As realidades virtuais são modos de interpretar, símbolos de universos de referência, aí incluídos os sonhos, os projectos, os saberes. A linguagem, e a linguagem hipermédia também, serve para pensar e, neste pensamento, o homem engendra realidades virtuais, o mundo dos possíveis e impossíveis, projecta outros mundos no ecrã da sua imaginação. O homem é, portanto, uma fonte imensa de virtualidades. Se as Novas Tecnologias as ampliam e as permitem, num ambiente de saudável convivência e em seu proveito, o que é necessário é a adaptação a novas regras, o desenvolvimento de estratégias, o estudo de respostas aos desafios e controvérsias nascidas no seio dos dispositivos do progresso tecnológico.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRIALLARD, J. (1991), *Simulacros e Simulação*, Relógio D'Água Editores: Lisboa.
- BIOCCA, F. and LEVY, M. R. (Eds.), (1995) *Communication in the Age of Virtual Reality*, Lawrence Erlbaum Associates: Hillsdale, New Jersey.
- CURRAN, P. (1994), «Des objets virtuels aux univers virtuels», in *Communications et Langages*, n.º 99.
- Dossiers de l'audiovisuel* (1991), «L'Odyssée du virtuel», INA, n.º 40.
- HILTZ, S.R. and TUROFF, M. (1994), *The Network Nation: Human Communication via Computer* (Revised Edition), The MIT Press: Cambridge, Massachusetts.
- MOTRO, M. (1994), «Multimédia: Technologie, technique ou culture?», in *Communications et Langages*, n.º 100.
- RHEINGOLD, H. (1993), *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*, Addison-Wesley Publishing Company: Reading, Massachusetts.
- TURKLE, Sherry (1997), *A vida no ecrã. A identidade na era da internet*, Relógio D'Água Editores: Lisboa.

O ENIGMA DO PRESENTE E A PAIXÃO DA ABERTURA. LEITURA DO ENSAIO A *SEDUÇÃO DO REAL*, DE JOSÉ AUGUSTO MOURÃO *

MOISÉS DE LEMOS MARTINS **

Pode dizer-se que J. A. Mourão é um textualista que no seu percurso intelectual resiste à palavra «experiência». Temos, aliás, isso em comum, uma desconfiança a respeito da imediatidade, da efusão, do delíquio emocional, do intuicionismo.

J. A. Mourão deu sempre o seu favor à mediação da linguagem e da escrita, e é para esse plano que todas as suas filiações convergem. Os seus primeiros objectos de estudo semiótico foram as anáforas da liturgia católica. Depois passou a fazer a análise de textos bíblicos, designadamente textos do Novo Testamento. No ensaio que agora nos apresenta aparecem alguns pequenos fragmentos que têm ainda a ver com esta escolha. Refiro-me aos capítulos «Os limites da interpretabilidade», na secção «A letra e o espírito» (pp. 52-53), e «Ética da literatura», na secção «O conflito das interpretações» (pp. 77-78).

Foram, depois, trabalhos de grande fôlego teórico e analítico aqueles que J. A. Mourão realizou sobre textos místicos da tradição cristã, como por exemplo *A visão de Túndalo. Da fornalha de ferro à cidade de Deus* (1988) e *Sujeito, paixão e discurso* (1996), neste caso ocupando-se dos *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé de Jesus. No livro que agora nos apresenta, regressa com a «Visão de Túndalo» e insiste nos *Trabalhos de Jesus*.

* José Augusto Mourão, *A sedução do real — literatura e semiótica*, 1998, Lisboa, Vega, 305 pp.

** Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.
E-mail: moisesm@ics.uminho.pt

Acontece, no entanto, que J. A. Mourão também é poeta. É o poeta de *Vazio Verde* (1985) e de *Dizer Deus — Ao (des)abrigo do nome* (1991). É pois com naturalidade que também a poesia, aliás, a literatura em geral, se tornou objecto da sua prática semiótica. Em *A Sedução do Real* esta escolha aparece abundantemente: Torga, Celan e Duras, Beckett, Saramago, Vergílio Ferreira, Maria Gabriela Llansol, Herberto Helder, Bernardim Ribeiro, Bernardino de Santa Rosa.

J. A. Mourão começou a trabalhar em semiótica analisando textos que o faziam membro de uma comunidade e de uma tradição cristãs. E é por se sentir membro de uma comunidade e de uma tradição cristãs, que ainda hoje, penso eu, pratica a semiótica analisando textos literários de Saramago a Duras, de Vergílio Ferreira a Celan e a Torga, ou então textos filosóficos, como os de Tomás de Aquino.

Mas a sua inclinação pela textualidade, que se verifica também quando se debruça sobre as formas arquitectónicas, por exemplo, é hoje cada vez mais observável na aproximação que faz ao fenómeno da comunicação. Em *A sedução do real* a sua mestria espraia-se pela análise do rap, dos *reality shows* e do tabaco.

Em J. A. Mourão há então este primeiro aspecto que singulariza a sua obra: trata-se de um textualista que desconfia e resiste à palavra «experiência». A sua intempestividade, se é que assim me posso exprimir, é sempre mediada pelo texto e pela escrita. No entanto, sendo um textualista, J. A. Mourão não se identifica com a tese da hermenêutica, que talvez maior entusiasmo suscite nos dias de hoje, e que podemos formular nos seguintes termos, de efeito retórico: não há experiência da verdade que não seja acto interpretativo, isto é, não há experiência da verdade que não seja acto de leitura (p. 73).

J. A. Mourão é um moderno, pelo que o «pensamento mole» da renúncia a toda a razão fundacional só o pode irritar. *A sedução do real* afina por este diapásão: é um texto moderno, o que quer dizer, crítico, de racionalidade forte. Não há aí lugar para o indiferentismo realista, para «a ideia de que só há interpretações» (p. 156). Os charlatões do inefável, designação utilizada para nomear os pragmatistas, «abrem a porta de serviço do delírio e dizem: todos as perspectivas são equivalentes!» (p. 85). Mas num mundo em que tudo se equivalesse, nada teria sentido, tudo seria insignificante.

A proposta de *A sedução do real* vem pois a ser uma proposta crítica. E uma vez que a crítica não é neutra do ponto de vista axiológico, os discursos só podem hierarquizar-se (p. 28). Esta conclusão está estritamente associada ao entendimento dialógico da crítica, próprio de Bakhtin. Neste entendimento, a experiência do texto, tanto inclui a experiência do limite da comunicação, como inclui também tudo o que nos religa, tudo o que é abertura a uma alteridade (p. 29). Pois bem, diante do assalto da

pós-modernidade, com a desconstrução de Derrida, que radicaliza a «Destruição» de Heidegger e nos instala num paganismo sofista, e com a pragmática de Rorty, que radicaliza o perspectivismo de Nietzsche, levando-nos a pensar sem origem e sem fim, sem Génesis e sem Apocalipse, *A sedução do real* é, pela crítica dialógica, uma recusa do abandono dos critérios de juízo último (p. 67).

A indiferença relativista J. A. Mourão opõe então a crítica dialógica. Mas é com este mesmo procedimento que combate o historicismo, essa surdez dogmática que se atola no dever ser de um discurso estabelecido a partir de um ponto de vista ideológico e moral (p. 22). Como bem assinala, aí o texto nada tem a dizer-me; só tem que entrar na minha teoria (p. 24).

Sem sombra de dúvida, J. A. Mourão é um moderno. Sabemos, aliás, a que ponto é um cultor do método. Tendo-o sempre justificado no passado, continua no mesmo trilho: «O reducionismo da ‘coisa literária’, diz, é defensável, pelo menos do ponto de vista metodológico» (p. 14). E irrita-se com «a versão terrorista em relação a qualquer espécie de método» (p. 14). Noutro passo, também, depois de assinalar que não é um juiz do gosto e que não costuma pronunciar-se em termos estéticos sobre um dado texto ou obra, diz o seguinte: «Prefiro [...] o lugar semiótico que analisa textos, explicando o funcionamento interno da combinatória de signos de que são feitos, os sistemas gerais a partir de que se concretizam, as articulações dos vários planos de estruturação e de geração de sentido. Esta opção metodológica implica que se renuncie à busca indefinida de hipotéticas determinações extra-linguísticas e se adopte uma óptica generativa e não genética de produção e de funcionamento de textos. Servir-me-ei, pois, do saber-fazer semiótico para indicar o lugar onde o comentário crítico perca a inocência que proclama, simulando-lhe os processos, o fazer» (pp. 93-94).

Aqui está a defesa do método, feita com a maior energia e intrepidez. Penso, no entanto, que o método é uma difícil ascese, a que se dedicam apenas os mais audazes e os mais resistentes. Não contestando a J. A. Mourão as qualidades de analista resistente e de hermeneuta audaz, confesso todavia a minha estranheza pelo facto de o poeta de *Vazio Verde* e de *Dizer Deus* — ao (*des*)abrigo do nome ser também o autor de escritos ásperos e rugosos, talhados pelo bisturi da Escola de Paris, talhados, para retomar as suas palavras, pelo «saber-fazer semiótico», entendido numa óptica generativa de produção e funcionamento dos textos. Sempre constituiu para mim uma surpresa o facto de o renovador dos pesados rituais da liturgia católica, desde meados da década de oitenta, pela música coral polifónica e pela criação poética, poder colocar-se no trilho das categorias da semiótica narrativa e modal de Greimas.

Foi a resistência do real que o seduziu e o tornou um asceta do método, do conhecimento controlado. Por essa razão se decidiu a investir numa perspectiva imanentista do sentido. J. A. Greimas e a Escola de Paris,

primeiro, P. A. Brandt e C. J. Petitot, depois, tornaram-se, entre outros, seus permanentes companheiros de viagem. O que dá a alguns dos seus textos o aspecto de verdadeiras fortalezas inexpugnáveis, de tal maneira neles é densa a teia das estruturas lógico-semióticas e das formas sémio-físicas.

Diga-se, no entanto, em abono da verdade, que felizmente *A sedução do real* não é uma boa ilustração deste procedimento. Se o real sempre seduziu J. A. Mourão, prescrevendo-lhe o método, também o seduziu pelo seu resto, por aquilo que não se deixava controlar. Também, desde sempre, J. A. Mourão foi um explorador de sinais que nos indicassem as leis que nos transcendem. Estou mesmo em crer que Greimas e a Escola de Paris foram para si um acaso, embora um acaso convertido depois numa escolha continuamente renovada.

Ao ler *A sedução do real* fico com a impressão, é verdade, que há em J. A. Mourão uma confiança num fundo de interpretação mais resistente, mais profundo, e que vem de mais longe que a própria crítica. A crítica é sempre articulada a partir de metodologias, de técnicas e de horizontes teóricos domináveis. Parece-me, no entanto, que é a confiança nessa doação de sentido que constitui o J. A. Mourão como sujeito receptor e como sujeito crítico. E é talvez por esta razão, por acolher um fundo de interpretação mais resistente que a própria crítica, que J. A. Mourão prefere rever-se na figura do *explorador*, e não na do *missionário*. A figura do explorador evoca uma essência (palavra que não evita!) e propõe uma abertura (p. 14). Aliás, é também uma abertura que é figurada pela expressão de «infra-estruturas quase transcendentais que nos asseguram que de cada vez [que lemos um texto literário] algo de indecível se tocou, deixando ao leitor a liberdade de escolha» (p. 15). E é ainda essa abertura que me parece insinuada, quando J. A. Mourão refere: «o tom, quer da escrita, quer da leitura, obedece ao regime de uma apocalítica sem outra escatologia que o tom do 'vem', para além do bem e do mal» (p. 15). Na página 69 fala, no mesmo sentido, de «errância, indeterminado, indecível e figural».

Em J. A. Mourão o algoritmo casou-se sempre bem com a metáfora, o discurso vigiado com o seu resto (p. 13). Com efeito, nele, o analista não foi nunca o burocrata, nem o parasita da escrita. O analista foi sempre um explorador de novas conjecturas interpretativas, foi sempre um criador. Não me refiro especificamente ao ensaio *A sedução do real*, embora em nenhum outro dos seus ensaios a força da metáfora se sobreponha tanto ao algoritmo. Como, por exemplo, quando escreve: «Que texto fala sem o incêndio do leitor? [...] é o texto traço, esquecido na memória do tempo, exangue vaso que não soa?» (p. 36). O real surge aqui não em reflexo, mas em desafio, como uma espécie de atrator estranho, para retomar as palavras de Baudrillard, numa passagem que é também glosada pelo J. A. Mourão.

Sempre pensei que a este corredor incansável, que incessantemente alimentou com novas conjecturas a fonte de onde corria, chegaria o tempo de ser reconhecida a importância das suas obras, nascidas desse ponto incerto onde se intersectam a semiótica, a hermenêutica e a teoria da literatura. Acredito que esse momento chegou com a publicação de *A sedução do real*. Em meu entender, não se perde nada em estes textos terem deixado de ser as análises perfeitamente canónicas, que J. A. Mourão teria gostado quer fossem (p. 14). Não se perde nada em *A sedução do real* consistir em «algumas traições» relativamente a esse «lugar semiótico que analisa textos» (p. 94). Penso mesmo que lá onde *A sedução do real* mantém o carácter de uma análise ainda canónica, menos interessará o leitor. Disso são exemplos as análises semióticas do conto «Fronteira» de Miguel Torga (pp. 197-214) e de «A paixão do tabaco» (pp. 291-301).

Fiel à natureza da linguagem, o que quer dizer, fiel ao seu carácter dialógico, J. A. Mourão mostra-nos em *A sedução do real* que aquilo que se exprime na linguagem não é simplesmente a fixação de um querer dizer. Aquilo que se exprime na linguagem é também «uma tentativa em constante transformação, ou melhor, uma tentação sempre repetida de se comprometer em algo, através do diálogo. O que significa que nos expomos» (p. 25). Pela escrita expomo-nos, com efeito. Em *A sedução do real* aprendemos que a palavra, em vez de validar os nossos preconceitos, põe-nos em jogo, isto é, «submete-os à nossa dúvida e à réplica do outro» (p. 26). É este, aliás, todo o sentido da crítica dialógica.

Surpreende assim que aquele que julgávamos ser o missionário da exegese greimasiana, que é um mundo de contornos estreitos e ásperos, seja antes um explorador de mundos, um explorador de novos modos de existência e de novas formas de vida. Em J. A. Mourão cumpre-se, exactamente, aquilo que diz dos grandes escritores: «O estilo de um grande escritor é sempre também um estilo de vida, não como algo de pessoal, mas como invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência. O artista sabe que quando termina uma obra, só então começa verdadeiramente a vida desta. Só quando reencontrada, interrogada, 'ingerida' por outrem, ele provocará naquele que a lê essa mudança interior que virá misteriosamente enriquecê-lo» (pp. 66-67).

Isto diz J. A. Mourão dos grandes escritores, mas são as exactas palavras que eu encontrei para falar do ensaio *A sedução do real* : a proposta de um estilo de vida, a invenção de um modo de existência. J. A. Mourão é um homem de crítica e de convicção e *A sedução do real* é o livro de um moderno, com uma exigência ética. Diante do conflito das interpretações em que resulta a guerra dos paradigmas, a exigência ética impõe-se como a «necessidade de uma arbitragem» (p. 67).

A proposta de J. A. Mourão é assim uma «ética de leitura», uma ética que recusa o «momento sofista» e «pagão», pelo qual Lyotard é de alguma

forma o responsável, ou seja, uma ética que não se conforma com o «abandono de qualquer prescrição ou de critérios de juízo último» (p. 67).

Crítica e ética. São essas duas dimensões que dão o sentido do movimento que J. A. Mourão imprime à leitura, seja quando analisa textos de Frei Tomé de Jesus, Saramago, Torga, Celan ou Duras, seja quando faz trabalho de pretensão teórica, como acontece com os quatro primeiros capítulos de *A sedução do real*, a saber, «A literatura como facto de valor», «Os limites da interpretabilidade», «Ética da leitura» e «Da inocência (perdida) do comentário».

É esta racionalidade forte, a racionalidade de um moderno com exigência ética, que faz explodir J. A. Mourão diante da tibieza: «Como pode um pensamento mole, que renunciou à razão fundacional, que se tornou memória e fundo-sem-fundo, vir a ser consciência moral?», interroga-se na página 73. De facto, J. A. Mourão até pode compreender «o medo que desencadeia a ideia de análise» (p. 72), uma vez que se trata aí de uma dissolução. Mas a tibieza, essa não é compreensível para si. Os tíbios aborrecem-no e vomita-os. Concorda assim com o diagnóstico de Michel de Certeau: «As convicções tornam-se moles, perdem os seus contornos e vamos encontrá-las na linguagem comum de um exotismo mental, numa *koiné* de ficção; as convicções acumulam-se na região em que se diz o que já se não faz, onde se teatralizam os quesitos que deixaram de ser pensáveis, onde se misturam as 'necessidades' variadas, ainda irreduzíveis, mas completamente desprovidas de representações credíveis» (p. 156).

Falava Certeau da alma que desertou das convicções. J. A. Mourão faz seu o diagnóstico de Certeau, assumindo-o como uma recusa deste momento sofista e pagão, deste mundo fechado, que é o do abandono de todos os critérios de juízo último. Contra a indiferença, o homem de convicção faz pois confiança a uma abertura, a qual, glosando Derrida, é para ser lida «simultaneamente no sentido de sistema não fechado, de abertura deixada à liberdade do outro, e de abertura do convite feito ao outro» (p. 160).

Acolhendo a sugestão que me é dada pela figura da abertura, concluo o meu ponto de vista com uma última interrogação: Que outro interesse tem J. A. Mourão em frequentar analiticamente Vergílio Ferreira, Gabriela Llansol, Ângelo Monteiro, Herberto Helder, Torga, Saramago, Celan e Duras, além do facto de «eles exprimirem todos, a seu modo, esta paixão comum da passagem infinita para um algures e um outro» (p. 111), enquanto nos dão o presente como um enigma?

UM COMBATE SOBRE A LINHA. LEITURA DO ENSAIO *POLÍTICA E MODERNIDADE*, DE JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA*

MOISÉS DE LEMOS MARTINS**

Ao traçar a estratégia de leitura de *Política e modernidade*, coloquei-me três questões principais: de onde é que parte este ensaio, onde é que está, para onde é que aponta?

O que poderei dizer, em síntese, é o seguinte. *Política e modernidade* tem o seu ponto de partida na crise do existente: «todos somos arrastados num rio cheio de fragmentos, de palavras, de imagens, de desejos, de lixo» (p. 177). Segue, depois, a desconstrução dos modelos de cancelamento da crise, assim designados por se satisfazerem em a codificar, ou seja, por a sujeitarem a um paradigma transcendental das ocorrências empíricas.

Dois modelos são então identificados. Um é o histórico-positivista, que erige a razão em tribunal da história e se satisfaz em criticar o existente. O outro modelo é o epistémico-ético, que busca os fundamentos de todo o agir e se satisfaz em normalizar o existente (pp. 124-125).

Feita esta identificação, Bragança de Miranda localiza vários inquietantes perigos. Preocupa-o o «absolutismo do discurso», que gere o existente e o controla. Preocupa-o também o «absolutismo da realidade», que nos enclausura no mutismo da logotécnica, essa incessante dobadoira que desmaterializa as coisas e dilui a diferença entre cópia e modelo. Preocupa-o ainda a mística da comunicação, um dialogismo que casa o amor com o *logos* (p. 123) e uma inocência que nos empurra para um abraço de urso.

* José Bragança de Miranda, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, 1997, Lisboa, Edições Colibri, 186 pp.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. E-mail: moisesm@ics.uminho.pt

É verdade que nem a política é diálogo, nem a mediação é palavra. Mas a assombração da nossa modernidade tem sido essa, a de um espaço público identificado a um espaço de palavra (p. 164), o que quer dizer que a mediação do agir político tem sido permanentemente confundida com a legitimação do poder de governar (p. 167).

A situação é portanto de perigo. E a resposta de *Política e modernidade* a este estado de urgência é uma resposta política, uma vez que a política tem sido a resposta milenar à situação de perigo. Uma questão se coloca, no entanto: o que é que se entende por política? Eis a resposta: a política é o agir livre, é tudo jogar na «historicidade do presente». A intimação do presente só pode ter uma resposta política, porque não é aceitável ficarmos na margem do rio, quando o eterno e o devir se contrapõem, quando vamos na enxurrada, quando o eterno, aliás, também ele vai rio abaixo, como um fragmento mais na enxurrada.

Política e modernidade é assim uma resposta política à intimação do presente. Esta opção de Bragança de Miranda impõe-lhe entretanto o distanciamento de quaisquer outras respostas ao estado de urgência do presente, sejam elas estéticas, éticas ou tecnocráticas. Porque são todas impolíticas, só poderão agravar a crise, diz. Mas a resposta formalista jurídico-política não lhe merece maior atenção, uma vez que reduz a política ao Estado e à lei, gerando apenas o controlo e a *aurea mediocritas* que lhe está associada. E não é menor, finalmente, a suspeição que lhe merece a resposta utópica de um qualquer gregarismo. Sabe-se que reduz a política ao sublime, e são conhecidos os seus efeitos: sempre se atolou no terror.

Uma vez feita a justificação da resposta política à urgência do presente, *Política e modernidade* projecta um percurso com as seguintes passagens obrigatórias: a política é pensamento, ou seja, ideia; o pensamento é tal uma máquina de guerra; o presente é o campo de combate, ou mais exactamente, o lugar do único combate; e ainda, no combate sobressai o carácter heróico do guerreiro.

A tematização da política como 'agir livre', que é o argumento principal de *Política e modernidade*, desdobra-se depois por um conjunto de questões. É a questão do poder, estando em causa perceber se aí se jogam relações de forças com outras forças, num entendimento estratégico do poder, ou então, se se joga a relação da força consigo própria, criando um espaço de subjectivação. É também a questão da mediação da linguagem, com esta a inflectir o existente (p. 136), a mediar a constituição da experiência (p. 133). É ainda a questão da mediação do espaço público e a questão da experiência. É finalmente a questão hermenêutica, a questão do sentido, com o conceito de 'metapolítica' a desempenhar um papel fundamental. Este conceito compreende o efeito histórico do não histórico ou, por outra, a forma de comunicação do político com o não político (p. 139) e serve a analítica da experiência (lembramos que Bragança de Miranda já havia

proposto a fórmula de ‘analítica da actualidade’), o que quer dizer que desconstrói a hermeneuticidade. Pode dizer-se, aliás, no que respeita à comunicação do político com o não político que Bragança de Miranda toma à letra o aforismo de Deleuze «não interpreteis nunca, experimentai»¹. Este aforismo é, por sua vez, uma glosa à 11.^a tese de Marx sobre Feuerbach: os filósofos passaram a vida a interpretar a realidade, quando o que é preciso é transformá-la.

É neste pé que se encontra *Política e modernidade*. Agora, a última pergunta: para onde é que aponta este ensaio? «Aquilo por que estamos dispostos a lutar, é aí que deve concentrar-se a nossa luta», diz Bragança de Miranda (p. 178). Aquilo por que estamos dispostos a lutar, ou seja, aquilo em que acreditamos.

Ora, a crença é uma promessa de acção: dizer que acreditamos em alguma coisa, é dizer que faremos alguma coisa (Pierre Janet). *Política e modernidade* termina, pois, com uma promessa de acção, o que não é pouco, uma vez que na promessa «alguma coisa há de imortal», como diz Borges em «Unending Gift». Promessa de acção, especificamente, promessa de luta por determinadas posições, este ensaio de Bragança de Miranda age, assim, politicamente, sendo que o político, como diz numa fórmula fulgurante, «tem a eternidade do humano» (p. 170).

Aqui está o livro em corpo inteiro. Não vou assentar arraias em nenhum dos muitos caminhos sugeridos pela sua leitura, ou seja, não vou aprofundar aqui nenhuma das suas teses. Não posso também continuar o desafio em todas as frentes, uma vez que em *Política e modernidade* nada há de tranquilo e próximo do equilíbrio. Se alguma metáfora se lhe pode aplicar é que se trata de «uma cordilheira vulcânica», ou então, de uma guerra gigantesca, com batalhas a serem travadas numa imensidade de frentes ao mesmo tempo. Nestas circunstâncias, vou fixar-me apenas em alguns pontos do percurso de *Política e modernidade*, que me parecem identificá-la como obra de um pensador.

A política é habitualmente o lugar em que uns tantos, poucos, falam por todos, pouco caso fazendo da indignidade que é falar em nome de outros. Bragança de Miranda fala de política por sua própria conta. Ao vermo-lo bater-se e lutar pela ideia política, percebemos que as ideias não são apenas uma questão de teoria. O pensamento são problemas da vida; é a própria vida.

Já o sabemos, o perigo é hoje o ‘absolutismo do discurso’, que nos confisca o mundo e os interlocutores. O absolutismo do discurso são os programas, os estatutos, os códigos, as constituições, as regras, que administram a existência e a controlam. Mas o perigo é também o ‘absolutismo

¹ G. Deleuze, *Pourparlers*, Paris, Ed. de Minuit, 1990, p. 120.

da realidade', que nos encerra no mutismo da logotécnica. O absolutismo da realidade é a desmaterialização dos objectos, a diluição da diferença entre cópia e modelo (p. 27), pela deslocação dos átomos para os bits.

Nesta situação de perigo há possibilidades novas para a política (p. 57). A 'catástrofe da história' não encontra solução na sublimidade política de uma qualquer utopia (p. 43). A catástrofe da história impõe-nos sim a urgência do 'agir livre', sendo o agir livre tudo o que a ideia de política encerra (p. 41). O nó-górdio do presente convoca-nos, pois, a um percurso singular, o de em 'liberdade livre' (convocação de Rimbaud e de Ramos Rosa) arriscarmos o próprio nome, «com tudo o que tivermos à mão», para conseguirmos o melhor de que formos capazes (p. 127).

A ideia de política que nos é proposta, a saber, a política entendida como aquilo que nasce da urgência, retoma o conceito de actualidade de Foucault, aquilo que Nietzsche chamava de inactual e de intempestivo, aquilo que está *in-actu*, e que por isso mesmo difere, tanto do passado, como do futuro.

Política e modernidade configura deste modo uma máquina de guerra, a bater-se por posições, a ocupar terreno (glosa a Benjamim), lembrando constantemente a poeira e o fragor de uma batalha. Trata-se aqui de palavras e de ideias defendidas sobre a 'linha' (convocação de Yunger), como se se tratasse da própria pele (alusão a Max Stirner), a pele, que é 'o mais profundo', como se lhe referiu Valéry.

Bragança Miranda é um guerreiro, como foi por exemplo Foucault para Paul Veyne, e como o foi também Yunger, neste caso não apenas no estilo, mas também em sentido literal. Aliás, não é de modo nenhum casual que Foucault e Yunger sejam dois anjos bons deste ensaio. À semelhança de Yunger e Foucault, Bragança de Miranda é um guerreiro que não esgrime por valores universais. Esgrime sim, e heroicamente, contra os problemas específicos de uma dada situação, a que é possível dar uma resposta singular. *Hic rodus hic salta*, diz, apoiando-se em Marx. E passo a citar *Política e modernidade*: «É preciso uma nova heroicidade, uma frieza capaz de afrontar a irremediável solidão com que todos somos arrastados no turbilhão tecnologicamente acelerado [...] é preciso agir aí» (p. 177).

Reparando melhor, talvez haja mesmo um universal a mobilizar Bragança de Miranda: a ideia de liberdade e a justiça como seu efeito. Em *Política e modernidade*, a liberdade é uma possibilidade potencialmente ao alcance de todos, uma vez que potencialmente de todos é a resposta política que podemos dar aos problemas humanos (p. 158).

Tratando-se, no entanto, de um campo de batalha, onde é de esperar, aliás, que nos aparelhemos com «novas armas para o combate» (expressão de Deleuze, invocada como divisa logo na «Introdução» deste ensaio), o problema que se nos coloca é o das relações de força. E o que há a dizer é o seguinte: em *Política e modernidade* a noção de política praticamente

omite a relação da força com outras forças, para se centrar na relação da força consigo mesma. Por uma única vez, que eu tenha notado, é referida a representação estratégica do poder, postulada por Foucault em *L'ordre du discours* (1971) e em *Surveiller et punir* (1975) e rigorosamente explanada em *La volonté du savoir* (1976). Mas apesar de a representação estratégica do poder ser assinalada uma única vez, é insistentemente denunciado o formalismo da representação jurídico-política, que esgota no Estado e na lei toda a força política. A hipótese do livre agir, diz Bragança de Miranda, está na tensão entre o formalismo jurídico-constitucional e o seu preenchimento pelo agir político (p. 16). Quanto à passagem de *Política e modernidade* em que o modelo estratégico do poder é expressamente convocado, ela é a seguinte: «o poder não é uma instituição, e não é uma estrutura, nem uma certa potência de que alguns seriam dotados; é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada» (Foucault, cit. na pág. 164-165).

Em *Política e modernidade* não é importante a representação estratégica do poder, o que não acontece, no entanto, com a representação da força como processo de subjectivação. Retomando o último Foucault, na caracterização que dele faz Deleuze, o Foucault de *L'usage des plaisirs* (1984) e de *Le souci de soi* (1984), Bragança de Miranda representa o poder como uma linha de força que se dobra sobre si mesma e dá lugar a um modo de subjectivação, o que quer dizer, à invenção de um estilo de vida, à criação de novas possibilidades de existência.

À primeira vista dir-se-ia que *Política e modernidade* dá uma resposta estética à questão da existência, conjugada aliás com uma resposta ética, na medida em que o novo modo de existência seria balizado por um conjunto de regras facultativas. Mas não é verdade. Bragança de Miranda nega que a sua resposta seja de tipo estético e ético (pp. 8 e 153). A exigência de um agir livre é tão-só uma resposta política. Bragança de Miranda desconfia de um retorno ao subjectivismo, com o enfeudamento da estética na expressividade (p. 62). E do mesmo modo, desconfia de um regresso ao fundacionismo, com a ética a ser tomada como «uma estratégia de normalização do agir» (p. 130). Em vez de uma resposta estética à questão da existência, existe em *Política e modernidade* um vitalismo, ou por outra, existe acção, existe a efectivação de uma vontade. E em vez da resposta ética, temos o agir livre. A estética e a ética não passariam de respostas impolíticas (p. 158).

A ideia de uma «liberdade livre», ou seja, a ideia de um agir incondicionado, que se esgota na «historicidade do presente» (p. 11), coloca-me, no entanto, em sérias dificuldades, a mim que sou sociólogo, semiólogo e teórico do discurso, tudo coisas pelas quais Bragança de Miranda não nutre grande simpatia. Estas disciplinas são em *Política e modernidade* como que o paralítico do Evangelho: podem ver, mas não andam. Da sociologia,

Bragança de Miranda diz o seguinte: «Para saber o que é a sociedade a sociologia chega, mas para haver política não» (p. 52). Quanto à semiótica, deixa a sugestão de que há mesmo um ver da experiência que seria «mais puro do que o 'teórico'» (p. 62). E no que se refere às teorias do discurso, fulmina-as num relance: as diversas teorias do discurso, diz, preocupam-se com a estrutura interna dos 'textos', pelo que perdem de vista a performatividade do discurso (p. 153). Ou por outra, as teorias do discurso alheiam-se da capacidade que o discurso tem para inflectir o existente, ou nas palavras de Bragança de Miranda, para inflectir o «constituído» (p. 133).

Estou então em sérias dificuldades, eu que me identifico como sociólogo, semiólogo e analista do discurso. É que a resposta política à crise da existência proposta por Bragança de Miranda projecta a ideia de que o indivíduo é o detentor exclusivo da iniciativa semântica, sendo que todo o sentido é agir. Do indivíduo brota toda a força que pode inflectir o existente, cabendo à linguagem um papel fundamental de mediação (pp. 132-133). Penso ser essa a razão, aliás, que leva Bragança de Miranda a olhar com simpatia a opção de Jean-François Augoyard pela retórica, em detrimento da semiótica (pp. 61-62). Apesar da desconfiança que nutre pelas noções de expressão e de expressividade, que são «perfeitamente subjectivas» (p. 62), Bragança de Miranda vê utilidade no abandono do conceito de representação, a que estaria associada a semiótica. É seu entendimento que representação e código se conjugam, sendo a representação «um efeito da codificação imputada às coisas».

No modo como entendo as coisas, penso no entanto que não é possível iludir nem omitir os «factos condicionantes da língua» (André Joly). E é aqui que bate o ponto. Ao interiorizarmos o sistema de representação e de comunicação que é uma língua, interiorizamos uma ordem discursiva e uma ordem social. Penso mesmo que agimos sempre sujeitos aos constrangimentos da acção histórica, que a antecede e a autorizam. Daí que não possa subscrever o primado da experiência, proposto por Bragança de Miranda para a avaliação da acção histórica, e contraponha o primado da relação. Não vejo, com efeito, como fugir a um certo funcionalismo. Não me parece suficiente, é um facto, o aforismo que resume bem a tese de Bragança de Miranda: «o agir é o meio de mediar (entenda-se, de mediar o indivíduo e as coisas) e a experiência é o meio de agir» (p. 172). Entendo que padecem de vitalismo exacerbado as expressões de «agir livre» e de «liberdade livre», uma vez que os agentes que interagem nunca o fazem à vontade; fazem-no como podem, no interior de um campo de posições sociais assimétricas.

Hannah Arendt, citada por Bragança de Miranda (p. 130), fala da experiência como de um «estado de natalidade». Mas a verdade é que a natalidade é fruto de uma relação, ou seja, ela é precedida e autorizada por uma relação. É da inter-relação de dois indivíduos que o agir decorre, o que

significa que o agir é uma efectuação e uma especificação da relação. O agir está em função da constituição relacional de um contexto e em função dos constrangimentos que a inter-relação exerce sobre a liberdade individual. Daí que eu insista, em termos lévi-straussianos: afinal, nós nascemos do mesmo, ou nascemos antes da tensão entre o mesmo e o outro?

Esta é uma questão recorrente, diante da qual Bragança de Miranda não tergiversa nunca. Dois pequenos exemplos. A propósito do debate em torno da ética, diz o seguinte: antes do discurso ético, há uma experiência (p. 129 ss). E ao debater a natureza do discurso, Bragança de Miranda propõe que, na melhor das hipóteses, o discurso é «um agir segundo» (p. 133).

É meu entendimento, no entanto, que o discurso não é um agir segundo. O mais que podemos dizer é que se trata de um agir condicionado, uma vez que só organizado e autorizado socialmente, de acordo com as linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas, é que um discurso tem mais ou menos força e mais ou menos poder. A este propósito, aliás, gostaria de citar *L'ordre du discours*, de Michel Foucault: o discurso é aquilo «por que lutamos, é o próprio poder de que procuramos apoderar-nos»².

Aqui está, no confronto entre relação e experiência, a brecha por onde entrevejo alguma fricção com *Política e modernidade*. No que me diz respeito, prometo continuar a aprofundar as minhas razões, mas não tenho dúvidas que o intrépido guerreiro que é Bragança de Miranda continuará a procurar novas armas para prosseguir o seu combate.

² M. Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, p. 12.

Résumés / Abstracts

Aníbal Alves

Sciences de la communication une aire interdisciplinaire

On part, dans cet article de l'actualité et relevance des questions de communication pour évoquer, dans un premier temps, quelques facteurs fondamentaux dans la construction du domaine scientifique de la communication, tels que les mass media, la théorie de la communication, les études de la communication dans le cadre des sciences sociales et dans le cadre des sciences humaines et sciences du langage. Compte tenu du panorama dessiné, une conception interdisciplinaire des sciences de la communication est proposée.

Aníbal Alves

Communication sciences, an interdisciplinary area

In this paper we address the actuality and relevance concerning the questions of communication, in order to recall some fundamental points towards the elaboration of the scientific area of communication. We will refer to the mass media, the theory of communication, and communication studies within the framework of social sciences, humanistic sciences and sciences of language. Out of this panorama we propose an interdisciplinary conception of communication sciences.

À propos de la sémiotique et de son objet

En opposition à la saisie traditionnelle de la sémiotique comme science ou doctrine des signes, l'École de Paris, autour de Greimas, présente la sémiotique comme science de la signification. Parce que la nouvelle définition vient de la distinction de Hjelmslev entre processus et système, on analyse la théorie hjelmslevienne et on montre comme celle-ci suit la conception sémiologique de Saussure. C'est ainsi, qu'on réaffirme la sémiotique comme doctrine des signes et que cette acception de sémiotique est la plus adéquate dans un curriculum d'études d'un cours de sciences de la communication.

Approaching semiotics and its object

Against the traditional understanding of semiotics as science or doctrine of signs, the Paris School, following Greimas, presents semiotics as the science of significance. As this new definition is based upon Hjelmslev's distinction between system and process, Hjelmslev's theory is here thoroughly analysed, showing, while doing it, that it closely follows Saussure's semiological conceptions. Hence, semiotics as doctrine of signs is reasserted against the greimasian tradition, as well as the thesis that semiotics taken in this sense is far more adjusted to a curriculum in Communication Studies than taken as the science of significance.

José Augusto Mourão

Pour un immanentisme ouvert (Le Reductionisme Solipsiste)

La révolution galilienne était la «bonne explication». Le reductionisme en tant que méthode unique et explication unique des phénomènes semble avoir été fortement perturbé. La situation actuelle des sciences entraîne une multiplicité de propositions d'explications. La linguistique d'abord et la sémiotique ensuite, ont été séduites par ce désir d'immanentisme méthodologique, développant des représentations arborescentes, nominalistes, du sens. L'hypothèse localiste de J. Petitot ici présente permet de sortir de ce solipsisme méthodologique, en reconnaissant qu'il y a un rapport interactif entre le monde réel et la structure conceptuelle. On discute ici les limites du reductionisme fermé (solipsiste) et on propose un immanentisme ouvert, via phénoménologie et sciences cognitives.

José Augusto Mourão

Towards an open immanentism (The Solipsistic Reducyionism)

The Galilean revolution was the «good explanation». Reductionism as the only method and only explanation of phenomena seems to be in crisis. For decades, the present situation of science implies a whole range of possible explanations. First linguistics, then semiotics yielded to the desire for a methodological immanentism, providing arborescent, nominalist representations of meaning. Jean Petitot's hypothesis proposes to escape from this methodological solipsism by recognising that there is an interactive relationship between the real world and conceptual structure. We here discuss the limits of closed (solipsistic) reductionism, and an open immanentism, via phenomenology and the cognitive sciences.

Lúisa Peixoto de Magalhães

**Representamen, Object,
Interpretant:
des liaisons inachevées**

Il faut avant tout faire deux remarques fondamentales. D'une part je cherche à présenter dans cette publication le travail philosophique et scientifique de C. S. Peirce, un des plus défiants maîtres de la pensée contemporaine. D'autre part, il faut dire que j'ai choisi une toute petite partie du travail de Peirce: celle où il s'agit de rendre à l'Homme son propre rôle en tant que signe relationnel en soi même et par rapport aux autres. C'est la perspective du signe triadique que je me propose d'exposer ici, tout à fait consciente sur ma propre vertige au milieu d'une semiosis illimitée de laquelle personne ne peut s'engager à trouver ni le principe ni la fin. On y est, tout simplement, des parties minuscules dans l'univers de la communication.

Lúisa Peixoto de Magalhães

**Representamen, Object
and Interpretant:
unending relationships**

This paper is dedicated to the work of C. S. Peirce, one of the major philosophers of all times, who definitely has challenged and developed the scientific reasoning of the 20th century. The tiny little particle of Peirce's work I selected to present in this publication exposes the logical-semiotic reasoning which places the idea of the triadic sign amidst the unending movement within which meaning constantly flows. Nobody will ever reach neither its beginning nor its end. It just flows — all along the semiotic sphere we all belong to. This is the immensely pervasive looping we all endure — the illimited semiosis fulfilled in the permanent development of communication.

Le journalisme en tant que champ social et domaine de formation

La complexité croissante de la vie sociale, la prolifération des sources et des formes d'accès, de gestion et de circulation de l'information; les changements au plan économique et social ainsi qu' au plan culturel et éthique induites par les innovations technologiques rendent nécessaire la réflexion sur le cadre de la formation initiale et continue des professionnels de la communication, spécialement des journalistes. Dans ce texte, l'auteur utilise le concept de champ proposé par Bourdieu pour souligner les dynamismes du champ journalistique et les interactions qu'il maintient avec les autres champs sociaux, mettant en évidence les défis, les contraintes, les pré-requis et les orientations auxquelles les institutions de l'enseignement supérieur de formation en journalisme devront faire face. Il soutient qu'il faut maintenir une tension permanente entre, d'un côté, la proximité avec le terrain de la pratique professionnelle, et, de l'autre, l'éloignement critique proportionné par les outils théoriques et méthodologiques.

Journalism as training and as a social field

Several factors make it necessary to pay close attention to the framework of initial and in-service training of communication professionals and particularly of journalists. Among them one could mention the growing complexity of social life; the proliferation of sources and ways of accessing to, managing and circulating of information; the changes at the economic and social levels as well as at the cultural and aesthetic ones induced by technological innovations. In this paper, the author uses Bourdieu's concept of field (*champ*) in order to underline the dynamics of the journalism field and its interactions with wide social fields, emphasizing the challenges, constraints, pre-requisites and orientations which higher education journalism training institutions should take into account. The author considers that a permanent tension between approaching professional practice and critical thinking provided by theoretical and methodological approaches is needed.

Helena Sousa

Service public,
télévision commerciale
et l'implantation de la Loi:
quelques éléments pour le débat

Cet article se constitue comme une brève réflexion à propos de la distance (pour ne pas parler de la contradiction) entre ce qui est prévu par la Loi de la Télévision et la *performance* des chaînes de télévision (publique et privées). Après avoir énoncé les difficultés résultant de l'implantation de la Loi, nous irons analyser les raisons par lesquelles il n'est pas recommandable que la télévision ait uniquement des «orientations politiques». Il faut créer et développer des mécanismes capables d'assurer, de façon systématique, l'implantation de la Loi. La dernière partie de notre texte est réservée au modèle britannique de régulation, un modèle qui peut être utile pour l'étude du cas portugais.

Helena Sousa

Public Service,
Commercial Television
and the Implementation of Law:
Some Elements for the Debate

This paper argues that there is an enormous difference between the Portuguese Television Act provisions and the *de facto* television broadcasters (both public and private) performance in terms of content and programming. We will put forward some of the reasons why the development of policy and legislation is not sufficient if television broadcasting is to work according to the pre-defined normative principles. Indeed, a set of regulatory mechanisms, financial resources and highly trained personnel are needed to ensure the actual implementation of any broadcasting policy. In this work we will also refer to the British television model as it is considered that some aspects of its regulatory framework might be useful to the analysis of the Portuguese case.

Felisbela Lopes

Les informations régionales
dans le *Journal Télévisé* de la RTP:
quel service public?

En considérant fondamental le service public de télévision dans le paysage audiovisuel de n'importe quel pays européen, nous irons analyser la façon dont la chaîne généraliste portugaise publique (RTP1) a médiatisé les sujets locaux dans son principal programme d'information: le *Journal Télévisé*. La période d'étude remonte à 1988 (année d'absolu monopole) et à 1992 (année dans laquelle ont commencé les émissions de la première télévision privée au Portugal, la SIC). Avant d'énoncer les résultats de notre étude, nous irons faire une brève incursion par la genèse du service public de télévision et par les principes et les valeurs qui la structurent.

Felisbela Lopes

Regional News
in *Telejornal*:
What Kind of Public Service?

Considering Public Service Broadcasting the corner stone of the European Audiovisual landscape, this paper will analyse the relevance attributed to regional issues in the news bulletin *Telejornal* of the generalist public service television channel (RTP1). Two years will be studied: 1988 and 1992. In 1988 RTP was still operating in monopoly and in 1992 RTP faced for the first time a private channel competition. Before presenting the main results of this study, we will briefly consider the early stages of public service television and its main principles and values.

Traitement de l'information mass-médiatique – une brève vision panoramique

On analyse les phases génériques du processus de traitement de l'information des mass-média: l'attention, les facteurs qu'influencent la récupération et l'usage de cette information dans les représentations de la société, dans les attitudes et dans les comportements. Le rôle des affects dans l'expérience de ces messages est aussi considéré. En général, on observe un effort de recherche plus grand à propos de l'information de la télévision, une articulation de plus en plus croissante avec les modèles et les perspectives de la Cognition Sociale et de la Psychologie Cognitive et un niveau heuristique élevé dans la génération des problèmes de recherche.

Processing of mass media information: a panoramic perspective

The processing of information from the mass media is analysed according to the more generic phases: attention, factors that influence memory for that information and its recuperation and use in the representations about society, attitudes and judgements. The role of affects in this process and in the way people experience mass media messages is also considered. In general, there is more research effort about television, a growing articulation with models and perspectives mainly from Social Cognition and Cognitive Psychology and a good heuristic level in the generation of research problems.

La communication organisationnelle et la gestion des ressources humaines: Évolution et Actualité

On reconnaît partout que la communication est essentielle au fonctionnement de toute organisation. Cependant, la façon dont les organisations projettent leurs systèmes de communication est très réductrice. L'objectif de cet article est de réaffirmer l'importance du développement et de l'implantation des politiques globales de communication, qui intègrent tous les secteurs et tous les rôles de la gestion que l'on pratique actuellement. On souligne, en particulier, le rôle d'une communication globale dans la gestion des ressources humaines et on pense que la gestion des ressources humaines est plus efficace si l'organisation applique une politique globale de communication.

Organisational Communication And Human Resources Management: Évolution and Actuality

It is widely known that communication is essential to the adequate functioning of any organisation. Despite this relevance, the way most companies understand their communications systems is highly simplistic. This article aims to emphasise the need to develop and implement global communications policies, that is, policies which integrate all sectors and functions of current business strategies. Within these interdependent sectors, we will pay particular attention to human resources management. Our working hypothesis is that human resources management will be more efficient if the global communications policy is applied.

Contribution pour l'étude
de la rumeur au sein
des organisations. Révision
et articulation de quelques
perspectives théoriques

Réfléchir le phénomène des rumeurs au delà de la vie quotidienne en les étudiant au sein des organisations, comme un aspect de la communication interne, ce n'est pas une tâche facile. Les conséquences des rumeurs sont, généralement, négatives; les rumeurs sont, presque toujours, vues comme des commérages; vu leur dimension rapide et volatile c'est un domaine d'étude difficile.

Les difficultés dans la réalisation d'études empiriques sont compréhensibles: accompagner les rumeurs dès leur début et les accompagner degré à degré c'est un coup de chance, un sens d'opportunité, être au lieu certain, au moment juste, ce qui arrive très rarement. Par contre, créer les rumeurs en laboratoire a comme résultat la perte de spontanéité et introduit des vices dans le processus de transmission. D'autre côté, introduire les rumeurs, volontairement, dans les ambiances réelles suscite de sérieuses et incontournables problèmes éthiques.

Malgré ces difficultés, l'étude des rumeurs et de leurs effets dans les organisations progresse, sous plusieurs perspectives et orientations, et ces contributions constituent la matière de réflexion de cette révision bibliographique.

Contribution to the study
of rumor in organisations.
Revision and articulation
of some theoretical
perspectives

It has taken a long time for rumor to be recognised as a form of internal communication in organisations. The consequences of rumors are usually negative; rumors are commonly associated with gossip; they are rapid, volatile, difficult to study. It's easy to understand why rumors are so hard to investigate empirically: being able to follow them from the beginning, step by step, is a stroke of luck, a rare opportunity that comes from «being at the right place, at the right time», something that doesn't happen very often. Creating them in a laboratory implies loss of spontaneity and introduces vices in the chain of transmission. Spreading them in a natural environment raises serious and unsurpassable ethical issues.

Despite these obstacles, the study of rumor and its effects in organisations has been proceeding, under various perspectives and directions. In this review, we try to articulate some of those contributions.

Contes et histoires de vie dans les Sciences Sociales

L'utilisation des histoires de vie et des narratives de fiction par les sciences sociales a, depuis toujours, suscité un certain nombre d'obstacles face à la régulation épistémologique qui a dominé la production de la connaissance dans le domaine des sciences humaines. Néanmoins, l'intérêt croissant par ce type de matériaux nous a obligé à une brève réflexion sur son importance dans la compréhension des trajectoires individuelles ainsi que des processus sociaux qui les conditionnent.

Life Stories in Social Sciences

Due to the epistemological regulation which has dominated the production of knowledge in Human Sciences, the usage of life stories and fictional narratives in Social Sciences have faced a number of obstacles. However, there is a growing interest for this kind of material. In this paper, the author will analyse the relevance of life stories to the understanding of individual trajectories as well as social processes.

Maria Gabriela Gama

Le mythe et la rationalité techno-scientifique

Bien que façon succincte, on cherche à établir un rapport entre le mythe et la rationalité techno-scientifique.

Le mythe ne constitue pas le monopole de l'homme primitif. Au fur et à mesure que la connaissance évolue, l'homme primitif se révèle de plus en plus proche de l'homme civilisé, pour qui l'émotivité et la rationalité coexistent; en réalité, la fonction mythique persiste chez l'homme actuel.

Sous l'apparence du bien-être social et de l'augmentation de la consommation, possible, en grande partie, grâce au développement techno-cientifique, s'exerce un contrôle totalitaire du système sur l'individu, lequel devient un objet à l'intérieur du système.

Ce sujet aliéné de la société de consommation abandonne la rationalité critique pour devenir un *objet* parmi d'autres comme le révèlent ses comportements stéréotypés et unidimensionnels.

Maria Gabriela Gama

Myth and scientific-technology rationality

In this paper we intend to establish a relationship between myth and scientific-technologic rationality. Myth is not the monopoly of primitive man. As knowledge develops, primitive man gets closer to civilisation. Mythifiers function is present in daily life.

Becoming an alienated element of consumers society, man loses his critical rationality and sees himself as an object amongst others objects. Man's behaviour becomes stereotyped and standardised.

Analyses du discours
en politique de l'environnement:
concepts, instruments
et applications

Le champ de l'analyse du discours offre des conceptualisations et des instruments qui sont très valables pour la compréhension de la construction et du fonctionnement des réalités politiques. Ayant comme support la comparaison de trois analyses sur la politique environnementale, cet article élabore une réflexion sur la diversité des perspectives et des presupposés théoriques dans ce domaine. L'article commence par discuter la notion de discours adopté par différents auteurs, suivi d'une analyse de la relation entre agents et structures. Les concepts employés dans ce *champ* comme des instruments analytiques, tels que «frame», «story» et «story-line», méritent une particulière attention. Finalement, l'article illustre la valeur de la théorie et de l'analyse du discours pour l'étude des pratiques et des processus politiques.

Discourse Analysis
in Environment Policy
– Concepts, Instruments
and Implications

The field of discourse analysis provides valuable conceptualizations and instruments for understanding the construction of political realities. On the basis of a comparison of three approaches to environmental politics, this article proposes a reflection on the diversity of perspectives and theoretical assumptions of this field. The article starts by discussing the notion of discourse adopted by different authors, this being followed by an examination of the relation between agents and structures. The concepts employed in this area as analytical devices, such as «frame», «story» and «story-line» will deserve a detailed attention. Finally the article illustrates the value of discourse theory and analysis for the study of political practices and processes.

La drogue de bouche-en-bouche: le rôle des préjugés et des récits dans la rhétorique du rejet.

Dans le cadre d'un programme de recherche qui vise approfondir la connaissance des rapports entre le Discours sur la drogue et l'exercice de plusieurs formes de domination exercées sur des groupes de consommateurs, on défend dans cet article que la parole journalistique prend un rôle décisif dans la consolidation et dans la reproduction persuasive des préjugés sur les consommateurs. Ces préjugés sont à la fois des *effets* mais ouvrent aussi la voie pour l'exercice de la domination. En nous appuyant sur la connaissance produite par l'analyse Critique du Discours sur le fonctionnement du «discours de la différence», on montre comment les préjugés font biaiser la lecture d'expériences personnelles avec des consommateurs, traduites dans les conversations, donnant aux récits le consensus nécessaire à la force persuasive. On soutient aussi que les histoires qui circulent de bouche-à-oreille à propos des consommateurs, peuvent fonctionner comme un mécanisme argumentatif idéologique déterminant dans re-production et dans la justification de la distinction et du rejet des consommateurs, contribuant ainsi, bien qu'indirectement, au maintien de leur position subordonnée.

Daily talk about drugs: the role of prejudices and narratives in the rethoric of rejection

As a part of a wider research project about the relationship between discourse about drugs and forms of domination over drug users' groups, this article argues that daily talk about drug users has a fundamental role in the reproduction of prejudices about those groups. These prejudices are simultaneously effects and the necessary conditions for the exercise of domination. Based on what has been said and done in the field of Critical Discourse Analysis about «the discourse of otherness», we try to demonstrate how existing prejudices influence the construction of narratives about drug users in daily talk. Furthermore, we also argue that stories about users can work as an ideological argumentative mechanism in the reproduction and justification of distinctiveness and social rejection, contributing therefore to the drug users' subordinate position.

L'art d'écrire des relations au Cyberespace

La révolution technologique croissante entraîne une profonde révolution pour l'homme et sa culture. Les informaticiens s'accordent sur l'importance de la représentation, de la simulation et de la communication, dans le dessin des logiciels qu'ils développent, dont la capacité interactive réside au-delà des relations numériques des sciences de la programmation. Les dispositifs de simulation sont de plus en plus fréquents et sophistiqués, jouant un rôle important dans la vie de leurs utilisateurs et, en conséquence, dans les relations interpersonnelles et sociales. Comprendre la spécificité de ce moyen de communication est le but de cet article.

The art of writing relationships on the cyberspace

The growing technological revolution brings along a deep revolution for the human kind and its culture. Representation, simulation and communication are elements of acknowledged importance among those who design information and communication systems. The interactivity of these systems is beyond the numeric relationships of the computational sciences. The simulation devices are growing in number and sophistication and they have an expressive role on the users' personal lives as well as on their interpersonal and social relationships. The aim of this paper is to understand the specificity of this medium of communication.

**Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas
de Barbosa & Xavier, Lda.
4700 Braga (Portugal)**

ÍNDICE

| | |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO | 3 |
|------------------|---|

TEXTOS

| | |
|--|-----|
| ANÍBAL ALVES <i>Ciências da Comunicação, área interdisciplinar</i> | 5 |
| ANTÓNIO FIDALGO <i>Da semiótica e seu objecto</i> | 19 |
| JOSÉ AUGUSTO MOURÃO <i>Para um imanentismo aberto (O reducionismo solipsista)</i> | 41 |
| LUÍSA MAGALHÃES <i>Representamen, objecto e interpretante</i> | 61 |
| MANUEL PINTO <i>O Jornalismo enquanto campo social e domínio de formação</i> | 75 |
| VINCENT MOSCO <i>Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral</i> | 97 |
| HELENA SOUSA <i>Serviço público, TV comercial e a implementação da lei</i> | 121 |
| FELISBELA LOPES <i>As notícias regionais no Telejornal da RTP: que serviço público?</i> | 131 |
| ALEXANDRA LÁZARO <i>Processamento de informação proveniente dos mass-media</i> | 151 |
| TERESA RUÃO <i>A comunicação organizacional e a gestão dos recursos humanos</i> | 179 |
| SANDRA MARINHO <i>Contributo para o estudo do rumor nas organizações</i> | 195 |
| CAROLINA LEITE <i>Conto e histórias de vida nas Ciências Sociais</i> | 219 |
| MARIA GABRIELA GAMA <i>O mito e a racionalidade científico-tecnológico</i> | 229 |

| | |
|--|-----|
| ANABELA CARVALHO | |
| <i>Análises do discurso em política ambiental: conceitos</i> | 237 |
| MARIA ZARA COELHO | |
| A droga de boca em boca: o papel dos preconceitos e das narrativas na retórica da rejeição | 267 |

REFLEXÕES E LEITURAS

| | |
|---|-----|
| HELENA GONÇALVES e PAULO XAVIER | |
| <i>A arte de escrever relações no ciberespaço</i> | 309 |
| MOISÉS DE LEMOS MARTINS | |
| <i>O enigma do presente e a paixão da abertura. Leitura do ensaio A Sedução do Real, de José Augusto Mourão</i> | 321 |
| MOISÉS DE LEMOS MARTINS | |
| Um combate sobre a linha. Leitura do ensaio <i>Política e Modernidade</i> , de José Bragança de Miranda | 327 |
| RÉSUMÉS/ABSTRACTS | 335 |